

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

**Angola no Contexto da SADC – Cooperação no Quadro da Defesa
Angola – Namíbia (1990-2015)**

Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em História Moderna e Contemporânea, ramo de Defesa e Relações Internacionais

Orientador:

Professor Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado com Agregação,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientador:

Professor Doutor Luís Manuel Brás Bernardino, Academia Militar

janeiro, 2019

Júri da Prova Pública

Presidente:

Doutora Maria de Lurdes Rodrigues, Reitora do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Vogais:

Doutor Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia, Professor Associado com Agregação do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

Doutora Alexandra Magnólia de Vicente Quirino Alves Dias Saraiva, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Eugénio Luís da Costa Almeida, Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado com Agregação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Orientador).

Agradecimentos

A concretização deste trabalho só foi possível devido à contribuição de pessoas e instituições que, da melhor maneira, ofereceram o seu precioso tempo e o saber para este efeito. Deste modo, expresso o meu profundo agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, e ao meu coorientador, Professor Doutor Luís Manuel Brás Bernardino, por me terem aceitado orientar e por o terem feito com o máximo apoio, atenção e dedicação.

Agradeço também a todas as professoras do Departamento de História, do Departamento de Sociologia, do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE, que direta ou indiretamente influenciaram a minha aprendizagem ao longo da formação, em especial à Professora Doutora Magda Pinheiro, à Professora Doutora Ana Mouta Faria, à Professora Doutora Luísa Tiago de Oliveira e ao Professor Doutor Eduardo Costa Dias.

Os meus agradecimentos estendem-se também à minha família pelo apoio, assim como à Dr^a Paula Henriques, ao Dr. Correia Caetano, ao Vice-governador Provincial do Cunene para o Sector Político e Social, Dr. Nascimento Vehelenge, ao Professor Doutor Narcísico Félix Nhulilivali, aos meus amigos Dr. Jacques Mpova, Dr. Serrote Major, Dr. Celiano Nazaiwa, Dr. Osvaldo Didalelwa, Dr. Emanuel Tekulovanu, também à Dra. Leonor Gorgulho, ao José Evaristo Kondja “Kanyoto” e à Marisa Campos, pelo magnífico trabalho, ao general Miguel Júnior, ao Brigadeiro Manuel Correia de Barros e ao sr. Leo Mwadinage, pelo generoso contributo.

De igual modo, endereço os meus agradecimentos ao Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, ao Grupo Parlamentar da FNLA, ao INAGBE e ao Setor de Estudantes da Embaixada de Angola em Portugal, ao Dr. Isaías Mandela e ao senhor Fonseca Rodrigues (funcionário do CDU). E, finalmente, agradeço de forma especial a todos os entrevistados pelo magnânimo contributo.

Ao

Meu pai [em memória]

Resumo

Com este trabalho de investigação, no contexto do doutoramento em História Moderna e Contemporânea, ramo de Defesa e Relações Internacionais, pretende-se analisar as relações de Angola na região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), dando ênfase à cooperação Angola-Namíbia, no quadro da defesa, desde a pré-independência – desenvolvida pelos movimentos de libertação nacional de ambos os países – até à cooperação institucional pós-independência. Também se procurou compreender o estabelecimento e a evolução das relações de cooperação entre Angola e Namíbia, bem como analisar o contributo político-militar e diplomático desempenhado por Angola na geopolítica regional, essencialmente no que concerne ao estabelecimento e manutenção da paz, segurança e estabilidade na região da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e na região da SADC, enfatizando a questão da Namíbia. Além disso, procurou-se perceber os contributos conjugados de Angola e da Namíbia na manutenção e preservação da paz e segurança regional. Do ponto de vista metodológico, este trabalho foi desenvolvido em três etapas: realização de pesquisa bibliográfica, documental e a realização de inquéritos, por entrevista e por questionário, a uma amostra constituída por 21 elementos, tendo sido usado o método histórico, que compreende três fases: a heurística, a crítica histórica e a hermenêutica.

Palavras-Chave: Angola, Cooperação, Defesa, Geopolítica, MPLA, Namíbia, Relações Político-Militares, SADC, SWAPO e UNITA.

Abstract

With this research work within the scope of the PhD in Modern and Contemporary History, specialising in Defence and International Relations, we intend to analyse the relationships that Angola has maintained in the region of the Southern African Development Community (SADC), emphasising Angola-Namibia cooperation in the field of defence from the times before independence — through the national liberation movements of both countries — to post-independence institutional cooperation. We will try to understand the establishment and evolution of the cooperation relations between Angola and Namibia. We will also analyse the political-military and diplomatic contribution of Angola to regional geopolitics, mostly as regards the establishment and maintenance of peace, security, and stability in the region of the International Conference on the Great Lakes Region (ICGLR) and in the SADC region, highlighting Namibia. Furthermore, we will try to understand the combined contributions of Angola and Namibia for the maintenance and preservation of regional peace and security. From a methodological point of view, this work is structured into three phases: literature review, document analysis, and a survey (by interview and questionnaire) of a sample of 21 people, using the historical method. This method comprises three stages: heuristics, historical criticism, and hermeneutics.

Keywords: Angola, Cooperation, Defence, Geopolitics, MPLA, Namibia, Political-Military Relationships, SADC, SWAPO, and UNITA.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Glossário de Siglas.....	x
INTRODUÇÃO	1
Enquadramento Teórico-metodológico	1
Objeto de Estudo e Escolha do Tema.....	1
Escolha da Cronologia.....	2
Objetivos da Investigação	2
Problemática.....	2
Hipóteses	4
Importância da Investigação	5
Procedimentos Metodológicos.....	5
Pressupostos Teóricos: Quadro Conceptual Referencial e Estado da Arte.....	9
Quadro Conceptual Referencial	9
Estado da Arte.....	13
CAPÍTULO I – ANGOLA E NAMÍBIA: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO	24
1. Nota Introdutória.....	24
2. Angola: Breve Contextualização Histórica e Geopolítica.....	24
2.1. Impacto da Guerra Civil nas Relações Externas de Angola	44
3. Namíbia: Breve Contextualização Histórica e Geopolítica	49
3.1. Impacto da Guerra Fria no Processo de Luta pela Independência da Namíbia ...	72
4. Nota Conclusiva do Capítulo	78
CAPÍTULO II – RELAÇÕES POLÍTICO-MILITAR UNITA-SWAPO (1961-1976).....	81
1. Nota Introdutória.....	81
2. Conjuntura da Cooperação entre os Movimentos de Libertação da África Austral	81
2.1. Contexto da Luta pela Libertação de África.....	81
2.2. Frente Unida de Ação/ <i>United Front of Action (UFA)</i>	85

2.3. Aliança de Cartum	88
2.4. O Movimento de Libertação da África Austral	91
3. Antecedentes históricos das relações Angola – Namíbia	94
4. Relações UNITA – SWAPO: Cooperação Pré-independência	101
4.1. Preliminares da cooperação UNITA – SWAPO	101
4.2. Fatores da Cooperação UNITA – SWAPO	105
4.3. Dinâmica das Relações UNITA – SWAPO	116
Primeiro Período, entre 1965 e 1966	116
Segundo período, entre 1966 e 1969	121
Terceiro período, entre 1969 e 1970	127
Quarto período, entre 1970 e 1976	133
Quinto período, entre 1976 e 1990	147
Sexto período, entre 1990 e 2002	156
Sétimo período, período pós-2002	156
4.4. Cooperação Multifacetada com Benefício Recíproco	157
5. Nota Conclusiva do Capítulo	159
CAPÍTULO III – RELAÇÕES POLÍTICO-MILITAR MPLA-SWAPO E SEU IMPACTO NA ÁFRICA AUSTRAL (1961-1990)	162
1. Nota Introdutória	162
2. Relações MPLA – SWAPO: Cooperação em Estabilização	162
Primeiro período, entre 1963 e 1969	163
Segundo período, entre 1969 e 1976	166
Terceiro período, entre 1976 e 1978	172
Quarto período, entre 1978 e 1988	182
3. Papel da República de Angola na Luta pela Independência do Sudoeste Africano .	185
4. Impacto Político-Militar do Envolvimento de Angola na Luta pela Independência do Sudoeste Africano	198
5. Nota Conclusiva do Capítulo	216
CAPÍTULO IV – COOPERAÇÃO ANGOLA – NAMÍBIA NO QUADRO DA DEFESA (1990 – 2015)	218
1. Nota Introdutória	218
2. Breve Quadramento Legal da Defesa Nacional da República de Angola	218
3. Quadro Legal da Defesa Nacional da República da Namíbia	225
4. As Relações Pós-independência Angola - Namíbia	227
5. Cooperação no Período Pré-conflito (1990-2002)	230
5.1. Cooperação no Conflito Regional: Nordeste da Namíbia e Sudeste de Angola .	243

6. Cooperação no Período Pós-conflito (2002-2015)	257
6.1. Cooperação Multidimensional: proteção da fronteira terrestre, marítima, aérea, serviços de informação, desporto militar e educação e formação de pessoal	260
a)- Cooperação na proteção da fronteira terrestre	262
b)- Cooperação na proteção da fronteira marítima	268
c) - Cooperação na proteção da fronteira aérea.....	273
d)- Cooperação entre os serviços de informação e contra informação	274
e)- Cooperação no desporto militar	275
f)- Cooperação na educação e formação de pessoal	282
7. Angola e a Namíbia: parceiros estratégicos regionais	283
8. Nota Conclusiva do Capítulo	291
CAPÍTULO V: ANGOLA NO CONTEXTO DA GEOPOLÍTICA REGIONAL (SADC E CIRGL)	293
1. Nota Introdutória.....	293
2. A África Austral na Geopolítica Mundial	293
3. SADC: Breve Contextualização Histórica.....	296
3.1. RISDP: A Posição de Angola.....	306
3.2. SIPO e a Defesa Regional	309
4. Papel de Angola na Geopolítica da SADC.....	318
5. Presidência de Angola na CIRGL.....	325
5.1. Mecanismos de Coperação para a paz, segurança e estabilidade na CIRGL ...	332
6. Nota Conclusiva do Capítulo	336
CONCLUSÃO GERAL	337
FONTES.....	349
1. Arquivos	349
A. AMU-GNP – Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos	349
B. AHDMNE – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros	349
C. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).....	350
D. Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA (CDIH-MPLA) - Luanda.....	350
E. AMIREX-I – Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Edifício I	351
F. AMIREX-II – Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Angola, Edifício II	351
G.- Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online).....	352

H. Fundação Mário Soares.....	353
G- Associação Memoriando (online).....	354
H- AONU – Arquivo da Organização das Nações Unidas (online): http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/ / https://search.un.org/ http://www.icj-cij.org/es	354
I- Office of the historian – EUA (online):.....	356
J - Arquivo da Corte Internacional de Justiça.....	357
K - Arquivo do Consulado da Namíbia em Ondjiva (Cunene).....	357
L- ADNRI-MINDENA – Arquivo da Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola.....	357
M - Arquivo da Delegação Provincial do Interior - Cunene.....	357
N – Arquivo da SWAPO – Katutura (Windhoek).....	357
O – Gerald R. Ford - Presidential Library & Museum (online).....	357
P – Documentos em posse do autor	358
Q - Comunicados oficiais.....	358
2. Legislação e acordos.....	359
3. Lista de entrevistados e sua características demográficas e pertinentes.....	360
A – Jornais e outros órgãos de informação.....	362
BIBLIOGRAFIA	368
4. Outras fontes.....	387
ANEXOS	A
Anexo A - Relatório da PIDE sobre a criação do Comando Unificado (ANC, SWAPO, ZAPU, MPLA, PAIGC e FRELIMO).....	A
Anexo B - Mapa Geopolítico da África Austrá, em 1967: Recorte do Jornal the Washington Post, 22 de fevereiro de 1967.....	D
Anexo C: Recrutamento de mão de obra especializada no sul de Angola para trabalhos de construção no Sudoeste Africano.....	E
Anexo D: Agostinho Neto orienta Mário Pinto de Andrade hostilidade à SWAPO.	G
Anexo E - Mapa de zonas de atuação geográfica dos movimentos de libertação de Angola.	H
Anexo F – Excerto do Acordo de Lusaca, entre o governo de Angola e da África do Sul. I	
Anexo G – Ata da reunião bilateral de reforço da cooperação entre as polícias de Angola e da Namíbia realizada em Ondjiva, Cunene, a 27 de julho de 2015.	M
Anexo H – Excerto da Declaração de Luanda, CIRGL (2015).....	P
Anexo I – Excerto da Emenda do Protocolo de Cooperação entre a República de Angola e a República da Namíbia, no domínio da Defesa, 2004.	T
Anexo J - Memorando sobre o estado da cooperação Angola e a Namíbia no domínio da Defesa.....	W

Anexo K - Excerto do comunica final da reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Namíbia-Angola, realizada, entre 9 e 11 de junho de 2004, em Walvis Bay, Namíbia.....	Y
Anexo L – Mapa de Divisão das Regiões Militares das FALA, saído no I Congresso da UNITA, realizado entre 11 e 13 de Março de 1966.....	AA
Anexo M – Placa de códigos diplomáticos por ordem de importância.....	CC
Anexo L – Transcrição das Entrevistas.....	DD
CV	WWWWWWW

Glossário de Siglas

AAPSO – Organização de Solidariedade Popular Afro-Asiática

ADF – Forças Democráticas Aliadas (sigla em inglês)

ADNRI-MINDENA – Arquivo da Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola.

AGC – Acordos Gerais de Cooperação

AHDMNE- GNPAI – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros Gabinete dos Negócios Políticos e da Administração Interna

AMIREX - Angola ed. II – Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Edifício II.

AMU-GNP – Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos

ANC – Congresso Nacional Africano

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APCLS – *Alliance des Patriotes Pouer um Congo Libre et Souverain*

BOSS – *Buro vir Staatsveiligheid / Secretaria Sul-Africana de Segurança do Estado (Serviços Secretos Sul-Africanos, sob regime do apartheid)*

BRINDE – Brigada Nacional de Defesa do Estado, órgão dos serviços secretos da UNITA.

CANU – União Nacional Africana de Caprivi (Namíbia)

CDIH-MPLA – Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA

CDU – Centro de Documentação da UNITA

CEA – Comissão Económica para a África

CEAAC/CONSAS – Constelação dos Estados da África Austral / *Constellation of Southern African State*

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental/ *ECOWAS – Economic Community of West African States*

CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central

CFB – Caminho de Ferro de Benguela

CFT – Caminho de Ferro Tanzam

CGG – Comissão do Golfe da Guiné

CIA – *Central Intelligence Agency* / Agência Central de Inteligência

CIRGL – Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos

CISM – Conselho Internacional do Desporto Militar

CLA – Caprivi Liberation Army

CLF – Caprivi Liberation Front ou Frente de Libertação de Caprivi

CLM – Caprivi Liberation Movement ou Movimento de Libertação do Caprivi

CMANC – Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação

CMCV – Comissão Militar Conjunta de Verificação

CMDSAN – Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia

CMI – Conselho Mundial das Igrejas

CMP – Conselho Mundial da Paz

CODENM – Comité Desportivo Nacional Militar

CONAKAT – A Confederação das Associações Tribais do Katanga

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

COP-Cunene – Comando Operacional Cunene

COP-Huila – Comando Operacional Huila

COREMO – Comité Revolucionário de Moçambique

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRIM – Comité Regional Internacional

CSN – Conselho de Segurança Nacional

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CSSI – Conselho Superior de Segurança Interna

DTA – Aliança Democrática de Turnhalle

ELF/PLF – Estados da Linha da Frente / Países da Linha da Frente

ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola

ELP – Exército de Libertação de Portugal

EUA – Estados Unidos da América

FAA – Forças Armadas Angolanas

FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola

FAP – Forças Armadas Portuguesas

FAPLA – Forças Armadas Popular de Libertação de Angola.

FARC – Forças Armadas Revolucionárias de Cuba

FAUS – Forças Armadas da União Soviética

FDLR – Forças Democráticas de Libertação do Ruanda

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FROLIZI – Frente de Libertação do Zimbabwe

FRPI – Força Patriótica de Resistência do Ituri

GRAE- FNLA – Governo Revolucionário de Angola no Exílio - Frente Nacional para a Libertação de Angola

GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

KGB – Comité de Segurança do Estado (URSS)

LAC – Luanda Antena Comercial

MCVA – Mecanismo Conjunto de Verificação Alargada

MINUEE – Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia

MINURCAT – Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e o Chade.

MLAA – Movimento de Libertação da África Austral

MNURCA – Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana

MONUSCO – Missão das Nações Unidas de Estabilização da RDC

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NCIS – Serviço Central de Inteligência da Namíbia / *Namibia Central Intelligence Service*

NDC – *Nduma Defence of Congo Cheka*

NDF – *Namibia Defence Force* / Forças de Defesa Namibiana

NUNW – National Union of Namibian Workers

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUA – Missão de observação das Nações Unidas em Angola

OPC – *Ovambo People's Congress*/Congresso Popular Ovambo (Congresso do Povo de Ovambulândia)

OSMA – Organização do Desporto Militar em África

OSPAA – Organização de Solidariedade dos Povos Africanos e Asiáticos

OTAN/ NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte / North Atlantic Treaty Organization

OUA – Organização da Unidade Africana

PAC – *Pan-african Congress* / Congresso Pan-africano (África do Sul)

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCB – Partido Comunista de Cuba

PDA – Partido Democrático de Angola

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PLAN – *People's Liberation Army of Namibia* / Exército de Libertação Popular da Namíbia.

PSN – Pacto da Sociedade das Nações

RCA – República Centro-Africana

RDC – República Democrática do Congo

RGL – Região dos Grandes Lagos

RISDP – Plano Estratégico Indicativo de desenvolvimento regional

RMS – Sociedade Missionária Renana

RP – *Republican Party* / Partido Republicano

RPA – República Popular de Angola

SACU/UAAA – *Southern Africa Customs Union* / União Aduaneira da África Austral

SADC – *Southern Africa Development Community* /Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SADF – *South African Defense Force* / Forças de Defesa Sul-Africana

SANDF – *South African National Defence Force*/Forças de Defesa Nacional Sul-Africana.

SINF – Serviço de Informação de Angola

SINSE – Serviço de Inteligência e Segurança de Estado de Angola

SIPO – Plano Estratégico Indicativo para o Órgão

SKDA – Desportivo dos Exércitos Amigos

SN / *SDN* – Sociedade das Nações

SWANLA – *South West African Native Labour Association* / Associação Sul-Africana de Trabalhadores Nativos

SWANP – *South West African National Party* / Partido Nacional do Sudoeste Africano

SWANU – União Nacional do Sudoeste Africano

SWAPO – *South West African People´s Organization* / Organização dos Povos do Sudoeste Africano

SWATF – *South West African Territorial Force* /Força Territorial do Sudoeste Africano.

UA – União Africana

UDP – Partido Democrático Unido

UNAVEM – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola.

UNIP – *United National Independence Party* /Partido Unido para Independência da Rodésia do Norte.

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UNMIL – Missão das Nações Unidas na Libéria

UNTAC – Autoridade de Transição das Nações Unidas no Camboja.

UNTAG - Grupo de Transição e Assistência das Nações Unidas.

UPA – União dos Povos de Angola

UPNA – União dos Povos do Norte de Angola.

UPOE – Unidades de Proteção dos Objetivos Estratégicos

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VIH-SIDA – Vírus de Imunodeficiência Humana-Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

ZANU – *Zimbabwe African National Union* / União Nacional Africana do Zimbabwe

ZAPU – *Zimbabwe African People's Union* / União dos Povos Africanos do Zimbabwe

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

INTRODUÇÃO

Enquadramento Teórico-metodológico

Objeto de Estudo e Escolha do Tema

A presente tese insere-se no âmbito do curso de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, especialidade de Defesa e Relações Internacionais, do ISCTE-IUL, e foca elementos históricos do domínio político-militar, geopolítico, de defesa e das relações internacionais de Angola no contexto da SADC, enfatizando a cooperação entre Angola e a Namíbia no quadro da defesa (1990-2015). Não se trata de um estudo estratégico militar puro, pois trata-se de um trabalho de investigação que procuramos, apenas, descrever e compreender os acontecimentos dentro de uma perspetiva histórica dos factos político-militar no contexto das relações entre Angola e Namíbia. A escolha deste tema teve uma motivação extrínseca e intrínseca. Extrinsecamente, surge na sequência do crescente interesse na questão da defesa em África, em geral, e em particular na região da África Austral. Este facto tem atraído a atenção dos atores regionais e internacionais desde o fim do século XX. A par deste interesse geral, é intrigante o facto de existir pouca bibliografia sobre o papel que Angola tem desempenhado na região da SADC, sobretudo no que diz respeito às relações entre Angola e a Namíbia no quadro da defesa.

No fim do século XX e princípio do século XXI temos assistido a ações conjuntas entre os Estados da região com vista a adotar estratégias que visam o estabelecimento e a gestão da paz em África, assim como criar instrumentos de cooperação regional entre os Estados no âmbito da defesa para garantir o bem-estar e a segurança das populações em prol de um equilíbrio securitário regional e de um maior desenvolvimento. Dentro da perspetiva da interação dos Estados da região, relativamente à questão da defesa, julgamos relevante analisar o papel que Angola tem desempenhado no contexto da SADC no quadro da sua política externa, nos domínios político-militar, geopolítica de defesa. É precisamente esse facto que nos inspirou a abordar a temática em questão e a refletir sobre o seu impacto na geopolítica regional. Porém, apesar das relações no quadro da defesa entre Angola e a Namíbia terem começado na época da luta de libertação nacional dos dois países, são ínfimos os debates académicos, públicos e estudos bibliográficos que abordam o papel de Angola no contexto da SADC e, principalmente, sobre a questão das relações entre Angola-Namíbia, tal conduziu a um reduzido conhecimento sobre este assunto. Nesse sentido, procuramos, modestamente, contribuir para a sua compreensão.

Intrinsecamente, a escolha deste tema foi motivada por viver em Ondjiva, a cerca de 35 quilómetros da fronteira com a República da Namíbia, e pelo facto de o meu pai, apesar de ser angolano, e a minha mãe, de ser de origem namibiana, terem sido militares do PLAN-SWAPO. Essas razões despertaram em mim o interesse em analisar, no quadro

académico, a questão da “cooperação Angola-Namíbia” no quadro da defesa. Outro facto importante, é o meu gosto e interesse em temas relacionados com relações internacionais. Dentro deste quadro, acredita-se que a Namíbia constitui um parceiro estratégico para Angola, perante as questões geoestratégicas e de defesa ligados à prevenção e à luta contra as chamadas “novas ameaças” nacionais e transnacionais, que acreditamos ser uma questão que ainda não está suficientemente estudada e analisada.

Escolha da Cronologia

A escolha desta cronologia é justificada pelo facto de a Namíbia ter alcançado a sua independência a 21 de março de 1990. Este é também um ano marcante para o contexto político de Angola, pois já havia terminado a Primeira Guerra Civil, marcando o fim da antiga era (socialista) preparando o início de uma nova era para a sua política interna (democrática) e externa (mais abertura), tendo em conta o seu novo contexto social, político e económico. Também foi neste ano em que se estabelecerem formalmente as relações diplomáticas entre Angola e a Namíbia, isto é, a 18 de setembro de 1990. O alcance cronológico vai até 2015 porque pretendemos analisar dados da história recente das relações internacionais que envolvem os dois países num quadro regional. Essa data constitui o ano de início da investigação para a tese.

Objetivos da Investigação

Pretende-se com este trabalho analisar a história das relações internacionais de Angola na região da SADC (no domínio da defesa) de forma a compreender o papel que tem desempenhado neste bloco regional, dando maior ênfase a dinâmica da cooperação pré-independência, desenvolvida entre os movimentos de libertação nacional de Angola e da Namíbia, e da cooperação pós-independência, desenvolvida entre os governos de Angola e a Namíbia. Essa análise vai basear-se na caracterização dos diferentes períodos históricos das relações entre os dois Estados. Esta tese tem os seguintes objetivos específicos: 1- Analisar o papel de Angola na região da SADC na vertente da defesa; 2- Caracterizar os diferentes períodos históricos das relações entre Angola e a Namíbia; 3- Descrever o percurso histórico da cooperação entre Angola e Namíbia na vertente da defesa; 4- Analisar o contributo histórico nos domínios político-militar, diplomático e estratégico desempenhado por Angola para o estabelecimento e manutenção da paz, segurança e estabilidade na SADC e na CIRGL; 5- Descrever os contributos conjugados de Angola e da Namíbia na manutenção e preservação da paz e segurança regional.

Problemática

Segundo Luís Bernardino (2013), a questão da defesa e segurança na região constituiu assunto de preocupação entre os políticos, diplomatas, analistas e académicos, levando-os a uma abordagem de natureza histórica e conjugada desde o período pré-

independência, período de transição e pós-independência, numa tentativa de análise geoestratégica e geopolítica regional pura; e outros analisam numa tentativa de projetar cenários económicos e de segurança (marítima, alimentar e fronteiriça) que possibilite uma cooperação bilateral ou multilateral no futuro¹. Os problemas políticos e de segurança, em África, têm atualmente uma relevância estratégica na política internacional². Segundo Daniela Nascimento (2011), a perceção crescente da ameaça à segurança e à estabilidade regional e internacional provocada pelos conflitos internos, especialmente no continente africano, tem levado os países considerados mais desenvolvidos a tomarem consciência da importância de conter e resolver a instabilidade e a violência regional, principalmente nos chamados “Estados Falhados³”, constituindo assim uma espécie de “novo intervencionismo” no espaço subsariano⁴. Numa visão lógica, cabe, primeiramente, aos Estados e atores africanos adotar os meios necessários, estratégias e ações concretas que visem o estabelecimento e gestão da paz em África, ou seja, cabe-lhes envidarem esforços e elaborarem instrumentos para garantir, de forma sólida, a defesa, segurança e o desenvolvimento das suas populações. Perante a discussão a que aludimos acima, apresentamos a seguinte questão central (QC) que orientará a nossa investigação:

(QC) – Qual o papel que Angola tem desempenhado na região da SADC, no quadro da cooperação com a República da Namíbia, no domínio da defesa, entre 1990 e 2015?

Para além da questão central apresentamos as questões derivadas que vão dar um suporte argumentativo ao nosso trabalho, permitindo responder à questão central (QC):

Q1- Que objetivos Angola tem pretendido alcançar com a sua política regional?

Q2 - Até que ponto a Namíbia constitui um dos parceiros estratégicos regional no âmbito da política externa de Angola, entre 1990-2015?

Q3- Que elementos estão na base da consolidação das relações bilaterais entre Angola e a Namíbia?

¹ Bernardino, Luís (2013), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra, Editora Almedina Edições, p. 576.

² Franco, Manuel (2007), “Estratégia e Segurança na África Austral”, em Franco, Manuel (org.), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-América, 1ª edição, p. 7.

³ Pode ser entendido por “colapso do estado, pelo qual o Estado não pode mais desempenhar as suas funções básicas de segurança e desenvolvimento e não tem controlo efetivo sobre seu território e suas fronteiras.”/“*state collapse, whereby the state can no longer perform its basic, security and development functions and that has no effective control over its territory and borders*”. Disponível em Ezrow, Natasha e Erica Frantz (2013), *Failed States and Institutional Decay- Understanding Instability and Poverty in the Developing World*, Chennai, Bloomsbury academic [online].

⁴ Nascimento, Daniela (2011), “Da Guerra à Paz no Sudão: As (in)visibilidades do Acordo Geral de Paz”, *Relações Internacionais*, Dezembro, pp. 33-43. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n32/n32a03.pdf>, consultado a 28 de dezembro de 2014, p. 35.

Q4- Qual têm sido o papel da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia no quadro da cooperação entre os dois países no período pré-conflito (1990-2002) e no período pós-conflito (2002-2015)?

Hipóteses

Perante estas perguntas de partida, os procedimentos metodológicos pressupõem apresentar respostas prováveis às questões. Segundo Maria José Sousa e Cristina S. Baptista (2011), “as hipóteses são uma resposta prévia ao problema proposto e, habitualmente, são desenvolvidas com base em estudos anteriormente realizados de acordo com o tema escolhido”⁵. Isto é, as hipóteses levantadas podem ter a origem no pré-conhecimento adquirido durante a revisão bibliográfica sobre o assunto a tratar⁶. Este foi precisamente o nosso caso. No entanto, as respostas provisórias que constituem a temática da nossa investigação, a confirmar ou a infirmar, são as seguintes:

H1 – A política regional de Angola tem como objetivo torná-la um Estado influente na SADC, capaz de “liderar” os principais assuntos relacionados com a defesa que afetam a região, assim como de procurar afirmar-se nas regiões que pertence, no quadro da defesa e segurança, promovendo mecanismos que visam garantir a paz e a estabilidade na região, em consonância com constituição de Angola, a Carta das Nações Unidas, a carta da União Africana e com Direito Internacional, a fim de projetar os seus interesses económicos, políticos e de segurança. Angola pretende contribuir para uma “ordem regional pacífica”, sólida e regulada pelo direito. O Estado angolano é, e pretende continuar a ser, um parceiro estratégico indispensável quando se trata de assuntos relacionados com a resolução de conflitos, defesa, segurança e estabelecimento e gestão de paz no continente africano, essencialmente na região da SADC, pelo que é solicitado por vários países para cooperar e para dar o seu parecer sobre questões relacionadas com aquelas áreas, facto que levou Angola a aparecer no panorama regional e além regional.

H2 – Uma das estratégias da política externa angolana é a cooperação com os Estados vizinhos a fim de garantir a tranquilidade ao longo das suas fronteiras, considerando também que a paz e a estabilidade dos Estados vizinhos são elementos importantes para manter a sua própria segurança. Por outro lado, apesar da fronteira sul ser menos vulnerável e preocupante, a cooperação com a Namíbia permite a prevenção e a neutralização de ameaças transnacionais, principalmente, as não-militares, pois estas constituem as chamadas “novas ameaças” dos Estados, afetando os interesses nacionais.

⁵ Sousa, Maria José e Cristina Sales Baptista (2011), *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios, segundo Bolonha*, Lisboa, LIDEL-Edições Técnicas, p. 27.

⁶ Leal, João L. Rodrigues (2012), *O Ártico como Espaço Geopolítico*, Tese de Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, Lisboa, Departamento de História, ISCTE-IUL, p. 50.

H3 – Os laços históricos efetivados durante a cooperação na luta de libertação nacional nos dois países, na luta anticolonial em Angola e contra a África do Sul (sob regime do *apartheid*), associados aos laços socioculturais existentes entre alguns povos dos dois países, bem como fatores geoestratégicos e estratégicos de defesa nacional constituem fatores principais do fortalecimento das relações bilaterais entre Angola e Namíbia.

H4 – A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia tem o objetivo de traçar estratégias conjuntas e consensuais nos domínios da defesa e segurança, entre os dois Estados. Neste contexto, esta comissão tem desempenhado papel importante, especificamente no diz respeito ao combate ao terrorismo ou a ameaças convencionais que constituem ameaças à paz e à segurança dos dois Estados, e ao combate a crimes transfronteiriços: roubo de viaturas, tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, roubo de gado (*mudjvala*) e outros. O seu desafio principal é o combate à criminalidade fronteiriça e a salvaguarda da soberania angolana e namibiana.

Importância da Investigação

A importância deste trabalho reside no facto de se pretender, modestamente alcançar um conhecimento vasto consolidado e atualizado capaz de contribuir para uma análise da evolução da história da política interna e externa de Angola, sobretudo relacionado com o papel que tem desempenhado no continente africano, particularmente na região da SADC no âmbito da sua política externa na região, especificamente no domínio da defesa. Igualmente, poderá proporcionar conhecimento científico sobre a história da cooperação entre Angola e a Namíbia, no quadro da político-militar, realizados entre os movimentos anti-coloniais, desde o início da luta armada desenvolvida pelos movimentos de libertação nacional de Angola (MPLA e UNITA) e da Namíbia (SWAPO), no início da década de 60 do século XIX. Assim, este estudo poderá servir como fonte de consulta para os estudiosos, no âmbito de História de Angola e da História da África Austral, nas áreas da Defesa, Político-Militar e da História das Relações Internacionais da África Austral.

Procedimentos Metodológicos

Todo o trabalho científico pressupõe o uso de uma metodologia de estudo e de análise. Segundo Maria José Sousa e Cristina Sales Baptista (2011), a metodologia de investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir⁷. De acordo com André Nouschi (1986) “o historiador utiliza na sua investigação e para o seu trabalho diferentes instrumentos, tais

⁷ Sousa, Maria José e Cristina Sales Baptista (2011), Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios, segundo Bolonha, Lisboa, LIDEL-Edições Técnicas, p. 52.

como cartas, testemunhos e outros”⁸. Deste modo, um investigador não é obrigado a optar pela utilização em exclusivo de fontes de obtenção de dados ou de métodos quantitativos ou qualitativos, podendo, e caso a investigação o exija, optar por combinar estes dois métodos ou diversas fontes de informação, de forma a tornar o processo de investigação mais consistente e sólido. Nesta perspetiva, a triangulação de dados pressupõe o uso de uma variedade de fontes num mesmo estudo⁹. Com base a estes argumentos, a presente tese resulta de um trabalho de investigação cuja recolha de informação foi concretizada em três fases principais: na primeira fase foi feito um estudo bibliográfico sobre a temática em questão; na segunda fase foi feita a pesquisa documental¹⁰ específica em arquivos; e na terceira fase foram realizados inquéritos, por entrevistas e, em alguns casos, aplicação de questionários abertos, a personalidades de reconhecido relacionamento com o tema em apreço.

A pesquisa bibliográfica permitiu elaborar a questão central da investigação, as questões secundárias e as respetivas hipóteses, bem como construir o quadro teórico-conceptual da problemática e desenvolver o enquadramento geopolítico e histórico do tema. Também permitiu suprir, em certos casos, as insuficiências ou lacunas apresentadas pelas fontes documentais e da informação obtida por meio de inquérito.

A recolha de informação documental foi efetuada no Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos (AMU-GNP), Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA (CDIH-MPLA), em Luanda, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola (AMIREX - Edifício I), Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Angola (AMIREX - Edifício II), Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), Fundo arquivístico Mário Pinto de Andrade (online) da Fundação Mário Soares, Associação Memoriando (online), Arquivo da Organização das Nações Unidas (ONU) – AONU/ANU (online), Office of the Historian – EUA (online), Arquivo da Corte Internacional de Justiça, Arquivo do Consulado da Namíbia em Ondjiva (Cunene), Arquivo da Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola (ADNRI-MINDENA) e Arquivo da Delegação Provincial do Interior do Cunene. Ainda consultámos documentos oficiais e institucionais que se encontram na posse do autor – que lhe foram dados por

⁸ Nouschi, André (1986), *Iniciação às Ciências Históricas*, Coimbra, Livraria Almedina, p. 83.

⁹ Sousa, Maria José e Cristina Sales Baptista (2011), *Como Fazer Investigação*, Dissertações, Teses e Relatórios, segundo Bolonha, Lisboa, LIDEL-Edições Técnicas, p. 52.

¹⁰ De acordo com Nouschi, André (1986), *Iniciação às Ciências Históricas*, Coimbra, Livraria Almedina, p. 83, o historiador utiliza para a sua investigação e para o seu trabalho diferentes instrumentos, tais como cartas, testemunhos e outros.

entidades ligadas direta ou indiretamente aos acontecimentos e/ou a instituições relacionadas com o tema em questão que por razões deontológicas estão em anonimato.

Segundo André Nouschi (1986), “os documentos de arquivos têm muitas vezes a precisão e a forma inacabada”¹¹. O facto de termos observado restrições relacionadas com a acessibilidade das fontes documentais em algumas instituições governamentais angolanas e namibianas e as limitações apresentadas pelas fontes documentais obtidas levou-nos a realizar, na terceira fase, algumas entrevistas semi-dirigidas, inquéritos e recolha de informação oral junto de uma população, cuidadosamente selecionada e com reconhecido conhecimento e relação política, constituída por entidades ligadas às instituições estatais – serviços das embaixadas da Namíbia em Angola, do Ministério da Defesa de Angola, do Ministério da Defesa da Namíbia, do Ministério do Interior de Angola, do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas [EMGFAA], da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia –, partidárias namibianas (SWAPO e ex-PLAN) e angolanas (MPLA, ex-FAPLA, UNITA e ex-FALA) – e a especialistas/académicos ligados à temática em estudo. Assim, a nossa amostra para este trabalho é composta por 21 elementos: académicos, ex-atletas, 17 militares das Forças Armadas Angolanas (FAA), das Forças de Defesa Namibiana (NDF) e ex-militares das ex-FAPLA, das ex-FALA e ex-PLAN e políticos do MPLA, UNITA e da SWAPO.

Também foram colhidas informações de entrevistas e de debates radiofónicos e televisivos, bem como de outras fontes de imprensa. Também recorreremos a algumas resoluções das Nações Unidas sobre Angola, Sudoeste Africano e África do Sul, a legislação interna da Namíbia e de Angola, e acordos bilaterais ou multilaterais que envolvem Angola e a Namíbia, bem como comunicados oficiais de instituições partidárias e estatais. De acordo com Maria José Sousa e Cristina Sales Baptista (2011), o estudo de acontecimentos relacionados com as ciências sociais pressupõe o uso de métodos qualitativos ou quantitativos. No entanto, tendo em conta a natureza do objeto e objetivo de estudo deste trabalho, relacionada à atividade de pessoas e de organizações de forma a compreender os problemas relacionados, as atitudes e valores, leva-nos a empreender um estudo descritivo – desenvolver rigorosamente e claramente um dado objeto de estudo na sua estrutura e funcionamento; conceitos; ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados obtidos¹².

Desde modo, para analisar e descrever a temática em estudo usámos o “**método histórico**”, com qual procurámos apresentar uma narrativa histórica dos factos, sem fazer

¹¹ Nouschi, André (1986), *Iniciação às Ciências Históricas*, Coimbra, Livraria Almedina, p. 83.

¹² Sousa, Maria José e Cristina Sales Baptista (2011), *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios, segundo Bolonha*, Lisboa, LIDEL-Edições Técnicas, pp. 53-58

qualquer tipo de juízo de valor, pois, de acordo com Marc Bloch, “o historiador apenas se propõe descrever as coisas tal como se passaram”¹³. O “método histórico” é um procedimento que compreende três fases: a **heurística** – colheita de fontes essenciais para a análise histórica; a **crítica** – uma operação usada para dotar de um certo grau de positividade os elementos sobre os quais trabalhamos¹⁴, pois serve como “uma espécie de labareda que nos ilumina e nos guia por todos os caminhos obscuros [...], fazendo-nos distinguir o verdadeiro do falso”¹⁵ – e a **hermenêutica** – que consiste na interpretação das fontes recolhidas, com base nas questões colocadas na problemática, permitindo a confrontação das fontes com a pergunta de partida, a fim de se perceber até que ponto as fontes fornecem uma resposta à problemática. Ela visa clarificar o sentido dos documentos¹⁶.

Portanto, o método histórico consiste na recolha, crítica, interpretação e confrontação dos testemunhos a fim de comprovar a fiabilidade e a veracidade dos mesmos sobre os acontecimentos históricos para respondermos com exatidão possível as questões da investigação¹⁷. Também conhecido por “crítica histórica”, o método histórico permite examinar cuidadosamente cada uma das fontes disponíveis e procura determinar o grau de confiabilidade da informação. De igual modo, verifica a veracidade do documento e permite estudar os factos do passado com a finalidade de encontrar algumas explicações. Este tipo de pesquisa busca reconstruir o passado da forma mais objetiva possível e exata¹⁸. Trata-se de procedimentos metodológicos já usados por grandes investigadores da área da História, como Heródoto, Tucídides¹⁹, Bloch, entre outros.

De igual modo, levamos em consideração o princípio de interdisciplinaridade do conhecimento científico, pois recorreremos a conceitos e factos de outras áreas relacionadas (Ciências Políticas, Relações Internacionais, Estratégia, Geoestratégia e Geopolítica, entre outras) para analisar, descrever e compreender o tema em questão, dentro de uma perspetiva essencialmente histórico, uma vez que é impossível uma ciência concretizar os seus objetivos de forma eficaz, quando abordamos os factos isoladamente,

¹³ Bloch, Marc (2010), *Introdução à História*, 2ª edição, Lisboa, Publicações Europa – América, p. 160.

¹⁴ Mattoso, José (1997), *A Escrita da História- Teoria e Métodos*, Lisboa, Editora Estampa, p. 35.

¹⁵ Bloch, Marc (2010), *Introdução à História*, 2ª edição, Lisboa, Publicações Europa – América, p. 124.

¹⁶ García, Gregorio Delgado (2010), “Conceptos y Metodología de la Investigación Histórica” em *Revista cubana de Salud Pública*, nº 36, p. 11.. Disponível na Base de Dados SIELO <http://www.scielosp.org/pdf/rcsp/v36n1/spu03110.pdf>, consultado a 24 de junho de 2015.

¹⁷ Bloch, Marco (2010), *Introdução à História*, 2ª edição, Lisboa, Publicações Europa – América, p. 14.

¹⁸ Escamilla, Marsela Dzul (s/d), *Método Histórico*, Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, (online). Disponível em https://www.uaeh.edu.mx/docencia/VI_Presentaciones/licenciatura_en_mercadotecnia/fundamentos_de_metodologia_investigacion/PRES40.pdf, consultado a 19 de junho de 2015.

¹⁹ Fuente, David H. (2012), “La Investigación Histórica. Conceptos Generales. Historia, teoría y praxis histórica”, em Agorreta, María J. Peréx (org.), *Método y Técnica de Investigación Histórica I*, [online] Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, p. 16, consultado a 24 de junho de 2015.

evitando uma visão limitada e incompleta sobre a temática. Portanto, foi no quadro destes parâmetros metodológicos que foi desenvolvido o presente estudo.

Pressupostos Teóricos: Quadro Conceptual Referencial e Estado da Arte

Quadro Conceptual Referencial

Importa-nos, antes de mais, apresentar um quadro conceptual de alguns termos que giram em torno da questão em estudo “Angola no Contexto da SADC – Cooperação Angola-Namíbia no quadro da Defesa (1990-2015) ” e que visam transmitir e normalizar o conhecimento de base.

Adriano Moreira (2014) define *Relações Internacionais* como uma disciplina que “estuda os fatores e atividades que afetam a política externa e o poder das unidades básicas, por exemplo, Estados e grandes espaços”²⁰. Há autores que as resumem como sendo “as relações pacíficas ou conflituosas existentes entre instituições, Povos e Estados”²¹. De acordo ainda com Adriano Moreira (2014) o núcleo central de todas as definições apresentadas é o conjunto de relações entre entidades que não reconhecem um poder político superior, ainda que não sejam estaduais, somando-se às relações diretas entre entidades formalmente dependentes de poderes políticos autónomos. Nesta perspetiva coloca-se em primeiro lugar os Estados e a seguir as organizações não-governamentais, nascidas da sociedade civil, que cortam os limites das fronteiras políticas²².

Relativamente ao termo *Cooperação*, este vem do latim *cooperatiōne* e significa auxílio, colaboração. Pode ser usado para referir a relação entre indivíduos, povos, organizações e instituições estatais. Quanto à cooperação entre Estados, esta consiste em agir conjuntamente com vista à realização com sucesso de um objetivo comum, tendo em conta determinadas condições que a cooperação implica e os interesses comuns dos Estados envolvidos²³.

Adriano Moreira (2014) define a *Diplomacia* como a “arte de negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados” e considera que isso constitui a mais importante ferramenta na relação entre os Estados²⁴. Em consonância com Adriano Moreira (2014), Sérgio Silva (2012) define a *Diplomacia* como “um conjunto de processos que apelam à aplicação de inteligência e do juízo na condução de relações oficiais entre governos de Estados soberanos, procurando resolver os seus antagonismos

²⁰ Moreira, Adriano (2014), *Teorias das Relações Internacionais*, 8ª edição, Coimbra, Almedina, p. 53.

²¹ Maltez, José Adelino (2002), *Curso de Relações Internacionais*, Principia Editora, Lisboa.

²² Moreira, Adriano (2014), *Teorias das Relações Internacionais*, 8ª edição, Coimbra, Almedina, p. 54.

²³ Sousa, Fernando de (2005), *Dicionário das Relações Internacionais*, Edições Afrontamento / CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto, p. 53.

²⁴ Moreira, Adriano (2014), *Teorias das Relações Internacionais*, 8ª edição, Almedina, Coimbra, p. 85.

por meios pacíficos”. Desde os tempos longínquos que este instrumento foi privilegiado tanto para o diálogo e como enquanto meio de cooperação, embora não seja o único, e também para o relacionamento entre os Estados com o mútuo objetivo de concretizarem os respetivos interesses nacionais²⁵, proporcionarem estabilidade e desenvolvimento, de forma pacífica, entre governos de diferentes Estados e outras entidades legitimamente envolvidas²⁶.

A palavra Defesa é originária da palavra latina *defensa* e significa proteção do corpo ou de um grupo e resistência. Com o decorrer do tempo o conceito de defesa evoluiu e passou a ser aplicado em diferentes áreas de conhecimento, as guerras – agressões e defesa – passaram a ter características puramente militares²⁷. Deste modo, a questão de defesa deixa o de ser uma necessidade de sobrevivência e passou a ser um instrumento de segurança, passando, no entanto, a ser entendida como uma ação exercida por um grupo de pessoas ou por uma sociedade ou Estado a fim de neutralizar, evitar ou eliminar uma agressão, com o intuito de garantir a sua integridade territorial, segurança e sobrevivência. A defesa de Estado deixou, no entanto, de ser uma responsabilidade exclusivamente de militares e passa a constituir uma responsabilidade nacional (do Estado e dos Cidadãos) – Defesa Nacional²⁸. Cardoso (1983) vai mais longe ao afirmar que, “o elemento militar deixou de ser a sua componente quase exclusiva e passou a constituir uma das componentes que, embora nem sempre a mais importante, é sempre necessária visto que, na «selva» das relações internacionais, tem sempre mais razão quem argumenta com armas na mão”²⁹. O termo de *Defesa*, na perspetiva de Sousa (2005), está relacionado com a área da segurança militar e traduz-se numa forma de proteger os valores de ataques. O que vai originar a resistência por parte de um Estado ou a formação de alianças³⁰.

²⁵ Silva, Sérgio Vieira da, et al. (2012), *Introdução às Relações Internacionais*, Escolar Editora, Lisboa, p. 165.

²⁶ Sousa, Fernando de (2005), *Dicionário das Relações Internacionais*, Edições Afrontamento / CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto, p. 65.

²⁷ Cardoso, Leonel (1981), “Defesa Nacional – Segurança Nacional”, em Magalhães, Altino A. Pinto (Diretor), *Nação e Defesa*, pp. 9-24, ano VI, nº 17, jan-març, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. Disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD17.pdf>, consultado a 21 de maio de 2015, pp. 11-12.

²⁸ Cardoso, Leonel (1983), “Algumas Reflexões sobre Conceitos de Defesa”, em Magalhães, Altino A. Pinto (Diretor), *Nação e Defesa*, pp. 91-106, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. Disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD25.pdf>, consultado a 20 de maio de 2015, pp. 94-96. Ver também: Piedade, José Carlos (2014), “A segurança interna e a concertação estratégica entre as forças de defesa e segurança” comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios”*, 26-27 de Agosto, Luanda, p. 75.

²⁹ Cardoso, Leonel (1983), “Algumas Reflexões sobre Conceitos de Defesa”, em Magalhães, Altino A. Pinto (Diretor), *Nação e Defesa*, pp. 91-106, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. Disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD25.pdf>, consultado a 20 de maio de 2015, p. 94.

³⁰ Sousa, Fernando de (2005), *Dicionário das Relações Internacionais*, Edições Afrontamento / CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto, p. 53.

Ao analisarmos o termo Defesa, surge o termo Defesa Nacional. Segundo Glória, a Defesa Nacional é o “conjunto de atividades que permitem ao Estado proteger-se de uma ameaça pontual que afeta os interesses nacionais, ou seja, corresponde ao exercício de uma função de natureza coletiva que visa a Segurança Nacional”³¹. Na mesma perspetiva define a Defesa Nacional como um conjunto de medidas e de ações a desenvolver pelo Estado e pelos cidadãos para atingir ou garantir aquele estado contra qualquer agressão ou ameaça³². Nesta senda, a Constituição da República de Angola define a Defesa Nacional como um elemento que tem como objetivo garantir a defesa da soberania e independência nacional, da integridade territorial e dos poderes constitucionais e da lei, bem como garantir a ordem pública, o asseguramento da liberdade e segurança da população contra agressores e outro tipo de ameaças externas e internas, além de garantir o desenvolvimento de missões de interesse público, nos termos da Constituição e da lei³³.

De acordo com António Sacchetti (1995) o termo Segurança é ambiente de tranquilidade que se pretende alcançar ou manter, propício ao normal funcionamento das instituições. Neste ambiente, as instituições podem dedicar-se mais empenhadamente ao desenvolvimento económico, à criação de bem-estar e ao aperfeiçoamento da justiça social³⁴. Segundo Miguel Júnior (2003) o termo Segurança é aplicado em diversas atividades sociais e pode referir-se à segurança industrial, económica, social, informática, ecológica, militar, pública, interna, regional e internacional³⁵. A segurança é o primeiro fator de liberdade, pelo que é prioritário garantir a liberdade de circulação dos cidadãos, erradicar as zonas ditas “perigosas” e proporcionar aos cidadãos uma sensação de segurança. A segurança no sentido amplo engloba a segurança individual dos cidadãos e dos seus bens, a Segurança Pública, Segurança Interna, Segurança Externa, Segurança Rodoviária, Segurança Alimentar e Segurança Ambiental³⁶.

Ao analisar o conceito de Segurança, surge o termo Segurança Nacional. A *Segurança Nacional* tem sido considerado como um estado que se deseja alcançar, onde estará garantida a liberdade de ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas, a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do

³¹ Glória, Justino (2014), “O papel e o Lugar das Forças Armadas Angolanas na Segurança Internacional”, comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios”*, 26-27 de Agosto, Luanda, p. 206.

³² Sacchetti, António Emílio (1995), *O Mediterrâneo: Geopolítica e Segurança da Europa*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, p.31.

³³ *Constituição da República de Angola* (2010), termo 1, do artigo 206, relativamente à defesa nacional, III capítulo: Defesa Nacional e Forças Armadas, p. 74.

³⁴ Sacchetti, António Emílio (1995), *Segurança Europeia (1989-1995)*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, p.65.

³⁵ Júnior, Miguel (2003), *A Formação e o Desenvolvimento das Forças Armadas Angolanas*, Editorial N’zila, Luanda, p. 91.

³⁶ Garcia, Francisco Proença (2014), “As Ameaças Transnacionais e a Segurança e Estratégia de Resposta”, comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: “Anais da conferência sobre Segurança Nacional e Desafios”*, 26-27 de Agosto, Luanda, p. 203.

Estado e reforço dos valores e capacidade nacionais³⁷. Continuando na senda deste, António Sacchetti (1995) refere que a defesa nacional de um país preocupa-se sempre com a defesa dos interesses nacionais, entre os quais temos, primeiramente, a defesa da independência nacional e da integridade do território. É certo que a preocupação com a defesa e segurança de um Estado não é abordada quando esta ou aquele vê uma ameaça à soberania ou às suas fronteiras. A preocupação dos Estados nestas áreas deve ser vista assim como uma questão pertinente, quer na política interna quer na externa. Ela só existe quando há guerra e as ameaças não se programam nem se denunciam com antecedência. O que se poderá fazer é estabelecer um quadro amplo de ameaças possíveis e, entre elas, referir as mais prováveis³⁸. Segundo Júnior (2003), está relacionado com a vida de um Estado que deve ser articulado com outras questões, tais como a paz, a sociedade, as relações internacionais, etc. A Segurança Nacional é um pressuposto adotado pelo Estado na sua totalidade que contém princípios orientadores para as diferentes ações e as características das posições políticas para se assegurar os interesses nacionais consagrados na constituição e da lei de defesa nacional³⁹.

Sinteticamente, António Sacchetti (1995) ao apresentar a diferença entre Segurança e Defesa refere que a instituição que zela pela Segurança privilegia o diálogo político e, para isso tem que admitir no seio todas as partes interessadas, incluindo os “antagonistas”. A instituição que tem por responsabilidade a Defesa não pode admitir no seu seio os “inimigos”, não privilegia o diálogo mas prepara a força para a usar, no caso do diálogo político falhar. Para manter a segurança os políticos procuram resolução pacífica dos conflitos, estabelecem medidas para a criação de confiança e buscam o equilíbrio. Para deter ou enfrentar a ameaça, os responsáveis pela defesa falam de dissuasão, aumentam a prontidão, procuram a surpresa e, se possível, a superioridade. Na preservação da Segurança e durante o debate político podem negociar-se interesses nacionais secundários ou objetivos nacionais. A Defesa protege intransigentemente os interesses vitais, não negociáveis, se eles forem ameaçados. Ao passo que a Segurança procuram-se soluções justas, consensuais, equilibradas e se possível imparciais. Em Defesa, a neutralidade ou indefinição não são possíveis⁴⁰.

Uma Ameaça pode ser entendida como um sinal ou circunstâncias que dão a entender que alguém quer fazer mal a alguém. Abel Cabral Couto (1988), afirma que ameaça é qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) de variadas naturezas

³⁷ Sacchetti, António Emílio (1995), *O Mediterrâneo: Geopolítica e Segurança da Europa*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, p.31.

³⁸ Ibidem, pp. 37-39.

³⁹ Júnior, Miguel (2003), *A Formação e o Desenvolvimento das Forças Armadas Angolanas*, Editorial N'zila, Luanda, pp. 90-93.

⁴⁰ Sacchetti, António Emílio (1995), *Segurança Europeia (1989-1995)*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, p.65-66.

que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causadora de danos, materiais ou morais. No entanto, as ameaças não são exclusivamente militares. Elas podem ser de variada natureza militar e não-militar, ou seja, militar, económica, subversiva, ecológica, etc. Uma ameaça é o produto de uma possibilidade por uma intenção⁴¹.

Ao contrário das ameaças tradicionais (ameaças militares), no que toca à questão de segurança dos Estados, algumas das ameaças não-militares são novas e emergem lentamente nos últimos tempos, podendo incluir-se nelas as ameaças transnacionais. Quando estas ações cruzam as fronteiras podem constituir uma ameaça à integridade social e política dos Estados, à saúde dos seus habitantes, bem como à sua qualidade de vida⁴².

A Ameaça é um ato ofensivo, uma antecâmara da agressão, portanto trata-se de um contexto sem ser ainda guerra, que não desaparece quando a agressão é efetivada. É evidente que a ameaça é estruturalmente identificável (produto dum capacidade por uma intenção) e levanta menos problemas que risco, não sendo possível, de modo nenhum, identificar o risco como uma ameaça difusa ou latente. O termo Risco significa perigo, inconveniente ou fatalidade muito possível de se efetivar. Eventualidade de um acontecimento futuro de ocorrência incerta ou em momento incerto. É um perigo ou um mal suscetível de causar destruição. O risco é, num certo sentido, uma ação não diretamente intencional e eventualmente sem caráter intrinsecamente hostil (contrariamente aos termos que caracteriza a ameaça na estratégia), provinda de um ator interno ou externo não necessariamente estratégico⁴³.

Estado da Arte

As questões de defesa e segurança na SADC e o papel de Angola na “Arquitetura da Paz e Segurança Africana (APSA)” já foram abordados por alguns autores, o que levamos a acreditar que não estamos perante um tema novo. Entre as obras sobre a temática podem ser apontados os trabalhos de Júnior (2003; 2014), Cardoso (2005), Caholo (2007), Teixeira (2009), João Porto (2007), Almeida (2011), Carvalho (2011), Joveta (2011), Bernardino (2011; 2013), Piedade (2014), Manuel C. de Barros (2014), Manuel C. de Barros

⁴¹ Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia*, Vol. I, Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), Lisboa, p. 329.

⁴² Garcia, Francisco Proença (2014), “As Ameaças Transnacionais e a Segurança e Estratégia de Resposta”, comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: “Anais da conferência sobre Segurança Nacional e Desafios”*, 26-27 de Agosto, Luanda, pp. 110-111. Ver também em: Garcia, Francisco Proença (2006), “As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo”, em *Revista Negócios Estrangeiros*, 9.1, Março, pp. 339-374. Disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000036001-000037000/000036360.pdf>, consultado a 25 de abril de 2016, pp. 343-345.

⁴³ Fernandes, António H. et al. (2005), “Pensar a Segurança e Defesa”, em Nogueira, José M. F., *Edições Cosmos-Instituto de Defesa Nacional*, Lisboa, pp. 73-75.

(sem data), Glória (2014), entre outros. Estes e outros trabalhos constituem o *corpus* bibliográfico que sustenta a nossa apreciação teórica.

Porém, fazendo uma incursão sobre a bibliografia que aborda precisamente as questões de cooperação Angola-Namíbia, percebe-se que é ínfima. As produções existentes resumem-se, principalmente, a matéria desenvolvida e apresentada pelos jornais e outros órgãos de informação. Podemos apontar obra de Indira Eduardo Mateta (2009). De acordo com esta autora, as atuais relações bilaterais entre Angola e a Namíbia são resultado da cooperação e da solidariedade forjada durante o período entre 1976 e 1988, quando o governo da República Popular de Angola permitiu a instalação das bases e do comando militar a SWAPO no território angolana, além de prestar apoio político-militar, social, económico e diplomático à SWAPO, aquando da sua luta pela independência do Sudoeste Africano. Porém, a cooperação militar foi a mais ativa, levando o envolvimento da NDF no conflito angolano. O acordo de isenção de vistos assinados entre Angola e Namíbia constituem um passo para a integração regional⁴⁴. Porém, esta autora não analisa as relações pró-independência, ou seja, as relações entre os movimentos de libertação de ambos países.

Angola foi uma colónia portuguesa, consensualmente desde 1575, quando Paulo Dias de Novais fundou a capitania de Luanda. Em 1961 começou a luta armada anticolonial. Após o 25 de abril foi assinado o cessar-fogo e criando pressupostos para a transferência de poder. Todavia, o Acordo de Alvor sobre a independência de Angola, assinado em 15 de janeiro de 1975, entre os três Movimentos de Libertação (UNITA, FNLA e o MPLA) e Portugal, não conseguiu evitar um longo conflito violento que começou antes da proclamação da Independência Nacional, a 11 de novembro de 1975. As duas superpotências da época (EUA e URSS) fizeram de Angola um palco privilegiado para as suas disputas geopolíticas no quadro da *proxy war*, aos olhos de Portugal e da comunidade internacional, que se viam incapazes de gerir a transição de uma forma pacífica. Por um lado, o MPLA (apoiado pela URSS e por Cuba) e, por outro, a coligação FNLA-UNITA (apoiada pelo EUA, China, Zaire e África do Sul), protagonizaram batalhas sangrentas⁴⁵, entre 1975 e 1988, que decidiram o destino político da África Austral.

Angola (sob governo do MPLA), na qualidade de “Estados da Linha da Frente⁴⁶”, apoiava os movimentos *anti-apartheid* da Rodésia e da África do Sul (ANC) e de

⁴⁴ Mateta, Indira Eduardo (2009), *As Relações Político-Diplomáticas entre a República de Angola e a República da Namíbia (1990-2009)*, Monografia de Licenciatura em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais do Ministério das Relações Internacionais de Angola, Luanda.

⁴⁵ Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 362-368.

⁴⁶ Constituem Estados da Linha da Frente os países co-fundadores da Conferência para Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), Angola, Botsuana, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia, Lesoto e Zimbabué. Ver em Murapa, Rukudzo (2002), “A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): Rumo à integração política e económica, (tradução do inglês: Cristina Lopes), julho/, Impulso nº 31,

emancipação da Namíbia (SWAPO). Esta ação veio a custar-lhe a invasão do seu território pela África do Sul, no pretexto de perseguir e combater os militantes da SWAPO e do ANC, manter a fronteira (Angola e Sudoeste Africano) livre destes movimentos e conter o avanço comunista.

Porém, a Batalha de Cuito Cuanavale, no seu conjunto, o fim da Guerra Fria e a queda da URSS foram decisivos, pois mudaram o curso da política de Angola e da África Austral⁴⁷, forçando a assinatura do Acordo de Nova Iorque (a 22 de dezembro de 1988, na sede das Nações Unidas), entre o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Afonso Van-Dunem, de Cuba Isidoro Malmierca Peoli, e da África do Sul, Roelof F. Botha, que permitiram o fim da intervenção das forças sul-africanas e cubanas em Angola, dando origem à independência da Namíbia e, conseqüentemente, criando os alicerces para abolir o regime do *apartheid*, a democratização da África do Sul⁴⁸ e de Angola e o fim da sua influência na região. Em 1992, após uma crise pós-eleitoral, começou a Segunda Guerra Civil Angolana, entre a UNITA e o governo formado pelo MPLA e só terminou com os Acordos de Luena, a 4 de abril de 2002. A paz e a recuperação económica e social que se verificaram no país tiveram repercussão na sua política externa, no que toca à sua afirmação no cenário internacional, particularmente, nas comunidades regionais de que faz parte.

Com a independência de alguns países, principalmente de Moçambique e de Angola, houve uma outra dinâmica no bloco dos chamados “Estados da Linha da Frente”⁴⁹, sendo essencialmente um movimento de solidariedade política em países e povos oprimidos. Após a independência (reconhecida) do Zimbabué (1980), estes países agruparam-se, inicialmente, numa organização supranacional, a Conferência para a Coordenação do

pp. 155-164. Disponível na base de dados B-on: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art08.pdf>, consultado a 19 de janeiro de 2015, p. 158.

⁴⁷ Almeida, Eugénio da C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, p. 51.

⁴⁸ Júnior, Miguel (2014), *A Mão Sul-Africana – O envolvimento das forças de defesa da África do Sul no Sudoeste de Angola (1966-1974)*, Lisboa, 1ª edição, Princípia Editora, p. 27.

⁴⁹ Entre 1969 e 1970, os presidentes da Tanzânia, Julius Nyerere, da Zâmbia, Kenneth Kaunda, e do Botsuana, Sir Seretse Khama, iniciaram um processo consultivo sobre as estratégias e táticas para enfrentarem os inimigos da África Austral, o colonialismo português, o regime sul-africano e o regime rodesiano. Desta ação resultou a Declaração de Lusaca (1969). Esta declaração defendia uma solução diplomática sobre a libertação da África Austral, pois a luta armada só seria empreendida após um fracasso diplomático. No entanto, a declaração foi como um balde de água fria para os movimentos de libertação de África (FRELIMO, PAIGC, MPLA, SWAPO, ZAPU, ZANU e ANC) que já tinham optado pela luta armada. Em finais de 1974 integrou Moçambique. Angola já fazia parte da OUA desde 1976 e depois juntou-se à Linha da Frente. A partir de 1976, a OUA começou a atribuir responsabilidades aos Estados da Linha da Frente no que diz respeito às questões relacionadas com a libertação da Namíbia, Zimbabué e África do Sul. Ver em Vieira, Sérgio (2013), “A Linha da Frente”, (online). Disponível em <https://ambicanos.blogspot.pt/2013/09/a-linha-da-frente.html>, consultado a 24 de abril de 2017. Ver também em: Omari, Abillah e Paulino Macaringue (2007), “Southern African Security in Historical Perspective”, in Gavin Cawthra, André du Pisani, and Abillah Omari (eds.), *Security and Democracy in Southern Africa*, Johannesburg: Wits University Press, 2007, pp. 50-1. See also Lindeke, From Confrontation to Programmatic Cooperation”, pp. 181-210. Citado por Igor Castellano da Silva (2017), pp. 133.

Desenvolvimento da África Austral (SADCC⁵⁰), a 1 de abril de 1980, com a ratificação do tratado de Lusaca, que na primeira fase tinha como objetivo principal conjugar esforços políticos com esforços económicos de forma a isolar o então regime sul-africano e, na segunda fase, estipular diretrizes rumo ao processo de integração regional com o objetivo de atingir o desenvolvimento e a cooperação entre os Estados da região⁵¹. Na conferência de Windhoek (Namíbia), em agosto de 1992, a Namíbia foi integrada e passou a ser designada por Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC)⁵². O fim do “muro de Berlim da África Austral” (o regime de *apartheid*) e a democratização da África do Sul permitiram a integração deste país nesta organização, levando-a à reformulação.

Dentro desta conjugação de factos, houve necessidade de alterar e reorganizar a ideologia política e a estratégia da organização e traçar novos objetivos que permitissem concretizar os desafios da época contemporânea⁵³. Na Cimeira de Windhoek foi formado o “Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança”, organismo responsável pela manutenção da segurança na SADC. Este organismo é um instrumento importante que serve para aprofundar a integração económica regional⁵⁴, alcançar o desenvolvimento económico, a paz e a segurança, o crescimento, reduzir a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral⁵⁵.

Em 1999 desencadeou-se o processo de reestruturação da SADC. Passou a ser uma organização centralizada e, por conseguinte, na Cimeira dos Chefes de Estados, realizada em Maputo (1999), criou-se o Secretariado Executivo da Organização, com sede em Gaborone, que passou a coordenar a organização. Definiu-se também o rol dos vários sectores de atividades. E perante os desafios e a existência de escassos recursos para a sua implementação, definiu-se dois instrumentos importantes: o “Plano Estratégico Indicativo do Desenvolvimento” (RISDP), que estabeleceu como elemento prioritário o acesso ao mercado e a criação de mercados de capitais na África Austral⁵⁶.

⁵⁰ SADCC, sigla inglesa que significa “Southern African Development Conference” e em português é traduzido como Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral.

⁵¹ Caholo, Samuel (2007), “A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África”, comunicação apresentada no III colóquio *África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro*, organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de Maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de Maio, Lisboa, p. 101.

⁵² Sigla inglesa que significa Southern Africa Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

⁵³ Estes objetivos visam o desenvolvimento económico através da integração económica, política, regional, a fim de garantir maior estabilidade, reforçar a defesa, segurança e o bem-estar das suas populações e, ainda, salvaguardar e desenvolver os valores culturais, assim como garantir a sua afirmação no cenário internacional, como afirma Eugénio da Costa Almeida (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, p. 124.

⁵⁴ Almeida, Eugénio C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, p. 124.

⁵⁵ M’Bokolo (2011), *África Negra - História e Civilizações: do século XIX aos nossos dias*, Lisboa, 2º volume, tomo II, Edições Colibri, pp. 612-613.

⁵⁶ Caholo, Samuel (2007), “A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África”, comunicação apresentada no III colóquio *África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro*, organizado pelo Grupo

Na SADC a cooperação na segurança está baseado no Plano Estratégico Indicativo para o Órgão (SIPO) – o Órgão para a Cooperação Política, Defesa e Segurança –, e que é uma órgão original e especial que, pouco depois da sua criação, se encarregou destes assuntos na SADC, de uma forma muito autónoma. O SIPO foi lançado em 2004⁵⁷, que tem um impacto na segurança regional. O SIPO fornece diretrizes para a implementação do protocolo sobre a política, defesa e segurança naquela região. É uma ferramenta facilitadora da implementação da agenda de desenvolvimento da SADC, que se insere no RISDP, e cujo objetivo central é proporcionar um clima político de segurança pacífica e estável na região⁵⁸. Samuel Caholo (2007) afirma que,

O caso da República Democrática do Congo e a Região dos Grandes Lagos, onde nós monitorizamos, com grande cuidado, todo o evoluir da situação nessa sub-região, porque achamos que, sem essa estabilidade política, militar e de segurança, a SADC e todo o desejo de integração económica regional na sub-região estarão comprometidos⁵⁹.

Em 2001 estabeleceu-se o “Protocolo para a Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança”, que integra os Ministérios da Defesa dos Estados-membros, com o objetivo de fazer face aos desafios políticos, de defesa e de segurança na região, entre os quais citamos a resolução de conflitos por meios pacíficos. Ainda no âmbito da segurança regional, em 2003 surgiu o “Pacto de Defesa Mútua” e a criação de uma força de escalão de brigada, a *SADC Standby Force Brigade* (SADCBRIG)⁶⁰. Tais ferramentas servem ainda para traçar as linhas mestras em termos de estratégias e de alcance dos objetivos da região, sendo que todos os Estados-membros da SADC devem seguir, à risca, as diretrizes do Plano Político, Defesa e Segurança. O SIPO foi lançado devido à mudança no panorama da região, o que levou à sua revisão para uma estruturação profunda no sentido de o tornar mais eficaz a nível da sua implementação⁶¹. Debruçando-se sobre o SIPO da SADC, Samuel Caholo (2007) diz que, “este instrumento tem servido de base, para as prioridades

Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de Maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de Maio, Lisboa, pp. 102-103.

⁵⁷ Barros, Manuel Correia de, (sem data), *Segurança na África Subsaariana*, Sem Lugar de publicação, sem editora, p. 8.

⁵⁸ Bernardino, Luís (2011), “Contribuição de Angola Para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana – A Cooperação militar no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Estratégia de Afirmação”, em Paiva, José Francisco (org.), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora, p. 114.

⁵⁹ Caholo, Samuel (2007), “A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África”, comunicação apresentada no III colóquio *África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro*, organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de Maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de Maio, Lisboa, p. 104.

⁶⁰ Bernardino, Luís (2011), “Contribuição de Angola Para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana – A Cooperação militar no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Estratégia de Afirmação”, em Paiva, José Francisco (org.), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora, pp. 113-114.

⁶¹ http://revistalusofofia.pt/politica/artigo.php?id=cooperacao_defesa_e_segurana_da_sadchttp://revistalusofofia.pt/politica/artigo.php?id=cooperacao_defesa_e_segurana_da_sadc (27-03-2015).

de integração económica, cujo fator número um é a paz e a segurança. Por esta razão é que a SADC atua em conjunto com parceiros estratégicos⁶².

Nuno Severino Teixeira (2009) afirma que “é hoje indispensável e incontornável o carácter transnacional das ameaças, dos riscos e dos desafios que se colocam à segurança internacional. E, por essa mesma razão, é incontornável a necessidade de cooperação entre os Estados para fazer face a esse novo tipo de ameaças⁶³”. O SIPO tem como grandes desafios no contexto atual o combate às ditas “novas ameaças⁶⁴”, nomeadamente: o tráfico de drogas, o tráfico humano, o terrorismo, a segurança marítima, a pirataria, entre outras⁶⁵. No entanto, Angola tem desempenhado um papel ativo no contexto daquela região do continente africano, principalmente na questão da política, defesa, segurança, como salienta Eugénio Almeida, “depois da paz ficar instalada, e com ela uma certa estabilidade política e militar, Angola começou a ser olhada como uma peça importante para a paz e segurança africana⁶⁶”.

Joveta José (2011), ao fazer uma análise do percurso histórico da cooperação de Angola com diversos blocos regionais, apresenta três períodos históricos sobre as Relações Internacionais de Angola. Segundo a autora, esta é uma periodização defendida pela maioria dos investigadores da política externa de Angola, apresentando as características de cada um deles: período entre 1975-1991, caracterizado pela Primeira Guerra Civil de Angola e por um sistema político monopartidário; período entre 1992-2002, caracterizado pela Segunda Guerra Civil de Angola e pelo sistema pluripartidário; e, por último, o período pós-2002, caracterizado pela paz e crescimento económico. Nesta perspetiva, a política regional de Angola, no período pós-1991, procurou, por outro lado, equilibrar as relações com o Ocidente, caracterizadas maioritariamente pela área política

⁶² Caholo, Samuel (2007), “A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África”, comunicação apresentada no III colóquio *África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro*, organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de Maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de Maio, Lisboa, p. 103.

⁶³ Teixeira, Nuno Severino (2009), *Contribuição para uma Política de Defesa*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, p. 209.

⁶⁴ Entendemos como ações não-militares em curso ou previsíveis que contrariam a consecução de objetivos de um Estado, podendo-se incluir nelas o terrorismo, o tráfico de seres humanos, o tráfico de drogas, roubo de viaturas, o roubo de gados e outros crimes transnacionais; algumas delas são novas e têm vindo a emergir lentamente nos últimos tempos. Quando estas ações cruzam as fronteiras, podem constituir uma ameaça à integridade social e política dos Estados, à saúde dos seus habitantes, bem como à sua qualidade de vida. Ver em Glória, Justino (2014), “O papel e o Lugar das Forças Armadas Angolanas na Segurança Internacional”, comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: “Anais da conferência sobre Segurança Nacional e Desafios”*, 26-27 de Agosto, Luanda, pp. 110-111.

⁶⁵ Caholo, Samuel (2007), “A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África”, comunicação apresentada no III colóquio *África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro*, organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de Maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de Maio, Lisboa, p. 104.

⁶⁶ Almeida, Eugénio C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, p. 124.

apesar da fraca afirmação económica e financeira regional⁶⁷. A autora, Joveta José (2011), ainda refere que,

“[...] a política externa de Angola influenciou profundamente o novo regionalismo da África Subsaariana, ao liderar mecanismos de concertação política e diplomática que levaram à paz e à estabilidade nas duas regiões [...]. Angola é um país forte na região, com um elevado potencial económico e militar, e que exerce uma grande influência política, pelo que não deve ser ignorado no tratamento dos principais assuntos regionais” [sic]⁶⁸.

Em consonância com esta perspetiva, Luís Bernardino afirma que “a política externa está ligada à busca da paz, da estabilidade política, desenvolvimento, bem-estar e da prosperidade entre os povos. A projeção de Angola no contexto regional implica salvaguardar a segurança das suas fronteiras”⁶⁹. Dentro desta perspetiva, a política externa de Angola visa os desafios emergentes e procura estabelecer uma estratégia de atuação política e diplomática que contribua para a integração política e económica regional e internacional. No âmbito da SADC e da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Angola pretende traçar uma estratégia que permite alcançar políticas desafiadoras como a integração e o desenvolvimento económico. Angola empenha-se ativamente na defesa e segurança regional.

No ramo militar, Angola adota uma postura substancialmente defensiva, isto traduz-se na preparação das suas Forças Armadas para integrar a força regional para missões de paz, segurança, proteção de fronteiras e assistência em países amigos. Angola assume, desde 16 de agosto de 2017, por ocasião da cimeira de Pretória, a presidência do SIPO, na qual estabeleceu entre outras prioridades as questões relativamente a político-militar na RDC e crise política no Lesoto, onde chefia a Missão de Prevenção da SADC para o Reino do Lesoto (SAPMIL) e o Comité de Supervisão da SADC para o Reino do Lesoto⁷⁰.

É compreensível que os países desta região, em particular Angola, por meio das instituições competentes, cumpram o dever obrigatório de velar pela defesa da integridade territorial e das suas fronteiras. Neste contexto, a cooperação com outros países da região constitui um instrumento que permite outra dinâmica, organização e unidade na defesa mútua, de maneira a repelir, de forma coordenada, qualquer ameaça à paz e à estabilidade

⁶⁷ José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 9 de fevereiro de 2016.

⁶⁸ Ibidem, p. 40.

⁶⁹ Bernardino, Luís (2011), “Contribuição de Angola Para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana – A Cooperação militar no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Estratégia de Afirmação”, em Paiva, José Francisco (org.), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora, p. 397.

⁷⁰ Bernardino, Luís (2013), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra, Editora Almedina Edições, p. 397.

nacional e regional. As FAA souberam desempenhar papel importante no conflito angolano, também foram cruciais para a resolução do mesmo, bem como no processo de reconstrução nacional pós-conflito, iniciado em 2002. Mas as FAA são também fundamentais para a prevenção e resolução de conflitos, através de operações de imposição de paz (peace enforcement), de construção de paz (peace building), e posteriormente, para a manutenção da paz (peacekeeping), na região. Angola tem um importante papel estratégico a desempenhar em África. Naturalmente não sozinha, mas em concordância e cooperação com os seus parceiros da SADC, CEEAC, CGG, CPLP, UA e as Nações Unidas⁷¹.

Angola pretende com a sua política externa, no contexto da SADC, ser um Estado influente capaz de intervir nos assuntos que afetam a região, de modo assegurar a paz, a defesa e a segurança para garantir a estabilidade na região e no seu território, a fim de possibilitar a projeção dos seus interesses políticos e económicos ao nível da região; disso é exemplo a Sociedade Nacional de Combustível de Angola (SONANGOL)⁷². Considerando a importância da paz e da estabilidade dos vizinhos para a sua própria segurança, o Estado angolano mantém concertações permanentes com as referidas nações, visando a adoção de medidas conjuntas que se reputem necessárias à preservação do clima de paz e estabilidade nas fronteiras e nos respetivos territórios⁷³.

Quanto à Namíbia, anteriormente conhecida por Sudoeste Africano, foi uma colónia alemã desde 1884 e, na sequência da derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, foi ocupada pela África do Sul, a partir de julho de 1915, tendo sido implementado nesse território o sistema de *apartheid*⁷⁴. As repercussões da Guerra Fria também foram sentidas no processo de emancipação do Sudoeste Africano. O facto de Angola estar vinculada a Cuba e à URSS fazia com que os EUA não tivessem interesse em exercer uma forte pressão sobre a África do Sul, por constituir um forte aliado na luta anticomunista na região⁷⁵.

⁷¹ Barros, Manuel Correia de, (2013), *Prevenção e Resolução de Conflitos em África: O Papel das FAA*. Comunicação proferida na conferência realizada no Ministério das Relações Exteriores, Luanda, 22 de Abril de 2013, sem página. Para mais informação sobre o papel de Angola na SADC no âmbito da segurança ver em: Barros, Manuel Correia de, (2013), *The Strategic Importance of Angola for Peace and Security in Africa*. Comunicação proferida na conferência realizada em Pequim, China, 11 de janeiro de 2013.

⁷² Carvalho, António Luvualu (2011), "O Crescimento da Economia Angolana nos Nove anos de Paz – A Internacionalização da Sonangol: A Maior multinacional do País", em Paiva, José (org), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora, pp. 141-142.

⁷³ José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 9 de fevereiro de 2016, p. 187.

⁷⁴ Teixeira, Nuno Severino (2009), *Contribuição para uma Política de Defesa*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, pp. 141-148.

⁷⁵ Almeida, Eugénio da C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, p. 76.

A possibilidade da SWAPO obter bases militares em Angola, caso o MPLA assumisse o poder, assim como o seu apoio nas atividades militares para a luta pela independência da Namíbia, contribuíram para a invasão sul-africana à Angola, a 14 de outubro de 1975, a fim de impedir a proclamação da independência pelo MPLA, em Luanda. A luta de libertação da Namíbia, se não mesmo de toda a África Austral, evoluía rapidamente para o período crucial no qual Angola seria o campo de batalha decisivo⁷⁶. O Tratado de Brazzaville – firmado entre Angola, Cuba e a África do Sul (13 de dezembro de 1988) – e o Acordo de Nova Iorque (22 de dezembro de 1988) proporcionaram a implementação da resolução 435/78 da ONU, na qual a África do Sul aceita ceder a independência à Namíbia, vindo a concretizar-se a 21 de março de 1990⁷⁷.

No quadro da cooperação Angola-Namíbia, no sector da defesa, podemos referir que após a independência da Namíbia, com Samuel Shafiishuna Nujoma “Sam Nujoma” como presidente, o novo Estado demonstrou, nos primeiros momentos, interesse em aumentar a cooperação com vários países africanos, asiáticos, europeus e americanos, incluindo as organizações regionais. As regiões fronteiriças são de extrema importância para a política externa, o que justifica a grande atenção que merecem, no sentido de garantir os interesses de defesa e segurança de Angola. Este facto levou à criação de mecanismos destinados a neutralizar, na região fronteiriça, eventuais ingerências provenientes dos Estados vizinhos, apesar de as relações entre o país e os seus vizinhos estarem atualmente estáveis, não havendo ameaça regional significativa desde o fim da Guerra Civil Angolana, em 2002⁷⁸. A questão de defesa e segurança foi tema primordial, não só de Angola como também do novo Estado, pelo que, em 21 de abril de 1990, os governos dos dois países assinaram um acordo de segurança para proteger a região fronteiriça comum, com objetivo de limitar a eventual movimentação e as ações da UNITA ao longo da fronteira entre os dois Estados. A 22 de janeiro de 1991, o Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, efetuou a primeira visita oficial a Angola (que durou quatro dias), onde discutiu com as autoridades angolanas questões bilaterais⁷⁹.

A questão de cooperação na vertente da defesa e segurança entre os dois Estados passou a dominar a agenda com o começo da Segunda Guerra Civil de Angola (1992) e com o surgimento da Exército de Libertação de Caprivi (CLA) na Namíbia (1994), um movimento secessionista de Caprivi, região situada no nordeste da Namíbia, limitada ao norte pelo Cuando Cubango (sul de Angola). A fim de conter o apoio que este movimento

⁷⁶ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 244.

⁷⁷ Visentini, Paulo (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*, Brasília, Thesaurus Editora, p. 9.

⁷⁸ Bernardino, Luís (2013), *A Posição de Angola na Arquitetura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra, Editora Almedina Edições, p. 397.

⁷⁹ Cardoso, Albérico, “Política, Economia e Cultura”, em Cardoso, Cláudia (Directora), *Revista África Today*, edição nº 2, Fevereiro, 2005, s.l, p. 30.

supostamente recebia da UNITA, em 1993 foi criada a “Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia”, que passou a reunir-se anualmente, com o objetivo de traçar e coordenar estratégias para garantir a segurança ao longo do espaço fronteiriço⁸⁰, assim como combater de forma conjunta e coordenada as forças que os dois Estados consideravam como ameaças à segurança comum.

Ainda naquele ano (1993) teve início o processo de delimitação das fronteiras marítimas, por uma comissão conjunta (Comissão Técnica Bilateral); esse processo só foi concluído em 2005 com a apresentação do mapa e de um relatório, numa cerimónia realizada em Luanda, onde estiveram presentes o presidente de Angola (José Eduardo dos Santos), o presidente da Namíbia (Sam Nujoma), o Ministro angolano da Justiça (Manuel Aragão) e o Ministro namibiano das Terras, Reabilitação e Reassentamento (Lucas Pohamba). A atividade conjunta permitiu definir a fronteira marítima entre os dois países, junto à Foz do Rio Cunene, onde foram colocadas placas de luz vermelha e de luz verde, que constituem os marcos da nova fronteira; estas placas podem ser vistas pelos navegadores que transitam na região⁸¹.

A 4 de agosto de 1999, o governo da Namíbia acusou a UNITA de apoiar o Exército de Libertação de Caprivi que efetuou um ataque, dois dias antes, contra a cidade de Katima Mulilo, na região de Caprivi, no nordeste da Namíbia, chegando a ocupar alguns edifícios públicos⁸². Este acontecimento levou dirigentes da Namíbia e de Angola a reunirem-se em Luanda, a 22 de setembro do mesmo ano, para discutirem a questão de segurança na fronteira. Nesta ocasião, o ministro da Defesa namibiano foi portador de uma proposta para procurar reduzir o índice de criminalidade na fronteira comum, que atingira níveis preocupantes nos meses anteriores⁸³.

Na sequência das supostas ações da UNITA de apoio aos separatistas de Caprivi, em resposta, a 13 de dezembro de 1999, a Namíbia autoriza as Forças Armadas Angolanas (FAA) a utilizar o seu território para efetuar ataques aéreos e terrestres generalizados contra os redutos da UNITA situados na região do Cuando Cubango. Esta decisão levou a UNITA a realizar ataques a diversas regiões namibianas como retalhação⁸⁴. Este episódio levou à intensificação e alargamento do conflito na região fronteiriça, levando ao envolvimento direto das Forças de Defesa Namibiana (NDF) no conflito angolano, cruzando a fronteira

⁸⁰ Informação extraída do jornal *Panapress*. Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome--3-431525-47-lang4-index.html>, consultado a 24 de junho de 2015.

⁸¹ Cardoso, Albérico, “Política, Economia e Cultura”, em Cardoso, Cláudia (Directora), *Revista África Today*, edição nº 2, Fevereiro, 2005, s.l, pp. 28-29.

⁸² Notholt, Stuart A (2010), *Fields of fire – An atlas of ethnic conflict*, [online], London, Edição 2010, Stuart Notholt Communications, ISBN:978-0-9554657-7-2, consultado a 19 de junho de 2015, p. 259.

⁸³ Cardoso, Cláudia (Directora), “Política, Economia e Cultura”, *Revista África Today*, edição nº 2, Fevereiro, 2005, s.l, pp. 28-29.

⁸⁴ *Ibidem*, s.l, p. 259.

no ano seguinte e atacou a base da UNITA situado em Mbambi, em represália ao bombardeamento do quartel da polícia em Musese. Os ataques às posições da UNITA, por parte das forças namibianas, prosseguiram em cooperação com as forças angolanas (FAA), de tal forma que na véspera do Natal as tropas de Luanda e de Windhoek estavam já a menos de 50 km da Jamba. A situação na região fronteira agudizou-se com os ataques e contra-ataques de ambas as partes até maio de 2000. Ainda no âmbito da cooperação entre as FAA e o exército namibiano, foi criada uma base militar na parte angolana, da margem do rio Cubango, que servia de apoio não apenas contra os guerrilheiros da UNITA, mas também contra o movimento independentista de Caprivi, que se acreditava atuar em estreita parceria com os homens de Savimbi⁸⁵. Este cenário continuou até o fim do conflito angolano, em 2002.

Devido à evolução da política externa de Angola para a região da África Austral, em 2007, Angola e Namíbia chegaram a um acordo de supressão de vistos ordinários, diplomáticos de serviços e turísticos, verificando-se o livre-trânsito entre os dois países⁸⁶. Atualmente, a fronteira sul é a menos vulnerável em relação à fronteira norte e leste, pois a principal ameaça de Angola encontra-se sem dúvida no sector económico e vem da África do Sul, na qualidade da potência regional. A fim de preservar os seus interesses políticos, de defesa, segurança, soberania e integridade territorial, Angola opta por uma estratégia que privilegia a cooperação com a Namíbia, a RDC e a Zâmbia. Esta opção deve-se aos interesses comuns de segurança e aos elementos socioculturais e etnolinguísticos que os blocos regionais compartilham⁸⁷, pois a segurança é o elemento primordial para garantir a liberdade e projetar interesses económicos a fim de promover o desenvolvimento social e económico em qualquer região⁸⁸. Em consonância com essa perspectiva, o SIPO e a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia constituem um instrumento-chave rumo à concretização dos objetivos deste bloco regional e em particular dos dois países.

⁸⁵ Afrikainstitutet, Sverige Nordiska (2001), *Regionalism and Regional Integration in Africa* [online], Uppsala, The authors and Nordiska Afrikainstitutet, consultado a 17 de junho de 2015, p. 66.

⁸⁶ José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 9 de fevereiro de 2016, p. 183.

⁸⁷ Bernardino, Luís (2013), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra, Editora Almedina Edições, pp. 396-402.

⁸⁸ Glória, Justino (2014), “O papel e o Lugar das Forças Armadas Angolanas na Segurança Internacional”, comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: “Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios”, 26-27 de Agosto, Luanda, p. 203.*

CAPÍTULO I – ANGOLA E NAMÍBIA: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO

1. Nota Introdutória

Neste capítulo apresenta-se um enquadramento geopolítico e histórico de Angola e da Namíbia, no qual se procura analisar o percurso histórico e descrever o contexto geopolítico de cada um destes países, desde o surgimento dos reinos africanos até à atualidade (2015), enfatizando as causas, o percurso e o desfecho da Primeira Guerra Civil Angolana, o seu impacto interno e regional; a luta pela independência da Namíbia; o papel desempenhado por Angola e as consequências da Guerra Fria no processo de independência do Sudoeste Africano, enquanto pressupostos importantes para a compreensão do tema central deste trabalho.

2. Angola: Breve Contextualização Histórica e Geopolítica

Os *!Kun*⁸⁹ são considerados o grupo antropológico mais antigo da África Austral. Antes do século X já ocupavam toda a região do sul do Zambeze⁹⁰. Em consonância com esta questão, Douglas Wheeler e Réne Pélissier (2013), afirmam que os primeiros habitantes de Angola eram provavelmente antepassados dos poucos *!Kun* que ainda habitam o sul de Angola⁹¹. Com a emigração dos povos Bantu, por volta do século X e XII, vindos da região do Benué, hoje fronteira entre a República dos Camarões e a República da Nigéria, que se dirigiram para as terras do leste e sul do continente africano. O grupo do itinerário sul alcançou a região da Bacia do Congo e o do itinerário leste atingiu o Planalto Luba e a região dos Grandes Lagos, de onde partiu a expansão para os territórios da África Austral, até ao século XIV⁹². Possivelmente, a partir do século XII muitos dos antepassados da atual população bantu de Angola migraram para este território a partir do nordeste, do leste e do sul⁹³.

Perante esta vaga de migração bantu, os *!Kun* foram paulatinamente repelidos, o que os levou a refugiarem-se em zonas de difícil acesso da África Austral, como as regiões desérticas de Kalahari, montanhosas e estepes salinas dos confins da Namíbia, África do Sul, Botswana e Angola, onde não existem nem pradarias, nem terrenos férteis capazes

⁸⁹ Este povo é conhecido pejorativamente por Bosquímanos, Khoisan, Kamussequele, etc., contudo, achamos melhor usar *!Kun* ou *!Kung* (o ponto de exclamação representa um clique), por ser assim que estes se autodenominam.

⁹⁰ Estermann, Carlos (1983), *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, Lisboa, Colectânea de artigos dispersos, p. 33.

⁹¹ Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola*, Lisboa, 1ª reimpressão, Tinta-da-china, pp. 29-59.

⁹² Zau, Filipe (2002), *Angola: trilhas para o desenvolvimento*, Lisboa, Universidade Aberta, p. 38.

⁹³ Gonzaga, Norberto (s/d), *História de Angola (1482-1963)*, s/l, Edição do C.I.T.A. (Fundo de Turismo e Publicidade, pp. 37-40.

de atrair o colono e outros povos⁹⁴. Este facto foi possível porque o povo Bantu já dominava a agricultura, a pastorícia, a cerâmica e a metalurgia e possuía uma melhor organização social, política e militar, o que lhe conferiu superioridade militar.

O reino do Congo, o maior reino bantu da África Central Ocidental, testemunhou alguns dos primeiros contactos entre angolanos e europeus. Tal contacto iniciou por intermédio do navegador português Diogo Cão, que no ano de 1482 chegou à foz do rio Zaire. Diogo Cão regressou a Portugal em 1484, levando consigo quatro congueses, a quem desejava ensinar a língua portuguesa, para que se pudessem estabelecer relações entre os dois reinos (Portugal e Congo)⁹⁵. John Reader (2002) afirma que,

[...] na década de 50, dois mil anos de progresso sem escrúpulo por parte de pastores e lavradores tinha reduzido o território dos foragidos a uma fracção da sua primitiva extensão e o comportamento quase genocídio dos colonos europeus tinha reduzido o seu número a alguns milhares. [...] vivendo actualmente rodeados por comunidades agrícolas, pastorais, urbanas e industriais⁹⁶.

De acordo com Mugur Valahu (1968), a ausência de preconceitos raciais permitiu que os soberanos portugueses recebessem, em Lisboa, numerosos chefes africanos. Estes aprenderam a língua portuguesa e voltaram mais tarde ao continente negro como preciosos auxiliares da ação lusitana na evangelização dos povos e manutenção da paz. Deste modo, os portugueses puderam intervir nas disputas entre os africanos, tentando apaziguá-los ou tirar benefícios a seu favor⁹⁷.

Entretanto, os portugueses mantiveram relações razoavelmente pacíficas com o Reino do Congo até 1575, quando os portugueses começaram a envidar esforços para a ocupação do sul de Angola. Imediatamente, porém, surgiram os conflitos e as contradições que envenenaram as relações entre o reino do Congo e Portugal durante os quatro séculos que se seguiram, até a ocupação efetiva o território de Angola, em 1925, nos limites atuais⁹⁸. Ao penetrar no interior de África, Portugal criou rapidamente as bases de uma autêntica política mercantil e missionária⁹⁹, abrindo assim o caminho para a colonização do território “angolano”, cujo sistema político, social e económico implementado garantiu,

⁹⁴ Paulme, Denise (1996), *As Civilizações Africanas*, 2ª edição, Santa Sinta, Publicações Europa-América, Lda, p. 57.

⁹⁵ Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola*, Lisboa, 1ª reimpressão, Tinta-da-china, pp. 29-59. Ver também em: Gonzaga, Norberto (s/d), *História de Angola (1482-1963)*, s/l, Edição do C.I.T.A. (Fundo de Turismo e Publicidade, pp. 37-40

⁹⁶ Reader, John (2002), *África – biografia de um continente*, Tradução portuguesa, Santa Sinta, Publicações Europa-América, Lda, p. 136.

⁹⁷ Valahu, Mugur (1968), *Angola: Chave de África*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lda, p. 23

⁹⁸ Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola*, Lisboa, 1ª reimpressão, Tinta-da-china, p. 60.

⁹⁹ Valahu, Mugur (1968), *Angola: Chave de África*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lda, p. 23.

essencialmente, o desenvolvimento da metrópole, até alcançar a sua independência, em 11 de novembro de 1975.

Com o passar do tempo, as relações entre exploradores e explorados agravaram-se dando origem, a partir de 1929, ao nacionalismo moderno angolano¹⁰⁰. A resistência ao domínio colonial português, que se processou de forma ininterrupta, ganhou novas formas de luta, envolvendo todas as esferas da sociedade (económica, social e política), com apoio interno e externo, isto é, a luta contra o domínio colonial passou a ser uma reação de combate de longa duração, mais refletida e mais estruturada para o alcance da independência total de Angola¹⁰¹. Nesse sentido, surgiram os movimentos de libertação nacional de Angola, concretamente, os três fundamentais: a FNLA (fundada em 1954¹⁰², por Holden Roberto), o MPLA (fundado a 10 de dezembro de 1956, por Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e outros) e a UNITA (fundada a 13 de março de 1966, por Jonas Savimbi). Na década de 60, estes movimentos passaram para a luta armada. A emergência do moderno nacionalismo angolano não pode ser dissociada do contexto internacional da época, marcado pelo despertar da consciência nacionalista provocada pela participação dos africanos na Primeira Guerra Mundial (1914-1917), do Impacto da Revolução de Outubro (1917), da independência de países da Ásia e da emergência dos movimentos pan-africanistas. Para que esses movimentos ganhassem maior dinamismo foi preciso esperar pelo desencadear da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É importante lembrar a relevância da conferência de Bandung (de 18 a 24 de abril de 1955), pois a partir dela criaram-se pressupostos que impulsionaram a rápida descolonização do continente africano, principalmente das ex-colónias francesas da África¹⁰³.

Os ecos dos ideais do pan-africanismo passaram, rapidamente, a alimentar os movimentos de libertação nacional de Angola, sobretudo os provenientes da Conferência dos Estados Independentes, realizada em Acra (Gana), em abril de 1958. Esta conferência admitiu a legitimidade da força, face aos problemas que decorriam da luta pela libertação

¹⁰⁰ Desde 1929 se começavam a formar os primeiros movimentos de reivindicação popular, que por sua vez originaram a fundação da Liga Nacional Africana e do Grémio Africano, que mais tarde se transformou na Associação dos Naturais de Angola. Cf. Centro de Estudos Angolanos-MPLA, (1965), *História de Angola*, Porto, Edições Afrontamento, p. 172.

¹⁰¹ M' Bokolo, Elikia (2011), *África Negra. História e Civilização, Tomo II – Do século XIX aos nossos dias*, Lisboa, Edições Colibri, p. 456.

¹⁰² Trata-se, de fato, da data de fundação da UPNA – União dos Povos (ou Populações) do Norte de Angola (UPNA). Pois, este movimento foi transformado, em 1958, em União das Populações de Angola (UPA) que por sua vez, depois dos ataques de 15 de Março de 1961, se fundiu com o Partido Democrático de Angola dando origem a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Logo, ao longo do texto passaremos a apresentar esta data com a da fundação da FNLA.

¹⁰³ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA, 1º Volume (1966)*, Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 48-56.

dos povos africanos¹⁰⁴, após concluir que não era possível concretizá-la, exclusivamente, por via política. A questão da independência de Angola é muito complexa, pelo facto de os três principais movimentos de libertação nacional (FNLA, MPLA e a UNITA) estavam armados – que defendia projetos de construção do novo Estado pós-independência diferentes e controlava as suas zonas de influências – e que, por sua vez, disputavam o poder entre si – num contexto em que o braço armado do MPLA emergiam em Luanda –, em comparação com outras colónias portuguesas em África, como por exemplo a Guiné-Bissau, que chegou a formar uma frente unida para a transferência do poder¹⁰⁵.

A complexidade da questão da independência de Angola deve-se à existência de vários movimentos de libertação nacional que tinham uma orientação político-ideológica diferente e que disputavam o poder, com o apoio financeiro e militar que recebiam dos blocos antagónicos, Bloco do Ocidente e do Bloco Leste, incluindo da China. No entanto, é importante aqui destacar, sucintamente, algumas diferenças político-ideológicas que caracterizavam os três principais movimentos de libertação nacional e que os conduziram, conseqüentemente, a rivalidades e a futuros conflitos¹⁰⁶.

Segundo Edmundo Rocha (2009), a origem da FNLA está relacionada com a evolução da UPNA, cuja formação assenta numa base etnolinguística, nomeadamente Bakongo. Antes de 1958, este movimento tencionava, essencialmente, a independência do norte de Angola, antigo território do reino do Congo. Depois da Conferência Pan-Africana realizada no Gana, em 1958, esta organização ganhou uma estrutura mais moderna, virada para a orientação ideológica democrática e liberalista, estendendo os objectivos da luta à toda Angola, mas sem se despir do carácter antimestiço e antinegros assimilados¹⁰⁷. A mesma organização veio a contar, mais tarde, com o apoio financeiro e militar do Congo-Leopoldville, dos EUA e da África do Sul¹⁰⁸.

Segunda narrativa oficial do MPLA, este movimento foi fundado a 10 de dezembro de 1956¹⁰⁹, por Viriato da Cruz, Mário P. de Andrade, Agostinho Neto e outros. Este movimento contava, sobretudo, com o apoio do povo Ambundo (Quimbundo), segundo

¹⁰⁴ Martins, José Abílio Lombe (1990), "Mimetismo cultural e políticas da africanidade: Queda do socialismo em África? *África*, nº 7-Setembro, II ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. 56.

¹⁰⁵ Figueiredo, Leonor (2009), *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*, Lisboa, Alêtheia Editores, p. 15.

¹⁰⁶ Hodges, Tony (2002), *Angola - Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, p. 23.

¹⁰⁷ Rocha, Edmundo (2009), *Angola: Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*, 2ª edição revista e corrigida, Lisboa, Dinalivro, pp. 137-149.

¹⁰⁸ Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola*, Lisboa, 1ª reimpressão, Tinta-da-china, p. 361.

¹⁰⁹ Segundo Jean-Michel Mabeko-Tali (2018:50), o MPLA foi fundado em janeiro de 1960, em Tunes, fruto da ação empreendida no exterior de Angola por Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Mario Pinto de Andrade, Hugo Menezes, entre outros.

maior grupo étnico-linguístico do país, e atraiu também alguns intelectuais mestiços, que se destacaram na sua liderança até final da década de 70¹¹⁰.

A UNITA foi criada a 13 de março de 1966, por Jonas Savimbi, na sequência da cisão do fundador com a FNLA, em 1964. Concentrou-se, essencialmente, entre o povo Ovimbundo do centro do país. Apesar de ser o maior grupo étnico de Angola, não tinha sido significativamente influenciado nem pelo MPLA, nem pela FNLA. A UNITA era pouco clara quanto à sua orientação política¹¹¹. De acordo com Eugénio da Costa Almeida (2011), a ideologia deste movimento assentava numa base socialista maoista¹¹², de onde vinha, primeiramente, o seu apoio, e mais tarde (1975) este passou a vir dos EUA e da África do Sul, sob o regime de *apartheid*. Havia ainda um quarto movimento com menor expressão, cujo objetivo era a luta pela independência do enclave de Cabinda, nomeadamente a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), constituída a 4 de agosto de 1963¹¹³.

Houve fracassadas tentativas de unidade entre a FNLA e o MPLA – quer durante a presidência, e mais tarde, a fação de Mário de Andrade (1961), quer durante a presidência de Agostinho Neto em agosto de 1962 –, cujo nome proposto para a união era a Frente Unida para a Libertação de Angola. Isto levou a que decidissem desenvolver a luta armada isoladamente e ao aniquilamento de uma coluna da fação de Mário de Andrade e do seu comandante, Tomas Ferreira, pela UPA, em novembro de 1961. Entretanto, Holden Roberto, Comandante em Chefe do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), braço armado da FNLA, criado a 16 de Agosto de 1962, afirmava que só a ELNA conduzia, no terreno, todas as operações militares anticoloniais, pretendendo assim firmar a sua hegemonia militar ao longo da fronteira norte. Esta prática constituiu, por muitos anos, uma barreira ao MPLA e uma clivagem definitiva entre os dois movimentos. A segunda e a terceira tentativa de unidade entre MPLA, liderado por Agostinho Neto, e a UPA (feitas em agosto de 1962 e em dezembro de 1972, respetivamente) falharam, devido à exigência de Holden Roberto sobre o MPLA de abandonar o seu pensamento ideológico socialista, o que era impossível para Neto, uma vez que este pretendia manter a identidade do movimento que dirige. Esta conjuntura de factos conduziu à cisão do MPLA, à saída de Viriato da Cruz e à expulsão da fação de Agostinho Neto do Zaire, vendo-se obrigada a transferir-se para a R. P. do Congo. Portanto, o fracasso da formação de uma frente unida deve-se, precisamente, ao facto de a realidade sociopolítica daquela época não ter sido

¹¹⁰ Hodges, Tony (2002), *Angola - Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, p. 23.

¹¹¹ Hodges, Tony (2002), *Angola - Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, p. 25.

¹¹² Almeida, Eugénio da C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, p. 43.

¹¹³ Hodges, Tony (2002), *Angola - Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, p. 25.

favorável àquela unidade, principalmente a existência de blocos antagónicos que procuraram exercer influências sobre os movimentos de libertação¹¹⁴.

Os países vizinhos independentes, a norte e a leste de Angola, constituíram um fator de importância crescente no futuro de Angola¹¹⁵, sobretudo o Zaire, República do Congo e a Zâmbia, onde os movimentos de libertação se organizavam e de onde partiam para o teatro das operações, em Angola, em diferentes frentes. O “isolamento” de Portugal no cenário internacional, devido à sua política ultramarina, à situação socioeconómica e à guerra colonial, levou à queda do governo fascista de Marcelo Caetano pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), a 25 de abril de 1974, na chamada Revolução dos Cravos. Estes factos, por conseguinte, tiveram grandes impactos nas colónias portuguesas, acelerando o processo das independências. Nesta senda, Tony Hodges (2002) afirma que “[...] foi o sucesso dos movimentos de libertação nacional em Moçambique e na Guiné-Bissau, e não em Angola, que finalmente levou à queda do regime salazarista de Marcelo Caetano, abrindo assim caminho à independência das cinco colónias portuguesas em África [...]”¹¹⁶.

Na sequência do “25 de Abril”, Spínola teria estabelecido, a 19 de junho de 1974, nos Açores, contactos com o presidente dos EUA, Richard Nixon, avançando com a ideia de que Angola tinha de ficar na órbita do Zaire e, para isso, era preciso que Portugal privilegiasse as relações com a FNLA¹¹⁷. Entretanto, António de Spínola e Mobutu Sese Seko tentaram, nas conversações de 15 de setembro de 1974, na Ilha do Sal, em Cabo Verde, construir uma aliança política partilhada entre Holden Roberto, Daniel Chipenda, Jonas Savimbi e as demais forças vivas de Angola (incluindo partidos recém-criados e associações socioeconómicas), que dividiram, entre si, as doze pastas do futuro executivo de transição¹¹⁸. Este acordo insere-se no quadro da política ultramarina de Spínola, referente à constituição de uma federação formada por Zaire, Angola e Cabinda, presidida por Mobutu e tendo, eventualmente, Holden Roberto como vice-presidente¹¹⁹.

¹¹⁴ Rocha, Edmundo (2009), *Angola: Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*, 2ª edição revista e corrigida, Lisboa, Dinalivro, pp. 147-237. Ver também em: Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 21-24.

¹¹⁵ Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola*, Lisboa, 1ª reimpressão, Tinta-da-china, p. 343.

¹¹⁶ Hodges, Tony (2002), *Angola- Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científica, p. 26.

¹¹⁷ Fraga, Luís Alves de (2010), “Fio de Prumo: O Almirante Rosa Coutinho e Angola” (online). Disponível em <http://luisalvesdefraga.blogs.sapo.pt/71043.html>, consultado a 22 de dezembro de 2015. Ver também em: Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote, pp. 106-107.

¹¹⁸ Bernardino, Luís (2013a), *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana- Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Lisboa, Almedina, p. 300.

¹¹⁹ Sá, Tiago Moreira de (2011) *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote, pp. 108-113.

Luís A. Fraga (2010) salienta que, no encontro da Ilha do Sal, Cabo Verde, Spínola e Mobutu estabeleceram o plano de transferência de poderes para a FNLA, sob a alegação de que o MPLA não poderia ser o interlocutor, já que estava dividido em três fações: uma liderada por Agostinho Neto, outra por Daniel Chipenda (Revolta do Leste) e a terceira por Joaquim Pinto de Andrade (Revolta Ativa). A UNITA tinha ficado de fora porque não era reconhecida pela Organização da Unidade Africana¹²⁰. No entanto, posteriormente surge um entendimento político que pressupunha Holden Roberto (FNLA), Jonas Savimbi (UNITA) e Daniel Chipenda (MPLA), ficassem com duas pastas (Ministérios) cada no executivo angolano pós-independência, pois havia a preocupação de que o caminho futuro estaria dependente de questões internas, contudo, era já possível antever um conflito generalizado¹²¹.

No entanto, nada disto aconteceu, pois, já com o general Costa Gomes na Presidência da República, em substituição do general António de Spínola – após contradições políticas relacionadas com o destino das colónias –, estavam assim criadas as condições para as negociações conducentes à independência de Angola. As rondas de negociações do cessar-fogo entre Portugal e os três principais movimentos de libertação nacional (a 14 de julho de 1974 com a UNITA, a 13 de setembro com o MPLA de 1974 e a 15 de outubro de 1974 com a FNLA)¹²². É assim que os três movimentos decidiram rubricar, entre 3 e 5 de janeiro de 1975, o Acordo de Mombaça (Quénia), sob os auspícios do presidente Jomo Kenyatta, que estabelecia o reconhecimento mútuo entre os três movimentos, numa plataforma em que era o único interlocutor face à potência colonial¹²³. À margem da cimeira de Mombaça, a UNITA não foi reconhecida pela OUA como “Movimento de Libertação Nacional”, antes de janeiro de 1975 devido o reconhecimento da FNLA e depois o MPLA como únicos representantes de luta do povo angolano e, eventualmente, às ações conivente com o regime colonial português entre 1971 e 1973, no âmbito da “Operação Madeira”¹²⁴.

Após o Acordo de Mombaça, a plataforma dos movimentos de libertação partiu para Portugal, reuniram-se em Alvor, no Algarve, entre os dias 10 e 15 de janeiro de 1975, tendo com isso resultado o Acordo de Alvor, que estabeleceu as diretrizes e um cronograma para as ações a levar a cabo até à independência Angola, 11 de novembro de 1975. Deste modo,

¹²⁰ Fraga, Luís Alves de (2010), “Fio de Prumo: O Almirante Rosa Coutinho e Angola” (online). Disponível em <http://luisalvesdefraga.blogs.sapo.pt/71043.html>, consultado a 22 de dezembro de 2015.

¹²¹ Bernardino, Luís (2013a), *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana- Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Lisboa, Almedina, p. 300.

¹²² Barroso, Luís F. Machado (2012), *A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Tese de Doutoramento em História, especialidade em Defesa e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, pp. 386-387.

¹²³ Almeida, Eugénio da C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, p. 192.

¹²⁴ Ramos, Justino da Glória (2015), “A Guerra Interna (1975-1992)”, em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difuíla (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayamba, p. 235.

o Estado português reconhecia dos três movimentos de libertação de Angola (FNLA, MPLA e UNITA), como únicos e legítimos representantes do povo angolano; reconhecia o direito do povo angolano à independência; a formação do governo de transição, que conduziria os destinos do território até às eleições previstas para outubro de 1975; a formação da Comissão de Defesa e a proclamação da independência, a data prevista para a transferência do poder para a formação política vencedora nas eleições¹²⁵, descartando assim o "plano defendido pela Junta de Salvação Nacional e as declarações feitas pelas principais figuras envolvidas na descolonização referindo a participação de todas as forças políticas"¹²⁶.

Tudo isso ficou assente, no entanto, nada disso aconteceu, porque o plano do MPLA, com o apoio dos cubanos, dos soviéticos e dos comunistas portugueses, que dominavam a cena política em Portugal e em Angola no pós-25 de Abril¹²⁷, ultrapassou as expectativas dos planos da FNLA e da UNITA, com o apoio de Mobutu e do bloco do Ocidente. Os dois blocos começaram, desde então, a realizar manobras para dar o poder ao movimento que lhes era mais próximo, em detrimento de outros, violando os acordos firmados em Alvor e Nakuru¹²⁸, na qual se comprometeram estabelecer e preservar a paz entre si¹²⁹. É assim que os dois blocos começaram, de imediato, a estabelecer contactos secretos e isolados com os líderes dos três movimentos, a fim de elaborarem estratégias que lhes pudessem facilitar a tomada do poder por movimentos que se identificavam com as ideologias que cada potência ou bloco defendia.

De acordo com Jean M. A. Mbah (2010), a estratégia político-militar da FNLA baseava-se em orientações previamente definidas pelo governo dos Estados Unidos e pela

¹²⁵ Boletim Oficial de Angola, 13 de Novembro de 1975, I Série – Número 37, Acordo entre o Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), celebrado em Alvor, Algarve, 15 de Janeiro de 1975, Capítulo I. Ver também em: Acordo de Alvor, (online). Disponível em <http://www.padoca.org/pag/Docs/alvor.pdf>, consultado a 26 de janeiro de 2016.

¹²⁶ Cardoso, General António Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma tragédia*, Lisboa, Oficina do Livro, 2ª edição, p. 460.

¹²⁷ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 171.

¹²⁸ Os movimentos de libertação de Angola – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reunidos em Nakuru, de 16 a 21 de Junho de 1975, representados pelos respectivos presidentes, Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi, conscientes da gravidade da situação que o país atravessa e de que o interesse nacional deve necessariamente sobrepor-se a quaisquer divergências políticas e ideológicas, afirmam solenemente renunciar ao uso da força como meio de solucionar os problemas e honrar os compromissos resultantes das conclusões do acordo que segue. Ver em: Cópia do Acordo de Nakuru, assinado entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular De Libertação De Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Arquivo Nacional Torre do Tombo (arquivo digital). Cota: Ernesto Melo Antunes, caixa n.º 53, pasta 3. Código de referência: PT/TT/EMA/E/002/0053/00003. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4502542>, consultado a 8.2.2019.

¹²⁹ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 204-206.

CIA, nomeadamente, a recusa sistemática de qualquer acordo com o MPLA e a conquista do poder pela força das armas através da obtenção de créditos financeiros junto dos serviços secretos norte-americanos, o que explica, em grande parte, as provocações ocasionais ao MPLA no seio do governo de transição e a violação dos acordos de Mombaça e de Alvor, que estão na origem do recrudescimento da violência em Angola¹³⁰. Fazendo uma análise sobre esta questão, Luís Bernardino (2013a) refere que,

[...] Uma carta do Presidente do Governo de Transição de Angola, Almirante Rosa Coutinho a Agostinho Neto, datada supostamente de 22 de Dezembro de 1974, parece (pois não é consensual a veracidade do documento apresentado) transparecer um apoio ao MPLA, em detrimento da FNLA e UNITA, numa fase em que a implementação das condições para a Proclamação da Independência exigia da parte das autoridades portuguesas uma neutralidade e um processo apartidário e neutral¹³¹.

De acordo com Artur da S. Júlio e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), Agostinho Neto por ocasião da visita a Angola de uma comissão de conciliação da OUA, em setembro de 1975, com o objetivo de estabelecer a paz, afirmou o seguinte:

Nós sabemos que a FNLA é e sempre foi uma organização subordinada ao imperialismo americano e governado a partir do Zaire. Nós sabemos que a UNITA se mostrou oportunista e desleal ao nosso povo e no nosso país e que cedo ou tarde este movimento aparecerá também dominado pelo imperialismo. Nós fizemos concessões depois do 25 de Abril para facilitar a solução do problema nacional na fase que precede a Independência. Mas nós constatamos que as nossas concessões feitas foram aproveitadas para nos combater. Na hora actual, quando a FNLA e a UNITA nos fazem a guerra, nós declaramos que seja e não pensamos na possibilidade de negociar um novo acordo com a FNLA e a UNITA. O MPLA proclamará a independência de Angola qualquer que seja a situação e declaramos a nossa disposição em formar um governo de união nacional com as personalidades angolanas independentes¹³².

De acordo com Ernesto Mulato (2014), nas negociações que se seguiram e que deram luz ao Acordo de Alvor, a liderança da UNITA já estava ciente das dificuldades e das manobras dos portugueses (cujas autoridades estavam profundamente infiltradas pelo Partido Comunista Português) para dar o poder a todo o custo ao MPLA, pois este estava

¹³⁰ Mbah, Jean Martial Arsene (2010), *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*, Luanda, Mayamba, p. 300.

¹³¹ Bernardino, Luís (2013a), *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana- Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Lisboa, Almedina, p. 305.

¹³² Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, p. 258.

mais próximo de Moscovo e transmitia a esperança na implantação de um regime pró-soviético, como veio a consumir-se¹³³.

Acredita-se que o não reconhecimento da UNITA pela OUA, nos primeiros tempos, e as suas particularidades, anteriormente referidas, tenham contribuído para que Portugal e os EUA descartassem a sua opção, de imediato, por este movimento, no âmbito das suas manobras secretas para a atribuição do poder. Mais tarde, após o fracasso da FNLA, a UNITA foi a opção do Ocidente e da África do Sul, que pretendia dar-lhe o poder de forma a impedir a instalação da SWAPO no novo Estado, bem como pretendiam evitar a implementação de um regime comunista. Entretanto, os Estados Unidos sentiram-se obrigados a tecer frequentemente manobras a favor de uma aproximação estratégica entre os seus aliados, resultando numa coligação FNLA-UNITA, contra o MPLA¹³⁴. A coligação tinha o apoio do Zaire, da Zâmbia, da África do Sul e da China. Mais tarde, a China acabou por anular o seu envolvimento em Angola, pois não queria estar associada à invasão da África do Sul nem à potencial derrota americana em Angola. Tais como, o MPLA contava com todo o apoio político e militar, nomeadamente no que diz respeito a material bélico, da URSS, de Cuba e de outros países da órbita socialista¹³⁵.

Por insistência do bloco africano nas Nações Unidas, as agências especializadas da ONU providenciaram vários meios de auxílio às organizações revolucionárias do sul de África, incluindo o MPLA e a FNLA. No entanto, com o andar do tempo, o MPLA teve uma posição privilegiada por pertencer à Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)¹³⁶ e à Organização da Unidade Africana (OUA), devido, essencialmente, à sua adesão à CONCP, de onde dois dos seus aliados ideológicos, o PAIGC e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), que também faziam parte desta organizações da qual recebiam apoio exclusivo¹³⁷.

Segundo Jean Martial Arsene Mbah (2010), nem a FNLA nem o MPLA tinham dado o seu aval para a realização de eleições livres em Angola, pois ambos temiam ser possível

¹³³ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 170.

¹³⁴ Mbah, Jean M. Arsene (2010), *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*, Luanda, Mayamba, p. 310.

¹³⁵ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote, p. 277.

¹³⁶ CONCP surgiu com resultado de um processo que começou em 1957, Marcelino dos Santos quando fundou o Movimento Anti-Colonialista (MAC). Em Março de 1960 foi transformada em Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN). Entre os fundadores da Frente, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara e Viriato Cruz, do MPLA, Amílcar Cabral, do PAIGC, e Hugo de Meneses, do MAC. E, em 1961, em Casablanca, pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). Ver em: <http://www.avante.pt/pt/2169/temas/136099/>, consultado em 02 de fevereiro de 2018. Ver também em : http://maltez.info/respublica/portugalpolitico/grupospoliticos/frente_rev_afri.htm, consultado em 02 de fevereiro de 2018.

¹³⁷ Waals, W. S. Van Der (2015), *Guerra e Paz: Portugal / Angola - 1961-1974*, Alfragide, Casa das Letras, p. 256.

derrota. A FNLA, que não dispunha de nenhuma estrutura política organizada, não tinha capacidade para vencer o MPLA. Por seu lado, o MPLA temia que o instinto tribal e racista da FNLA, como vantagem da base étnica da UNITA, fizessem pender a balança para o lado dos seus adversários¹³⁸. Além do desrespeito aos acordos de Mombaça, Alvor e de Nakuru, que preveem uma certa cooperação mútua e o não alinhamento, pressupostos para que se evitasse um conflito armado entre os respetivos movimentos de libertação, o conflito armado foi inevitável, sendo que os dois maiores problemas se circunscreviam, inicialmente, o MPLA e a FNLA, uma vez que possuíam ideologias e projetos políticos opostos. Essa tensão era nítida nas acusações imperialistas e expansionistas que ambos, reciprocamente, faziam. A FNLA acusava o MPLA de pretender abrir as portas de Angola ao neocolonialismo soviético. Por sua vez, o MPLA acusava a FNLA de permitir o avanço do neocolonialismo americano, através do vizinho Zaire, país onde dizem reinar o imperialismo ocidental¹³⁹.

Para o cônsul-geral dos EUA em Luanda, a guerra civil podia acontecer por três motivos: devido a um incidente gerador de uma escalada incontrolável de violência; como resultado de um golpe de Estado desesperado por parte da FNLA; ou como resultado de alguma manobra inesperada do MPLA, que sentia a sua popularidade política em queda¹⁴⁰. Neste período conturbado, Portugal, a braços com as dificuldades de uma ou outra espécie, não dispunha de meios adequados para conduzir um processo de descolonização credível. Todas as condições estavam, portanto, reunidas para Angola mergulhar no caos, tanto antes como depois da independência, já que as rivalidades entre estes movimentos eram tão antigas quanto a formação dos mesmos¹⁴¹.

Com o objetivo de pôr fim à onda de violência que se verificava em Angola, entre os três movimentos signatários do Acordo de Alvor, os líderes dos respetivos movimentos, ao reunirem-se entre 16 e 21 de junho de 1975 em Nakuru (Quênia) para rubricarem um acordo de paz (Acordo de Nakuru), na qual se comprometeram estabelecer e preservar a paz entre si, bem como o traçar de medidas para o cumprimento do Acordo de Alvor, mas

¹³⁸ Mbah, Jean M. Arsene (2010), *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*, Luanda, Mayamba, p. 302.

¹³⁹ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1977 > SR: 06 – Junho, Dia 30, Jornal de I 3 - 6 - 7 5.

¹⁴⁰ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote, p. 153.

¹⁴⁰ Mbah, Jean M. Arsene (2010), *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*, Luanda, Mayamba, p. 302.

¹⁴¹ Hodges, Tony (2002), *Angola- Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, p. 26. Ver também Almeida, Eugénio da C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa, Edições Colibri, p. 45. Para o cônsul-geral dos EUA em Luanda, a guerra civil podia acontecer por três motivos: devido a um incidente gerador de uma escalada incontrolável de violência; como resultado.

sem sucesso¹⁴². Quando começou a transição para a independência, a seguir o Acordo de Alvor, os três movimentos nacionalistas depressa revelaram-se incapazes de trabalharem em conjunto, dias depois da tomada de posse do Governo de Transição, estabelecido no quadro do mesmo Acordo. Os três movimentos iniciaram uma disputa pela hegemonia político-militar, antes da data marcada para a independência, anulando os princípios democráticos do Acordo. Este conflito foi-se agravando com a intervenção externa, devido às rivalidades geopolíticas da Guerra Fria e à determinação sul-africana (sob regime do *apartheid*) em impedir o apoio angolano aos guerrilheiros da SWAPO, caso o MPLA tomasse o poder¹⁴³.

No entanto, os dois acordos (de Alvor e de Nakuru) não foram suficientes para assegurar uma transição pacífica e democrática. Tão-pouco foram suficientes para evitar um conflito longo e violento, que começou meses antes da proclamação da Independência Nacional. As duas superpotências da época (EUA e URSS) fizeram de Angola um palco privilegiado para as suas disputas geopolíticas no quadro da Guerra Fria, aos olhos de Portugal e da comunidade internacional, que se viam incapazes de gerir a transição de uma forma pacífica¹⁴⁴. Assim, Angola tornava-se o principal tabuleiro africano no confronto para a afirmação da influência dos EUA e da URSS, em África, principalmente, na África Austral, uma das zonas estrategicamente importantes devido às rotas marítimas do Cabo e os recursos naturais estratégicos¹⁴⁵.

De acordo com Luís Bernardino (2013b), no período de transição para a independência de Angola, surgiram vários problemas políticos, económicos, sociais e estruturais no aparelho de Estados dos países africanos, alguns deles herdados do sistema colonial. A fraca experiência governamental, a falência das economias, o desvio de recursos e o reduzido investimento social, militar e nas estruturas económicas, o aumento da insegurança e o aumento da pobreza podem ser apontados como os principais fatores para o surgimento dos conflitos em África¹⁴⁶. Neste período, o bloco ocidental já tinha perdido Moçambique para a órbita socialista e já tinham começado as pressões internacionais para o fim do *apartheid* na África do Sul. Apesar de o Ocidente não concordar com o regime segregacionista sul-africano nem com a manutenção do seu protetorado sobre o então Sudoeste Africano, não poderia aceitar que esta zona importantíssima para

¹⁴² Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 204-206.

¹⁴³ Hodges, Tony (2002), *Angola- Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, p. 26.

¹⁴⁴ Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 362-368.

¹⁴⁵ Almeida, Eugénio da C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa, Edições Colibri, p. 45.

¹⁴⁶ Bernardino, Luís (2013b), "O Novo Paradigma da Prevenção de Conflito em África", *Observatório Político*, Working paper, nº 27, Abril, p. 7.

o domínio dos mares e de recursos minerais considerados estratégicos pudesse cair na esfera soviética¹⁴⁷.

A “internacionalização do conflito angolano”/“internacionalização da descolonização de Angola” não começou por ação de Moscovo, mas sim de países vizinhos (Zaire, Zâmbia e África do Sul). O Zaire foi efetivamente o primeiro a intervir no território, tendo apoiado extensivamente a FNLA, desde o início, fornecendo-lhe treino militar, bases, armas, munições e financiamento¹⁴⁸. Alguns fatores estão na base do envolvimento ativo de Mobutu. Os EUA e a França reconheceram o esforço conjunto de Spínola e Mobutu na resolução do futuro de Angola, para manter a segurança do Zaire, bem como estratégia de conter a expansão comunista em África. Segundo Rui Manuel P. Bonita Velez (2015), as razões que levaram Mobutu, a pedido de Spínola e dos EUA, a envolver-se na questão angolana, foram de ordem económicas, político-militar e sociais. No entanto, pode-se apontar a questão a interdependência Angola-Zaire: Angola-Zaire patinham uma fronteira cerca de 2000 mil quilómetros, facto que fazia crer à Mobutu que as suas reais intenções visavam eliminar a possibilidade de ver instalado em Angola um regime extremista e que poderia levar a confrontações com o seu país ou obrigá-lo a intervir. A somar a esta questão estava a de cariz iminentemente económico, por querer continuar a manter os “laços económicos com as grandes potências do Ocidente”, ao agir em nome da política anticomunista. Para Mobutu, o Zaire era um “Estado polícia” de vários Estados que com ele têm fronteiras, e essa sua convicção, tornava intolerável a existência de um Estado vizinho, chefiado por Agostinho Neto, uma vez que Mobutu pretendia também assegurar os serviços do CFB. Este pânico surgiu uma altura em que já era evidentes as ações do MPLA como a força mais bem posicionada, o mais credível e o preferido de Lisboa como interlocutor válido¹⁴⁹.

Esta perspetiva vai ao encontro da tese defendida pela National Security Study Memorandum 224 sobre o qual o envolvimento explícito e contínuo de Mobutu no apoio a Holden Roberto surge como forma de patrocinar um “governo amigável em Angola”¹⁵⁰. Spínola e Mobutu acreditavam que uma vez assegurado o cessar-fogo com a UNITA, o apoio à FNLA permitiria isolamento político do MPLA – visto que este tinha rejeitado o plano apresentado pela Junta de Salvação Nacional (JSN) para criação, em Angola, de um

¹⁴⁷ Almeida, Eugénio da C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa, Edições Colibri, p. 45.

¹⁴⁸ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote, pp. 311-317.

¹⁴⁹ Velez, Rui Manuel Proença Bonita (2015), *As Relações entre Portugal e o Zaire (1968-1974)*. Tese de Doutor em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10003/1/Tese_RuiVelez.pdf, consultado em 24 de fevereiro de 2018, pp. 302-321.

¹⁵⁰ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, p. 80. Ver também em: National Security Study Memorandum 224, SUBJECT: United States Policy Toward Angola (26, maio, 1975), Gerald R. Ford - Presidential Library & Museum (online). Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0310/nssm224.pdf>, consultado em 20 de abril de 2018.

Governo Provisório pelo período de dois anos – e, eventualmente, forçá-lo também a aceitar negociar com Portugal, através da mediação do Zaire. Tanto mais que este movimento encontrava-se dividido internamente – uma vez que Savimbi aceitou, desde logo, negociações com um representante do MPLA, mesmo que este não fosse Agostinho Neto, provavelmente Daniel Chipenda que seria a aposta de Spínola e Mobutu, perante a intransigência de Neto, contrariando a intenção de Rosa Coutinho, que na visão de Spínola, procurou por todas as formas eliminar do quadro de negociações a FNLA e a UNITA, bem como todos os movimentos políticos em formação ou individualidades que se opusessem ao desenvolvimento do plano de entrega de Angola a um partido único, o MPLA. Não estamos perante a uma situação nova, pois Spínola já tinha afirmado que no relatório sobre a situação em Angola eram referidos factos «inequivocamente demonstrativos da política pró-comunista» seguida por Rosa Coutinho¹⁵¹.

Outra razão do envolvimento de Mobutu foi o número de refugiados angolanos no Zaire e a presença de militares catangueses em Angola. Outro motivo de Mobutu está relacionado o seu interesse na formação da chamada federação Zaire-Angola-Cabinda, tendo Mobutu como presidente e, eventualmente, Holden Roberto como vice-presidente, e no recurso petrolíferos de Cabinda, depois de eventual acordo entre Spínola e Mobutu. Mobutu ainda terá exigido de Spínola o apoio a Holden Roberto numa Angola sem a província de Cabinda – que seria entregue à Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, que tinha a sua sede em Kinshasa, incluindo os jazidos de petróleo –, Spínola terá concordado exigindo ao Mobutu três condições: esforços diplomáticos perante aos chefes de Estados e de Governos de África no sentido de desembaraçar o Governo de Portugal no plano internacional e permitir-lhe adquirir uma certa honorabilidade e eficácia na implementação de uma nova política colonial (política externa) e restauração da ordem interna, em Portugal (política interna); o livre acesso de todas as sociedades capitalista portuguesas e multinacionais – que atuassem sob a cobertura de Portugal – e durante vinte anos a todos os recursos naturais de Angola, Cabinda e Zaire; e, por último, ajudar a recuperar Moçambique e a Guiné-Bissau – por meio de um golpes de Estado ou por assassinato por meio de infiltrações de mercenários e da corrupção de certos quadros dos movimentos de libertação dos respetivos países. Todas as exigências de Spínola foram aceites por Mobutu¹⁵².

A ação soviética em Angola na primeira fase foi motivada pela política chinesa e não norte americana, e foi acima de tudo uma resposta ao avanço de Pequim no Terceiro

¹⁵¹ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola: biografia*, Lisboa, Esfera dos livros, pp.458-469.

¹⁵² Freitas, Amadeu José (1975), *Angola, O Longo Caminho da Liberdade*, Lisboa Moraes, Editores, p. 458. Para mais informação sobre o envolvimento de Mobutu na questão da “descolonização e no conflito angolano pré-independência pode consultar: Freitas, Amadeu José (1975), Schneidman, Witney W. (2004), Rodrigues, Luís Nuno (2010), Sá, Tiago Moreira de (2011) e Velez, Rui Manuel Proença Bonita (2015).

Mundo contra a expensas de Moscovo. A ofensiva de Moscovo, combinada com a pressão exercida por Kenneth Kaunda e Mobutu sobre os EUA, levou finalmente o governo norte-americano a intervir em Angola¹⁵³.

Entretanto, a independência estabelecida pelo Acordo de Alvor para 11 de novembro de 1975 foi, de facto, declarada unilateralmente, pelos líderes dos três movimentos, e em simultâneo em locais diferentes: Luanda, Huambo e Ambriz. Portugal, que fora a contraparte do Acordo do Alvor no princípio do ano, esteve ausente nas três cerimónias. Porém, para se seguir o figurino simbólico, arriou-se a bandeira “das Quinas”, devolvendo-se, assim a soberania ao povo angolano. Depois da declaração unilateral da independência e de posteriormente terem sido afastadas de Luanda, a UNITA e a FNLA firmaram um acordo, a 23 de novembro de 1975, que previa a criação de uma estrutura político-militar de resistência ao MPLA, pomposamente denominada «República Democrática de Angola». Essa estrutura deveria ter a sua sede provisória na cidade do Huambo, começando as suas funções a 5 de dezembro de 1975, mas só durou oitenta dias¹⁵⁴. Portanto, após o 11 de novembro, verificou-se que a FNLA não era mais que uma força sem expressão, ao passo que a UNITA se revitalizou, reforçando o seu poder militar, pois passou a ser sustentada pela República Sul-Africana e pelo Bloco Ocidental. Entretanto, o declínio da FNLA foi resultado da derrota militar e da assinatura do acordo diplomático entre Angola e o Zaire no início de 1976, no qual Angola, supostamente, comprometeu-se em acantonar as forças catanguesas, apoiadas pelo MPLA, e Mobutu, neste caso, comprometeu-se a retirar o seu apoio às forças da FNLA¹⁵⁵. Assim, Holden Roberto viu limitada a sua atividade, visto que isto o obrigava a ter uma residência fixa e vigiada, nesse sentido, sentiu-se forçado a exilar-se em Paris, em 1980¹⁵⁶.

Em março de 1976, assistiu-se à retirada das tropas zairenses e sul-africanas, esta última estacionou no Sudoeste Africano, onde preparava a contra-ofensiva, concluindo assim a “Segunda Guerra de Libertação de Angola”, dando início a “Primeira Guerra Civil de Angola” (1976 – 1989).¹⁵⁷ Após este conjunto de factos, seguiram-se as batalhas no

¹⁵³ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote, pp. 311-317.

¹⁵⁴ Santos, Onofre (2013), *Os (meus) dias da independência*, Luanda, Texto Editora, pp. 15-29. Ver também em: Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola*, Lisboa, 1ª reimpressão, Tinta-da-china, p. 363.

¹⁵⁵ James, W. Martin III (2011), *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* [online], New Jersey, The University of New Jersey, p. 191. Ver também Santos, Onofre (2013), *Os (meus) dias da independência*, Luanda, Texto Editora, p. 151 e Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC), (online). Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/cronologia/os-primeiros-anos-da-angola-independente-1975-1979>, consultado a 22 de março de 2017.

¹⁵⁶ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: Gazeta da Semana > SSC1: 1976 > SR: Ano I - 1 de Abril de 1976 a 3 de Dezembro de 1976, N.º 29 - 18 a 25 de Novembro.

¹⁵⁷ Ver em Ramos, Justino da Glória (2015), “A Guerra Interna (1975-1992)”, em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difuíla (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayamba, p. 245. E Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques, p. 166.

campo diplomático para o reconhecimento do novo governo da República Popular de Angola no panorama internacional, principalmente na OUA e na ONU.

De acordo com Ali Mazrui (2010), a independência de Angola constituiu, durante certo tempo, um tema de divisão no seio da OUA: os “moderados” mostravam-se favoráveis a um governo de unidade nacional, reunindo os três movimentos de libertação nacional (FNLA, MPLA e UNITA), ao passo que os “radicais” pleiteavam a favor da instalação de um poder exclusivo do MPLA¹⁵⁸. Nesta época, a política dos EUA consistia em envidar esforços para o não reconhecimento do Governo da República Popular de Angola por parte da OUA, na Cimeira de janeiro de 1976. No princípio, parecia que a política da administração Gerald Ford estava a resultar, pois, apesar dos esforços dos aliados de Agostinho Neto, com destaque para Samora Machel, a maioria dos Estados africanos representados (na época a OUA só tinha 46 Estados) optou por não reconhecer de imediato o regime do MPLA¹⁵⁹.

Nesse sentido, o governo da República Popular de Angola foi e admitido na OUA, a 12 de fevereiro de 1976, como 46º membro da organização. Contudo, a sua admissão na ONU levou algum tempo, devido à oposição do governo dos EUA¹⁶⁰. Também no mês de fevereiro de 1976, vários países da Europa Ocidental decidiram reconhecer o governo de Agostinho Neto, seguindo os passos pioneiros de Valéry Giscard d'Estaing, presidente de França, que tanto fizera para libertar Cabinda¹⁶¹. Em março de 1976, a pedido do grupo africano na ONU, houve um debate no CSNU sobre a questão angolana, tendo-se recomendado, a 26 de novembro de 1976, a admissão da República Popular de Angola como membro dessa organização. A posição dos EUA não teve sucesso, já que a 1 de dezembro de 1976, por meio da resolução 31/44¹⁶², a Assembleia-Geral da ONU decide a admissão do governo de Angola como membro nº. 146 das Nações Unidas¹⁶³, e aprova a Resolução nº 387 de 31 de março, onde se condenava a intervenção da África do Sul contra

¹⁵⁸ Mazrui, Ali (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, p. 17.

¹⁵⁹ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote, p. 304.

¹⁶⁰ ONU – Resolução 31/44 do CSNU. Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/31/44&referer=/english/&Lang=S, consultado a 7 de abril de 2017.

¹⁶¹ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: Gazeta da Semana > SSC1: 1976 > SR: Ano I - 1 de Abril de 1976 a 3 de Dezembro de 1976, N°29 - 18 a 25 de Novembro.

¹⁶² Arquivo das Nações Unidas (ANU) – Resolução 31/44 do CSNU. Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/31/44&referer=/english/&Lang=S, consultado a 7 de abril de 2017.

¹⁶³ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 62.

a RPA e lhe pedia que respeitasse a independência, a soberania e a integridade territorial¹⁶⁴.

O movimento dos Não-Alinhados concordou com a posição da OUA e condenou a posição dos EUA, em não reconhecer o governo angolano. A atitude da OUA e do movimento dos Não-Alinhados serviu como meio de pressionar e convencer alguns países ainda céticos a mudarem de posição em relação ao problema angolano e a favorecerem o seu reconhecimento internacional, facilitando assim o seu ingresso em organizações internacionais como a ONU¹⁶⁵. O reconhecimento de Portugal aconteceu a 22 de fevereiro de 1976, quando 81 países já o tinham feito. Para Portugal, que optou pelo silêncio durante a intervenção externa zairense, cubana e sul-africana, o MPLA não era o único movimento verdadeiramente nacionalista e progressista. Portugal defendia a tese americana segundo a qual a presença de tropas cubanas em Angola invalidava a vitória do MPLA e de que o imperialismo procurava estabelecer-se por meio do auxílio cubano e sul-africano, pois insistia na formação de um governo angolano tripartido, apelando ao cumprimento do Acordo de Alvor, que se mostrava arquivado. Porém, ao longo do processo, não deixou de preconizar – por meio do Secretário dos Negócios Estrangeiros, Madeiros Ferreira – a intervenção de organismos internacionais para «ajudar» a resolver o conflito¹⁶⁶.

Os EUA só reconheceram o governo formado pelo MPLA, com a administração Bill Clinton, a 19 de maio de 1993, estando em jogo, principalmente, os seus interesses económicos em Cabinda¹⁶⁷. As independências das colónias portuguesas processaram-se, principalmente, a favor dos movimentos com ideologia socialista-marxista. Em Angola, o MPLA acedeu ao poder, e no novo país foi implementado um governo de inspiração socialista-marxista. O afastamento dos outros movimentos nacionalistas do poder, levou o país a mergulhar numa longo conflito fratricida sangrento. O conflito generalizou-se à África Austral e teve a interferência das superpotências¹⁶⁸, como já referimos anteriormente.

Portanto, segundo Tony Hodges (2002) e Pedro de Pezarat Correia (1996) as origens do conflito armado angolano não estiveram especialmente relacionadas com as riquezas do país (o petróleo ou outros recursos naturais). Na base das suas principais

¹⁶⁴ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: Gazeta da Semana > SSC1: 1976 > SR: Ano I - 1 de Abril de 1976 a 3 de Dezembro de 1976, N^o29 - 18 a 25 de Novembro.

¹⁶⁵ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2^o Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, p. 257.

¹⁶⁶ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: Gazeta da Semana > SSC1: 1976 > SR: Ano I - 1 de Abril de 1976 a 3 de Dezembro de 1976, N^o29 - 18 a 25 de Novembro.

¹⁶⁷ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2^o Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 255-259.

¹⁶⁸ Martins, José Abílio Lombe (1991), "Condições de Guerra e Paz na África Austral – perspectiva de cooperação lusófona", *África*, n^o 9- Setembro, II ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. 98.

causas estão: a falta de uma política de transição durante o período “pré-25 de Abril”, por parte das autoridades portuguesas (sobretudo por não ter preparado uma transição estável para a independência); o desenvolvimento de movimentos nacionalistas rivais que competiam entre si na conquista absoluta do poder à custa dos outros, com apoiantes externos no contexto da *proxy war*; e, essencialmente, o cruzamento das atuações dos EUA e da URSS, cujo desfecho foi a derrota dos norte-americanos¹⁶⁹. Ao contrário do que aconteceu com as principais potências coloniais em África, a Grã-Bretanha e a França, que desde meados da década de 50 começaram a preparar as suas colónias para a independência, em Portugal o regime salazarista considerou as suas “províncias africanas” parte integrante deste país. Era um regime fascista/autoritário, pelo que não houve uma tradição democrática nas suas colónias até ao período de transição (1974-1975)¹⁷⁰. Também estão associados fatores geoestratégicos e geopolíticos relacionados com a solidariedade da RPA para com a luta da SWAPO pela independência do Sudoeste Africano e em apoio a *antiapartheid* do ANC, no auge da Guerra Fria¹⁷¹.

Após uma curta pausa no conflito, no segundo semestre de 1976, o governo formado pelo MPLA foi consolidando a sua posição em outras regiões. A África do Sul, no quadro da intervenção em Angola, retoma a ofensiva com o apoio da UNITA, que resultara em várias batalhas entre a coligação socialista (MPLA/FAPLA – Cuba – Rússia) e a coligação capitalista (UNITA-África do Sul-EUA), entre as quais as célebres de Mavinga, Lomba e do Cuito Cuanavale¹⁷². A África do Sul invadiu novamente o sul de Angola, em agosto de 1981, e depois em dezembro de 1983, sempre com o pretexto de perseguir os membros da SWAPO, embora a resistência fosse, essencialmente, por parte das tropas cubanas e das FAPLA. Após o pedido de retirada das tropas sul-africanas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, Angola e a África do Sul assinam, a 16 de fevereiro de 1984, o compromisso de Lusaca, estabelecendo o cessar-fogo, a retirada das tropas sul-africanas e a retirada da SWAPO da região fronteiriça. Mas, as duas partes não cumpriram tal acordo, que previa a cessação do apoio de Angola à SWAPO e do apoio da África do Sul à UNITA. Em julho de 1987, o governo da África do Sul começa a apoiar a UNITA com o objetivo de manter forças militares na base de Mavinga (Quando Cubango). Em resposta, o governo angolano, com o apoio soviético e cubano, lança uma ofensiva militar contra a

¹⁶⁹ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote, p. 322. Ver também em: Hodges, Tony (2002), *Angola- Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, p. 24. Ver também em: Correia, Pedro de Pizarat (1996), “As Implicações da Descolonização de Angola no Conflito Pós-Independência”, em Bravo, Manuel (Coord.), *Angola: A Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*, Lisboa, Hugin-Editores, p. 35-37.

¹⁷⁰ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote, p. 322.

¹⁷¹ Correia, Pedro de Pizarat (1996), “As Implicações da Descolonização de Angola no Conflito Pós-Independência”, em Bravo, Manuel (Coord.), *Angola: A Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*, Lisboa, Hugin-Editores, p. 35.

¹⁷² Ramos, Justino da Glória (2015), “A Guerra Interna (1975-1992)”, em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difuiila (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayamba, p. 254.

UNITA, com a finalidade de recuperar Mavinga e o seu aeródromo (considerado estratégico na região sul de Angola), dando início à complexa Batalha do Cuito Cuanavale¹⁷³.

O sudeste angolano foi, desde sempre, uma região com significativa importância estratégica, não só para o governo angolano (MPLA), mas também para a UNITA, a África do Sul, o ANC e para a SWAPO, como descreve Luís Bernardino (2013a):

A localidade do Cuíto Cuanavale passou a ter uma relevância estratégica. Para a UNITA constituía o centro de gravidade para a defesa das suas estruturas militares no sul de Angola. A manutenção das bases logísticas, centros de instrução e posto de comando da direcção na Jamba dependiam do controlo da região, devido à necessidade de domínio sobre a estrada Menongue-Mavinga e às passagens sobre o rio Cuíto. Para a África do Sul era imprescindível que a UNITA mantivesse sob controlo o Cuíto Cuanavale, evitando assim a intensificação, para o interior dos respectivos territórios, da guerra de libertação da Namíbia e da África do Sul, conduzida pela SWAPO e pelo *African National Congress* (ANC), respectivamente¹⁷⁴.

De acordo com Paulo Visentini (2011), a Batalha do Cuito Cuanavale (de 15 de novembro de 1987 a 23 de março de 1988) foi decisiva, permitiu o Acordo de Gbadolite (a 22 de Junho 1989), pois esta não só marcou o fim da Primeira Guerra Civil (o Acordo de Bicesse, 31 de Maio 1991), pois mudou o curso da política de Angola e da África Austral¹⁷⁵, como também permitiu as conversações tripartidas (África do Sul, Angola e Cuba), em Londres, mediadas pelos EUA, que culminaram na assinatura do Tratado de Brazzaville (13 de dezembro de 1988)¹⁷⁶. De igual modo, podemos concluir que a Batalha do Cuito Cuanavale, associando, principalmente, o crescente isolamento e as sanções económicas da comunidade internacional contra a África do Sul, o colapso da URSS e fim da Guerra Fria, de forma combinada:

i) forçou a assinatura do Acordo de Nova Iorque (22 de dezembro de 1988), entre Angola, Cuba e África do Sul, permitindo o fim da intervenção das forças estrangeiras em Angola, ii) proporcionou a implementação da resolução 435/78 da ONU, na qual a África do Sul aceita ceder a independência à Namíbia, que se concretizou a 21 de março de 1990 e, conseqüentemente, iii) criou os alicerces para o fim do regime do *apartheid*, a

¹⁷³ Bernardino, Luís (2013a), *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana- Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Lisboa, Almedina, pp. 323-326.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 338.

¹⁷⁵ Almeida, Eugénio da C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, p. 51.

¹⁷⁶ Visentini, Paulo (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*, Brasília, Thesaurus Editora, (online). Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/764-Livro-na-rua-Namibia.pdf>, consultado a 2 de março de 2015, p. 9.

democratização da África do Sul¹⁷⁷, bem como o fim do comunismo, pressupostos para a paz e democratização de Angola e o fim da influência estrangeira em Angola e na região.

Ainda a nível interno, Justino da Glória Ramos (2015) refere que, depois do “afastamento dos fatores externos que intervinham na guerra civil angolana, começou os esforços para a pacificação de Angola. Assim, começou outra fase da resolução do conflito interno angolano e que desembocou nos Acordos de Bicesse em 1991 e conduziu o país às primeiras eleições gerais e livres de 1992”¹⁷⁸.

Quando o ciclo de violência parecia terminado e iniciado o processo de Reconciliação Nacional, a guerra surgiu outra vez, porque a UNITA passou a contestar pela via armada os resultados dos escrutínios das eleições de 1992, tidas como livres e justas pelas Nações Unidas e pelos observadores internacionais, que apontavam a vitória ao MPLA¹⁷⁹. Estas circunstâncias estão na base do início da segunda fase da Guerra Civil de Angola, entre a UNITA e o governo formado pelo MPLA, e só terminou com o Acordo de Luena, a 30 de março de 2002, e formalmente a assinatura do Memorando de Entendimento entre o governo e a UNITA, a 4 de abril de 2002, após a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, a 22 de fevereiro de 2002. A paz e a recuperação económica e social que se verificam no país, no período pós-guerra civil, tiveram repercussão na sua política externa, no que toca à sua afirmação no cenário internacional, particularmente, nas comunidades regionais de que faz parte.

Portanto, Joveta José (2013), ao fazer uma análise do percurso histórico da cooperação de Angola com diversos blocos regionais, apresenta três períodos históricos sobre as relações internacionais de Angola. Segundo a autora, é uma periodização defendida pela maioria dos investigadores da política externa de Angola: período entre 1975 e 1991, caracterizado pela Primeira Guerra Civil de Angola e por um sistema político monopartidário; período entre 1992 e 2002, caracterizado pela Segunda Guerra Civil de Angola e pelo sistema pluripartidário e, por último, o período pós-2002, caracterizado pela paz e crescimento económico¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Júnior, Miguel (2014), *A Mão Sul-Africana – O envolvimento das forças de defesa da África do Sul no Sudoeste de Angola (1966-1974)*, Lisboa, 1ª edição, Príncipe Editora, p. 27.

¹⁷⁸ Ramos, Justino da Glória (2015), “A Guerra Interna (1975-1992)”, em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difúila (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayamba, p. 255.

¹⁷⁹ Correia, Pedro de Pesarat (1996), “As Implicações da Descolonização de Angola no Conflito Pós-Independência”, em Bravo, Manuel (Coord.), *Angola: A Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*, Lisboa, Hugin-Editores, p. 27.

¹⁸⁰ José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (online). Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 20 de março de 2016.

2.1. Impacto da Guerra Civil nas Relações Externas de Angola

Os 27 anos de guerra civil (de 1975 a 2002) que Angola registou, protagonizados pelos três movimentos que outrora lutaram pela Independência Nacional e motivados pelas suas divergências políticas-ideológicas e pelo contexto político daquela época, constituíram um dos mais longos e mortíferos conflitos verificados em África. Este conflito teve efeitos económicos, políticos, psicológicos e sociais em Angola. Foi acompanhado de diversas formas de violência sobre o seu próprio povo, causando milhares de mortos e de refugiados. Arruinou a economia nacional, destruiu as infraestruturas sociais e económicas, desestabilizou a estrutura política, impediu o curso normal para o desenvolvimento económico, político e social do país, além de se registar o desrespeito dos Direitos Humanos, agravando ainda mais o modo de vida das populações. Igualmente, o conflito armado provocou uma cisão na estrutura social, fomentou o ódio na sociedade angolana, entre outras, devido aos laços ideológicos que mantinham com os partidos políticos que guerreavam entre si.

Após a proclamação da independência de Angola, o novo país teve que desenvolver um conjunto de objetivos políticos que orientaram a sua política interna e externa, no âmbito do relacionamento com outros Estados, a fim de salvaguardar os seus interesses. Segundo Joveta José (s/d), essa política interna de Angola, entre 1975 e 1990, refletia-se também na política externa, pois visava consolidar a ordem social existente no próprio Estado, através da fixação das suas disposições na jurisdição internacional e defender na arena internacional os interesses do Estado angolano¹⁸¹. O relacionamento externo de Angola foi muitas vezes dificultado por determinados aspetos da conjuntura interna, como a guerra civil¹⁸².

Assim, “o governo instituído sofreu imediatamente a influência da URSS e de alguns dos então “Estados satélites”, para os quais o novo Estado era mero peão no xadrez da política externa da União Soviética”¹⁸³. Entretanto, a política dos EUA para Angola, durante este período, foi formulada exclusivamente em função da Guerra Fria. As administrações Ford, Carter e Reagan não viam a possibilidade de reconhecer o governo do MPLA, receando que o reconhecimento do novo regime comunista fosse interpretado como um

¹⁸¹ José, Joveta, (s/d), “Política Externa de Angola de 1992 aos dias Atuais”, comunicação apresentada no 33º encontro Anual da ANPOC Entre Fronteiras e Diplomacia: Estudos sobre África e Caribe, (online). Disponível em <http://anpocs.org/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt19-24/1977-jovetajose-politica/file>, consultado a 26 de março de 2016, p. 5.

¹⁸² Idem, (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (online). Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 20 de março de 2016, p. 117.

¹⁸³ Cunha, Joaquim da Silva (1990), “Angola”, *África*, nº 7- Setembro, III ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portuguesa, p. XIX.

sinal de fraqueza pela URSS e pela opinião pública norte-americana. No âmbito das suas manobras diplomáticas, a UNITA acreditava representar a democracia liberal. Neste contexto, contariam com o apoio do exterior, com destaque para o dos EUA, da África do Sul e de alguns portugueses¹⁸⁴.

O Brasil rapidamente estabeleceu relações diplomáticas com o novo governo de Angola. Fez isso antes mesmo de qualquer país do bloco comunista. Nenhum país ocidental ou mesmo africano seguiu o seu rápido exemplo. A decisão do Brasil de reconhecer como legítimo o governo de Angola independente foi tomada pelo então presidente Ernesto Geisel. Já em 1976, as Nações Unidas reconhecem o governo do MPLA como o legítimo representante de Angola, o que não foi seguido nem pelos EUA nem pela África do Sul¹⁸⁵. Perante as circunstâncias desta época, no quadro regional e internacional, o governo angolano teve de fortalecer as relações com os países da órbita socialista, dos quais, teve apoio económico, social e militar determinantes, com destaque para Cuba, a URSS, alguns dos chamados “Estados da Linha da Frente”¹⁸⁶ e o Brasil¹⁸⁷, uma vez que a administração do MPLA adotou por inteiro a ideologia marxista-leninista e os modelos político-económicos da União Soviética e de Cuba¹⁸⁸. Nesta perspetiva, o governo de Angola procurara proteger os seus interesses, relacionados com a segurança, sistema económico e os seus valores e identidade nacional.

Ao passo que as relações diplomáticas com os países do Bloco Ocidental, liderado pelos EUA, nomeadamente, a França e outros, eram bastante difíceis. As relações com Portugal foram substancialmente rompidos durante alguns anos, à medida que Angola adotava novos modelos económicos e educativos com base na influência soviética¹⁸⁹. Apesar desses entraves com o Ocidente, a Itália (1977), Bélgica e a França (1983) teriam dado algum passo que visaram a normalização das relações económico e político com o

¹⁸⁴ José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (online). Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 20 de março de 2016, pp. 104-105.

¹⁸⁵ Tenente-coronel Acácio Nelson Samaji (Diretor), “Um breve resumo da história recente do país”, *Revista Militar*, FAA na Defesa da Pátria, edição nº 33, Novembro, Luanda, p. 8.

¹⁸⁶ Constituem os Estados da Linha da Frente, os países cofundadores da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia, Lesoto e Zimbabué (Murapa, 2002:158), que depois de alcançarem as suas independências uniram-se em primeira instância na luta contra o racismo, o imperialismo e o colonialismo na África Austral. Destes países, Zimbabué, Namíbia e África do Sul constituíam os principais problemas da África Austral. Ver em CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano I, nº 10, 18 a 30 de Novembro de 1978.

¹⁸⁷ José, Joveta (s/d), “Política Externa de Angola de 1992 aos dias Atuais”, comunicação apresentada no 33º encontro Anual da ANPOC Entre Fronteiras e Diplomacia: Estudos sobre África e Caribe, (online). Disponível em <http://anpocs.org/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt19-24/1977-jovetajose-politica/file>, consultado a 26 de março de 2016, p. 27.

¹⁸⁸ Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola*, Lisboa, 1ª reimpressão, Tinta-da-china, p. 363.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 363.

governo de Angola, facto que permitiu o chefe de Estado Angolano visitar estes três países, em setembro de 1987, para tratar de assuntos de cooperação bilateral. A visita a estes países serviu também para reunir com empresários e políticos¹⁹⁰.

Com o fim da Guerra Fria, o colapso da URSS e, conseqüentemente, a democratização do país, em 1991, Angola manteve as suas relações diplomáticas com os parceiros tradicionais, mas fez uma inflexão com os opositores de outrora, os EUA, os países ocidentais e a África do Sul¹⁹¹. Segundo Joveta José (2011), as eleições de 1992, reconhecidas e tidas como livres e justas pelas Nações Unidas, derrubaram o mito de representante da democracia liberal, advogado pela UNITA, por ter tentado tomar à força o que não conseguira pelo voto do povo¹⁹². As mudanças ocorridas no sistema económico (adoção do liberalismo económico e abertura de mercado) e no político (passagem do monopartidário para o sistema democrático multipartidário, efetivada com as eleições de setembro de 1992) mostraram que a política externa de Angola teve a sua maior influência neste período, pós 1992.

Estes conjuntos de factos permitiram que a diplomacia angolana conduzisse um relacionamento externo desobstruído, cuja agenda prevalecem aspetos considerados pelo Ocidente como positivos¹⁹³. Recorde-se que o reconhecimento do governo de Angola, presidido por José Eduardo dos Santos, só foi formalizado pelo governo dos EUA, a 19 de março de 1993, sob administração de Bill Clinton, facto que conduziu progressivamente a UNITA a um isolamento no contexto internacional. Este isolamento foi seguido de sanções económicas (embargos) e políticas (encerramento de escritórios no exterior), depois de a UNITA ter retomado a guerra de 1992, não reconhecendo os resultados eleitorais. As sanções à UNITA não se circunscreveram ao movimento e seus altos dirigentes, mas também meros militantes. A resolução nº 864/1993, de 15 de setembro, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre a aplicação de sanções e embargo à UNITA,

¹⁹⁰Alves, Carlos Alberto de Jesus, *Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo*. Tese de Doutoramento em Identidades, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/31604/1/Pol%C3%ADtica%20externa%20angolana.pdf>, consultado em 24 de fevereiro de 2018, pp. 149-150.

¹⁹¹José, Joveta (s/d), "Política Externa de Angola de 1992 aos dias Atuais", comunicação apresentada no 33º encontro Anual da ANPOC *Entre Fronteiras e Diplomacia: Estudos sobre África e Caribe*, (online). Disponível em <http://anpocs.org/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt19-24/1977-jovetajose-politica/file>, consultado a 26 de março de 2016, sl, p. 27.

¹⁹²Idem, (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (online). Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 20 de março de 2016, p. 105.

¹⁹³José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (online). Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 20 de março de 2016, p. 105.

exortava todos os Estados a impedir e a absterem-se de fornecimento de todas as formas de assistência ou apoio direto ou indireto à UNITA, proibindo qualquer venda, transporte ou fornecimento à UNITA de armas, equipamentos relacionados, militares e petróleo e seus derivados, bem com a proibição de realizar atividades comerciais com a UNITA e restrições à viagem do seu pessoal. Este facto permitiu o reconhecimento do governo de Angola e o direito deste receber assistência da comunidade internacional para apoiar o processo democrático, porém, levantando-se barreiras ao fornecimento de armas para este governo¹⁹⁴.

Todavia, o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), que surgiu a 11 de abril de 1997 fruto do Acordo de Lusaca, assinado a 20 de novembro de 1994, entre a UNITA e o governo de Angola, foi um estilo de inserção internacional que fez da política externa angolana um fator de credibilidade para o país, ao aliar o Plano de Paz aos compromissos dos ideais democráticos, direitos humanos, justiça social e preservação do meio ambiente. O principal objetivo da política externa de Angola durante a Guerra Civil consistia em eliminar as ameaças que atentavam contra a segurança de Angola¹⁹⁵. Por este motivo, Angola teve de envolver-se na luta de independência da Namíbia, teve de intervir militarmente no conflito da RDC e participar em operações de paz na CIRGL e na SADC. Continuando nesta senda, Rosa Masolina Ngeli (2015) descreve que,

O momento de Paz e Reconciliação Nacional que Angola está a viver, após ter passado um longo período de guerra civil, conferiu-lhe um papel de prestígio internacional crescente na resolução de conflitos e na consolidação da estabilidade em África, especialmente no actual contexto em que vários países do continente estão a viver convulsões políticas e a enfrentar desafios ao Estado democrático e de direito¹⁹⁶.

Estas circunstâncias permitiram um novo impulso ao relacionamento com os principais atores internacionais, entre os quais, EUA, China, Japão e Rússia, assim como permitiram consolidar a posição externa de Angola junto das regiões de que faz parte, nomeadamente SADC, CGG, CIRGL e a CEEAC¹⁹⁷. No âmbito das relações internacionais,

¹⁹⁴ Arquivo das Nações Unidas (ANU), Resolução do Conselho de Segurança da Nações Unidas, nº 864/1993 (15 de setembro), sobre Angola. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/864%20\(1993\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/864%20(1993)), consultado em 15 de outubro de 2017.

¹⁹⁵ José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (online). Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 20 de março de 2016, p. 105, pp. 111-113.

¹⁹⁶ Ngeli, Rosa Masolina (3ª Sec.) (2015), Memorando sobre a presidência de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), Secretariado da Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Luanda, p. 1.

¹⁹⁷ José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (online). Disponível em

Angola respeita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas, da Carta da União Africana e do Direito Internacional e estabelece relações de diplomática e de cooperação com os Estados e povos, consoantes os interesses nacionais, na base do respeito pela soberania e independência nacional, da igualdade entre os Estados, da resolução pacífica dos conflitos, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, do respeito pelos direitos humanos, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, da reciprocidade de vantagens e do repúdio e combate ao terrorismo, narcotráfico, racismo, corrupção e tráfico de seres e órgãos humanos, etc.¹⁹⁸.

Entre 2002 e 2003 Angola foi eleita como Membro Não Permanente do CSNU. Foi incluída entre os chamados mercados emergentes prioritários para o relacionamento externo dos EUA, tornando-se, assim, um parceiro revalorizado aos olhos desta potência. A China também merece uma atenção na política externa angolana, pois, ela afirma-se como principal parceiro no processo de reconstrução de Angola. Entretanto, as ações da política externa de Angola, principalmente no contexto regional, têm consolidado a imagem do país como parceiro para a estabilidade e segurança, mas o país tem enfrentado dificuldades em aliar as ações político-militares estrangeiras com as questões de cooperação económica, cultural e social¹⁹⁹. A 16 de outubro de 2014, na sede da ONU, em Nova Iorque, Angola foi eleita Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio de 2015 a 2016²⁰⁰. O Estado angolano não permite a instalação de bases militares estrangeiras no seu território, sem prejuízo da participação, no quadro das organizações regionais ou internacionais, em forças de manutenção da paz e em sistemas de cooperação militar e de segurança coletiva²⁰¹. A nível da SADC, Angola assumiu a presidência do SIPO, desde 16 de agosto de 2017, na qual estabeleceu entre outras prioridades as questões relativamente a político-militar na RDC e crise política no Lesoto, onde chefia a Missão de Prevenção da SADC para o Reino do Lesoto (SAPMIL) e o Comité de Supervisão da SADC para o Reino do Lesoto²⁰².

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 20 de março de 2016, p. 117.

¹⁹⁸ *Constituição da República de Angola* (2010), Capítulo I, Relações Internacionais, art. 12, p. 6.

¹⁹⁹ José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (online). Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado a 20 de março de 2016, pp. 113-114.

²⁰⁰ Ngeli, Rosa Masolina (3ª Sec.) (2015), Memorando sobre a presidência de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), Secretariado da Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Luanda, p. 8.

²⁰¹ *Constituição da República de Angola* (2010), Capítulo I, Relações Internacionais, art. 12, p. 6.

²⁰² Bernardino, Luís (2013), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra, Editora Almedina Edições, p. 397.

3. Namíbia: Breve Contextualização Histórica e Geopolítica

Os primeiros europeus a pisarem o solo do atual território namibiano foram os navegadores portugueses, nomeadamente Diogo Cão, em 1483. Porém, os primeiros contactos entre os povos da Namíbia e os europeus ocorreram junto à foz do rio Kuiseb (próximo de Welvis Bay), em 1670, entre os povos !Kun e os bóeres da Colónia do Cabo, quando estes últimos começaram a penetrar no interior da África Austral, expulsando os africanos das terras que possuíam, obrigando-os a albergarem-se no Deserto do Namibe e do Kalahar²⁰³. Proveniente da migração bantu da região oriental da África, o povo Herero instalou-se na Namíbia entre os séculos XVII e XVIII. O povo Nama é um grupo étnico da África do Sul, Namíbia e Botsuana, fala a língua Nama do Khoe-Kwadi (!Kun central)²⁰⁴.

No início do século XIX, depois de 1810, um grupo de namas foi seguido, pelos holandeses do Cabo, equipados com armas de fogo, cavalos e carros bóer, acabando por instalar-se progressivamente no sul e lutando pelo controlo dos escassos recursos naturais. Simultaneamente, os missionários cristãos, vindos da Europa, começaram a penetrar no interior do “Sudoeste Africano”, entre os quais, missionários da alemã Sociedade Missionária Renana (RMS) que, por volta de 1840, obtiveram um monopólio virtual sobre os territórios herero. Os Hereros foram induzidos a fixarem-se permanentemente ao redor dos missionários, que tão logo começaram a receber os valores culturais europeus. Esta ação, acompanhada pela pressão diplomática sobre os líderes da região, serviu para preparar o território para a colonização alemã. Contudo, no final da década de 70 e princípio da década de 80 do século XIX, houve tentativas, sem sucesso, da colónia do Cabo e da Inglaterra de obterem o direito de colonizar o “Sudoeste Africano”²⁰⁵.

Embora a região do “Sudoeste Africano” fosse uma zona de influência britânica, nesta época, foi possível os alemães estabelecerem-se aí, pois, nessa altura, os ingleses enfrentavam difíceis problemas noutras partes do seu império, nomeadamente a disputa com a França pelo domínio do Egipto. Nesta senda, em 1883, Adolf Luderiz, comerciante de Bremen, içou, no “Sudoeste Africano”, a bandeira alemã, depois de ter “comprado” parte desta região aos reis locais, por libras esterlinas e 100 espingardas. Em seguida, enviou um barco de guerra para proteger a sua nova possessão. Assim, em 1884, à margem da conferência de Berlim, o chanceler alemão, Otto Van Bismarck, declarou o Sudoeste Africano como protetorado alemão, de forma a evitar a conquista pela Inglaterra, que foi obrigada a aceitar. A administração e exploração da colónia estiveram a cargo da

²⁰³ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 167.

²⁰⁴ Passos, Walter (s/d), em “Jornal O Debate”. Disponível em: <https://jornalobate.com.br/site/internacional/4499-o-genocidio-esquecido--a-revolta-dos-hereros-e-nama-na-namibia>, consultado a 9.2.2019.

²⁰⁵ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 12.

Sudwestafrika-Gesellschaft (sociedade concessionária) e, em 1890, a administração passou a ser feita, diretamente pelo Deutsches Reich. No entanto, as sociedades concessionárias mantiveram os privilégios comerciais, das melhores terras (para a agricultura e para a pastagem) e das minas, rentabilizando as alfândegas²⁰⁶.

No entanto, foi somente no final da década de 90 do século XIX que os alemães iniciaram uma subjugação do povo do Sudoeste Africano por meio da força. Logo, alguns povos da região uniram-se, na primeira década do século XX, em defesa das suas terras e para assegurar a sua soberania. Foi o caso do povo herero que se uniu ao nama”, antigos inimigos, para fazer frente à investida alemã. Este facto desencadeou uma violenta resistência armada dos povos Nama e Herero à colonização alemã, de 1904 a 1907, com o apoio de outros povos vizinhos. A revolta tinha sido convertida em “guerra nacional” contra a colonização. Os hereros insurgiram-se como consequência imediata dos confiscos de terra e gado. Destruíram fazendas, capturaram o gado e mataram pouco mais de uma centena de colonizadores alemães²⁰⁷. É assim que a 12 de janeiro de 1904, os Hereros, comandados por Samuel Maherero, passaram à ação armada, numa série de ataques a herdades e localidades insoladas, foram mortos quase todos os alemães de sexo masculino capazes de pegar em armas, mais de 100 mortos, incluindo comerciantes. Hendrik Witbooi, líder nama, insurgiu-se e chefiou uma revolta até ao fim desta situação em outubro de 1905, quando Witbooi foi morto em combate²⁰⁸.

A intervenção do governo alemão foi terrível. O uso de métodos violentos resultara no genocídio de algumas etnias locais, particularmente o povo Herero e Nama²⁰⁹, numa campanha, dirigida pelo general Van Trotha, que exigiu cerca de 17 000 soldados alemães, contra 3 000 soldados hereros e 1 500 namas. Entretanto, as políticas de opressão inspiraram revoltas contra o governo colonial alemão no Sudoeste Africano e na África Oriental (atual Tanzânia). Ambas revoltas foram esmagadas. Tais acontecimentos ofereciam uma antevisão dos métodos implacáveis que iriam ser utilizados na Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918)²¹⁰.

O massacre contra os povos Herero e Nama não tardou, sendo cerca de 80 mil africanos (aproximadamente 80% da população em 100 mil) a serem dizimados, aproximadamente 14 mil foram transferidos para os campos de concentração e o restante

²⁰⁶ Ferreira, Eduardo de Sousa (1977), *África Austral – o Passado e o Futuro*, Lisboa, 2ª edição, Seara Nova, pp. 143-144.

²⁰⁷ Visentini, Paulo (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*, Brasília, Thesaurus Editora, (online). Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/764-Livro-na-rua-Namibia.pdf>, consultado a 2 de março de 2015, p. 8.

²⁰⁸ Reader, John (2002), *África – biografia de um continente*, Tradução portuguesa, Santa Sinta, Publicações Europa-América, Lda, pp. 585-586.

²⁰⁹ Visentini, Paulo (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*, Brasília, Thesaurus Editora, (online). Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/764-Livro-na-rua-Namibia.pdf>, consultado a 2 de março de 2015, p. 8.

²¹⁰ Reader, John (2002), *África – biografia de um continente*, Tradução portuguesa, Santa Sinta, Publicações Europa-América, Lda, pp. 582-586.

dispersou-se²¹¹. Após a derrota dos povos Herero e Nama, os reinos da região perderam a sua independência e passaram para o domínio colonial alemão, iniciando o processo de colonização e exploração dos recursos naturais e humanos desta região, que passou a ser designada, desde então, por Sudoeste Africano ou África do Sudoeste Alemão.

A União Sul-Africana (atual África do Sul) foi unificada em 1910, depois do esmagamento do nacionalismo africânder de Transval e do Estado Livre de Orange pelo Partido Nacional durante a Guerra Anglo-Bóer, ocorrida entre 1899 e 1902²¹². Com o surgimento da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a União Sul-Africana, na qualidade de integrante da *Commonwealth*, decidiu entrar na guerra para apoiar a Grã-Bretanha. Na sequência deste acontecimento, a União Sul-Africana – que esperava anexar o Sudoeste Africano como recompensa da sua participação, com o apoio de tropas inglesas e sob ordens do governo britânico – invadiu o Sudoeste Africano em 1914 e, em julho de 1915, conseguiu finalmente ocupar o território²¹³. Depois da derrota alemã, os vencedores da Primeira Guerra Mundial aprovaram, no Tratado de Versalhes, o reconhecimento da culpabilidade histórica da Alemanha, sujeitando a perda das suas colónias, a devolução de todos os territórios conquistados durante a guerra e de outros que resultavam de disputas anteriores (a Alsácia e Lorena), a supressão do serviço militar obrigatório e a drástica redução das suas forças, a criação da Sociedade das Nações (SN), em 1919, entre outras²¹⁴.

Segundo o Pacto da Sociedades das Nações, as colónias e territórios que, na consequência da guerra, deixaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de dirigirem-se a si próprios de forma autónoma nas condições particularmente difíceis do mundo moderno, devem ser submetidos à tutela de potências europeias. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização e convém incorporá-la no presente Pacto, para garantir o cumprimento dessa missão. Assim, segundo o referido Pacto, o melhor método para realizar praticamente esse princípio é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas que, em razão dos seus recursos, da sua experiência ou da sua posição geográfica, estão em boas condições para assumir essa

²¹¹ Hernandez, Leila Leite (2008), *África na sala de Aula: Visita à história contemporânea*, 2ª edição revista, São Paulo, Selo Negro, (online). Disponível em https://books.google.pt/books?id=8bwx1_foaVwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, consultado a 30 de abril de 2016, p. 122.

²¹² Van Schoor, Marthinus Oliveira (1990), "O Problema da África do Sul e o Futuro da África Sul", *África*, nº 7-Setembro, II ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. XLI.

²¹³ M' Bokolo, Elikia (2011), *África Negra. História e Civilização, Tomo II – Do século XIX aos nossos dias*, Lisboa, Edições Colibri, p. 379.

²¹⁴ Afonso, Aniceto (2008), *Guerras e Campanhas Militares de Portugal: Grande Guerra- Angola, Moçambique e Flandres*, Lisboa, QuidNovi, p. 108.

responsabilidade, exercendo a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade das Nações²¹⁵.

O Pacto da Sociedade das Nações²¹⁶ estabeleceu três tipos de mandatos segundo o grau de desenvolvimento do povo, a situação geográfica do território, as suas condições económicas e todas as outras circunstâncias análogas dos territórios em causa. O mandato do tipo A abrangia os territórios que atingiram um grau de desenvolvimento que a sua existência como nação independente pode ser reconhecida provisoriamente – foram incluídos os territórios que outrora pertenciam ao Império Otomano. O mandato do tipo B diz respeito aos territórios que atingiram um grau de desenvolvimento médio em que se encontram outros povos e exige que o mandatário assuma o governo do território – aqui foram considerados especialmente os territórios da África Central (Tanganica, Ruanda-Urundi, Togolândia e Camarões. O mandato do tipo C compreende os territórios com um nível de desenvolvimento baixo – aqui foram considerados os territórios alemães de África (Sudoeste Africano, Samoa, Nova-Guiné Alemã, Nauru e ilhas no Pacífico). O mandatário do tipo C e todos outros deveria enviar anualmente relatório à Comissão de Tutela acerca dos territórios de que foi encarregado²¹⁷.

O sistema de mandato, segundo Nuno Severino Teixeira (2009), foi uma filosofia delicada, criado para manter os territórios coloniais sobre sua tutela, pois no sistema de mandato não havia regulamento sobre o decorrer da emancipação das regiões submetidas²¹⁸. De facto, segundo a Carta da Sociedade das Nações (1919), os territórios como o Sudoeste Africano e certas Ilhas do Pacífico Austral, que, em razão da fraca densidade popular, de superfície restrita, do seu afastamento da Europa, da sua contiguidade geográfica com o território do mandatário ou de outras circunstâncias, não poderiam ser administrados senão pelas próprias leis do mandatário, como parte integrante

²¹⁵ Pacto da Sociedade das Nações (Tratado de Versalhes), de 28 de junho de 1919, (online). Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/PACTO_DA_SOCIEDADE_DAS_NACOES.pdf, consultado a 7 de fevereiro de 2016., art. 22.

²¹⁶ Importa aqui referir que a Sociedade das Nações foi constituído em 1920 e funcionou até 1946. Pode-se destacar o princípio de “Duplo Mandato” quando a política colonial defendida pela Sociedade das Nações, na qual aplicava o conceito de equiparação dos interesses do colonizador aos povos colonizados. Isto é, falava-se então das gentes, na liberdade dos povos e na aplicação dos princípios da democracia, simultaneamente com a missão sagrada da civilização, a colonização identificada como obra de solidariedade humana, o interesse económico universal, e vigilância internacional sobre as colónias. Ver em Martins, José Abílio Lombe (1998), “Sistema de Colonização e Conceitos de Descolonização”, *África*, nº 19 - Março, XII ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. 54.

²¹⁷ Pacto da Sociedade das Nações (Tratado de Versalhes), de 28 de Junho de 1919, (online). Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/PACTO_DA_SOCIEDADE_DAS_NACOES.pdf, 22, consultado a 7 de fevereiro 2016.

²¹⁸ Teixeira, Nuno Severino (2009), *Contribuição para uma Política de Defesa*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, p. 148.

de seu território, sob reserva das garantias previstas acima no interesse da população autóctone²¹⁹.

Entretanto, o mandato seria confiado pela Sociedade das Nações a um Estado Membro para exercer o poder de administrar, aconselhar e orientar os territórios em causa, em nome e sob vigilância da Sociedade das Nações²²⁰. O mandatário deveria enviar anualmente, ao Conselho da Sociedade das Nações, um relatório a respeito da situação dos territórios de que foi encarregado. Se o grau de autoridade, fiscalização ou administração a ser exercida pelo mandatário não é objeto de uma convenção anterior entre os membros da Sociedade, uma comissão permanente seria encarregada de receber e examinar os relatórios anuais dos mandatários e de dar ao Conselho a sua opinião sobre todas as questões relativas à execução dos mandatos²²¹. É no âmbito destas deliberações que a África do Sul, com o apoio da Inglaterra, passou oficialmente a administrar o território do Sudoeste Africano, sob o regime de mandato da Liga da Sociedade das Nações.

O sistema de “mandato” foi muito defendido pelo general sul-africano Smutsé que, para convencer a Sociedade das Nações a transferir a administração do Sudoeste Africano para o domínio da União Sul-Africana (atual África do Sul), estabelecia que as antigas colónias alemãs, “devido às condições difíceis do mundo e sem condições de se governarem a si próprias, deveriam ser submetidas à tutela de potências”²²². Com uma única exceção, todos os territórios que eram mandatados da SN ou tornaram-se independentes ou passaram a estar sob regime internacional de tutela estabelecido pela ONU. A exceção foi a antiga colónia alemã do Sudoeste Africano, que após a Primeira Grande Guerra, em 1920, foi confiada à União da África do Sul, como mandato da SDN, como quinta província²²³.

Entretanto, a África do Sul achou uma oportunidade para administrar o Sudoeste Africano, sob regime de mandato do tipo C, que o obrigava a prestar contas às Sociedades das Nações, uma vez que, o regime a que o Sudoeste Africano estaria sujeita, o autorizava. Assim, em 1925, foi anunciado o território do Sudoeste Africano como “quinta província” da

²¹⁹ Pacto da Sociedade das Nações (Tratado de Versalhes), de 28 de Junho de 1919, (online). Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/PACTO_DA_SOCIEDADE_DAS_NACOES.pdf, art. 22, consultado a 7 de fevereiro 2016.

²²⁰ Martins, José Abílio Lombe (1998), “Sistema de Colonização e Conceitos de Descolonização”, *África*, nº 19 - Março, XII ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. 54.

²²¹ Pacto da Sociedade das Nações (Tratado de Versalhes), de 28 de Junho de 1919, (online). Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/PACTO_DA_SOCIEDADE_DAS_NACOES.pdf, art. 22, consultado a 7 de fevereiro de 2016.

²²² Ferreira, Eduardo de Sousa (1977), *África Austral – o Passado e o Futuro*, Lisboa, 2ª edição, Seara Nova, p. 148.

²²³ AHDMNE – POI 114, Proc. XA-11, ano de 1956/61, 1º Volume: Relatório sobre Questões Políticas e de Segurança, Sudoeste Africano (s/d).

União Sul-Africana. A administração sul-africana, desde então, passou a ser caracterizada pela exploração dos recursos naturais e da população africana e, pela implementação de um forte sistema de segregação racial, *apartheid*, como realça Nuno Severino Teixeira (2009).

[..] para acelerar a interpenetração económica, de forma a garantir o controlo, a África do Sul começou desde logo a prosseguir uma política de colonização, abrindo as portas aos colonos bóer [...] e logo que assumiu o mandato, introduziu na Namíbia um sistema tipo *apartheid*, para assegurar que também aqui o povo africano pudesse ser explorado até um alto grau, tal como na África do Sul²²⁴.

Essa mudança de administração colonial acarretou o confisco das terras do chefe tradicional superior do povo Herero, Hosea Kutako, para entregá-las aos colonos brancos²²⁵, transformando o Sudoeste Africano numa fonte de obtenção de matéria-prima e de mão-de-obra migrante, exportando a maior parte dos produtos, através da companhia *Anglo-American Corporation*, sediada na África do Sul²²⁶. Com a proclamação da República da África do Sul, a 31 de maio de 1961, o país retirou-se da Commonwealth, e adquiriu assim uma maior liberdade para o desenvolvimento da política de *apartheid*²²⁷. A discriminação, exploração e desejo de liberdade levaram o povo do Sudoeste Africano a lutar pela sua independência.

A luta pela independência do Sudoeste Africano foi desenvolvida em dois horizontes. A luta política desencadeado internamente por alguns movimentos/partidos e pela sociedade civil (movimentos religiosos, sindicais e estudantis) e luta armada desencadeada pela ala externa da SWAPO, que travou uma longa e dura luta contra a dominação sul-africana que, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, ocupava o território em substituição do poder alemão²²⁸, como referimos anteriormente. O envolvimento sul-africano – que possuía um governo que discriminava a maioria negra e mantinha o Sudoeste Africano sob ocupação, em desrespeito das resoluções das Nações Unidas que instavam a descolonizar o território – também desencadeou, posteriormente, uma onda de protestos entre os povos dominados

²²⁴ Teixeira, Nuno Severino (2009), *Contribuição para uma Política de Defesa*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, p. 148.

²²⁵ Hernandez, Leila Leite (2008), *África na sala de Aula: Visita à história contemporânea*, 2ª edição revista, São Paulo, Selo Negro, (online). Disponível em https://books.google.pt/books?id=8bwx1_foaVwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, consultado a 30 de abril de 2016, p. 231.

²²⁶ Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, (online). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>, consultado a 30 de abril de 2016, p. 324.

²²⁷ Teixeira, Nuno Severino (2009), *Contribuição para uma Política de Defesa*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, p. 149.

²²⁸ Menezes, Alfredo da Mota e Pio Penna Filho (2006), *Integração Regional – os blocos económicos nas relações internacionais*, São Paulo, Elsevier Editora, p. 159.

e em todo o mundo contra o repugnante sistema de *apartheid* e isso desencadeou os laços de solidariedade a favor dos povos do Sudoeste Africano, sul-africano e zimbabueano²²⁹.

Quando a União Sul-Africana planeava anexar a Sudoeste Africano como quinta província, em 1925, o líder herero e posterior cofundador da União Nacional da África do Sudoeste (SWANU), em 1959, – uma das primeiras organizações nacionalistas do Sudoeste Africano –, Hosea Kutako, reagiu recusando esta intenção, levando-a às últimas consequências e, anos depois, Kutako denunciou esta intenção à ONU. Este problema, em princípio jurídico, mas, em sentido mais amplo político, sensibilizou um pastor anglicano, o reverendo Michael Scott, que considerou que o modo mais seguro para garantir os direitos do povo herero seria procurar sustentação nos Estados africanos independentes, chegando a apresentar petições à ONU, pedindo o fim do mandato sul-africano e a independência do Sudoeste Africano. De resto, apelou à comunidade internacional, mais especificamente à Comissão Especial das Nações Unidas, uma dupla proposta: o reconhecimento da República da Sul-Africana como incompetente para administrar o território herero, além da exigência de que retirasse as suas tropas²³⁰.

A 24 outubro de 1945, foi fundada a Organização das Nações Unidas, que tem entre outros objetivos a manutenção da paz e da segurança mundial, herdando assim as atribuições confiadas à Sociedade das Nações, que viria a ser dissolvida em abril de 1946. A primeira Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (1946) rejeitou sem equívoco o pedido formal apresentado pela África do Sul de integrar o Sudoeste Africano no seu Estado. A União Sul-Africana ignorou esta decisão da Assembleia Geral e prosseguiu com a sua política de integração de facto²³¹. Como pretexto, na Assembleia Geral, o Governo da União Sul-Africana defendeu a sua permanência, salientando que aquele território era escassamente habitado, que não tinha condições para manter-se isolado, que confiava na União Sul-Africana e que a maior parte da população desejava a incorporação nesta. A Assembleia Geral, porém, não concordou com a proposta de incorporação e recomendou, por sua vez, que o território em causa fosse colocado sob sua tutela, convidando o Governo da União a propor à Assembleia Geral a celebração de um acordo de tutela²³².

Nos anos 50 do século XX, ideia de emancipação do Sudoeste Africano acentuou-se no seio da sociedade devido ao descontentamento pela exploração dos recursos

²²⁹ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, p. 257.

²³⁰ Hernandez, Leila Leite (2008), *África na sala de Aula: Visita à história contemporânea*, 2ª edição revista, São Paulo, Selo Negro, (online). Disponível em https://books.google.pt/books?id=8bwx1_foaVwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, consultado a 30 de abril de 2016, p. 231.

²³¹ CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano I, nº 2, 26 de Maio de 1977.

²³² AHDMNE – POI 114, Proc. XA-11, ano de 1956/61, 1º Volume: Relatório sobre Questões Políticas e de Segurança, Sudoeste Africano (s/d).

naturais e humanos pelos sul-africanos, pela exploração capitalista, pela desvalorização e desprezo social a que eram sujeitos os habitantes, bem como a tomada de consciência sobre a renitência sul-africana. O começo do nacionalismo moderno neste território desenvolveu-se, principalmente na segunda metade da década de 50²³³, por meio da União Nacional Africana de Caprivi (CANU), fundado por Albert Mishake Muyongo; o Congresso do Povo da Ovambo, 1957; o Congresso do Povo de Ovambo (OPC), em 1959; liderado por Andimba Toivo ya Toivo e a União Nacional do Sudoeste Africano (SWANU), em 1959, fundado por Fanuel Jariretundu Kozonguizi. Os namibianos também procuraram inspirações, ligações e assistências entre a oposição negra da África do Sul e dos EUA, assim iniciaram a organizar a novas formas de resistências, desde a resistência por meios de movimentos de libertação, partidos políticos, estrutura étnicos, igrejas, sindicato de trabalhadores e por meio da diplomacia²³⁴. De igual modo, foi fundamental a influência do Pan-africanismo de Marcus Garvey com o seu lema “A África para os Africanos”, principalmente na região central do país²³⁵.

Contudo, foram a SWANU e, principalmente, a SWAPO que se notabilizaram entre os movimentos de libertação nacional, sendo o último mais representativo do povo do Sudoeste Africano. O desenvolvimento de uma base maciça entre os trabalhadores e uma escola nacional e o apoio proveniente dos líderes fora dos grupos de operários contactados foram as principais razões, ao passo que outras organizações tinham apoios limitados, principalmente na região central, dos estudantes e professores²³⁶. Foi assim que em Cape Town, segundo Lauren Dobell (2000),

the a group of approximately 230 Namibian, of whom about 200 were Ovambo migrant workers and about their expatriate Namibian students, came together in 1957 to form the Ovambo People’s Congress (OPC). Organised on the initiative of Andimba Toivo ya Toivo, the OPC was founded primarily as a labour movement, with the abolition of SWANLA²³⁷ and the hated contract labour system as its primary

²³³ Ki-Zerbo, Joseph (2009), *História de África Negra I*, Publicações Europa-América, 4ª edição, p. 301.

²³⁴ Inspirados pela campanha de desobediência de 1952 na África do Sul, quando milhares de africanos negros arriscaram ir para a prisão em protesto contra leis injustas, surgiram na África do Sul e na Namíbia diversas associações de trabalhadores e de estudantes que conduziam a luta por este sector. Entre os quais apresentamos: o Corpo Estudantil do Sudoeste Africano (SWASB), em 1952, na África do Sul; A Associação Processiva do Sudoeste Africano (SWAPA), em 1955, em Windhoek, com carácter mais agressivo; Sindicato de Trabalhadores Comerciais e Industriais (STCI), em 1920, na África do Sul; e a Associação Não-Europeia do Pessoal Ferroviário, em 1949, na África do Sul. Ver em Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, pp. 184-191.

²³⁵ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 167.

²³⁶ Ibidem, p. 193.

²³⁷ A SWANLA –South West African Native Labour Association – era uma organização oficial vocacionada para o recrutamento de mão-de-obra nativa organizada em 1926 pelas grandes minas, de forma voluntária e/ou obrigatória. Para mais informações, ver em Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 19.

goal. Among its members were many who would later feature prominently in the Namibian Independence struggle, though not all as members of SWAPO²³⁸.

Em abril de 1959, Samuel Daniel Shafiishuna, mais conhecido por Sam Nujoma, e Jacob Kuhangua lançaram, em Windhoek, *Ovamboland People's Organization* (OPO). Em 1959, o OPC foi integrado no OPO, após o exílio de Toivo ya Toivo. Por sua vez, a 19 de abril de 1960, a OPO foi transformada em *South West African People's Organization* (SWAPO), cujos objetivos primordiais consistiam na luta contra a dominação, repressão e ocupação colonial sul-africana, adotando uma ideologia marxista²³⁹, pelo que a organização foi ampliada e transformada numa frente unida, unindo-se, em outubro de 1964, com a integração da União Nacional Africana de Caprivi (CANU)²⁴⁰.

Todavia, em 1959, a União Nacional do Sudoeste Africano (SWANU), a OPO e o Conselho de Chefes já tinham constituído uma frente unida de oposição às tentativas do regime sul-africano de obrigar a população negra de Windhoek a habitar em Katutura, num novo aldeamento de estilo bantustão. Entretanto, a intervenção brutal da polícia terminou com a morte de 52 manifestantes e a prisão dos seus líderes que, posteriormente foram exilados²⁴¹. Depois de vários anos de luta por meios pacíficos levado a cabo pelo povo do Sudoeste Africano entre 1915 e 1960, a SWAPO chegou à conclusão de que a independência total deste território só seria consumada por meios violentos.

No percurso da sua história, a SWAPO esteve dividida em duas alas. Uma ala radical, liderada por Sam Nujoma, que desenvolveu a luta pela independência do Sudoeste Africanos por meios violentos, a partir do exílio e era conhecida por “ala externa da SWAPO”. E a “ala interna da SWAPO”, mais moderada, composta essencialmente por elementos da sociedade civil (sindicalista, instituições religiosas, entre outras) e que tinha decidido alcançar a independência por via pacífica. Este trabalho centrar-se essencialmente nas ações realizadas pela “ala externa da SWAPO”, liderada por San Nujoma.

²³⁸ Dobell, Lauren (2000), *SWAPO's Struggle for Namibia, 1960 – 1991: War by Other Means*, [online], 2ª edição, Windhoek, P. Scheletwwin Publishing Switzerland, (online). Disponível em [https://books.google.pt/books?id=xg0s-VRp2k4C&pg=PA49&dq=Lauren+\(2000\),+SWAPO%C2%B4s+Struggle+for+Namibia,+1960+%E2%80%93+1991:&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjwgt6KhMzTAhUGHxoKHZ7eDz4Q6AEIKDAA#v=onepage&q=Lauren%20\(2000\)%2C%20SWAPO%C2%B4s%20Struggle%20for%20Namibia%2C%201960%20%E2%80%93%201991%3A&f=false](https://books.google.pt/books?id=xg0s-VRp2k4C&pg=PA49&dq=Lauren+(2000),+SWAPO%C2%B4s+Struggle+for+Namibia,+1960+%E2%80%93+1991:&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjwgt6KhMzTAhUGHxoKHZ7eDz4Q6AEIKDAA#v=onepage&q=Lauren%20(2000)%2C%20SWAPO%C2%B4s%20Struggle%20for%20Namibia%2C%201960%20%E2%80%93%201991%3A&f=false), consultado a 20 de março de 2016, p. 28.

²³⁹ Constitution of the South West Africa People's Organisation, SWAPO Department for Publicity and Information, Lusaka, (s/d) (Documento em posse do autor). Ver também em: Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namibia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 55-59.

²⁴⁰ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 194. Ver também em: Dobell, Lauren (1998), *SWAPO's Strugglr for Namibia, 1960-1991*, Schlettwein Publishing Swaitzerland, Basel Namibia Studies Serie 3, Cape Town, pp.27-33. Ver também em Leys, Colin e John S. Saul (1995), “SWAPO Inside Namibia”, em Leys, Colin e John S. Saul (Orgs), *Namibia's Liberation Struggle: The Two-Edged Sword*, Villiers Publications, London.; pp. 8-13.

²⁴¹ Ibidem, p. 338.

No entanto, a 1 de março de 1960, Nujoma foge para o exílio, passando por Botswana, Rodésia do Sul (atual Zimbabué), Rodésia do Norte (Zâmbia), Tanganica (Zanzibar e Tanzânia), Quênia e Sudão, passando também pelo Gana, Libéria e EUA procurando ajuda para a luta armada, política e diplomática. Foram a URSS, China, Argélia, Coreia do Norte, países nórdicos e Tanzânia onde obteve maior apoio. Depois da independência de Angola, 1975, a URSS, Cuba e Alemanha do Leste passaram a ser os principais fornecedores de armamento, treino e outros meios militares da SWAPO²⁴².

Esta decisão de mudança de estratégia, da luta pacífica para a luta armada, surge na sequência do massacre de Windhoek e, principalmente, da incapacidade das resoluções da ONU de modificar em qualquer grau a política da União Sul-Africana no Sudoeste Africano. Nas palavras dos seus líderes, “a SWAPO compreende que confiar na intervenção da ONU para libertar o Sudoeste Africano correspondia a colocar a libertação na dependência da sorte”. Assim, no congresso de Windhoek, em 1961, a SWAPO aprovou a preparação e a intensificação da luta armada, mas não excluiu a possibilidade de uma solução negociada²⁴³. Recordar-se que, no período entre 1947 e 1966, Pretória recusou sistematicamente as 73 resoluções exigidas pela ONU que giraram em torno de duas questões: a aceitação do controlo internacional da ONU sobre o Sudoeste Africano e a abolição do *apartheid*²⁴⁴.

A 4 de novembro de 1960, a Libéria e Etiópia já tinham apresentado ao Tribunal Internacional uma queixa contra a África do Sul, sob alegação de ter violado o mandato, razões pelas quais a levam a não admitir a fiscalização da ONU no Sudoeste Africano, como prevê a Carta das Nações Unidas. A África do Sul afirmou que tinha o plano de conceder autonomia a alguns territórios do Sudoeste Africano, nomeadamente, do povo ovambo, herero (no norte) e do sul de Windhoek, tendo já, este último, um estatuto especial²⁴⁵. Em 1961, pela primeira vez, a Assembleia Geral da ONU pede o fim do mandato e estabelece a independência do Sudoeste Africano como seu objetivo, mas o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) tinha rejeitado apreciar a questão, a 18 de julho de 1966, como fundamento de que os suplicantes (Libéria e Etiópia) eram partes ilegítimas²⁴⁶.

²⁴² Rodrigues, António (2015), “Sam Nujoma”, em *Jornal Rede Angola*. Disponível em <http://www.redeangola.info/especiais/sam-nujoma/>, consultado a 4 de agosto de 2017.

²⁴³ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 195.

²⁴⁴ Hernandez, Leila Leite (2008), *África na sala de Aula: Visita à história contemporânea*, 2ª edição revista, São Paulo, Selo Negro, (online). Disponível em https://books.google.pt/books?id=8bwx1_foaVwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, consultado a 30 de abril de 2016, p. 234.

²⁴⁵ AMU-GNP - ofício nº 301/62-G.U, a independência da Ovambolândia e suas repercussões em Angola: a anexão da África Austral-ocidental (Sudoeste Africano), pela República da África do Sul (22-03-1962).

²⁴⁶ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 331.

Devido a pressão interna e externa, a 11 de setembro de 1961, o presidente da República da África do Sul tinha nomeado uma “Comissão de Inquérito ao Sudoeste Africano” – também conhecida por “Comissão Odentaal para o Sudoeste Africano”, presidida por Frans Hendrik Odendaal – que tinha a missão de planejar e fazer um inquérito às possibilidades de melhorar a promoção material, da assistência social e progresso social, especialmente dos habitantes “não brancos” do Sudoeste Africano, e apresentar um relatório com recomendações para um plano quinquenal de desenvolvimento acelerado dos vários grupos “não brancos”. A comissão apresentou, a 12 de dezembro de 1963, um extenso relatório de 1537 páginas, o “Relatório Odentaal”, cujas recomendações apontavam um planeamento económico, no quadro das decisões políticas sul-africanas para o futuro da administração do Sudoeste Africano, relacionadas com as áreas para não brancos, na base de bantustões e *homelands*²⁴⁷.

Em março de 1966, Sam Nujoma, acompanhado por Hifikepunye Pohamba, regressam ao Sudoeste Africano para testar o governo sul-africano, depois do Tribunal de Justiça Internacional de Haia ter decretado que os sudoestino-africanos no exílio poderiam voltar. Nem conseguiram deixar o aeroporto, a polícia estava à espera deles. Depois de presos, foram logo libertos e a seguir foram expulsos para a Zâmbia (independente desde 1964). Este acabou por ser o último teste do pacifismo da luta antirregime sul-africano²⁴⁸.

Assim, no 43º aniversário da morte de Samuel Maherero, em 26 de agosto de 1966 – numa das tradicionais paradas militares que eram realizadas em sua memória, desde a sua morte, a 26 de agosto de 1923, no exílio em Botsuana – a SWAPO deu início da luta armada para a independência do Sudoeste Africano, pleo *People’s Liberation Army of Namibia* (PLAN). Neste contexto, estabeleceu o seu Posto-Comando, em Dar-es-Salaam (sua sede externa, antes da independência de Angola) e na Zâmbia, de onde organizava as suas operações militares contra as forças sul-africanas no interior do Sudoeste Africano, penetrando através da faixa de Caprivi²⁴⁹, pois, “a independência de vários países Africanos, com maior realce para Angola, proporcionou-lhes uma retaguarda segura para as operações de guerra”²⁵⁰.

²⁴⁷AMU-GNP, Ofício nº U.L.352, informação nº 1235, a Independência de Ovambolândia e as suas Repercussões em Angola, (05-05-1965).

²⁴⁸Rodrigues, António (2015), “Sam Nujoma”, em Jornal *Rede Angola*. Disponível em <http://www.redeangola.info/especiais/sam-nujoma/>, consultado a 4 de agosto de 2017.

²⁴⁹Sellstöm, Tor (2000), *Sweden and National Liberation in Southern Africa, vol. II: solidarity and assistance 1970-1994* [online], Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, (online). Disponível em [https://books.google.pt/books?id=uXiyy74NQnC&pg=PA877&dq=Tor+\(2000\),+Sweden+and+National+Liberation&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwib68WVhczTAhVDNxQKHdDUAKAQ6AEIJTAA#v=onepage&q=Tor%20\(2000\)%2C%20Sweden%20and%20National%20Liberation&f=false](https://books.google.pt/books?id=uXiyy74NQnC&pg=PA877&dq=Tor+(2000),+Sweden+and+National+Liberation&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwib68WVhczTAhVDNxQKHdDUAKAQ6AEIJTAA#v=onepage&q=Tor%20(2000)%2C%20Sweden%20and%20National%20Liberation&f=false), consultado a 29 de abril de 2016, p. 24.

²⁵⁰Mello, William Agel de (2002), *Obras completas*, Brasília, Volume III, Ensaio, 1ª Edição. Ar, (online). Disponível

A 27 de outubro 1966, por meio da resolução 2145 (XXI), a Assembleia Geral das Nações Unidas revogou formalmente o mandato cedido à África do Sul pela extinta Sociedade das Nações²⁵¹. Em 1967, na 5ª sessão especial da Assembleia das NU, foi criado o Comité Ad Hoc para o Sudoeste Africano, também conhecido por Comissão das Nações Unidas para o Sudoeste Africano, incumbida de toda a responsabilidade para administrar, fiscalizar o cumprimento das resoluções das Nações Unidas naquele território até à independência e de nomear um funcionário designado como Comissário da ONU para o Sudoeste Africano, o qual desempenharia as funções executivas e administrativas que lhe fossem confiadas pelo referido Conselho. O Comité era constituído pela Checoslováquia, EUA, Etiópia, Finlândia, Canadá, Chile, Itália, Japão, México, Nigéria, Paquistão, República Árabe Unida, Senegal e URSS. Esta comissão iniciou os seus trabalhos a 17 de janeiro deste mesmo ano, tendo o Secretário-geral da ONU, U. Thant, lembrado nessa ocasião que o Comité Ad Hoc tinha, entre outras tarefas, a de recomendar os meios práticos de administração do território de forma a possibilitar ao povo autóctone o exercício do direito de autodeterminação e a independência do Sudoeste Africano. Mais uma vez, a África do Sul rejeitou esse organismo²⁵².

Nesta senda, o Ministro dos Negócios da África do Sul já tinha dado, a 22 de fevereiro de 1967, ao Secretário-Geral da ONU uma declaração feita pelo Ministro Sul-Africano da Administração Bantu, em Oshakati (Sudoeste Africano), nos termos da qual estaria a preparar a concessão de autonomia para alguns territórios, entre os quais o Ovambolândia e que a proposta teria o apoio do Grupo Afro-asiático nas Nações Unidas²⁵³. No quadro do referido plano, o futuro governo seria constituído por chefes autóctones fiéis ao governo sul-africano; teria competência em todos os assuntos económicos e administrativos; seria assistido por funcionários sul-africanos, sempre de raça branca, que atuariam como observadores; não teria competência para organizar qualquer força pública ou exército, ficando a manutenção da ordem a cargo da polícia ou do exército sul-africano²⁵⁴.

Porém, perante esta política sul-africana de prosseguir com a criação e desenvolvimento de bantustões, a Nigéria solicitou ao Comité Ad Hoc do Sudoeste

em <http://air.calibe.info/WILLIAM%20AGEL%20DE%20MELLO%20OBRAS%20COMPLETAS%20VOLUME%20III%20ENSAIOS.pdf>, consultado a 17 de abril de 2017, p. 187.

²⁵¹ Resolução nº 269 do CSNU, de 12 de Dezembro de 1969, sobre a Namíbia. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20\(1969\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20(1969)), consultado a 28 de abril de 2017. Ver também em: Resolução nº 264 do CSNU, de 20 de Março de 1969, sobre a Namíbia. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20\(1969\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20(1969)), consultado a 28 de abril de 2017.

²⁵² AHDMNE - processo XA-11 2ª capa, POI 115, doc. circular POI 4, XA-11, Questões Políticas e de Segurança, informação de 27 de Julho de 1967.

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos (AMU-GNP), Informação de 27/03/1967 (s/classificação), a independência da Ovambolândia e suas repercussões em Angola: a anexão da África Austral-ocidental (Sudoeste Africano).

Africano das Nações Unidas, a 30 de março de 1967, que anulasse a declaração do Grupo Afro-asiático, relativamente ao apoio ao plano para a autonomia da região de Ovambolândia, argumentando que:

a) O governo da África do Sul não tinha o direito de fazer qualquer proposta em relação ao território, após a resolução da Assembleia Geral de outubro de 1966;

b) A proposta da África do Sul constituía usurpação da responsabilidade da Assembleia Geral;

c) A proposta pretendia impor o sistema de *apartheid*, destinando-se a fragmentar o território em unidades anómalas, não aráveis, que encobririam a dominação da África do Sul²⁵⁵.

Consequentemente, a 31 de março de 1967, o Comité decidiu condenar a declaração do Grupo Afro-asiático, relativa ao plano sul-africano para a autonomia da região Ovambolândia, conforme o pedido da Nigéria, considerando este contrário à resolução da Assembleia Geral, de outubro de 1966, sobre o Sudoeste Africano. Depois de os membros do Comité terem-se mostrado preocupados e lamentarem o plano para a região da Ovambolândia, a declaração Afro-asiática foi apenas incluída no relatório do Comité. O delegado dos EUA lamentou igualmente a iniciativa sul-africana de complicar a ação dos que procuraram obter certa cooperação com o governo daquele país. O presidente do Comité, Pazhwak, declarou que o relatório a submeter em sessão especial não poderia apresentar recomendações unânimes, mas conteria todas as propostas e sugestões feitas²⁵⁶.

Entretanto, o Comité Ad Hoc encontrava-se dividido em três correntes de opiniões que se traduziram em três propostas diferentes: uma apresentada pelos membros africanos; a segunda, pelos EUA, Itália e Canadá; e a terceira, pelos membros latino-americanos²⁵⁷. O grupo africano defendia a retirada imediata da África do Sul, sem excluir a necessidade do uso da força, e uma independência imediata, na base de eleições que permitissem o sufrágio universal. A proposta apresentada pelos EUA, Itália e Canadá previa o envio de um especialista da ONU para o Sudoeste Africano encarregue de estudar e elaborar uma proposta de transição para a independência de forma pacífica e remeter para o Secretário-Geral. O projeto dos países latino-americanos (apresentado

²⁵⁵ Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos (AMU-GNP), Informação de 27/03/1967 (s/classificação), a independência da Ovambolândia e suas repercussões em Angola: a anexão da África Austral-ocidental (Sudoeste Africano).

²⁵⁶ Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos (AMU-GNP), ofício nº 532, de 18/04/1967, a independência da Ovambolândia e suas repercussões em Angola, proc.2480/H-2-9-3.

²⁵⁷ Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos (AMU-GNP), Informação de 27/03/1967 (s/classificação), a independência da Ovambolândia e suas repercussões em Angola: a anexação da África Austral-ocidental (Sudoeste Africano).

pelo Chile e pelo México) previa que o Conselho da ONU para o Sudoeste assumisse a responsabilidade completa da administração do território até à independência²⁵⁸.

Todavia, o Comité Ad Hoc, na altura, ainda não se tinha ocupado da questão mais difícil que era a de saber “como o Sudoeste Africano seria administrada”, pois não se aceitava “que aquele passo apresentara mais do que um simples relatório preliminar, em março de 1967”. Perante as dificuldades impostas pela África do Sul ao exercício das funções confiadas ao Comité Ad Hoc, nesse mesmo ano é aprovada, pela Assembleia Geral, a resolução 2248, na qual se pede ao CSNU que tome todas as medidas apropriadas para habilitar o Comité das Nações Unidas para o Sudoeste Africano a exercer as funções que lhe foram atribuídas²⁵⁹. Ainda, em 1967, o CSNU reafirmou à Assembleia Geral das Nações Unidas o direito de revogar o mandato cedido à África do Sul. A recusa de Pretória em honrar as obrigações contidas no mandato e a ignorância das resoluções da ONU relacionadas com o Sudoeste Africano, levou a ONU a decidir, a 12 de junho de 1968, pôr fim ao mandato da Sociedade das Nações e tomar ela própria a responsabilidade do território ao qual deu o nome oficial de “Namíbia”, como era o desejo do seu povo. Apesar de tudo isto, nada mudou desde a ocupação deste país continuou²⁶⁰.

Em seguida, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou, em 1969, duas resoluções semelhante à de 1966 e a de 1968, contra a África do Sul, que revogava novamente o mandato que lhe foi atribuído pela Sociedade das Nações, e pediu à Corte Internacional de Justiça para fiscalizar e administrar aquele território²⁶¹. Na resolução nº 264/1969, de 20 de março e na resolução nº 269/1969, de 12 de agosto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) reconhece o direito à liberdade e à independência do Sudoeste Africano, a integridade do seu território, e determinou que a ONU assumisse as responsabilidades diretas do território do Sudoeste Africano até à sua independência²⁶².

Em 1969, a África do sul, a fim de libertar-se da pressão interna e das críticas da comunidade internacional – sobretudo as da ONU, onde dispunha de fortes aliados, a maioria dos países ocidentais –, sobre a questão da ocupação e colonização do Sudoeste Africano, procurou acelerar a aplicação do programa de bantustões e de *homelands*, iniciada em 1968, que consistia na constituição de territórios que deveriam ser a residência

²⁵⁸ AMU-GNP, projecto de circular: questão do Sudoeste Africano, pasta H.2.10, a independência de Ovambolândia e as suas repercussões em Angola, (31-05-1967).

²⁵⁹ AHDMNE – Processo nº XA-11 2ª, capa, POI 115, Questões Políticas e de Segurança, informação de 27 de Julho de 1967, doc. T-3.3, nº1001, Sudoeste Africano, 4º volume, (05/06/1967).

²⁶⁰ CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano I, nº 2, 26 de Maio de 1977.

²⁶¹ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 203.

²⁶² Resolução nº 269 do CSNU, de 12 de Dezembro de 1969, sobre a Namíbia. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20\(1969\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20(1969)), consultado a 28 de abril de 2017. Ver também em: Resolução nº 264 do CSNU, de 20 de Março de 1969, sobre a Namíbia. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20\(1969\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20(1969)), consultado a 28 de abril de 2017.

preferencial para os grupos étnicos negros, para que estes se tornarem, posteriormente, Estados independentes. A aplicação destas leis foi criticada pela comunidade internacional que as considerava como uma forma de manter a supremacia branca sobre os africanos negros e asiáticos²⁶³.

Segundo o Secretário-geral da OUA, Zno Ekangani, no discurso pronunciado no Botsuana, “a África do Sul não é sincera nas suas declarações de transformar os bantustões em Estados verdadeiramente independentes e soberanos”²⁶⁴. É assim que no quadro das negociações política e judicial para e independência do Sudoeste Africano, em 1969, a OUA confirmou a legitimidade da SWAPO como autêntico e único representante do povo “namibiano” naquela organização²⁶⁵. A ONU fê-lo, em 1972, Sean MacBride foi o primeiro Comissário para o Sudoeste Africano, junto da ONU²⁶⁶.

Em 1970, por meio da resolução 276/1970, de 30 janeiro, o CSNU declara novamente ilegal a ocupação e a administração sul-africana sobre o Sudoeste Africano²⁶⁷. Em julho de 1971, o Tribunal Internacional de Justiça, solicitado pelo CSNU, lembrou aos Estados membros da ONU a ilegalidade da presença da África do Sul no Sudoeste Africano, a obrigação que cabia à África do Sul de retirar daquele território imediatamente a sua administração e, ao mesmo tempo, recomendou aos Estados-membros absterem-se em relação ao reconhecimento da autoridade sul-africana no território em causa²⁶⁸. Porém, as autoridades sul-africanas ignoram novamente as declarações do CSNU, recorrendo à Corte Internacional de Justiça, que declarava ilegal a presença sul-africana²⁶⁹. Desde então, o mandato da África do Sul sobre àquele território passou a ser considerado formalmente extinto, intensificando, assim, a luta política, militar e diplomática pela retirada sul-africana e independência do Sudoeste Africano, cujo um dos palcos desta luta político-diplomática foi na ONU e da luta militar foi em Angola.

²⁶³ Martins, José Abílio Lombe (1998), “Sistema de Colonização e Conceitos de Descolonização”, *África*, nº 19 - Março, XII ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. 40.

²⁶⁴ AMU-GNPAI - Jornal *The Star* (sul-africano), notícia de 17 de Setembro de 1973, proc. nº 413, pasta H-9-8-Comissão Odendaal para o Sudoeste Africano.

²⁶⁵ Hamutenya, Hidipo (s/d), *Namibia and Angola: Analysis of a symbiotic relationship*, (online). Disponível em http://www.kas.de/upload/Publikationen/2014/namibias_foreign_relations/Namibias_Foreign_Relations_hamutenya.pdf, consultado a 3 de fevereiro de 2017, p. 86.

²⁶⁶ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 265.

²⁶⁷ ANU - Resolução nº 276/1970 do CSNU, de 30 de Janeiro, sobre a Namíbia. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/276%20\(1970\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/276%20(1970)), consultado a 28 abril de 2017.

²⁶⁸ Ki-Zerbo, Joseph (2009), *História de África Negra I*, Publicações Europa-América, 4ª edição, p. 300.

²⁶⁹ Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, (online). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>, consultado a 30 abril de 2016, pp. 324-325. Ver também em: Arquivo da Corte Internacional de Justiça, Sumário do parecer consultivo de 21 de Junho de 1971. Consequências jurídicas para os Estados da presença contínua da África do Sul na Namíbia (Sudoeste da África), não obstante a Resolução 276 (1970) do Conselho de Segurança, (online). Disponível em <http://www.icj-cij.org/docket/?sum=296&code=nam&p1=3&p2=4&case=53&p3=5>, consultado a 20 de abril de 2016.

Não foi nada surpreendente a indiferença com que a República da África do Sul tratou as resoluções da ONU, proclamando que a anexação do Sudoeste Africano era facto consumado. As razões e a forma como o problema foi encaminhado tiveram uma forte relação com o problema regional que se vivia, pois a África do Sul encontrava-se cercada pelos territórios africanos sob dominação portuguesa em franco progresso no que diz respeito aos movimentos de libertação nacional²⁷⁰, que punham em perigo a sua política externa e interna.

Ainda em 1971, a SWAPO obteve mais um sucesso no campo político, ao ser admitida como membro associado da Comissão Económica para a África (CEA)²⁷¹. Entre 26 e 28 de maio de 1972, em Bruxelas (Bélgica), foi realizada uma conferência geral dos movimentos de libertação que atuavam na África Austral, circunscrita à problemática do território do Sudoeste Africano. A SWAPO foi representada pelo seu vice-presidente, Mishake Muyongo, e dois membros do Comité Executivo, Katajivena e Sallomom Mipina, e também participaram representantes de diversas organizações internacionais. O objetivo principal era dar a conhecer ao mundo as condições impostas pela força ao povo do Sudoeste Africano. Entretanto, já tinha ocorrido antes uma conferência preparatória, nos dias 14 e 15 de fevereiro do mesmo ano²⁷².

O processo de descolonização em África foi acompanhado ao detalhe por Portugal e pela África do Sul, o que os levou a redobram a vigilância, pois tinham consciência de que as forças dos movimentos de libertação de África já se encontravam na África Austral. Além disso, sabiam que esses movimentos eram apoiados, principalmente, pela URSS e China. Com Angola independente, naturalmente, a luta e a revolução chegaria ao Sudoeste Africano e à África do Sul. Outra questão que inquietava os sul-africanos, antes do 25 de Abril de 1974, era o facto de o governo sul-africano ter acreditado que as Forças Armadas de Portugal não estarem suficientemente equipadas, em Angola, capaz de desenvolverem eficazmente ações de contrainsurreição aos movimentos de libertação nacional²⁷³.

Segundo Luís Barroso (2012), se Portugal perdesse Angola, rapidamente a sublevação chegaria à África do Sul, pois, Angola transformar-se-ia no Congo e a África do Sul em Angola. Por isso, era vital para a África do Sul que Portugal ou um movimento moderado, que preservasse os seus interesses, se mantivesse no poder em Angola. Logo,

²⁷⁰ Hernandez, Leila Leite (2008), *África na sala de Aula: Visita à história contemporânea*, 2ª edição revista, São Paulo, Selo Negro, (online). Disponível em https://books.google.pt/books?id=8bwx1_foaVwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, consultado a 30 de abril de 2016, p. 234.

²⁷¹ ANTT - Proc. nº 1298, South-West Africa People's Organisation (SWAPO), 1962-08-31/1974-07-01, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, p. 51.

²⁷² Ibidem, p. 38.

²⁷³ Júnior, Miguel (2014), *A Mão Sul-Africana – O envolvimento das forças de defesa da África do Sul no Sudoeste de Angola (1966-1974)*, Lisboa, 1ª edição, Príncipia Editora, pp. 61-67.

a Tanzânia, o Congo e Angola eram o foco da sua preocupação, uma vez que, segundo um alto funcionário do Gana em Londres, a UPA também estava de acordo com um manifesto elaborado pela Frente Revolucionária para a Independência das Colónias Portuguesas e cujo objetivo principal chegar à cidade do Cabo, em 1962²⁷⁴.

A Revolução dos Cravos, 25 de abril de 1974, teve impacto nas colónias portuguesas da África Austral, e conseqüentemente, na política interna e externa sul-africana, já que em Angola se esperava por dias melhores – as eleições – acelerando o processo das independências. A eventualidade de a SWAPO obter apoios militares do governo de Angola, caso o MPLA assumisse o poder, aumentaria enormemente o potencial da atividade militar da SWAPO no futuro próximo, facto que a África do Sul bem sabia e, nesse sentido, começou logo a preparar-se para intervir em Angola. Tal veio a acontecer no fim de agosto e princípio de setembro de 1975, com o apoio de mercenários portugueses²⁷⁵. Neste âmbito a África do Sul aproveitou o caos que se verificava em Angola durante o período de transição, protagonizada entre os três movimentos de libertação nacional para intervir militarmente no novo país, sob o código de “Operação Avannah”, tendo-lhe sido travadas as portas de Luanda, na já referida Batalha de Quifangondo²⁷⁶. Essa intervenção visava impedir a tomada do governo pelo MPLA, na véspera da proclamação da independência nacional.

A independência de Angola, a 11 de novembro de 1975, foi crucial para a luta pela independência do Sudoeste Africano, pois permitiu a SWAPO receber do governo angolano material de guerra, apoio logístico, treino e permissão para instalação de suas bases no território angolano até 1989, após o fim da luta pela independência do Sudoeste Africano²⁷⁷. Este facto permitiu implementar uma nova dinâmica na luta de libertação do Sudoeste Africano, envolvendo diretamente o governo de Angola no conflito, no quadro da política dos Estados da Linha da Frente, em coordenação com o Comité de Libertação da OUA, e com o apoio do Bloco do Leste, permitindo especialmente um forte envolvimento militar da URSS e de Cuba na luta da SWAPO, considerados decisivos para o alcance da causa da luta desenvolvida pela SWAPO. Neste senda, Armando de Campos (1996) salienta que,

Enquanto Angola permaneceu sob administração portuguesa, a guerrilha desencadeada pela SWAPO não teve expressão significativa. Após a

²⁷⁴ Barroso, Luís F. Machado (2012), *A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Tese de Doutoramento em História, especialidade em Defesa e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, pp. 169-176.

²⁷⁵ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 244.

²⁷⁶ Júnior, Miguel (2014), *A Mão Sul-Africana – O envolvimento das forças de defesa da África do Sul no Sudoeste de Angola (1966-1974)*, Lisboa, 1ª edição, Príncipe Editora, p. 66.

²⁷⁷ Visentini, Paulo (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*, Brasília, Thesaurus Editora, (online). Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/764-Livro-na-rua-Namibia.pdf>, consultado a 2 de março de 2015, p. 9.

independência daquele território, porém, a SWAPO passou a beneficiar da utilização de “santuários” localizados em Angola e, por isso, pôde actuar com maior liberdade de movimentos e com maior frequência, beneficiando, acima de tudo, das afinidades tribais de um lado e de outro da fronteira. Armado e municiado pela União Soviética e apoiada por Angola, a SWAPO reclamou a independência do território, através da luta de guerrilha²⁷⁸.

Esta ação do governo angolano apoiar os movimentos anti-*apartheid* da Rodésia (ZANU-PF), da África do Sul (ANC) e principalmente o movimento de libertação do Sudoeste Africano (SWAPO) motivaram a África do Sul invadir constantemente Angola entre 1975 e 1988, com o pretexto de perseguir e combater os militantes da SWAPO e do ANC, e de forma a manter a fronteira sul (entre Angola e o Sudoeste Africano) livre destes movimentos, bem como conter o avanço comunista, como veremos no capítulo III.

Em 1976, na sequência do insucesso do Comité Ad Hoc (Comité das Nações Unidas para o Sudoeste Africano), cinco países ocidentais membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha federal e o Canadá), constituíram o chamado “Grupo de Contacto, que tinha como objetivo negociar com a SWAPO e com a África do Sul os termos da descolonização da Namíbia. Estudaram processos e calendários que, devido a pressão internacional e os bons ofícios do “Grupo de Contacto”²⁷⁹, a África do Sul mesmo contestando foi fazendo pequenas concessões graduais, numa clara tentativa de ganhar tempo, com base em dois objetivos fundamentais: reforçar os chamados “partidos internos” e enfraquecer a SWAPO, que iniciara a luta armada²⁸⁰, em 1966, como referimos antes, ao mesmo tempo que intensificava a exploração dos recursos minerais.

O *apartheid* foi considerado uma violação muito grave dos direitos humanos fundamentais, pelos países da OUA e da ONU. Deste modo, o sistema do *apartheid*, praticado na África do Sul e no Sudoeste Africano, foi declarado pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança incompatível com a Carta da ONU. Assim, em 1977, o Conselho de Segurança decidiu impor um embargo de armas contra a República da África do Sul. As Nações Unidas criaram um grupo de trabalho de especialistas sobre a África do Sul, para investigar as acusações de maus-tratos a detidos e outras violações dos direitos humanos²⁸¹.

²⁷⁸ Campos, Armando de (1996), *África do Sul – Potência Regional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, p. 323.

²⁷⁹ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, pp. 265-333.

²⁸⁰ Machado, Victor A. N. de Sá, “O Conflito na África Austral”, *Nação e Defesa*, (s/l,) (online). Disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD29.pdf>, p. 18, consultado a 21 de fevereiro de 2016.

²⁸¹ Martins, José Abílio Lombe (1998), “Sistema de Colonização e Conceitos de Descolonização”, *África*, nº 19 - Março, XII ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. 40.

Para contornar esta situação, em 1977, a África do Sul procurou uma solução interna, que consistia no reforço dos “partidos internos”, procurou fundar movimentos com líderes africanos moderados que admitiam a sua presença no território namibiano. Foi assim que financiou o Republican Party (RP), dirigido por Dirk Mudge, e o South West African National Party (SWANP), formados essencialmente por brancos, para unirem-se em Turnhalle (Windhoek), em novembro de 1977, e constituíram a Aliança Democrática de Turnhalle (DTA), sob direção de Mudge, como principal força de oposição à SWAPO²⁸². Tratou-se de uma ação concertada entre os EUA e a África do Sul com o objetivo de dividir a “ala externa da SWAPO” e força-la a integrar à facção que consideravam moderada (ala interna da SWAPO) para não poderem vir a forçar mudanças radicais ou realinhamentos políticos, que contrariasse o que saíssem da Conferência de Turnhalle, após o fracasso de eliminar a direção política da SWAPO, sob liderança de Sam Nujoma²⁸³.

No contexto das negociações entre a SWAPO e a África do Sul, na ONU, mediadas pelo Grupo de Contacto – que na prática procurou favorecer a África do Sul –, este Grupo convocou, em 1978, em Nova Iorque, as chamadas “Negociações de Aproximação”²⁸⁴, nas quais estiveram presentes, delegados da SWAPO e da África do Sul, mas não frente a frente, devido à recusa da África do Sul de tratar com a SWAPO as questões do Sudoeste Africano. Contudo, a proposta apresentada pelas potências ocidentais para o período de transição até à independência não foi aceite pela SWAPO. A SWAPO considerava a proposta sul-africana um recuo, perante as resoluções do CSNU, já que esperava a retirada das forças sul-africanas antes da independência, com base a resolução 385/1976, de 30 de Janeiro, do CSNU²⁸⁵, facto que a proposta apresentada pelas potências ocidentais não previa. Além disso, a fiscalização e o controlo da ONU dependeriam de uma força de inspeção considerada insuficiente pela SWAPO, por isso as negociações ficaram suspensas²⁸⁶.

Em abril e em julho de 1978, a África do Sul e a SWAPO aceitaram a proposta do ocidente (Grupo de Contacto), que consistia na elaboração de um plano para a transição para a independência, e a ONU entrou em ação. Sob mandato do Conselho de Segurança,

²⁸² Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, pp. 324-325.

²⁸³ Ferreira, Eduardo de Sousa (1977), *África Austral – o Passado e o Futuro*, Lisboa, 2ª edição, Seara Nova, (online). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>, consultado a 30 de abril de 2016, pp. 400-401.

²⁸⁴ Pode ser entendido com um conjunto de acções diplomática empreendida pela ONU convista levar o governo da África do Sul e a Namíbia à mesa das negociações relativamente a procura de uma via política e satisfatórias para o fim do conflito armado e da questão sobre a independência da Namíbia.

²⁸⁵ Para informação sobre a Resolução nº 385/1976, do CSNU, de 30 de Janeiro de, sobre Namíbia. Ver em ANU. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/385%20\(1976\)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1976.shtml&Lang=S](http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/385%20(1976)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1976.shtml&Lang=S), consultado a 22-4-2017.

²⁸⁶ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 266.

o Secretário-geral Kurt Josef Waldheim enviou o Comissário para o Sudoeste Africano, Martti Oiva Kalevi Ahtisaari, como seu representante especial, para elaborar um plano para o processo de transição. Ahtisaari e um grupo de peritos visitaram o Sudoeste Africano em agosto do mesmo ano e apresentaram o seu relatório ao Secretário-geral da ONU, Kurt J. Waldheim, cujas propostas finais foram aprovadas pelo CSNU, a 29 de setembro de 1978, por meio da resolução 435, nos termos de um período de transição para a independência sob a fiscalização e controlo da ONU, num processo de quatro etapas²⁸⁷:

i) Cessar-fogo, desmobilização parcial das forças sul-africanas e restrição às bases de ambos os lados;

ii) Revogação de toda a legislação discriminatória e politicamente restritiva; libertação de todos os presos políticos, e regresso de refugiados e exilados, seguidos de eleições nacionais livres após um período de campanha eleitoral convencionado;

iii) Convocação da assembleia nacional resultante para elaborar e aprovar a constituição;

iv) Promulgação da constituição e realização da independência nacional²⁸⁸.

Previa-se ainda que todo o processo de fiscalização e de controlo fosse assegurado essencialmente pela ONU, as propostas previam também um Grupo de Transição e Assistência das Nações Unidas (UNTAG), composto por 8 700 homens, entre os quais 1 200 civis. Contudo, a 20 de setembro de 1978, o Primeiro-Ministro sul-africano, Vorster, anunciou a rejeição da proposta da resolução 435/78 do CSNU. A objeção principal era a disposição das forças militares na zona da fronteira norte²⁸⁹, pois, assim prosseguiu a correlação de forças políticas e diplomáticas entre a África do Sul, a SWAPO e a comunidade internacional, em torno da resolução nº 435/78 do CSNU, de 29 de setembro.

Ainda no quadro da estratégia interna no Sudoeste Africano, entre 4 e 8 de dezembro de 1978, a África do Sul realizou eleições para a Assembleia Constituinte, na qual durante o período da campanha toda a oposição à DTA era reprimida, não sendo reconhecida pelas organizações internacionais. A DTA venceu com 80% dos votos e a SWANP (pró-*apartheid*) e Herstig Nationale Party (HNP), formados essencialmente por brancos, foram derrotados. No ano seguinte, a Assembleia Constituinte foi transformada

²⁸⁷ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, pp. 267-273.

²⁸⁸ ANU – Resolução nº 435, de 29 de Setembro de 1978, do CSNU, sobre a Namíbia. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/435%20\(1978\)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1978.shtml&Lang=S](http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/435%20(1978)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1978.shtml&Lang=S), consultado em 20-12-2016.

²⁸⁹ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, Zed Press, pp. 267-273. Ver também em: ANU – Resolução nº 435, de 29 de Setembro de 1978, do CSNU, sobre a Namíbia. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/435%20\(1978\)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1978.shtml&Lang=S](http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/435%20(1978)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1978.shtml&Lang=S), consultado em 20-12-2016.

em Assembleia Nacional. Assim, a DTA dirigia o governo autónomo no Sudoeste Africano com apenas poder administrativo e económico. Em meados de 1979, a África do Sul conseguiu instalar um governo provisório formado pelos representantes da Conferência de Turnhalle (a DTA – Aliança Democrática de Turnhalle), que lutava pelo reconhecimento internacional do seu governo, de que a África do Sul necessitava, assim como reprimia toda a oposição contra ela²⁹⁰.

O governo interino fez algumas reformas, consideradas pela SWAPO, menores e concebidas apenas para eliminar as medidas insignificantes derivadas do *apartheid*. Porém, impôs a lei marcial e a detenção de dirigentes locais da SWAPO, em 1978²⁹¹. Entretanto, a Conferência da SWAPO, em Walvis Bay, confirmou a direção política de Nujoma. As propostas da Conferência de Turnhalle foram rejeitadas e o atentado preparado pela África do Sul contra Nujoma falhou por terem sido descobertos os referidos planos²⁹². Depois de a África do Sul e a DTA terem implementado a lei marcial e a detenção dos dirigentes locais da SWAPO, em 1978, e de ter patrocinado a eleição de uma Assembleia Constituinte de 50 membros de “partidos internos”, o conflito agudizou-se e ultrapassou o quadro regional, isto é, envolvendo a SWAPO, os Estados da Linha da Frente, a OUA e a ONU, por um lado, e a África do Sul, a Aliança Turnhalle e os países ocidentais do Grupo de Contacto, por outro lado²⁹³. Tratava-se justamente da evolução do conflito entre a SWAPO, com todo apoio, e a África do Sul, com o seu amparo²⁹⁴.

Em 1981, como parte das suas estratégias, a África do Sul e o Ocidente elaboraram uma constituição para o Sudoeste Africano com o objetivo de salvaguardar as “tradicionais” instituições e princípios da democracia dentro dos seus interesses. Em janeiro de 1982, os membros do Grupo de Contacto empreenderam um périplo pelos “Estados da Linha da Frente”, a fim de lhes apresentar e a convencê-los a aceitar as primeiras propostas sobre os sistemas de eleições incluídos no chamado “princípios constitucionais”, cuja aceitação por todas as partes devia permitir o fim da primeira fase do processo para a independência do Sudoeste Africano. Porém, as complicações sobre os diferentes processos eleitorais surgiram face às propostas apresentadas pelos mediadores (eleições indireta) e devido à rejeição do princípio proposto pela SWAPO e pelos membros dos

²⁹⁰ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, pp. 229, 273-277.

²⁹¹ Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, pp. 324-325.

²⁹² Ferreira, Eduardo de Sousa (1977), *África Austral – o Passado e o Futuro*, Lisboa, 2ª edição, Seara Nova, (online). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>, consultado a 30 de abril de 2016, pp. 400-401.

²⁹³ Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, (online). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>, consultado a 30 de abril de 2016, p. 326.

²⁹⁴ Campos, Armando de (1996), *África do Sul – Potência Regional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, p. 324.

Estados da Linha da Frente (de “um homem um voto”). Esta questão levou a que as negociações para a independência do Sudoeste Africano caíssem num impasse, pois, os integrantes do Grupo de Contacto, em vez de convencerem a África do Sul a aceitar uma fórmula eleitoral de predomínio universal, preferiram perder dois meses tentando convencer a SWAPO a mudar a sua postura, mas sem sucesso²⁹⁵. Este facto permitiu a intensificação da luta armada e a necessidade de ajuda internacional a nível diplomático, dando assim outra dinâmica ao processo político²⁹⁶.

Um Governo de Transição de Unidade Nacional (TGNU) foi instalado no Sudoeste Africano pelo governo da África do Sul, a 17 de junho de 1985. Este tinha poderes limitados. No entanto, a SWAPO acabou por denunciar este plano à OUA e à ONU. Esta última propôs o seu próprio plano, que previa um cessar-fogo, sob a égide de uma missão de paz, e a realização de eleições gerais supervisionadas por ela, que levariam à independência do território. Obviamente, a África do Sul acabou por rejeitar o plano da ONU²⁹⁷. Ao mesmo tempo que insistiu na continuidade da sua “solução interna”, a África do Sul também levava adiante a sua política de desestabilização dos países da região que prestavam apoio político-militar e diplomático com incursões militares e ações económica (Constelação dos Estados da África Austral – CEEA), como parte da sua “solução externa”. Nesta perspetiva, a África do Sul fez várias incursões militares em Moçambique e em Angola, entre 1975 e 1988.

Desafiando a resolução 602 do CSNU, de 25 de novembro de 1987, sobre Angola, na qual considera as atuações da África do Sul ilegais e uma flagrante violação da soberania e da integridade territorial de Angola²⁹⁸, a África do Sul prosseguiu com a ocupação e intensificou as ações militares, com o pretexto de dismantelar as bases da SWAPO localizadas em Angola, ignorando assim a resolução da ONU e da OUA que reconhece a SWAPO como o único e autêntico representante do povo namibiano.

Assim, o ponto decisivo para a intervenção externa no conflito ganhou uma dimensão regional, entretanto, a Batalha do Cuito Cuanavale (de 15 de novembro de 1987 a 23 de março de 1988), associando as mudanças que ocorreram no mundo relativamente ao fim da Guerra Fria, o colapso da URSS e os efeitos das sanções imposta à África do Sul pela comunidade internacional, foram cruciais para o fim do conflito. A Batalha do Cuito Cuanavale, que foi descrita como a maior campanha militar sul-africana no sul da África,

²⁹⁵ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 143.

²⁹⁶ Kodjo, Edem e David Chamaiwa (2010), “Pan-Africanismo e Libertação”, em Mazrui, A. Ali e Wondji, Christoph (org.), *História Geral da África: África desde 1935*, Brasília, Volume VIII, UNESCO, pp. 909-910.

²⁹⁷ Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondji (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, pp. 324-325.

²⁹⁸ AUN - Resolução nº 602 do CSNU, de 25 de Novembro de 1987, sobre Angola-África do Sul. Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/602\(1987\)&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1987.shtml&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/602(1987)&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1987.shtml&Lang=S), consultado a 22 de abril de 2017.

é resultado das ações do governo angolano, que visavam enfraquecer a presença da UNITA no sul e sudeste de Angola²⁹⁹. Este conflito regional culminou no Tratado de Brazzaville (13 de dezembro de 1988), assinado entre Cuba, Angola e a África do Sul que proporcionou o cessar-fogo e a retirada das tropas cubanas do solo angolano e bases para o acordo de paz de Nova Iorque, a 22 de dezembro de 1988, entre África do Sul, Angola e Cuba, que conduziu ao fim da intervenção das forças sul-africanas e cubanas em Angola; a implementação da resolução 435/78 da ONU, sobre a independência do Sudoeste Africano, o que viria a acontecer a 21 de março de 1990;³⁰⁰ e, conseqüentemente, aos alicerces para abolir os regimes de *apartheid* na África do Sul e socialista de Angola, e começo de sistemas democráticos multipartidárias³⁰¹. Esta visão é corroborada por Rubén G. J. Gómez (2014), antigo internacionalista da missão cubana em Angola, ao referir que,

[...] o desfecho da Batalha do Cuito Cuanavale deu a possibilidade, não só de Angola desfrutar a paz e consolidar a sua própria soberania, mas também permitiu aos combatentes namibianos alcançarem os objectivos a que se debatiam, a independência, serviu de inspiração ao povo combatente da África do Sul: o Cuito Cuanavale marcou a viragem na luta para libertar o continente africano e nosso país do flagelo do *apartheid*³⁰².

De acordo com Iba Der Thiam, James Mulira e C. Wondji (2010), “[a] União Soviética exerceu a sua influência, a um só tempo, sobre Cuba e Angola, visando conduzi-los a aceitar que a retirada das tropas cubanas de Angola estivesse ligada à independência da Namíbia” (linkage), conforme exigia os EUA e o seu aliado, a África do Sul³⁰³. O processo de transição decorreu nos parâmetros da resolução 435/78 da ONU, já descrito. Deste modo, a independência foi fiscalizada pelo Grupo das Nações Unidas da Assistência à Transição da Namíbia para a Independência (UNITAG), formado por um contingente de 4500 soldados, comandado pelo tenente-coronel finlandês Sappo Saakkonen, que chegou ao Sudoeste Africano a 25 de fevereiro de 1989. O contingente entrou em ação

²⁹⁹ Silva, José Paulino Cunha da (2002), *As Resoluções das Nações Unidas Sobre Angola*, Luanda, Editorial Nzila, p. 38.

³⁰⁰ Visentini, Paulo (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*, Brasília, Thesaurus Editora, (online). Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/764-Livro-na-rua-Namibia.pdf>, consultado a 2 de março de 2015, p. 9.

³⁰¹ Milhazes, José (2014), *Angola – O Princípio do Fim da União Soviética*, Lisboa, 2ª edição, Nova Vaga, p. 126.

³⁰² Gómez, Rubén G. Jiménez (2014), *Cuito Cuanavale: Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora, p. 134.

³⁰³ Thiam, Mulira, e Wondji (2010), “A África e os Países Socialistas”, em Mazrui, A. Ali e Wondji, Christoph (org.), *História Geral da África: África desde 1935*, Brasília, Volume VIII, UNESCO, pp. 998-1004.

no dia 1 de abril de 1989³⁰⁴, após a aprovação pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e pelos observadores dos EUA e da URSS³⁰⁵.

O processo de independência ganhava corpo e o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, multiplicou os contactos internacionais, dos quais salientamos a sua visita a Portugal, em março de 1989. No âmbito desta visita, Nujoma participou no encontro Internacional para a Independência do Sudoeste Africano, onde prometeu instalar no Sudoeste Africano um governo democrático, caso a SWAPO ganhasse as eleições, e teve um diálogo com Mário Soares, Cavaco Silva e Vítor Crespo³⁰⁶. Em 1989, entretanto, a independência da Namíbia e a vitória eleitoral da SWAPO pareciam asseguradas³⁰⁷.

Após as eleições para a Assembleia Constituinte na Namíbia, realizadas de 7 a 10 de novembro de 1989, vencidas pela SWAPO com 41% dos votos, de 2 a 9 de fevereiro de 1990 foram aprovadas a bandeira e a Constituição da República da Namíbia. No dia 16 do mesmo mês Samuel Shafiishuma Nujoma “Sam Nujoma” foi eleito presidente da Namíbia e o sonho da proclamação da independência era, assim, concretizado a 21 de março de 1990. O novo Estado aderiu à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) a 17 de agosto de 1992, na Conferência de Windhoek (Namíbia), e posteriormente à União Aduaneira da África Austral (SACU)³⁰⁸.

3.1. Impacto da Guerra Fria no Processo de Luta pela Independência da Namíbia

As repercussões da Guerra Fria também foram sentidas no processo de independência do Sudoeste Africano. Por um lado, o facto de Angola e a SWAPO estarem vinculadas a Cuba e à União Soviética, países da órbita socialista, fazia com que os EUA não tivessem interesse em exercer uma forte pressão sobre a África do Sul, pois esta constituía um forte aliado na região, garantindo uma luta anticomunista³⁰⁹. Além disso, a possibilidade de a SWAPO obter bases militares em Angola, caso o MPLA assumisse o

³⁰⁴ Nesta mesma data foi decretado o cessar-fogo entre a SWAPO e as autoridades sul-africanas, facto que permitiu o regresso à Namíbia de vários dirigentes da SWAPO (Hage Genigob, Andimba Toivo Ya Toivo, David Merero), após a amnistia de 18 de junho de 1989.

³⁰⁵ Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, (online). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>, consultado a 30 de abril de 2016, p. 326.

³⁰⁶ Enciclopédia Luso-brasileira – Livro do ano 1989, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa, 1990, pp. 82.

³⁰⁷ Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, (online). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>, consultado a 30 de abril de 2016, p. 326.

³⁰⁸ Visentini, Paulo (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*, Brasília, Thesaurus Editora, (online). Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/764-Livro-na-rua-Namibia.pdf>, consultado a 2 de março de 2015, p. 10. Ver também em: Enciclopédia Luso-brasileira – Livro do ano 1989, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa, 1990, p. 355.

³⁰⁹ Ibidem, (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*, Brasília, Thesaurus Editora, (online). Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/764-Livro-na-rua-Namibia.pdf>, consultado a 2 de março de 2015, p. 9.

controlo, aumentaria enormemente o potencial da atividade militar da SWAPO no futuro próximo, uma vez que os EUA não desejavam uma mudança radical no Sudoeste Africano facto que levou a África do Sul a intervir em Angola, o MPLA que apoiara a SWAPO representava uma ameaça à segurança do regime sul-africano³¹⁰.

A tentativa de busca de garantias para a realização de transações comerciais, depois do encerramento do canal do Suez, devido à Guerra dos Seis Dias (Terceira Guerra Árabe-Israelense), iniciada a 7 de abril de 1967, assim como a incapacidade dos enormes petroleiros utilizarem aquele canal, teriam levado os países ocidentais a empenharem-se no restabelecimento da rota do Cabo, por causa da sua importante posição para o comércio global. Os assessores militares da administração Reagan advertiram que as linhas petrolíferas do Ocidente poderiam ver-se ameaçadas se as instalações portuárias da África do Sul, Moçambique ou Angola fossem controladas por um regime servidor da União Soviética. Era, portanto, do interesse estratégico apoiar um regime declaradamente anticomunista, apesar das suas opressivas políticas raciais, em vez de se arriscar pelas intenções realmente desconhecidas de um regime sucessor³¹¹.

Na perspetiva de Lázaro C. Sierra (2010) o argumento das linhas marítimas defendidas pelos EUA tinha muitas falhas. Primeiro, em termos estritamente estratégicos, as naves dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais não dependiam das instalações portuárias da África do Sul durante quase 15 anos. Todas as potências da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) compreenderam que, do ponto de vista político, era conveniente evitar as escalas dos portos da cidade do Cabo ou de Durban. Segundo, a ameaça que representava o controlo hostil dos portos africanos meridionais pressupunha um estado de guerra. Nessa eventualidade, os petroleiros ocidentais que vinham do Golfo Pérsico podiam ver-se, inquestionavelmente, ameaçados pelos submarinos soviéticos que operavam a partir de bases muito mais próximas da fonte desse petróleo. O controlo de Maputo ou Durban seria redundante. Por último, o argumento supunha que apenas os regimes africanos que recentemente haviam obtido a sua independência dariam um “cheque em branco” à União Soviética em relação ao uso do seu território no caso de qualquer conflito de uma superpotência³¹².

Por outro lado, a África do Sul explorou a sua posição geoestratégica no quadro da extensão da Guerra Fria para cenários secundários. Nesta perspetiva, a África do Sul identificava-se como um “país da Europa Ocidental estabelecido na África”. É preciso levar em conta que a elite branca mantinha vínculos tradicionais com a Europa Ocidental e,

³¹⁰ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 244.

³¹¹ Sierra, Lázaro C. (2010), *Angola e África Austral: Apontamento para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*, Luanda, Mayamba, p. 111

³¹² *Ibidem*, p. 111

posteriormente, com os EUA. Geograficamente, o país encontrava-se na confluência de rotas marítimas e possuía, no seu subsolo, recursos minerais importantes, considerados estratégicos, para o desenvolvimento económico moderno que o Ocidente necessitava e que fazia da então União Sul-Africana um bastião do chamado “mundo livre”. Assim, a África do Sul explorou essas circunstâncias com o propósito de ordem política, económica e de segurança³¹³. Peter Duiggnam e Lewis H. Gann (1994), descrevendo sobre os fatores do envolvimento dos EUA na África Austral, afirmam que,

Muitos dos problemas dos Estados Unidos, em África, resultaram do envolvimento soviético em "guerras de libertação" e de tentativas soviéticas para manter regimes declaradamente marxistas nesta sub-região do continente. Os nacionalistas e os governos africanos voltaram-se para a União Soviética para armas, treinamento e assistência financeira quando o Ocidente recusou tal auxílio³¹⁴.

Por sua vez, as potências ocidentais concediam ajuda económica, política e militar à África do Sul, sem as quais este país teria cessado, desde há muito tempo, a sua ocupação no Sudoeste Africano, considerada ilegal pela ONU. Contudo, as firmas sul-africanas, britânicas, japonesas e canadianas retiravam fabulosos lucros da exportação dos recursos naturais e humanos. As conclusões do Comité Ad Hoc da ONU sobre os direitos humanos demonstraram que a África do Sul não manifestou nenhuma intenção de modificar a sua política de ocupação do Sudoeste Africano. As alterações mínimas introduzidas na lei sobre o trabalho forçado, após as greves de 1971 a 1972, são um subterfúgio para acalmar a opinião pública internacional³¹⁵.

Dentro desta perspetiva, as principais armas consideradas legais na detenção e julgamento de presos políticos sudoestino-africano foram: a Lei de Supressão do Comunismo, aprovada pelo governo sul-africano, em 1950, reforçada e com o nome alterado para Lei de Segurança Interna, em 1976; a chamada Lei da Sabotagem, em 1962, e, mais especificamente a Lei do Terrorismo, aprovada em 1967. Estas leis terão sido promulgadas especificamente para abranger o novo contexto que se instalou desde 1966, motivada pela luta armada desenvolvida pela SWAPO, a fim de permitir o julgamento, de acordo com os seus preceitos, de militantes dos movimentos de libertação nacional³¹⁶.

³¹³ Pereira, Analúcia D. (2010) “A África do Sul Independente: segregação, *Apartheid* e transição pactuada (1910-1994), em Visentini, Paulo G. F. e Analúcia D. Pereira (Org.) *África do Sul: História, Estado e Sociedade*, 1ª edição, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_sul_-_Historia_estado_e_sociedade.pdf, p. 39, consultado a 11 de março de 2016.

³¹⁴ Duiggnam, Peter e Lewis H. Gann (1994), *Communism in Sub-Saharan Africa: A reappraisal*, Estados Unidos da América, Hoover Institution of the University Stanford, pp. 20-21. Tradução nossa do original: “many of the problems of the United States in Africa stemmed from the Soviet involvement in “wars of liberation” and from Soviet attempts to keep avowedly Marxist regimes in power. African nationalists and governments had turned to the Soviet Union for arms, training, and financial assistance when the West refused such aid.

³¹⁵ CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano I, nº 2, 26 de Maio de 1977.

³¹⁶ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 119.

A África do Sul defendia e persistia com uma política de criação e desenvolvimento de zonas habitacionais para “não brancos” (bantustões e os *homelands*), tal tratava-se de um pressuposto para o estabelecimento de um autogoverno com autonomia administrativa, sob a égide de Pretória, sem responsabilidade política. O projeto de criação de Estados de base etnolinguística tinha o objetivo de abrandar as pressões internacionais que pesavam sobre o governo sul-africano e, ao mesmo tempo, continuar a manter os negros fora dos bairros e das terras dos brancos, mas sistematicamente perto deles para servirem de mão-de-obra barata. Condenada pela ONU, a política de bantustões e *homelands* constituíam uma espécie de evolução do *apartheid*, pois considerava-se que isso era uma estratégia para dividir os africanos para consolidar o domínio da minoria branca³¹⁷.

De acordo com o Embaixador de Portugal na África do Sul, era compreensível que o governo sul-africano não consentisse em formar, no seu território, “Estados-negros”, a partir dos quais se previa no futuro uma independência, de tal modo amplos e populosos que viessem a constituir uma potencial ameaça, em relação ao território sul-africano destinado, exclusivamente, à raça branca. Esta conceção antiquada de “dividir para melhor governar” tinha, para Portugal, bastante interesse, dado que a maioria dos bantustões planeados ocupava territórios junta da fronteira das suas colónias de Moçambique e de Angola³¹⁸. Segundo o Embaixador português a política de desenvolvimento separado do Hendrik Frensch Verwoerd (mentor da política de *apartheid*), empreendida pelo Primeiro-Ministro da África do Sul, tinha reais probabilidades de se concretizar, pois, certas atitudes de Verwoerd revelavam uma maior segurança na sua doutrina e, portanto, maior flexibilidade nas suas relações com o mundo exterior. Este chegou a essas conclusões por causa do convite que foi dirigido por aquele Primeiro-Ministro, a 26 de abril de 1961, a dois membros da ONU para visitarem o Sudoeste Africano³¹⁹.

Os membros do Comité Ad Hoc apresentaram, a 10 de fevereiro de 1967, uma proposta para a administração do território do Sudoeste Africano até à independência. Neste contexto, a posição dos países africanos membros do Comité Ad Hoc, apresentada à Assembleia Geral da ONU, a 7 de março de 1967, em relação à administração do território, previa que as despesas com o Comité da ONU para o Sudoeste Africano fossem custeadas pelo orçamento ordinário da ONU. O Comité, após a sua eleição, deveria

³¹⁷ Pereira, Analúcia D. (2010) “A África do Sul Independente: segregação, *Apartheid* e transição pactuada (1910-1994), em Visentini, Paulo G. F. e Analúcia D. Pereira (org.) *África do Sul: História, Estado e Sociedade*, 1ª edição, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf, consultado a 11 de março de 2016, pp. 43-44.

³¹⁸ AHDMNE- GNPAL, Relatório, proc. 950.129, UL 1174, pasta H.2.10, A independência de Ovambolândia e as suas repercussões em Angola, (07-05-1962).

³¹⁹ AMU-GNP, relatório 950.129, proc. UL 1174, pasta H.2.10, A independência de Ovambolândia e as suas repercussões em Angola, (07-05-1962).

transferir-se para o Sudoeste Africano, a fim de assegurar a retirada das forças militares e a cessação da polícia sul-africana³²⁰.

Os EUA apresentaram restrições em relação a tal plano, pois, a 15 de março, o Canadá, a Itália e os Estados Unidos submeteram ao Comité Ad Hoc uma proposta que recomendava a nomeação, pelo Secretário-Geral, de um representante especial para o Sudoeste Africano, que ficaria encarregado de fazer o estudo da situação no território para apresentar as condições em que se poderia alcançar a independência. O projeto dos países latino-americanos (apresentado pelo Chile e pelo México) previa que o Conselho da ONU para o Sudoeste assumisse a responsabilidade completa da administração do território até à independência. O Conselho, além de tomar as medidas necessárias, depois de consultar os representantes da população, deveria entrar imediatamente em contacto com as autoridades da África do Sul, e remeter periodicamente um relatório à Assembleia Geral sobre a administração do território³²¹.

Os EUA tinham declarado ao Comité Ad Hoc que não concordavam com muitos pontos dos planos latino-americanos e africanos, defendendo a posição ocidental anteriormente apresentada e sublinhando em especial que se deveria procurar resolver a questão exclusivamente por meios pacíficos e contactar com os elementos representativos da população do território antes de se considerarem as medidas concretas propostas por aqueles delegados³²². O jornal *New York Times*, de 8 de maio de 1967, em editorial sob o título “Futilidade sobre o Sudoeste Africano”, considerou este debate da Assembleia Geral como um dos mais frustrados dos últimos 20 anos e, como o título indica, um exercício de futilidade. O editorial salienta ainda que nenhuma das grandes potências tencionava, até então, tomar qualquer ação significativa para retirar o controlo do território do governo de Pretória, não estando a própria União Soviética disposta a apoiar a tentativa da ONU de ocupar o Sudoeste Africano por via militar para instalar a nova administração. Aquele jornal vai mais longe ao referir que “os EUA não desejavam fazer qualquer coisa para executar a resolução nº 264 do CSNU, de 27 de outubro de 1966, sobre a qual a Assembleia Geral da ONU revoga formalmente o mandato cedido à África do Sul pela Sociedade das Nações, apesar de o terem votado a favor, pois consideravam que teria sido mais acertado não a ter apoiado nessa altura”³²³.

O bloco socialista receava que o território do Sudoeste de África se transformasse noutra “Congo”, demorando-se para se alcançar a independência e mergulhando num caos político. A URSS declarou que o facto de o propósito do Comité da ONU para o

³²⁰ AMU-GNP, projecto de circular: questão do Sudoeste Africano, pasta H.2.10, a independência de Ovambolândia e as suas repercussões em Angola, (31-05-1967).

³²¹ AMU-GNP, projecto de circular: questão do Sudoeste Africano, pasta H.2.10, a independência de Ovambolândia e as suas repercussões em Angola, (31-05-1967).

³²² Ibidem.

³²³ Ibidem.

Sudoeste Africano ter sido mal defendido permitia toda a espécie de manobras das potências colonizadoras, e, nesse sentido, não se queria responsabilizar pelas obrigações financeiras decorrentes da administração do território. O projeto foi aprovado com 85 votos favoráveis e 2 contra (Portugal e África do Sul) e 30 abstenções (do Malawi, do Botswana, do bloco socialista e do grupo ocidental – com exceção da Espanha e da Grécia). Segundo o jornal *New York Times*, de 20 de maio de 1967, a África do Sul tinha mostrado que não estava disposta a aceitar as conclusões saídas de tal votação. Os países ocidentais já julgavam que a resolução não poderia ser executada, o que naturalmente produziria maior dano à imagem da ONU do que ajuda à população do território no sentido de alcançar a independência³²⁴. Evidentemente, esta situação viria a verificar-se nos anos seguintes, quando a SWAPO perdeu a confiança e passou logo à luta armada, como vimos atrás.

Os EUA defenderam a política de “quiet diplomacy”, solicitando não apenas ao governo de Pretória, mas a todas as partes interessadas, para demonstrarem a maior vontade e esforço com vista ao entendimento. Os países africanos impugnaram o projeto por muito moderado que fosse e os países socialistas justificaram as suas posições por duvidarem da boa-fé da África do Sul, alegando que só pretendia explorar o diálogo com as NU para manter a política de repressão das populações do Sudoeste Africano³²⁵.

Recorda-se que a URSS, Cuba e outros países da órbita socialista, envolverem-se no apoio aos movimentos de libertação e, sobretudo, no cumprimento dos seus interesses políticos, geopolíticos e geoestratégicos na África Austral, que, no entanto, foram responsável pela vitória militar e, conseqüentemente, conquista e consolidação do poder político por do MPLA em Angola, bem como teria desempenhado um papel determinante na manutenção do MPLA no poder, frente as investidas sul-africanas e zairenses, em apoio a FNLA e a UNITA.

Politicamente, a SWAPO causou um furor à África do Sul quando anunciou que poderia procurar ajuda cubana tal como o MPLA tinha feito: “we reserve the right to invite them too”, disse um porta-voz da SWAPO. Entretanto, o novo governo de Angola advogava o dever internacionalista para ajudar outros movimentos de libertação africanos³²⁶. De acordo com Lázaro C. Sierra (2010), internamente o domínio branco significou que os negros sul-africano e sudoestino-africano não tinham suficientes recursos para derrotar o sistema de *apartheid*. Regionalmente o predomínio da África do Sul significou que alguns vizinhos deste país não se achavam em posição de romper os laços económicos que os vinculavam a Pretória ou de oferecer apoio aos movimentos da

³²⁴ AMU-GNP, projecto de circular: questão do Sudoeste Africano, pasta H.2.10, a independência de Ovambolândia e as suas repercussões em Angola, (31-05-1967).

³²⁵ AMU-GNP, Organização das Nações Unidas – Conselho de Segurança, Relatório do Secretário-Geral a Situação da Namíbia, proc. GG-3-4, repartição 5. (27 – 03 – 1973).

³²⁶ James, W. Martin III (2011), *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* [online], New Jersey, The University of New Jersey, p. 191.

oposição ao regime sul-africano, no exílio. Por outro lado, a posição, relativamente segura da África do Sul, que derivava da sua relativa autossuficiência económica e militar, fazia improvável a eficácia de pressões internacionais, tais como sanções económicas ou embargos de armas³²⁷.

Portanto, com o fim da Guerra Fria e o colapso da URSS, a ONU passou a desempenhar um papel importante no processo de descolonização do Sudoeste Africano. A monitoração dos direitos humanos em El Salvador, as eleições na Nicarágua, a violência na Somália e na Jugoslávia tornaram-se objetos de deliberações do CSNU, já que as atividades relacionadas com operações de paz, neste período, viam-se limitadas devido à falta de consenso entre os membros da ONU e entre membros do CSNU, motivadas pela *proxy war*³²⁸. Desde então, a Carta das Nações Unidas passou a ser um instrumento de descolonização e autonomia dos povos que assim almejavam e a ONU passou a ser a sede das discussões desta problemática.

4. Nota Conclusiva do Capítulo

Os povos !Kun constituem os primeiros habitantes dos territórios de Angola e da Namíbia, isto é, da África Austral. Porém, a partir do século XII os povos bantu foram ocupando a região e, a partir do século XV, os povos europeus marcaram presença, abrindo caminho para a conquista e exploração da mesma região, após uma resistência dos autóctones. No final da década de 20 do século XX, as relações entre exploradores e explorados agravaram-se dando origem ao nacionalismo moderno, movido pelos movimentos culturais e pelos movimentos de libertação nacional: FNLA (1954), o MPLA (1956) e a UNITA (1966), que devido à sua natureza antagónica e ao contexto das alianças que se estabeleceram no quadro da Guerra Fria, não conseguiram uma transição pacífica para a independência de Angola. A violação dos acordos de Mombaça (5 de janeiro de 1975), Alvor (15 de janeiro de 1975) e de Nakuru (21 junho de 1975) e a interferência externa conduziu o país a um conflito político-militar, antes da proclamação da independência, 11 de novembro de 1975, protagonizado pelo MPLA, apoiado pelo Bloco do Leste, e pela FNLA e UNITA, apoiadas pelo Bloco do Ocidente e África do Sul, que

³²⁷ Sierra, Lázaro C. (2010), *Angola e África Austral: Apontamento para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*, Luanda, Mayamba, p. 115.

³²⁸ Bigatão, Juliana de Paula (2012), "As Novas Guerras e suas Implicações para as Operações de Paz da ONU", comunicação apresentada no 1.º seminário nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais, realizado pela Associação Brasileira de Relações Internacionais, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade San Tiago Dantas, Unesp/Unicamp/Puc SP), 12 e 13 de Julho de 2012, Brasília. Disponível em <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/j.bigatao.pdf>, consultado a 11 de outubro de 2015, pp. 2-9.

estava determinada a impedir a ascensão do MPLA, para evitar o apoiar os guerrilheiros da SWAPO.

A derrota militar da FNLA-Zaire e o acordo angolano-zairense, em fevereiro de 1976, levaram ao “desaparecimento” da FNLA-ELA do cenário político-militar. A retirada das SADF e FALA, a 5 de fevereiro de 1976, permitiu o *détente* angola-africânder de março de 1976, pondo fim à chamada “Segunda Guerra de Libertação de Angola” (1975-1976). Restava o reconhecimento do governo de Angola no panorama internacional (na OUA, a 12 de fevereiro de 1976; na ONU, a 1 de dezembro de 1976, e dos EUA que só o fez a 19 de maio de 1993). Após o afastamento da FNLA e da UNITA do poder e do fracasso da República Democrática de Angola, o país mergulhou num longo conflito sangrento que se generalizou na África Austral.

Nessa sequência, a África do Sul tornou-se o principal desestabilizador da região. Todavia, o crescente isolamento, as sanções económicas da comunidade internacional contra a África do Sul, o colapso da URSS, o fim da Guerra Fria, a desgastante Batalha do Cuito Cuanavale (15 de novembro de 1987 – 23 de março de 1988) e o arrasante do conflito em geral (1975-1988), de forma combinada, permitiram a assinatura dos Acordo de Nova Iorque (22 de dezembro de 1988), entre Angola, Cuba e África do Sul, marcando o fim da Primeira Guerra Civil, e mudando o curso da política de Angola e da África Austral – permitiram o fim da intervenção das forças estrangeiras em Angola, o fim da intervenção e/ou interferência externa na região, a implementação da resolução 435/78 da ONU e criaram os alicerces para o fim do regime do *apartheid* e para a democratização da África do Sul e de Angola (bases para o fim do comunismo; a assinatura dos Acordos de o Acordo de Gbadolite (a 22 de Junho 1989) e de Bicesse, a 31 de Maio de 1991; e a realização das primeiras eleições gerais e livres, em 1992).

A ideologia política adotada por Angola e contexto político da época (1975 e 1988) tiveram efeitos económicos, políticos e sociais na vida interna e na sua relação externa, que no entanto foi dificultada por determinados países do Bloco do Ocidente, de certa forma, forçou Angola a manter relações políticas, económicas e sociais com a URSS, Estados da Linha da Frente e com outros países da órbita socialista, de modo a proteger os seus interesses relacionados com a segurança, ao sistema económico e os seus valores e identidade “nacional”. Durante este período, os EUA não reconheceram o governo de Angola pelo facto de não obedecer aos princípios democráticos, ao Acordo de Alvor e, principalmente, pelo facto de o MPLA ser um movimento de orientação socialista e que tinha laços com o seu principal adversário, a URSS. Os EUA, só reconheceram o governo do MPLA, a 19 de maio de 1993, após as primeiras eleições multipartidárias, realizadas a 29 de setembro de 1992.

Em 1992, começou a Segunda Guerra Civil de Angola, depois de uma crise pós-eleitoral, entre a UNITA e o governo de Angola. Esta fase do conflito só terminou com os Acordos de Luena, a 4 de abril de 2002. A paz e a recuperação económica e social que se verificam no país, no período pós-guerra civil, tiveram repercussão na sua política externa, no que toca à sua afirmação no cenário internacional, particularmente, nas comunidades regionais de que faz parte.

CAPÍTULO II – RELAÇÕES POLÍTICO-MILITAR UNITA-SWAPO (1961-1976)

1. Nota Introdutória

Neste capítulo pretende-se analisar o papel geoestratégico e político-militar desempenhado por Angola na região da SADC, essencialmente no quadro das relações com o Sudoeste Africano, durante o período de luta armada pela independência de Angola (1961-1975) e analisar o enquadramento regional das relações entre os movimentos de libertação da África Austral durante a luta armada pela independência dos respetivos países e da África Austral, em geral. Procura-se descrever e caracterizar as relações entre a UNITA e a SWAPO durante o período que vai desde o início da luta armada até à independência de Angola (1961-1975), considerado como uma cooperação pré-independência Angola-Namíbia. Procura-se descrever os diversos fatores e a dinâmica da cooperação UNITA-SWAPO, assim como compreender a contribuição conjunta da UNITA e da SWAPO no processo de luta pela independência de Angola e da Namíbia. A independência de alguns países da África Austral, a fundação da Organização para a Unidade Africana (OUA) e do Comité de Libertação da OUA, a 25 de maio de 1963, deram azo um outro prisma no contexto da luta pela independência e contra a segregação racial na África Austral, pois permitiu o apoio coordenado e a cooperação entre os movimentos de libertação nacional dos territórios subjugados. No entanto, no contexto das relações Angola – Sudoeste Africano verificou-se uma cooperação entre a UNITA e a SWAPO, e uma hostilidade entre o MPLA e aqueles dois movimentos.

2. Conjuntura da Cooperação entre os Movimentos de Libertação da África Austral

2.1. Contexto da Luta pela Libertação de África

Na segunda metade dos anos 50, em pleno século XX, os ecos e as ações políticas dos movimentos pan-africanistas intensificaram-se na África Austral. Contudo, foi no início dos anos 60 que a luta política foi substituída pela luta armada, como principal instrumento de luta anticolonial e anti-*apartheid* na região da África Austral. Segundo David Chanaiwa (2010), entre 1960 e 1970, a história da África Austral foi dominada pelo surgimento dos movimentos de libertação nacional e pela luta armada revolucionária nas colónias da Rodésia, Angola, Moçambique e Sudoeste Africano. Apesar da luta política ter começado no início da década de 50, a luta armada na África Austral só começou no início da década de 60, depois de os movimentos terem concluído que essa era a via para chegar à independência dos territórios que ainda se encontravam sob dominação branca. Internamente, os movimentos de libertação dispunham do apoio político e material de intelectuais, funcionários do Estado, população urbana e rural, homens de negócio progressistas, etc. No plano internacional, os movimentos de libertação beneficiavam, principalmente, do apoio diplomático e militar da OUA e do Comité de Libertação da OUA,

também denominada Comité de Ajuda aos Movimentos de Libertação da OUA³²⁹, dos Países Não-Aliados, da URSS e da China, bem como de alguns países escandinavos, das organizações humanitárias e dos movimentos de solidariedade do mundo ocidental³³⁰.

Em abril de 1960, na Guiné Conacri, foi realizada a II Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos, cujo participantes adotaram uma resolução sobre Angola, que formalizou o reconhecimento solene do direito do povo angolano à independência e que se comprometia a apoiar a luta pela independência de Angola³³¹. Desde então, diferentes movimentos de libertação nacional de África passaram a cooperar e/ou intensificaram a cooperação entre si, e ajudaram-se mutuamente, criando redes de informação partilhada e lançando operações militares conjuntas nas suas áreas de interesse específicas. Além disso, dispunham de bases operacionais e campos de treinamento de guerrilheiros nos Estados vizinhos – Tanzânia, Zaire, Zâmbia e, mais tarde, em Angola e Moçambique³³².

O surgimento do Comité de Libertação da OUA e própria Organização da Unidade Africana vai simbolizar a unidade entre os movimentos de libertação nacional, entre os povos subjulgados de África e entre os Estados independentes e os movimentos de libertação dos territórios africanos. Também vai significar a implementação de uma nova dinâmica e estratégia de luta multimesional anti-colonial e anti-*apartheid*, bem como uma maior coordenação, eficácia e eficiência na obtenção de meios financeiros, políticos, diplomáticos e militares para o desenvolvimento da luta em África.

Paralelamente as ações dos movimentos de libertação nacional, os colonos da África do Sul, Rodésia, Angola, Sudoeste Africano e Moçambique passaram a coordenar conjuntamente as ações político-diplomatas e militares, com o apoio dos governos ocidentais, principalmente dos EUA, Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental. A nível regional, as forças sul-africanas, rodesianas e portuguesas cooperavam mutuamente, unindo os seus esforços na área de partilha de informações e na luta antiguerrilha contra os movimentos de emancipação. Para isolar e impedir o robustecimento dos movimentos de libertação, as autoridades portuguesas, sul-africanas e rodesianas reagruparam os

³²⁹ Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana foi uma comissão técnica e especializada da OUA, criada entre 22 e 25 de maio de 1963, em Adis Abeba, que tinha a responsabilidade de obter e coordenar os recursos financeiros, políticos e logísticos para a assistência dos diferentes movimentos de libertação de África para a criação de infraestruturas, bem como para o treinamento e para compra de armamento. O Comité de Libertação tinha a sua sede em Dar-es-Salam e era integrado pela Etiópia, Argélia, Uganda, Egipto, Tanzânia, Zaire, Guiné-Conacri, senegal e Nigéria. Ver em Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, pp. 62-65.

³³⁰ Chanaiwa, David (2010), "A África Austral", em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, p. 320.

³³¹ CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano II, nº 19, 26 de Abril de 1978.

³³² Chanaiwa, David (2010), "A África Austral", em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, pp. 318-319.

membros das comunidades africanas localizadas nas zonas de combate, em campos de concentração, eufemisticamente denominados de “povoamento protegido” ou bantustão³³³.

De acordo com David Chanaiwa (2010), foi nas colónias portuguesas que a luta armada na África Austral alcançou as suas primeiras vitórias. Em Angola, o MPLA garantiu o controlo de várias regiões (próximas de Luanda), a UPA operava no norte (a partir de Kinshasa) e a UNITA operava no leste e no sudeste (a partir da Zâmbia). Em Moçambique, a FRELIMO tomou o controlo dos distritos setentrionais de Tete, Niassa e Cabo Delgado. Os portugueses responderam, reforçando o sistema de "povoamento protegido" e recorrendo a métodos brutais: torturas, massacres, deportações e assassinatos. O apoio maciço dos governos ocidentais nas guerras coloniais tornou-se dispendioso para os governos de minoria branca da África Austral, chegando mesmo a canalizar cerca de metade do seu orçamento anual e, enquanto os elementos conservadores, os Estados-Maiores dos Exércitos e os financiadores, eram favoráveis ao prosseguimento da guerra, a opinião pública, por sua vez, perdera o entusiasmo³³⁴.

Devido às independências ocorridas em África, entre 1951 e 1962, e a evolução e conjugação de fatores políticos, ideológicos e estratégicos de luta do pan-africanismo, cerca de 30 países recém-independentes agrupados em dois blocos – o Bloco de Monróvia, liderado por Félix Houphouët Boigny (da Costa de Marfim), defendia a luta política para a libertação de África e depois o desenvolvimento de infraestruturas como pressupostos para a unidade africana; e o Bloco de Casablanca, liderado por Kwame Nkrumah (do Gana), era a favor de uma luta armada como instrumento principal para libertação de África, da implementação de governos pan-africanos e da formação dos Estados Unidos da África. Estes dois blocos uniram-se e fundaram a Organização para a Unidade Africana (OUA), na reunião realizada entre 22 e 25 de maio de 1963, em Adis Abeba. Na ocasião, Jonas Savimbi – Secretário para os Assuntos Exteriores GRAE-FNLA – foi presidente do grupo técnico composto por representantes dos movimentos de libertação nacional (Comissão Técnica dos Movimentos de Libertação da África), que defendia a formação de um comité especializado que tinha como objetivo coordenar as atividades relacionadas com a

³³³ Bantustões e/ou *homelands* foram territórios, criada em 1951, reservados à população negra do Sudoeste Africano e da África do Sul, localizados nos arredores dos centros urbanos habitados pela minoria branca, com base nos grupos étnicos, a fim de se tornarem autónomos e, posteriormente, Estados independentes, como parte da política sul-africana de *apartheid*. Os bantustões e os *homelands* constituíam uma espécie de “evolução do *apartheid*”, que consistia em dividir os africanos para consolidar o domínio e os interesses da minoria branca, controlar a população negra e impedir o seu contacto com os movimentos de emancipação. Ver em Martins, José Abílio Lombe (1998), p. 40. Ver também em: Pereira, Analúcia D. (2010), pp. 43-44.

³³⁴ Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, pp. 318-321.

obtenção de fundos financeiros e logísticos para ajudar os movimentos nacionalistas dos territórios que ainda se encontravam sob o domínio colonial³³⁵.

Entre os membros do referido comité, faziam parte Jonas Savimbi (representante do GRAE-FNLA), Kenneth Kaunda (líder do UNIP da Rodésia do Norte), Joshua Nkomo (líder da ZAPU da Rodésia do Sul) e Luís Cabral (líder do PAIGC). Sob recomendação destes, foi criado o Comité de Libertação da OUA, sediado em Dar-es-Salam, tendo como presidente o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Oscar Kambona. Savimbi tinha desempenhado um papel importante na formação deste comité, facto que teria favorecido a sua "batalha diplomática" a favor do reconhecimento e apoio ao GRAE³³⁶. Mwayila Tshiyeme e Mayele Bukasa (2013), ao analisarem a questão sobre a unidade na luta pela libertação de África e a cooperação entre os movimentos de libertação de África, bem como a necessidade e objetivo da formação do supracitado "Comité de Libertação", salientam que:

[...] os países fundadores da OUA tinham compreendido que a paz e a segurança estariam ameaçadas em África, caso uma parte dos povos e do território africano permanecesse sob o domínio colonial. Deste modo, decidiram que só "Uma Frente Unida" contra o colonialismo poderia acelerar o movimento de emancipação política para o qual nada tinha sido feito, nomeadamente nas colónias portuguesas, inglesas e na Namíbia. Seguindo esta linha de pensamento, estes países criaram uma estrutura institucional de coordenação da acção e da política de descolonização designada "Comité de Libertação". Com sede em Dar-es-Salam, tinha na sua base três comissões que se encarregavam da política geral e da administração, da defesa, das finanças e da administração³³⁷.

Na Tanzânia e a Zâmbia³³⁸ estiveram, desde muito cedo, as bases centrais dos movimentos de libertação da África Austral, de onde partiam para empreenderem ataques nos respetivos territórios. Desde 1964, a região de Kongwa (Tanzânia) transformou-se um lugar determinante na história do exílio dos movimentos de libertação da África, depois de o governo tanzaniano ter cedido esta região aos movimentos de libertação reconhecidos pela OUA: SWAPO (da Namíbia), FRELIMO, COREMO – Comité Revolucionário de Moçambique – (ambos de Moçambique), ANC (da África do Sul), o MPLA (de Angola),

³³⁵ O GRAE foi fundado oficialmente no dia 5 de abril de 1962 e tinha como presidente Holden Roberto e como vice-presidente Emanuel Kunzika, líder do Partido Democrático de Angola (PDA). A FNLA é o resultado da fusão, em março de 1962, da UPA/UPNA (fundada em 1954, por um grupo nacionalista do norte de Angola) com o Partido Democrático de Angola (PDA). Ver em Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, pp. 62-65.

³³⁶ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, pp. 62-65.

³³⁷ Tshiyembe, Mwayila e Mayele Bukasa (2013), *A África face aos seus Problemas de Segurança e de Defesa*, Lisboa, Edições Pegado e Edições Mulemba, p. 145.

³³⁸ Foi neste país que o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, inaugurou em Lusaca o Instituto das Nações Unidas para a Namíbia, que tinha como objetivo assegurar o treinamento dos futuros quadros administrativos da Namíbia, após a sua independência. Ver em Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 340.

ZAPU, ZANU (ambos da Rodésia do Sul), PAIGC (da Guiné e Cabo Verde), entre outros movimentos. Todos esses movimentos tinham as suas sedes políticas em Dar-es-Salam³³⁹. Outros movimentos não tinham e nem deviam ter seus campos militares ou representação política na região de Kongwa pelo facto de não serem reconhecidos pelo Comité de Libertação da OUA. No início, os campos militares e políticos destes movimentos estavam localizados nas proximidades da cidade de Kongwa, onde treinaram os seus membros em táticas de guerrilha e de onde se prepararam para se infiltrarem nos seus países de origem. Alguns guerrilheiros passaram por Kongwa por curto tempo, por questão de treino e/ou por passagem para as zonas de combate, mas alguns movimentos de libertação também viveram em Kongwa por vários anos, enquanto aguardavam instruções dos seus comandantes e de outras oportunidades no exterior³⁴⁰.

2.2. Frente Unida de Ação/ *United Front of Action (UFA)*

Com o objetivo de darem uma nova dinâmica na luta pela libertação da África Austral e, também com, o de cumprir com um dos princípios do pan-africanismo e da OUA – promover a cooperação internacional, neste caso, entre os movimentos de libertação nacional de África, a fim de lutar pela liberdade e acabar com o colonialismo e a discriminação racial em África –, os movimentos de libertação nacional da África Austral procuram estabelecer alianças ou relações de cooperação entre si, geralmente com base nas afinidades político-ideológicas que defendiam, nos interesses geoestratégicos de cada movimento e na afinidade em relação às superpotências da época.

Foi nesta perspetiva que em 1966, por iniciativa da UNITA, a SWAPO, COREMO, PAC e o ZANU decidiram unirem-se para a chamada "colaboração em escala limitada", para coordenarem a luta no sul da África³⁴¹. A 28 de outubro de 1966, em Lusaca, teve lugar uma reunião de alguns movimentos de libertação nacional africanos, nomeadamente a UNITA, SWAPO e ANC, onde concordaram em apoiarem-se mutuamente nas lutas pela independência dos respetivos territórios e avançarem com o projeto que visava a formação de uma "Frente Unida". Embora não estivessem representadas, a ZAPU e a ZANU também teriam concordado com as questões acima mencionadas, posteriormente por meio de um comunicado aos movimentos supracitados. Tal projeto resultou na criação da "Frente Unida de Ação/ *United Front of Action (UFA)*", visando consertar e realizar conjuntamente a atividade relacionada com a luta pela independência nos respetivos territórios. A UFA

³³⁹ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 56.

³⁴⁰ Williams, Christian A. (2011), "Living in Exile: Daily Life and International Relations at SWAPO's Kongwa Camp", *Journal Kronos*, Volume 37, pp. 60-86, (online), Disponível na base de dados: B-on, consultado a 24 de fevereiro de 2017, p. 37.

³⁴¹ A. Marcum, John (1979), *Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Volume II, London, The Massachusetts Institute of Technology, pp. 224-225.

começaria a atuar, inicialmente, em Angola até à sua independência e, mais tarde, no Sudoeste Africano e na África do Sul, passando pelo Zimbabué³⁴².

O ANC, representado por Duma Nkwe, Oliver Tambo e Joe Modise, teria prometido fornecer armas, medicamentos e homens, alguns dos quais aptos a conduzir carros de combate, bem como obter meios financeiros necessários. Para apoiar a luta de libertação, o ANC também disponibilizou uma das suas propriedades agrícolas em Livingstone (sul da Zâmbia), por onde transitavam os seus militantes que regressavam à África do Sul. Fabien, então funcionário dos serviços de imigração, em Lusaca, ter-se-ia encarregado da passagem das armas e munições através da Zâmbia e da Tanzânia. No campo de Kolito, em Dar-es-Salam, já se encontrava um depósito de armamento diverso. O governo da Zâmbia pretendia, deste modo, livrar-se às responsabilidades do trânsito daquele material para fins dos guerrilheiros. Por sua vez, a UNITA, representada por Jonas Savimbi e Kaposo Mulita, colocou à sua disposição cerca de mil homens bem armados. A FRELIMO prometeu, por intermédio do delegado da UNITA, fornecer armas, soldados, médicos e medicamentos e a SWAPO também prometeu fornecer armas, homens e medicamentos. Perante estas atividades, as autoridades portuguesas previam um recrutamento de soldados da SWAPO nas zonas sul e leste de Angola³⁴³.

Embora de uma maneira informal, o bloco formado por movimentos de libertação com ideologia política antissoviética (antimarxismo-leninismo) tinha-se manifestado para uma ligação com a antiga Aliança do Congo Brazzaville (Bloco de Monróvia). Em 1967, em Kinshasa, líderes da PAC (África do Sul, fundado por Robert Sobukwe), COREMO (Moçambique) e ZANU (Rodésia) já tinham marcado, anteriormente, a sua presença nas celebrações do sexto aniversário do início da luta armada da FNLA, a 15 de março de 1961. A FNLA já tinha decidido organizar uma ligação formal transnacional para os movimentos de libertação da África Austral antissocialista. Poucas semanas antes, representantes da PAC, COREMO e SWAPO tinham assistido à conferência de imprensa de Savimbi em Lusaca, que marcava o seu regresso ao interior de Angola um ano depois da formação da UNITA³⁴⁴.

Esse grupo surgiu na sequência da exclusão de alguns movimentos de libertação em relação aos apoios por parte da Rússia, bem como da pouca aceitação por parte de alguns países africanos e, em certos casos, de alguns países do Ocidente (EUA, Reino Unido, França, Suíça, etc.). E também devido à falta de clareza e/ou definição de alguns movimentos em relação à sua ideologia política e aliança no contexto da Guerra Fria e da

³⁴² Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos, FUA- Frente Unida de Acção, União Nacional para a Independência de Angola, SWAPO e ANC, proc. PAA 370, Lisboa (06-03-1967).

³⁴³ Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos, FUA- Frente Unida de Acção, União Nacional para a Independência de Angola, SWAPO e ANC, proc. PAA 370, Lisboa (06-03-1967).

³⁴⁴ A. Marcum, John (1979), *Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Volume II, London, The Massachusetts Institute of Technology, pp. 224-225.

crise sino-soviético. Devido às dificuldades, em termos de apoio diplomático, militar e logístico, que a coligação "anti- Aliança de Cartum" passou a enfrentar no terreno, por parte do Comité de Libertação, principalmente por parte dos movimentos pró-soviéticos, alguns integrantes da coligação procuraram buscar apoio à China e, em certos casos, aos países ocidentais, explorando a disputa sino-russo que se desenrolava, bem como a disputa na obtenção de aliados e zonas de influência, no âmbito da Guerra Fria. É o caso da UNITA que procurou obter apoios da China e dos países do Ocidente, mesmo tendo uma orientação político-ideológica maoista. Estes "confrontos" e sistemas de aliança chegaram mesmo a criar uma rutura na unidade em torno da luta pela independência na África Austral. A ação "anti-Cartum" mais visível veio na forma de "declarações conjuntas" desencadeadas pelos chineses. Alguns destes movimentos africanos elogiaram o pensamento maoista e condenaram as atividades patrocinadas pelos soviéticos³⁴⁵.

A Frente Unida de Ação não teve um impacto prático expressivo na sua luta pela independência devido a retirada de alguns movimentos e, principalmente, devido à interferência da URSS, no contexto da Guerra Fria. Neste período já se fazia sentir, intensamente, os interesses político-estratégicos da URSS na África, particularmente na África Austral – de estender as suas ideologias políticas e económicas aos movimentos de libertação nacional, que, por sua vez, tinham o interesse de ver as suas terras libertadas com a ajuda multisserotial soviético. No entanto, devido ao envolvimento da URSS no apoio aos movimentos da sua órbita e, sobretudo, no cumprimento dos seus interesses geopolíticos e geoestratégicos nesta região, o projeto de criação da Frente Unida de Ação (UFA) não foi além e fracassou³⁴⁶.

De acordo com Evaristo Ndemupateka David (2016), a Frente Unida de Ação/*United Front of Action* (UFA) e alguns países da "Aliança do Congo", além de obterem apoios políticos e militares de certos países do Ocidente também tinha apoios de alguns países de África – Zâmbia, Uganda, Zaire, Gabão, Costa de Marfim e Marrocos. Apesar destes movimentos terem manifestado uma doutrina política e económica contrária ao socialismo marxista-leninista, não chegaram a formar um comando unificado contra os movimentos socialistas marxistas-leninistas congregados, posteriormente, na denominada "Aliança de Cartum"; exceto a UNITA e a SWAPO, que chegaram a formar um comando unificado que operou no sul de Angola, com objetivo de penetrar no Sudoeste Africano, embora sem apoio direto do Comité de Libertação e dos Estados da Linha da Frente, já que a UNITA não era reconhecida pela OUA³⁴⁷.

³⁴⁵ A. Marcum, John (1979), *Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Volume II, London, The Massachusetts Institute of Technology, pp. 224-225.

³⁴⁶ Ibidem, pp. 224-225.

³⁴⁷ Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016.

Ainda neste quadro, em 1984, na Jamba, realizou-se uma conferência que juntou vários movimentos que lutavam contra a expansão russa. Participaram nesta conferência movimentos do Camboja, do Afeganistão e da Eritreia e tinham como objetivo a troca de experiência em matéria de técnicas e táticas militares. De acordo com José L. Kakunha (2016) foi uma oportunidade para a UNITA mostrar a sua metodologia, no contexto militar, de luta contra o expansionismo russo, tendo em consideração as condições locais³⁴⁸.

Portanto, podemos salientar que a SWAPO, mesmo fazendo parte da Aliança de Cartum³⁴⁹ e de estar vinculada ao Comité de Libertação, procurou, simultaneamente, o apoio da China, dos países do Ocidente, apesar de ser um movimento de orientação político-ideológica socialista. Para a SWAPO, a prioridade não eram as alianças e “confrontações” político-ideológica ou militar, mas sim a independência do seu território como fim último da sua luta política. A SWAPO procurou não abraçar as rivalidades político-ideológicas no quadro da Guerra Fria. Esta política da SWAPO, em relação aos outros movimentos e aos apoiantes dos movimentos de libertação nacional, era uma atitude pouco comum na África Austral, principalmente em Angola, onde os movimentos de libertação não conseguiram escapar da “instrumentalização” dos dois blocos antagónicos, chegando mesmo a confrontarem-se militarmente.

2.3. Aliança de Cartum

De acordo com Marcelina Macana Bungo (2015), pouco depois da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos, a União Soviética e a China decidiram ampliar as suas áreas de influência no mundo, promovendo a expansão do liberalismo, do socialismo marxista-leninista e do socialismo maoista, enquanto a Europa Ocidental ia perdendo poder secular de influência. Os demais Estados enquadraram-se nessas duas órbitas de influência, e o continente africano não teve outra solução, com resultados praticamente prósperos, senão seguir as mesmas diretrizes político-estratégicas. Em África, cada uma das superpotências procurou expandir a sua influência sobre os movimentos de libertação de modo a neutralizar o seu adversário no terreno, tendo como principal objetivo a conquista do poder pós-independência e a propagação das suas ideologias políticas. No caso da URSS, o objetivo era propagar o socialismo marxista-leninista, ao mesmo tempo, travar o avanço no continente africano do liberalismo/capitalismo internacional americano e da ideologia maoista. Nesta perspetiva, em janeiro de 1969, as pretensões soviéticas levaram, por sua iniciativa, seis movimentos de libertação da África a formarem uma outra aliança

³⁴⁸ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

³⁴⁹ Mais adiante será bordada a matéria específica sobre a Aliança de Cartum.

estratégico-militar. Assim, tencionava-se estabelecer uma ligação entre países socialistas e movimentos de libertação com orientação política marxista-leninista³⁵⁰.

Por iniciativa da URSS, entre 8 e 12 de janeiro de 1969, foi realizada, em Cartum (Sudão), uma conferência dos movimentos de libertação da África, na sua maioria da África Austral – o MPLA (Angola), o PAIGC (Guiné-Bissau), a FRELIMO (Moçambique), o ANC (África do Sul), a SWAPO (Namíbia) e a ZAPU (Zimbabué). Esta conferência foi coorganizada pelo Conselho Mundial da Paz e pela Organização de Solidariedade dos Povos Africanos e Asiáticos (AAPSO) com o copatrocinio da URSS e da Conferência Internacional de Apoio aos Povos das Colónias Portuguesas e do Sul da África. Também estiveram presentes observadores dos partidos trabalhistas britânicos, representantes e jornalistas de vários pontos do mundo. Por um lado, a referida conferência tinha como objetivo formar uma aliança política e uma frente unida entre aqueles movimentos de libertação nacional de ideologia socialista. E, por outro, pretendia atrair a atenção da comunidade internacional para a luta pela independência de África³⁵¹.

Esta conferência contou com a presença de cerca de duas centenas de delegados de cinquenta Estados africanos. Esta conferência também ficou marcada pela exclusão da China e de alguns movimentos por ela apoiados. A Conferência instituiu um "Comité de Mobilização", no Cairo, com objetivo de, mobilizar, coordenar e conduzir a assistência interna e externa aos movimentos da Aliança de Cartum. O MPLA manifestou a expectativa de que a conferência fosse "o ponto de partida para um vasto e irreversível processo que irá canalizar apoio dinâmico e o maior volume possível de ajuda internacional" para as lutas de libertação de África. Desde então, os seis aliados de Cartum, acima referidos, formaram um bloco político-ideológico e militar que passou a pressionar político e militarmente Portugal e os regimes coloniais e segregacionista da Rodênsia e da África do Sul, marcando presença em posteriores conferências internacionais sobre a descolonização de África³⁵². Esta conferência ficou conhecida como "I Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas, da África do Sul e da Rodésia". Entretanto, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

³⁵⁰ Bungo, Marcelina Macana (2015), O pensamento político de Agostinho Neto no contexto da luta de libertação nacional em Angola, Dissertação Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, pp. XLV-XLVI.

³⁵¹ ANTT- Proc.68/69-GAB. Relatório da PIDE, Comando Unificado (ANC, SWAPO, ZAPU, MPLA, PAIGC e FRELIMO) 1968-12-21/1969-01-14, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, nº 1424/9-01-1969, p. 3.

³⁵² A. Marcum, John (1979), *Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Volume II, London, The Massachusetts Institute of Technology, p. 224.

(CONCP) considerou essa reunião como preparatória para aquela que pretendia realizar na Europa Ocidental, com vista a reunir mais apoios para a luta de libertação³⁵³.

Nesta senda, estes seis movimentos foram reconhecidos oficialmente pelo Comité de Libertação da OUA como únicas e legítimas autoridades dos respetivos países. Tratava-se de uma aliança por afinidades político-ideológicas e que mantinha ligações com a União Soviética no campo político, económico e militar. Para a União Soviética, a constituição formal de um grupo aliado aos seus princípios em África foi significativa, não só perante a disputa com os EUA, mas também em relação à luta ideológica em curso com a República Popular da China, que também empreendia esforços na conquista de uma esfera de influência em África. Desde então, os movimentos da “Aliança de Cartum” – que aparecem frequentemente como um grupo – reforçaram a sua posição internacional, em especial, perante os países comunistas e o Movimento dos Não-Alinhados, mas também perante as organizações de solidariedade no Ocidente³⁵⁴.

Três dias depois da conferência de Cartum (3 de janeiro de 1969), os seis aliados realizaram, em Dar-es-Salam, o segundo encontro dos mesmos movimentos de libertação de orientação socialista, cujo principal objetivo consistia em formar e organizar um comando unificado e tratar da questão do treino dos respetivos guerrilheiros, que deveria ser feito em África. O encontro contou com a participação de instrutores militares e técnicos de países do Bloco do Leste. A reunião concluiu que os instrutores estariam nos campos de treinos, sem exercer atividade de chefia em matéria política. Tal recomendação teve o apoio do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana que convocara a conferência e foi, igualmente, apoiada pela maioria dos quadros administrativos das principais organizações nacionalistas de África, representados nas reuniões. O referido comando unificado teria a sua base na Tanzânia, onde o Comité de Libertação da Unidade Africana estava radicado e estaria subordinado a este Comité. Por sua vez, o Comité de Libertação, encontrava-se sob a dependência do Secretário da Organização da Unidade Africana, em Adis Abeba (Etiópia)³⁵⁵. Entretanto, o Comité de Libertação da OUA era uma comissão técnica especializada da OUA, com sede em Dar-es-Salam e tinha como objetivo reunir apoios para os diversos movimentos de libertação, bem como criar infraestruturas, organizar treino militar e angariar fundos para a compra de armamento e outros bens

³⁵³ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, p. 24.

³⁵⁴ Sellstöm, Tor (2000), *Sweden and National Liberation in Southern Africa*, Vol, II: solidarity and assistance 1970-1994 [online], Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, p. 30.

³⁵⁵ ANTT- Proc.68/69-GAB. Relatório da PIDE, Comando Unificado (ANC, SWAPO, ZAPU, MPLA, PAIGC e FRELIMO) 1968-12-21/1969-01-14, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, nº 1424/9-01-1969, p. 3.

necessários. Este comité era constituído pelos seguintes países: Etiópia, Argélia, Uganda, Congo, Egito, Tanzânia, Zaire, Guiné-Conacri, Senegal e Nigéria³⁵⁶.

Segundo tal projeto, os treinos dos guerrilheiros deveriam ser realizados na Argélia, na Tanzânia, no Congo, Zaire e ainda na República Árabe Unida. Este último teria recusado devido a atitudes assumidas por países africanos relativamente ao conflito árabe-israelense. A formação política deveria ser lecionada por instrutores africanos, versando-se apenas sobre conteúdos de política africana e não de política internacional. A mudança de estratégia de formação dos guerrilheiros deve-se ao facto de a maioria dos movimentos de libertação terem-se manifestado contra o programa de formação dos guerrilheiros africanos fora do continente africano, nomeadamente na URSS, China, Cuba e em outros países socialistas, devido aos custos elevados. Os movimentos de libertação nacional pretendiam estabelecer uma nova dinâmica do movimento pan-africano, de forma a conferir uma nova dinâmica à luta pela independência na região³⁵⁷.

2.4. O Movimento de Libertação da África Austral

A Zâmbia, após a independência (a 24 de outubro de 1964), constituiu a sede de uma ampla organização nacionalista para a independência dos territórios da África Austral. Esta organização surgiu no início de 1970 e era denominada de "Movimento de Libertação da África Austral" (MLAA). O objetivo do MLAA foi, especificamente, lutar de forma conjunta e coordenada pela independência da África Austral e funcionava como uma organização específica e de carácter regional, subordinada ao comité da "Aliança de Cartum", que tinha um carácter continental. Devido a esta particularidade, o MLAA era composto por movimentos socialistas da "Aliança de Cartum" e tinha como presidente, na altura, um dirigente do MPLA – Jakob Klamalata. Esta situação pôs a Zâmbia numa posição central em relação às atividades militares em todas as frentes da guerra na África Austral: Angola, faixa de Caprivi, nordeste da Rodésia (Zimbabué) e Norte de Moçambique. Klamalata tinha no seu comando direto os chefes dos cinco outros movimentos de libertação que compunham o MLAA: Mariano Matoshinha (da FRELIMO), James Chikerema (da Frente de Libertação do Zimbabué – FROLIZI -, coligação formada, em 1971, por descendentes insatisfeitos da ZANU e ZAPU), ZANU-PF (coligação formada pela ZANU e ZAPU, posteriormente a FROLIZI foi integrada), Thomas Nkobi (do ANC) e

³⁵⁶ Sem Autor, "Libertação de África – OUA", em *Guerra Colonial*. Disponível em <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=127>, consultado a 24 de fevereiro de 2017.

³⁵⁷ ANTT- Proc.68/69-GAB. Relatório da PIDE, Comando Unificado (ANC, SWAPO, ZAPU, MPLA, PAIGC e FRELIMO) 1968-12-21/1969-01-14, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, nº 1424, p. 5.

Salemon Mifima (um ex-professor numa aldeia a norte de Windhoek e representante da SWAPO em Lusaca)³⁵⁸.

Entretanto, na altura, os cinco movimentos (MPLA, FRELIMO, ZANU-PF, ANC e SWAPO) possuíam, na Zâmbia, mais de quarenta acampamentos militares, onde se encontravam cerca de cinco mil guerrilheiros prontos para operarem nos territórios governados pela minoria branca, e que já dominavam maior parte do corredor que vai desde a fronteira do Zaire até à fronteira da faixa de Caprivi. Contudo, eles não dispunham de base militar na faixa de Caprivi, devido ao controlo da polícia e do exército sul-africano. Todos os acampamentos estavam em comunicação direta com o Comité de Libertação da OUA, em Dar-es-Salam, de onde vinham as orientações sobre as ações militares a empreender nas diversas frentes, desde Cabo Delgado ao Atlântico. Em Dar-es-Salam existiam técnicos à disposição para assistência política e estratégico-militar. De igual modo, era o Comité de Libertação quem projetava e coordenava as estratégias e as operações táticas. O objetivo, segundo Klamalata, era conseguir a "vietnamização" dos territórios da África Austral³⁵⁹.

O dirigente da SWAPO, Salemon Mifima, tinha sob seu comando um grupo relativamente pequeno (cerca de trezentos homens) que operavam principalmente na faixa de Caprivi e nos terrenos pantanosos de Okavango, em conjunto com o ANC. Esse grupo partia do Botswana com o objetivo de atingir alvos sul-africanos, no Sudoeste Africano e na África do Sul. Os carregamentos de armas e de outros meios logísticos vindos da Tanzânia chegavam à Zâmbia, com o apoio de camiões soviéticos e mais tarde pelo Caminho de Ferro Tanzam (CFT), que foi construído pelos chineses, e aí eram distribuídos para as diversas frentes de batalha. Os movimentos de libertação também receberam apoios financeiros do Conselho Mundial das Igrejas (CMI)³⁶⁰, no âmbito do seu apoio contra a discriminação racial e projetos sociais, chegando a desembolsar mais de 200 mil dólares, que foram distribuídos pelos movimentos de libertação, sem considerar as suas orientações político-ideológicas (MPLA, GRAE, UNITA, FRELIMO, ZAPU-PF e SWAPO). Os referidos subsídios destinavam-se ao desenvolvimento de projetos no domínio da educação, fomento da agricultura, apoio a refugiados, serviços sociais e sanitários nas áreas que se encontravam sob controlo dos movimentos de libertação nacional³⁶¹. De 27 a 29 de junho de 1970, decorreu em Roma a II Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos

³⁵⁸ ANTT - Proc. nº 1298, South-West Africa People's Organisation (SWAPO), 1962-08-31/1974-07-01, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, p. 18.

³⁵⁹ Ibidem, p. 20.

³⁶⁰ O Conselho Mundial de Igrejas é a organização universal de igreja cristãs, fundada em 1948, em Amesterdão (Holanda), com sede em Genebra (Suíça), tem como objetivo buscar a unidade e fraternidade entre as igrejas cristãs, e, desde de 1968/69, prestar ajuda moral e financeira aos movimentos de Libertação Nacional de África. Ver também em Sellstøam, Tor (2000).

³⁶¹ ANTT - Proc. nº 1298, South-West Africa People's Organisation (SWAPO), 1962-08-31/1974-07-01, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, p. 47.

das Colónias Portuguesas, organizada na sequência da Conferência de Cartum (1969), contando também com o apoio do Conselho Mundial da Paz. Nesta conferência estiveram presentes 64 países³⁶². Este movimento teria continuado até a libertação dos respetivos territórios. No pós-independência os respetivos movimentos continuam, até hoje, a preservar e a intensificar os laços de cooperação política bilateral e/ou multilateral criados durante o período de luta pela independência, mantendo concertações regulares³⁶³.

Assim, na segunda metade da década de 70 do século XX, a África Austral continuava a ser o ponto de convergência de interesses geopolíticos e geoestratégicos, entre o Bloco do Leste e o Bloco do Ocidente, que pretendiam alterar o contexto da região. Neste quadro, podemos ilustrar dois horizontes na África Austral: o primeiro horizonte era a luta de libertação nacional, na Namíbia e no Zimbabué e a luta contra o *apartheid*, na África do Sul, com um ativo apoio de Angola, Zâmbia, Botswana, Tanzânia e Moçambique aos militantes da SWAPO, ANC e a coligação ZANU-Frente Patriótica, que lutavam contra o último reduto branco na África Austral. O segundo horizonte eram a disputa entre o presidente Joseph Kasa-Vubu ou Kasavubu, apoiado pelos antigos integrantes Bloco de Monróvia, e o primeiro-ministro Patrice Emery Lumumba, apoiado pelos antigos integrantes Bloco de Casablanca, que causou uma divisão no seio da OUA, e mais tarde a luta contra o regime de Mobutu, no Zaire, que se estabeleceu ao poder, por meio de um golpe de Estado contra o presidente Joseph Kasa-Vusu, em 1965 – com o apoio da França e dos EUA, no contexto da Guerra Fria –, acabando por governar o país com uma política ditatorial. O apoio do Ocidente ao regime de Mobutu tinha como objetivo evitar a expansão do comunismo na região de África, tendo em conta a sua importância geoeconómica e geoestratégica. A aliança de Mobutu, a sua política ditatorial e o golpe de Estado eram questões com as quais a maioria dos países independentes de África que formavam a OUA e os movimentos de libertação nacional não concordavam³⁶⁴.

Este quadro evoluiu gradualmente levando as respetivas alianças regionais dos movimentos de libertação a estabelecerem ligações com alguns países africanos na região e com um dos dois blocos antagónicos, no contexto da Guerra Fria. Este facto constitui uma correlação de forças que só viria a terminar após o impacto da Batalha do Cuito Cuanavale³⁶⁵ (de 15 de novembro de 1987 a 23 de março de 1988) e, conseqüentemente,

³⁶² Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, p. 25.

³⁶³ Imprensa MPLA (2017) “REDE NAMÍBIA: MPLA renova disponibilidade de cooperação com a SWAPO”, de 11 de novembro de 2017, (online). Disponível <http://www.mpla.ao/imprensa.52/noticias.55/namibia-mpla-renova-disponibilidade-de-cooperacao-com-a-swapo.a3760.html>, consultado em 10 de maio de 2018.

³⁶⁴ CDIH MPLA, Luanda – Boletim do Militante, Ano II, nº 25, Junho de 1978.

³⁶⁵ Cuito Cuanavale (Operação Saludando Octubre) foi o confronto militar protagonizado pelas forças aliadas formadas principalmente por FAPLA, FARC, Russos, SWAPO e as forças conjuntas formadas essencialmente pelas SADF, UNITA e aliados da orla ocidental.

a assinatura do Acordo de Nova Iorque³⁶⁶ (22 de dezembro de 1988), assim como o fim da Guerra Fria (1989).

3. Antecedentes históricos das relações Angola – Namíbia

Os grupos etnolinguísticos !Kun, Herero, Ovambo, Ovanyaneka-Nkhumbi (Nhyaneka-Humbe), Ovakavango, Ovimbundo, Ovabalose tinham formado reinos e ocupam a região localizada entre o rio Cunene e os rios Cuando e Cubango, que compreende desde o sul da República de Angola até à região norte da República da Namíbia³⁶⁷. Os ovambos apresentam um peso demográfico influente, constituindo cerca de 49,5 % da população atual namibiana³⁶⁸. Estes conjuntos sociais e políticos – antes da presença e conquista europeia, entre o século XIX e princípio do século XX–, formavam unidades políticas independentes a nível de uma nação, com suas leis, cultura, território e um rei a quem era reconhecido o poder. Estes reinos tinham estabelecido entre si relações comerciais, laborais e de amizades. Os ovimbundos dedicavam-se ao comércio na região de ovambo e de outros povos do sul de Angola e norte da Namíbia. A atividade comercial praticada por estes povos teria criado um ambiente fraternal entre eles.

De acordo com Helden Uulenga (2016), a população africana que vive, principalmente, na região situada entre sul de Angola e norte da Namíbia tem a mesma história e uma cultura semelhante. Existem povo bantu e povo não-bantu de origem africana nos dois lados da fronteira. Estes povos, no passado, praticavam o comércio nos dois lados da fronteira, mas depois da ocupação europeia o contexto mudou, dando azo a outra dinâmica e permitindo a emergência de novos atores³⁶⁹, no quadro das relações entre os habitantes da região.

A Conferência de Berlim (1884-1885) motivou, entre outras a “corrida para a ocupação colonial da África” e instituiu princípios para as referidas ocupações. Neste quadro, a conquista europeia nesta região (entre Angola e Namíbia) foi marcada pela, inicialmente, confluência de interesse dos portugueses e alemães. A 30 de dezembro de 1886, foi rubricada a convenção luso-alemã que definiu a fronteira entre o sul de Angola e

³⁶⁶ O Acordo de Nova Iorque foram assinados entre Angola, Cuba e África do Sul, permitindo o fim da intervenção das forças estrangeiras em Angola, proporcionou a implementação da resolução 435/78 da ONU, sobre a independência do Sudoeste Africano – que se concretizou a 21/03/1990 – e, conseqüentemente, estabeleceu bases para o fim do regime do *apartheid* na África do Sul, bem como o fim do comunismo e o fim da sua influência estrangeira na região. Ver em Júnior, Miguel (2014), p. 27.

³⁶⁷ Pélissier, René (2013), *História das Campanhas de Angola*, 3ª edição, Minho, Editorial Estampa, vol. 1, p. 79. Waals, W. S. Van Der (2015), *Guerra e Paz: Portugal / Angola- 1961-1974*, Alfragide, Casa das Letras, p. 55.

³⁶⁸ Rodrigues, António (2015), “Sam Nujoma”, em *RA*. Disponível em <http://www.redeangola.info/especiais/sam-nujoma/>, consultado a 4 de agosto de 2017.

³⁶⁹ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

o antigo Sudeste Africano. Nestes termos, os portugueses contentavam-se em ficar com o rio Cunene como limite costeiro das suas possessões, em troca do reconhecimento pela Alemanha de uma esfera de influência portuguesa aos territórios situados entre Angola e Moçambique a norte do Zambeze (mapa cor de rosa)³⁷⁰. O acordo luso-germânico (de 30 de dezembro de 1886) sobre a fronteira sul de Angola não destroçou a esperança da Alemanha em conquistar os territórios que correspondem atualmente ao sudoeste do território angolano³⁷¹, nomeadamente o território Ovambo³⁷², mas não teve sucesso. Depois de um período de resistência colonial desgastante e já com o exército reduzido, devido à traição de alguns dos seus comandantes militares e ao corte no fornecimento do material bélico por parte da Alemanha por causa da sua derrota na Primeira Guerra Mundial, estes povos sofreram pressão dos anglo-bóeres, a partir do Sudoeste Africano, e foram conquistados pelos portugueses, em 1917, após o suicídio do rei de Oukwanyama, Mandume ya Ndemufayo, marcou a conquista o último reduto africano independente na região sul de Angola, e em 1925 é conquistada a última região do leste, concluindo assim a ocupação efetiva portuguesa em Angola³⁷³. De acordo com John Reader (2002),

[...] Algumas fronteiras coloniais de África foram decididas na Europa por negociadores, que poucas considerações tinham pelas condições locais. As fronteiras atravessaram pelo menos cento e setenta e seis "áreas culturais" étnicas, dividindo unidades económicas e sociais preexistentes e distorcendo o desenvolvimento de regiões inteiras³⁷⁴.

Estes povos africanos, em alguns casos, tiveram que desenvolver a luta de resistência colonial conjuntamente, apesar de não terem tido êxito, acabando assim por serem conquistados e explorados. Devido a estes factos, era, e ainda é, comum observar cidadãos namibianos que têm parentes em Angola, principalmente na parte sul, bem como cidadãos angolanos que têm parentes a viverem na Namíbia. Este quadro foi evoluindo após a conquista e a administração sul-africana no Sudoeste Africano, pois registou-se uma mobilidade massiva de cidadãos de Angola para o Sudoeste Africano, motivados pela natureza do colonialismo português em comparação com a colonização anglo-bóer.

Segundo Pedro Tongeni (2016), a política de trabalho forçado e de trabalho subcontrato (1928) do governo colonial português que estipulava um salário "magro" aos africanos – ao que se recusassem a um contracto livre eram contratados forçosamente pelo

³⁷⁰ Pélissier, René (2013), *História das Campanhas de Angola*, 3ª edição, Minho, Editorial Estampa, vol. 1, p. 209.

³⁷¹ Pedro, Leonardo T. (2015), *Proposta para uma Harmonização Gráfica da Toponímia da Comuna de Ondjiva: Aldeias, Bairros e Ruas*, Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 14.

³⁷² Existem variações gráficas que apontam para o nome deste grupo (Ovampo, Ambó, etc.). Os falantes autodenominam Ovawambo, mas preferimos usar a grafia oficial e usada na língua portuguesa - Ovambo.

³⁷³ Guebi, António (2008), *Resistência à Ocupação Colonial do Sul de Angola – região dos Va-nyaneka-vankhumbi e dos Va-Ambo (1850-1917)*, 1ª edição, Luanda, Editora Arte e Vida.

³⁷⁴ Reader, John (2002), *África – biografia de um continente*, Tradução portuguesa, Santa Sinta, Publicações Europa-América, Lda, p. 559.

Estado, com a intervenção das autoridades coloniais (polícia, securos, sipaios e dos sobas) – que prestassem serviços de interesse público nas minas, nos caminhos de ferros, nas pescas e nas fazendas privadas, etc., garantindo ao fazendeiro a mão-de-obra-barata e sem o poder de escolha dos contratados, as condições consideradas sub-humanas, bem como o código de trabalho promulgado em 1940 que garantia o pagamento de baixíssimos salários (50 Escudos / mês) foram os principais fatores que levavam muitos angolanos, como alternativa, decidirem migrar para o Sudoeste Africano, Rodésia, Congo Belga e Congo Léopoldville trabalhar nos caminhos de ferros, pescas, minas, hotelarias, fazendas e fábricas³⁷⁵. O fluxo de «mobilidade da fronteira» existente entre ambas as nações foi estabelecida devido aos laços tanto históricos, como etnológicos que fazem exclusivamente parte de Angola e da Namíbia³⁷⁶.

No Sudoeste Africano o recrutamento de operários esteve a cargo da Associação de Trabalhadores Nativos do Sudoeste Africano / *South West African Native Labour Association* (SWANLA). O contrato era feito entre o trabalhador africano e a SWANLA. Por sua vez, os patrões contratavam a SWANLA, para que esta arranjasse trabalhadores, cumprindo a função de uma agência de emprego/trabalho forçado³⁷⁷. O crescente interesse de empregados pelas empresas do Sudoeste Africano fez deslocar vários cidadãos de Angola, sobretudo do Sul, para a Namíbia, que iam com o objetivo de procurar um contrato de trabalho. Nessa sequência, as autoridades portuguesas procuraram tirar benefícios no quadro de protocolos firmados com a administração sul-africana, levando assim o governo da colónia de Angola a fazer deslocar uma delegação portuguesa ao Sudoeste Africano em abril de 1964³⁷⁸. Pedro Tongeni (2016) afirma,

[...] as pessoas iam para o interior de Angola quase à força. Eu já fui ruscado para ser levado ao trabalho forçado, mas tive que saltar do carro, aproveitando o momento em que o veículo ficou preso no areal, e fugi. Na Namíbia havia melhores condições de trabalho, melhor pagamento e melhores produtos. Geralmente, tudo era de qualidade em relação a Angola. Inclusive, os produtos para dotes de alambamento quando eram adquiridos em Angola eram aceites com algum receio pelas famílias da noiva e pela sociedade em geral, devido à pouca qualidade, pois eram chamadas de «roupa de macau» [sacos de sisal]³⁷⁹.

³⁷⁵ Tongeni, Pedro (2010), *Da escravatura ao trabalho forçado e o sistema de contratado em Angola, Ondjiva*, Sem Editora, pp. 7-8.

³⁷⁶ Penemote, Germano (2015), *O «pântano» onde eu nasci: panorama histórico-geográfico e cultural de Owambo face às inundações de 2008 – 2009 e à seca na região*, Lisboa, Alêtheia Editores, pp. 21-23.

³⁷⁷ Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, p. 33.

³⁷⁸ AHDMNE – Ofício nº: 2156/E-4-3, de 08-05-1963: Recrutamento de Mão-de-obra para o Sudoeste Africano, Residência do Governo Geral de Angola (Luanda) para o Gabinete dos Negócios Políticos, para o Gabinete dos Negócios Estrangeiros. Ver também em: AHDMNE – Proc.43, 32 EC36. 11-04-1964: para o Sudoeste Africano Do Gabinete dos Negócios Políticos, para o Gabinete dos Negócios Estrangeiros.

³⁷⁹ Entrevista a Pedro Tongeni, em Ondjiva, 02 de dezembro de 2016.

Na região de Ondangwa (Namíbia) observavam-se longas filas de voluntários que procuravam contratos de trabalho. Os patrões escolhiam trabalhadores da sua preferência (consoante o tipo de trabalhos que ofereciam). Para os trabalhos mais pesados (minas e caminhos-de-ferro) eram necessários homens mais robustos. Os menos robustos serviam para os trabalhos menos pesados (construção, agricultura, pesca e pecuária). Depois de ser selecionado, o trabalhador recebia um código, escrito numa chapa de chumbo que pendurava no pescoço ou atava no pulso (conhecido entre os trabalhadores por *okaholo*), que indicava o número de processo de cada indivíduo na SWANLA. As pessoas eram capazes de esperar vários meses para a possibilidade de serem selecionadas e contratadas³⁸⁰.

Entretanto, o sistema de contrato de trabalho no Sudoeste Africano negava aos trabalhadores os mais básicos direitos humanos e sindicais. Na sequência desta conjuntura de factos, nos anos 1971 e 1972, as atividades políticas e, principalmente a luta armada, em Angola e na Namíbia, intensificaram-se. O movimento operário e o movimento estudantil no Sudoeste Africano, essencialmente dos liceus e dos colégios de Odibo, Ongwediva e Oshingombo, intensificaram as suas atividades políticas e sindicais na sequência de o CSNU, a 30 janeiro 1970, e o Tribunal Internacional de Justiça, a 21 de junho de 1971, terem declarado ilegal a presença sul-africana no Sudoeste Africano. Os respetivos movimentos organizaram manifestações de apoio à decisão do Tribunal Internacional de Justiça, pedindo a independência do Sudoeste Africano. Como resposta, as autoridades sul-africanas encerraram todos os liceus envolvidos e prenderam os líderes dos movimentos, maioritariamente ovambo do norte do Sudoeste Africano e sul de Angola, tentando abafar toda a ação anticolonial³⁸¹.

Em julho de 1971, as organizações estudantis e a União Nacional dos Trabalhadores Namibianos / National Union of Namibian Workers (NUNW), afeta à SWAPO, decidiram convocar uma manifestação contra o sistema de contrato de trabalho da SWANLA. A respetiva greve foi realizada no dia 1 de novembro de 1971 em Windhoek, Tsumeb, Grootfontein, Kombat, Oranjemund Lüderitz, Walvis Bay, Swakopmund, entre outras, e nela participaram cerca de 50 mil trabalhadores contratados pela SWANLA³⁸².

Os líderes dos movimentos estudantis e trabalhistas foram presos no Sudoeste Africano, entre eles estavam Kandindina Nehova "Kandy", Nduma, Daniel Silema, Daniel Namunganga, David Mweshitombo, Hishiwana Dishena, Namola, Shikalepo ya Haufiku. Alguns destes por serem angolanos do então distrito do Cunene foram transferidos para as

³⁸⁰ Ibidem.

³⁸¹ Tongeni, Pedro (2010), *Da escravatura ao trabalho forçado e o sistema de contratado em Angola*, Ondjiva, Sem Editora, pp. 8-13.

³⁸² Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, p. 60.

prisões de Angola. Também foram repatriados todos outros angolanos e retornados para o norte todos sudoeste-africanos contratados que estavam em greve para as suas terras de origem, principalmente, no norte do Sudoeste Africano e sul de Angola. Como consequência, o governo sul-africano perdeu número significativo da mão-de-obra barata por ter sido obrigado a abolir o sistema de contrato de trabalhadores, e o governo português perdeu as verbas que cobrava anualmente à SWANLA por cada trabalhador de Angola contratado, cerca de trezentos milhões de escudos anual. Nesse sentido, os trabalhadores ganharam muito no âmbito dos direitos reclamados refletidos nos objetivos da greve³⁸³.

Como consequência desta revolta, muitos cidadãos, considerados suspeitos, foram detidos e levados para a cadeia de São Nicolau (atual Bentiaba) e para as cadeias de Ondjiva, tendo sido libertados após o “25 de Abril de 1974”. Vários angolanos (provenientes, principalmente do distrito do Cunene) que se encontravam no Sudoeste Africano sob forma de contrato, formaram elementos ativos contra a política do regime sul-africano, através de manifestações e outras ações organizadas pelas duas alas da SWAPO³⁸⁴.

Não estamos perante a um caso novo, pois a 21 de fevereiro de 1965, no colóquio organizado pelo *Movement for Colonial Freedom*, Fanuel Jariretundu Kozonguizi, presidente do *West African National Union* (SWANU), movimento nacionalista do Sudoeste Africano, teria afirmado que “o Sudoeste Africano seria utilizado como base para uma invasão de Angola”, se porventura obtivesse a independência antes de Angola. Tal autonomia era sustentada num quadro de princípio étnico e ia ao encontro da política de concessão de autonomia sul-africana, defendida no Relatório da Comissão Odendaal para o Sudoeste Africano. Neste contexto, tudo indicava que qualquer Ovambo, mesmo nascido fora do Sudoeste Africano – no quadro de um eventual processo de independência da Ovambolândia –, teria direito de um voto, isto significava que qualquer cidadão do grupo étnico Ovambo da colónia de Angola poderia vir a ser considerado cidadão da Ovambolândia, desde que passassem a residir permanentemente neste território, cujo limite é uma linha imaginária partindo do rio Cunene até ao Cubango³⁸⁵.

No entanto, no período em que a autonomia da Ovambolândia (norte da Namíbia) se encontrava perto de ser consumada, as autoridades de Angola já admitiam a possibilidade desta ação ter tendências separatistas nativistas e pró-comunistas, que se desenvolviam, sobretudo, no norte da Namíbia, e que isso pudesse vir a ter reflexos, num

³⁸³ Entrevista a Pedro Tongeni, em Ondjiva, 02 de dezembro de 2016.

³⁸⁴ Tongeni, Pedro (2010), *Da escravatura ao trabalho forçado e o sistema de contratado em Angola*, Ondjiva, Sem Editora, pp. 8-13.

³⁸⁵ AMU-GNP, Ofício nº U.L.352, informação nº 1235, a Independência de Ovambolândia e as suas Repercussões em Angola, (05-05-1965).

futuro próximo, no sul de Angola³⁸⁶. À partida seria conveniente saber como o Governo-geral de Angola encarava a situação que podia decorrer desta circunstância³⁸⁷.

Estas relações sociais, económicas e políticas, consideradas simbióticas, entre o povo de Angola e o da Namíbia, continuaram durante o período de luta pela independência dos dois países e ainda existem. As relações de cooperação entre os povos autóctones e/ou movimentos de libertação de Angola e da Namíbia ocorreram em paralelo com a cooperação institucional entre os governos coloniais de Portugal e da África do Sul. Tudo girava em torno do desejo de conservar o último reduto da hegemonia na minoria branca na África Austral, face ao surgimento de movimentos de libertação nacional, que, por sua vez, passaram a cooperar entre si na luta contra o colonialismo e o racismo na região austral. Relativamente a esta temática, Ronald Dreyer (1988) afirma que,

[...] a África do Sul e Portugal [procuraram] manter o controlo colonial português em Angola numa tripla estratégia económica, política e militar, com vista a manter a hegemonia regional sul-africana. [...] a África do Sul buscou um objectivo comum e muito familiar, criando um contexto político, económico e também militar para a segurança e prosperidade da República³⁸⁸.

De acordo com Luís Fernando Machado Barros (2012), as relações do governo colonial de Angola e da Sudoeste Africano/África do Sul podem ser discriminadas em três períodos: entre 1951 e 1960; entre 1960 e 1967; e entre 1968 e 1974. Segundo este autor, o primeiro período (entre 1951 e 1960) foi marcado pela tentativa de Pretória de assumir a hegemonia política no sul de África, pelo reforço do *apartheid* e pela desconfiança de Portugal das pretensões sul-africanas de assumir a primazia política de uma aliança de defesa militar para África a sul do Sahara. Estes fatores que motivaram uma certa relutância a Portugal em assumir qualquer compromisso oficial na África do Sul. As atenções de Portugal estavam mais viradas para a sua inclusão na NATO, empenhando-se em fazer valer a posição estratégica dos Açores para a defesa do Ocidente e, depois, para a preparação de uma ofensiva diplomática para a sua entrada na ONU. Com o apoio da Inglaterra, França e Bélgica esperava-se um alinhamento político que favorecesse o seu objetivo: a manutenção da soberania no ultramar, pelo que qualquer aproximação a Pretória, por causa do *apartheid*, poderia ter consequências desastrosas. O governo

³⁸⁶ AMU-GNP – doc. 307/15.009.8 (1), proc. nº 413, pasta H-9-8- Comissão Odendaal para o Sudoeste Africano, (09-02-1962).

³⁸⁷ Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos (AMU-GNP), Informação de 27/03/1967 (s/classificação), a independência da Ovambolândia e suas repercussões em Angola: a anexação da África Austral-ocidental (Sudoeste Africano).

³⁸⁸ Dreyer, Ronald (1988), *The Search for Independence and Regional Security (1966-1988)*, Programme for Strategic and International Security Studies – PSI Occasional Papers Number 3/1988, Geneva, p. 4.

português via a relação intensa com Pretória como um fator secundário da sua política externa³⁸⁹.

O segundo período, entre 1960 e 1967, é marcado pela forte pressão internacional anti-*apartheid* e pelo início da guerra colonial em Angola, considerada por Pretória uma importante barreira na sua defesa avançada. Devido ao afastamento dos seus aliados (EUA – administração Kennedy e Johnson –, França e Inglaterra), Portugal procurou uma aproximação a Pretória, sem o compromisso político que pudesse pôr em causa a sua “bandeira do multirracismo”. O início dos confrontos em Angola tornou inevitável a colaboração de Pretória com Lisboa. À medida que o tempo passava, o governo sul-africano consolidava a ideia de que Portugal não conseguiria resolver sozinho o problema e, para além disso, colocava a possibilidade da queda de Salazar. Tais premonições acentuavam ainda mais a preocupação da África do Sul com o futuro da África Austral. Angola e Moçambique deveriam ser mantidos, enquanto colónias portuguesas, para evitar que o nacionalismo africano chegasse às portas da África do Sul, constituindo assim a sua primeira linha de defesa, onde se incluía também a Rodésia. Assim, em 1967, a África do Sul entrou definitivamente na estratégia operacional em Angola depois de convencer Salazar a aceitar intervenções diretas no sul da “provincia”³⁹⁰.

O terceiro período, entre 1968 e 1974, é marcado pela acessão de M. Caetano e a entrada de Richard Nixon na Casa Branca, que muda a política externa norte-americana para a África Austral, com o determinante papel de H. Kissinger como conselheiro para a Segurança Nacional da administração Nixon. O National Security Study Memorandum 39 (NSSM 39), o investimento norte-americano na África do Sul, a ameaça de expansão do comunismo e a influência soviética no Atlântico Sul e no Índico, que punha em causa o controlo da rota do Cabo, constituíam as principais questões no panorama dos assuntos externos dos EUA. No entanto, M. Caetano deixou os argumentos de defesa dos valores do Ocidente e do pluricontinentalismo e passou a referir a importância geoestratégica dos territórios portugueses na estratégia de defesa da NATO. Dos contactos entre África do Sul, Rodésia e Portugal surgiu em outubro de 1970, como uma evolução do “Plano de Contingência entre os Estados da África Austral”, o “Exercício ALCORA”, que coordenava estratégias político-diplomáticas de defesa da África Austral bem como ações militares³⁹¹.

³⁸⁹ Barroso, Luís F. Machado (2012), *A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Tese de Doutoramento em História, especialidade em Defesa e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, pp. 11-12 e p. 153.

³⁹⁰ Barroso, Luís F. Machado (2012), *A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Tese de Doutoramento em História, especialidade em Defesa e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, pp. 12 e 153-154.

³⁹¹ *Ibidem*, pp. 12-13 e 337. Para mais informação sobre as relações e os esforços entre Portugal e África do Sul na África Austral ver em Barroso, Luís F. Machado (2012), *A Manobra Político-Diplomática de Portugal na*

Tendo em conta os objetivos deste trabalho, não pudemos descrever de forma profunda estudos sobre as relações entre Portugal e África do Sul, no quadro dos esforços para manter o domínio colonial nos seus territórios.

4. Relações UNITA – SWAPO: Cooperação Pré-independência

4.1. Preliminares da cooperação UNITA – SWAPO

Alguns movimentos de libertação de Angola e da Namíbia tiveram, ao longo da década de 60 a 90 do século XX, uma estreita relação de cooperação entre si em torno das ações em prol dos seus objetivos, nomeadamente a independência dos seus territórios, foi o caso da cooperação UNITA-SWAPO. A UNITA foi criada, a 13 de março de 1966, em Muangai, província do Moxico, por Jonas Malheiro Savimbi e outros dissidentes da UPA/FNLA, com o "objetivo de lutar pela liberdade e pela independência total para os homens e para a pátria mãe". Antes de fundar a UNITA, Savimbi fez parte dos quadros da GRAE-FNLA até 15 de julho de 1964, quando anunciou a sua demissão ao movimento liderado por Holden Roberto³⁹².

Savimbi integrou a FNLA no Congo-Leopoldville, três dias antes de 15 de março de 1961, onde exerceu o cargo de Secretário para os Assuntos Exteriores do Governo Revolucionário de Angola no Exterior (GRAE). Entre outras tarefas, estava incumbido de conseguir o reconhecimento oficial do GRAE, por parte dos governos africanos já independentes. Como referimos acima, Savimbi desempenhou um papel importante na formação do Comité de Libertação da OUA, bem como na luta diplomática a favor do reconhecimento do GRAE, facto que permitiu a sua afirmação na arena internacional e o reconhecimento das suas qualidades por parte de alguns líderes africanos. A 29 de junho de 1963, o Governo do Zaire reconheceu oficialmente o GRAE. A 2 de agosto de 1963, em Dacar, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA aceitaram a recomendação do Comité de Libertação, reconhecendo o GRAE, e solicitaram a todos os Estados africanos independentes que fizessem o mesmo. Dentro de pouco tempo, o GRAE já tinha sido reconhecido por quase todos os países independentes da África, com exceção do Gana, Guiné e Congo Brazzaville. O Comité de Libertação tinha sido influenciado pela divisão que se vivia no seio do MPLA, em resultado de uma série de dissidências pessoais e divisão

África Austral (1951-1974), Tese de Doutoramento em História, especialidade em Defesa e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa. Ver também em Gomes, Carlos de Matos e (2013), *Alcora - O Acordo Secreto do Colonialismo*, Lisboa, Divina Comédia.

³⁹² Estatuto da UNITA, aprovado pelo XI congresso, 16 de Dezembro de 2011, em Luanda (online). Disponível em

http://www.unitaangola.org/PT/Tablestatutos1.awp?WD_ACTION=CLICTABLE;TABLEDISCUR&TABLEDISCUR=1, consultado a 30 de janeiro de 2017.

ideológica. Após a rebelião iniciada em Luanda, a 4 de fevereiro de 1961, não tinha havido qualquer resistência realizada pelo MPLA. Durante o seu mandato como Secretário para Assuntos Exteriores do GRAE, Savimbi conseguiu obter uma boa base de apoio para a GRAE-FNLA³⁹³.

Em janeiro de 1964, após um encontro com Jomo Kenyatta, Ernesto "Che" Guevara e Stokely Carmichel, líder do Poder Negro Americano, foram convidados de honra numa conferência dos movimentos de libertação da África, em Dar-es-Salam, onde estiveram representados a GRAE-FNLA, por intermédio de Holden Roberto e Savimbi, o MPLA, a FRELIMO, a SWAPO, a ZAPU, a ZANU, o ANC e a PAC (da África do Sul). Para além desses grupos, também estavam dois grupos congolezes sediados em Dar-es-Salam, que, pelo menos com o apoio nominal sino-soviético, estavam envolvidos numa insurreição prestes a eclodir no Congo Oriental. Depois de Guevara ter proferido o seu discurso, interrompido por aplausos frequentes, Savimbi levantou-se e disse-lhe que não concordava com os seus argumentos. Tal atitude criou um certo alvoroço e alguns delegados, em especial a delegação congoleza e da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), gritaram a Savimbi que ele não passava de um fantoche da CIA. Igualmente lançaram impropérios contra os representantes da SWAPO, com os quais Savimbi tinha estabelecido cordialmente relações de amizade³⁹⁴.

O discurso de Guevara, segundo Savimbi, tinha frisado a necessidade de a classe trabalhadora – o proletariado na terminologia marxista-leninista – ser a «vanguarda» em qualquer luta de libertação. Tal como Fidel Castro, Guevara não acreditava na mobilização das «massas» camponesas, a longo prazo. Savimbi teve contacto com as obras de Mao Tsé-Tung, que lhe tinham sido oferecidas por Co Liang, um dos mais importantes agentes da China em África. Os princípios defendidos por Guevara eram contra a doutrina maoista, que advogava a massa camponesa como a «vanguarda» de revolução. Para África, onde quase 90% da população africana era a camponesa e possuía características particulares, para Savimbi essa visão não podia ser vista como exceção³⁹⁵.

Em maio de 1964, os desentendimentos entre Holden Roberto e Jonas Savimbi agudizaram-se e instala-se uma crise no GRAE-FNLA. A 15 de julho de 1964, Savimbi anunciou a sua demissão ao GRAE-FNLA. Depois da fracassada tentativa de se unir ao MPLA, Jonas Savimbi publicou, a 11 de dezembro de 1964, em Brazzaville, o manifesto

³⁹³ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial Gráfica, pp. 62-65.

³⁹⁴ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial Gráfica, pp. 73-74.

³⁹⁵ Ibidem, pp. 73-74.

AMANGOLA – Apoiantes do Manifesto de Angola /«Os Amigos de Angola³⁹⁶». Neste documento condenava-se as características etnicista e regionalista da FNLA e as ações desta organização contra o MPLA, bem como explicava-se a saída de Savimbi e de seus seguidores da FNLA, e a sua visão política sobre a luta anticolonial. Este manifesto é visto como a base do surgimento da UNITA³⁹⁷.

Jonas Savimbi foi à Suíça onde permaneceu por curto tempo. No entanto, entre 1964 e 1965, Savimbi percorreu a China, Argélia, Tanzânia, Egito e alguns países da Europa do antigo Bloco do Leste, como a URSS, Checoslováquia, Bulgária e Vietname do Norte em busca de apoio internacional com vista a formação do seu movimento, com ajuda de alguns elementos dissidentes da FNLA, principalmente Tony da Costa Fernandes e Miguel N'Zau Puna. Contudo, foi recebido com frieza na Europa do Leste, pois estavam somente interessados no MPLA. Como já foi referido, foi na China onde Savimbi conseguiu apoio financeiro, político-ideológico e técnico, e nesse contexto o seu amigo Co Liang teve um papel influente. Oficialmente a fundação ocorreu a 13 de março de 1966, em Muangai, província do Moxico³⁹⁸.

A fundação de um novo movimento, por Savimbi, não foi mal vista por Nujoma. Pelo contrário, Savimbi teve apoio incondicional do líder da SWAPO em quase todas as etapas da formação da UNITA, desde a fundação até à sua instalação no interior de Angola. O surgimento da UNITA deu outra dinâmica e abriu outros horizontes, particularmente, no contexto das relações Savimbi-Nujoma e, de modo geral, no contexto das relações entre Angola e o Sudoeste Africano, no quadro da luta anticolonial. O papel desempenhado por Jonas Savimbi no GRAE e na criação do Comité de Libertação da OUA, bem como a sua afirmação regional e a sua habilidade diplomática, principalmente no panorama africano, provavelmente permitiram atrair alguma consideração por parte dos líderes da SWAPO. Pode-se considerar que este conjunto de factos terá desempenhado um papel importante na aproximação inicial entre Savimbi e Nujoma, bem como na projeção futura da UNITA.

Relativamente à SWAPO, depois da sua transformação, a 19 de abril de 1960, foram definidas quatro estratégias para conquistar e consolidar o apoio no interior do Sudoeste Africano, bem como para a conquista da independência: mobilização política no interior do Sudoeste Africano, a frente diplomática, a frente da educação e a frente militar. No entanto, foi principalmente no âmbito da frente militar que se permitiu embelezar diversas relações entre o Sudoeste Africano e Angola. Em 1969, a SWAPO tornou-se o único movimento de

³⁹⁶ Para mais informação sobre o manifesto AMANGOLA – Apoiantes do Manifesto de Angola – ver em: Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N'Zila, p. 264.

³⁹⁷ Savimbi, Jonas (1979), *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, pp. 9-11.

³⁹⁸ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial Gráfica, Lda, pp. 67-82.

libertação reconhecido oficialmente pela comunidade internacional – declarado pela Organização da Unidade Africana como o "único e autêntico" representante do povo do Sudoeste Africano. A SWANU e outros movimentos foram excluídos. Nessa altura, os guerrilheiros da SWAPO eram, essencialmente treinados na Argélia, Egito e Gana. Para que obtivessem mais conhecimentos alguns guerrilheiros eram enviados para a URSS e para a China. Ao retornarem, alguns treinavam outros guerrilheiros na Tanzânia, onde a SWAPO esteve exilada e onde dispunha de campo de treino, no distrito de Kongwa, e representação política em Dar-es-Salam, desde 1960/1961³⁹⁹. A SWAPO, como membro da "Aliança de Cartum", recebia o apoio total dos governos de alguns países membros da OUA, do respetivo Comité de Libertação, de alguns países ocidentais, principalmente dos países nórdicos, como a Suécia⁴⁰⁰.

Nesta época, a Tanzânia situava-se na vanguarda da luta contra o colonialismo e o racismo na África Austral, tendo sido a trincheira dos movimentos de libertação do continente africano e evidentemente teve uma considerável assistência económica e militar do mundo socialista⁴⁰¹. A SWAPO começou a luta armada pela independência do Sudoeste Africano, desde 26 de agosto de 1966 até ao acordo de paz de Nova Iorque de 1988, que visavam estabelecer a paz na África Austral e a implementação da resolução 435/78 sobre independência. Durante a sua luta, os líderes da SWAPO e do seu braço armado – o PLAN – estavam exilados. Era do exílio que partiam para perpetuarem ações no Sudoeste Africano, contra alvos do regime sul-africano. As suas principais bases e instalações estavam, inicialmente, na Argélia, Tanzânia, depois na Zâmbia e, por último, em Angola.

Ora, as relações entre o líder da UNITA, Jonas Savimbi, e o líder da SWAPO, Sam Nujoma, foram estabelecidas entre os anos 1961 e 1964, em Dar-es-Salam, Tanzânia⁴⁰², quando Savimbi ainda era Secretário para os Assuntos Exteriores do Governo Revolucionário de Angola no Exterior (GRAE-FNLA). Igualmente, também foi importante o papel de Samuel Chiwale – que se encontrava no campo de treino da SWAPO, no Kungwa – na consolidação das respetivas relações de amizade entre a UNITA e a SWAPO devido a três fatores: a militância de Samuel Chiwale na SWAPO, o interesse de Chiwale em

³⁹⁹ Hamutenya, Hidipo (s/d), *Namibia and Angola: Analysis of a symbiotic relationship*, (online). Disponível em http://www.kas.de/upload/Publikationen/2014/namibias_foreign_relations/Namibias_Foreign_Relations_hamutenya.pdf, consultado a 3 de fevereiro de 2017, p. 86.

⁴⁰⁰ Sellstöm, Tor (2000), *Sweden and National Liberation in Southern Africa*, vol. II: solidarity and assistance 1970-1994 [online], Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, p. 30.

⁴⁰¹ Thiam, Iba Der, James Mulira e Christophe Wondji (2010), "A África e os países socialistas", em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondji (Editores), *História Geral da África*, VIII: desde 1935, Brasília, UNESCO, p. 986.

⁴⁰² Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016. Ver também em: Entrevista a Evaristo Ndemupateke David, em Ondjiva, 08-09-2016.

aproximar-se à Savimbi e o facto de ser angolano do sul⁴⁰³, tal como se confirma na entrevista da LAC ao Samuel Chiwale:

[...] em Dezembro [de 1964], ao chegar em [Dar-es-Salam] (...) perguntei ao Pita Nahemba se tinha alguma informação em relação a alguns angolanos. Ele disse: “não senhor. Tenho informação que o Internacional...”. O Dr. Savimbi chamava-se por “Internacional” porque falava muito bem inglês, falava muito bem francês, falava muito bem alemão e português. Então, no exterior todo indivíduo que articula bem as línguas era tido como internacional!⁴⁰⁴.

Ainda nesta senda, Samuel Chiwale (2008) afirma,

Recebi, em Janeiro de 1965, um telegrama vindo de Dar-es-Salam. Lembro-me de estar na minha tenda no campo de Kongwa [ainda como militante da SWAPO]. Fora enviado por Peter Nanhemba, representante da SWAPO. Lacónico, como todos dos telegramas, dizia simplesmente o seguinte: havia chegado o «internacionalista». Era a maneira como a SWAPO se referia ao Dr. Savimbi pelo facto de ele ser poliglota. Solicitava-se, por isso, que me deslocasse a Dar-es-Salam para o contactar. Pode imaginar-se a minha ansiedade, pois não o conhecia a não ser pelo nome - ouvia falar dele na década de 50. [...] Eu sempre dizia para com os meus os botões que se, de facto, não encontrasse em Angola um movimento de libertação em altura das minhas expectativas, seria melhor continuar na SWAPO. Nesse pensamento tinha sido baseado nas contradições protagonizadas entre o MPLA e a UPA. A SWAPO nunca escondeu o seu interesse por mim, considerava-me como um soldado das suas fileiras e eu pensava utilizar essa força política como trampolim para chegar às verdadeiras forças revolucionárias angolanas [sic]⁴⁰⁵.

4.2. Fatores da Cooperação UNITA – SWAPO

Apesar de a SWAPO ter tendências pró-soviéticas e a UNITA tendências maoistas, a sua relação foi descrita por Hidipo Hamutenya (s/d) como “fraterna, segundo o qual, o “vínculo era supostamente natural: em vez de se basear em aspetos políticos, sociais e económicos ou ideologia, baseava-se na afinidade regional, etno-cultural e histórica”. Segundo este autor, “alguns membros da SWAPO também fizeram parte da União dos Povos de Angola, que foi a primeira organização política estabelecida em Angola, alguns angolanos também faziam parte da SWAPO, e vice-versa”⁴⁰⁶.

⁴⁰³ José Samuel Chiwale é nacionalista angolano, foi militante da SWAPO e da UNITA, onde sempre ocupou cargos sêniores (Comandante das FALA).

⁴⁰⁴ Entrevista a José Samuel Chiwale, programa Café da Manhã da Rádio LAC, (s/d), em Luanda.

⁴⁰⁵ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 57-59.

⁴⁰⁶ Hamutenya, Hidipo (s/d), *Namibia and Angola: Analysis of a symbiotic relationship*. (online). Disponível em http://www.kas.de/upload/Publikationen/2014/namibias_foreign_relations/Namibias_Foreign_Relations_hamutenya.pdf, consultado a 3 de fevereiro de 2017, p. 86.

Acreditamos que a falta de um estudo sistemático e mais rigoroso sobre os fatores que contribuíram para a aproximação UNITA-SWAPO tem levado a conclusões simplistas e adjacentes sobre esta questão, limitando o seu horizonte. Talvez por esta razão, Proinfe Mac Anghusa, uma ex-alto funcionário da Comissão das Nações Unidas para a Namíbia, escreveu que “por razões que só ele próprio conhece, Sam Nujoma (Presidente da SWAPO) apoiou durante algum tempo a UNITA e o Dr. Jonas Savimbi (líder da UNITA)”⁴⁰⁷.

Neste contexto, podemos dizer que não existe um único fator isolado das estreitas relações que se registaram entre a UNITA e a SWAPO. Isto é, não se descartam os fatores regional/geográfico, étno-culturais e histórico, mas não podemos considerar que estes tenham sido os únicos fatores determinantes na estreita relação simbiótica que se estabeleceu entre a UNITA e a SWAPO. Portanto, apesar de os movimentos de libertação de África, particularmente de Angola e da Namíbia, bem como a cooperação entre a UNITA e a SWAPO, terem também uma dimensão regional, étnica, cultural e histórica, devem ser igualmente considerados um conjunto de outros fatores, no contexto das relações entre estes respetivos movimentos, designadamente fatores económicos, sociais, político-ideológicos, geoestratégicos e militares.

Fator geoestratégico

Segundo Samuel Chiwale (2008), entre março e novembro de 1966, estava sob controlo da UNITA o território que ia de Buçaco a Rivungo, isto é, do Moxico ao Cuando Cubango⁴⁰⁸. Como já foi referido, inicialmente, os guerrilheiros da SWAPO eram treinados na Argélia, Egito, Gana, a URSS e China, depois retornavam à Tanzânia, onde treinavam e, depois, na Zâmbia. Em 1966, a SWAPO estabeleceu a primeira base militar a noroeste da Namíbia e, em 1968, outra foi aberta no Caprivi⁴⁰⁹.

Desde o início da luta armada empreendida pela SWAPO, a 26 de agosto de 1966 (com um ataque às posições da SADF em Omugulugwombashe), que os guerrilheiros da SWAPO, a partir da Tanzânia, usavam a rota da Zâmbia, passando pelo sudeste de Angola até chegarem ao Sudoeste Africano. Este facto levou a SWAPO a estabelecer ligações e uma cooperação tático-estratégica com a UNITA, uma vez que a UNITA controlava a rota de trânsito vital para a SWAPO, da Zâmbia para o Sudoeste Africano através do corredor

⁴⁰⁷ Bridgland, Fred (1989), “introdução”, em Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 10 -11.

⁴⁰⁸ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 94.

⁴⁰⁹ Hamutenya, Hidipo (s/d), *Namibia and Angola: Analysis of a symbiotic relationship*. (online) Disponível em http://www.kas.de/upload/Publikationen/2014/namibias_foreign_relations/Namibias_Foreign_Relations_hamutenya.pdf, consultado a 3 de fevereiro de 2017, p. 86.

leste-sudeste de Angola (Buçaco- Rivungo)⁴¹⁰. No entanto, devido à posição geográfica do Sudoeste Africano, não era possível sustentar a luta de libertação no noroeste, porque lhe foram cortadas todas as rotas de abastecimento pela SADF. As poucas rotas de abastecimento que existiam estavam localizadas entre vizinhos hostis e territórios não independentes⁴¹¹. Deste modo, para ultrapassar estas dificuldades tornava-se cada vez mais necessário a SWAPO estabelecer cooperação com a UNITA por ser um movimento mais próximo do ponto de atuação geográfico e da visão estratégica. Ainda nesta senda Samuel Chiwale (em Jorge Valentim, 2005) afirma “verdade seja dita de 1970 a 1974 o único Movimento de Libertação que esteve eficazmente no interior do País era UNITA”⁴¹².

Uma vez que a UNITA controlava desde março de 1966 os territórios do corredor leste-sudeste de Angola (Moxico ao Cuando Cubango)⁴¹³, deste modo, a SWAPO vai necessitar da zona controlada pela UNITA para permitir a sua movimentação e para servir de retaguarda. Como afirma José Lázaro Kakunha (2016) “[...] a SWAPO tinha carências territoriais para fazer a guerra na Namíbia. Então veio cá propor uma retaguarda segura que pudesse servir de ponto de partida para atacar o exército sul-africano”⁴¹⁴. No entanto, com o corredor leste-sudoeste-sudeste de Angola sob o domínio da UNITA, a SWAPO não teve outra hipótese vantajosa em Angola, nessa altura, pois se quisesse combater no Sudoeste Africano tinha que passar pelas áreas controladas pela UNITA, sob o comando do general Francisco Kulunga. A outra alternativa para os guerrilheiros da SWAPO seria entrar no Sudoeste Africano por meio do território do Zâmbia ou do Botsuana, o que seria mais desgastante e estrategicamente menos vantajoso⁴¹⁵.

A zona fronteiriça no nordeste do Sudoeste Africano com Angola e Zâmbia tinha-se constituído na principal rota de fuga para muitos sudoestino-africanos que decidiam exilar-se durante o período “pré-25 de Abril”. Refugiados, militares, voluntários e outros civis que procuravam alistar-se à SWAPO não só passavam pelos territórios da UNITA, como também se hospedavam nas suas bases, antes de chegarem às bases da SWAPO. A UNITA proporcionou a estes sudoestino-africanos alojamento, alimentação e outras provisões básicas. A organização nacionalista rival da UNITA, o MPLA, cuja zona de

⁴¹⁰ Dreyer, Ronald (1988), *The Search for Independence and Regional Security (1966-1988)*, *Programme for Strategic and International Security Studies – PSI Occasional Papers Number 3/1988*, Geneva, p. 3.

⁴¹¹ Hamutenya, Hidipo (s/d), *Namibia and Angola: Analysis of a symbiotic relationship*, (online). Disponível em http://www.kas.de/upload/Publikationen/2014/namibias_foreign_relations/Namibias_Foreign_Relations_hamutenya.pdf, consultado a 3 de fevereiro de 2017, p. 86.

⁴¹² Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N’Zila, p. 293.

⁴¹³ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 94.

⁴¹⁴ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁴¹⁵ Entrevista a Evaristo Ndemupateke David, em Ondjiva, 08-09-2016.

combate estava localizada no nordeste de Angola, também tinha estações de recrutamento na região transfronteiriça onde operavam a SWAPO e a UNITA⁴¹⁶.

Segundo Samuel Chiwale (em Jorge Valentim, 2005), Mao Tsé Tung e Chau En Lai (ex-comandante das forças armadas chinesas) diziam que uma guerrilha só se pode desenvolver a partir de três condições: (i) conhecimento pleno da geografia; (ii) domínio da informação a comunicar ao povo; (iii) compreensão das dificuldades objetivas da população⁴¹⁷. No entanto, a SWAPO não tinha conhecimento pleno da geografia de Angola, nem o respectivo povo. Para tal, era necessário ligar-se a um movimento angolano que operava naquele corredor para conduzi-los até à fronteira com o Sudoeste Africano. Desde então, os guerrilheiros da SWAPO passaram a circular livremente nas áreas controladas pela UNITA, ao longo do trajeto Zâmbia – Angola – Sudoeste Africano⁴¹⁸.

Desde o início da guerra anticolonial, desenvolvida pela UNITA, que a SWAPO se encontrava em Angola, nas áreas sob o controlo da UNITA⁴¹⁹, chegando mesmo a efetuar operações conjuntas e a formar um comando unificado contra as forças coloniais. Com o objetivo de evitar as frequentes disputas territoriais contra a FNLA e contra o MPLA na região leste de Angola, era comum os guerrilheiros da UNITA disfarçarem-se, como se fossem guerrilheiros da SWAPO, durante a circulação no leste e sudeste de Angola. Apesar de se ter aliado à UNITA, a SWAPO procurou não se envolver, direta ou indiretamente, nos confrontos e rivalidade entre os movimentos de libertação de Angola a favor do seu aliado. Porém, as armas que a SWAPO ofereceu à UNITA, com o objetivo de lutar contra a tropa colonial, logicamente tinham de ser usadas em confrontos com os outros movimentos rivais angolanos, isto é, contra a FNLA e contra o MPLA⁴²⁰.

Fator económico-militar

A necessidade de obter meios logísticos e bélicos por parte da UNITA tinha sido outro fator de aproximação entre os dois movimentos, pois para desenvolver uma luta anticolonial era imperativo ter uma “economia-militar” que a pudesse sustentar.

Além disso, durante a luta de libertação nacional de Angola, os três movimentos de libertação – FNLA, MPLA e UNITA – tinham, todos, uma pretensão hegemónica de ser o

⁴¹⁶ Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, p. 1277.

⁴¹⁷ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 87.

⁴¹⁸ Valentim, Jorge (2005), 1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade, Luanda, Editorial N’Zila, pp. 183 e 291-298.

⁴¹⁹ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 166.

⁴²⁰ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 249

único a dominar a cena político-nacionalista de Angola, e assim serem considerados como os únicos representantes do povo angolano. Estas pretensões eram manifestadas através ataques retóricos e de combates armados, na luta fratricida com destacamentos militares que atacavam as bases militares e emboscavam colunas que combatiam o colonialismo português. A luta fratricida em pequena escala tornava-se um instrumento para satisfazer as exigências dos governos de países africanos independentes e, sobretudo, dos EUA e da URSS que gostariam de escolher os representantes legítimos⁴²¹. No primeiro trimestre de 1969, a UNITA sentiu-se sufocada pelos portugueses e pelos outros movimentos de libertação (MPLA e FNLA), que atacavam as suas posições, este facto levava à deserção de algumas figuras influentes da UNITA, como Wanagola⁴²². Nesta perspetiva Miguel M. N'Zau Puna, afirma que,

[...] De 1969 para 1971 foram os anos mais duros para a nossa organização. As nossas áreas começaram a ser invadidas pelas forças colonialistas tucas. Havia bombardeamentos constantes. De resto, tínhamos vários inimigos. No leste, e a leste, tínhamos de nos defender das forças do MPLA e, pelo Norte e a norte, eram as forças da FNLA chefiadas pelo Mwanangola [...]. A verdade é que tanto a FNLA como o MPLA foram derrotados e forçados a regressar para as suas terras de origem [sic]⁴²³.

Entre essas dificuldades pode ser apontada a falta de meios logísticos e bélicos necessários para se defenderem dos seus inimigos/adversários e para o desenvolvimento da luta pela independência. Esta realidade também foi confirmada por Jonas Savimbi, no discurso proferido no I Congresso da UNITA, tal como diz Samuel Chiwale (2008),

- Vocês perguntam-me onde é que vamos buscar o armamento! – Exclamou o Dr. Savimbi. – A minha resposta é só uma às vossas aldeias. Vamos começar a luta com o armamento que vós tendes. [...] – O que é que vocês utilizam para abrir uma lavra na mata? Não é a enxada e o machado? [...] E na caça, como é que os vossos filhos a fazem, não é com a seta e o arco? ⁴²⁴.

O discurso proferido por Savimbi no I Congresso, em 1966, mostra claramente as dificuldades que a UNITA tinha nos primeiros anos da sua existência. A UNITA debatia-se com a falta e a necessidade urgente de material logístico e militar para que pudesse desenvolver a sua luta e concretizar os propósitos estampados no projeto de Muangai.

A situação agravou-se mais quando a UNITA sabotou da linha férrea do Caminho de Ferro de Benguela (CFB). Os países africanos, influenciados pela Zâmbia, e alguns

⁴²¹ Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N'Zila.

⁴²² Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa Industrial, p. 96.

⁴²³ Puna, Miguel M. N'Zau (2011), *Mal me Querem*, Porto, Papiro Editora, p. 85.

⁴²⁴ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 103.

países fora do continente africano procuraram limitar os apoios à UNITA, porque ataques à linha do CFB prejudicava os interesses da Zâmbia e de seus parceiros económicos na região e fora de África. Para além disso, também lhe foi vedado o trânsito nesse país⁴²⁵. Por outro lado, a maioria dos países africanos – incluindo a Zâmbia – e algumas potências mundiais era a favor da união dos movimentos de libertação de Angola, o que implicaria o desaparecimento da UNITA. A UNITA não era reconhecida pelo Comité de Libertação da OUA, nem fazia parte da Aliança de Cartum o que lhe dificultou a obtenção dos meios logísticos e bélico necessário⁴²⁶.

Perante este contexto foi necessário, mais uma vez, a UNITA recorrer ao velho amigo, a SWAPO, para obter apoio bélico e logístico. Deste modo, Samuel Chiwale foi mandado, clandestinamente, a Lusaca, para tentar obter armas da SWAPO. Nessa altura, a SWAPO já tinha transferido as suas armas para o Cuando Cubango e preparava-se para introduzi-las no Sudoeste Africano. No regresso, Chiwale manobrou através do Cuando Cubango e conseguiu arranjar 126 espingardas que os levou para o Lungue-Bangu. Entre os meios bélicos oferecidos à UNITA, por intermédio de Chiwale, incluem-se as minas antitanques, que foram usadas para fazer explodir um comboio do CFB, novamente, por ocasião da visita do jornalista austríaco, para que Sitte visse e filmasse, e rockets e catapultas RPG-7, que eram usados em várias missões da UNITA. Ao contrário da UNITA, a SWAPO era reconhecida pelo Comité de Libertação da OUA, de onde recebera apoio militar (treinamento, armamento e outros meios logísticos), político e diplomático. Em contrapartida, o facto de o PLAN-SWAPO não ter homens suficiente para lutar com essas armas ajudou a fortalecer a UNITA que passou a receber parte dessas armas⁴²⁷. De acordo com Ernesto Mulato (2014), "Sam Nujoma tinha as costas largas, porque beneficiava do apoio da ONU e estava ciente de que o regime do *apartheid* cedo ou tarde iria ceder"⁴²⁸.

Por um lado, estava a UNITA isolada dentro de Angola – impedida de transitar na Zâmbia, desde 1967, devido aos repetidos ataques contra o CFB – e com dificuldades e necessidades logísticas. Por outro lado, estava a SWAPO com poucos homens e sem um “espaço trampolim” para penetrar no Sudoeste Africano. Neste contexto, os dois movimentos estabeleceram, na visão de Miguel N'Zau Puna, “uma associação amplamente silenciada, mas bem conhecida, ou seja, a UNITA estabeleceu uma aliança estratégica e

⁴²⁵ Entrevista a Evaristo Ndemupateke David, em Ondjiva, 08- 09-2016.

⁴²⁶ A. Marcum, John (1979), *Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Volume II, London, The Massachusetts Institute of Technology, p. 224. Ver também em: Sellstöm, Tor (2000), *Sweden and National Liberation in Southern Africa*, vol, II: solidarity and assistance 1970-1994 [online], Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, p. 30.

⁴²⁷ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, pp. 96 249.

⁴²⁸ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 167.

tática” em troca de apoio logístico para chegar à frente do país⁴²⁹. Continuando nesta questão, José Chiwale (em Jorge Valentim, 2005) acrescenta,

[...] nós tivemos dois objectivos: (1) - Não tínhamos o armamento. Os outros tinham o armamento. (2) - Não tínhamos capacidade total para defender todas as áreas da guerrilha eficazmente no interior do país contra diversas frentes abertas contra a UNITA. Para lhes levar até à fronteira com a Namíbia os nossos guerrilheiros tinham que ser armados por eles para lhes servir de escolta e facilitar a entrada deles no interior da Namíbia⁴³⁰.

Deste modo, a UNITA foi contornando a sua carência de material bélico e logístico. Contudo, a SWAPO não era a única fonte de obtenção de tais meios de subsistência, tal como diz Jorge Valentim (2005), “[...] conseguimos minimizar as necessidades que nós tínhamos. Nós, a nossa fonte principal do armamento eram os camaradas da SWAPO, mas também as armas eram capturadas na frente do combate”⁴³¹, contra as posições dos portugueses e em confrontos com outros movimentos, caso esses recuassem, deixando algum material (armamento, fardamento, medicamento e treinamento) útil que pudessem recuperar⁴³².

Em suma, o armamento e outros meios logísticos da UNITA vinham apenas de quatro fontes: da captura em confrontos com inimigo (Forças Portuguesas e, principalmente outros movimentos angolanos), dos desertores das forças coloniais e da ELNA no Zaire, do apoio da SWAPO e da China. A China cumpria as suas promessas, embora de modo limitado e discreto, enviando o material de guerra à UNITA, em nome da SWAPO. Mas, com a prisão de Savimbi, e sob a intervenção direta do presidente Julius Nyerere, os meios logísticos dirigidos à UNITA eram entregues aos outros movimentos de libertação⁴³³. Portanto, outro fonte de sobrevivência da UNITA passou a ser o comércio com as populações dos territórios sob o seu controlo e com os movimentos de libertação da África Austral que tinham alguns interesses económicos e estratégico-militares nas respetivas áreas⁴³⁴, como foi o caso da SWAPO. Embora as forças da UNITA tenham beneficiado da cooperação que mantinha com a SWAPO, estas procuravam penetrar na Ovambolândia,

⁴²⁹ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, pp. 96-249, p. 249.

⁴³⁰ Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N’Zila, p. 183, pp. 291-292.

⁴³¹ Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N’Zila, p. 293.

⁴³² Entrevista a Pedro Tongeni, em Ondjiva, 02 de dezembro de 2016.

⁴³³ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 120.

⁴³⁴ Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N’Zila, p. 293.

por via do sudeste de Angola, e a UNITA dependia, ainda, em grande parte de um pequeno combate estratégico voltado para a obtenção de meios necessários para sobreviver⁴³⁵.

Fator político-ideológico

A UNITA, desde sempre, identificava-se como ideológica socialista maoista, e a SWAPO apresentava-se como um movimento socialista marxista-leninista. Apesar de os dois movimentos se identificarem pelas versões opostas do socialismo, a UNITA e a SWAPO comungavam em alguns pontos de vista políticos, segundo Nghiyalasha Elise Hauljondjaba (em Vilho Amukwaya Shigwedha, 2014),

[...] a relação cordial entre as duas partes foi também influência pelos seus valores e objectivos políticos comuns. O programa político da UNITA para Angola foi análogo ao programa político da SWAPO para melhorar o nível de vida dos pobres rurais e da classe operária explorada na Namíbia. Como a SWAPO, a UNITA se apresentou como o “messias” para os camponeses oprimidos e trabalhadores em Angola. Sua constituição proclamava que o movimento se empenharia em um governo proporcionalmente representativo de todos os grupos étnicos, clãs e classes, e “concentrou-se em elevar a consciência política dos camponeses, a maioria iletrados e amplamente dispersos”⁴³⁶.

Segundo Samuel (2008), no I Congresso da UNITA, realizado em 1966, definiu-se o “Princípio de Mobilização dos camponeses por um partido revolucionário”. Considera-se que os camponeses enquanto classe têm as suas qualidades e os seus defeitos, tendo em atenção o facto de a população angolana, na altura, ser constituída por 80% de camponeses. Era, portanto, indispensável despertar nos camponeses uma consciência proletária, a fim de que pudesse servir os interesses fundamentais do povo angolano. O sexto princípio ditava o seguinte: “juntar-se ao povo do interior do país”⁴³⁷. A UNITA e a SWAPO acreditavam que só por meio dos camponeses se podia libertar os povos oprimidos dos três continentes, em particular os povos da África Austral⁴³⁸. Além disso, a UNITA e a SWAPO procuravam levar uma política de não-alinhamento, no quadro da política exterior, como diz o cofundador da UNITA, Tony da Costa Fernandes (30-06-1977).

⁴³⁵ A. Marcum, John (1979), *Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Volume II, London, The Massachusetts Institute of Technology, p. 217.

⁴³⁶ Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, p. 1278.

⁴³⁷ Estatuto do I Congresso da UNITA, 1966, em Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 98-99.

⁴³⁸ Entrevista a Alcides Sakala em “Memórias da Independência” Programa Televisivo da TV Zimbo, 24 de outubro de 2016, em Luanda, apresentado por Guilherme Galiano.

«Somos profundamente nacionalistas [...], não admitiremos nunca que Angola venha a ser um campo de batalha entre o Ocidente e o Oriente. [...] As portas do nosso país estarão sempre abertas a quem queira cooperar connosco, desde que se tenham sempre em conta os princípios de não ingerência e do respeito mútuo. Nos domínios da cooperação, os americanos, os russos e os chineses serão igualmente bem-vindos e nenhum deles será privilegiado em relação aos outros. Mas, sobretudo, não queremos participar na luta da divisão do mundo entre o bloco comunista e o capitalista. Nós queremos ser um país não-alinhado. Com certeza isso não significa prescindirmos de assumir uma posição política. Por exemplo, a nossa posição quanto aos países ainda sob dominação estrangeira é bastante clara. A UNITA, até aqui, foi o único movimento em África que, durante a sua própria luta de libertação nacional, ajudou um outro movimento em luta, a SWAPO⁴³⁹.

Como já foi referido anteriormente, devido às dificuldades que passou a enfrentar no terreno, por parte do Comité de Libertação, principalmente por parte dos movimentos pró-soviéticos, no quadro do conflito sino-russo, a UNITA decidiu procurar apoio na China e nos países do Ocidente, mesmo tendo uma orientação político-ideológica socialista maoista. Esta natureza da UNITA também levou outros autores como Tony Hodges (2002) a afirmarem que “a UNITA também era pouco clara quanto à sua orientação política”⁴⁴⁰. De igual modo, a SWAPO, mesmo fazendo parte da “Aliança de Cartum” e de estar vinculada ao Comité de Libertação procurou ir buscar, simultaneamente, apoio à China e aos países do Ocidente, apesar da sua simpatia com a corrente político-ideológica socialista marxista-leninista. Para os dois movimentos, a prioridade não era a aliança político-ideológica, mas sim a independência dos territórios pelos quais lutavam. Por este conjunto de fatores levou Hidipo Hamutenya (s/d), a descrever a cooperação da SWAPO com a UNITA como uma relação “fraterna” e, por vezes, as duas organizações mostravam-se menos claras aquando da sua linha político-ideológica⁴⁴¹. José Lázaro Kakunha (2016) afirma,

A SWAPO praticamente comungava também com os nossos ideais. Tanto mais que a amizade entre a UNITA e a SWAPO surgiu mesmo, pelo facto de termos várias coisas comuns. [...] Depois da SWAPO se aliar ao MPLA perdeu a sua originalidade ideológica em função das condições que estava a receber, quer do próprio MPLA quer da Rússia. Inicialmente, diziam que eram socialistas [maoistas]. Mas, depois de estar em Angola mudou em função da realidade. [A SWAPO] a receber armas da Rússia e da Cuba definir-se como maoistas teria muitos problemas. Antes de 1975, SWAPO

⁴³⁹ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), entrevista de Tony da Costa Fernandes ao “O Jornal Crónicas de A Z”, em Lisboa, a 30-06-1977). F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1977 > SR: 06 – Junho, Dia 30, Jornal de I 3 - 6 - 7 5.

⁴⁴⁰ Hodges, Tony (2002), *Angola- Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, p. 25.

⁴⁴¹ Hamutenya, Hidipo (s/d), *Namibia and Angola: Analysis of a symbiotic relationship*. (online). Disponível em http://www.kas.de/upload/Publikationen/2014/namibias_foreign_relations/Namibias_Foreign_Relations_hamutenya.pdf, consultado a 3 de fevereiro de 2017, p. 86.

quase alinhava com a UNITA, porque ideologicamente a UNITA estava mais forte que a própria SWAPO. A UNITA tinha uma ideologia do centro, antes de 1975, e até agora continua. A SWAPO mais tarde ficou tipo “camaleão”, pois é difícil definir a cor do camaleão. A SWAPO teve metamorfose, enfim, curvas e contra curvas. Antes de se aliar ao MPLA, a SWAPO tinha a UNITA como um amigo e, igualmente, como uma guerrilha que combate o colonialismo⁴⁴².

Questionado sobre a orientação política da SWAPO, antes de 1975, Holden Uulenga (2016) afirma,

No princípio a política da SWAPO era o socialismo científico. Nós tínhamos como modelo a União Soviética. Mas, depois do desmoronamento da União Soviética não tivemos outra escolha senão a democracia. Atualmente, na Namíbia implementou-se o capitalismo. Mas não é aquele capitalismo genuíno e forte. Agora, os EUA é a grande superpotência mundial e que a União Soviética já não é como era antes. Então, nós tivemos que aderir aos princípios e ideias defendidos pelos EUA⁴⁴³.

Fator sociodemográfico

A massa popular predominante na UNITA era maioritariamente de etnia ovimbundo e a SWAPO era maioritariamente ovambo. São povos relativamente próximos do ponto de vista geográfico e cultural em relação à população predominante na FNLA (bakongo) e no MPLA (ambundu e luso-descendentes). Miguel N'Zau Puna (1996, em Tor Sellstöm, 2000) teria afirmado que “a aproximação entre estes dois movimentos deveu-se, em parte, às afinidades culturais entre os povos Ovambo – habitam o norte da Namíbia e sul de Angola, principal área de recrutamento de combatentes da SWAPO – e o povo Ovimbundo maioritariamente partidários da UNITA – no centro de Angola”⁴⁴⁴.

Apesar de serem rejeitados por vários políticos e nacionalistas da SWAPO, os laços culturais e económicos que caracterizam o povo Ovambo e Ovimbundo também podem ter sido outro fator que facilitou a aproximação entre a UNITA e a SWAPO: a tradição oral argumenta que os ovambos e os ovimbundos estavam intimamente relacionados. Os ovimbundos eram conhecidos pelos ovambos por *Ovambuela*, como um povo que se dedicava, principalmente, ao comércio – intermediários entre os portugueses e os velhos reinos ovambos – com quem trocavam tabaco, licor, armas de fogo e até escravos. A etnicidade foi um dos fatores que consolidou a relação cordial entre a SWAPO e a UNITA⁴⁴⁵.

⁴⁴² Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁴⁴³ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

⁴⁴⁴ Miguel N'Zau Puna (entrevista, em 1996) em Sellstöm, Tor (2000), *Sweden and National Liberation in Southern Africa, vol. II: solidarity and assistance 1970-1994* [online], Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, p. 248.

⁴⁴⁵ Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, pp. 1278-1279.

Ainda nesta senda, alguns autores como Edmundo Rocha (2009), Vilho Amukwaya Shigwedha (2014), Douglas Wheeler e Réne Pélissier (2013) e Tony Hodges (2002) relacionam o surgimento dos movimentos de libertação de Angola e da África subsariana, em geral, aos grupos étnicos, como já referimos no primeiro capítulo. Dentro desta perspectiva, o Secretário-Geral da UNITA, Miguel N'Zau Puna, entrevistado por Vilho Amukwaya Shigwedha (2014), teria afirmado que,

A afinidade étnica, mais do que a ideologia política, foi um dos aspectos cruciais que alimentaram a relação amigável entre a UNITA e a SWAPO. Uma vez que partilhavam recursos logísticos, a SWAPO e a UNITA também foram encorajadas a estabelecer um espaço comum e um estilo de vida partilhado. Os membros da SWAPO e da UNITA foram encorajados a elogiar e abraçar os valores políticos e culturais uns dos outros. Estes incluíram canções revolucionárias de louvor⁴⁴⁶.

A UNITA contava, essencialmente, com o apoio do povo Ovimbundo do centro do país. Apesar de ser o maior grupo étnico de Angola, os ovimbundos não tinham sido significativamente influenciados nem pelo MPLA, nem pela FNLA⁴⁴⁷. Neste contexto, a UNITA conseguiu mobilizar, com maior intensidade, os grupos etnolinguísticos do centro de Angola⁴⁴⁸. A UNITA também tinha conquistado a simpatia dos refugiados angolanos que se encontravam nos campos de refugiados, na Zâmbia, e dos povos do leste e do sul de Angola, chegando a transformar as regiões do leste, centro-sul de Angola e o campo de refugiado da Zâmbia numa zona de recrutamento de guerrilheiros para as suas fileiras. Assim, isso transformou-se numa zona de influência, o que seria vantajoso para a SWAPO, pelo facto de carecer de combatentes e de uma zona-tampão⁴⁴⁹.

Analisando este conjunto de fatores, podemos dizer que não podemos apontar um fator mais importante que outros, pois um fator insulado não seria suficiente para desenvolver e atingir os objetivos da luta da causa de cada movimento de libertação nacional (SWAPO e a UNITA).

A SWAPO tinha limitações, em termos de combates, pois a sua zona de influência e recrutamento – a Ovambolândia – foi muito vigiada pelas forças sul-africanas. Além disso, a Ovambolândia e outras regiões de influência da SWAPO encontravam-se distantes das suas primeiras bases ou campo de treino de Kongwa, de Dar-es-Salam, da Zâmbia e do sul de Angola. Há também evidências de que a presença da UNITA e do MPLA ao longo da fronteira nordeste da Namíbia levou alguns cidadãos do Sudoeste Africano à decisão

⁴⁴⁶ Ibidem, pp. 1278-1279.

⁴⁴⁷ Hodges, Tony (2002), *Angola- Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, p. 25.

⁴⁴⁸ Pinto, Tatiana Pereira Leite (2012), *Etnicidade e racismo em Angola: da luta de libertação ao pleito eleitoral de 1992*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, (online). Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1572.pdf>, consultado a 1 de março de 2017, pp. 26-27.

⁴⁴⁹ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industria, p. 249.

consciente de se unirem a estas duas organizações. Mas alguns deles juntaram-se a estes movimentos, devido a dificuldades em localizar a presença, relativamente móvel, da SWAPO dentro do território angolano⁴⁵⁰.

Pode-se argumentar também que a popularidade da SWAPO, entre os indivíduos do grupo étnico ovambo, que habitam os dois lados da fronteira Angola-Sudoeste Africano foi mais elevada do que o número de ovambos de todos os movimentos de libertação angolanos. No entanto, devido a essas confusões e desorientações, era comum algumas pessoas que saíam do Sudoeste Africano com o objetivo de aderir à SWAPO acabarem por aderir à UNITA ou ao MPLA. Mas, a consciência político-patriótica levava alguns indivíduos que inicialmente se juntaram aos movimentos de libertação angolanos a desertarem para integrarem a SWAPO. Tanto a UNITA quanto o MPLA estavam interessados em recrutar homens de etnia Ovambo para as suas fileiras. Portanto, a etnicidade foi fundamental para a identificação política dos movimentos de libertação da África Subariana⁴⁵¹.

4.3. Dinâmica das Relações UNITA – SWAPO

A história das relações entre a UNITA e a SWAPO pode ser dividida em sete períodos distintos: primeiro período, entre 1965 e 1966; segundo período, de 1966 a 1969; terceiro período, entre 1969 e 1970; quarto período, entre 1970 e 1976; o quinto período, entre 1976 e 1990; o período sexto período, 1990 e 2002; e o sétimo período, período pós-2002.

Primeiro Período, entre 1965 e 1966

O primeiro período, entre 1965 e 1966, é caracterizado pelos primeiros contactos, entre os futuros líderes, idealizadores e cofundadores da UNITA – Jonas Malheiro Savimbi, Tony da Costa Fernandes, Miguel N'Zau Puna e José Samuel Chiwale – e os líderes da SWAPO – Samuel Shafiishuna Nujoma “Sam Nujoma” e Peter Eneas Nanyemba (também conhecido por Pita Nahemba ou por Ndilimani Lyomukunda Wamupolo) e pelo contributo da SWAPO na formação da UNITA – cooperação discreta entre a UNITA e a SWAPO. Nesta senda, Samuel Chiwale (2008), afirma

A nossa cooperação com a SWAPO data, mais concretamente, dos anos de 1965 e 1966: foi nestes anos que a UNITA lançou a primeira pedra para a sua edificação e se constituir em partido político. Isto explica-se por que, historicamente, é impossível dissociar a luta da SWAPO da luta da UNITA. E, não seria possível a

⁴⁵⁰ Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, p. 1277.

⁴⁵¹ Ibidem, pp. 1270-1281.

SWAPO levar avante os seus propósitos sem o nosso apoio. A SWAPO ombreou com a UNITA desde o primeiro momento: nasceram do mesmo parto. De facto, não havia outra solução porque era tacticamente impondível qualquer movimento de libertação lutar no Sudoeste Africano sem ter Angola como *background*. Havia, por isso, um comando unificado no Cuando Cubango onde se discutiam as questões estratégicas, táticas, operacionais, cujo tónico dominante era a penetração no Sudoeste Africano⁴⁵².

A história da UNITA foi seguida pela SWAPO desde a sua génese na qual desempenhou um papel importantíssimo. A ajuda da SWAPO na Tanzânia e na Zâmbia, foi indispensável na obtenção de homens e mantimentos da UNITA para Angola, para obter uma autorização para entrar na Zâmbia e estabelecer as suas bases com o objetivo de iniciarem os seus ataques de guerrilha contra as forças colonias⁴⁵³. Samuel Chiwale (2008) descreve

[...] reunida toda a papelada, o Dr. Savimbi partiu a Suíça, não sem antes nos ter recomendado – éramos oito elementos – que aguardássemos pela luz verde para viajarmos para Cuba. Num desses dias, Peter Nanhemba, representante da SWAPO na Tanzânia, veio ter connosco e disse-nos que partiríamos naquele mesmo dia. Preparámo-nos rapidamente. [...] Dirigimo-nos para o aeroporto. Verificamos, com a surpresa estampada no rosto, que o destino não era Cuba, mas sim China. Era uma lição que o Dr. Savimbi nos queira transmitir: na revolução há coisas de devem ser feitas em silêncio [...], chegamos à China. Faziam parte do primeiro grupo: Samuel Chiwale, Jeremias Kussia, Nicolau Biago Tchiuka, Isaias Mussumba, David Jontão Chingunji (Sumuimbila), Mateus Bandua, Paulino Moises, Tiago Sachilomb. [...] Chegamos à China num momento crucial da sua história. Estávamos em 1965, ou seja, vinte anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial⁴⁵⁴.

Verifica-se uma discrepância em relação à lista apresentada por Miguel N'Puna relativamente aos elementos do primeiro grupo que foi para a China, onde constam: Jonas Malheiro Savimbi, José Samuel Chiwale, Jeremias Kussia, José Samwimbila, José Kalandungo, José Samuel Chivela, Mateus Bunda, Jacob Hossi, Chiuka Biango, Moisés Massumba, Paulino Moisés e Manuel Sachilombo. Em 1966, Tony Fernandes e, depois, em 1967, Miguel N'Zau Puna foram enviados para treinos na China⁴⁵⁵.

«Onze Chineses» viajaram de Pequim para Dar-es-Salam em princípio de julho de 1965. Após a formação dos seus primeiros quadros, “os Onze Chineses”, da UNITA precisavam de se instalar no interior de Angola, organizar a sua rede de abastecimento,

⁴⁵² Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 131.

⁴⁵³ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial Gráfica, Lda, pp. 73-89.

⁴⁵⁴ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 63-64.

⁴⁵⁵ Puna, Miguel M. N'Zau (2011), *Mal me Querem*, Porto, Papiro Editora, p. 43.

fazer surgir a UNITA oficialmente, mobilizar a população, conquistar espaço geográfico e dar início às ações armadas para libertação de Angola. De facto, tais objetivos tornavam-se difíceis pelo facto de não haver uma zona libertada que os pudesse ajudar, servindo de zona-tampão, pois o governo de Kaunda (Zâmbia) e o governo de Julius Nyerere (Tanzânia) já tinham estabelecido laços com o MPLA. O segundo problema era, com certeza, os outros dois movimentos angolanos (FNLA e o MPLA), que tentavam infiltrar-se no seu espaço planificado, no leste de Angola. E o terceiro era a falta de apoio logístico para desenvolver a guerra. Foi neste quadro que entrou, mais uma vez, a SWAPO de Sam Nujoma no esquema estratégico para a entrada clandestina da UNITA em Angola, a partir da Tanzânia⁴⁵⁶.

Segundo Fre Bridgland (1988), Savimbi começou a traçar planos para fazer os «Onze Chineses» entrarem em Angola por meios clandestinos. Sam Nujoma, presidente da SWAPO, e o seu secretário da defesa, Peter Nanyemba, oferecerem-lhe apoio. Apesar de a Zâmbia apoiar oficialmente o MPLA, Savimbi tornou-se amigo do vice-presidente, Simon Kapepwe, e de três outros ministros do governo zambiano, disposto a ajudar a UNITA. O presidente Kaunda tinha conhecimento da presença da UNITA em Lusaca⁴⁵⁷. Neste contexto, Samuel Chiwale (2008) refere que “para nós era crucial mantermos em grande segredo a ideia de virmos a criar uma nova organização política em Angola. O que não foi difícil uma vez que, seguindo o combinado em Nanquim, nos identificávamos com a SWAPO”⁴⁵⁸.

Com a colaboração de alguns dos seus parceiros, militantes da SWAPO e funcionários do governo tanzaniano, Savimbi e os «Onze Chineses» foram conduzidos para um campo de guerrilha, cedido à SWAPO, situado perto de Dar-es-Salam [...], onde tinham ficado retidos durante os meses de julho a setembro, o que tinha os seus riscos. Nas proximidades do acampamento da SWAPO situavam-se outros campos de treino e trânsito de guerrilha de outros movimentos: o ANC, a FRELIMO e o MPLA, membro da “Aliança de Cartum”⁴⁵⁹. Segundo Chiwale (em Jorge Valentim, 2005), no campo de Kongwa, na Tanzânia, estiveram o MPLA, a FRELIMO ANC, PAC, ZANU, ZAPU. A UNITA também esteve no campo de Kongwa, mas com a cobertura da SWAPO⁴⁶⁰. Samuel Chiwale (2008) afirma,

Na base de Kongwa, vimos, logo no dia, que as lutas de libertação nacional, em África, estavam no auge. O vaivém dos lutadores pela liberdade era impressionante: moçambicanos, sul-africanos, guineenses, namibianos, sudaneses do

⁴⁵⁶ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 77.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 77.

⁴⁵⁸ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 80.

⁴⁵⁹ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 77.

⁴⁶⁰ Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N'Zila, p. 183

sul, zimbabueanos e outros. Se, em Nanquim, andávamos distantes uns dos outros, ali a situação era diferente. Foi assim que conheci algumas figuras de proa da FRELIMO como Eduardo Mondlane, Uria Timóteo Simanga, Marcelino dos Santos e Joaquim Chissamo. O círculo de relações não ficou por ali, também estendeu aos mais altos dirigentes da SWAPO. Jogava a meu favor o facto de falar cuanhama e ser de intérprete aos elementos da FRELIMO – pois nem todos dominavam o inglês – ao entabularem conversações com militares da SWAPO: cultivei amizade com Samora Machel, Guebuza, Chipande e outros. O mesmo se passou com a cúpula da ZANU, ZAPU e ANC. [...] no Kongwa reforcei a ideia que já tinha de que as pessoas se fazem mais próximas e solícitas quando os seus objectivos convergem. É que, foi muito fácil estabelecer amizades sinceras e que ainda perduram⁴⁶¹

À medida que a UNITA se foi implementando, o MPLA, ao se valer do estatuto de legítimo representante do povo angolano junto do Comité de Libertação da OUA, tudo fazia para impedir o surgimento de qualquer outro movimento angolano. Neste contexto, tentava a todo o custo asfixiar a UNITA, por meios diplomáticos e militares. Nos finais de agosto de 1965, o MPLA tinha suspeitado que havia homens fiéis a Savimbi no acampamento da SWAPO, e queixou-se ao Comité de Libertação da OUA, que, a partir de março de 1964, tinha alargado o reconhecimento oficial ao MPLA, ao nível da FNLA /GRAE. O Comité de Libertação ordenou à SWAPO que entregasse ao MPLA os angolanos que estavam no seu acampamento. “Os homens da UNITA sabiam que isso significava uma morte certa e tinham as suas razões”. Sam Nujoma argumentou, junto do Comité de Libertação, que os «angolanos suspeitos» eram membros genuínos da SWAPO e que havia uma confusão de tribos junto à fronteira entre a Namíbia e Angola. Era inevitável que alguns membros da SWAPO falassem português, porque tinham nascido, ou sido criados, no sul de Angola. O Comité de Libertação aceitou o argumento de Sam Nujoma, mas tinha chegado a altura de uma manobra de emergência para Angola⁴⁶².

Nem a pressão do MPLA, nem a dos soviéticos e nem a do ANC conseguiram evitar a persistente cooperação entre a SWAPO e a UNITA, cuja afinidade se foi solidificando paulatinamente⁴⁶³. No entanto, tinha chegado a altura de uma manobra de emergência em Dar-es-Salam: fazer chegar à Zâmbia os primeiros quadros guerrilheiros da UNITA⁴⁶⁴, pois essa era a primeira dificuldade. Para tal, dividiram-se em grupos de três e quatro elementos a fim de obviarem os riscos⁴⁶⁵.

A UNITA atravessou a Zâmbia (cerca de 1500 quilómetros) e chegou ao leste de Angola, utilizando a rede clandestina dos exilados. Em princípios de setembro, Jeremias

⁴⁶¹ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 79.

⁴⁶² Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 78.

⁴⁶³ A. Marcum, John (1979), *Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Volume II, London, The Massachusetts Institute of Technology, pp. 224-225.

⁴⁶⁴ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 78.

⁴⁶⁵ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 80.

Kussiya, Nicolau Chiyuka, Isaiás Massumba e Mateus Banda atravessaram a fronteira, vindos da Tanzânia. Kussiya em breve foi capturado pela polícia zambiana e condenado a nove meses de trabalho forçado numa pedreira, mas os outros chegaram até junto de Savimbi, em Lusaca, que, sem perder tempo, os enviou para Angola⁴⁶⁶. Por interferência de Nasser, Kussyia foi posto em liberdade e apelou a Kaunda a necessidade de união entre os revolucionários angolanos, pelo que solicitou a este que estendesse o seu apoio à UNITA, pois foi uma vitória para a UNITA já que podiam movimentar-se à vontade naquele país⁴⁶⁷.

A 1 de outubro de 1966, a Zâmbia levantou as suas restrições à atuação dos guerrilheiros dos movimentos de libertação africanos. No dia 2 de outubro, os comandantes da SWAPO começaram a chegar à Zâmbia, vindos de Dar-es-Salam. E outros sete homens da UNITA apareceram mais tarde, com os oficiais e praças do PLAN-SWAPO. Também foram logo enviados para Angola, por ordem de Savimbi. Depois, a 26 de outubro, o próprio Savimbi atravessou a fronteira, pisando, pela primeira vez, a sua terra, Angola, após a sua ida a Portugal há mais de oito anos atrás. Para enfrentar cerca de 50 000 soldados portugueses em Angola, até então, Savimbi e os seus «Onze Chineses» somente possuíam facas de mato (*pangas*) e uma pistola soviética Tokarev, um presente pessoal de Sam Nujoma a Jonas Savimbi⁴⁶⁸. José Chiwale (2018) afirma que, “se não houvesse amizade entre SWAPO e a UNITA, a UNITA numa existiria. Foi graças a esta amizade entre a UNITA e a SWAPO que fez com que a UNITA aparecesse como um movimento de libertação”⁴⁶⁹.

Deste modo, a UNITA antecipou-se ao MPLA e à FNLA na abertura da Frente Leste, onde de imediato, em 1966, começou a politizar as populações, não se intimidando com a entrada do MPLA nas suas zonas de influência, e em seguida realizou ataque militar a Vila Teixeira de Sousa. Antes, em 1962, o MPLA tinha as suas bases na fronteira de Cabinda (Frente Norte). Todavia, com independência da Zâmbia, sob regime comunista, o MPLA depois de fazer uma revisão estratégia, em 1965, deixou na frente de Cabinda uma reduzida força para manter a chama da guerrilha e procedeu a uma transposição muito ampla do grosso das suas forças para a Zâmbia, onde abriu a sua chamada Frente Leste e onde montou as suas bases na fronteira de Angola, ameaçando diretamente os distritos angolanos da Lunda, Moxico, Cuando Cubango e Cabinda. Muitos desses distritos já se encontravam na zona de influência da UNITA⁴⁷⁰.

⁴⁶⁶ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 78.

⁴⁶⁷ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 82.

⁴⁶⁸ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 79.

⁴⁶⁹ José Chiwale (2018) em travista ao programa “Hora das Perguntas” da Rádio Despertar – Angola (online), na ocasião das comemorações 52º aniversário da fundação da UNITA, 14 de março de 2018.

⁴⁷⁰ Nunes, António Lopes Pires (2009), A Guerra no Leste De Angola (1966-74): Vitória militar das Forças Armadas Portuguesas sobre a guerrilha, em Angola, em *Revista de História das Ideias – Instituto de História e Teorias das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, “A Guerra”, vol. 30 (2009), pp. 453-471,

Segundo período, entre 1966 e 1969

Este período é caracterizado pela realização do I Congresso da UNITA, pela cooperação aberta entre a UNITA e a SWAPO, pelas primeiras ações militares conjuntas UNITA – SWAPO contra alvos portugueses nas “zonas de influência” da UNITA.

A intenção de a UNITA instalar-se no sul de Angola era vista pela SWAPO como uma oportunidade para alinhar os seus planos estratégicos aos da UNITA⁴⁷¹. Ao penetrarem no interior de Angola, Savimbi e os seus guerrilheiros dispersaram-se em cinco direções diferentes, no Leste e no sudoeste de Angola, penetrando na organização preparada por Smart Chata. Savimbi dirigiu-se para uma zona perto de Cassamba, a cerca de 200 quilómetros da fronteira da Zâmbia. Em Angola instalaram-se nas seguintes zonas: Alto Chicapa, Luau, Callunda, Lucusso, Gago Coutinho, Ninda Malanje e sul do Cuando Cubango, sendo a primeira organização política a se instalar no Leste e a Sul de Angola. Na altura, o comité diretivo – com funções executivas – era constituído por Jonas Savimbi (Presidente do movimento), Smart Chata (Vice-presidente), Moises Kambuita Mulita (segundo Vice-presidente) e Salomão Jolomba (terceiro Vice-presidente)⁴⁷².

Em Angola começaram, primeiramente, pela sensibilização da população, sem falar sobre a luta armada porque não tinham quaisquer armas para desenvolver a luta. Em seguida, foi a realização do I Congresso Constituinte, sem ainda uma declaração de guerra formal contra as forças portuguesas. O Congresso realizou-se em Muangai – uma zona estratégica, com mata fechada e habitar por um povo de confiança (os Luchazes) – entre 11 e 13 de maio de 1966, sendo o dia 13 de maio desse ano a data oficial da fundação da UNITA. Nesse congresso estabeleceu-se um conjunto de pressupostos denominado «Projeto dos Conjurados do Movimento do 13 de março» ou simplesmente “Projeto de Muangai” e a organização de toda a estrutura da UNITA⁴⁷³ que se tornou o farol da sua luta, além disso criaram-se seis Regiões Militares e elegeu-se Jonas Savimbi para o posto de presidente⁴⁷⁴. Desde então a UNITA passou a desenvolver a sua luta em colaboração ativa e aberta com a SWAPO.

(online). Disponível em file:///C:/Users/KUBO/Downloads/A_guerra_no_leste_de_Angola%20(1).pdf, consultado a 2 de julho de 2017, p. 456.

⁴⁷¹ Entrevista a Evaristo Ndemupateke David, em Ondjiva, 08-09-2016.

⁴⁷² Para mais informação sobre o I Congresso da UNITA ver em Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 95-100

⁴⁷³ Estatuto da UNITA, aprovado pelo XI congresso, 16 de Dezembro de 2011, em Luanda (online). Disponível em

http://www.unitaangola.org/PT/Tableestatutos1.awp?WD_ACTION=CLICTABLE;TABLEDISCUR&TABLEDISCUR=1, consultado a 30 de janeiro de 2017.

⁴⁷⁴ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 92-100. Ver também em: Estatuto da UNITA, aprovado pelo XI congresso, 16 de Dezembro de 2011, em Luanda (online). Disponível em http://www.unitaangola.org/PT/Tableestatutos1.awp?WD_ACTION=CLICTABLE;TABLEDISCUR&TABLEDISCUR=1, consultado a 30 de janeiro de 2017.

De acordo com Samuel Chiwale (2008), a UNITA fixou-se no leste de Angola por sugestão dos «velhos da Zâmbia» e devido ao pensamento revolucionário maoista subjacente ao projeto político-militar da UNITA, segundo o qual a revolução deveria partir do campo para a cidade e não o contrário. Outra razão tinha a ver com o facto de a população angolana ser, maioritariamente, camponesa. Além disso, terão granjeado amizade com os povos zambiano (os barosinandis, os nhangas, os vembas e luvane), com o qual mantinham ligações desde o princípio da luta. Este facto permitiu à UNITA movimentar-se à vontade na fronteira Angola - Zâmbia e mesmo no interior desse país⁴⁷⁵.

Tal como já foi referido, Savimbi demonstra no seu discurso proferido no I Congresso as dificuldades que a UNITA tinha em pleno ano de 1966, ou seja, no primeiro ano da sua formação. A UNITA debatia-se com a falta e a necessidade urgente de material logístico e militar para que pudesse desenvolver a sua luta ou os seus propósitos, contidos no «projeto de Muangai». O «projeto de Muangai» julgava agrupar outros povos tais como Ovimbundo, Chokwe, Lunda, Ganguela, Nyaneka-Humbe, Herero e Bosquímano, que julga serem excluídos por outros movimentos. Sob o ponto de vista étnico, o MPLA era essencialmente Quimbundo e a GRAE-FNLA fundamentalmente Bakongo⁴⁷⁶. A população angolana dos territórios que atualmente constituem as províncias de Moxico, Lunda, Cuando Cubango, Malange e Bié foi fiel à UNITA⁴⁷⁷.

De acordo com Andreas Shipanga⁴⁷⁸ e Sue Armstrong (1989), os dois primeiros Congressos Nacionais da SWAPO tiveram lugar na Namíbia, em 1961 e 1964. Depois do início da luta armada, estes só se podiam realizar fora do país. O III Congresso foi em Tanga (Tanzânia), entre 21 de dezembro de 1969 e 3 de janeiro de 1970. Uma das resoluções determinava que o IV Congresso seria realizado em dezembro de 1974. Devido à nova conjuntura político-militar e social que se vivia em África e em que a SWAPO se encontrava, na sequência da queda do Império Português em África, após o 25 de Abril de 1975, segundo Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989), alguns militares passaram a exigir a realização de um Congresso, que Nujoma e Nayema recusavam sempre, dizendo que não havia necessidade para tal⁴⁷⁹.

⁴⁷⁵ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 93.

⁴⁷⁶ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 75.

⁴⁷⁷ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra, F: Geral> SC: Revistas e Jornais> TS: O Salto> SSC1: Edições 1970 a 1974, Nº 2 - Ano I - Janeiro de 1971, (online). Disponível em <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/loadArchive>, imagem 7, consultado a 24 de fevereiro de 2017.

⁴⁷⁸ Andreas Shipanga foi membro cofundador da SWAPO, em Cape Town. Foi quadro político e diplomata da SWAPO. Foi vítima do próprio movimento, isto é, preso pelo próprio movimento, por contestar e denunciar a alegada corrupção e o apoio da SWAPO à UNITA. Shipanga só foi liberto em 1978. Ver em Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, tradução de Maria Luísa R. Corrêa.

⁴⁷⁹ Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, p. 129.

O estatuto do I Congresso da UNITA espelhava a necessidade de cooperação com outros movimentos de libertação nacional de África, no quadro da sua política externa, ao afirmar que a UNITA deve “[...] ter amigos e aliados primando sempre pelos interesses dos angolanos”⁴⁸⁰. Este facto sustentava a cooperação da UNITA com a SWAPO, do ponto de vista jurídico, que começou a surtir os seus efeitos na execução das operações, no mesmo ano (em 1966). Continuando nesta senda Samuel Chiwale (2008) argumenta,

O ano de 1966 foi fértil em eventos. Para além de iniciarmos a guerra de libertação nacional contra o colonialismo português, foi o ano em que as nossas relações com a SWAPO, já sedimentadas aquando da minha passagem pela Ovambulândia, Dar-es-Salam, Kongwa e Cairo, começaram a surtir os seus efeitos. Note-se que a SWAPO já estava em Angola e preparava-se para penetrar no Sudoeste Africano. Tínhamos firmado uma aliança no terreno, um espírito de entreatajuda que foi relevante naquele momento. Combates generalizaram-se: em princípio de Novembro, com a cooperação da SWAPO, ataquei Luyana e o Posto Administrativo do Sessa, a oeste de Lumbala N’gimbo. Também armava emboscadas, quando as condições se propiciavam para tal, e a de mais destaque foi a de Ninda. Também em Novembro nos chegava a notícia do ataque levado a cabo por Kolunga, no Rivungo⁴⁸¹.

Segundo Samuel Chiwale (2008), a luta armada da UNITA teve o seu início no dia 18 de setembro de 1966: o primeiro ataque foi realizado por Samuimbila (coordenador Político-Militar da região 4), em Kaungula. No segundo dia Samuel Chiwale fez o mesmo ao atacar Mussuma (Mitete, próximo de Gago Coutinho, atual Lumbala N’gimbo). Esses ataques foram realizados com o objetivo de atrair a atenção da opinião pública nacional e internacional sobre a existência da UNITA⁴⁸². No dia 4 de dezembro de 1966, o destacamento comandado por Savimbi atacou Cassamba. Seguiu-se o ataque a Vila Teixeira de Sousa, a 25 de dezembro de 1966⁴⁸³.

Apesar de a UNITA estiver mal armado e de ter perdido cerca de trezentos homens (números controverso entre ambos os lados), este primeiro e principal ataque realizado pela UNITA em território angolano realizado no Natal de 1966, teve um grande impacto interno e externo. Não só pelo elevado número de vítima (apesar de ser controverso, fala-se em mais de 300 mortos). Do ponto de vista interno levou as forças coloniais portuguesas a terem algumas dificuldades na construção de mais bases militares ao longo da fronteira de Angola com Congo e a Zâmbia, principalmente em paralelo com Teixeira de Sousa, além de obrigar-las a emprenderem mais esforços militares no frente leste de Angola. Também

⁴⁸⁰ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 96.

⁴⁸¹ Ibidem, p. 108.

⁴⁸² Ibidem, p. 105.

⁴⁸³ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, pp. 79-82.

elevou o nível de motivação do povo angolano em abraçar a luta armada, mostrando à Angola e a comunidade internacional a existência de mais um ator na luta pela independência de Angola⁴⁸⁴.

Devido ao seu impacto internacional a autoria deste ataque foi cobiçado e reivindicado por outros dois movimentos de libertação nacional: a UPA, mais tarde o pelo MPLA. Apos teriam declarado responsável pelo ataque – o que seria acolhido, até pelas autoridades e imprensa em Luanda – mas que veio a ser, mais tarde desmentido por informações de Lusaca que confirmaram a autoria do até então desconhecido, na capital, o movimento UNITA). Iguamente, depois de anunciado em numerosos "comunicados de guerra" de então, pela imprensa Latina, o ataque foi descrito pelo presidente português Américo de Deus Tomaz, na sua mensagem de ano novo, como segue: "Temos hoje em dia duas datas memoráveis na Nação. Uma é o 15 marco de 1961, que já aprendemos a esquecer e a outra o 25 de Dezembro de 1966 que estamos agora experimentando ". A envergadura e o impacto do ataque foram tão grandes que pela primeira vez, o Governador-geral de Angola, Rebocho Vaz, foi pessoalmente ao local do ataque para acalmar os apavorados colonialistas. Por este conjunto de fatores, a partir dos acontecimentos de Teixeira de Sousa aos dias subsequentes, a UNITA enfrentou enormes dificuldades impostas pelas forças portuguesas que admitiam a sua existência⁴⁸⁵.

Foi neste período em que também os guerrilheiros da PALN realizaram seu primeiro ataque armado às SADF, a 26 de agosto de 1966, em Omugulugwombashe, usando os territórios do corredor Moxico-Cuando Cubango, no quadro da cooperação com a UNITA facto marca o início da luta armada pela independência do Sudoeste Africano⁴⁸⁶.

Estas ações constituem as primeiras operações militares conjuntas realizadas pelos dois movimentos. Na década de 60 e, principalmente depois de 1973, o CFB mostrou-se lucrativo e de grande importância estratégica para a economia de Angola e da Zâmbia, especialmente quando a Rodésia (atual Zimbabué) fechou a sua fronteira com a Zâmbia⁴⁸⁷. Uma das estratégias da UNITA, para além das operações militares, era a destruição da economia do regime colonial, pois, não houve outra forma de o fazer senão recorrer à técnica de sabotagens regulares à linha férrea do CFB, no troço que ia do Cuemba a

⁴⁸⁴ UNITA-Espanha - Blog, (2015), "25 de Dezembro, um marco na historia da luta da UNITA", de 25 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://unitaespanha.blogspot.com/2015/12/25-de-dezembro-um-marco-na-historia-da.html>, consultado a 8.2.2019.

⁴⁸⁵ UNITA-Espanha - Blog, (2015), "25 de Dezembro, um marco na historia da luta da UNITA", de 25 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://unitaespanha.blogspot.com/2015/12/25-de-dezembro-um-marco-na-historia-da.html>, consultado a 8.2.2019.

⁴⁸⁶ Dreyer, Ronald (1988), *The Search for Independence and Regional Security (1966-1988)*, *Programme for Strategic and International Security Studies – PSI Occasional Papers Number 3/1988*, Geneva, p. 3.

⁴⁸⁷ Duarte, Ana, Regina Santos e Elling N. Tjønneland (2014), "O Corredor do Lobito em Angola: Da reconstrução ao desenvolvimento", *Angola BRIEF*, Abril: 2014, Volume 4 º, (online). Disponível em <https://www.cmi.no/publications/file/5131-o-corredor-do-lobito-em-angola.pdf>, consultado a 24 de fevereiro de 2014, p. 2.

Teixeira de Sousa⁴⁸⁸. A linha férrea foi seriamente danificada pela primeira vez na véspera de Natal em 1966, quando a UNITA empreendeu a sua primeira grande ofensiva. Após diversos ataques e interrupções de tráfego, o caminho-de-ferro⁴⁸⁹ foi parcialmente encerrado em agosto de 1975⁴⁹⁰.

Depois das primeiras incursões militares, em dezembro de 1967, Jonas Savimbi ao deslocar-se para Egipto e depois para China, em busca de apoio diplomático, armas e medicamentos – tendo recebido um lote razoável de material bélico –, passando antes pela Zâmbia, onde se comprometeu a parar com a sabotagem do CFB, bem como a deixar de recrutar refugiados exilados – deixando os refugiados para o UNIP (*United Independent Party*), para lutar contra o Congresso Nacional Africano da Zâmbia (ANC - Zâmbia), partido da oposição zambiana –, em troca de um salvo-conduto. A situação alterou-se por completo quando, na sua ausência, os guerrilheiros da UNITA tinham dinamitado por duas vezes a linha do CFB, fazendo descarrilar os comboios. Com isso fechou-se a linha ao transporte do cobre da Zâmbia por várias semanas. O Diretor do CFB, Augusto Bandeira, fora até Lusaca para afirmar aos zambianos que, se tencionavam proteger a UNITA, os portugueses teriam de proibir o trânsito zambiano. A Zâmbia, sem porto de mar, teve que aceitar a proposta de Portugal⁴⁹¹.

Nessa altura, o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, tinha uma política muito dúbia em relação a Angola, porque a Zâmbia era um território encravado no interior do continente africano e beneficiava do CFB angolano. Obviamente, a Zâmbia não via com bons olhos o apoio aos movimentos de libertação de Angola porque, nesse período, era sustentável que o regime português cortasse o acesso ao escoamento do seu principal produto de exportação, o cobre, e de outras matérias-primas e a entrada de bens industriais e maquinaria que vinha da Europa⁴⁹². No entanto, segundo Samuel Chiwale (2008), o ataque ao CFB, que exportava diversas mercadorias como o tabaco, o cobre e outras, que

⁴⁸⁸ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 108.

⁴⁸⁹ Naquela altura, embora grande parte da linha estivesse sob o controlo do MPLA, outra parte estava ocupada pelas forças da UNITA. Mercenários de Katanga, no Zaire (atual RDC) tomaram o controlo de outras partes. A quase paralisação do caminho-de-ferro naquele período representou um desastre não só para a própria empresa ferroviária e para Angola, mas também para a Zâmbia e para o Zaire, que tiveram de encontrar canais alternativos de transporte, por meio de rotas mais caras, para os portos da África Oriental e Austral. Ver em Duarte, Ana, Regina Santos e Elling N. Tjønneland (2014), "O Corredor do Lobito em Angola: Da reconstrução ao desenvolvimento", *Angola BRIEF*, Abril: 2014, Volume 4 º, (online). Disponível em <https://www.cmi.no/publications/file/5131-o-corredor-do-lobito-em-angola.pdf>, consultado a 24 de fevereiro de 2014, p. 2.

⁴⁹⁰ Duarte, Ana, Regina Santos e Elling N. Tjønneland (2014), "O Corredor do Lobito em Angola: Da reconstrução ao desenvolvimento", *Angola BRIEF*, Abril: 2014, Volume 4 º, (online). Disponível em <https://www.cmi.no/publications/file/5131-o-corredor-do-lobito-em-angola.pdf>, consultado a 24 de fevereiro de 2014, p. 2.

⁴⁹¹ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, pp. 82-85.

⁴⁹² Entrevista a Fernando Manuel, Professor Universitário, em "África Magazine" no programa radiofónico da RNA, apresentado por Amílcar Xavier, a 24 de setembro de 2016, em Luanda. Tema:- Pensamento de Agostinho Neto no âmbito das relações internacionais.

eram a espinha dorsal do imperialismo no continente africano, colocou Savimbi na mira dos serviços secretos do Ocidente, convertendo-se em *persona non grata*, para as potências mundiais. A CIA, dos EUA; o KGB, da URSS; a BOSS, da África do Sul; a PIDE, de Portugal, e outros serviços secretos da Rodésia do Sul e da Bélgica começaram a esboçar planos para tornarem Savimbi e o seu movimento inofensivo. Deste modo, a prisão de Savimbi não teria sido pela vontade de Kaunda, mas sim devido à pressão dessas potências⁴⁹³.

Ao regressar de Cairo, em julho de 1967, Savimbi é preso em Lusaca. Kenneth Kaunda estava decidido a entregar Savimbi às autoridades portuguesas. Mas os apelos de Nasser, de Nyerere e Oscar Kambana (primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia) foram atendidos e Kaunda enviou Savimbi para o Egito. Isolados do seu líder, os guerrilheiros da UNITA que se encontravam em Angola enfrentaram uma crise, tinham sido privados da sua via de comunicação com o mundo exterior, facto que levou à interrupção do fornecimento de armas, medicamentos e roupas através da Zâmbia⁴⁹⁴.

Depois de Savimbi ter sido libertado em Cairo, o presidente Nasser e os presidentes do Quênia, Jomo Kenyatta, do Egito e da Tanzânia encontraram um esboço de apoio aos movimentos de libertação nacional, incluindo a UNITA. Isto aconteceu fora do conhecimento de Kaunda, já que tinha sido este o responsável pela prisão do líder da UNITA. Neste quadro, os presidentes Nasser e Kenyatta precisavam de uma linha que permitisse fazer chegar o apoio militar à UNITA, através de terceiros. Logo, decidiram que seria por intermédio da SWAPO. Foi assim que convidaram Sam Nujoma para contactar o Dr. Savimbi com o objetivo de encontrarem modalidades para se concretizar o referido programa⁴⁹⁵. Em Dar-es-Salam, a alta estrutura da UNITA, Savimbi e N'Zau Puna, tiveram que contar mais uma vez com a colaboração dos seus velhos amigos, a SWAPO, para os acolher na Tanzânia⁴⁹⁶. Foi, de igual modo, sob influência da SWAPO que Savimbi e Puna atravessaram o território tanzaniano, camuflados como elementos da SWAPO, com o objetivo de entrar em Angola, depois de libertarem o líder da UNITA, em Cairo⁴⁹⁷. Miguel N'Zau Puna (2011) alude que,

[...] no dia 16 de Maio de 1968 fui para Dar-es-Salam com um plano detalhado, alinhavado anteriormente com Savimbi. Havia códigos para resguardar tudo. «Amigo Londres» era a indicação de que poderia seguir e tudo estava pronto. Se, ao contrário, viesse a senha «Amigo China» era a indicação de que tinha de

⁴⁹³ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 114.

⁴⁹⁴ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, pp. 82-85.

⁴⁹⁵ Entrevista a Evaristo Ndemupateke David, em Ondjiva, 08-09-2016.

⁴⁹⁶ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, pp. 86-90.

⁴⁹⁷ Entrevista a Paulino António Ndeutapo, em Ondjiva, 12 de setembro de 2016.

aguardar. A SWAPO ajudava a abrir canais para tudo [...]. Assim foi fácil. E às três horas da madrugada, lá estava na casa citada [em Dar-es-Salam] a encontrar-me com Peter Nayemba, da SWAPO [...]. Era importante que eu dissesse que eu vinha da Internacional [...]. No dia seguinte partiria [partimos] para a fronteira com a Zâmbia. Veio ter comigo Daniel Muliata, homem de negócios que vinha para preparar o caminho para a entrada em Angola [...]. O corta-mato era cerca de hora e meia a pé. Houve mesmo uma discussão entre Savimbi e Nayemba; este acompanhou-nos até a Zâmbia e entregou-nos a uma família zambiana. No final, entregaram-nos a um homem que nos deveria levar até ao Kitwe [...]. Atravessámos o rio e em vez de ir para o lado zairense, fomos directamente para o lado zambiano. Ali até falámos de futebol, para despistar e para fazer com que os guardas da fronteira não nos incomodassem muito. Íamos jogar futebol. Identificámo-nos como comandantes da SWAPO. Savimbi era o Gabriel Samuto e eu era John Otto. Ali, para todos os efeitos, eu era comandante e o Gabriel, o perdão, o Janas Savimbi, era enfermeiro. A fronteira não estava longe, mas nós não sabíamos [...]. Um deles, mais afoito, lá nos disse: «A fronteira já ficou para trás há quase trinta quilómetros». Estávamos a ir para Luanguinga. [...] Já estávamos em Angola⁴⁹⁸.

A 28 de julho de 1968, Savimbi e Puna pisaram, de novo, o solo angolano – um ano e quatro meses após a sua forçada partida⁴⁹⁹, permanecendo até ao golpe de Estado de abril de 1974, em Portugal⁵⁰⁰. Após a sua chegada a Angola, Savimbi decidiu, primeiramente, reunir-se com os membros do seu movimento. Tal reunião foi realizada no afluente do rio Cuanza, em 1968, tendo deste resultado o “Manifesto do Cuanza”⁵⁰¹. Em seguida decidiu reorganizar e revitalizar da UNITA, sobretudo as forças armadas. Realizou-se, para o efeito, em setembro de 1968, a I Conferência de Quadros, em Chatiuca, com o objetivo de restaurar as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA)⁵⁰².

Terceiro período, entre 1969 e 1970

O terceiro período, entre 1969 e 1970, é caracterizado pela realização do II Congresso da UNITA, por uma nova dinâmica de cooperação – a formação de um comando unificado UNITA-SWAPO –, cujo objetivo consistia em penetrar no Sudoeste Africano.

Entre 24 e 30 de agosto de 1969, foi realizado o II Congresso Ordinário da UNITA, em Sachimbanda - Luangué Bungo, na base central da UNITA, Região Militar 1, conhecida

⁴⁹⁸ Puna, Miguel M. N’Zau (2011), *Mal me Querem*, Porto, Papiro Editora, pp. 53-57.

⁴⁹⁹ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, pp. 86-90.

⁵⁰⁰ Marcum, John A. (1978), *Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, London, The Massachusetts Institute of Technology, Vol. 2, p. 193

⁵⁰¹ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 93.

⁵⁰² Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 123.

por “terra livre de Angola”, comandada por José Samuel Chiwale⁵⁰³. Neste Congresso a SWAPO foi a única delegação estrangeira que participou, por intermédio de uma comitiva liderada por Valentim Katumbo, Chefe da Informação Militar do PLAN e Comandante dos guerrilheiros da SWAPO que operavam naquelas áreas. Valentim Katumbo era também o homem de ligação entre a SWAPO e o corpo diretivo da UNITA. O senhor Peter Massahange e o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, passaram pela região, a bordo de um avião, quando iam para a Tanzânia⁵⁰⁴.

Neste Congresso, José Samuel Chiwale foi promovido ao posto de Comandante-Chefe do Exército da UNITA – que passou a designar-se como FALA –, Samuel Kafundanga Chingunji passou ao posto de Chefe do Estado-Maior e N’Zau Puna, simultaneamente, aos cargos de Secretário-Geral e de Comissário Político Geral das Forças de Guerrilha⁵⁰⁵. Para além de analisar a conjuntura política do momento, o II Congresso da UNITA também definiu as linhas da sua política interna e externa⁵⁰⁶. Foi neste contexto que ficou definida a estratégia da cooperação com a SWAPO, bem como os procedimentos a respeito da canalização das forças da SWAPO no Sudoeste Africano⁵⁰⁷. Este Congresso foi de extrema importância, no quadro da cooperação entre a UNITA e a SWAPO, pois representa o começo do auge dessa cooperação. Este evento representa o começo de uma nova etapa, o começo de uma nova dinâmica de cooperação, isto é, a formação de um comando unificado UNITA-SWAPO, cujo objetivo consistia em penetrar no Sudoeste Africano.

A nomeação de Chiwale para o cargo de Comandante-Chefe do Exército das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), braço armado da UNITA, teve um impacto importante, no contexto da cooperação UNITA-SWAPO, pois permitiu também consolidar a confiança e uma cooperação mais estreita⁵⁰⁸. Neste contexto, José Samuel Chiwale (em Jorge Valentim, 2005) afirma que “como é sabido que o homem que servia sempre de intermediário entre a UNITA e a SWAPO sou eu pela seguinte razão que quando

⁵⁰³ Puna, Miguel M. N’Zau (2011), *Mal me Querem*, Porto, Papiro Editora, p. 71.

⁵⁰⁴ Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N’Zila, pp. 183-287.

⁵⁰⁵ Fundação Mário Soares, Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade, Pasta: 04323.011.003, Título: UNITA - II Congress (Freeland of Angola - Central Base), August 24th-30th 1969, Assunto: Comunicado da UNITA sobre o seu II Congresso, realizado na base central, terra livre de Angola, de 24 a 30 de agosto de 1969, sob o lema "Unidade em torno de um programa revolucionário e não mais em torno de personalidades". Slogan do II Congresso: "Grande Unidade para Maiores Vitórias", Data: Sábado, 30 de agosto de 1969 (online). Disponível <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04323.011.003>, imagem 2, consultado a 9 de fevereiro de 2017.

⁵⁰⁶ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 124.

⁵⁰⁷ Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N’Zila, p. 183, p. 287.

⁵⁰⁸ Entrevista a Evaristo Ndemupateke David, em Ondjiva, 08-09-2016.

saí de Angola passei pela Namíbia e cresci na casa do Tivo ya Toivo e durante três anos (1961-1964). É com a SWAPO que eu fui a Tanzânia”⁵⁰⁹.

No Sudoeste Africano, Chiwale era militante da SWAPO e tinha sido nomeado para o cargo de Secretário da Organização Juvenil da SWAPO, lugar que ocupou durante dois anos, até 1965, quando deixou o Sudoeste Africano rumo à Tanzânia. Isto é, Chiwale⁵¹⁰ antes de integrar a UNITA, era quadro da SWAPO até 1965, na Tanzânia, quando foi convidado por Savimbi para cofundar a UNITA⁵¹¹. Neste Congresso também foi comunicado que a UNITA tinha feito progressos na sua luta: o controlo de algumas áreas dos distritos do México, Lunda, Cuando Cubango, Malange e Bié, a abertura de uma nova frente no distrito de Huila, em maio de 1969, e a extensão da guerra a todo o território de Angola⁵¹². O Congresso também recomendou, no quadro da sua política externa, no ponto 4 do artigo 7, a "cooperação na máxima extensão com todos os Movimentos de Libertação Nacional em África e todas as forças progressistas do mundo, de modo a levar à emancipação de todas as formas de dominação estrangeira no nosso Continente”⁵¹³.

Ainda no II Congresso definiu-se a estratégia de expansão das forças, para a contenção e recuperação das áreas que a UNITA tinha perdido entre 1967 e 1969 pelas ações do MPLA e da ELNA-FNLA, obrigando-a a aquartelar em Lungué-Bungo. As forças do MPLA chegaram a expulsar a UNITA da área entre o Cuando e sul de Kanganamba. No norte, a FNLA tinha expulsado a UNITA desde o Léua, Saliaza até ao Lume. A recuperação respetiva das áreas, algumas delas abandonadas, seria feita com o apoio dos guerrilheiros da SWAPO, que os ajudariam em termos de armamento⁵¹⁴. Com as ações militares

⁵⁰⁹ Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N'Zila, p. 287.

⁵¹⁰ Em 1958, na companhia do seu pai, José Hombo Chiwale (era um comerciante que adquiria os produtos no Cunene e em Ondangwa e revendia na Caála e noutros lugares da região central e vice-versa) conheceu um amigo do seu pai, Andima Toivo ya Toivo, fundador da OPO – antecessora da SWAPO –, que os hospedou em sua casa. A notícia da prisão do seu pai (regedor, na época), em 1961, pela PIDE, sob acusação de ser colaborador de Lumbumba, teria levado Samuel Chiwale à decisão de lutar contra o sistema que prendera o seu pai. Entretanto, concluiu que a politização que se faz por via ideológica não era nada sem a ação, e para agir tinha que se juntar a uma força política, sendo a UPA a opção mais correta. Entretanto, Chiwale, com o objetivo de ir ao ex-Zaire para se juntar à FNLA, decidiu ir a casa de Toivo ya Toyvo, na Namíbia. Uma vez na Namíbia, Chiwale integra a SWAPO e, tempos depois, é nomeado Secretário da Organização, lugar que ocupou durante dois anos na Namíbia. Isto é, Chiwale, antes de integrar a UNITA era quadro da SWAPO até a sua retirada para a Tanzânia. Ver em Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora.

⁵¹¹ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 45.

⁵¹² Fundação Mário Soares, Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade, Pasta: 04323.011.003, Título: UNITA - II Congress (Freeland of Angola - Central Base), August 24th-30th 1969, Assunto: Comunicado da UNITA sobre o seu II Congresso, realizado na base central, terra livre de Angola, de 24 a 30 de agosto de 1969, sob o lema "Unidade em torno de um programa revolucionário e não mais em torno de personalidades". Slogan do II Congresso: "Grande Unidade para Maiores Vitórias", Data: Sábado, 30 de agosto de 1969 (online). Disponível <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04323.011.003>, imagem 3, consultado a 9 de fevereiro de 2017

⁵¹³ Savimbi, Jonas (1979), *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, p. 153.

⁵¹⁴ Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N'Zila, pp. 191-298.

desenvolvidas por Samuimbila, a UNITA passou a controlar a região que vai do Cuando Cubango, mais concretamente a partir da fronteira de Angola com o Sudoeste Africano, ao sul de Malanje. Por um lado, estava a UNITA que desejava conquistar espaço naquela região e recuperar as áreas perdidas, tendo declarado esta região como área libertada. Por outro lado, a SWAPO que já se encontrava instalada em Angola, especificamente no Cuando Cubango, preparando-se para penetrar no Sudoeste Africano⁵¹⁵.

Terminado o II Congresso, o novo Comandante-Chefe do Exército das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), Samuel Chiwale, partiu para Cuando Cubango, ao encontro de Francisco Kolunga, então comandante daquela Região Militar (6ª Região Militar). Este encontro tinha como objetivo unirem-se aos combatentes da PLAN-SWAPO que se encontravam no Rivungo (sudeste de Angola), para traçarem e coordenarem as estratégias e táticas das operações militares contra o colonialismo. Era assim a formação de um comando unificado FALA-PLAN (UNITA-SWAPO) que tinha como finalidade libertar todo o corredor sul de Angola e, principalmente, penetrar no Sudoeste Africano. Do Rivungo, a delegação da UNITA e da SWAPO⁵¹⁶ passou pelo Kaungo e foi reunir-se em Luyana – localidade situada na fronteira entre Angola e Zâmbia – fim de traçar as modalidades de cooperação entre os dois movimentos. Deste encontro foram abordadas questões técnico-estratégicas a utilizar aquando da penetração dos guerrilheiros no Sudoeste Africano, bem como surgiu a formação de um comando unificado, constituído pelas forças da UNITA e da SWAPO. O comando unificado era dirigido por Samuel Chiwale, Comandante das FALA, e coadjuvado por Dimo Hamamba, Comandante-geral do PLAN⁵¹⁷.

Primeiramente, foi apresentada a situação político-militar da região, para contextualizar o Comandante-Chefe do Exército das FALA, ou seja, para informá-lo a respeito das técnicas e estratégias da penetração usadas pelos guerrilheiros do PLAN-SWAPO para o Sudoeste Africano. De seguida, Chiwale apresentou o programa tático-estratégico e operacional de atuação do comando unificado e, posteriormente a ser usado pela PLAN-SWAPO no território do Sudoeste Africano, para que as ações tivessem um impacto nacional e internacional. O programa⁵¹⁸ de Samuel Chiwale foi aprovado pelos

⁵¹⁵ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 109-108.

⁵¹⁶ A delegação da SWAPO era composta por Dimo Hamamba [Wa Mambo], Comandante-geral do PLAN, Mbulunganga, Comandante-adjunto do PLAN, Chiweta, Hanliojamba, Wapasai, Agome, Chinada e vários outros. Ver em Chiwale, Samuel (2008: 108).

⁵¹⁷ Entrevista a Chiwale José (2005) em Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N'Zila, p. 183, pp. 291-292.

⁵¹⁸ Segundo o referido programa, como era corrente, a penetração no Sudoeste Africano passaria a ser realizada em pequenos grupos, para evitar que fossem detetados e neutralizados pelas forças inimigas. Em caso de fuga/retirada, estrategicamente o Sudoeste Africano não oferecia quaisquer vantagens, quando as tropas sul-africanas lhes cortavam a retaguarda, devido aos numerosos e complexos acidentes geográficos, o que era fatal para os guerrilheiros. Isto é, deveriam evitar a região do Rundu [Runtu] devido ao rio Okavango, que corre ao longo da fronteira, pois era uma autêntica armadilha para alguém que estivesse em fuga. No entanto, optaram por utilizar a vantajosa região de Caprivi, pelo facto de ser uma região sem grandes acidentes geográficos, alterando assim a estratégia de atuação no terreno. Kaimisi, comandante da SWAPO,

Comandantes do PLAN. Deste então, a forma de atuação dos guerrilheiros da SWAPO, a partir do exterior, foi redefinida e começou assim uma nova fase: planificação, coordenação, atuação, assistência técnica e operacional conjunta com benefício mútuo. Isto significa a formação de um comando unificado FALA-PLAN (UNITA-SWAPO) na região do Cuando Cubango e a elaboração do Programa Estratégico de Penetração no Sudoeste Africano⁵¹⁹.

A alteração da estratégia no terreno implicava também a definição de uma nova estratégia política a realizar junto das populações: criação de pequenos comités ou células capazes de dar guarida aos guerrilheiros no Sudoeste Africano, caso fossem intercetados pelo inimigo. Para além disso, houve a necessidade de criaram-se diversas manobras para desviar a atenção da SADF, nomeadamente a criação de várias frentes de penetração no interior do Sudoeste Africano – enquanto as forças sul-africanos se concentrassem numa ou noutra frente, os guerrilheiros iam penetrando, com maior profundidade, no interior da Namíbia –, a partir de Kalabo (Angola), passando por Lutembo (Angola) e Luanguinga (Região Militar 1 da UNITA). A partir daí, contornava-se as áreas do Tembo, passando por Matias, chegava-se ao Cuando Cubango, depois, avançava-se para Chimboloe e atingia-se a Ovambolândia (área de inestimável importância estratégica para a SWAPO, devido à sua elevada densidade populacional)⁵²⁰.

Segundo Samuel Chiwale (2008), a SWAPO dispunha de um avultado e diversificado material de guerra, que estava aprovisionado nas bases da UNITA e da SWAPO, localizadas no Cuando Cubango, precisamente na faixa entre Rivungo e Mucusse. A SWAPO recebia este material no Comité de Libertação da OUA, como já referimos anteriormente. O material vinha de países do Pacto de Varsóvia (Hungria, Checoslováquia, República Alemã, URSS, Coreia do Norte e outros) e da China, e depois era canalizado por meio do Comité de Libertação da OUA, em Dar-es-Salam, sob o comando do brigadeiro Buila-Binda, coordenador desse Comité, que o fazia chegar às mãos da SWAPO. Apesar de ter, na altura, uma boa quantidade de material de guerra, a SWAPO tinha carência de homens. Já a UNITA dispunha de um número maior de homens e de uma zona de recrutamento próxima⁵²¹.

Os soldados da UNITA andavam à paisana, com exceção dos guerrilheiros estacionados no Cuando Cuango, que usavam uniforme da SWAPO como estratégia para enganar os exércitos coloniais sul-africano e, principalmente, portugueses, ou seja, para estes últimos não conseguissem diferenciar os guerrilheiros das FALA dos guerrilheiros do PLAN. Os homens dos dois movimentos teriam de usar o mesmo uniforme – o uniforme da

terá caído nesta armadilha ao penetrar no Sudoeste Africano por ali. Encurralado, procurou em vão recuar, mas o grande rio cortou-lhe a retirada e foi capturado pelos sul-africanos. Ver em Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 125.

⁵¹⁹ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 108.

⁵²⁰ Idem, pp. 124-125.

⁵²¹ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 125.

SWAPO. Apesar das boas relações, a SWAPO não podia apoiar, na totalidade, as forças da UNITA em uniforme, pelo facto de o movimento de Jonas Savimbi ser constituído por um número elevado de homens, cerca de três mil guerrilheiros. Finalmente, o comando unificado estava pronto a dar início à sua missão. Para alcançar o seu objetivo, estabeleceu o prazo de seis meses como horizonte temporal, mas este chegou a prolongar-se por mais tempo devido às contra-ações luso-africânder. A primeira coluna de penetração no Sudoeste Africano partiria do Luanguinga. A segunda partiria de Mavinga, passando por Cuito Cuanavale – troço de Cayundu e Menogue – e atingiria o Oeste de Okavango, próximo de Chimporo [Oshimolo]. E a terceira coluna, comandada por Chiwale, deveria dirigir-se para o norte de Mavinga, passando por Tendo, Calonga e Capenga para alcançar o rio Cuito, procurando penetrar na Ovambolândia (Sudoeste Africano). Segundo Samuel Chiwale (2008), “havia que se fazer das tripas coração para se atingir a Ovambulândia, ponto estratégico da SWAPO”. No entanto, o curso dos acontecimentos mudou radicalmente devido a contra-ações combinadas das tropas portuguesas e sul-africanas⁵²². Ainda nesta senda Samuel Chiwale (2008) acrescenta,

[...] um dia, encontrávamo-nos numa zona entre Utumbo e Luengue para fazer o ponto de situação e decidir as medidas a tomar: da parte da UNITA, estava eu e o Kolunga; da SWAPO, o Mbulunganga, o Dimo e o Chiweta. De súbito, a cavalaria do exército colonial irrompeu a terra e as árvores. Conseguimos, embora com muito custo, sair ilesos do brutal ataque e metemo-nos pela floresta até um rio entre Lumana na direcção leste para o este em coluna de um⁵²³.

O comando luso-africânder começou a desferir ataques, do Mucusse até Rivungo. Numa outra frente, lançou uma ofensiva a partir da fronteira com a Zâmbia até cercanias de Cuito, mais precisamente em Luamana-Tendo. Apesar de algumas respostas realizadas pelo comando FALA-PLAN, a intensidade progressiva dos bombardeamentos das forças coloniais, a redução das forças e as dificuldades perante o contexto geográfico forçaram o comandante do comando unificado da guerrilha a pôr em marcha o segundo plano: ao invés de, como rezava o primeiro plano, penetrar através de Caprivi ou Okavango, a partir das bases centrais, o comando unificado FALA-PLAN decidiu movimentar-se para Luangue-Bungo e preparar-se para penetrar no Sudoeste Africano a partir do Cunene⁵²⁴.

Como já foi referido antes, desde o início da guerra pela independência em Angola, em 1961, que a África do Sul tentou envolver-se no conflito contra os movimentos de libertação nacional de Angola. Porém, foi em 1967 que a África do Sul entrou definitivamente na estratégia operacional em Angola depois de convencer Salazar a aceitar intervenções diretas no sul desse país, temendo pela incapacidade de Portugal em

⁵²² Idem, p. 126.

⁵²³ Idem, pp. 127-128.

⁵²⁴ Ibidem, pp. 127-130.

defender sozinhos os territórios portugueses que representavam um escudo para o regime sul-africano⁵²⁵. Os portugueses e os sul-africanos tinham formado um comando único, numa estreita e funcional cooperação que incluía o uso de helicópteros Puma e Alouettes pilotados por sul-africanos. O comando sul-africano tinha a sede no Rundu [Runtu] e em Caprivi, o que facilitava os reabastecimentos. A cooperação luso-africânder também era feita no âmbito da informação e contrainformação. Os elementos da PIDE infiltravam-se na população local, que lhes dava informação sobre as atividades dos guerrilheiros⁵²⁶.

Em 1968, no decorrer da reunião Cuanza, da qual surgiu o “Manifesto do Cuanza”, as forças da UNITA já tinham sofrido ataques das forças luso-africânder. De facto, as forças portuguesas estavam acampadas na outra margem do rio e, às 6 horas da manhã de domingo, efetuaram um ataque de avião, em voo raso, apoiado por helicópteros sul-africanos, ao acampamento provisório – bivaque – dos aldeões e dos guerrilheiros de Savimbi. A África do Sul tinha, em operações no leste de Angola, uma unidade aérea composta por helicópteros Alouette III e aviões ligeiros CESSNA. Um comando português e sul-africano baseava-se na cidade do Cuito Cuanavale, de onde partiam para operações contra os nacionalistas angolanos e os guerrilheiros da SWAPO⁵²⁷.

Deste modo, o comandante do Comando Unificado FALA-PLAN, Samuel Chiwale, foi obrigado a regressar e chegou à base central da UNITA, no dia 2 de março de 1970, um ano depois, lutando ao lado da SWAPO, na região do Cuando Cubango. O contingente das FALA receberam cento e vinte armas (ligeiras e pesadas, munições, granadas e outros materiais de guerra) para se defenderem durante o percurso e incrementarem combates contra o exército português. Isto significa o fracasso do programa de penetração no Sudoeste Africano traçado conjuntamente pela UNITA e SWAPO, bem como o fim deste comando único. Assim, a única alternativa que restava era a de se estudar a possibilidade de se penetrar no Sudoeste Africano a partir do Cunene⁵²⁸.

Quarto período, entre 1970 e 1976

Este período é caracterizado pelo crescimento multidimensional da UNITA, por um ativo contributo da UNITA no quadro da sua cooperação com a SWAPO, bem como por uma intensa atividade dos dois movimentos numa nova frente, no Cunene.

⁵²⁵ Barroso, Luís F. Machado (2012), *A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Tese de Doutoramento em História, especialidade em Defesa e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, p. 12.

⁵²⁶ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 128.

⁵²⁷ Bridgland, Fred (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 93.

⁵²⁸ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 127-130.

Entre 1970 e 1976, a UNITA teve um crescimento em diversos aspetos, isto é, do ponto de vista de mobilização, militar, diplomático e organizacional. Nessa altura, a área ocupada pela UNITA encontrava-se dividida em três regiões militares (e estas em várias zonas e destacamentos): Região Militar 1: compreendia a margem direita do rio Luange – Beunge, parte da fronteira com a Zâmbia, Cuando Cubango, fronteira com o Sudoeste Africano e era comandada por Miguel N´Zau Puna; Região Militar 2: compreendia as áreas da margem esquerda do rio Luange – Beunge parte da fronteira com a Zâmbia, área do Luso até à fronteira com o Zaire (Katanga) e era comandada por Savimbi; e a Região Militar 3: compreendia a zona entre a nascente do rio Luange – Beunge, a expandir para área do Cuanza, do Bié e para o Menongue, onde muitas vezes tiveram que partir com elementos da SWAPO para atingir a área do Cunene, e era comandada por José Chiwale⁵²⁹.

A Zâmbia era uma área de mobilização da UNITA. Isto teria começado já com o manifesto AMANGOLA. A UNITA, na Zâmbia, tinha conseguido absorver militantes e simpatizantes da UPA e do MPLA. No território nacional, especialmente no então Distrito do Moxico e Cuando Cubango contava-se com bastantes aderentes, entre eles alguns seculos e sobas. No contexto externo, além do apoio de Kaunda, a UNITA dispunha ainda do apoio do presidente da República Árabe Unida (RAU), Gamal Abdel Nasser, que oferecia armas e munições e conseqüentemente exerceu influência no presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, para que a UNITA se instalasse na Zâmbia, dado que Kaunda não admitia em território zambiano fixação de bases ou redes de outros movimentos nacionalistas angolanos, insistindo numa "frente unida". Também teve apoio da China – a China já tinha custeado as passagens aéreas de Dar-es-Salaam a Pequim, de alguns homens da UNITA que se deslocavam para frequentarem os cursos de preparação técnica e militar na Universidade de Nanquim, bem como apoio financeiro⁵³⁰.

Depois de o comando unificado FALA-PLAN ter fracassado a tentativa de penetrar no Sudoeste Africano, no início de 1970, a cooperação entre a UNITA e a SWAPO seguiu outro horizonte. A 9 de novembro de 1970, chegara a Lusaca, na companhia do Secretário da Defesa, Peter Nyemba, um grupo de 12 elementos da SWAPO, que vinham da Tanzânia. Em janeiro de 1971, assistia-se, na fronteira Zâmbia – Angola, a uma estreita colaboração entre a SWAPO e a UNITA, na qual efetuavam ações conjuntas. A UNITA hospedava nos seus campos, em Angola, elementos da SWAPO. A SWAPO manteve a sua promessa de fornecer armas aos guerrilheiros da UNITA⁵³¹.

⁵²⁹ Puna, Miguel M. N´Zau (2011), *Mal me Querem*, Porto, Papiro Editora, p. 71.

⁵³⁰ Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança-época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N´Zila, p. 264.

⁵³¹ ANTT - Proc. nº 1298, South-West Africa People's Organisation (SWAPO), 1962-08-31/1974-07-01, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, p. 54.

Entre 1972 e 1973 dá-se a polémica “questão Madeireiros” – eventual colaboração da UNITA com as autoridades portuguesas por meio dos madeireiros que exploravam a madeira na região do leste de Angola. A região leste era uma zona de atuação e de influência da UNITA, principalmente em Cangumbe, Luso e Léua. Essa questão provavelmente conduziu à trégua entre a UNITA e o regime colonial. Segundo Jonas Savimbi (1978), os madeireiros apoiavam-se – para o exercício das suas atividades – na proteção que recebiam da tropa portuguesa, da PIDE e dos guardas rurais. Enfrentando dificuldades, a UNITA precisava de sobreviver através do aproveitamento de vantagens. Para poderem continuar a trabalhar, os madeireiros do Leste tinham de encetar contactos com a UNITA. Se não o fizessem – procurando escudar-se nas forças portuguesas – era certo e sabido que teriam ajustes de contas com a UNITA, e nesse sentido teriam de pagar dividendos elevadíssimos⁵³². Tal cooperação tinha ultrapassado as fronteiras e estendeu-se às forças coloniais portuguesas, como afirma o então número dois da UNITA, Miguel M. N’Zau Puna (2011),

[...] de qualquer modo, e a esse respeito, posso aceitar que houve, a determinado momento, um certo desvio da linha política do partido quando o Dr. Savimbi estabeleceu certa «cooperação» que visava enganar os portugueses para, simplesmente, ganhar tempo. E mesmo que os portugueses tinham dado munições, elas seriam utilizadas, de facto, contra as tropas portuguesas. Não forneceram armas porque isto seria mais visível, já que todas as armas capturadas em combates eram apresentadas aos militares e às populações. Essa tal «cooperação» foi-me esclarecida pelo próprio Dr. Savimbi. [...] Imaginem que desde o último semestre de 1972 até ao último trimestre de 1973 não se registou um único bombardeamento às nossas posições. Intrigado, perguntei ao Dr. Savimbi. Disse-me tudo. Antes, foi-me advertindo para não contar nada ao comandante Chiwale «porque [...] podia não entender. [...] as chamadas «conversas em família» de Marcelo Caetano [...] pareciam demonstrar a debilidade do regime e que algo poderia acontecer, muito em breve, em Portugal. [...]. Firmemente, disse-lhe que deveríamos romper tal «cooperação» que, no fundo, até nos podia levar à posição de «flecha» ao serviço do regime que queríamos, afinal, combater. Savimbi concordou. E de tal maneira, que decidiu convocar as forças das três regiões militares, constituindo vários grupos de ataque que, em 25 de Dezembro de 1973, romperam a dita «cooperação» com ataques simultâneos no Muangai, Mweliegi e Nhongo [...]. A «cooperação» de que tanto se falou não era mais do que estratégica, e deu, até bons resultados”⁵³³.

Esta relação entre as FALA e as Forças Armadas Portuguesas (FAP) foi também abordada por António Lopes Pires Nunes (2009) ao afirmar que “a UNITA permanecia nas nascentes do Lungué-Bungo, em paz com as FAP [Forças Armadas Portuguesas], mercê

⁵³² Savimbi, Jonas (1979), *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, pp. 37-38.

⁵³³ Puna, Miguel M. N’Zau (2011), *Mal me Querem*, Porto, Papiro Editora, pp. 91-93.

de um acordo mútuo de não-agressão com as autoridades portuguesas, que estas viriam a quebrar em 1974”⁵³⁴. De acordo com Gabriel A. do Espírito Santo (2009);

[...] as dificuldades de vivência levam o Dr Savimbi a fazer uma aproximação com o Comando da Zona Militar Leste. Pretendendo colaborar com as Nossas Tropas [forças portuguesas] na luta contra o MPLA, essa colaboração foi materializada na Operação Madeira. O Comando da Zona Militar Leste fixou uma área rigorosamente limitada para actuação da sua guerrilha contra o MPLA, não lhe foi fornecido armamento (a maior excepção foi um cunhete de munições para Espingarda Mauser 7,9 mm) e a contrapartida foi um apoio às populações sob o seu controlo, em moldes idênticos ao estabelecido no Plano de Desenvolvimento do Leste. O Comando da Zona Militar Leste passou, naquela área, a praticar uma economia de meios⁵³⁵.

Segundo Tor Sellstöm (2000), com este acordo o exército colonial português deixaria a organização de Savimbi sozinha enquanto lutasse contra o MPLA e a FNLA. Este acontecimento teria forçado OUA exigir a SWAPO a reconsiderar a sua relação com a UNITA, uma vez que o Comité de Libertação da OUA não poderia fornecer ajuda material à SWAPO, incluindo treinamento militar e armas, visto que essa ajuda acabava nas mãos da UNITA⁵³⁶. Na visão do Comité de Libertação era importante o corte da ajuda à SWAPO pelo facto de este movimento ter ligação com a UNITA e por ter oferecido parte do material que a SWAPO recebia do Comité de Libertação. Esse material, eventualmente, poderia ser usado pela UNITA, que tinha firmado uma aliança com o governo português e que o MPLA, a FNLA e outros movimentos de libertação de África estavam a combater. Ainda assim, a SWAPO decidiu sacrificar-se, mantendo a contestada aliança com a UNITA.

Acredita-se que, durante este período de tréguas entre a UNITA e as tropas portuguesas, a UNITA aproveitou para se rearmar, bem como para ajudar a SWAPO a circular livremente no território angolano, disfarçando-se de guerrilheiros da UNITA. A UNITA foi um movimento que, ao longo do seu percurso, conheceu muitas dificuldades na obtenção de meios logísticos e de guerra para levar a sua luta⁵³⁷. Ainda relativamente a

⁵³⁴ Nunes, António Lopes Pires (2009), A Guerra no Leste De Angola (1966-74): Vitória militar das Forças Armadas Portuguesas sobre a guerrilha em Angola, em *Revista de História das Ideias – Instituto de História e Teorias das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, “A Guerra”, vol. 30 (2009), pp. 453-471, (online). Disponível em file:///C:/Users/KUBO/Downloads/A_guerra_no_leste_de_Angola%20(1).pdf, consultado a 2 de julho de 2017, p. 466. Ver também em: Para mais informação sobre a problemática da relação entre a UNITA e as Forças Armadas Portuguesas ver em Puna, Miguel M. N’Zau (2011) e Nunes, António Lopes Pires (2009).

⁵³⁵ Santo, Gabriel A. do Espírito (2009), “Cooperação Civil Militar na Contra Insurreição: Leste de Angola 1971-1973”, em *Revista Militar*, N.º 2487 - Abril 2009, pp 337 – 0, (online). Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/467>, consultado a 15 de março de 201, p. 16.

⁵³⁶ Sellstöm, Tor (2000), *Sweden and National Liberation in Southern Africa*, vol. II: solidarity and assistance 1970-1994 [online], Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, p. 411.

⁵³⁷ Entrevista a Pedro Tongeni, em Ondjiva, 02 de dezembro de 2016.

temática de facilitação da movimentação de militantes da SWAPO, Evaristo Ndemupateka David (2016) salienta:

[...] nos anos em que os sul-africanos operavam na Caprivi, juntamente com os portugueses, contra a SWAPO e outros movimentos de libertação, a UNITA facilitava as operações no terreno a favor da SWAPO. Eram criadas condições em Angola, uma vez que a UNITA já tinha um vasto território, onde implantara bases seguras, e uma considerável população – os Tchaze, os Kamuka, os Cokwe, os Nguanguela, entre outros, que pudesse permitir que o aliado, a SWAPO, operasse com facilidade. Em contrapartida a UNITA recebia material de guerra, medicamento e outros bens logísticos em nome da SWAPO. Nesta época a UNITA ainda era inimiga dos sul-africanos⁵³⁸.

No início de 1972, a SWAPO transferiu o seu quartel-general para Lusaca, melhorando as comunicações com o Sudoeste Africano e com o seu aliado de Angola, a UNITA. Porém, o PLAN, segundo Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989), começava a ressentir-se da falta de sangue novo. Os primeiros combatentes estavam a envelhecer, alguns deles já tinham 40 anos, mas era muito difícil para jovens voluntários saírem da Namíbia para a Zâmbia. No entanto, como afirmam os autores, “de repente as «fronteiras pareceram abrir» e apareceram muitos jovens em Lusaca. Muitos deles eram instruídos e estavam motivados para a causa da libertação do seu país”⁵³⁹. No entanto, a Zâmbia continuou a acolher as forças da UNITA no oeste do país até meados da década de 1970 e conseqüentemente durante a guerra civil de Angola (1975-2002) devido à oposição de Kaunda ao MPLA marxista que chegou ao poder em Angola, em 1975⁵⁴⁰.

Entre 13 e 19 de agosto de 1973, a UNITA realizou a sua III Conferência Ordinária, em Utaha – na base central da 1ª Região Militar – na qual passou a identificar-se com o socialismo da extrema-esquerda⁵⁴¹ até à Reunião Magna da Uria (Moxico), realizada em outubro de 1974, quando politicamente passaram para o socialismo do centro⁵⁴².

⁵³⁸ Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016.

⁵³⁹ Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 123-127.

⁵⁴⁰ Sellstöm, Tor (2000), *Sweden and National Liberation in Southern Africa*, vol. II: solidarity and assistance 1970-1994 [online], Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, p. 411.

⁵⁴¹ Também a UNITA decidiu passar da esquerda para a extrema-esquerda "vermelhos", mas sob o pensamento de Mao Tse Tung. Esta mudança foi motivada por quatro fatores: 1- O facto de a OUA não prestar atenção à luta que a UNITA estava a levar a cabo. 3- A influência dos seus aliados que se prontificavam a apoiar a causa da UNITA nos Estados Unidos da América e os negros americanos, os «black-panthers», que acabaram por manifestar o contrário. 4- Os partidos radicais de África que na altura estavam todos do lado da UNITA, por exemplo, a ZANU, PAC da África do Sul e a SWAPO. Ver em Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N'Zila, pp. 294-295.

⁵⁴² Nesta reunião participaram quadros de vários níveis que vinham do exterior (padres, pastores), trazendo conhecimento para o interior. Deste modo começaram a flexibilizar as posições em relação às que tinham tomado anteriormente. Um conhecido radical, na altura, Stella Makunga, que era membro do Comité Central do Zimbabué e do Comité Central da UNITA, teria jogado um papel importante. Havia duas alas: uma moderada, defendida por Sangumba, de Ornelas, de Ndele e de Kapesse Kafundanga (na altura Chefe do

Depois da III Conferência Ordinária na UNITA, a cooperação com a SWAPO passou a ser enquadrada no ponto número 5 do artigo 7, sobre a política externa a seguir, "apoiar sem reservas todos os movimentos que lutam genuinamente pela libertação de África" e no número 4 e 3 do artigo 4, sobre a Frente Unida Democrática de Angola, a qual defendia que "a UNITA está igualmente disposta a participar numa frente muito mais ampla, de todas as forças progressistas do mundo na luta comum contra o imperialismo e o colonialismo, a fim de salvaguardar os interesses da paz, liberdade, democracia e socialismo". Adianta também que a UNITA "está pronta a ingressar numa frente ainda mais ampla, entre todas as forças revolucionárias da África do Sul, contra os regimes minoritários racistas, que escravizam os respetivos povos"⁵⁴³.

Com a Revolução dos Cravos – a Revolução de 25 de abril de 1974 –, Portugal acordou o cessar-fogo com os três principais movimentos de libertação nacional e consequentemente o Acordo de Alvor, a 15 de janeiro de 1975⁵⁴⁴, sobre a independência de Angola, como referimos no primeiro capítulo. Este acontecimento permitiu acentuar as atividades em torno das relações de cooperação entre a UNITA e a SWAPO, pois, permitiram a livre circulação de guerrilheiros e material de guerra, a instalação de bases militares da SWAPO e de acampamentos de refugiados do Sudoeste Africano em Angola, bem como uma nova visão estratégica de atuação no Sudoeste Africano. Em consonância com estes factos Evaristo Ndemupateka David (2016), afirma que "a partir do ano 1975, depois de todos os acordos serem celebrados, foi o período em que a relação entre a UNITA e a SWAPO atingiu o auge"⁵⁴⁵.

Importa aqui salientar que durante o período de transição para a independência de Angola, verificou-se uma tentativa de "corrida para a tomada de posição e de quartéis pelos movimentos de libertação nacional em todos os distritos. Após a "corrida aos quartéis", verifica-se agora uma corrida a todo e qualquer tipo de instalação, casas do Estado, escolas e outros estabelecimentos públicos, militares e civis"⁵⁴⁶. A "corrida aos quartéis" ocorreu

Estado Maior Geral); a segunda era conhecida como a ala radical e era representada pelo poderoso Vakulukuta, Tony da Costa, Kandanda, Chiwale e Puna. O Velho (Jonas Savimbi?) era o moderador. Ver em Valentim, Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N'Zila, pp. 294-296.

⁵⁴³ Savimbi, Jonas (1979), *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, pp. 170-171.

⁵⁴⁴ Boletim Oficial de Angola, 13 de Novembro de 1975, I Série – Número 37, Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), celebrado em Alvor, Algarve, 15 de Janeiro de 1975, Capítulo I.

⁵⁴⁵ Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016.

⁵⁴⁶ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), Gabinete Militar Misto, Relatório da visita de trabalho de uma equipa do GMM aos Distritos da Lunda, Moxico, Bié, Cuando Cubango e Cunene de 1 de março a 13 de março de 1975 no âmbito do programa de ocupação e aquartelamentos e cedência de materiais às forças dos movimentos de libertação, para evitar ou atenuar a "corrida aos quartéis". CCFAA, 25, Março de 1975. Disponível em http://213.228.181.135/cd25a/p_documento.asp?meta21=Arquivos%20Privados&meta01=Ant%F3nio%20B

simultaneamente com a "corrida armamentística". A UNITA sem fontes seguras de obtenção de armamento, além do insuficiente material recebido das Forças Armadas Portuguesas, passou a receber da SWAPO armamentos, em contrapartida à UNITA a oferecer terreno à SWAPO para se instalarem e tornarem possível as suas incursões militares no Sudoeste Africano, além de ajudar no esquema de recrutamento combatentes no Sudoeste Africano, transporte e travessia na fronteira com Angola⁵⁴⁷.

Os guerrilheiros da SWAPO sempre mantiveram uma convivência com os guerrilheiros da UNITA nas matas de Cuando Cubango e Moxico. Foi nessas circunstâncias que foi facilitada a penetração da SWAPO na região do Cunene, a partir dos postos fronteiriços do Cunene, fazendo surgir uma nova frente da SWAPO nesta região⁵⁴⁸. Nesse contexto, a SWAPO transferiu algumas das suas bases e instalações civis da Zâmbia e da Tanzânia para Angola que ficaram espalhadas no leste, sudeste e sudoeste angolano – o Quartel-general da SWAPO permaneceu em Lusaca –, instalando-se nas áreas controladas pela UNITA, mesmo contra vontade do MPLA, da UNITA e do Alto-Comissário de Angola. Dentro desta perspectiva José Mwailepeni Monulo (2016) afirma,

[...] quem tira a SWAPO da Zâmbia para Angola é a UNITA, porque eram todos movimentos de libertação. Tínhamos esta ligação porque todos lutavam para libertar o povo, um lutava para libertar o povo namibiano e outro lutava para libertar o povo angolano. Entretanto, a SWAPO operava da Zâmbia para a Namíbia, pois é uma área um pouco distante. Então, pensou-se que se podia operar a partir de Angola⁵⁴⁹.

Neste período, entre 25 de abril e a independência de Angola, as atividades concretas, no quadro dessa cooperação, eram essencialmente o transporte de material de guerra, recrutamento e transporte de voluntários que procuravam alistar-se à SWAPO e encontrar áreas distintas de operacionalidade. A UNITA também dava espaço para a funcionalidade das operações nas duas frentes da SWAPO (Cunene e Cuando Cubango). Nesta época, a UNITA ainda era hostis as forças sul-africanas, ou seja, não tinha uma cooperação com os sul-africanos. Mais tarde, a UNITA passou a facilitar a SWAPO na instalação das suas bases no distrito do Cunene, concretamente na região em Oshiedi e em Oshitumba, permitindo realizar as ações da SWAPO no Sudoeste Africano, já que em

elo%20-%20A25A&meta02=CCPA%20-%20Conselho%20Coordenador%20do%20Programa%20de%20Angola&meta03=Comiss%20E3o%20Nacional%20de%20Defesa%20-%201975&meta04=Actas%20-%201975&meta05=NULO&meta06=Gabinete%20Militar%20Misto.%20Relat%20F3rio%20da%20visita%20de%20trabalho%20de%20uma%20equipa%20do%20GMM%20aos%20distritos%20de%20Lunda,%20Moxico,%200Bi%E9...%20CCFAA,%2025/3/75.%207p.&meta12=0024&meta15=0005&TipoDoc=0&descriptor=&frase=SWAPO, consultado a 25 de janeiro de 2017.

⁵⁴⁷ Entrevista a Paulino António Ndeutapo, em Ondjiva, 12 de setembro de 2016.

⁵⁴⁸ Entrevista a Pedro Tongeni, em Ondjiva, 02 de dezembro de 2016.

⁵⁴⁹ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

Angola se esperava por dias melhores – a realização de eleições e independência de Angola⁵⁵⁰.

De acordo com José Mwailepeni Monulo (2016), no fim 1975 – nos meses de setembro e outubro – e início de 1976, a UNITA tinha uma base militar na localidade de Okambada, no Cunene. É aí onde transitaram muitos indivíduos que se alistavam para a SWAPO na Zâmbia, vindos do Sudoeste Africano. Passavam nas bases da UNITA usando uniforme da UNITA para não serem detetados pelas SADF. Os homens da SWAPO chegavam às bases da UNITA localizada em Okambada (Cunene), de seguida eram enviados para Zâmbia, passando pelo Huambo, Bié, iam pela Teixeira de Sousa (actual Luau, Moxico). Isto continuou até Março de 1976. A UNITA não só se empenhou em facilitar a movimentação dos guerrilheiros da SWAPO no percurso Sudoeste Africano – Angola – Zâmbia, também no percurso inverso. Os dois aliados chegaram a montar um esquema que permitia o recrutamento de combatentes no interior do Sudoeste Africano para se alistarem aos guerrilheiros da SWAPO que se encontravam nas bases e nos campos de treinamento na Zâmbia e depois em Angola⁵⁵¹. Dentro dessa perspetiva Evaristo Ndemupateka David (2016) salienta,

Naquela altura, ainda éramos jovens, saíamos daqui, em Ondjiva, íamos até à Ondagwa, como membro da UNITA, e de lá regressávamos com algumas pessoas da Namíbia até nas nossas bases, estas pessoas iriam integrar a SWAPO. Nós entrávamos neste processo para facilitar as pessoas usando a propaganda da UNITA para camuflar, isto porque a “capa” da UNITA passava a fronteira de Angola. Era difícil prender um homem da UNITA na Namíbia, pois não fazia sentido. Nós, cá ainda tínhamos os capitães da SWAPO, que eram os tais chefes aqui, que eram o Nakada, o Mbulunganga, Auyondiaba. Esses não são os nomes verdadeiros deles, são nomes da guerra. Quando chegavam ficavam na área de Okafima [Cunene] e na área de Kamu-Kamwe. De lá alguns transitavam para o Oshitumba e iam até ao Uname, ainda mesmo nos primeiros meses de 1976 (sic)⁵⁵².

Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989), debruçando-se sobre o seu descontentamento sobre a carência e venda de armamento e meios logísticos da SWAPO à UNITA, na qual acusa a liderança da SWAPO em casos de corrupção, afirmam,

[...] inicialmente, as queixas dos guerrilheiros não foram tanto para se estar a ajudar os nossos aliados tradicionais na luta pela libertação, mas por Nujama e Nanyemba negligenciaram os seus soldados a favor dos de Savimbi. Era muito complicado. Quando, a determinada altura, o meu amigo Dimo Hamambo, comandante de campo da PLAN, se cansou das brincadeiras de Nujoma com os

⁵⁵⁰ Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016.

⁵⁵¹ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

⁵⁵² Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016.

guerrilheiros, levou um batalhão de homens da SWAPO para Angola e a UNITA conduziu-os para uma base onde estivessem seguros. O Sily foi da Zâmbia para a Angola várias vezes para visitar Dimo, vestindo-se com o uniforme da UNITA para passar as linhas sul-africanas! Dimo é um homem dos duros. Antes de partir para Angola disse-me: “Vou-me embora para lutar para Namíbia. Não mais vou lutar para os líderes da SWAPO”⁵⁵³.

Segundo Evaristo Ndemupateka David (2016), em 1974, era possível a UNITA realizar estas atividades porque já se havia assinado um cessar-fogo entre os movimentos de libertação nacional de Angola e o governo português. Antes, não era possível porque se as autoridades sul-africanas apanhassem alguns guerrilheiros de Angola eram entregues aos portugueses, e se os portugueses apanhassem guerrilheiros da SWAPO também os entregavam aos sul-africanos. A UNITA também treinava guerrilheiros da SWAPO nas bases nas suas bases localizadas em Nhunha e no Bié). Mesmo pouco tempo depois de os sul-africanos entrarem em Angola, a partir do Cunene, não pararam⁵⁵⁴. José Lázaro Kakunha (2016) acrescenta dizendo que “o Severino Mudina, o homem que conduziu o camião que transportou os homens da SWAPO da região fronteiriça Santa Clara (Cunene) com a Namíbia até à sua base em Oshimolo (Cunene), ainda vive e está aqui em Ondjiva”⁵⁵⁵. Paulino António Ndeutapo (2016) diz,

Quando Jonas Savimbi e a UNITA vieram cá, em Ondjiva (Cunene), em 1974, estava acompanhado pelo António Vakulukuta, por um primo meu chamado Marciano, também primo do general Fabiano, o Fernando Vahekeni, o Alberto e eu. Quando a SWAPO estra cá, no Cunene, em 1974-75, eu fui uma das pessoas quem foi receber o comandante da SWAPO, Haulindyaba, aqui em Cafima (Okafima) com o meu carro. O Savimbi estava acompanhado, também, por cinco responsáveis da área da defesa da SWAPO, o Nanyemba, o comandante Haulindyaba, o comandante Mbulunganga, comandante Patrice Hoyhambo e o Ngilivindi. Depois veio o Hidimo “Dimo”. Eles se hospedaram em minha casa, aí no bairro Bangula, na terceira casa, depois da casa do Julião, excepto o chefe da Defesa, que ficou em casa do Amândio (de origem portuguesa, pai do Kapakupaku). Ninguém sabia que eles eram da SWAPO porque eles andavam pouco. Ninguém desconfiava deles porque só ficávamos juntos à noite, de dia eu ficava com os meus amigos brancos. Mais tarde eles fixaram a sua residência ali em Oshitumba, foi eu quem levou o comandante Haulindyaba para esta base de Oshitumba e Omufima (responsável da SWAPO pela área da Educação). Depois abrimos uma linha para alguns deles irem a Ombadja (Cunene). O antigo edifício dos

⁵⁵³ Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, p. 132.

⁵⁵⁴ Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro de 2016.

⁵⁵⁵ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

Assuntos Sociais (em frente ao BPC) era onde funcionava a representação da SWAPO cá, em Ondjiva⁵⁵⁶.

Entretanto, durante o período de transição para a independência de Angola, a forte presença, a livre circulação de militantes da SWAPO e a sua colaboração com a UNITA no Cunene chegaram a criar problemas neste distrito. Esses problemas eram motivados pela atuação da SWAPO perante as populações e pelos problemas externos com a República da África do Sul, pelo que se exigia por parte das autoridades angolanas a definição urgente de uma política a seguir em relação ao distrito do Cunene⁵⁵⁷. No âmbito interno, a zona da fronteira sul de Angola, confinante à Ovambolândia, principalmente o distrito do Cunene, tinha sido significativamente afetada pela presença de elementos armados da SWAPO, que tinham encetado uma política que aliciava a população com vista à autonomia do território do Cuanhama⁵⁵⁸.

A 13 de março de 1975, a Comissão Nacional de Defesa realizou uma visita, no distrito do Cunene, com a presença do Governador do Distrito, representantes das Forças Armadas Portuguesas estacionadas em Pereira d'Eça (atualmente Ondjiva) e os representantes dos três movimentos de libertação de Angola (FNLA, MPLA e UNITA). Na reunião, os representantes da FNLA e do MPLA fizeram um ataque verbal à delegação da UNITA, sem atingir proporções graves, dado o apaziguamento feito pelos restantes elementos, mostrando-se revoltados em relação à política de atuação da UNITA no distrito Cunene – “questão Ovambo”. Na acusação, o delegado do MPLA referiu que "esta UNITA daqui não é igual à do resto de Angola. É uma UNITA ligada à SWAPO". Estas acusações teriam sido tibiamente contrariadas pelo representante da UNITA que pediu provas concretas⁵⁵⁹. Nesta senda, o delgado da FNLA acabou por apresentar um comunicado em

⁵⁵⁶ Entrevista a Paulino António Ndeutapo, em Ondjiva, 12 de setembro de 2016.

⁵⁵⁷ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), Gabinete Militar Misto, Relatório da visita de trabalho de uma equipa do GMM aos distritos da Lunda, Moxico, Bié, Cuando Cubango e Cunene de 1 de março a 13 de março de 1975 no âmbito do programa de ocupação e aquartelamentos e cedência de materiais às forças dos movimentos de libertação, para evitar ou atenuar a "corrida aos quartéis". CCFAA, 25, Março de 1975. Disponível em http://213.228.181.135/cd25a/p_documento.asp?meta21=Arquivos%20Privados&meta01=Ant%F3nio%20Belo%20-%20A25A&meta02=CCPA%20-%20Conselho%20Coordenador%20do%20Programa%20de%20Angola&meta03=Comiss%E3o%20Nacional%20de%20Defesa%20-%201975&meta04=Actas%20-%201975&meta05=NULO&meta06=Gabinete%20Militar%20Misto.%20Relat%F3rio%20da%20visita%20de%20trabalho%20de%20uma%20equipa%20do%20GMM%20aos%20distritos%20de%20Lunda,%20Moxico,%200Bi%E9...%20CCFAA,%2025/3/75.%207p.&meta12=0024&meta15=0005&TipoDoc=0&descriptor=&frase=SWAPO, consultado a 25 de janeiro de 2017.

⁵⁵⁸ Centro de Documentação 25 de Abril- Universidade de Coimbra (online), Arquivos Privados > F: António Belo - A25A > SC: CCPA - Conselho Coordenador do Programa de Angola > SSC: MSGS – 1975, dossier com Mensagens recebidas e enviadas entre março e novembro de 1975. § 119 docs.

⁵⁵⁹ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), Gabinete Militar Misto, Relatório da visita de trabalho de uma equipa do GMM aos distritos da Lunda, Moxico, Bié, Cuando Cubango e Cunene de 1 de Março a 13 de Março de 1975 no âmbito do programa de ocupação e aquartelamentos e cedência de materiais às forças dos movimentos de libertação, para evitar ou atenuar a "corrida aos quartéis". CCFAA, 25, Março de 1975. Disponível em

conjunto com o MPLA incriminando a UNITA pelos seus contactos com representantes da SWAPO. Foi dito em especial que a política seguida por António Vakulukuta – responsável da UNITA no sul – era uma política "sui generis" desligada da orientação geral angolana⁵⁶⁰. O Capitão Guimarães, das FAP, chegou a considerar a questão do Cunene como “muito grave”, pois acreditava que a politização da região do Cunene levada a cabo pela SWAPO poderia originar uma secessão do território⁵⁶¹.

No relatório de 31 de março de 03 de 1975 a 02 de abril de 1975 do Alto-comissário de Angola, dirigido ao Presidente da República Portuguesa, afirma-se que o Governo de Transição e a Comissão Nacional de Defesa consideram que depois dos incidentes de 15 de Março, os principais problemas em Angola eram: a situação política em Cabinda – existência de dois exércitos, um do MPLA com dois mil homens, armados e instruídos na República Popular do Congo e outro da FNLA cinco mil homens, treinados e armados pelo Zaire, com interferência americana – e a tentativa de penetração e fixação da SWAPO com homens armados na região do Cuanhama, onde já se encontrava a tentar a politizar as populações e a ensinarem a língua inglesa, bem como dizendo à população que não deve aprender o português⁵⁶². Em 11 de Março de 1975, 100 elementos da SWAPO entravam no Distrito. A República da África do Sul teria informado ao Alto Comissariado que a qualquer ação de fogo do lado angolano deveria efetuar uma retaliação. Nessa altura já se registavam tiros disparados por elementos ovambos na zona fronteiriça, cuja continuação seria motivo de provocar a aludida retaliação. Os grupos que se infiltraram e deambulavam

http://213.228.181.135/cd25a/p_documento.asp?meta21=Arquivos%20Privados&meta01=Ant%F3nio%20Belo%20-%20A25A&meta02=CCPA%20-%20Conselho%20Coordenador%20do%20Programa%20de%20Angola&meta03=Comiss%E3o%20Nacional%20de%20Defesa%20-%201975&meta04=Actas%20-%201975&meta05=NULO&meta06=Gabinete%20Militar%20Misto.%20Relat%F3rio%20da%20visita%20de%20trabalho%20de%20uma%20equipa%20do%20GMM%20aos%20distritos%20de%20Lunda,%20Moxico,%200Bi%E9...%20CCFAA,%2025/3/75.%207p.&meta12=0024&meta15=0005&TipoDoc=0&descriptor=&frase=SWAPO, consultado a 25 de janeiro 2017.

⁵⁶⁰ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), Gabinete Militar Misto, Relatório da visita de trabalho de uma equipa do GMM aos distritos da Lunda, Moxico, Bié, Cuando Cubango e Cunene de 1 de março a 13 de março de 1975 no âmbito do programa de ocupação e aquartelamentos e cedência de materiais às forças dos movimentos de libertação, para evitar ou atenuar a "corrida aos quartéis". CCFAA, 25, Março de de 1975. Disponível em http://213.228.181.135/cd25a/p_documento.asp?meta21=Arquivos%20Privados&meta01=Ant%F3nio%20Belo%20-%20A25A&meta02=CCPA%20-%20Conselho%20Coordenador%20do%20Programa%20de%20Angola&meta03=Comiss%E3o%20Nacional%20de%20Defesa%20-%201975&meta04=Actas%20-%201975&meta05=NULO&meta06=Gabinete%20Militar%20Misto.%20Relat%F3rio%20da%20visita%20de%20trabalho%20de%20uma%20equipa%20do%20GMM%20aos%20distritos%20de%20Lunda,%20Moxico,%200Bi%E9...%20CCFAA,%2025/3/75.%207p.&meta12=0024&meta15=0005&TipoDoc=0&descriptor=&frase=SWAPO, consultado a 25 de janeiro 2017.

⁵⁶¹ Centro de documentação 25 de Abril- Universidade de Coimbra (online), Arquivos Privados> F: António Belo - A25A> SC: CCPA - Conselho Coordenador do Programa de Angola> SSC: Actas do CCPA - 1975 > SR: Actas II – 1975, 1975/07/11 - CCPA. 3p.

⁵⁶² 07- Arquivos Privados> F: António Belo - A25A> SC: CCPA - Conselho Coordenador do Programa de Angola> SSC: MSGS – 1975, dossier com Mensagens recebidas e enviadas entre março e novembro de 1975. § 119 docs.

livremente pelo Distrito teriam propalado entre a população a ideia de anexação à Namíbia, por parte da SWAPO, provavelmente de todo o território do Cunene e parte do Distrito da Huila até às minas da Jamba e Cassinga. É um propósito mais ambicioso do que os até há pouco propalados. Já tinha prometido armas à população da região da Molunga (no Leste do Distrito)⁵⁶³. Diante deste conjunto de factos apresentamos algumas questões, cujas explicações podem ser investigadas pela comunidade académica: a) - Será que a direção central da UNITA não sabia quais as pretensões do seu velho aliado e companheiro de luta em relação a região do Cunene? b) - Quais foram os motivos do silêncio do pessoal da direção central da UNITA? c) - Qual era a real intenção e a posição da UNITA de Vakulukuta em relação à "Questão do Cunene"?

As relações próximas que existiram entre a UNITA e a SWAPO foram, desde o início, vistas com desagrado por parte do MPLA, que se fazia valer do estatuto, adquirido pela OUA, de "legítimo representante do povo angolano". Por este facto, em 1966, teve de apresentar uma queixa ao Comité de Libertação da OUA, quando os primeiros homens da UNITA formados na China se encontravam no acampamento da SWAPO, em Dar-es-Salam. Neste contexto, o MPLA apresentou ao Alto Comissariado de Angola outra denúncia contra a cooperação entre a SWAPO e a UNITA que se desenrolou durante o período de transição (15 de janeiro de 1975 a 11 de novembro de 1975), bem como contra a polémica atuação da UNITA-SWAPO na região do Cunene⁵⁶⁴. Quase todo o período da transição do Estado de Angola pode ser caracterizado como um período caótico, principalmente nos meses que antecederam o 11 de novembro de 1975. Há alguns autores, como Ernesto Mulato (2014), que considere que "neste período foi menos positivo para a relação UNITA-SWAPO", segundo o qual "a SWAPO, estava apreensiva e deixada a sua sorte, ou seja, a SWAPO tinha de se adaptar"⁵⁶⁵.

Apesar de se terem registado momentos menos bons entre o MPLA e a SWAPO, podemos descartar que a SWAPO tentava levar uma política neutra e conciliadora perante aos confrontos entre os movimentos de libertação de Angola, tal como diz o presidente da

⁵⁶³ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), Gabinete Militar Misto, Relatório da visita de trabalho de uma equipa do GMM aos distritos da Lunda, Moxico, Bié, Cuando Cubango e Cunene de 1 de março a 13 de março de 1975 no âmbito do programa de ocupação e aquartelamentos e cedência de materiais às forças dos movimentos de libertação, para evitar ou atenuar a "corrida aos quartéis". CCFAA, 25, Março de 1975. Disponível em http://213.228.181.135/cd25a/p_documento.asp?meta21=Arquivos%20Privados&meta01=Ant%F3nio%20Belo%20-%20A25A&meta02=CCPA%20-%20Conselho%20Coordenador%20do%20Programa%20de%20Angola&meta03=Comiss%E3o%20Nacional%20de%20Defesa%20-%201975&meta04=Actas%20-%201975&meta05=NULO&meta06=Gabinete%20Militar%20Misto.%20Relat%F3rio%20da%20visita%20de%20trabalho%20de%20uma%20equipa%20do%20GMM%20aos%20distritos%20de%20Lunda,%20Moxico,%200Bi%E9...%20CCFAA,%2025/3/75.%207p.&meta12=0024&meta15=0005&TipoDoc=0&descriptor=&frase=SWAPO, consultado a 25 de janeiro de 2017.

⁵⁶⁴ Bridgland, Fre (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial, p. 78.

⁵⁶⁵ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 166.

SWAPO, no Memorando da Conversa mantida com Frank Crump, Segundo Secretário da Embaixada dos EUA em Lusaca, a 4 de outubro de 1967, “[...] a SWAPO tentou ser neutro perante a luta entre as várias organizações de libertação angolanas, mas isto não tem sido fácil. A SWAPO às vezes ajuda os refugiados angolanos a chegarem à Zâmbia através do Botswana. No entanto, quando chegam na Zâmbia, eles têm a liberdade para escolher com qual organização eles se afiliam”⁵⁶⁶.b

Segundo Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989), nos finais de 1974, Kaunda e o Primeiro-ministro sul-africano John Vorster traçaram um plano conjunto para forjar a unidade entre os movimentos de libertação da Rodésia e da África Austral pró-socialista (ANC, ZANU, SWAPO, ZAPU e FROLIZI). No complexo caso angolano, em que havia três movimentos de libertação de nacional que defendia projetos sociopolíticos e económicos distintos, apesar de Kaunda ter dito publicamente que queria um governo de unidade nacional, apoiava a UNITA. Com o eclodir da guerra em Angola, em 1975, com os soviéticos e cubanos a apoiarem militarmente o MPLA, Kaunda encontrou-se com o presidente dos EUA, Gerald Ford, em Washington, em abril de 1975, pedindo-lhe que impedisse o “domínio russo” sobre Angola. Ford, que tentava lidar com o colapso do governo sul-vietnamita, em Saigão, não queria envolver-se em outra guerra complexa na África Austral. A partir daí, Kaunda começou a apostar na África do Sul, pensando que não haveria grandes contestações, para intervir em Angola em defesa das forças anti-MPLA. Os líderes da SWAPO, Sam Nujoma e Peter Nanyemba, devem ter ficado a saber disso, razão que os levou a enviar as armas da SWAPO à UNITA e o general Chinkuli (do PLAN) a ordenar, em abril de 1975, algumas unidades do PLAN-SWAPO a ir lutar lado a lado com os soldados das FALA-UNITA que por sua vez se tinham juntado as forças sul-africanas. Desde modo, Vorster e Kaunda empenhavam-se em acabar com a SWAPO⁵⁶⁷.

Foi assim que se levou a que os americanos criassem uma base aérea, em Kamina, ex-Zaire (RDC), que tinha como objetivo defender os seus interesses na África Austral. Este conjunto de factos levava a um apoio e cooperação triangular militar que envolveu a África do Sul, EUA e UNITA, para fazer frente a essa força russa-cubana-MPLA que estava já em Angola⁵⁶⁸. Apesar de alguns dirigentes da SWAPO e uma parte da sua historiografia afirmar que os guerrilheiros da SWAPO tinham sido orientados para não intervirem no conflito angolano, no período de transição de Estado. Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989) contestam esta tese e incluem a SWAPO nesta complexa aliança anti-MPLA. Ou seja,

⁵⁶⁶ Office of the historian – EUA: Memorando da Conversa mantida entre Sam Nujoma, Presidente da SWAPO e Solomon Mifima, Representante de SWAPO em Lusaca com - Frank Crump, Segundo Secretário da Embaixada do EUA em Lusaca, a 4 de outubro de 1967. Homo: Documentos históricos, Relações Exteriores dos Estados Unidos, 1964-1968, Volume XXIV, África, Documento 646. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v24/d646>, consultado a 11 de abril de 2017.

⁵⁶⁷ Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namibia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 143-147.

⁵⁶⁸ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

neste período de conclusões políticas em Angola, principalmente antes da independência de Angola (11 de novembro de 1975) os guerrilheiros da SWAPO chegaram a combater contra o MPLA, ao lutar lado a lado com os guerrilheiros da UNITA logicamente, mesmo com a oposição interna. Neste contexto Fred Bridgland, em Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989) afirma:

[...] Proinfie Mac Anghusa, teria afirmado que: “Por razões que só ele próprio conhece, Sam Nujoma (Presidente da SWAPO) apoiou durante algum tempo a UNITA e o Dr. Jonas Savimbi (líder da UNITA). Os guerrilheiros da SWAPO viram-se envolvidos no mesmo lado dos soldados da África do Sul. Equipamentos militares, alimentos e provisões médica, dados por um governo amigo à SWAPO, foram parar às mãos da UNITA⁵⁶⁹.”

De acordo com Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989), os altos líderes da SWAPO, Sam Nujoma, Peter Nanyemba e Peter Mueshanga, viram-se envolvidos num esquema de corrupção. Tinham interesses em negócios: os três foram sócios em dois clubes noturnos em Lusaca – “O Kilimanjaro” e o “Lagodora” – que desviavam a logística e o armamento da SWAPO para a UNITA. Nesta perspetiva, «nos meados dos anos 70, as armas da SWAPO estavam a ser desviadas para a UNITA e alguns dos nossos homens eram forçados a combater ao lado dos sul-africanos, em apoio à UNITA, em Angola». Os guerrilheiros também se costumavam queixar dos cortes que os abastecimentos de armas e de comida estavam a sofrer. Recebiam espingardas 303 do tempo da Segunda Guerra Mundial para penetrar no Sudoeste Africano e combater o exército sul-africano, enquanto modernas AK-47 que eram enviadas da China para a SWAPO, se vendiam às centenas no mercado negro, a Jonas Savimbi e aos seus soldados da UNITA, em Angola. Os guerrilheiros se queixavam e forneceram detalhes de várias entregas de armas da SWAPO à UNITA. Numa delas, cinco homens da SWAPO, Petrus Mathias, John Andreas, Phillip Hainana, Elia Ambabi e Apollo Deigenge, levaram três camiões à base central da UNITA em Angola e deram-lhes dez B-10 antitanque⁵⁷⁰.

Portanto, como já foi dito, o plano do MPLA, com o apoio dos cubanos, dos soviéticos e dos comunistas portugueses, ultrapassou as expectativas dos planos da FNLA e da UNITA, com o apoio do Bloco do Ocidente, e conseguiu conquistar poder em Angola e afastar os outros movimentos do poder, forçando-os a retirarem-se das suas zonas de influência e a uma luta de resistência em áreas recônditas. Diante deste conjunto de factos, Ernesto Mulato (2014) afirma que aliança político-militar entre a SWAPO e a UNITA foi forçada a terminar, em Março de 1976, quando surgiu na guerra civil angolana, facto que

⁵⁶⁹ Bridgland, Fred (1989), “introdução”, em Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 10 -11.

⁵⁷⁰ Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 12-13 e 130-131.

forçou uma aliança estratégica entre a UNITA e a África do Sul do *apartheid* apoiada pelo Ocidente, que desencadeou, em simultâneo a Operação Savannah da SADF ao lado da FNLA e, posteriormente em apoio à UNITA contra o MPLA apoiado pelo contingente russo-cubano, o quadro da Guerra Fria⁵⁷¹.

Quinto período, entre 1976 e 1990

O quinto período, entre 1976 e 1990, é caracterizado pela vitória militar do MPLA, que tomou o poder fora dos princípios do Acordo de Alvor, pela retirada da FNLA e da UNITA de Luanda, fim da cooperação UNITA – SWAPO, pelo realinhamento dos sistemas de alianças e pela forte inimizade entre as duas organizações (UNITA e SWAPO), até à independência da Namíbia e o fim da Primeira Guerra Civil de Angola. A alegada “traição” da UNITA perante o seu principal aliado na África Austral, a SWAPO em 1975, em detrimento da África do Sul, motivada pelo contexto da época levando a inimizade com a SWAPO.

Durante o período de transição de Estado, Angola esteve no centro das convergências geopolíticas, aquando da Guerra Fria. As duas superpotências da época (EUA e URSS), com a ajuda de seus países satélites, transformaram o país no palco das suas disputas geoestratégicas. Quando tudo parecia ir muito bem, após o Acordo de Mombaça (de 3 a 5 de janeiro de 1975) e do Acordo de Alvor (de 10 a 15 de janeiro de 1975), o país mergulhou em crise e nem o Acordo de Nakuru, no Quênia (de 16 a 21 de junho de 1975), foi suficiente para assegurar uma transição pacífica e democrática, nem tão pouco para evitar um longo conflito violento que começou meses antes da proclamação da Independência Nacional, a 11 de novembro de 1975, devido ao envolvimento externo e a natureza dos respetivos movimentos de libertação nacional. Os EUA e a URSS fizeram de Angola um dos palcos privilegiados para as suas disputas geopolíticas, aos olhos de Portugal e da comunidade internacional que se revelaram incapazes de intervir na gestão para uma transição pacífica⁵⁷². Os três movimentos de libertação nacional depressa revelaram-se incapazes de trabalhar em conjunto, logo iniciaram uma desesperada disputa pela hegemonia político-militar, dias depois da tomada de posse do Governo de Transição. Este conflito foi-se agravando pela intervenção externa, pelas rivalidades geopolíticas da Guerra Fria e pela determinação sul-africana em impedir a tomada do poder pelo MPLA e, conseqüentemente, impedir o apoio deste aos nacionalistas do Sudoeste Africano, particularmente a SWAPO⁵⁷³. Angola tornava-se o principal tabuleiro no confronto para a

⁵⁷¹ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 166 e 171.

⁵⁷² Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 362-368.

⁵⁷³ Hodges, Tony (2002), *Angola- Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científica, p. 26.

afirmação da influência das duas superpotências em África, principalmente no cone austral do continente, uma das zonas estratégicas mais importante nas rotas marítimas⁵⁷⁴, tal como já referimos no primeiro capítulo.

Entretanto, os Estados Unidos teceram manobras estratégicas a favor da coligação FNLA-UNITA, no apoio do Zaire, da Zâmbia, da África do Sul, contra o MPLA. De igual modo, o MPLA contava com todo o apoio político e militar da URSS, de Cuba e de outros países da órbita socialista, que teceram manobras a seu favor⁵⁷⁵. O plano do MPLA, com o apoio dos cubanos, dos soviéticos e dos comunistas portugueses⁵⁷⁶, ultrapassou as expectativas dos planos da FNLA e da UNITA, com o apoio do bloco capitalista, e conseguiu afastar os outros movimentos do poder, forçando-os a das suas zonas de influência. Essas duas forças, a FNLA e a UNITA, acabaram por adaptar uma postura de resistência e, conseqüentemente, estabelecer uma aliança com as tropas do regime sul-africano. Perante a superioridade da coligação militar russa-cubana-MPLA e a um governo (de Angola) que defendia uma ideologia socialista monopartidária, à UNITA só lhe restavam duas hipóteses: integrar-se no MPLA ou contar com o apoio de um aliado forte com interesses político e militares em Angola – a África do Sul.

Perante esse contexto, a partir de agosto de 1975, a relação entre a SWAPO e a UNITA começou a entrar para um estado complexo, de completa dissonância, devido à intervenção das forças externas antagónicas – por um lado, a Cuba e a Rússia que tinham como objetivo expedir o socialismo, a custo de sacrifício de outros movimentos e, por outro lado, as forças zairenses e sul-africanas, apoiadas pelos EUA, que tencionavam travar a expansão do comunismo na África Austral e aniquilar as forças da SWAPO instaladas em Angola. Segundo Evaristo Ndemupateka David (2016), com a intervenção externas a correlação de forças internas mudou drasticamente, isto é, já não eram somente os angolanos interessantes no conflito interno, já havia forças externas interessadas. No entanto, o conflito também mudou de carácter no quadro do conflito Este-Oeste. Nesta altura, quer a UNITA e quer a SWAPO eram as forças a sacrificar, exceto o MPLA porque já tinham firmado uma aliança com o Bloco do Leste. Este facto punha em risco a relação da UNITA com a SWAPO, porque possivelmente as forças armadas sul-africanas eram capazes de inverter o quadro Este-Oeste e sacrificar militarmente a UNITA e a SWAPO. Assim como na possibilidade do MPLA poder afastar a SWAPO na fronteira, através de um acordo com Agostinho Neto, que obrigava o MPLA a largar a SWAPO, e os sul-africanos a

⁵⁷⁴ Almeida, Eugénio da C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa, Edições Colibri, p. 45.

⁵⁷⁵ Mbah, Jean M. Arsene (2010), *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*, Luanda, Mayamba, p. 310. Ver também Sá, Tiago Moreira de (2011) *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote, p. 277.

⁵⁷⁶ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 171.

largarem a UNITA, e em caso de uma mudança drástica eventualmente dar o poder aos partidos namibianos internos, sacrificando a SWAPO⁵⁷⁷.

De acordo com Jonas Savimbi (1979), os sul-africanos entraram em Angola em outubro de 1975. Nessa altura, já os cubanos combatiam em todas as frentes. Em agosto desse ano quando a UNITA capturou, no Balombo, oficiais e soldados cubanos, ainda não se encontrava em Angola um único soldado sul-africano. A entrada das tropas sul-africanas no Sul do País, isto é, nas zonas da UNITA, complicou imensamente a nossa política externa, porque os países africanos identificaram a UNITA com o regime da África do Sul. Será estranhamente ingénuo que alguém acredite que a UNITA pudesse convencer os sul-africanos a envolverem-se numa aventura de dimensões político-económica como era o caso de Angola⁵⁷⁸.

Todavia, segundo Lázaro Cárdenas Sierra (2010), em novembro de 1975, a revista sul-africana “Star Weekly” assinalou, “se a UNITA toma o poder em Angola não haverá ajuda alguma aos Movimentos de Libertação que projetam, por seu lado, tomar o poder no Sudeste Africano”, referindo-se assim à Namíbia. Este autor acrescenta que, em maio de 1975, Savimbi teria falado para o diário sul-africano “Financial Mail”, no qual destacou a sua esperança na possibilidade de “os futuros líderes” de Angola cooperarem com a África do Sul, dizendo: “[...] espero que qualquer líder, que seja realista, aceite a cooperação política e económica com esse país”. As bases da futura cooperação UNITA-SADF estavam assentadas⁵⁷⁹. Nesta fase do conflito angolano, na véspera da independência, a SWAPO chegou a combater ao lado das forças da UNITA e SADF, como dizem Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989),

Em Outubro, começaram a vir a público relatórios segundo os quais a Força de Defesa Sul-Africana tinha invadido Angola e estava a lutar ao lado da UNITA. Era bizarro. Era incompreensível. Ao princípio não conseguia acreditar. Mas era verdade. Os guerrilheiros [da SWAPO] [...] fizeram várias alegações sérias sobre oficiais superiores da SWAPO que colaboravam com a África do Sul desde 1966, enganando pessoas como Toivo ya Toivo e Hainyeko. Fechar os olhos a estes actos maldosos, é trair não só a Namíbia, mas a África no seu conjunto. As batalhas em que eles tinham sido forçados a lutar ao lado dos Boers e da UNITA, disseram, foram Munhongo, Cangumbe e Luso – todos no Caminho de Ferro de Benguela – e em Serpa Pinto, mais no sul de Angola. Enumeram os nomes dos comandantes da SWAPO que tinham levado unidades para estas batalhas: Major Jackson Kakwmbi, chefe dos serviços de informação da SWAPO; os Comandantes Haulondjaba, Kafite e Ushona; os Capitães Nakada, Tashiya,

⁵⁷⁷ Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016.

⁵⁷⁸ Savimbi, Jonas (1979), *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, p. 70

⁵⁷⁹ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, pp. 46-47.

“Mac” Namara e Aron Embashu, e os oficiais, como Jona Shingenge, Andreas Intambe, “Green” Matonga, Nganyone, Katjipuka e Shikangala. Alegaram que Peter Nanyemba tinha supervisionado pessoalmente alguma entrega de armas da SWAPO à UNITA⁵⁸⁰.

De acordo com Alcides Sakala⁵⁸¹ [...] depois do abandono estratégico das cidades para o sul, leste e sudeste de Angola, a UNITA realizou o Congresso do Lutuei, em Sandona, tendo resultado o "Manifesto do Cuanza", sobre o qual a UNITA optou por resistir perante ao cerco-especialismo, russo-cubano-MPLA, bem como determinou as linhas orientadoras para o início da resistência popular generalizada contra a presença das forças estrangeiras no nosso País – construção de uma base de apoio da UNITA, a Jamba chegou a transformar-se na capital provisória da UNITA; cooperação intensa com o Ocidente e com a África do Sul, na área militar, procurar tirar vantagens no quadro dos interesses convergentes, no quadro da Guerra Fria⁵⁸².

A UNITA viu-se obrigada a defender-se. Para tal precisava de meios logísticos para fazer a guerra, contra o MPLA que recebia da Rússia uma ajuda pontual. A UNITA não tinha uma retaguarda logística que permitisse ter capacidade bélica e logística para poder enfrentar a “máquina de guerra” do MPLA. Esta conjugação de interesses levaram a UNITA a procurar apoio à África do Sul⁵⁸³. A cooperação político-militar entre a SWAPO e a UNITA terminou devido aos interesses estratégicos de cada movimento, isto é, depois de Savimbi ter-se aliado à África do Sul em agosto de 1975⁵⁸⁴, pois, tornava-se impossível a UNITA e a SWAPO, fazerem face a dois adversários muito poderosos. Isso significa que foram os interesses estratégicos que conduziram ao fim da cooperação entre a UNITA e a SWAPO. Por um lado, estava a UNITA que precisava de sobreviver e, por outro, a SWAPO que precisava de uma oportunidade para concretizar o seu objetivo, isto é, a SWAPO precisava dos cubanos e do MPLA para enfrentar o exército sul-africano. A UNITA precisava da África do Sul para poder sobreviver e contrapor às ações da coligação MPLA-Cuba. Então era preciso fazer um realinhamento de aliança, ligando-se com a África do Sul para a UNITA poder resistir⁵⁸⁵.

A UNITA rompeu a sua cooperação com a SWAPO e começou a combater contra o MPLA e contra SWAPO. A partir de então os sul-africanos passaram a apoiar a UNITA a

⁵⁸⁰Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 135-131.

⁵⁸¹ Alcides Sakala Simões foi Comissário Político comandante da Frente Sul, diplomata da UNITA nos EUA, Alemanha Federal e Democrática e em Portugal.

⁵⁸² Entrevista a Alcides Sakala em "Memórias da Independência" Programa Televisivo da TV Zimbo, 24 de outubro de 2016, em Luanda, apresentado por Guilherme Galiano.

⁵⁸³ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁵⁸⁴ Dreyer, Ronald (1988), *The Search for Independence and Regional Security (1966-1988)*, Programme for Strategic and International Security Studies – PSI Occasional Papers Number 3/1988, Geneva, p. 3.

⁵⁸⁵ Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016.

fim de este podia impedir a SWAPO chegar à fronteira. Desde então passou a dar apoio material à UNITA para se defender das forças do MPLA⁵⁸⁶. Segundo José Mwailepeni Monulo (2016), a aliança entre a UNITA e os sul-africanos foi estabelecida oficialmente no fim do ano 1976, quando pela primeira vez Jonas Savimbi solicitou formalmente aos sul-africanos uma base de apoio no território namibiano (área do Delta, onde viria a instalar as primeiras bases), material logístico e bélico e treinos militares. António Vakulukuta⁵⁸⁷ passou a ser o intermediário. Em 1977, começaram a chegar à Angola o primeiro material de guerra, medicamentos e comida, vindos da África do Sul. Criou-se a base no Rundu para apoiar quase toda a área do leste, centro e norte de Angola. E a outra via era na área de Onanghwe. Esta era só para apoiar a chamada região 65, a região 49 e uma parte da região 19⁵⁸⁸. José Lázaro Kakunha (2016) salienta,

Nós tínhamos um adversário poderoso e alguém veio bater a nossa porta, nós não podemos calar ou negar, seria uma estupidez". Os sul-africanos atacavam e não ocupavam, só avançavam e a UNITA fazia a questão de ocupar⁵⁸⁹. Até depois um jornalista perguntou ao Dr. Savimbi: O Dr. Savimbi está a receber a ajuda da África do Sul do *apartheid*? E o Dr. Savimbi disse que "sim, quando você cai um buraco, procure quem te tira, não olhe pela cor do braço. Essa foi a resposta do Dr. Savimbi⁵⁹⁰.

Debruçando-se sobre a ligação UNITA-África do Sul, Jonas Savimbi (1979) salienta que, no início da intervenção das forças sul-africanas havia uma hostilidade total entre ambas as partes. Na cidade de Ondjiva (sob o comando de Vakulukuta), no Hoque e em Sá da Bandeira (sob o comando do secretário-geral Miguel N'Zau Puna). Só quando as SADF chegaram a Catengue, na sua marcha para Benguela, é que a UNITA entendeu que não podia tomar em consideração a sua presença. Segundo Jonas Savimbi (1979), isto mostra decerto que a UNITA não pediu à África do Sul para intervir ao seu lado. Alguém, mais poderoso, tinha encorajado a África do Sul a tomar essa atitude⁵⁹¹. Neste quadro, à medida que as tropas sul-africanas foram penetrando e expulsando as forças do MPLA ao longo do território angolano, em direção a Luanda, criava-se uma organização da

⁵⁸⁶ Entrevista a Alcides Sakala em "Memórias da Independência" Programa Televisivo da TV Zimbo, 24 de outubro de 2016, em Luanda, apresentado por Guilherme Galiano.

⁵⁸⁷ Era Comissário Político da UNITA no Cunene, era contestado pelos sul-africanos que o consideravam comunista, devido aos apoios que dava aos elementos da SWAPO, relativamente ao trânsito pelo interior de Angola, num esquema de camuflagem.

⁵⁸⁸ Segundo José Mwailepeni Monulo, tinha-se dividido as províncias em regiões militares. A região 65 era na província do Cunene. A divisão era a estrada que ia a Santa Clara – EN105. O lado direito era a região 65 e abrangia a estrada que vai do Cuvelai e Matala até ao rio Kalonga. E o lado esquerdo de quem vai à Santa Clara era a região 49 e a região 19 era na província da Huila. (Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016).

⁵⁸⁹ Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016.

⁵⁹⁰ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁵⁹¹ Savimbi, Jonas (1979), *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, p. 71.

administração oposta à do MPLA, dirigida principalmente pela UNITA⁵⁹². No entanto, Karla Suárez (2017) acredita que, se as tropas sul-africanas tivessem chegado a Luanda e conquistada a capital, até a própria UNITA estaria equivocada em relação ao que iria acontecer. Aquilo era um plano maior, pois a África do Sul já ocupava a Namíbia e – vivia-se o regime do *apartheid* – a seguir era Angola. Quer dizer, aquilo ia ficar, desde Cabo até Cabinda, todo território não só sul-africano mas sob o regime do *apartheid*⁵⁹³. Porém, quando a SADF estava a ser expulsa pelo MPLA viu-se incapacitada, logo juntou-se à UNITA⁵⁹⁴. Nesta época, as forças da UNITA iam em direção à Quibala, a partir da Cela e do Mussende e para o Luso, com a intenção de controlar o Caminho de Ferro de Benguela, e as forças sul-africanas já realizavam a sua retirada do território angolano. Portanto, a UNITA não limitou a sua ação apenas à zona Sul⁵⁹⁵.

Neste contexto antes da chegada dos cubanos em Angola, toda parte sul de Angola já estava sob domínio da UNITA. Também foi neste período em que se viu o apoio aberto de armamento da África do Sul a favor dos guerrilheiros da UNITA. No começo da guerra os guerrilheiros da UNITA não tinham capacidade de enfrentar as FAPLA e os cubanos. Quem tinha capacidade de enfrentar as FAPLA era só a FNLA que realmente tinha material militar. A UNITA tinha pouquíssimo que tivera conseguido do exército colonial. A UNITA só se viu fortificada depois da invasão sul-africana⁵⁹⁶. De acordo com José Lázaro Kakunha (2016), UNITA não comungava com qualquer tipo de interesse político ideológico com a administração sul-africana. Simplesmente, a UNITA precisou da África do Sul de meios logísticos para combater os cubanos. Por isso, em várias ocasiões a UNITA devolveu vários soldados da SWAPO por eles capturados pela pelo facto de os guerrilheiros da SWAPO, na visão de Jonas Savimbi, “serem revolucionários, também estarem a lutar contra os seus inimigos”⁵⁹⁷.

Segundo Jonas Savimbi (1979), os sul-africanos já tinham esclarecido quem os encorajara a entrar em Angola, com o objetivo de combater o comunismo. A intervenção estrangeira em Angola, por cubanos, russos, sul-africanos e outras forças, foi uma consequência de Angola ser um país rico e que ocupa uma posição estratégica importante. Por ser uma base potencial, pode atenuar ou acelerar choques na Namíbia, na África do Sul e no Zimbabué. Naturalmente que a URSS estava tão interessada em Angola, como os EUA. Simplesmente, os EUA estava desmobilizado. Tinha sofrido o traumatismo da derrota na guerra imperialista que sustentou no Vietname e o escândalo Watergate. Os EUA

⁵⁹² Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 56.

⁵⁹³ Suárez, Karla (2017), *Um lugar chamado Angola*, Porto, Porto Editora.

⁵⁹⁴ Entrevista a José Mwailpeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

⁵⁹⁵ Savimbi, Jonas (1979), *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, p. 71.

⁵⁹⁶ Entrevista a Quartim Saulo Hupopi Paulo, em Ondjiva, 21 de novembro de 2016.

⁵⁹⁷ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

estavam, além disso, nas vésperas das eleições e nem o Presidente Ford, que tinha substituído Nixon, nem o candidato democrata Jimmy Carter desejavam comprometer-se numa questão delicada e complexa⁵⁹⁸.

Nesta perspetiva, sem poder contar com a ajuda dos EUA, a UNITA não teve outra escolha senão aceitar uma aliança estratégica com o pior inimigo da SWAPO, a África do Sul, como diz Alcides Sakala (2016), “é preciso dizer isso com toda a transparência porque os sul-africanos também tinham os seus interesses nesta região e nós também tínhamos os nossos interesses até que depois evoluímos para as grandes batalhas como a do Cuito Cuanavale”⁵⁹⁹. A África do Sul explorou a sua posição geoestratégica, no quadro da extensão da Guerra Fria, para cenários secundários. A África do Sul procurava impedir a ligação da SWAPO com o MPLA, que se declarava pró-soviético e anti-*apartheid*, ou com qualquer outra estrutura que conquistasse o poder em Angola, bem como aniquilar as forças da SWAPO no território angolano. Mas, para obter o apoio do Ocidente, no quadro da Guerra Fria, teve que incluir a luta anticomunista na sua estratégia. Neste período já se verificava uma intensa movimentação do Bloco do Leste, em torno de interesses soviéticos, cujo programa consistia em libertar e ter sob sua influência Angola, Namíbia, África do Sul e Zimbabué, bem como controlar a rota do Cabo a fim de fechar os petroleiros que iam para a América. Os EUA também tinham o seu interesse na região, desde o controlo dos recursos estratégicos e da rota do Cabo, até ao combate a expansão comunista na região.

Os países ocidentais queriam perpetuar o regime sul-africano na Namíbia ou uma transição gradual – evitando uma transição radical – pelo facto de ser um país rico em recursos minerais e por se terem implantado grandes multinacionais dos países ocidentais⁶⁰⁰. No entanto, o Ocidente precisava de um aliado forte capaz de conter a hegemonia russa na África Austral. A força mais próxima capaz e que também tinha interesse militar em Angola era a África do Sul⁶⁰¹. Também os países africanos ditos moderados (Zâmbia, Zaire, entre outros), de então, sentiam-se ameaçados por terem um vizinho socialista. Então, esses encorajaram os norte-americanos e pediram-lhes que estendessem a sua mão para que pudesse travar essas expansões. A FNLA teve interesse porque era aliada de Mobutu Seseko, este era uma pessoa muito respeitada em África⁶⁰².

Desde então o conflito de Angola deixou de ser uma simples questão da UNITA ou da SWAPO. Com a presença cubana em Angola, tudo mudou drasticamente, deixou de ser

⁵⁹⁸ Savimbi, Jonas (1979), *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, p. 72.

⁵⁹⁹ Entrevista a Alcides Sakala em "Memórias da Independência" Programa Televisivo da TV Zimbo, 24 de outubro de 2016, em Luanda, apresentado por Guilherme Galiano.

⁶⁰⁰ Entrevista a Alcides Sakala em "Memórias da Independência" Programa Televisivo da TV Zimbo, apresentado por Guilherme Galiano, 24 de outubro de 2016, em Luanda.

⁶⁰¹ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

⁶⁰² Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016.

um conflito local para um conflito internacional⁶⁰³. Entretanto, o envolvimento dos EUA em África foi motivado pelo envolvimento soviético nas "guerras de libertação" e por tentativas soviéticas de manter regimes declaradamente marxistas-leninistas nesta sub-região do continente. Os nacionalistas e os governos africanos voltaram-se para a União Soviética para obter armas, treinamento e assistência financeira quando o Ocidente recusou tal auxílio⁶⁰⁴. O conjunto de interesses geoestratégicos dos dois blocos antagónicos já foi apresentado no primeiro capítulo. Argumentando sobre os motivos da cisão das relações que existiram entre a UNITA e a SWAPO, Alcides Sakala (2016) afirma,

[...] a SWAPO não tinha muitas opções. Ou ficar connosco e irmos para as matas juntos, de facto teriam mais dificuldades de fazer a sua luta contra os sul-africanos, já que nesta altura se falava muito da presença sul-africana no nosso País. Mas, os sul-africanos depois se retiraram, por força dessa recomendação e decisão da OUA, de Janeiro de 1976, em que obrigava as forças estrangeiras que estavam estacionadas em Angola tinham de deixar o País. De facto, os sul-africanos retiraram-se, mas os cubanos continuaram no País, nessa altura. A SWAPO teve que optar. A SWAPO tinha combates por fazer porque tinha que libertar a Namíbia. Portanto teria mais vantagens se ficasse com o MPLA, como o fez. [...] e naquela altura, se nós [a UNITA e a SWAPO] persistíssemos poderíamos ter perdido. Porque seríamos nós todos inimigos da tropa sul-africana. Então, para que isso não acontecesse a SWAPO decidiu colocar-se ao lado do MPLA, porque o MPLA tinha o apoio dos cubanos e um programa de libertar os povos da África Austral que era a Namíbia, África do Sul e o Zimbabué, pelo que estavam em Angola os movimentos de libertação destes países, o ANC, do Zimbabué estava o partido ZAPU e ZANU e a SWAPO⁶⁰⁵.

Neste contexto Holden J. Uulenga (2016) acrescenta afirmando que,

Quando o MPLA conquistou o poder em Angola a UNITA foi para o sul Angola e chegou mesmo até aqui, na Namíbia. A UNITA como tinha relações com a África do Sul, alguns dos seus guerrilheiros ficavam aqui na Namíbia. Enquanto nós saímos de Angola para ir lutar na Namíbia, a UNITA saía da Namíbia para ir lutar em Angola. O rompimento das nossas relações com a UNITA deve-se ao facto do seu envolvimento com os sul-africanos e também pelo facto de nos impedir quando saíamos de Angola para ir lutar na Namíbia. A UNITA uniu-se ao nosso inimigo (a África do Sul), logo também é nosso inimigo. Devido a este contexto, houve um interesse estratégico de união entre as FAPLA e o PLAN. Essas operações conjuntas entre PLAN e as FAPLA continuaram até à morte de Jonas Savimbi⁶⁰⁶.

⁶⁰³ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

⁶⁰⁴ Duiggnam, Peter e Lewis H. Gann (1994), *Communism in Sub-Saharan Africa: A reappraisal, Estados Unidos da América*, Hoover Institution of the University of Stanford, pp. 20-21.

⁶⁰⁵ Entrevista a Alcides Sakala em "Memórias da Independência" Programa Televisivo da TV Zimbo, 24 de outubro de 2016, em Luanda, apresentado por Guilherme Galiano.

⁶⁰⁶ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

Neste prisma, tornava-se impossível e sem razão a SWAPO continuar a cooperar com a UNITA, visto que esta mantinha uma relação de cooperação com o seu principal inimigo, os sul-africanos. A UNITA tentou criar um triângulo estratégico-militar complexo e quase impossível (SWAPO-UNITA-África do Sul), mas sem sucesso. Visto que a SWAPO lutava pela independência do Sudoeste Africano que estava sob subjugação da África do Sul. Diante desta situação, segundo Alcides Sakala (2016), “a SWAPO rompeu as relações conosco e tornou-se um adversário, um inimigo nosso ali na zona do Cunene”⁶⁰⁷. Logo, a UNITA passou de melhor amigo para autêntico inimigo da SWAPO. Foi nesta sequência que em março de 1976, a UNITA atacou um veículo Land Rover da SWAPO, perto de Ondjiva, com um número não especificado de pessoas a bordo. Este evento marcou aberta e oficialmente o início do fim da relação então aparentemente irreconciliável entre a SWAPO e a UNITA⁶⁰⁸. Ainda nesta perspectiva José Mwailepeni Monulo (2016) afirma que,

[...] houve confrontos militares entre a UNITA e a SWAPO aqui mesmo na província do Cunene e na província do Bié, porque a SWAPO, depois, recebeu bases na província do Bié. Aqui na província do Cunene havia pequenas bases da SWAPO, a base maior estava na província da Huila, na área de Cassinga. Eu testemunhei, aqui na província do Cunene, a UNITA saía para atacar directa e/ou indirectamente as bases da SWAPO. Houve choque militares inesperado que acabavam em combates entre a SWAPO e a UNITA. Posteriormente a SWAPO passou a ir atacar as bases da UNITA. Eu ainda me lembro na área de Okafima, em setembro ou outubro de 1977 houve algumas bases da SWAPO em Okalemo (Cunene), depois em Omulave (Cunene) e outra base estava em Okafima, perto do atual Posto de Okafima. Esses vinham atacar a base da UNITA que estava também em Okafima, eram comandados pelo Major Kanonguesa e pelo Shimbede. No entanto, nós também fomos fazer o contra-ataque. A partir deste momento a SWAPO começou já mesmo a nos perseguir, a atacar mesmo directamente, passando a levar o nosso gado e o gado do povo. Vivemos isto, desde 1977 até 1979, nesta área da Okafima e Oshitumba. Em 1979 a SWAPO sobe um pouco e vai se instalar naquela área do Cuvelai, saiu destas áreas todas. Muitas bases subiram, incluindo a de Okalemo, e só restaram alguns Postos⁶⁰⁹.

Ainda no quadro as rivalidades entre a UNITA e a SWAPO, de acordo com Alcides Sakala (2016), depois de 1976, a SWAPO era muito ativa na Província do Cunene, uma zona estratégica para este movimento e de disputa entre os beligerantes. Este facto motivou uma série de ataques e contra-ataques entre forças da SWAPO e da UNITA,

⁶⁰⁷ Entrevista a Alcides Sakala em "Memórias da Independência" Programa Televisivo da TV Zimbo, 24 de outubro de 2016, em Luanda, apresentado por Guilherme Galiano.

⁶⁰⁸ Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, p. 1282.

⁶⁰⁹ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

comandadas pelo General Vida de Deus, com um suporte militar das forças sul-africanas estacionadas ao longo da fronteira⁶¹⁰.

Este período de clima intransigente entre a UNITA e a SWAPO continuou durante todo período da Primeira Guerra Cível Angolana, uma que a SWAPO se aliou ao MPLA e Cuba, protagonizando conjuntamente vários combates no solo angolano, incluindo a célebre Batalha do Cuito Cuanavale. E terminou de depois do Acordo de Nova Iorque, assinado a 22 de dezembro de 1988, e conseqüentemente após a independência da Namíbia a inimizade entre a UNITA e a República da Namíbia – governada pela SWAPO – continuou, como veremos no capítulo IV.

Sexto período, entre 1990 e 2002

Este período, entre 1990 e 2002, é caracterizado pela Namíbia independente, a Segunda Guerra Civil Angolana, as ações conjuntas das FAA e NDF contra as forças da UNITA no Sudeste de Angola. Na Segunda Guerra Civil de Angola (1992-2002). Com a Namíbia independente, sob governo da SWAPO, a UNITA continuou a ser considerada inimiga do governo da Namíbia. Este facto levou os governos de Angola e da Namíbia a efetuarem ações conjuntas contra as posições da UNITA no Cuando Cubango (Angola), até a captura da base central e “capital” da UNITA – a Jamba –, e fim da Guerra Civil em Angola. Portanto, a UNITA era considerada pelo governo da Namíbia como “inimigo de Estado” e responsável pela instabilidade política que se observava em Caprivi, motivando o envolvimento da NDF no conflito angolano, como veremos no último capítulo IV.

Sétimo período, período pós-2002

No período pós-conflito angolano (pós-2002), podemos afirmar que a relação entre a UNITA e a SWAPO/governo da Namíbia encontram-se “estagnadas”. O facto de a UNITA ter tido uma relação próxima com o governo África do Sul, durante o período entre 1975 e 1989, que ocupava e administrava ao Sudoeste Africano, com uma política de *apartheid*, e que tinha invadido a Angola com o pretexto de perseguir a SWAPO, permitiu que UNITA ganhasse uma má reputação em muitos governos de África, inclusive na Namíbia. Por esta razão ainda é receoso falar de uma nova relação de aproximação entre a SWAPO e a UNITA. Por este facto, também a maior parte da historiografia nacionalista da SWAPO insiste na animosidade e no silêncio quanto à questão da cooperação entre a SWAPO e a UNITA. De facto, também foi constatado durante a recolha de informação através das entrevistas, nas quais os nossos entrevistados da SWAPO narravam de forma limitada ao

⁶¹⁰ Entrevista a Alcides Sakala em "Memórias da Independência" Programa Televisivo da TV Zimbo, 24 de outubro de 2016, em Luanda, apresentado por Guilherme Galiano.

abordar a questão da cooperação UNITA-SWAPO e optaram por se debruçar abertamente e com toda a simpatia sobre a cooperação SWAPO-MPLA.

Neste quadro, a relação atual entre a UNITA e os seus antigos aliados, segundo José Chiwale (2018), “encontra-se ofuscas, pois a ZANU-PF e SWAPO conquistaram o poder nos respectivos países, bem como a China e são fortes aliados do MPLA, e o PAC e COREMO acabaram por desaparecerem do cenário político. Mas, tudo está a ser feito para revitalizar as amizades”⁶¹¹.

4.4. Cooperação Multifacetada com Benefício Recíproco

Além dos treinos de que a UNITA beneficiava, em nome da SWAPO, na China e em alguns países africanos como a Tanzânia e a Tunísia, também alguns guerrilheiros da UNITA beneficiaram de outras oportunidades como se fossem membros da SWAPO. Até o material logístico da UNITA vinha em nome da SWAPO⁶¹². A SWAPO, como não tinha condições territoriais para fazer a guerra contra as forças sul-africanas no Sudoeste Africano, beneficiou de uma retaguarda que lhe pôde servir de ponto de partida para atacar o exército sul-africano. As bases da UNITA tinham-se transformado num uma retaguarda e escudo da SWAPO ⁶¹³.

Também havia troca de experiência entre a SWAPO e a UNITA, no domínio das línguas – o português e o inglês. Cada movimento tinha no seu companheiro seus interesses estratégicos, porque no princípio, não havia uma intervenção e interferência “visível” dos dois blocos antagónicos e da África do Sul. O interesse maior, naquela altura, segundo José Mwailepeni Monulo (2016), era o de “libertar os povos negros do colonialismo branco. Este era o objetivo de todo o africano”⁶¹⁴. A SWAPO desde sempre prestou apoio diplomático à UNITA, visto que, nos primeiros tempos, os representantes diplomáticos da UNITA, no exterior, ainda não tinham experiência para argumentar, de modo convincente, sobre a luta angolana, nos círculos por onde se moviam ⁶¹⁵.

A conjuntura política e geoestratégica, daquela época, impunha essa cooperação entre a UNITA e a SWAPO que teria desencadeado um cruzamento de interesses. A UNITA e a SWAPO estavam unidas em torno de um projeto nacionalista que visava a independência dos seus “países”⁶¹⁶. A UNITA beneficiava dos suportes logístico e

⁶¹¹ José Chiwale (2018), em “Hora das Perguntas” (programa da Rádio Despertar – Angola), (online), na ocasião das comemorações 52º aniversário da fundação da UNITA, 14 de março de 2018.

⁶¹² Entrevista a Evaristo Ndemupateke David, em Ondjiva, 08-09-2016.

⁶¹³ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁶¹⁴ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

⁶¹⁵ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 114-115.

⁶¹⁶ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

diplomático da SWAPO. E, tal como referido anteriormente, esta relação era crucial para a SWAPO para que operasse livremente no território operacional da UNITA e, essencialmente, para que a SWAPO pudesse ter passagem para o Sudoeste Africano através da sua fronteira com Angola. Portanto, a relação entre a SWAPO e a UNITA foi certamente simbiótica e de apoio mútuo⁶¹⁷.

A linha ideológica dos movimentos de libertação, neste caso, não foi o pressuposto principal. Os que se alistavam encaravam os movimentos como um instrumento para a libertação dos povos africanos. Mesmo em Angola, muitos aderiram à UNITA, ao MPLA ou à FNLA não pela ideologia, aderiram a estes movimentos pelo facto de estes afirmarem a intenção de libertar os seus territórios da dominação colonial. Os que ingressavam com base na opção ideológica, geralmente, eram os homens com um certo grau de instrução escolar⁶¹⁸. Apesar de existirem vários fatores, podemos afirmar que os interesses geoestratégicos e os logísticos (economia-militar) foram os principais elementos que determinaram, nos primeiros tempos, a aproximação entre a UNITA e a SWAPO. Diante destes, outros elementos, acima referidos, incluindo o presidente Jomo Kenyatta, passaram também a facilitar essa aproximação⁶¹⁹, ainda antes deste período, precisamente antes do Quartel-general da SWAPO ser transferido da Zâmbia para Angola.

Segundo Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989) embora certos guerrilheiros fossem mais simpatizantes dos rivais da UNITA em Angola – o MPLA –, a SWAPO tinha estado, durante anos, muito próxima da UNITA. Muitos dos homens da SWAPO tinham relações de sangue. A SWAPO e a UNITA tinham lutado juntas contra os Portugueses e os Sul-africanos em Angola, quando Savimbi e os seus homens foram e voltaram do treino de guerrilha, em 1965 e 1966, a SWAPO tomou conta deles em Dar-es-Salaam e protegeu-os do MPLA, que tinha campos ali montados e que teria morto Savimbi se tivesse conseguido pô-los as mãos em cima. A SWAPO fez passar Savimbi através da Tanzânia e da Zâmbia para Angola. O próprio Savimbi disse que a primeira arma que teve foi uma Takarev dado por Nujoma⁶²⁰.

Segundo Tony da Costa Fernandes (1977), a UNITA durante a sua própria luta de libertação nacional ajudou a SWAPO na luta pela independência do Sudoeste Africano. A SWAPO teve de usar as bases da UNITA, em Angola, como ponto de passagem e unidade. A UNITA fazia isto, à partida, porque acreditava na solidariedade africana revolucionária.

⁶¹⁷ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora, p. 217.

⁶¹⁸ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

⁶¹⁹ Entrevista a Evaristo Ndemupateke David, em Ondjiva, 08-09-2016.

⁶²⁰ Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 131-132.

Até março de 1976, a SWAPO pôde contar sempre com o apoio da UNITA⁶²¹. Portanto, contrariamente às afirmações da maioria da historiografia da Namíbia em relação à cooperação entre a UNITA e a SWAPO, segundo a qual a cooperação entre estes dois movimentos só beneficiou a UNITA, esta cooperação teve um benefício recíproco.

5. Nota Conclusiva do Capítulo

Ao contrário da França, Bélgica e do Reino Unido – que empreendeu um processo de descolonização das suas colónias na África por via política –, Portugal, Rodésia e África do Sul procuravam cimentar a sua permanência e o domínio da minoria branca sobre a maioria negra na África Austral, nomeadamente na Rodésia, Angola, Moçambique, África do Sul e Sudoeste Africano. O insucesso da luta política na década de 40 e 50 do século XX levou à formação de movimentos de libertação nacional que começaram a empreender a luta armada na década de 60.

A fundação da Organização para a Unidade Africana (OUA), a 25 de maio de 1963, em Adis Abeba, e do Comité de Libertação da OUA deu outra dinâmica na luta anticolonial e *antiapartheid* na África Austral, e também exerceu uma certa influência para o reconhecimento de movimentos de libertação nacional, maioritariamente com ideologia socialista marxista-leninista como únicos representantes dos respetivos territórios. É o caso da SWAPO, FRELIMO, ANC, MPLA, ZANU-PF (ZAPU e ZANU) e PAIGC que passaram a ter as suas sedes políticas em Dar-es-Salaam, campo de treino militar em Kongwa, bem como apoio político, educação, diplomático, económico e militar. Com o objetivo de darem uma nova dinâmica à luta pela libertação da África Austral para atingir os seus objetivos e também para cumprir com um dos princípios do pan-africanismo e da OUA – promover a cooperação internacional, entre os movimentos de libertação nacional de África, a fim de lutar pela liberdade e acabar com o colonialismo em África –, os movimentos de libertação nacional da África Austral procuraram estabelecer alianças ou relações de cooperação entre si, com base nas afinidades político-ideológicas que defendiam, nos interesses geoestratégicos e económico-militares de cada movimento. É neste quadro que surgiu inicialmente a Frente Unida de Ação/*United Front of Action* (UFA), em 1966, formada pela UNITA, ZAPU, SWAPO, ANC, PAC e o ZANU, cujo objetivo era de se unirem para a luta pela independência do sul da África. Em 1967, foram incluídos a FRELIMO e o COREMO. A UFA começaria a atuar, inicialmente, em Angola até à sua independência e, mais tarde, no Sudoeste Africano e na África do Sul. No entanto, a pouca aceitação e o não reconhecimento de alguns destes movimentos por parte de alguns países africanos

⁶²¹ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), entrevista de Tony da Costa Fernandes ao “O Jornal Crónicas de A Z”, em Lisboa, a 30-06-1977). F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1977 > SR: 06 – Junho, Dia 30, Jornal de I 3 - 6 - 7 5.

influentes na OUA, do Ocidente e pela URSS, bem como as rivalidades sino-soviético levaram ao fracasso da Frente Unida de Ação. Portanto, a Frente Unida de Ação não teve um impacto prático expressivo na sua luta pela independência devido à retirada de alguns movimentos e, principalmente, devido à interferência da URSS. De modo a neutralizar os seus dois adversários (EUA e China), entre 8 e 12 de janeiro de 1969, a URSS obrigou seis movimentos de libertação marxista-leninista africanos (MPLA, PAIGC, FRELIMO, ANC, a SWAPO e a ZAPU) a formarem uma outra aliança estratégico-militar e política – Aliança de Cartum – cuja sede do Comité de Mobilização estaria no Cairo e seu comando na Tanzânia, e teria o apoio dos países da órbita socialista. Com esta aliança, a URSS pretendia propagar sua ideologia política em África e, ao mesmo tempo, travar o avanço da influência americano no continente africano.

No início de 1970 foi formado o Movimento de Libertação da África Austral (MLAA), cujo objetivo era, especificamente, lutar de forma conjunta e coordenada pela independência da África Austral. O MLAA era composto por movimentos socialista marxista-leninista da África Austral reconhecidos pela URSS (MPLA, FRELIMO, FROLIZI, ZANU e ZAPU, ZANU-PF, ANC e SWAPO) e funcionava como uma organização de caráter regional, subordinada ao Comité da “Aliança de Cartum”, que tinha um caráter continental. Deste modo estes movimentos de libertação nacional da África Austral passaram a cooperar e/ou intensificaram a cooperação entre si, criando redes partilha de informação, operações militares conjuntas nas suas áreas de interesse que culminou com a independência de Angola, Moçambique, Sudoeste Africano e o fim da supremacia branca na Rodésia e na África do Sul. Assim, na segunda metade da década de 70, a África Austral continuava a ser o ponto de convergência de interesses geopolíticos e geoestratégicos, entre o Bloco Socialista e o Bloco Liberal, que pretendia alterar o contexto da região (colonização/*apartheid* e a crise do Zaire).

As relações sociais, económicas e políticas entre os povos de Angola e da Namíbia foram estabelecidas antes da presença europeia, por meio dos reinos pré-coloniais que existiam estes territórios. Com a presença e a conquista europeia estas relações ganharam outros horizontes, envolvendo também a população de origem europeia. O descontentamento da população de origem africana em relação a política discriminatória desenvolvida pela dominação branca motivou a união e cooperação na luta pela independência entre os povos/movimentos anticoloniais (sindicatos e movimentos de libertação) de Angola e do Sudoeste Africano. Estas relações simbióticas continuaram durante todo o período pré-independência e pós-independência dos dois países. Entre 1964 e 1971, a SWANU e mais tarde a SWAPO tinham um projeto que advogava a independência da Ovambolândia, onde se incluía a região Ovambo de Angola, facto teve um impacto político e social no sul da colónia de Angola, a "iminência da revolta dos Cuanhamas do sul de Angola".

A cooperação UNITA-SWAPO foi estabelecida a partir de 1965, constituindo a primeira relação de cooperação observada entre os movimentos de libertação nacional de Angola e do Sudoeste Africano, cujo objetivo consistia em lutar pela liberdade e pela independência dos respetivos territórios. Não existe um único fator isolado nas estreitas relações entre a UNITA e a SWAPO, pois deve ser incorporado um conjunto de fatores de ordem político-ideológico, sociodemográfico, económico-militar, regional, histórico e geoestratégico. A dinâmica das relações UNITA-SWAPO pode ser dividida em sete períodos: o primeiro período, entre 1965 e 1966, é caracterizado pelos primeiros contactos entre os líderes da UNITA e da SWAPO, pelo contributo secreto da SWAPO na formação da UNITA; o segundo período, de 1966 a 1969, é caracterizado principalmente pela cooperação aberta entre a UNITA e a SWAPO, pelas primeiras ações militares conjuntas contra alvos portugueses e pelas primeiras operações conjuntas UNITA-SWAPO; o terceiro período, entre 1969 e 1970, é caracterizado pela realização do II Congresso da UNITA, por uma nova dinâmica de cooperação ambiciosa – a formação de um frente unida UNITA-SWAPO, no sudeste de Angola para penetrar no Sudoeste Africano –; o quarto período, entre 1970 e 1976, é caracterizado por uma intensa atividade na frente Cunene. O quinto período, entre 1976 e 1990, é caracterizado pelo fim da cooperação UNITA – SWAPO, pelo realinhamento de alianças, pela hostilidade entre as duas organizações; o sexto período, 1990 e 2002, caracterizada pela independente Namíbia, pela Segunda Guerra Civil Angolana, na qual a UNITA foi considerado também “inimigo de Estado” da Namíbia, motivando ações conjuntas das FAA - NDF contra as bases das forças da UNITA; e o sétimo período, período pós-2002, caracterizado pelo ao fim da Guerra Civil de Angola e paz entre os estes atores, na qual a relação entre a UNITA e SWAPO/governo da Namíbia encontram-se ofuscas. A ligação estratégica da UNITA às forças de Pretória foi motivada pela superioridade militar angolana-cubana, pelo triunfo militar do MPLA (conquistar o poder em Angola), pela política monopartidária adotada pelo MPLA – que anulava a existência da UNITA – e pelo desejo da UNITA de resistir, bem como de manter a sua ideologia e projeto político (projeto de Mwangai) para a construção da nova Angola. Deste modo, pretendia forçar o MPLA a reconhecer o seu contribuiu para o alcance da independência de Angola. Esta opção da UNITA é associada a fatores internos que, por um lado, levaram a SWAPO a romper a ligação com a UNITA e a reconsiderar uma nova estratégia vantajosa, nomeadamente a ligação com o novo governo de Angola, formado pelo MPLA, que passou a ser uma retaguarda e escudo da SWAPO. E por outro lado, principalmente, pelo facto de o MPLA conquistar o poder, por via militar e com o apoio soviético, conferindo-o superioridade militar. Neste âmbito, a SWAPO passou a beneficiar de informação, formação, espaço geográfico, proteção, apoio logístico, militar, diplomático, social e económico, até alcançar a independência do Sudoeste Africano.

CAPÍTULO III – RELAÇÕES POLÍTICO-MILITAR MPLA-SWAPO E SEU IMPACTO NA ÁFRICA AUSTRAL (1961-1990)

1. Nota Introdutória

Neste capítulo apresenta-se uma caracterização das diferentes fases das relações entre o MPLA e a SWAPO, durante o período entre 1961 e 1990, no quadro da luta desenvolvida pelos dois movimentos para a independência dos respetivos território, bem como a formação de aliança MPLA-SWAPO para repelir a invasão militar sul-africana do território angolano e conseqüentemente a implementação da resolução 435/78 do CSNU, sobre a Namíbia, bem como compreender o contributo histórico, político-militar, diplomático e estratégico desempenhado pela República de Angola para o estabelecimento e manutenção da paz, segurança e estabilidade política na região da SADC, essencialmente no que diz respeito à independência da Namíbia. Além disso, procura-se compreender até que ponto a República de Angola teve um papel importante, no qual pôde ser considerada “uma trincheira firme para a revolução da África Austral”, em geral, e para a independência da Namíbia, em particular.

2. Relações MPLA – SWAPO: Cooperação em Estabilização

As relações entre o MPLA e a SWAPO foram estabelecidas no início da década de 60, em Dar-es-Salam. Como já referimos anteriormente, nos anos 60, a Tanzânia, depois da sua independência, tinha-se transformado na vanguarda da luta contra o colonialismo e o racismo na África Austral. Neste quadro, podemos demarcar as relações MPLA-SWAPO em quatro períodos: primeiro período entre 1963 e 1969, o segundo período entre 1969 e 1975; o terceiro período entre 1976 e 1978 e o quarto período entre 1978 e 1990.

Em Abril de 1962, foi fundado o GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio – tinha como líder Holden Roberto, e Secretário (similar a Ministro) para as Relações Externas, Jonas Savimbi. A 25 de maio de 1963 foi fundada a Organização para a Unidade Africana (OUA) e do Comité de Libertação da OUA. Este mesmo ano [1963], o GRAE-FNLA tinha sido reconhecido pela OUA como o único Governo legítimo das aspirações independentistas angolanas. A OUA queria que o MPLA integrasse o GRAE ficando Agostinho Neto como vice-presidente. Só que Neto unicamente admitiria integrar o GRAE desde que ele tivesse a presidência, o que Holden nunca o permitiu. Porém, em 1964, perante a crise interna da FNLA, o MPLA empreendeu – por intermédio da República Popular do Congo, da FRELIMO e do PAIGC – uma ativa campanha político-diplomática para anular o reconhecimento do GRAE pela OUA. Como resultado, a 16 de novembro de 1964, o relatório do “Comité dos Nove” – subcomissão encarregue da análise da questão de Angola – apresentado ao Comité de Libertação da OUA, orientou a revisão da

deliberação da OUA relativamente ao reconhecimento exclusivo do GRAE-FNLA. Deste modo, a 25 de novembro de 1964, o MPLA foi reconhecido pelo Comité de Libertação da OUA. A 1 de dezembro de 1964, o Comité de Libertação da OUA decidiu estender a ajuda militar ao MPLA e não exclusivamente ao GRAE. Em junho de 1968, na reunião realizada em Argel, o MPLA foi reconhecido pelo Comité de Coordenação da Luta de Libertação de África junto da OUA (Comité de Libertação da OUA) como movimento autêntico e representante do povo angolano para a luta contra o colonialismo. Para isto, Amílcar Cabral, na qualidade de Presidente em exercício da CONCP teve um papel determinante⁶²².

As acusações da URSS a respeito de Holden Roberto ter apoiado o movimento liderado por Moïse Tshombe (a Confederação das Associações das Tribos de Katanga – CONAKAT), durante o governo de Patrice Lumumba, e ter ligações com a CIA, bem como a crise interna da FNLA e a sua linha política tinham sido as principais razões do afastamento da FNLA perante a OUA, em benefício do MPLA – que tinha adotado uma orientação política socialista pró-soviética⁶²³, pressuposto que lhe permitiu integrar à “Aliança de Cartum”, juntamente com o PAIGC (Guiné-Bissau), a FRELIMO (Moçambique), o ANC (África do Sul), a SWAPO (Sudoeste Africano) e a ZAPU de Joshua Nkomo e, depois da união, a ZANU-PF (ambos do Zimbabué), bem como permitiu integrar ao Movimento de Libertação da África Austral (MLAA), juntamente com os movimentos acima referidos. Estes movimentos tinham sido credenciados pelo Comité de Libertação da OUA como únicas e legítimas respetivas dos respetivos países⁶²⁴, como já referimos no capítulo anterior.

Primeiro período, entre 1963 e 1969

Este período é caracterizado pelo início da nova estratégia de luta anticolonial (a luta armada), em Angola, em 1961, pelos primeiros contactos entre o MPLA e a SWAPO. De acordo com Vilho Amukwaya Shigwedha (2014), a estreita relação pessoal entre Sam Nujoma e Agostinho Neto remonta ao início da década de 60 em Dar-es-Salam, quando a Tanzânia hospedou os guerrilheiros da SWAPO e do MPLA no campo de Kongwa – Sam Nujoma recebeu, em 1962, a autorização do governo da Tanzânia acolher os militantes. O primeiro grupo da SWAPO chegou em Kongwa em abril de 1964. Os militares do MPLA só

⁶²² Sousa, Julião Soares (2006), “MPLA: Da Fundação ao Reconhecimento por Parte da OUA (1960-1968)”, *LATITUDES* n.º 28 – dezembro, pp. 11-16, (online). Disponível em http://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/17/28/17_28_03.pdf, consultado a 13 de abril de 2017, pp. 13-16. Ver também em: Fundação Mário Soares. Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade (online). Pasta: 04334.003.004. Título: Déclaration Commune des Mouvements de Liberation des Colonies Portugaises - reivindicação da CONCP, junto da OUA, de reconhecimento do MPLA como representante único do povo angolano. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04334.003.004>, consultado a 13 de abril de 2017, imagem 1-3.

⁶²³ República de Portugal. Polícia Aérea. “Guerra Colonial, Cronologia”. Disponível em <http://policiaaerea.pt/pages/guerra-colonial/cronologia/1964.php>, consultado a 13 de abril de 2017.

⁶²⁴ Sellstöm, Tor (2000), *Sweden and National Liberation in Southern Africa*, vol. II: solidarity and assistance 1970-1994 [online], Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, p. 30.

começaram a chegar na região de Kongwa em 1965⁶²⁵. O próprio contexto em que os movimentos de libertação nacional africanos se encontravam, naquela altura, forçava e favorecia uma estreita relação entre eles. Além disso, os princípios da carta da OUA recomendavam a cooperação entre os movimentos de libertação de África na luta pela independência. Sam Nujoma (2015), interrogado sobre como conheceu Agostinho Neto, afirma “conheci pessoalmente o Dr. António Agostinho Neto no início dos anos 60, em Dar-es-Salam, República Unida da Tanzânia, antes da independência da Zâmbia e de Angola. O Presidente Dr. Neto foi na verdade muito útil”⁶²⁶.

Entretanto, neste período, a cooperação entre a SWAPO e o MPLA esteve limitada, e circunscrevia-se, principalmente, a nível político-ideológico, devido ao facto de os dois movimentos terem integrado a então “Aliança de Cartum” – uma organização transnacional composta por movimentos de libertação de orientação socialista marxista-leninista pró-soviética de África, na qual eram reconhecidos como “autênticos” e “legítimos representantes dos países afins”⁶²⁷ –; pelo facto de integrarem o Movimento de Libertação da África Austral (MLAA) – uma organização composta essencialmente por movimentos de libertação da África Austral sob orientação socialista marxista-leninista –; por serem reconhecidos pela OUA e pelo respetivo Comité de Libertação. Nghiyalasha Elise Hauljondjaba⁶²⁸ entrevistado por Vilho Amukwaya Shigwedha, (2014), afirma,

Vivemos juntos como camaradas e aliados. Tínhamos táticas semelhantes de guerrilha para combater os colonialistas. Nós comíamos a mesma comida, cantávamos canções revolucionárias semelhantes, tínhamos slogans revolucionários semelhantes, programas políticos similares, objetivos socioeconómicos semelhantes e inimigos comuns. No entanto, enquanto em Kongwa, cada organização treinava e recebia educação política separadamente⁶²⁹.

Como já descrevemos no capítulo anterior, este foi um período em que a SWAPO e a UNITA estabeleceram bases para uma forte cooperação, embora o tenham feito de

⁶²⁵ Shigwedha, Vilho Amukwaya (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, pp. 1284-1288.

⁶²⁶ Sam Nujoma, entrevista a ANGOP (01/08/2015), “Sam Nujoma: Independência de Angola foi vitória para a África Austral”, em *África* 21, (online). Disponível em <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=15678&e=Pol%C3%83%C2%ADtica&page2=125,5&npg2=26#sthash.r2byowDG.dpuf>, consultado a 13 de março de 2017.

⁶²⁷ Dreyer, Ronald (1988), *The Search for Independence and Regional Security (1966-1988)*, Programme for Strategic and International Security Studies – PSI Occasional Papers Number 3/1988, Geneva.

⁶²⁸ Hauljondjaba é um ex-combatente da SWAPO. Representou a SWAPO na sede da UNITA em Moxico, Angola. Também comandou guerrilheiros da SWAPO em diversas batalhas ao lado da UNITA durante a guerra pela libertação de Angola e Namíbia. O seu nome aparece com diferentes variantes ortográficas: por exemplo, Haulyondjaba, Hauljondjamba, Haulyondjamba.

⁶²⁹ Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, pp. 1284-1288. Tradução nossa.

forma discreta. Apesar de o MPLA ser uma força a ter em conta, a SWAPO optou por trabalhar estreitamente com a UNITA. Por um lado, foi devido à falta de interesses estratégicos por parte do MPLA, ao contrário da UNITA. Por outro lado, o percurso histórico de alguns líderes da UNITA estava internamente ligado à SWAPO, Jonas Savimbi já tinha conquistado a confiança aos líderes da SWAPO – antes do reconhecimento do MPLA pela OUA e da chegada deste movimento em Kongwa, em 1965 –; trabalhava juntamente para o envio dos primeiros homens da UNITA à China e na gênese da criação da UNITA, tendo em conta os interesses e fatores referidos no capítulo II. As unidades de combate do MPLA e FNLA operavam, principalmente, no noroeste e norte e de Angola, a partir da fronteira angolana com o Zaire e com a República Popular do Congo. O sudeste de Angola servia para o MPLA, principalmente, como centro de recrutamento, mas as suas frentes de combate mais ativas encontravam-se no norte de Angola⁶³⁰.

Recordamos que, durante a luta pela independência de Angola, os três movimentos de libertação nacional angolanos – FNLA, MPLA e UNITA – tinham, todos, a pretensão hegemónica de serem considerados os únicos representantes, os únicos nacionalistas e os heróis do povo angolano. Este facto, associado à natureza de formação dos respetivos movimentos, essencialmente, às influências dos dois blocos antagónicos, no quadro da Guerra Fria, e outros contextos que os movimentos enfrentavam na época – como a pressão por parte as superpotências que os apoiavam –, facto que os teria levado a um confronto multidimensional (político-ideológico e militar). Com dificuldades de ultrapassarem as diferenças que havia entre eles, à medida que a UNITA se foi implementando em Angola e no panorama internacional, o MPLA, ao valer-se do estatuto de “legítimo representante” do povo angolano junto do Comité de Libertação da OUA, na Tanzânia, tudo fazia para impedir o surgimento e o desenvolvimento de qualquer outro movimento angolano, tentando asfixiar a UNITA, por meios diplomático e militar.

Entretanto, podemos dizer que durante este período, a relação entre o MPLA e a SWAPO encontrava-se distanciada devido aos seguintes fatores: a linha política da SWAPO, considerada pelo MPLA como “pouco clara”; as boas relações que o líder da SWAPO mantinha com Moises Tshombe e outros líderes de países ou movimentos de libertação africana com ligação ao Ocidente; e, principalmente, a rivalidade que existia entre o aliado da SWAPO – a UNITA – e o MPLA. Este conjunto de fatores, supostamente, teria afetado negativamente a relação entre o MPLA e a SWAPO e, conseqüentemente, teria condicionado a aproximação do MPLA à SWAPO. São questionáveis os fatores que estão na base do afastamento que existiu entre o MPLA e a SWAPO antes de 1966, uma vez que

⁶³⁰ Entrevista a Nghiyalasha Elise Hauljondjaba (em janeiro de 2013), em Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, p. 1277.

a UNITA não estava formada. Tais fatores estão obscurecidos e/ou ocultos. É uma questão que a comunidade académico-científica pode procurar estudar. Porém, segundo, Samuel Chiwale (2008), “essa distância (ou não aproximação) devia-se à ignorância por parte de Agostinho Neto, já que o MPLA considera a SWAPO uma organização de analfabetos”⁶³¹.

Segundo período, entre 1969 e 1976

Este período, de hostilidade aberta e declarada, é caracterizado pela declaração formal de “hostilidade” de Agostinho Neto em relação à SWAPO, estado que passou a dominar as relações entre o MPLA e a SWAPO até março de 1976. Em 1969, a distância entre o MPLA e SWAPO acentuou-se, pois Agostinho Neto tinha colocado a SWAPO ao mesmo nível de hostilidade em relação aos outros dois movimentos de libertação de Angola (FNLA e a UNITA), que considerava como inimigos. A partir de então, as relações entre o MPLA e a SWAPO agravaram-se, como se pode confirmar numa carta escrita por Agostinho Neto, a 19 de dezembro de 1969, em Dar-es-Salam, que orientava Mário de Andrade, em Argel, a adotar uma postura mais hostil perante a SWAPO. A referida correspondência foi escrita, exatamente, quatro meses após a realização do II Congresso da UNITA, no qual a única delegação estrangeira presente foi a da SWAPO. Agostinho Neto frisa, [...] “recebi 20 exemplares do meu livro «COM OS OLHOS SECOS», que agradeço. No entanto, os cólis vieram abertos e por intermédio de um indivíduo da SWAPO, organização que pratica actividade concreta contra o MPLA. Por favor, é preciso que consideres a SWAPO ao mesmo nível que os holdens e os savimbis”⁶³².

De facto, as suspeitas, por parte do MPLA, da colaboração da UNITA com a SWAPO estariam na base desta decisão de Neto. Este acontecimento marca o início de um período desfavorável e de hostilidade formal, que só terminou em março de 1976, depois de a UNITA se ter aliado às forças sul-africanas e do fracasso da aliança Vorster-Kaunda-Savimbi-Nujoma, no quadro civil angolano.

Estava assim declarada a hostilidade do MPLA para com a SWAPO. Todavia, apesar da “hostilidade” que havia por parte do MPLA em relação à SWAPO, as duas organizações não chegam a ter confrontos militares diretos. De acordo com Ronald Dreyer (1988), “a SWAPO argumentou, pelo menos publicamente, que não queria interferir na luta [entre os movimentos de libertação] em Angola, sendo seu inimigo as forças sul-africanas

⁶³¹ Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora.

⁶³² Cento de Documentação Mário Soares - Fundo: DMA - Documentos Mário Pinto de Andrade, Mário Pinto de Andrade / 06. Correspondência / Neto, Agostinho, Pasta: 04311.001.017, Assunto: Acusa recepção de exemplares do seu livro Com os Olhos Secos e Acusação da SWAPO, Tipo de Documento: Correspondência, Data: 19.DEZ.1969 (online). Disponível em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=04311.001.017&bd=Correspondencia, imagem 1.

que ocupavam o Sudoeste Africano”, pois nem o MPLA, nem a FNLA, ou outra força nacionalista angolana faziam parte da lista de inimigos da SWAPO⁶³³. Neste contexto, o MPLA procurava sempre, no âmbito da sua estratégia de luta anti-UNITA, isolar este movimento do seu aliado tradicional, a SWAPO, não só no ambiente internacional, como no quadro interno (em Angola). Deste modo, em 1972, o MPLA abriu uma nova frente de guerra no sudoeste de Angola, a 6º Região. A abertura desta frente tinha três objetivos estratégicos: Sobre o primeiro objetivo, Agostinho Neto diz,

[...] pelo facto de esta área estar na fronteira com a Namíbia e começamos lá em solidariedade com os nossos amigos do outro lado do rio e que fizemos isso como um protesto eficaz contra o regime de Vorster. As pessoas em ambos os lados do rio, que faz parte da fronteira entre nossos países são Ovambos. E nossa luta deveria forçar o governo português⁶³⁴.

O segundo objetivo consistia em desenvolver a luta em todas as partes de Angola. O terceiro objetivo está relacionado com o projeto hidroelétrico do rio Cunene, situada na região do sudoeste de Angola, construído pelos portugueses e sul-africanos. O projeto hidroelétrico de Calueque, no Cunene, é muito semelhante ao de Cabora Bassa, em Moçambique. No entanto, na medida em que este projeto estava a ser construído para atrair colonos e investimentos coloniais, para proporcionar energia para as minas na Sudoeste Africano, segundo Neto, dever-se-ia lutar contra a sua construção⁶³⁵.

Não estamos perante uma situação nova. O MPLA já tinha feito o mesmo, ao abrir a 3º Região, no Leste de Angola, que inclui os distritos do Moxico e Cuando Cubango, área de influência da UNITA, e onde se observa uma intensa cooperação com a SWAPO. A relação entre a SWAPO e o MPLA vai deteriorar-se mais ao longo do período de transição

⁶³³ Dreyer, Ronald (1988), *The Search for Independence and Regional Security (1966-1988)*, Programme for Strategic and International Security Studies – PSI Occasional Papers Number 3/1988, Geneva.

⁶³⁴ Centro de documentação 25 de Abril- Universidade de Coimbra (online), Revistas e Jornais > TS: Guerra à Guerra - comité de desertores portugueses - Malmo/Luno - Suécia > SSC1: Edições 1972, Nº 1 - Maio de 1972. Disponível em <http://213.228.181.135/cd25a/documento.asp?meta21=Fundo%20Geral&meta01=Geral&meta02=Revistas%20e%20Jornais&meta03=Guerra%20E0%20Guerra%20-%20comit%20de%20desertores%20portugueses%20-%20Malmo/Luno%20-%20Su%20E9cia&meta04=Edi%20E7%20F5es%201972&meta05=NULO&meta06=N%20BA%201%20-%20Maio%20de%201972&meta12=001&meta15=0001&TipoDoc=0&descriptor=Guerra%20E0%20Guerra%20-%20comit%20de%20desertores%20portugueses%20-%20Malmo/Luno%20-%20Su%20E9cia%20&frase=>, consultado a 21 de janeiro de 2017, imagens 14-16.

⁶³⁵ Centro de documentação 25 de Abril- Universidade de Coimbra (online), Revistas e Jornais > TS: Guerra à Guerra - comité de desertores portugueses - Malmo/Luno - Suécia > SSC1: Edições 1972, Nº 1 - Maio de 1972. Disponível em <http://213.228.181.135/cd25a/documento.asp?meta21=Fundo%20Geral&meta01=Geral&meta02=Revistas%20e%20Jornais&meta03=Guerra%20E0%20Guerra%20-%20comit%20de%20desertores%20portugueses%20-%20Malmo/Luno%20-%20Su%20E9cia&meta04=Edi%20E7%20F5es%201972&meta05=NULO&meta06=N%20BA%201%20-%20Maio%20de%201972&meta12=001&meta15=0001&TipoDoc=0&descriptor=Guerra%20E0%20Guerra%20-%20comit%20de%20desertores%20portugueses%20-%20Malmo/Luno%20-%20Su%20E9cia%20&frase=>, consultado a 21 de janeiro de 2017, imagens 14-16.

para a independência de Angola (consideramos o período que vai desde o Acordo de Alvor até à data da proclamação da independência nacional de Angola), devido à “questão Ovambo”.

Dentro desta temática Vilho Amukwaya Shigwedha (2014) diz, “em Abril de 1975, o presidente Agostinho Neto disse a Anders Bjurner, da embaixada sueca em Lusaka, que «o MPLA não tinha relações regulares com a SWAPO», acrescentando que «pessoalmente achava a liderança da SWAPO ideologicamente pouco clara. A relação entre SWAPO e UNITA era a causa principal do problema»⁶³⁶, bem como a “questão Ovambo” - atuação da SWAPO na região de Ovambo de Angola, consistindo na politização da população visando a secessão daquele região ⁶³⁷.

Contudo, a SWAPO, ao que parece, desde os primeiros tempos procurava levar uma política de coexistência pacífica e harmoniosa com os três movimentos de libertação de Angola, durante a luta armada pela independência de ambos territórios, e no período de transição de Estado em Angola. Isto é, procurava manter boas relações, principalmente, com a UNITA, o MPLA e, até mesmo com a FNLA, simultaneamente, tentando não se implicar na rivalidade que existia entre os três para garantir, estrategicamente, a sua permanência no território angolano, caso um desses movimentos angolanos ganhasse as eleições previstas para outubro de 1975. Dentro deste conjunto de factos Quartim Saulo Hupopi Paulo (2016) ao afirmar que,

Em 1975 quando começou a guerra entre os movimentos de libertação nacional, precisamente entre o MPLA e a FNLA, eu estava no Quartel das FAPLA, aí na antiga ex-Creche [em Ondjiva], eram precisamente 18 horas, no mês de Agosto de 1975, quando os tiros começaram no nosso Quartel. Não houve confrontos com a UNITA, nessa altura, porque a UNITA ainda não interveio no conflito porque era fraca. A FNLA era mais forte em relação à UNITA. Por volta das 6 horas da manhã, do dia seguinte, a situação já estava controlada pelo "Esquadrão Kalulu" das FAPLA. A UNITA não conseguiu resistir e retirou-se de Ondjiva. Foi neste momento que conheci o comandante Cow Boy. Foi nessa época, Agosto de 1975, que conheci pela primeira vez os guerrilheiros da SWAPO, quando o comandante Kalula em companhia do comandante da SWAPO, o Dimo, estiveram cá. Afinal o comandante da SWAPO, o Dimo, era primo do comandante das FAPLA, o Kalulu. Todos são naturais de Oshiede. Esses guerrilheiros da SWAPO apareceram, na altura, ainda me lembro, com um tipo

⁶³⁶ Shigwedha, Vilho Amukwaya (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, pp. 1284-1288.

⁶³⁷ Centro de documentação 25 de Abril- Universidade de Coimbra (online), Arquivos Privados> F: António Belo - A25A> SC: CCPA - Conselho Coordenador do Programa de Angola> SSC: Actas do CCPA - 1975 > SR: Actas II – 1975, 1975/07/11 - CCPA. p. 3.

de arma que nós chamávamos RDC. Depois de conversarem um bom tempo com o comandante Cow Boy e o comandante Kalulu foram-se⁶³⁸.

De acordo com Holden J. Uulenga, a relação entre o MPLA e a SWAPO vem desde a época da luta de libertação nacional. Os dois “partidos” lutaram contra um inimigo, o colonialismo. Esses dois movimentos foram apoiados pela União Soviética na luta pela independência dos seus países. O certo é que uma verdadeira cooperação entre o MPLA e a SWAPO só aconteceu depois da SWAPO se estabelecer em Angola, ou seja, depois de 1975⁶³⁹.

Importa-nos analisar a conjuntura político-militar de Angola e da África Austral para percebermos o processo de cisão entre a SWAPO e a UNITA. Ao dar-se o "25 de Abril", Angola era, do ponto de vista do Ocidente, o «elo mais fraco para o bloco do Leste» da cadeia dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Com efeito, na Guiné, Cabo Verde e em Moçambique, a superioridade militar e política do PAIGC e da FRELIMO conduziram um desfecho triunfante favorável a estes movimentos. Muito antes de o MPLA ter expulsado os seus “inimigos” (FNLA e a UNITA) de Luanda, encontrava-se teoricamente numa situação de fraqueza militar e a braços com graves problemas internos⁶⁴⁰.

Além deste aspeto, foi sobretudo a importância económica e estratégica de Angola que motivou o Ocidente, por intermédio dos Estados-satélites de África, a tencionar pôr, em Angola, um governo de coligação que garantisse os seus interesses. Neste contexto, armamento, conselheiros políticos e militares, e dólares a **rodos** foram enviados em apoio à UNITA e à FNLA. Aos esforços dos EUA juntaram-se, desde outubro de 1975, ainda na vigência da «soberania» portuguesa, tropas dos exércitos zairense e sul-africano, mercenários a soldo do Exército de Libertação de Portugal (ELP) e de outras entidades estrangeiras. Combinadamente, a intervenção militar, o confronto político-ideológico entre o Ocidente (liberal) e o Leste (socialista) desencadearam a internacionalização do conflito, forçando a mediação política dos organismos internacionais, em particular a OUA, que argumentava que estes elementos podem desencadear uma escalada incontroável da guerra civil. Neste contexto, o auxílio de Cuba e da URSS ao MPLA e as intervenções zairense e sul-africana, com o apoio do americano, a favor da FNLA e da UNITA foram colocadas no mesmo nível contestação pela OUA⁶⁴¹.

⁶³⁸ Entrevista a Quartim Saulo Hupopi Paulo, em Ondjiva, 21 de novembro de 2016.

⁶³⁹ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

⁶⁴⁰ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: Gazeta da Semana > SSC1: 1976 > SR: Ano I - 1 de Abril de 1976 a 3 de Dezembro de 1976, Nº29 - 18 a 25 de Novembro.

⁶⁴¹ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: Gazeta da Semana > SSC1: 1976 > SR: Ano I - 1 de Abril de 1976 a 3 de Dezembro de 1976, Nº29 - 18 a 25 de Novembro.

No entanto, verificaram-se os desrespeitos pelos acordos de Mombaça (a 5 de janeiro de 1975), de Alvor (a 15 de janeiro de 1975) e de Nakuru (a 21 de junho de 1975), que preveem uma certa cooperação mútua, princípios para uma transição democrática e o não alinhamento, pressupostos para que se evitasse um conflito armado entre movimentos de libertação. O conflito armado foi inevitável, sendo que os dois maiores problemas circunscreviam-se, inicialmente, ao MPLA e à FNLA, resultante de os dois movimentos possuírem e defenderem ideologias e projetos políticos opostas para o futuro de Angola. Era nítido nas acusações imperialistas que ambos, reciprocamente, se faziam. A FNLA acusa o MPLA de pretender abrir as portas de Angola ao neocolonialismo soviético. Por sua vez, o MPLA acusa a FNLA de permitir o avanço do neocolonialismo americano, através do vizinho Zaire, país onde dizem reinar o imperialismo ocidental⁶⁴².

Depois de ter solicitado ao presidente dos EUA, Gerald Ford, em abril de 1975, Kaunda tinha convencido a África do Sul a intervir em Angola em defesa das forças anti-MPLA, para além disso, também efetuou manobras para envolver os líderes da SWAPO, Sam Nujoma e Peter Nanyemba, na coligação Pretória-Lusaca-Washington em defesa do seu tradicional aliado, a UNITA. Por esta razão, ou seja, por intermédio de Kaunda, enviaram-se as armas da SWAPO à UNITA e o general Chinkuli ordenou, em abril de 1975, que algumas unidades da SWAPO fossem lutar lado a lado com os soldados sul-africanos e da UNITA⁶⁴³, como já referimos anteriormente. Nesta fase do conflito angolano, na véspera da independência, a SWAPO chegou a combater ao lado das forças da UNITA e SADF. Este facto é afirmado por Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989) ao salientar que,

Em Outubro, começaram a vir a público relatórios segundo os quais a Força de Defesa Sul-Africana tinha invadido Angola e estava a lutar ao lado da UNITA. Os guerrilheiros [da SWAPO] [...] fizeram várias alegações sérias sobre oficiais superiores da SWAPO que colaboravam com a África do Sul desde 1966. Tinham sido forçados a lutar ao lado dos Boers e da UNITA em Munhongo, Cangumbe e no Luso – todos no Caminho de Ferro de Benguela – e em Serpa Pinto [...]. Enumeram os nomes dos comandantes da SWAPO que tinham levado unidades para estas batalhas. [...] Peter Nanyemba tinha supervisionado pessoalmente alguma entrega de armas da SWAPO à UNITA⁶⁴⁴.

Apesar de alguns dirigentes e da historiografia da SWAPO afirmar que os guerrilheiros da SWAPO tinham sido orientados para não intervirem no conflito angolano, no período de transição de Estado, segundo Andreas Shipanga e Sue Armstrong (1989),

⁶⁴² Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1977 > SR: 06 – Junho, Dia 30, Jornal de I 3 - 6 - 7 5.

⁶⁴³ Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namibia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 143-163.

⁶⁴⁴ *Ibidem*, pp. 135-131.

“era inevitável a participação da SWAPO nesta aliança complexa anti-MPLA”. Ou seja, neste período de conclusões políticas em Angola, principalmente antes da independência de Angola, os guerrilheiros da SWAPO chegaram a combater contra o MPLA, ao lutar lado a lado com guerrilheiros da UNITA, mesmo contra a oposição interna que se manifestava na SWAPO⁶⁴⁵. Esta atuação da SWAPO foi feita discretamente. Provavelmente, nessa altura o MPLA não teve esta informação, visto que alguns guerrilheiros da SWAPO circulavam livremente no sul de Angola.

A 14 de outubro de 1975, teve início a “Operação Savannah”, quando uma penetração sul-africana – mais de dois mil soldados, apoiada por 50 carros blindados, tropas especiais, artilharia de longo alcance e helicópteros, atravessou a fronteira – em Oshikango em direção à Luanda. As forças sul-africanas e as forças zaienses tinham como objetivo evitar a tomada do poder pelo MPLA. Durante as operações da SADF, a UNITA estabeleceu uma aliança com as forças sul-africanas. Entre 8 e 10 de novembro, chegaram os primeiros internacionalistas cubanos à Angola⁶⁴⁶ para ajudar as FAPLA a combater. Tratava-se da “Operação Carlota”, pois Fidel Castro decidiu enviar a primeira unidade militar para Angola, para lutar contra as tropas sul-africanas e zaienses. Neste quadro dá-se a célebre Batalha de Quifangondo, às portas de Luanda, de 10 a 11 de novembro de 1975. Como já fizemos menção no capítulo anterior, neste contexto, à medida que as tropas sul-africanas foram penetrando e ocupando o território sul de Angola, em direção a Luanda, criava-se uma organização da administração oposta à do MPLA, dirigida principalmente pela UNITA, e no norte uma outra dirigida pela FNLA⁶⁴⁷.

No dia 11 de novembro de 1975, em Luanda, num transbordar de entusiasmos, com a ameaça a norte e a sul, António Agostinho Neto, presidente do Movimento de Libertação Nacional de Angola (MPLA), proclamou, “solenemente perante a África e o Mundo, a independência de Angola”, tornando-se assim o primeiro presidente da República de Angola. Agostinho Neto tinha garantido a continuidade do projeto progressista, nacionalista e comunista. Neste contexto, o MPLA teve que enfrentar outros movimentos de libertação nacional que se lhe opunham, no terreno, e no contexto internacional⁶⁴⁸. No discurso proferido em ocasião da proclamação da independência de Angola, Agostinho Neto afirma,

⁶⁴⁵ Bridgland, Fred (1989), “introdução”, em Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 10-11.

⁶⁴⁶ De cardo com Eugénio da C. Almeida (2018), um contingente cubano já tinha desembarcado no País (em Benguela), a 15 de agosto de 1975. Ver em: Almeida, Eugénio Costa “O Impacto do Radicalismo Nigeriano na Região do Golfo da Guiné, em *Mesa-Redonda: Estratégias Globais na África*, Local: Auditório B1.04 (ISCTE-IUL, Lisboa), em 28 de Maio 2018.

⁶⁴⁷ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 56.

⁶⁴⁸ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1985 > SR: 11 – Novembro, Dia 11. Ver também: Almeida, Eugénio Costa “O Impacto do Radicalismo Nigeriano na Região do Golfo da Guiné, em *Mesa-Redonda: Estratégias Globais na África*, Local: Auditório B1.04 (ISCTE-IUL, Lisboa), em 28 de Maio 2018.

A República Popular de Angola, ciente da sua importância e das responsabilidades que lhe cabem no contexto da África Austral e do mundo, reitera a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do mundo, em especial os povos do Zimbabwe e da Namíbia contra a dominação racista. O Povo de Angola, sob a orientação da sua vanguarda revolucionária o MPLA, exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime” [...]. Reafirma a sua solidariedade combatente e militante com os povos de Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e com as suas vanguardas revolucionárias, FRELIMO, PAIGC e MLSTP, companheiros das horas difíceis da nossa luta comum; [...] com o povo de Timor dirigido pela sua vanguarda revolucionária a FRETILIN; [...] com o povo palestino na sua justa luta pelos seus direitos nacionais contra o sionismo⁶⁴⁹.

Ao invés de a transição para a independência ser feita através da introdução de uma consciência política, de unidade, apreço, reconhecimento mútuo e paz, esta foi feita através da introdução de uma consciência militar, na qual se introduziu milhares de armas e soldados. Foi com base neste entrecocar constante de ideologias opostas que os movimentos de libertação chegaram a um conflito armado. Segundo Tony da Costa Fernandes, “o presidente Agostinho Neto não poupava o presidente Mobutu, na qualidade de chefe de um Estado soberano, nós reprovamos essa atitude. Quanto à FNLA, temos condenado a maneira «militar» como eles têm entrado em Angola”⁶⁵⁰. Portanto, a vitória do MPLA e o contexto geopolítico e geoestratégico obrigaram a SWAPO a reformular a sua posição política e estratégica em relação ao novo governo de Angola e em relação à UNITA. Estava assim terminado o segundo período, de 1969 a 1976, das relações entre o MPLA e a SWAPO, vistas como “tensas”.

Terceiro período, entre 1976 e 1978

Este período é caracterizado pela aproximação da SWAPO ao novo governo de Angola, pelo *détente* entre Luanda e Pretória, assinado em fevereiro de 1976, pela cooperação débil entre o MPLA e a SWAPO, pela insegurança e desconfiança, principalmente por parte do MPLA em relação a SWAPO, e pelo massacre de Cassinga, a 4 de maio de 1978, efetuado pelas SADF.

Após uma curta pausa do conflito, a partir de março de 1976 o governo da República Popular de Angola (RPA) foi consolidando a sua posição em outras regiões de Angola

⁶⁴⁹ Fundação Agostinho Neto (online). Disponível em http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola, consultado a 9 de março de 2017.

⁶⁵⁰ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1977 > SR: 06 – Junho, Dia 30, Jornal de I 3 - 6 - 7 5.

anteriormente controladas pela FNLA e/ou pela UNITA⁶⁵¹. De acordo com Rubén G. J. Gómez (2014), após o MPLA conquistar o poder, as FAPLA e as FARC deram início, a 4 de dezembro de 1975, a uma ofensiva contra⁶⁵² a FNLA e contra as tropas zairenses, enquanto na frente sul se mantinha uma defesa contra as forças sul-africanas e a UNITA. A 18 de janeiro de 1976, tinham já sido expulsas as tropas da FNLA-Zaire da maior parte da região norte de Angola. Em meados de janeiro, os sul-africanos iniciaram uma lenta retirada em direção ao sul de Angola e a 5 de fevereiro tinha começado a ofensiva contra as SADF-FALA⁶⁵³.

Em fevereiro de 1976, o governo socialista da RPA mostrou-se disposto a estabelecer relações bilaterais com quaisquer países, desde que tais relações fossem pautadas pelo princípio do respeito mútuo, levando Mobutu a compreender que tinha chegado a hora de renunciar às anteriores posições e exigências. Dentro deste contexto, a África do Sul e os EUA, que pouco antes acusavam a URSS de comprometer a “política de desanuviamento” pela sua atitude face à questão angolana, recuam para posições mais flexíveis, retirando as suas tropas em março de 1976. Ainda no mês de fevereiro de 1976, os vários países da Europa Ocidental decidiram reconhecer o governo de Agostinho Neto, seguindo o passo pioneiro de Valéry Giscard d'Estaing, presidente de França, que tanto fizera para libertar Cabinda⁶⁵⁴.

De igual modo, Angola sob o governo do MPLA, foi reconhecida e admitida na OUA (a 12 de fevereiro de 1976). A 1 de dezembro de 1976, através da resolução 31/44⁶⁵⁵, a Assembleia-Geral da ONU admitiu o governo da RPA como o membro Nações Unidas⁶⁵⁶; além disso foi aprovada a resolução nº 387 de 31 de março que condenava a agressão da África do Sul contra a RPA e se lhe pedia que respeitasse a independência, a soberania e a integridade territorial⁶⁵⁷. Portugal reconheceu a 22 de fevereiro de 1976, abandonando a tese americana segundo a qual a presença de tropas cubanas em Angola invalidava a

⁶⁵¹ Ramos, Justino da Glória (2015), “A Guerra Interna (1975-1992)”, em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difuiila (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayamba, p. 254.

⁶⁵² Para Lázaro Cárdenas Sierra (2010), a contraofensiva iniciou a 21 de novembro de 1975 e a 21 de janeiro de 1976 os sul-africanos tiveram a sua primeira grande derrota com a conquista de Ngunza, hoje Sumbe, capital da província do Kwanza Sul. Ver em Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 59.

⁶⁵³ Gómez, Rubén G. J. (2014), *Cuito Cuanavale Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora, p. 14.

⁶⁵⁴ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: Gazeta da Semana > SSC1: 1976 > SR: Ano I - 1 de Abril de 1976 a 3 de Dezembro de 1976, N°29 - 18 a 25 de Novembro.

⁶⁵⁵ ANU – Resolução 31/44 do CSNU. Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/31/44&referer=/english/&Lang=S, consultado a 7 de abril de 2017.

⁶⁵⁶ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 62.

⁶⁵⁷ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: Gazeta da Semana > SSC1: 1976 > SR: Ano I - 1 de Abril de 1976 a 3 de Dezembro de 1976, N°29 - 18 a 25 de Novembro.

vitória do MPLA⁶⁵⁸. Os EUA só reconheceram o governo formado pelo MPLA, sob a administração Bill Clinton, a 19 de maio de 1993, depois das eleições realizadas em 1992 e ganhas pelo MPLA⁶⁵⁹.

Após da derrota da FNLA e do acordo angolano-zaireense, em fevereiro de 1976 e a retirada do último contingente das forças sul-africanas estacionadas em Angola, a 27 de março de 1976, resultado acordo assinado entre Luanda e Pretória, em fevereiro de 1976 – as SADF permaneceram no Sudoeste Africano, onde preparavam posteriores ofensivas – concluiu-se assim a “Segunda Guerra de Libertação de Angola”⁶⁶⁰. Por um lado, estava o antigo aliado da SWAPO política e militarmente vencido, a UNITA, que acabava por formar uma aliança estratégica com o seu pior inimigo, a África do Sul, e quase sem espaço territorial, bem como fracasso a estrutura por ela criada, a República Democrática de Angola (não tinha sido reconhecida pelas principais instituições internacionais nem pela maioria dos países africanos). Do outro lado, estava um governo formado pelo MPLA, que ganhava, progressivamente, o controlo da maior parte do território angolano; que era reconhecido pela comunidade internacional como governo "legítimo" do novo país, exceto pelos EUA, e com largo apoio cubano e soviético.

A SWAPO não teve outra opção, senão aliar-se ao MPLA. Tinha combates por fazer, contra um adversário que se encontravam determinado a aniquilar a SWAPO, as SADF, porque tinha o desígnio de libertar o Sudoeste Africano⁶⁶¹. A SWAPO não teve outra hipótese senão a de se aproximar de novo de Angola, aos soviéticos e cubanos. Portanto, teria mais vantagens se ficasse com o MPLA, como acabou por fazer. Sam Nujoma estava convencido da crescente e rápida mudança geopolítica na região, particularmente, em Angola onde o seu tradicional aliado, a UNITA, tinha sido derrotado. Além disso, por volta de março de 1976, com a retirada SADF de Angola, a vitória do MPLA, com o apoio cubano e soviético, era praticamente total e confiante⁶⁶². Tudo tinha ficado mais complexo para a SWAPO quando os EUA aprovaram, a 2 de junho de 1976, a Emenda Clark – lei que proíbe o envolvimento dos EUA no conflito civil angolano em apoio às forças antigovernamentais

⁶⁵⁸ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: Gazeta da Semana > SSC1: 1976 > SR: Ano I - 1 de Abril de 1976 a 3 de Dezembro de 1976, Nº29 - 18 a 25 de Novembro.

⁶⁵⁹ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 255-259.

⁶⁶⁰ Santos, Onofre (2013), *Os (meus) dias da independência*, Luanda, Texto Editora, p. 151. Ramos, Justino da Glória (2015), “A Guerra Interna (1975-1992)”, em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difuíla (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayambra, p. 245. E Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques, p. 166.

⁶⁶¹ Entrevista a Alcides Sakala em “Memórias da Independência” Programa Televisivo da TV Zimbo, apresentado por Guilherme Galiano, 24 de outubro de 2016, em Luanda.

⁶⁶² Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 162-163.

em Angola⁶⁶³. A partir dessa altura, o plano de Vorster-Kaunda para Angola, com Nujoma por detrás, estava condenado a um fracasso. Nujoma começou a demarcar-se da coligação Pretória-Lusaca-Washington e, a partir de março de 1976, passa muito tempo em Luanda a negociar com o MPLA, os cubanos e com os russos o apoio deste para com a SWAPO, tendo também na agenda das discussões a mudança do Quartel-general e do comando das operações da SWAPO da Zâmbia para Angola e o relançamento, a partir daí, da luta armada no Sudoeste Africano⁶⁶⁴.

Formar uma aliança forte MPLA-SWAPO contra a aliança UNITA-África do Sul, após o colapso da aliança estratégico-militar UNITA-SWAPO, em março de 1976, tornava-se um interesse estratégico, tanto para o MPLA como para a SWAPO. Segundo Holden J. Uulenga (2016), depois da independência de Angola, o presidente da SWAPO, “Sam Nujoma, teve de ir a Luanda pedir ajuda ao presidente da República Popular de Angola, Agostinho Neto. Na ocasião, Nujoma e Neto também discutiram a cerca das estratégias da luta contra o regime de *apartheid* sul-africano”⁶⁶⁵. Nesta senda, Sam Nujoma (2015) afirma, “eu já me encontrava em Luanda em 26 de março de 1976, a participar na Conferência da Organização de Solidariedade entre os Povos de África e Ásia, quando as últimas tropas sul-africanas recuaram para lá da fronteira do Sudoeste Africano”⁶⁶⁶. Ainda sobre esta questão Holden J. Uulenga (2016) salienta,

O presidente Sam Nujoma teve que recorrer ao presidente Agostinho Neto devido à experiência que obteve durante o combate ao colonialismo português. Portanto, foi à busca de experiências e de aliança para pôr fim à política de *apartheid* e à dominação sul-africana na Namíbia. Nesta discussão, o presidente Nujoma, sem dizer ao presidente Neto que nós já estávamos em Angola, pediu-lhe permissão para entrarmos com os nossos homens e fixamo-nos em Angola. O presidente Neto disse “Eu aceito”. Agostinho Neto orientou o presidente Sam Nujoma no sentido de transferir⁶⁶⁷ nossos guerrilheiros em Angola, bem como para erguermos as nossas bases e, conseqüentemente, levarmos a cabo a nossa guerrilha a partir de Angola. Obviamente, fomos buscar os restantes dos guerrilheiros que se encontravam na Zâmbia, na Tanzânia e outros vieram da Namíbia e rumamos para Angola, instalar as nossas bases. Fomos bem-recebidos. Alguns vieram de voos, alguns de carros e outros vieram

⁶⁶³ Agostinho, Issau, (2015), *A batalha do Kuito Kuanavale e o desanuiamento político da África Austral*, Roma, Edizioni Nuova Cultura (e-books), pp. 48-49.

⁶⁶⁴ Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa, pp. 162-163.

⁶⁶⁵ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

⁶⁶⁶ Sam Nujoma, entrevista a ANGOP – Agência Angola Press – (01/08/2015), “Sam Nujoma: Independência de Angola foi vitória para a África Austral”, em *África 21*, (online). Disponível em <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=15678&e=Pol%C3%83%C2%ADtica&page2=125,5&np2=26#sthash.r2byowDG.dpuf>, consultado a 13 de março de 2017.

⁶⁶⁷ Deve ser entendida como a transferência da alta estrutura da SWAPO que se encontrava exilada na Tanzânia e na Zâmbia, bem como a permanência oficial – perante o novo governo – dos guerrilheiros do PLAN em Angola, visto que estes já se encontravam em Angola desde 1966, nos territórios sob ocupação e/ou influência da UNITA.

a pé. Não houve qualquer formalidade por se cumprir, nem documental que nos permitisse estar em Angola. Tudo isto foi acertado depois entre os dois comités centrais, quase estávamos ilegais em Angola. Só que ficamos somente, por enquanto, aqui na parte sul do território angolano, vindos da Zâmbia. A partir desta data os dois comités centrais decidiram unir-se, traçar estratégias conjuntas contra os sul-africanos [...] ⁶⁶⁸.

Neste contexto, o governo angolano concedeu à SWAPO a permissão de estabelecer a sede provisória do PLAN no Lubango, no sul de Angola, e a sede política da SWAPO em Luanda ⁶⁶⁹, de onde se transferiram a partir de Lusaca ⁶⁷⁰. Sam Nujoma (2015) diz,

Eu comecei a organizar a transferência para Angola de algumas das nossas forças de Zâmbia. Em Maio de 1976, o Presidente Neto convidou-me a acompanhá-lo numa excursão ao sul e nós viajamos juntos para Menongue, Lubango e Namibe. Eu pude encontrar muitos recém-chegados da Namíbia e recrutá-los para o PLAN. Em meados de Maio de 1976, os combatentes do PLAN encontravam-se em pleno vigor para garantir a manutenção de uma rota segura para os novos recrutas que entravam para Angola a partir da Namíbia. Até finais de 1976, o PLAN tinha estabelecido, para a frente operacional, bases com combatentes prontos para atacar qualquer base militar sul-africana no interior da Namíbia, a partir do Oceano Atlântico, faixa de Caprivi, ao longo da fronteira com a Zâmbia. Tivemos a nossa Frente Leste a cobrir a agora região do Zambeze. A frente Nordeste cobria a região do Kavango e as frentes Norte e Noroeste que cobrem as áreas do ex-Ovamboland e Kaokoland (com a Sede do Comando na Villa da Ponte) ⁶⁷¹.

As bases da SWAPO encontravam-se, geralmente, na zona fronteira sul de Angola. A SWAPO instalou bases em Onamishe, em Haipeto, em Onanime, em Oshitumba, em Ehenge, em Nalomona, em Omufito Keenendyamba, em Ombadja e em Nalumulemba. Alguns estavam em Okanautoni (Ombadja), no Humbe e em Ondobodola. A SWAPO não tinha bases em Ondjiva, pois lá só estava instalada a sua representação local. Nas cidades só estavam as representações da SWAPO junto ao governo de Angola para as questões de apoio diplomático, social e militar. No Cuando Cubango, precisamente na região de Caiundo, estavam os guerrilheiros que vinham da Zâmbia ⁶⁷².

Também foram oferecidas à SWAPO instalações, a partir das quais passou a trabalhar a sua representação diplomática, em Luanda e outras funcionavam em algumas

⁶⁶⁸ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

⁶⁶⁹ Segundo Informante 10 (2016), a representação da SWAPO, nos arredores dos Coqueiros, foi transformada em Embaixada da Namíbia, depois da vitória eleitoral da SWAPO, em 1990. Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016.

⁶⁷⁰ Sam Nujoma, entrevista a ANGOP (01/08/2015), "Sam Nujoma: Independência de Angola foi vitória para a África Austral", em *África 21*, (online). Disponível em <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=15678&e=Pol%C3%83%C2%ADtica&page2=125,5&npg2=26#sthash.r2byowDG.dpuf>, consultado a 13 de março de 2017.

⁶⁷¹ *Ibidem*.

⁶⁷² Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

províncias, principalmente as do sul de Angola⁶⁷³. Segundo Quartim Saulo Hupopi Paulo (2016), “nesse período as FAPLA lançaram uma grande ofensiva em todo o território do País”. Nesta operação na qual estavam envolvidas todas as unidades, também participei, bem como os guerrilheiros da SWAPO⁶⁷⁴. Ainda sobre esta ação, W. Martin James (2011) afirma, “In November 1976, a combined FAPLA/Cuben force launched the first major post-civil-war offensive against UNITA. The offensive took place in southern Angola near the Namibia border, reportedly assisted by SWAPO units”⁶⁷⁵. Em consonância com estes autores, Quartim Saulo Hupopi Paulo (2016) diz,

[...] os guerrilheiros da SWAPO serviam, principalmente, para indicar as áreas onde possivelmente estavam as suas bases para, eventualmente, não sofrerem ações por parte das FAPLA. Portanto, a partir dali passámos a operar com os guerrilheiros da SWAPO. Os alvos eram os guerrilheiros da UNITA. Segundo as informações secretas nossas, os EUA estavam a preparar uma ação no exterior para Angola. Então, antes de acontecer essa invasão americana, que seria a segunda, as FAPLA tinham que desencadear uma operação para contrapor o plano americano. Essa operação coincidiu com a situação que ocorreu no seio do MPLA, o 27 de Maio de 1977. Essa operação só parou nesse período de tentativa de golpe de Estado⁶⁷⁶.

Porém, a relação entre o MPLA e a SWAPO nem sempre foi harmoniosa, como se tem dito muitas vezes. Durante este período os dois aliados só não chegaram a uma crise elevada devido ao seu possível impacto. Neste período, entre 1976 e 1978, o MPLA passou a estar mais desconfiado da SWAPO. Foram relatados conflitos retóricos, acusações entre o MPLA e a SWAPO, como afirma Vilho Amukwaya Shigwedha (2014), “no final da década de 1970, a relação entre as FAPLA e os combatentes do PLAN aparentemente deteriorou-se, quando as FAPLA suspeitavam que a SWAPO continuava a colaborar com a UNITA”. O MPLA argumentava que a SWAPO não era sincera. De acordo com relatórios gerais do comité do acampamento de Cassinga, as FAPLA fizeram sérias acusações de que o acampamento civil da SWAPO, em Cassinga, estava a abrigar homens da UNITA e a fornecer-lhes meios logísticos, principalmente alimentos e medicamentos⁶⁷⁷.

Os líderes da SWAPO tinham concluído que o MPLA não estava confiante numa boa relação com SWAPO e que tal confiança não seria ganha facilmente. Militares das FAPLA estacionados na Canjala (Benguela) teriam reconhecido, entre os doentes que estavam em tratamento no acampamento da SWAPO em Cassinga, um ex-membro da

⁶⁷³ Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016.

⁶⁷⁴ Entrevista a Quartim Saulo Hupopi Paulo, em Ondjiva, 21 de novembro de 2016.

⁶⁷⁵ James, W. Martin III, (2011), *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* [online], New Jersey, The University of New Jersey, p. 192.

⁶⁷⁶ Entrevista a Quartim Saulo Hupopi Paulo, em Ondjiva, 21 de novembro de 2016.

⁶⁷⁷ Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, pp. 1284-1288.

UNITA, o Hamala, que acabava por integrar as fileiras da SWAPO. As FAPLA teriam forçado o major Zulu, do PLAN, a entregar o ex-combatente da UNITA e quatro raparigas suspeitas. O Major Zulu teria admitido o receio de que as FAPLA pudessem realizar incursões nas bases da SWAPO para tentar identificar os antigos membros da UNITA. Além disso, a SWAPO e o MPLA chegaram a dirigir, um ao outro, ataques retóricos regulares. A SWAPO acusava o MPLA de ajudar a oposição namibiana, contra a SWAPO. O MPLA, por sua vez, acusava a SWAPO de ser desonesta e que ainda continuava a colaborar com a UNTA⁶⁷⁸. Em consonância com esta questão, Quartim Saulo Hupopi Paulo (2016) afirma,

[...] depois de ter visto pela primeira vez os guerrilheiros da SWAPO, em Agosto de 1975, só voltei a ver guerrilheiros da SWAPO em 1976, depois da expulsão dos sul-africanos. Foi quando esses guerrilheiros apareceram aqui, começamos já a nos familiarizar com eles. Naquela altura, nem toda gente tinha o conhecimento, nem conheciam os guerrilheiros da SWAPO. Na altura, tínhamos uma cooperação um pouco restrita, isto é, cooperação que tínhamos não era muito aberta⁶⁷⁹.

Este estado das relações também tinha sido influenciado pela conjuntura político-militar interna e regional que se observava naquele momento, no quadro do conflito de Angola/regional. Recordamos que, após a independência e a consolidada vitória político-militar, Neto começou a envidar esforços para aliviar as tensões com os países vizinhos, principalmente com o Zaire e com a África do Sul (acordo de fevereiro de 1976) – este último, por sua vez, procurava um *détente* com Angola, no âmbito da sua nova estratégia regional, a Estratégia Nacional Total. Neste âmbito, em fevereiro de 1976, Neto assinou um acordo de amizade com Mobutu, anulando as atividades da FNLA. Neste acordo, Neto comprometia-se a cessar o seu apoio às forças catanguesas – que lutavam ao lado do MPLA e contra o governo zairense –, a não se envolver em operações contra o governo de Mobutu, a garantir o regresso em segurança dos refugiados angolanos, principalmente afetos à FNLA, que se encontravam naquele país, bem como a garantir a segurança ao longo da fronteira comum (82.600 Km)⁶⁸⁰.

Do mesmo modo, em fevereiro de 1976, iniciaram negociações para a paz entre o Angola e a África do Sul que culminaram num acordo entre ambos. O acordo previa o respeito dos interesses sul-africanos em Angola. Pretória também se comprometia a retirar as suas tropas do território angolano e a cessar o seu apoio à UNITA. Em contrapartida, o

⁶⁷⁸ Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, pp. 1284-1288.

⁶⁷⁹ Entrevista a Quartim Saulo Hupopi Paulo, em Ondjiva, 21 de novembro de 2016.

⁶⁸⁰ James, W. Martin III (2011), *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* [online], New Jersey, The University of New Jersey, p. 191. Ver também Santos, Onofre (2013), *Os (meus) dias da independência*, Luanda, Texto Editora, p. 151 e Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC), (online). Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/cronologia/os-primeiros-anos-da-angola-independente-1975-1979>, consultado a 22 de março de 2017.

MPLA comprometeu-se a respeito dos complexos hidroelétricos do Ruacaná e de Calueque, construídos no leito do rio Cunene – construídos em cooperação com os portugueses – e também comprometeu-se a recuar em relação ao apoio angolano à SWAPO, recusando-se a dar quaisquer garantias de cooperação com organização de Nujoma⁶⁸¹.

Como fruto deste acordo, em março de 1976, a África do Sul retirou as suas tropas da barragem de Calueque e, no dia 27 deste mês, o último contingente das forças sul-africanas abandonou o território angolano⁶⁸². Neste contexto, a 23 de abril, um mês depois do cessar-fogo, Cuba e RPA acordaram em iniciar um processo de retirada do pessoal militar cubano. Paulatinamente, foi diminuindo o contingente militar caribenho e aumentando o pessoal civil, isto é, médicos, engenheiros, técnicos dos mais diversos ramos, para ajudar na reconstrução dos danos da guerra de 1975 a 1976, avaliados em 6,7 bilhões de dólares, e cooperar na luta então iniciada contra os atrasos e sequelas de séculos de exploração estrangeira⁶⁸³.

Entre 23 e 29 de outubro de 1976, o MPLA realizou a III Reunião Plenária, sobre a problemática da política externa, tendo estabelecido princípios – posteriormente confirmados no I Congresso do MPLA (realizado em Luanda, entre 4 e 10 de dezembro de 1977) – que passaram a nortear a sua política externa, até ao fim do monopartidarismo em Angola. Esses princípios estavam virados essencialmente para a manutenção da paz e a estabilidade interna. Entre tais princípios podemos constatar: i) estabelecimento e a manutenção de relações diplomáticas com todos os Países do mundo, na base do respeito mútuo pela soberania nacional e pela integridade territorial, pela não-agressão e não ingerência nas questões internas, igualdade e reciprocidade de vantagens e coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes; ii) Relações de boa vizinhança com as nações limítrofes de Angola; o não-alinhamento em relação aos blocos militares constituídos no mundo; iii) e a solidariedade para com os povos oprimidos e para com os movimentos de libertação nacional e à luta armada conduzida pelos povos para a conquista dos seus direitos⁶⁸⁴.

⁶⁸¹ James, W. Martin III (2011), *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* [online], New Jersey, The University of New Jersey, p. 191. Ver também Santos, Onofre (2013), *Os (meus) dias da independência*, Luanda, Texto Editora, p. 151, e Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC), (online). Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/cronologia/os-primeiros-anos-da-angola-independente-1975-1979>, consultado a 22 de março de 2017.

⁶⁸² Ramos, Justino da Glória (2015), “A Guerra Interna (1975-1992)”, em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difuila (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayamba, p. 245. E Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques, p. 166.

⁶⁸³ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 67.

⁶⁸⁴ Neto, Agostinho (1978), *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA*, Lisboa, Edições Avante, pp. 57-58.

Já a África do Sul tinha um interesse geoestratégico, não só para manter um clima de “paz”, mas também para assegurar a permanência do seu aliado na Rodésia, Ian Smith, outro bastião do domínio colonial da minoria branca na região. Nesta perspetiva, Döpcke A. Wolfgang (1998), afirma que,

[...] a exposição das fronteiras da África do Sul e da Namíbia a Estados que adotavam potencialmente políticas anti-apartheid, e o quase encurralado da Rodésia do Sul por Estados da Linha de Frente, provocou Pretória a apresentar uma nova iniciativa na política regional, a chamada *détente*, que governou as relações internacionais na África Austral entre meados de abril de 1974 e o final de 1975. [Por outro lado], [...] soldados cubanos equipados com tecnologia militar soviética, a África do Sul optou por uma rápida retirada em janeiro de 1976. A África do Sul sofreu uma experiência traumática em Angola, lutando pela primeira vez numa guerra africana e não conseguindo alcançar nenhum dos seus objetivos. Sentiu-se então profundamente traída pelo Ocidente, cuja “batalha contra o comunismo” a África do Sul proclamava estar lutando (sic)⁶⁸⁵.

Neste quadro, o acordo de fevereiro de 1976, entre Luanda e Pretória, teria formado uma espécie de *détente*. Diante deste contexto, na nossa perspetiva, a “questão da solidariedade e apoio à SWAPO em relação a causa do Sudoeste Africano” não foi posta em primeira ordem na agenda de Neto, no âmbito da sua política externa, por dois motivos principais: primeiro, Neto estava diante de um triunfo diplomático, no âmbito de manutenção da paz e segurança interna e de ameaça externa; segundo, reinava um clima de desconfiança/insegurança entre o MPLA e SWAPO, motivado pelas ligações que este último tinha, anteriormente, com a UNITA. Assim sendo, antes do ataque perpetuado pelas tropas sul-africanas a Cassinga, a 4 de maio de 1978, Neto esteve mais preocupado com a questão do Zimbabué e com a questão da África do Sul, do que com a “questão da SWAPO”, como se comprova também no seu discurso proferido na III Reunião Plenária (de 23 a 29 de outubro de 1976, em Luanda), sobre a problemática da política externa do MPLA/governo da RPA, e confirmada no I Congresso do MPLA (1977),

[...] no Zimbabue, camaradas, existe um problema colonial. E é preciso fazer a luta armada contra os britânicos residentes na Rodésia, para que os colonialistas britânicos disfarçados de rodesianos deixem o poder [...] e alguns fiquem lá, apenas se possível, com o consentimento do povo do Zimbabue. O colonialismo é uma serpente e é preciso destruir-lhe a cabeça. Este é agora o problema principal. Na África do Sul trava-se uma das mais sérias confrontações de classes que já existiram no continente africano e não há dúvida que será a classe operária da África que tomará o poder. É essa luta que devemos apoiar para vermos libertados os milhares [de pessoas] desta parte do

⁶⁸⁵ Wolfgang, Döpcke A. (1998), “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998”, em *Revista Brasileira de Política Internacional*. Jun 1998 41(1):133-161. Disponível na base de dados SciELO. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100007&lng=en&tlng=en, consultado a 8 de abril de 2017, pp. 137-140.

continente. O problema não é, nunca foi puramente racial, a raça é apenas utilizada para dominação de uma classe por outra. A Namíbia está ocupada pelo exército da África do Sul, o que permitiu também a ocupação económica [...]. O povo da Namíbia precisa de se ver livre dos racistas sul-africanos para se desenvolver em pleno direito e liberdade⁶⁸⁶.

Este horizonte de Neto também é notável noutra seu discurso enunciado a 14 de junho de 1977, em Luanda, por ocasião da abertura da reunião do Comité de Libertação da OUA, na qual frisou a necessidade de luta pela libertação de algumas zonas onde ainda existia a dominação económica e social. A esse respeito, de forma mais aprofundada, sublinhou a questão do Zimbabué e da África do Sul. Já a questão da SWAPO em relação ao Sudoeste Africano ficou circunscrita às palavras proferidas no discurso da III Reunião Plenária, sobre a problemática da política externa de Angola/MPLA⁶⁸⁷. Porém, apesar de se observar um clima de desconfiança e de insegurança entre o MPLA e a SWAPO, Neto mostrava-se preocupado com a questão da independência do Sudoeste Africano, pois era a base da libertação total do continente africano, inspirada nos princípios da OUA, da paz, e segurança sólida e duradoura em Angola. Para Neto, a questão não tinha a ver com o Sudoeste Africano em si, mas sim com a SWAPO.

Este estado débil da relação MPLA-SWAPO pode estar por detrás da passividade das FAPLA em relação à ajuda aos militares e aos civis e à não reagir militarmente perante o massacre no acampamento da SWAPO, em Cassinga, perpetrado pelas SADF, a 4 de maio de 1978⁶⁸⁸. Os paraquedistas da SADF passaram mais de seis horas em Cassinga sem enfrentar uma resposta militar angolana. As FAPLA também não enviaram uma equipa médica, para resgatar os feridos ou para ajudar as vítimas no local do ataque, nem mesmo depois das SADF terem abandonado o acampamento⁶⁸⁹. Isso forçou então uma reação por parte das tropas cubanas estacionadas em Tchamutete. Em consonância com aquele autor Piero Gleijeses (2007) descreve:

Uma unidade militar cubana com base em Tchamutete, 16 quilómetros a sul de Cassinga, avançou sob as bombas e bombardeios do Sul aviões africanos para enfrentar os paraquedistas, os camaradas de Tchamutete foram muito corajosos,

⁶⁸⁶ Discurso proferido por Agostinho Neto na III Reunião Plenária, sobre a problemática da política externa, realizada entre 23 e 29 de outubro de 1976, em *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA, DIP-MPLA, Dezembro de 1977*, pp. 51-52.

⁶⁸⁷ Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (1985), *Agostinho Neto – textos políticos escolhidos*, Luanda, Edições DIP-MPLA, pp. 105-114.

⁶⁸⁸ Gleijeses, Piero (2007), “Cuba and the Independence of Namibia”, *Cold War History*, (online), Vol. 7, No. 2, May 2007, pp. 285–303. Disponível na base de dados: B-on, <http://widgets.ebscohost.com/prod/customerspecific/ns000290/authentication/index.php?url=http%3a%2f%2fsearch.ebscohost.com%2flogin.aspx%3fdirect%3dtrue%26AuthType%3dip%2ccookie%2cshib%2cuid%26db%3da9h%26AN%3d25136024%26lang%3dpt-br%26site%3ded-live%26scope%3dsite>, p. 286.

⁶⁸⁹ Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, pp. 1283-1286.

comentou o presidente angolano, Agostinho Neto, ao notar que nenhuma tropa angolana conseguiu ajudar⁶⁹⁰.

Ao governo da RPA chegaram expressões de descontentamento por causa da sua passividade. A par disso, a ação sul-africana representava uma violação da soberania angolana e uma ameaça a segurança nacional. Neste sentido, com o ataque das SADF a Cassinga, a 4 de maio de 1978, o MPLA concluiu que na altura não se pode confiar na África do Sul para uma resolução pacífica do conflito. No entanto, os interesses pela defesa e segurança mútua forçaram o MPLA e a SWAPO a adaptar uma nova dinâmica, a estreitar relações e a ganhar confiança mútua. Era o fim da fase de desconfiança e o começo de uma nova fase, a fase de confiança mútua. Portanto, o ataque das forças sul-africanas a Cassinga representa um marco importante no quadro da cooperação entre o governo da RPA e a SWAPO, pois fez implementar uma nova abordagem do governo angolano em relação à questão SWAPO e SADF.

Quarto período, entre 1978 e 1988

Este período é caracterizado pelo fim do clima de desconfiança e de insegurança entre a SWAPO e o governo da RPA (MPLA), dando origem a uma nova dinâmica no âmbito da cooperação entre a RPA e a SWAPO, marcada pela “defesa a mútua”. Depois de ser desalojada do interior de Angola, a UNITA aquartelou-se no Delta – situada no sudeste da fronteira de Angola com o Sudoeste Africano – e em Mavinga. Em 1977-1978, com o apoio da África do Sul, dá-se a construção da base de apoio da UNITA, na Jamba, no extremo do Sudeste Angolano, a qual foi transformada em “capital” e no símbolo da resistência/luta contra o MPLA⁶⁹¹. Nesta época, a África do Sul, no quadro da intervenção em Angola, retomou as ofensivas com o apoio da UNITA⁶⁹². A África do Sul começou a apoiar militarmente a UNITA e, ao mesmo tempo, intensificou as suas incursões militares anti-MPLA, querendo tirar vantagens do seu poder militar⁶⁹³. A 4 de maio de 1978, no âmbito da sua política desestabilizadora, as SADF realizaram uma operação de grande envergadura no território angolano. O alvo era a instalação da SWAPO localizada em

⁶⁹⁰ Gleijeses, Piero (2007), “Cuba and the Independence of Namibia”, *Cold War History*, (online), Vol. 7, No. 2, May 2007, pp. 285–303. Disponível na base de dados: B-on, <http://widgets.ebscohost.com/prod/customerspecific/ns000290/authentication/index.php?url=http%3a%2f%2fsearch.ebscohost.com%2flogin.aspx%3fdirect%3dtrue%26AuthType%3dip%2ccookie%2cshib%2cuid%26db%3da9h%26AN%3d25136024%26lang%3dpt-br%26site%3dedlive%26scope%3dsite>, p. 286. Tradução nossa do original: “A Cuban military unit based at Tchamutete, 16 kilometres south of Cassinga, advanced under the strafing and bombs of the South African planes to confront the paratroopers; it paid for its valour with 16 dead and more than 80 wounded. ‘The [Cuban] comrades of Tchamutete were very brave’, Angola’s president, Agostinho Neto, commented, noting that no Angolan troops had been able to help”.

⁶⁹¹ Entrevista a Alcides Sakala em “Memórias da Independência” Programa Televisivo da TV Zimbo, apresentado por Guilherme Galiano, 24 de outubro de 2016, em Luanda.

⁶⁹² Ramos, Justino da Glória (2015), “A Guerra Interna (1975-1992)”, em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difuíla (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayamba, p. 254.

⁶⁹³ Gómez, Rubén G. J. (2014), *Cuito Cuanavale Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora, p. 14

Cassinga. Em Cassinga estavam instaladas bases militares da SWAPO e acampamentos de refugiados namibianos e angolanos. Desta ação, resultaram entre seiscentos⁶⁹⁴ e oitocentos mortos, maioritariamente namibianos⁶⁹⁵.

O ataque a Cassinga traduzia o fracasso do *détente* Luanda-Pretória, de fevereiro de 1976, isto é, o insucesso da teoria de Clausewitz, citado por Fernando J. de França Dias Van-Dúnem (1997), teoria segundo a qual “diplomacia é a primeira linha de defesa de um Estado que começa onde termina a guerra e vice-versa”⁶⁹⁶. Igualmente, a “questão Cassinga” permitiu a diminuição da esperança na resolução do conflito por via pacífica, na manutenção dos princípios de boa vizinhança e na não ingerência nos assuntos internos, princípios defendidos por Luanda, como diz Fernando J. de França Dias Van-Dúnem (1997), “a violência foi a resposta da África do Sul à proposta angolana de uma zona desmilitarizada. O massacre de Cassinga no interior de Angola, a 4 de maio de 1978, foi disso a prova mais eloquente”. Neste quadro, o horizonte estratégico de Neto para a implementação da paz, segurança e instabilidade interna e externa mudou, como diz Fernando J. de França Dias Van-Dúnem (1997), “no nosso caso, a diplomacia e a guerra foram conduzidas em simultâneo pelo governo”⁶⁹⁷.

Além disso, o MPLA teria comunicado ao dirigente da SWAPO afirmado que, se a SWAPO quisesse libertar a Namíbia a partir do solo angolano com imunidade, eles deveriam entregar aos cubanos e ao MPLA Godfrey Nangonya e outros elementos da SWAPO que se tinham juntado às forças da UNITA e da SADF nos combates contra as FRC e FAPLA. Depois de dois meses houve confusão, mesmo entre os soldados da SWAPO. Deste tema acabou por criar uma divisão no seio da SWAPO, eentre os que eram contra e a favor. Mas, a SWAPO acabou por aceitar e reairar o pedido do MPLA⁶⁹⁸.

A partir deste conjunto de factos, os dois novos aliados puseram fim ao clima de desconfiança e avançaram para uma cooperação sólida de confiança. Deste modo, foram firmadas concertações estratégicas de defesa e segurança mútua. Acredita-se que foi o começo de um acordo informal de “defesa mútua” entre o MPLA e a SWAPO, e

⁶⁹⁴ Este número é apresentado por Agostinho Neto, no seu discurso proferido na Cimeira da OUA, realizada em Cartum, a 18 de Julho de 1978. Ver em Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (1985), *Agostinho Neto – textos políticos escolhidos*, Luanda, Edições DIP-MPLA, pp. 134-137.

⁶⁹⁵ Número de mortos apresentado em: Memorando sobre o estado de cooperação com a República da Namíbia no domínio da defesa, 13-12-2016. Ver em Arquivo da Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola.

⁶⁹⁶ Van-Dúnem, Fernando J. de França Dias (1997), “Prefácio”, em Patrício, José (1998), *Angola – EUA: os caminhos do bom senso*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 14.

⁶⁹⁷ Van-Dúnem, Fernando J. de França Dias (1997), “Prefácio”, em Patrício, José (1998), *Angola – EUA: os caminhos do bom senso*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 14.

⁶⁹⁸ Hayes, Patricia (2014), Nationalism's Exile: Godfrey Nangonya and SWAPO's Sacrifice in Southern Angola, em *Journal of Southern African Studies*, Volume 40, 2014 - Issue, pp. 1305-1324. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03057070.2014.970038?needAccess=true> , consultado, 02.01.2019.

consequentemente entre o governo de Angola e o futuro governo do Sudoeste Africano independente, como se descreve mais à frente. Logo, a questão da SWAPO-Sudoeste Africano passou a figurar em primeira ordem na agenda de Neto, pois, não se tratava apenas da independência do Sudoeste Africano, também estava em jogo a paz, liberdade e a estabilidade política, económica e social de Angola e da África Austral, em geral. Desde então, a questão da independência do Sudoeste Africano e da paz em Angola e África Austral passaram a estar relacionadas, tal como afirma Agostinho Neto, no discurso proferido no dia 26 de julho de 1979, na Cidade do Menongue, por ocasião da visita a Província do Cuando Cubango, na qual estavam presentes o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, e o 1º Secretário do Partido Comunista do Uruguai, Rodney Arismendis,

[...] quero dizer que não só temos só responsabilidades dentro do nosso País. [...] temos problemas a resolver dentro da África. Temos que auxiliar aqueles povos que ainda estão a lutar pela sua independência, na Namíbia e no Zimbabwe em 1º lugar. Vamos dar toda a contribuição porque a luta da Namíbia é a nossa luta, a luta do Zimbabwe é a nossa luta. Se a Namíbia estivesse livre nós [não] tínhamos guerra em Angola. Não teríamos esses grupitos [a UNITA] [...], esta é uma atitude de solidariedade e de fraternidade. [...] Temos de fazer esforços como fizemos aqui com a nossa luta, pela libertação da Sudoeste Africano⁶⁹⁹.

O desejo de verem os seus objetivos estratégicos alcançados (paz e segurança de Angola e a independência do Sudoeste Africano) levou a SWAPO e o MPLA a caminharem de mãos dadas⁷⁰⁰. Essa aliança passava por eliminar a ameaça militar externa (derrotar as forças invasoras sul-africanas) e lutar pelo fim do domínio sul-africano no Sudoeste Africano para garantir a independência, a paz e a segurança interna no Sudoeste Africano. Nesta perspetiva, a independência de Angola só seria “verdadeiramente” concretizada quando o Sudoeste Africano conquistasse a sua independência.

O I Congresso do MPLA, realizado em Luanda, em 1977, confirmou a linha política a seguir pelo governo da República Popular de Angola, quer no plano interno quer no plano internacional. Neste quadro, o governo da RPA, o Comité Central do MPLA e o seu bureau político ativaram e reafirmaram o seu apoio aos guerrilheiros da SWAPO e a solidariedade com a causa dos povos oprimidos, com maior destaque para com os do Sudoeste Africano⁷⁰¹. A partir de então, a cooperação entre o MPLA/governo de Angola e a SWAPO passou a ser realizada ativamente em vários domínios, principalmente, no domínio militar, económico, social e diplomático, tal como afirma Agostinho Neto (discurso proferido no Ato

⁶⁹⁹ Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (1985), *Agostinho Neto – textos políticos escolhidos*, Luanda, Edições DIP-MPLA, pp. 201-222.

⁷⁰⁰ Entrevista a Quartim Saulo Hupopi Paulo, em Ondjiva, 21 de novembro de 2016.

⁷⁰¹ Entrevista a Quartim Saulo Hupopi Paulo, em Ondjiva, 21 de novembro de 2016.

Central de 4 de fevereiro de 1979, comemoração do início da luta armada pela independência de Angola),

[...] nós, os milhões de Angola vamos defender a nossa Pátria, com catanas ou canhangulos ou armas de repetição ou automática, vamos defender o nosso País, cada centímetro quadrado da nossa terra. [...] nós temos vários problemas em África. Eu menciono só da Namíbia porque é aquele que está mais próximo. Está mais próximo, nós sentimos mais esse problema da Namíbia, não sentimos tanto o do Zimbabwe porque é um país dependente [...], não sentimos tanto o problema da África do Sul porque nem se quer conheço bem a situação. Temos muitas preocupações em relação a um país vizinho. Um país que está a lutar pela sua liberdade que é a Namíbia. [...] o nosso Povo e o nosso Partido deram uma contribuição importante para a solução desse problema. Continua a dar! Mas os racistas sul-africanos e seus aliados, não consentiram que seguissem as vias que nós em conjunto, em reunião solene, assinámos para chegar a uma definição do estatuto do povo da Sudoeste Africano, perigos para Angola, perigos para a Zâmbia, perigos para o Botswana e perigo enfim para toda a África e para o Mundo. [...] e nós temos que nos preocupar e dar toda ajuda, toda ajuda ao povo da Namíbia para que ele se transforme em povo independente e livre. E vamos fazê-lo! (sic)⁷⁰².

Desde então as FALA e o PLAN passaram a realizar operações militares conjuntas contra as forças as FALA e as SADF, protagonizando várias batalhas entre a coligação socialista (FAPLA-FARC-PLAN -FAUS) e a coligação capitalista (FALA-SADF-EUA), entre as quais as célebres Batalhas De Mavinga e do Cuito Cuanavale⁷⁰³. Esta fase da cooperação entre o governo da República Popular de Angola e a SWAPO terminou após a assinatura do Acordo de Nova Iorque, entre Angola, Cuba e da África do Sul, a 22 de Dezembro de 1988.

3. Papel da República de Angola na Luta pela Independência do Sudoeste Africano

Desde o início da luta pela independência da Namíbia, a 26 de agosto de 1966, Angola teve um papel preponderante nesse processo. A independência de Angola teve um impacto importante e determinante para a concretização da independência do Sudoeste Africano, senão mesmo da libertação dos últimos redutos colonial na África Austral. Permitiu a cooperação entre o governo da RPA e a SWAPO em vários domínios (militar, diplomático, político, social e económico) e um forte envolvimento militar da URSS e de

⁷⁰² Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (1985), *Agostinho Neto – textos políticos escolhidos*, Luanda, Edições DIP-MPLA, pp. 201-204.

⁷⁰³ Ramos, Justino da Glória (2015), “A Guerra Interna (1975-1992)”, em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difuíla (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayambra, p. 254.

Cuba na luta da SWAPO, considerados decisivos para o alcance da causa da luta desenvolvida pela SWAPO. Igualmente, a independência do Sudoeste Africano permitiu o estabelecimento da paz e a estabilidade regional.

No domínio social, depois do colapso do domínio português em Angola, em 1974, vários milhares de namibianos atravessaram voluntariamente a fronteira angolana para se juntarem à luta armada desenvolvida pela SWAPO contra a ocupação sul-africano no Sudoeste Africano⁷⁰⁴. Durante 16 anos, após a independência de Angola, a RPA albergou uma das maiores concentrações populacionais oriundas do Sudoeste Africano, que abandonou o seu território devido aos maus-tratos do regime sul-africano. A estes refugiados era dada guarida com direito a proteção e abastecimento pelo governo angolano. Não obstante, a população angolana sentiu na pele o impacto da hospitalidade que oferecera aos seus vizinhos do Sudoeste Africano⁷⁰⁵. Nesta ótica Holden J. Uulenga (2016) ainda afirma,

[...] Quando a África do Sul, se apercebeu do apoio do governo de Angola sobre os guerrilheiros da SWAPO também começou a lutar contra o governo angolano, a castigar e a matar as populações de Angola, para além de lutar contra os guerrilheiros do PLAN. Os castigos e os massacres do povo angolano foram uma das estratégias aplicada pelos sul-africanos no sentido de forçar o MPLA expulsar a SWAPO do território angolano, como aconteceu com o ANC em Moçambique. Mas, o governo angolano decidiu sacrificar-se em apoio a SWAPO. Diante desta situação, as SADF passaram a atacar os guerrilheiros e os civis. Para contrapor estes ataques e massacres em série perpetuados pelos sul-africanos, como o de Cassinga, o governo angolano e os dirigentes da SWAPO decidiram construir uma base militar das FAPLA junto a cada base e acampamento civil da SWAPO. Por isso a relação entre Angola e a Namíbia ao nível de África é incomparável⁷⁰⁶.

A República de Angola também desempenhou um papel importante no domínio militar. Antes da independência de Angola, era comum cidadãos angolanos, principalmente os que viviam ao longo da região fronteira Angola-Sudoeste Africano, atravessarem a fronteira sul, a fim de integrarem as fileiras da SWAPO. De igual modo, cidadãos dos Sudoeste Africano integravam as fileiras da UNITA e, em alguns casos, as fileiras do MPLA. Estas opções podem ser justificadas por razões étnicas, pela falta de noções a respeito da natureza da luta, pela falta de informação sobre a essência e projetos políticos dos referidos movimentos, pelo desejo de pôr fim ao domínio branco sobre a população negra, assim como por todos os fatores já apresentados no capítulo II. Posteriormente, quando

⁷⁰⁴ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 339.

⁷⁰⁵ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

⁷⁰⁶ *Ibidem*.

guerrilheiros da SWAPO, juntamente com os refugiados angolanos, começaram a infiltrar-se no Sudoeste Africano, a África do Sul encerrou a sua fronteira com Angola⁷⁰⁷.

Deste modo, depois da independência de Angola e das declarações formais de Neto sobre o apoio incondicional à SWAPO, no quadro da sua política externa, o governo de Angola permitiu a instalação no sul de Angola de várias instalações para civis e bases militares da SWAPO. Estas bases - em Onamishe, em Haipeto, em Onanime, em Oshitumba, em Ehenge, em Nalomona, em Omufito Keenendyamba, em Ombadja e Nalumulemba, Cassinga, Xangongo, representação de Ondjiva, entre outras –, passaram a servir como campo de treino de guerrilheiros e para a realização de incursões militares no Sudoeste Africano⁷⁰⁸. Esta ação do governo angolano, na qualidade de integrante dos “Estados da Linha da Frente”, de apoiar os movimentos anti-*apartheid* da Rodésia e da África do Sul, principalmente o ANC e a SWAPO, custou a Angola repetidos ataques militares por parte da África do Sul, que o fazia com o pretexto de salvaguardar a sua própria segurança e a necessidade militar de destruírem as bases da SWAPO e do ANC, e de forma a manter a fronteira norte do Sudoeste Africano livre destes movimentos e também a conter o avanço comunista⁷⁰⁹. Ainda nesta perspetiva, Holden J. Uulenga (2016) diz,

Depois de constatar os movimentos das forças sul-africanas em conjunto com as tropas da UNITA, que saíam da Namíbia para atacar alvos em Angola, decidimos unirmos as forças e realizar operações conjuntas [FAPLA-PLAN] para lutar contra eles [SADF-FALA]. Quando as tropas sul-africanas se moviam do interior da Namíbia para Oshikango, com o objetivo de atacar alvos em Angola, a UNITA ficava em frente e os sul-africanos ficavam atrás. Assim, que a UNITA estivesse em Onamakunde [Cunene] os sul-africanos ficavam Oshikango, formando a retaguarda. Assim que a UNITA chegasse a Ondjiva os sul-africanos ficavam em Onamakunde. Estas manobras eram feitas com o objetivo de disfarçar e de nos levar a acreditar que era a UNITA que estava a lutar sozinha. [...] Isto é, a UNITA uniu-se ao nosso inimigo, logo também é nosso inimigo. Então, vamos procurar neutralizá-los, para tal achamos necessária uma união entre as FAPLA e o PLAN. Essas operações conjuntas entre o PLAN e as FAPLA continuaram até à morte de Jonas Savimbi⁷¹⁰.

⁷⁰⁷ James, W. Martin III (2011), *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* [online], New Jersey, The University of New Jersey, p. 192.

⁷⁰⁸ Constituem Estados da Linha da Frente Angola, Botsuana, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia, Lesoto e Zimbabué que depois de alcançarem as suas independências uniram-se logo contra os principais problemas da África Austral: na luta contra o racismo, o imperialismo e o colonialismo na África Austral, nomeadamente, Zimbabué, Namíbia e África do Sul. Para mais informações ver em CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano I, nº 10, 18 a 30 de Novembro de 1978. Esta organização depois evoluiu para estes países cofundaram a Conferência para Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), (Murapa, 2002:158).

⁷⁰⁹ CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano I, nº 10, 18 a 30 de Novembro de 1978.

⁷¹⁰ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

Nesta senda, segundo Paulino António Ndeutapo (2016) “a UNITA tinha um aliado forte, a África do Sul, que estava atrás da SWAPO. Devido à cobertura das tropas sul-africanas a UNITA conseguia avançar certos confrontos. A SWAPO, quando quisesse ir ao Sudoeste Africano, partindo de Angola, tinha de ter uma retaguarda dos cubanos ou das FAPLA, porque sozinha não era possível devido a superioridade militar das SADF”⁷¹¹. Na linha da frente os militares eram divididos em cinco grupos: paraquedistas do exército, infantaria da polícia sul-africana, milicianos, que eram principalmente brancos, tropas “tribais” dos bantustões e mercenários da UNITA⁷¹².

É neste prisma que a SWAPO passou a desempenhar um papel importante na luta contra as forças sul-africanas, ou seja, na luta contra o Bloco do Ocidente. A SWAPO forneceu algumas informações de inteligência cruciais sobre a UNITA. O PLAN ajudou a identificar os elementos da UNITA, principalmente os que operavam com os guerrilheiros da SWAPO nas diversas frentes contra as forças sul-africanas e, eventualmente, contra as forças portuguesas, assim com as bases militares das FALA. Também contra, provavelmente, os que já se tinham juntado à SWAPO. A SWAPO também participava diretamente nos combates, inclusive na célebre Batalha do Cuito Cuanavale (de 15 de novembro de 1987 a 23 de março de 1988). Em contrapartida, a SWAPO recebia ajuda militar (armamento, assistência técnico-estratégica, informação, contrainformação e formação), logística, assistência humanitária aos refugiados e assistência diplomática⁷¹³. Holden J. Uulenga (2016) afirma,

Nós lutávamos em Angola, assim como saíamos em Angola para lutar na Namíbia e regressávamos a Angola. Às vezes quando os militares sul-africanos nos seguissem nós saímos da Namíbia a correr e as FAPLA faziam-nos uma espécie de barreira ou escudo frente aos militares sul-africanos, nós entrávamos em Angola e os sul-africanos não nos conseguiam seguir. As FAPLA não vinham para Namíbia lutar. Eles ficavam no lado de Angola e nós vínhamos cá lutar para o nosso País⁷¹⁴.

Todavia, no quadro da luta desenvolvida por Angola contra a África do Sul, também pensou na possibilidade de desenvolver a luta no âmbito económico, apesar de não surgir efeitos, de forma a enfraquecer o governo de Pretória, tal como diz Agostinho Neto, em entrevista à TV Búlgara, a 18 de outubro de 1978, “nós hoje não compactamos com a África do Sul porque devemos fazer o boicote, para ver se livramos os nossos milhões de irmãos africanos que lá estão oprimidos pelo *apartheid*. É preciso fazer uma ação – essa ação

⁷¹¹ Entrevista a Paulino António Ndeutapo, em Ondjiva, 12 de setembro de 2016.

⁷¹² Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 118.

⁷¹³ Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, 2014 Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado a 20 de fevereiro de 2017, pp. 1283-1286.

⁷¹⁴ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

pode ser feita por meio de boicote económico⁷¹⁵. Holden J. Uulenga (2016), questionado sobre a ajuda concreta que a SWAPO recebeu do MPLA, afirma,

Quando alguém triunfar e estabelecer um governo então temos de aprender com ele devido à experiência que trazem. É essa experiência que nós aprendemos. Experiência de estabelecimento de governo. Também [o MPLA] já tinha lutado de forma triunfante contra os colonos portugueses. Então, a SWAPO ainda como lutava contra os colonos sul-africanos tinha pouca experiência. Portanto, precisava de aprender essa experiência de luta⁷¹⁶.

A luta armada da SWAPO foi desenvolvida em paralelo com a luta diplomática. A ONU estava engajada numa solução pacífica, que, até antes da Batalha do Cuito Cuanavale e do fim da Guerra Fria, não surtia efeitos significativos. No entanto, depois da independência de Angola houve movimentos discretos para convencer o regime da África do Sul a negociar com a SWAPO e o regime de Angola a dialogar com a UNITA. O Presidente Agostinho Neto contactou o Presidente do Senegal, Léopold Sédou Sangaré, solicitando que este servisse de intermediário num esforço de aproximação entre o governo do MPLA e a UNITA. No Sudoeste Africano, a ONU envidava esforços, através do Comité das Nações Unidas para o Sudoeste Africano e, depois, por meio de um grupo criado para tal, o Grupo de Contacto⁷¹⁷. O governo de Luanda começou a levar questão do Sudoeste Africano em várias tribunas a nível internacional (OUA, ONU, PLF, entre outras), como se lê no discurso de Neto proferido na Cimeira da OUA, realizada em Cartum, a 18 de julho de 1978, no qual criticou os Estados africanos por considerar que estivessem hesitantes e, talvez, descontraídos perante a luta pela libertação total da África Austral,

[...] a Unidade Africana foi realizada em torno da liberdade [...], contra o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo [...] [e] pela independência nacional. Contudo, já se sentem as hesitações em relação à libertação de alguns países, como as Reuniões com a própria África do Sul, porque os dezoito anos de independência envelheceram ideias e atitudes, para, em certos casos, os substituir pela acomodação, pela diplomacia e pelo comércio. Será, portanto, necessário concertar, a nossa atenção em outras áreas de acção, áreas necessárias, imediatas e concretas, onde defenderemos ainda a mesma ideia da liberdade e da independência. [...] Neste momento a nossa independência é ameaçada por forças estranhas que invadiram o nosso País, esperando cada um dominar a vida política angolana. [...] Nós derrotamos militarmente a África do Sul, facto inédito em África. Mas esta vitória sobre a África do Sul não nos faz esquecer os problemas fundamentais. Mas a ameaça contra Angola persiste. No

⁷¹⁵ Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (1985), *Agostinho Neto – textos políticos escolhidos*, Luanda, Edições DIP-MPLA, p. 182.

⁷¹⁶ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

⁷¹⁷ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 167. Ver também em: James, W. Martin III (2011), *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* [online], New Jersey, The University of New Jersey, p. 192.

dia 4 de Maio passado [1977], perdemos mais de seiscentas vidas de namibianos e angolanos, em Kassinga, porque no nosso sistema defensivo não tinha tido ainda a adaptação suficiente para prevenir essa eventualidade. Todos os dias, repito, todos os dias, há agressões contra o nosso País. Existem ameaças⁷¹⁸.

Agostinho Neto vai mais além e afirma,

[...] os Estados Unidos da América, pela voz do seu presidente, dizem que querem em Angola um Vietname. [...] Quero declarar aqui, que as tropas cubanas não sairão de Angola por minha ordem, enquanto persistir a agressão militar, política e diplomática contra Angola. [...] os seus efectivos provavelmente aumentarão em caso de necessidade. Por causa destas condições por aqueles que não gostam da nossa independência, nós seremos provavelmente um dos países militarmente mais fortes da África Austral. A escalada da guerra só nos fará mais capazes de realizar nossa ajuda internacionalista em relação à Namíbia, ao Zimbabwe e ao povo negro oprimido da África do Sul. [...] Gostaria de dizer a Vossas Excelências que neste momento é necessário dar uma séria ajuda aos movimentos de libertação. À SWAPO, à [ZAPU] – Frente Patriótica, ao ANC da África do Sul, quando for necessário. [...] estou absolutamente convencido que as duas questões fundamentais neste momento são: Primeiro a libertação completa do Sahara Ocidental, da Namíbia e do Zimbabwe. Em segundo lugar a formação o Mercado Comum Africano, dependentes duma industrialização planificada da África⁷¹⁹.

Em abril e em julho de 1978, a África do Sul e a SWAPO aceitaram em princípio as propostas do Ocidente (Grupo de Contacto), que consistia na elaboração de um plano para a transição para a independência por meio de eleições. Desta feita, a ONU entrou em ação⁷²⁰. Mas, a 20 de setembro de 1978, o Primeiro-Ministro sul-africano, Vorster, anunciou a rejeição da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A objeção principal era a disposição das forças militares na zona da fronteira norte⁷²¹. Assim prosseguia a luta por meios políticos e diplomáticos entre a SWAPO e governo de Angola, de um lado, e a da África do Sul, de outro lado, com a intervenção da comunidade internacional. De igual modo, intensificou-se a luta armada, a ajuda internacional (militar e diplomacia internacional) e uma “solução interna” sul-africana, a 4 e 8 de dezembro de 1978⁷²² – a realização de eleições para a Assembleia Constituinte, à margem dos princípios

⁷¹⁸ Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (1985), *Agostinho Neto – textos políticos escolhidos*, Luanda, Edições DIP-MPLA, pp. 134-137.

⁷¹⁹ Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (1985), *Agostinho Neto – textos políticos escolhidos*, Luanda, Edições DIP-MPLA, pp. 138-139.

⁷²⁰ Kodjo, Edem e David Chamaiwa (2010), “Pan-Africanismo e Libertação”, em Mazrui, A. Ali e Wondji, Christoph (org.), *História Geral da África: África desde 1935*, Brasília, Volume VIII, UNESCO, pp. 909-910.

⁷²¹ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, pp. 267-273.

⁷²² Kodjo, Edem e David Chamaiwa (2010), “Pan-Africanismo e Libertação”, em Mazrui, A. Ali e Wondji, Christoph (org.), *História Geral da África: África desde 1935*, Brasília, Volume VIII, UNESCO, pp. 909-910.

definidos pelo CSNU, vencida pela DTA, mas não reconhecidas pela comunidade internacional⁷²³ –, tal como referimos no primeiro capítulo.

Em 1978, o CSNU aprovou a resolução 435/78, de 29 de setembro, que recomendava a independência do Sudoeste Africano⁷²⁴. Neste quadro, o governo da RPA passou a exigir o cumprimento da resolução 435/78 do CSNU, que recomendava a independência e a retirada dos sul-africanos do território do Sudoeste Africano. O governo angolano começou a promover o direito e a vontade do povo do Sudoeste Africano nos países africanos, na OUA e em outros continentes. Passou a levar a questão às tribunas internacionais e nacionais, mostrando a sua posição em relação à resolução do problema do Sudoeste Africano, que passava pela descolonização, levar o povo a decidir o seu próprio destino⁷²⁵.

Esta posição do governo angolano tinha sido manifestada por Neto durante uma entrevista cedida à TV Búlgara, a 18 de outubro de 1978; no discurso de comemoração do início da luta armada em Angola, a 4 de fevereiro de 1979; no discurso de 1 de maio de 1979; no discurso do dia 26 de julho de 1979, na cidade do Menongue; no discurso de 27 de julho de 1979, na cidade do Lubango – com presença do 1º Secretário do Partido Comunista do Uruguai, Rodney Arismendis, e o presidente da SWAPO, Sam Nujoma⁷²⁶. Agostinho Neto declara, mais uma vez, o seu apoio à causa da luta da SWAPO, no discurso enunciado na cidade do Lubango, a 27 de julho de 1979, salientando que,

[...] o que é preciso é que a África do Sul saia da Namíbia. A África do Sul deve sair da Namíbia [...]. A África do Sul, que tem tropas aqui perto da nossa fronteira [...] para nos atacar, [...] simplesmente porque temos esse sentimento de fraternidade para com os nossos irmãos da Namíbia. Quem é o filho do mesmo pai e da mesma mãe que despreza o seu irmão? Vamos continuar o nosso apoio à luta da Namíbia⁷²⁷.

A 15 de novembro de 1978, no Dundo, província da Luanda Norte, Agostinho Neto destacou as “magníficas relações” com a SWAPO e o apoio angolano às ações armadas dessa organização, como única via para pressionar os sul-africanos a cumprir as exigências da comunidade internacional sobre o território ilegalmente ocupado por Pretória⁷²⁸. Ainda

⁷²³ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, pp. 273-277.

⁷²⁴ ANU – Resolução A/RES/33/182B CSNU: Recusa da África do Sul de respeitar as resoluções das Nações Unidas sobre a Namíbia. Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/33/182&referer=http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r33_resolutions_table_eng.htm&Lang=S, consultado a 17 de abril de 2017.

⁷²⁵ Entrevista a Quartim Saulo Hupopi Paulo, em Ondjiva, 21 de novembro de 2016.

⁷²⁶ Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (1985), *Agostinho Neto – textos políticos escolhidos*, Luanda, Edições DIP-MPLA.

⁷²⁷ *Ibidem*, pp. 228-229.

⁷²⁸ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 81.

nesta senda do papel de Angola na luta pela independência do Sudoeste Africano, Fernando J. de França Dias Van-Dúnem (1997) afirma,

[...] embora, para Clausewitz, a diplomacia seja «a primeira linha de defesa de um Estado que começa onde termina a guerra e vice-versa», no nosso caso, a diplomacia e a guerra foram conduzidas em simultâneo pelo Governo. Várias foram as iniciativas diplomáticas do Governo de Angola para trazer paz e estabilidade à África Austral e, particularmente, a Angola. No quadro da nossa contribuição salientaria: - a proposta de uma zona desmilitarizada [em 1978]; - a ajuda diplomático-jurídico prodigada à SWAPO, quer no quadro da conferência de pré-implantação da Resolução 345/78 do Conselho de Segurança, sobre o Sudoeste Africano, quer no âmbito dos trabalhos do Grupo de Contacto ocidental; - compromisso de Lusaca de 16 de Fevereiro de 1984; - a carta de 17 de Novembro de 1984, do presidente José Eduardo dos Santos ao secretário-geral da ONU [sobre processo de paz cujo pacote abarcava: o fim do apoio à UNITA, a retirada das SADF de Angola, acordo de cessar-fogo entre a África do Sul e a SWAPO, a implementação da resolução 435/78 do CSNU]; - os Princípios de Nova Iorque [1988]; - os Acordos de Nova Iorque [1988]; - a Cimeira dos Oitos [Chefes de Estados da África Austral e Central – Zaire, Zâmbia, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Congo, Zimbabwe e Gabão] de 16 de Maio de 1989 [sobre o processo de paz em Angola, apresentando sete pontos para um plano de paz]; - o encontro entre o presidente da República e o secretário de Estado norte-americano, James Baker, a 20 de Março de 1990, em Windhoek, à margem dos festejos da Independência da Namíbia⁷²⁹.

Salientamos que todas estas ações desencadeadas pelo governo da RPA não visavam somente a independência do Sudoeste Africano, pois faziam parte de um leque de estratégias político-diplomáticas, até mesmo militar, que visavam também estabelecer a paz e a segurança interna, visto que o regime sul-africano e a ocupação do Sudoeste Africano representavam uma ameaça externa à segurança de Angola. Por outro lado, visava estabelecer a paz e segurança na África Austral. Neste contexto, foram importantes os esforços desenvolvidos também pelos Estados da África, no âmbito da OUA, pela organização dos Países Não-Alinhados, pelas ONU e outras organizações internacionais, na luta pela independência do Sudoeste Africano e pela paz e segurança em Angola e na região da África Austral.

Na busca por uma solução de paz para a região, a 15 de julho de 1979 aproveitando a presença em Angola do Secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, Neto procurou criar “melhores condições” para a aplicação do plano das Nações Unidas para a independência do Sudoeste Africano. Nesse sentido, Neto formulou a proposta do estabelecimento de uma

⁷²⁹ Van-Dúnem, Fernando J. de França Dias (1997), “Prefácio”, em Patrício, José (1998), *Angola – EUA: os caminhos do bom senso*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 14.

zona desmilitarizada, que abrangeria uma profundidade de 50 quilómetros ao longo da fronteira com o território vizinho (Sudoeste Africano) e as zonas limítrofes com a Zâmbia. Com isso pretendia-se criar uma área de confiança e facilitar assim os planos da ONU para a região. Pouco tempo depois a SWAPO aceitou a proposta de Luanda e a África do Sul respondeu formalmente no mesmo sentido, embora as suas ações agressivas contínuas mostrassem as verdadeiras intenções de Pretória sobre a regularização da estabilidade no Sudoeste Africano⁷³⁰. Porém, as ações do governo angolano não surtiam efeitos desejável pelo facto de a posição ora defendida pressupunha o desaparecimento da UNITA, o não reconhecimento do seu líder (Jonas Savimbi), a não abdicação da política socialista-monopartidarismo adotada pelo MPLA e a permanência do contingente cubano.

O governo de Angola não excluía a possibilidade de negociação direta com o governo da República da África do Sul e estabeleceu o modo e os prazos de negociação para a retirada dos contingentes militares cubanos. No entanto, não se revelava disponível para participar numa solução que não tivesse em conta os termos das resoluções da ONU e da OUA sobre a independência do Sudoeste Africano. Eis as propostas de Neto ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, em 1979, segundo Lázaro Cárdenas Sierra (2010):

i- Propostas de negociação flexíveis na base de princípios que tinham como objetivo a independência do Sudoeste Africano; a retirada incondicional do sul de Angola das tropas sul-africanas; a cessação das ingerências e apoio das organizações anti-MPLA por parte dos EUA e do regime de Pretória; e, com a missão cumprida, a retirada gradual das forças cubanas;

ii- Um processo internacional de negociação com base em política de conflitos regionais – de natureza muito diversa, mas, na grande maioria dos casos, com raízes em situações de dominação e agressão. Essa "perspetiva e dinâmica de vitória" exclui qualquer partilha do território e repudia a hipótese de criação de um bantustão (*Savimbilândia*) que oferecesse a Jonas Savimbi uma sobrevivência política sob a proteção da República da África do Sul⁷³¹.

Em 1980, o governo de Angola confirmava as suas posições negociadoras e favoráveis à paz sustentadas por Angola, aprovadas no I Congresso Extraordinário sobre a política exterior, ao multiplicar os seus contactos com os intervenientes no processo de independência do Sudoeste Africano. As visitas de funcionários ocidentais à RPA aumentaram e, quase, em nenhuma delas o tema da independência do Sudoeste Africano esteve ausente⁷³².

⁷³⁰ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 81.

⁷³¹ Ibidem, pp. 81-83.

⁷³² Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 156.

No entanto, ainda em 1980, a África do Sul aceitou o plano proposto pelo Grupo de Contacto das cinco potências e, em 1981, participou numa reunião pré-implementação realizada em Genebra. Porém, a África do Sul não concordou em prosseguir para um cessar-fogo, uma das condições estabelecidas pelas Nações Unidas para implementar a resolução 435/78. As negociações foram novamente paralisadas quando a África do Sul, por influência dos EUA, estabeleceu novas condições que a ONU, e obviamente também Angola, não aceitava, nomeadamente a vinculação da independência do Sudoeste Africano à retirada das tropas cubanas de Angola (*linkage*)⁷³³.

Neste quadro, o governo de Luanda teve de negociar a paz diretamente com a UNITA ou através de conferências internacionais em que a UNITA participasse. Fontes norte-americanas garantem que no encontro cimeiro de 29 de maio a 2 de junho de 1981, em Moscovo, Reagan – no âmbito a “interação construtiva” – solicitara a Gorbachev que exercesse os seus bons ofícios junto de Cuba para encorajar um "calendário realista" para a retirada de tropas cubanas de Angola⁷³⁴. A 4 de fevereiro de 1982 os Ministros das Relações Exteriores de Cuba e de Angola subscreveram uma declaração onde reafirmaram a “legitimidade e a justeza” das forças cubanas em Angola. Também destacaram a má intenção dos EUA relativamente à política de *linkage*⁷³⁵. A questão fazia sentido para os agressores sul-africanos, facto que levou o Ministro para os Assuntos Políticos da África do Sul, a declarar, a 18 de maio de 1982, "We think there is some real possibility for moving toward a settlement in Angola"⁷³⁶.

Os governos de Cuba e de Angola em declarações sobre a situação regional tinham afirmado que as reiteradas agressões efetuadas pelas SADF, em setembro de 1979, nas províncias do Cunene e da Huíla, e a invasão da província do Cunene por grandes contingentes em agosto de 1981, demonstravam que a execução do programa de redução, paulatina, das forças cubanas (FRC) em Angola devia ser cancelada. Além disso, no dia 7 de fevereiro de 1982, aquando da visita de Jorge Risquet Valdés, Secretário do Comité

⁷³³ Arquivo da Organização das Nações Unidas (ONU) (online). Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/untagS.htm>, consultado a 7 de abril de 2017.

⁷³⁴ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1988 > SR: 05 – Maio, 21 de Maio. Disponível em [, consultado a 29 de janeiro de 2017.](http://213.228.181.135/cd25a/documento.asp?meta21=Fundo%20Geral&meta01=Geral&meta02=Monografias&meta03=Piteira%20Santos%20-%20Cr%F3nicas%20de%20A%20a%20Z&meta04=1988&meta05=05%20-%20Maio&meta06=Dia%2021&meta12=21&meta15=0001&meta07=&meta08=)

⁷³⁵ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 156.

⁷³⁶ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1988 > SR: 05 – Maio, 21 de Maio. Disponível em [, consultado a 29 de janeiro de 2017.](http://213.228.181.135/cd25a/documento.asp?meta21=Fundo%20Geral&meta01=Geral&meta02=Monografias&meta03=Piteira%20Santos%20-%20Cr%F3nicas%20de%20A%20a%20Z&meta04=1988&meta05=05%20-%20Maio&meta06=Dia%2021&meta12=21&meta15=0001&meta07=&meta08=)

Central do Partido Comunista de Cuba à RPA, foi emitido um comunicado conjunto (dos bureaux políticos do MPLA e PCB) no qual, Cuba e Angola tinham reafirmado o seu total e firme apoio à SWAPO e ao ANC, como únicos e legítimos representantes dos povos do Sudoeste Africano e da África do Sul. Também tinham denunciado as manobras do regime de Pretória, com a cumplicidade das potências ocidentais, que desejavam impedir a aplicação das resoluções da ONU, particularmente, a resolução 435/78 do Conselho de Segurança. O Partido Comunista de Cuba e o MPLA-Partido do Trabalho defendiam que a verdadeira solução do problema do Sudoeste Africano passava pelo estrito cumprimento da resolução 435/78 do CSNU, que conduziria a um governo realmente independente e à retirada total das tropas e da administração sul-africanas do outro lado do rio Orange⁷³⁷.

A batalha diplomática contra o governo de Pretória não se restringiu às ações desenvolvidas pelo governo da RPA, pois estiveram envolvidas outras nações e organizações internacionais. Neste quadro, em 1971, foi realizado uma conferência contra a venda de armas à África do Sul, na qual os países decidiram lançar uma campanha de apoio à petição do movimento anti-*apartheid* que expressava total oposição à venda de braço, que seria apresentado na conferência dos Primeiros-ministros da *Commonwealth* que também aconteceria em janeiro de 1971. De igual modo, esteve empenhado o Comité de Coordenação de Bispo de Durham, em Nova Iorque⁷³⁸.

Lisboa também foi palco de uma conferência anti-*apartheid*, a Conferência Mundial contra o *Apartheid*, o Racismo e o Colonialismo na África Austral, realizada entre os dias 22 e 23 de janeiro de 1977. Esta conferência foi promovida pelo Movimento Português contra o *Apartheid*, o MPCA. Na Conferência estiveram presentes os máximos dirigentes da ZANU-Frente Patriótica do Zimbábue, Robert Mugabe e Joshua N'Komo, da SWAPO do Sudoeste Africano, Sam Nujoma, e do Congresso Nacional Africano da África do Sul, Oliver Tambo. Também estiveram presentes, em destaque, representantes da República Federal Alemã, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, a Ministra

⁷³⁷ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1988 > SR: 05 – Maio, 21 de Maio. Disponível em <http://213.228.181.135/cd25a/documento.asp?meta21=Fundo%20Geral&meta01=Geral&meta02=Monografias&meta03=Piteira%20Santos%20-%20Cr%F3nicas%20de%20A%20a%20Z&meta04=1988&meta05=05%20-%20Maio&meta06=Dia%2021&meta12=21&meta15=0001&meta07=&meta08=>, consultado a 29 de janeiro de 2017.

⁷³⁸ Fundação Mário Soares- Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade, Pasta: 04307.004.002, Título: Liberation, Assunto: "1971 - Year against Racism & Racial Discrimination. No Arms for Apartheid!". Ano contra o racismo e a discriminação racial. Não às armas para o Apartheid, Número: 1, Vol. 15, Data: Janeiro de 1971, Edição: Liberation, Londres, (online). Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04307.004.002#!1>, consultado a 17 de março de 2017, imagens 1-14.

de Cooperação Económica, Maria Schlei e o Secretário-Geral do SPD, Egon Bahr, receberam-no em Bonn, na sua visita à RFA, a 20 de junho de 1977⁷³⁹.

Os Estados da Linha da Frente (ELF), o bloco de África na ONU, a OUA, a Organização dos Estados Não-Alinhados e vários Estados progressistas, entre os quais a Nigéria, também empreenderam esforços junto da ONU e outros órgãos da comunidade internacional no sentido de se aplicar a resolução 435/78 do CSNU e ultrapassar, de forma pacífica, o conflito na África Austral⁷⁴⁰. O Secretário-geral da OUA, Edem Kodjo, referindo-se sobre as formas concretas de apoio à luta levada a cabo pelos movimentos de libertação da África Austral afirmara,

Esperamos que, perante o recrutamento e a arrogância das agressões de que os Países da Linha da Frente são actualmente vítima, e de que outras são susceptíveis de ser, se preste a maior atenção à necessidade e à urgência de conceber um mecanismo que permita mobilizar, no mais curto espaço de tempo, uma força de intervenção em caso de agressão contra um país africano. Estamos persuadidos que a adopção desta ideia seria dissuasiva. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissamo, também já defendia a necessidade de se apoiar de uma forma concreta os combatentes da liberdade do Zimbabwe, dirigidos pela Frente Patriótica, e os combatentes da Namíbia, dirigidos pela SWAPO⁷⁴¹.

De igual modo, foi importante o papel desempenhado pelo Comité de Apoio aos Movimentos de Libertação da África junto da OUA (Comité de Libertação da OUA) e pelo Estados da Linha da Frente, relativamente à luta de libertação de Angola, do Sudoeste Africano e do resto da África Austral, assim como na cooperação entre os movimentos de libertação da África Austral – a Frente Unida de Ação e o Movimento de Libertação da África Austral (MLAA) –, em particular, entre os movimentos de libertação de Angola e do Sudoeste Africano, pois, puderam encontrar os meios e as modalidades essenciais que permitiram atingir os seus objetivos⁷⁴². Dentro desta senda, Agostinho Neto afirma,

[...] apoiamos todos os movimentos de libertação nacional do continente. Hoje, somos um Estado soberano, mas para chegar a este estágio é também graças a este Comité de Libertação da OUA. Se pudemos arrancar a nossa independência é também graças à solidariedade internacional e é por isso que hoje, sabemos que há outros Povos que ainda não estão libertos, a República de Angola tem uma posição clara e por uma questão de dever internacionalista apoiamos, incondicionalmente, todos os movimentos de libertação no nosso continente,

⁷³⁹ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1977 > SR: 06 – Junho, Dia 30.

⁷⁴⁰ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA.

⁷⁴¹ CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano II, nº 19, 26 de Abril de 1978.

⁷⁴² CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano I, nº 2, 26 de Maio de 1977.

desde o Sul até ao Norte do nosso continente, porque pensamos que estes Povos também têm, tal como nós e como quaisquer Povos, o direito à independência⁷⁴³.

Posteriormente, as agressões contra Angola e as ações anti-UNITA, desenvolvida pelo governo de Angola, aumentaram até ao ponto de criar, no fim de 1987, uma situação tensa no sul de Angola, que determinou, por um lado, o reforço do contingente militar cubano com o objetivo de, primeiro, paralisar a ofensiva de Pretória e, posteriormente, obrigá-la a retirar-se da RPA, bem como desalojar a UNITA do território angolano. Por outro lado, Pretória passou a envidar esforços para impedir o rompimento e a captura da sua última linha de defesa, as forças da UNITA e a *Savimbilândia*. Logo, o recurso militar revelou-se incapaz de resolver o conflito e deu lugar ao uso de meios políticos para a resolução do conflito. Dava-se assim um passo importante para a conquista da paz regional de forma pacífica e nessa medida assentavam-se as bases para o início do recuo organizado das tropas cubanas e sul-africanas, bem como a sua repatriação nos termos do Acordo Tripartido de Nova Iorque, assinado em 22 de dezembro de 1988.

Depois da assinatura do Acordo Tripartido de Nova Iorque, a 22 de dezembro de 1988, entre o governo da RPA, Cuba e África do Sul, sob mediação dos EUA, o Grupo de Transição e Assistência das Nações Unidas (UNTAG) entrou em funções no Sudoeste Africano, nos termos da resolução 435/78 do CSNU. Falando sobre o papel de Angola no período de transição de Estado do Namíbia, a Informante 13 (2016) diz,

Nós tivemos que recorrer ao Quênia em primeira instância para o treinamento dos nossos militares porque o Quênia fazia parte do grupo das Nações Unidas que supervisionou o processo de negociação e de estabelecimento do processo de paz, a realização das eleições previstas no Acordo de Paz e o processo de transição/estabelecimento do Governo da Namíbia. Angola, neste momento, não teve um papel fundamental, mas foi Angola quem nos repatriou para a Namíbia para participarmos no processo eleitoral. Portanto, encabeçou o processo de repatriamento e com os seus meios carregaram todos os nossos haveres. E daí apareceu a UNTAG para supervisionar o processo eleitoral, treinar os nossos militares e inclusive o fardamento foi o Quênia quem ajudou a Namíbia⁷⁴⁴.

Diante deste conjunto de factos Holden J. Uulenga (2016) afirma que,

[...] Outra experiência que nós ganhámos do MPLA é a diplomacia. Saber como o MPLA usou a diplomacia para conseguir o reconhecimento do seu governo e estabelecer relações com vários países para passar a receber ajuda destes países. Naquele tempo o responsável pelas relações exteriores era o Paulo Teixeira Jorge. Paulo Teixeira Jorge tinha uma grande aproximação à Namíbia⁷⁴⁵.

⁷⁴³ Ibidem.

⁷⁴⁴ Informante 13 [identidade preservada], em Windhoek, 10 de agosto de 2016.

⁷⁴⁵ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

4. Impacto Político-Militar do Envolvimento de Angola na Luta pela Independência do Sudoeste Africano

A República Popular de Angola (RPA) e alguns dos Estados da África Austral constituíram o bloco dos chamados “Estados da Linha da Frente”, em julho de 1979, e coordenaram a luta contra o racismo/*apartheid* e colonialismo na África Austral, nomeadamente na Rodésia, no Sudoeste Africano e na África do Sul, como os principais problemas dessa região⁷⁴⁶. A linha político-ideológica defendida pela RPA, a sua política externa na região da África Austral, a sua ligação à órbita socialista e a presença cubana e soviética no país fez com que alguns países vizinhos temessem Angola (a via como uma ameaça), principalmente o Zaire, que tinha fortes interesses em Cabinda e que receava uma possível influência do seu vizinho à oposição de Mobutu, a Zâmbia e a África do Sul, que sempre manifestaram preocupação quanto ao futuro de Angola, sob liderança do MPLA. A África do Sul não via com bons olhos o surgimento de um país socialista e internacionalista, pois a RPA não poderia pactuar com a dominação sul-africana sobre o Sudoeste Africano, acompanhada de um sistema de segregação racial. Logo, o governo sul-africano temia um apoio da RPA à SWAPO na luta contra a sua política interna. A África do Sul não recebia garantias para por parte do MPLA, caso este ganhasse o poder, de que este não exercesse qualquer influência sobre a SWAPO⁷⁴⁷.

Nesta perspetiva, a África do Sul fazia tudo, como era óbvio, para impedir a tomada do poder pelo MPLA e uma implementação oficial da SWAPO em Angola. Com os cubanos em Angola e com a declaração unilateral da independência de Angola pelo MPLA, tudo era possível. Por conseguinte, em março de 1976, a SWAPO instalou-se oficialmente na República Popular de Angola, e este país tornou-se um dos símbolos da revolução na África Austral no combate à dominação branca e à influência americana e seus agentes⁷⁴⁸. Dentro desta perspetiva, a ideia de intervenção sul-africana à RPA ganhara mais corpo. A África do Sul comprometeu-se com o apoio em material de guerra, formação militar e dinheiro à FNLA e, depois, à UNITA. Em troca, a UNITA comprometia-se a combater a SWAPO no território angolano e fazê-la desaparecer do território angolano. O Ocidente envolveu-se no conflito, neste período, com os EUA, fornecendo igualmente ajuda militar à FNLA, à UNITA e à África do Sul ao passo que o Bloco do Leste apoiava militarmente o MPLA e a SWAPO⁷⁴⁹.

⁷⁴⁶ CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano I, nº 10, 18 a 30 de Novembro de 1978.

⁷⁴⁷ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 212-213.

⁷⁴⁸ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 167.

⁷⁴⁹ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 212-213.

Desde então, a situação de guerra em Angola constituiu um problema que ultrapassa, na sua génese e nas suas repercussões, tanto no aspeto militar como no aspeto político, as fronteiras do Estado angolano⁷⁵⁰. Neste sentido, a África do Sul tinha recorrido ao aliado americano para auscultar o seu posicionamento relativamente aos desenvolvimentos políticos em Angola, em particular, e na África Austral, em geral. Os sul-africanos decidiram intervir em Angola. Com o apoio à intervenção sul-africana, os EUA pretendiam, estrategicamente, garantir o controlo efetivo sobre esta zona do continente contra a influência do bloco socialista⁷⁵¹. Perante este contexto, os EUA e a República da Sul-Africana decidiram formar uma aliança estratégica, que também pode ser vista como uma aliança por conveniência, visto que os EUA não estavam de acordo com a política de segregação racial sul-africana, pois era contra os princípios ideológicos por eles defendidos⁷⁵². Nesta fase, como já foi referido, as ações armadas movidas pela África do Sul eram justificadas com dois pretextos: atingir as zonas dos guerrilheiros da SWAPO; destruir as suas bases e instalações; e impedir a derrota das forças da UNITA e a conquista da “Savimbilândia” – a Jamba. Por razões de segurança, também consideravam crucial impedir o avanço do comunismo para as suas terras. A presença de forças militares cubanas em Angola, em apoio às FAPLA, e de forças sul-africanas, em apoio às FALA, conferira ao conflito um triplo aspeto: “guerra civil de Angola”, “guerra internacional” e “guerra de libertação do Sudoeste Africano”⁷⁵³.

Devemos recordar que Washington com a sua intervenção “secreta” em Angola também pensava proteger os seus grandes investimentos na Rodésia, África do Sul e na Sudoeste Africano, pois o triunfo do MPLA facilitaria a luta pela independência total da região, como veio acontecer realmente⁷⁵⁴. Quatro razões estiveram na base desta abertura do governo sul-africano em aceitar uma aliança com o governo americano: primeiro, a sua posição quanto à descolonização do Sudoeste Africano, mesmo contra todas as resoluções da ONU; segundo, o desejo de transformar a África Austral numa região sob domínio da minoria branca (considerando os africanos frágeis quanto à expansão socialista); terceiro, a convicção de que o MPLA, auxiliado pelos soviéticos e pelos cubanos, não passaria de um simples projeto no papel; quarto, evitar o surgimento de um país vizinho de orientação socialista que pudesse pôr em perigo a sua política de segregação racial⁷⁵⁵.

⁷⁵⁰ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1988 > SR: 05 – Maio, 21 de Maio.

⁷⁵¹ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 213-214.

⁷⁵² Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1988 > SR: 05 – Maio, 21 de Maio.

⁷⁵³ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1988 > SR: 05 – Maio, 21 de Maio.

⁷⁵⁴ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 62.

⁷⁵⁵ Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 213-215.

Em abril de 1976, os EUA, por meio de Kissinger, procuraram visitar a Libéria, Quênia, o Senegal, o Zaire, a Zâmbia, a Nigéria, a Costa do Marfim e o Gana, para expor aos dirigentes africanos a essência da chamada “nova política dos Estados Unidos para a África Austral”, em reação ao fracasso do plano militar anti-MPLA desenvolvido pela CIA, Zaire, Zâmbia, FNLA, UNITA e África do Sul, em 1975. Este projeto só se realizou parcialmente, pois a Libéria, o Quênia e o Gana não aceitaram receber um mandatário norte-americano. O objetivo de Kissinger era o de conseguir a confiança dos africanos, bastante deteriorada devido aos resultados da invasão a Angola, e, além disso, convencer os líderes africanos e dirigentes de movimentos de libertação nacional na possibilidade de uma mudança pacífica dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul, assim como do papel que as potências ocidentais podiam desempenhar. Posteriormente, o Ocidente formou o Grupo de Contacto, formado, pelos EUA, Grã-Bretanha, França, República Federal da Alemanha e Canadá. O périplo de Kissinger culminou em Lusaca, Zâmbia, onde anunciou “a nova política dos Estados Unidos em África” – caracterizada pela descolonização tradicional do continente, uma descolonização pacífica⁷⁵⁶.

Pode-se afirmar, sem dúvida, que a independência de Angola e também a de Moçambique tiveram consequências decisivas na luta armada ocorrida na África Austral, particularmente, para libertação e estabelecimento da paz e segurança na Rodésia, África do Sul e no Sudoeste Africano. Para os colonos da África do Sul e da Rodésia, bem como para os aliados ocidentais, a independência de Angola e Moçambique constitui uma “punhalada pelas costas” que os deixava, militarmente e diplomaticamente, vulneráveis. Moçambique e Angola deixaram de ser territórios tampão sul-africanos. Desde então, a política externa dos EUA, defendida em 1969 no Memorando 39 sobre a segurança nacional, que visava apoiar e promover os regimes minoritários brancos na África Austral, encontrava-se bruscamente arruinada. Ian Smith (primeiro-ministro da Rodésia) viu-se obrigado a conceder o poder. As potências ocidentais foram obrigadas a rever o seu apoio aos governos brancos e a adotar uma política de distensão com os Estados da Linha da Frente, favorecendo, todavia, a implementação, na Rodésia, no Sudoeste Africano, senão mesmo em toda África Austral, de regimes africanos pró-ocidentais e neocolonialistas. Pressões foram exercidas sobre os colonos para que eles iniciassem negociações com os dirigentes africanos, em prol da conclusão de um acordo interno⁷⁵⁷.

Entre 1969 e 1970⁷⁵⁸, três países independentes da África Austral (o Botsuana, Tanzânia e o Zâmbia) formaram uma organização regional conhecida por “Estados da

⁷⁵⁶ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, pp. 61-62.

⁷⁵⁷ Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, p. 320.

⁷⁵⁸ Segundo Vieira, Sérgio (2013), não existe propriamente uma data da fundação dos “Estados da Linha da Frente”, não há um documento oficial, apenas comunicados após cimeiras. Entre 1969 e 1970, os presidentes Julius Nyerere, da Tanzânia, Kenneth Kaunda, da Zâmbia, e Sir Seretse Khama, do Botsuana, iniciaram um

Linha da Frente” (ELF) – a primeira estrutura regional de caráter político e militar e que constitui a base da cooperação regional nas áreas de política, defesa e segurança existe atualmente entre os Estados da SADC. Apesar de existir o Comité de Libertação da OUA, que dava apoio aos movimentos de libertação nacional, o surgimento dos Estados da Linha da Frente é um marco importante, pois desempenharam um papel fundamental na luta pela libertação da África Austral, esta organização permitiu a mobilização e coordenação de atividades contra os regimes de minoria branca da Rodésia e da África do Sul. A integração de Moçambique (no final de 1974) e de Angola (em 1976) ao Estados da Linha da Frente deu uma nova dinâmica à luta pela, pois aumentou e acelerou a colaboração e coordenação entre os Estados da África Austral e os movimentos de libertação da Rodésia, da África do Sul e do Sudoeste Africano, permitiu aos movimentos de libertação nacional da África Austral, particularmente a ZANU, a ZAPU, a SWAPO, o ANC e o PAC, intensificar a luta armada, assim como garantir a hospitalidade destes movimentos nos territórios, fazendo-os beneficiar da sua experiência militar⁷⁵⁹.

A partir deste momento, a luta pela libertação do Sudoeste Africano, senão mesmo de toda a África Austral, evoluiu rapidamente para o período crucial no qual Angola seria o campo de principais batalhas⁷⁶⁰. Perante este quadro, Pretória decidiu lançar a “Operação Savannah”, com o pretexto de proteger seus interesses económicos, nomeadamente, a barragem de Calueque. As forças de defesa sul-africanas (SADF) já tinham tomado, em agosto de 1975, a barragem hidroelétrica do Ruacaná e de Calueque, sob o rio Cunene junto à fronteira com o Sudoeste Africano, que fornecia eletricidade àquele território. A 30 de outubro já tinham conquistado toda a região sul de Angola, a 5 de novembro conquistaram Benguela e a 10 de novembro as SADF estavam entre 30 e 60 km a sul de Luanda, ladeados por forças militarizadas da UNITA, onde foram travados pelas forças combinadas do bloco socialista, os aliados do MPLA⁷⁶¹.

processo consultivo sobre as estratégias e táticas a empreender para enfrentarem o regime sul-africano, o colonialismo português, o regime rodesiano. Desta ação resultou a Declaração de Lusaca, que surgiu na ocasião da III Cimeira dos Não-Alinhados, realizada em setembro de 1970, que defendia uma solução diplomática sobre a libertação da África Austral, sendo que a luta armada só seria empreendida após um fracasso diplomático. Esta declaração foi um balde de água fria para movimentos de libertação de África (FRELIMO, PAIGC, MPLA, SWAPO, ZAPU, ZANU e ANC) que já tinham optado pela luta armada. Nos finais de 1974, integra Moçambique. Em 1976, Angola já fazia parte da OUA e juntou-se também aos Estados da Linha da Frente. A partir de 1976, a OUA começou a responsabilizar os Estados da Linha da Frente pelas questões relacionadas com a libertação do Sudoeste Africano, Zimbabué e África do Sul. Ver em Vieira, Sérgio (2013), “A Linha da Frente”, (online). Disponível em <https://ambicanos.blogspot.pt/2013/09/a-linha-da-frente.html>, consulto a 24 de abril de 2017.

⁷⁵⁹ Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, p. 321.

⁷⁶⁰ Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press, p. 244.

⁷⁶¹ Almeida, Eugénio C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, pp. 56-57. Ver também em: Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 213-215.

Segundo Eugénio da Costa Almeida (2011), algumas fontes recentes afirmam que grosso da coluna das forças sul-africana (SADF) estava retida nas margens sul do rio Keve, devido ao fato da ponte ter sido dinamitada alguns dias antes as tropas FAPLA/cubanas, o que impedia a progressão da coluna militarizada sul-africana, e também porque, no entanto, os EUA que tacitamente terão apoiado a invasão, teriram solicitado aos sul-africanos que transferissem parte de seu armamento para as forças comandadas por Santos e Castros e que se encontravam perto da entrada norte de Luanda. Sabe-se que alguns desse material, nomeadamente 3 canhões de G-5, com alcance de 50 km chegaram a ser utilizados nos ataques que foram iniciados contra Luanda a 6 de novembro. Todavia, o ataque terrestre previsto para acontecer nos dias que antecederiam a independência, nunca chegou a ser efetuado, Holden Roberto informou ao comandante da coluna, coronel Santos e Castros, (antigo governador militar de Uíge), que não poderia fazê-lo porque os técnicos militares sul-africanos (artilheiros), por ordem dos EUA, teriam desmantelado as cultras dos G-5 e retirados por helicóptero para alto-mar, frente a Ambriz, onde aguardava um navio para levá-los de volta à África d Sul⁷⁶².

Entretanto, a coligação socialista respondeu com a “Operação Carlota”. Após a batalha de Quifangondo, deu início a uma contraofensiva, a 26 de fevereiro de 1976, as colunas militares socialistas já haviam chegado à fronteira com o Zaire, expulsando o exército zaireense, que contavam com o apoio de mercenários portugueses e do bloco capitalista. A 27 de março de 1976, culmina a “Operação Carlota”, com a expulsão do exército sul-africano do solo angolano⁷⁶³. Apesar de abandonar o território angolano, a África do Sul acompanhava a par e passo as movimentações da SWAPO e das FAPLA⁷⁶⁴.

Em 1978, as tropas sul-africanas ocuparam de novo o complexo hidroelétrico de Calueque, onde se mantiveram durante os dez anos seguintes. Em maio, as forças paraquedistas sul-africanas, apoiadas pela aviação, atacaram o acampamento de Cassinga, em Angola, ao mesmo tempo que uma força mecanizada realizou incursões contra outras posições económicas e estratégicas no sul e no norte de Angola. Além da Operação Reindeer (Maio de 1978), as forças sul-africanas realizaram outras operações de pouca intensidade contra as bases da SWAPO localizadas em Angola: Operação Sceptic (10 de Junho de 1980) no Ionde, Mulemba e Cuamato; Operação Klipklop (30 de Julho de 1980), em Chitado e a Operação Carnation (Julho de 1981) no sul do Cunene⁷⁶⁵.

⁷⁶² Almeida, Eugénio C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, pp. 57.

⁷⁶³ Correia, Pedro de Pizarat (1996), “As Implicações da Descolonização de Angola no Conflito Pós-Independência, em Bravo, Manuel (Coord.), *Angola: A Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*, Lisboa, Hugin-Editores, p. 33.

⁷⁶⁴ James, W. Martin III (2011), *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* [online], New Jersey, The University of New Jersey, p. 192.

⁷⁶⁵ Gómez, Rubén G. J. (2014), *Cuito Cuanavale Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora, p. 15.

No ano de 1980, houve poucas novidades em relação à criação da zona desmilitarizada entre Angola e o Sudoeste Africano, sugerida por Agostinho Neto, a 15 de julho de 1979, pois, a África do Sul acabou por rejeitar essa solução e decidiu convocar uma conferência, em Genebra, para 1981, a fim de debater um novo plano na base dos partidos políticos internos do Sudoeste Africano, excluindo a ala externa da SWAPO. De igual modo, entre 7 e 14 de janeiro de 1981, uma semana antes da tomada de posse de Reagan, a África do Sul acusou o plano das Nações Unidas de ser parcial e a favor da SWAPO. Para alguns observadores, essa atitude do governo sul-africano foi uma maneira de encobrimento da verdadeira preocupação da África do Sul: que a SWAPO obtivesse a vitória nas eleições, nos termos da resolução 435/78 do CSNU. Na ocasião, a África do Sul rejeitou assinar algum acordo, preferindo esperar pela tomada de posse de Reagan. Na perspectiva do governo sul-africano, levar a SWAPO ao poder em Windhoek significava estabelecer no Sudoeste Africano um poder de orientação socialista pró-soviético. Apesar de defender a independência do Sudoeste Africano pela via política, por outro lado, a Casa Branca tinha boas relações com a África do Sul, dando-lhe apoio material e diplomático. Deste modo, em julho, o governo angolano acusou os Estados Unidos de ter adotado novas formas de campanhas psicológicas contra a RPA. Criticou-se igualmente o apoio à África do Sul e o travão à implementação da resolução 435/78 da ONU⁷⁶⁶.

Neste mesmo ano, em 1981, homens de *cover operations* dos serviços de inteligência militar sul-africanos (BOSS) certificaram que a SWAPO tinha concentrado muito material militar e homens em algumas zonas do sul de Angola, que fora transformado numa zona de grandes bases militares⁷⁶⁷. A presença da SWAPO na fronteira sul de Angola, o avanço dos cubanos em direção às províncias do sul de Angola (Cuando Cubango, Huila, Moçâmedes e Cunene) e a resignação do Ocidente levaram a África do Sul a agir, através de ataques militares (a “Operação Protea”), desencadeada entre 23 de agosto e 4 de setembro de 1981, a partir da província do Cunene, entre 5 e 11 mil soldados (o número difere entre vários autores, a maior operação mecanizada pela África do Sul, no período pós-Segunda Guerra Mundial) com o objetivo de atingir as unidades de treinamento e de logística da SWAPO, localizadas em Ondjiva e em Xangongo⁷⁶⁸.

Os ataques das SADF foram condenados pelo CSNU, pela resolução 545/83, de 20 de dezembro, que “condena e considera a ocupação militar ilegal e uma flagrante violação da soberania, independência e integridade territorial de Angola e punha em perigo a paz e a segurança internacional”, pelo que exigia a sua retirada imediata e incondicional, bem como uma indemnização dos danos. Porém, o veto da resolução pelos EUA permitiu que

⁷⁶⁶ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, pp. 81-117.

⁷⁶⁷ James, W. Martin III (2011), *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* [online], New Jersey, The University of New Jersey, p. 192.

⁷⁶⁸ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 167.

as SADF persistissem na ocupação do sul de Angola, principalmente a província do Cunene que tinha sido entregue à administração da UNITA, até março de 1988⁷⁶⁹. Com a “Operação Protea”, a África do Sul pôs em marcha a sua estratégia político-militar que consistia em criar uma instabilidade política e económica em Angola através das ações da UNITA por todo o território para pressionar o governo da RPA a tomar uma posição contra a SWAPO. Pretendia-se, além disso, evitar o desaparecimento da UNITA, depois de ser desalojada do centro e sul de Angola⁷⁷⁰.

Em 1980, a SWAPO passou a construir as suas bases nas proximidades das unidades das FAPLA para desencorajar ataques das unidades da SADF, o mesmo tempo que as FAPLA passaram a assumir parte da logística da SWAPO. Este conjunto de fatos, o comand sul-africano passou a ver com maior seriedade a situação ativa que se observava no terreno, considerando-o uma ameaça convencional ao Sudoeste Africano, no meado de 1981, principalmente quando descobre o armazenamento de grandes quantidades de munição e o aumento das forças das FAPLA e SWAPO no Sul de Angola. Fato que se agudizou mais com algumas combates, ocorridas em julho deste mesmo ano entre o PLAN e a SADF. No entanto, para reduzir e eliminar esta ameaça, a SADF decidiram realizar uma ação militar, a “Operação Protea”, cujo objetivo consistia em atingir os alvos e unidades militares da SWAPO e das FAPLA e limpar e ocupação da região sul de Angola (a Província do Cunene).

Nessa operação o exército sul-africano utilizou forças aerotransportadoras que no terreno deram as coordenadas durante os bombardeamentos, que duraram umas quatro horas. As forças que se encontravam no solo tiveram a missão de localizar os alvos e neutralizar os adversários. As bases ficaram totalmente destruídas. Esse ataque teve uma grande repercussão nos homens da SWAPO. Os combates entre as FALA-SADF e as forças coligadas FAPLA-russo-cubanas intensificaram⁷⁷¹.

No ano de 1981 verificou-se uma ampla atividade diplomática angolana perante a ONU, a OUA e o movimento dos Países Não-alinhados. As questões eram orientadas para o estabelecimento da paz em Angola e a solução do problema do Sudoeste Africano, representando pontos fulcrais das numerosas visitas efetuadas ao exterior por diferentes dirigentes de Angola, isto é, a aplicação da resolução 435/78 do CSNU, sobre a independência do Sudoeste Africano, e da resolução 545/83 do CSNU, sobre Angola e África do Sul, e a busca da paz interna em Angola e regional mantinha-se como o eixo central das ações político-diplomáticas de Luanda. Neste quadro Luanda recebeu uma

⁷⁶⁹ ANU – Resolução nº 545/83, CSNU, de 20 de Dezembro de 1983, sobre Angola e África do Sul. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/545%20\(1983\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/545%20(1983)), consultado a 25 de abril de 2017.

⁷⁷⁰ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 137.

⁷⁷¹ Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições, p. 167.

comitiva do Grupo de Contacto para negociar a retirada das tropas sul-africanas do sul de Angola e a independência do Sudoeste Africano⁷⁷².

Contrariamente aos desejos dos povos angolanos e do Sudoeste Africano, desde o princípio de 1981, os planos ocidentais para o Sudoeste Africano ficaram paralisados, essencialmente devido à subida de Ronald Reagan à Casa Branca (1981-1989). Ao contrário de Jimmy Carter – cuja política baseava-se na premissa de que os objetivos do governo sul-africano não eram incompatíveis com os interesses dos EUA – o governo de Reagan acreditava que o Primeiro-Ministro da África do Sul P.W. Botha estava disposto a adotar medidas seguras que visavam melhorar as relações entre a África do Sul e os Estados Unidos, bem como dar início a profundas reformas internas, a aceitar a independência do Sudoeste Africano e desenvolver boas relações, na base de acordos mútuos, com os seus vizinhos. Além disso, o princípio básico de Reagan de “luta contra a supremacia e a superioridade” militar de Moscovo far-se-ia sentir em todas as partes do mundo, mostrando assim pouco interesse pela questão da SWAPO relativo ao Sudoeste Africano. Deste modo, a África Austral seria cenário do incremento dos conflitos regionais, pois a África do Sul começa a explorar as vantagens estratégicas dessa aliança para concretizar os seus interesses⁷⁷³.

No entanto, perante a ameaça de seus vizinhos e dos movimentos anti-*apartheid* o governo sul-africano acionou a “Estratégia Total” ou “Estratégia Nacional Total”, que consistia na combinação de ações militares, diplomáticas e económicas contra os Estados da região – Constelação dos Estados da África Austral/*Constellation of Southern African State (CONSAS)* - e no uso da coerção⁷⁷⁴. Em primeiro plano estava a ação económica, a Constelação dos Estados da África Austral (CEAA) obrigaria os Estados-membros a deixarem de apoiar a SWAPO, PAC e o ANC; obrigava também a negar ao bloco soviético as relações e apoio diplomático, político e militar, facto que permitia aumentaria a dependência económica regional, em relação à África do Sul, que asseguraria o apoio dos Estados-membros contra a imposição de sanções e moderaria a retórica anti-sul-africana. E, no segundo plano da Estratégia Total estava o uso da coerção, enquadrada numa

⁷⁷² Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, pp. 106-110.

⁷⁷³ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, pp. 106-115.

⁷⁷⁴ Ainda, no âmbito da Estratégia Total ou Estratégia Nacional Total, estava inclusa a ameaça total: significava uma coordenação de atividades e ações de natureza política, militar, económica e psicológica contra ataques provenientes da exterior dirigida para a generalidade das estruturas do Estado sul-africano; esta ideia surgiu logo após 1945, acoplada com os conceitos de descolonização, e acentuou-se na década de 60 devido à situação dos territórios portugueses. Estava associada à inspiração comunista internacional, com a URSS como seu expoente máximo, bem como à ONU, à OUA e ao próprio Ocidente. A ameaça total foi concebida para contrapor a estratégia total hostil, que esteve relacionada com a guerra total. Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, p. 247.

estratégia de contrarrevolução⁷⁷⁵ que consistia em desestabilizar os Estados da Linha da Frente; retardar o desenvolvimento da SADCC; flagelar o ANC, o PAC e a SWAPO nas suas bases, localizados nos países vizinhos; atuar através das forças “amigas”, como a RENAMO, a UNITA, o Lesotho Liberation Army, o Zambian Mashala (grupo anti-Kaunda), grupos dissidentes do Zimbabué, bem como forças internas negras no Sudoeste Africano e mercenários. Devido ao fracasso do plano de CEAA, em detrimento da SADCC, a coerção foi intensificada⁷⁷⁶.

A África do Sul começou com a política de desestabilização dos Estados da África Austral cujos governos se opunham à sua política interna e externa. Neste contexto, os Estados da Linha da Frente foram os principais alvos coerciva da potência regional. Angola, Moçambique e o Botsuana foram os países que mais sofreram com as ações sul-africanas, por albergarem os guerrilheiros da SWAPO, do ANC e do PAC. O uso das forças “amigas” ou intermediárias tinha os seguintes objetivos: a UNITA era usada para criar uma zona tampão no sul de Angola, levando a SWAPO a sentir dificuldades acrescidas. O Exército de Libertação do Lesoto e a RENAMO eram usados para obstruir as atividades do ANC naqueles países (Lesoto e Moçambique). Na consequência da deterioração da situação militar em Moçambique e em Angola, resultante das atividades da RENAMO, da UNITA e da África do Sul, verificou-se a consumação dos objetivos políticos pretendidos pela África do Sul, a assinatura do Acordo de Incomati em março de 1984, com Moçambique, e o Acordo de Lusaca, a 16 de fevereiro de 1984, com a RPA⁷⁷⁷.

A África do Sul também tinha de enfrentar as Nações Unidas, a OUA, a URSS e seus aliados, que utilizavam as organizações mundiais para obter no Sudoeste Africano uma solução que beneficiasse os seus interesses. Mas, a administração Jimmy Carter, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha Ocidental e o Canadá levaram a África do Sul à mesa de conversações. O governo de Reagan não se esforçou para continuar as negociações. Porém, a violação de tais acordos, quer por Moçambique quer

⁷⁷⁵ A estratégia de contrarrevolução do governo sul-africano foi conhecida pelos governos negros por política de desestabilização. Ver em Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, pp. 247-280.

⁷⁷⁶ Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, pp. 247-280.

⁷⁷⁷ Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, pp. 272-280. Para mais informações sobre a política interna e externa, principalmente regional, sul-africana consulte em Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa. Também Wolfgang, Döpcke A. (1998), “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974–1998”, em *Revista Brasileira de Política Internacional*. Jun 1998 41(1):133-161. Disponível na base de dados SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100007&lng=en&tlng=en, consultado a 8 de abril de 2017.

por Angola, assim como pela África do Sul, levou ao reascender do conflito, que teve o seu desfecho de forma diplomática em Nova Iorque⁷⁷⁸.

O elo mais fraco na política regional da África do Sul continua a ser Angola. Os tratados e acordos que Pretória teve com Moçambique, Botswana, Lesoto e Suazilândia foram sempre o resultado das negociações bilaterais diretas. No caso de Angola, entidades terceiras estão fortemente envolvidas, como a ONU, os EUA, a UNITA, a União Soviética e Cuba. As mesmas estão também direta e indiretamente envolvidas na questão do Sudoeste Africano. Embora a África do Sul estava cética em relação à sua própria saída, a retirada dos cubanos de Angola estava ligada à independência do Sudoeste Africano. A África do Sul esteve envolvida em Angola desde 1975, mas o Ocidente não estava tão preocupado com isso, pois advogava o direito da África do Sul de se defender e prosseguir com os seus legítimos interesses de segurança⁷⁷⁹.

Afirmou-se então que não só as necessidades militares justificavam posição dos EUA, mas também o desenvolvimento das economias industriais do Ocidente e do Japão obrigavam os Estados Unidos ao acesso contínuo dos principais minerais necessários para a manufatura do aço e outros metais necessários para a produção de motores de jets, para os artefactos antipoluição e para outros produtos que mantêm as sociedades industriais ocidentais tecnologicamente avançadas. A África do Sul e outros países da região possuem um substancial depósito destes recursos estratégicos (o cobalto, o manganês, o platino, o paládio, o cromo, o vanádio, o antimónio, os diamantes, o urânio e o tin). Neste contexto, os planeadores militares e industriais dos Estados Unidos precisavam de garantir o controlo de três minerais importantes: platina, vanádio e cromo. Assim, a primeira opção para os EUA seria a de trabalhar para a manutenção da “estabilidade política” na África Austral, de modo a que não existissem interrupções da produção e do transporte destes minerais⁷⁸⁰.

Partindo desta visão, a administração Reagan engajou-se na política de *linkage*, na política de “compromisso construtivo” – apoio de Washington a Pretória – e na revogação da Emenda Clark, que se efetivou em julho de 1985. Para Reagan a retirada dos cubanos de Angola era a precondição para qualquer negociação da questão do Sudoeste Africano,

⁷⁷⁸ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, pp. 104-125.

⁷⁷⁹ Totemeyer, Gerhard (1985), *Detente Or Aggression? South Africa's Namibian Policy*, em Occasional Paper The South African Institute of International Affairs e Geleentheidspublikasie Die Suid-Afrikaanse Instituut van Internasionale Aangeleentede,, BRAAMPNGTEIN. Disponível em <http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/31016/1/SAIIA%20DETENTE%20OR%20AGGRESSION%20-%20SOUTH%20AFRICA'S%20NAMIBIAN%20POLICY.pdf?1>, consultado a 20 de fevereiro de 2017.

⁷⁸⁰ Wolfgang, Döpcke A. (1998), “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974–1998”, em *Revista Brasileira de Política Internacional*. Jun 1998 41(1):133-161. Disponível na base de dados SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100007&lng=en&tlng=en, consultado a 8 de abril de 2017. Sierra, Lázaro C. (2010), *Angola e África Austral: Apontamento para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*, Luanda, Mayamba, pp. 135-155. Ver também Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, pp. 281-290.

enquanto pressionava o Congresso para que revogasse a Emenda Clark. Esta decisão levou Angola a ganhar o apoio por parte de quase todos os Estados africanos negros, com maior incidência a Nigéria⁷⁸¹.

No entanto, a confrontação global com a União Soviética e a preocupação acerca do “militarismo cubano” em Angola passaram a ser prioridade para a administração Reagan, em detrimento dos interesses dos africanos ligados à libertação e autodefesa. Desde então, a administração Reagan passou a defender a política de *linkage*, isto é, vincular a independência do Sudoeste Africano à retirada do contingente das FARC de Angola. O *linkage* tinha um significado importante na política nacional na África do Sul, bem como na política dos Estados Unidos. Argumentava-se que a retirada das tropas cubanas podia permitir que o Primeiro-Ministro da África do Sul, Pieter Botha, persuadisse a ala conservadora do seu próprio partido a consentir a retirada do Sudoeste Africano⁷⁸². Segundo Lázaro C. Sierra (2010), a 29 de julho de 1982, no “The New York Times” o líder da Revolução Cubana declarou que as tropas cubanas só seriam retiradas de Angola quando as tropas sul-africanas abandonassem o Sudoeste Africano,

[...] a posição de Cuba com respeito à Namíbia foi similar. Cuba não se valeu dos reiterados ataques sul-africanos ao território angolano, utilizando as guerrilhas namibianas, como um pretexto para levar a guerra directamente à Namíbia. Em 1978, os cubanos cooperaram activamente com os Estados Unidos para ajudar a SWAPO, grupo guerrilheiro, a que fora aceite, ou com o plano das Nações Unidas para a independência da Namíbia, um plano que a África do Sul rejeitou⁷⁸³.

Nesta sequência, segundo Rubén G. J Gómez (2014), em 1985 as FAPLA, FARC, PLAN e assessores soviéticos iniciaram uma ofensiva, a partir do Cuito Cuanavale, no sudeste de Angola, contra o bastião da UNITA, em Mavinga, a fim de destruir a “Savimbilândia” (Jamba). Todavia, mais uma vez foram travados, há 25 Km, por forças mecanizadas das SADF, apoiadas por artilharia e aviação, que tinham chegado do Sudoeste Africano em auxílio da UNITA, forçando a retirada das unidades das forças socialistas para o Cuito Cuanavale. A correlação de forças militares existentes era favorável às forças sul-africanas, justificando o ataque como anti-SWAPO, sem ter em conta o facto de esta organização ter sido reconhecida pela ONU e o resto da comunidade internacional como o único representante legítimo do povo do Sudoeste Africano⁷⁸⁴.

⁷⁸¹ Sierra, Lázaro C. (2010), *Angola e África Austral: Apontamento para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*, Luanda, Mayamba, pp. 112-135. Ver o mesmo autor para mais informações sobre a política norte-americana em relação a Angola e a Namíbia até 1990.

⁷⁸² Ibidm, pp. 106-110.

⁷⁸³ Sierra, Lázaro C. (2010), *Angola e África Austral: Apontamento para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*, Luanda, Mayamba, p. 159.

⁷⁸⁴ Gómez, Rubén G. Jiménez (2014), *Cuito Cuanavale: Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora, pp. 15-16.

Na segunda metade da década de 80, a política hegemónica da África do Sul na África Austral colocou-a em colisão com os interesses americanos nesta região. Em julho de 1985, o Ocidente não hesitou em mostrar onde está o seu apoio e simpatia quando o Senado e a Câmara dos Deputados americanos decidiram apoiar discreta, direta e ativamente a UNITA. O objetivo era de cessar a assistência sul-africana à UNITA por meio dos EUA, isto é, eliminar a África do Sul como o principal patrono da UNITA⁷⁸⁵. Em 1987, sob proposta dos assessores soviéticos, as FARC e as FAPLA lançaram uma nova ofensiva contra Mavinga, mesmo com a discordância do alto comando cubano⁷⁸⁶. A implementação do referido plano teria começado a 12 de julho de 1987, provavelmente na época seca, com o objetivo de ocupar Mavinga entre setembro e outubro e consolidar as posições antes do início das chuvas. Em meados de 1988, prosseguiria a ofensiva a partir de Mavinga para o leste e para o sul até derrotar completamente a UNITA na região⁷⁸⁷.

A UNITA tinha ocupado a Jamba e transformando-a, primeiramente, entre 1979 e 1980, numa base de treinamento para os seus guerrilheiros e depois na sua “capital”. O objetivo das forças socialistas (MPLA, cubanos, Rússia e SWAPO) era expulsar a UNITA desta área, utilizando a via Cuito Cuanavale. No entanto, em abril de 1987, a Brigada Nacional de Defesa do Estado (BRINDE), órgão dos serviços secretos da UNITA, e o *Buro vir Staatsveiligheid* (BOSS), serviços secretos Sul-Africano, constataram uma grande concentração de forças e de material de guerra no Cuito Cuanavale. Esse facto chamou a atenção dos sul-africanos, que acabaram por inferir que houvesse planos daquelas forças com o objetivo de realizar um grande assalto a Mavinga, atingindo posteriormente a Jamba e o Sudoeste Africano⁷⁸⁸. Esta circunstância levou a UNITA e a África do Sul a reunirem-se, em maio de 1987. Nessa reunião decidiu-se assessorar a UNITA, bem como travar a ofensiva esperada e destruir as brigadas das FAPLA-FARC. A 22 de julho, as SADF emitiram a Operação Modular. Essa operação consistia em observar, monitorizar e impedir o avanço das FAPLA, assim como persegui-la e destruí-la⁷⁸⁹.

Nesta senda, para a UNITA tarde ou cedo o inimigo lhe poderia atacar. Logo, com o apoio sul-africano a UNITA começou a conquistar as terras localizadas ao longo da

⁷⁸⁵ Totemeyer, Gerhard (1985), “Detente Or Aggression? South Africa's Namibian Policy”, em *Occasional Paper The South African Institute of International Affairs e Geleentheidspublikasie Die Suid-Afrikaanse Instituut van Internasionale Aangeleenthede*, BRAAMPNGTEIN. Disponível em <http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/31016/1/SAIIA%20DETENTE%20OR%20AGGRESSION%20-%20SOUTH%20AFRICA'S%20NAMIBIAN%20POLICY.pdf?1>, consultado a 20 de fevereiro de 2017.

⁷⁸⁶ Segundo Rubén G. Jiménez Gómez (2014), tal discordância deve-se à existência de situações semelhantes que permitiram o fracasso da primeira tentativa, por ter sido muito cedo, deveria contar com intervenção sul-africana, e pela falta de condições técnicas para uma grande ofensiva – as condições do terreno e o afastamento de Mavinga em relação às linhas de abastecimento das tropas cubanas.

⁷⁸⁷ Gómez, Rubén G. Jiménez (2014), *Cuito Cuanavale: Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora, p. 19.

⁷⁸⁸ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

⁷⁸⁹ Gómez, Rubén G. Jiménez (2014), *Cuito Cuanavale: Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora, p. 19.

fronteira com o Sudoeste Africano - Diricu, Kalai, Kakushi até Mavinga - a fim de impedir o avanço das forças socialistas, obstruindo a SWAPO que pretendia atacar alvos no Sudoeste Africano, cujo algum contingente já se encontrava em Cuito Cuanavale com o MPLA para o “Último Assalto”⁷⁹⁰. A SWAPO esteve, quase sempre, perto das ofensivas das forças combinadas FARC- FAPLA, como afirma José Lázaro Kakunha (2016), “o ex-Ministro da Defesa e ex-chefe do Estado-maior das Forças namibianas, Pita Mushihange, foi quem dirigiu as forças da SWAPO no Cuito Cuanavale, que visavam atingir Mavinga, depois Ambua e a Jamba”⁷⁹¹.

A 6 de setembro de 1987, as forças sul-africanas entraram em ação, registou-se o primeiro confronto terrestre entre as FAPLA e as SADF, no quadro da Batalha de Cuito Cuanavale. No dia 5 de outubro, as FAPLA começaram a retirar-se de Mavinga para o Cuito Cuanavale. A 28 de setembro começava a última fase da “Operação Modular”, que consistia em destruir as unidades das FAPLA que se encontravam no Cuito e tomar Cuito Cuanavale⁷⁹². As tropas conjuntas da FALA-SADF passaram a atacar os batalhões das FAPLA-FARC. Segundo José Mwailepeni Monulo (2016) as FALA ficavam na infantaria, com oito batalhões, e as SADF passavam para a artilharia, até acontecer o dito “Último Assalto” (Batalha de Cuito Cuanavale). As SADF dedicavam-se a apoiar a UNITA com material logístico, artilharia e, depois, com a aviação⁷⁹³.

O aumento do contingente cubano e de meios militares modernos, incluindo aviação, a pedido de Eduardo dos Santos ao presidente Fidel Castro, evitou a destruição das brigadas das FAPLA-FARC. A 5 de dezembro de 1987, de forma a driblar a ONU e a comunidade internacional, as SADF anunciaram a retirada das suas forças, pois era o fim da “Operação Modular”. Este facto marca o início, a 12 de dezembro de 1987, da “Operação Hooper”, cujo objetivo era criar situações que pudessem evitar novos ataques das FAPLA-FARC no ano seguinte (1988), conservar as áreas conquistadas durante a “Operação Modular”, destruir ou expulsar as FAPLA-FARC do leste do Cuito Cuanavale, limitar as ações da aviação cubana a partir de Menongue e tomar toda região do Cuito Cuanavale, e para finalizar realizou a operação Packer. O ano de 1988 foi decisivo, pois depois de resistir ao intenso ataque das FALA-SADF, a coligação socialista, sem ser detetada pelos sul-africanos que mantiveram as atenções viradas para a captura de Cuito Cuanavale, decidiu em março, estrategicamente, mover algumas unidades para o sul, em direção à fronteira com o Sudoeste Africano e uma pista de terra para avionetas começou a ser construída no aeródromo de Cahama, cerca de 150 Km do Sudoeste Africano. Igualmente, colunas de

⁷⁹⁰ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

⁷⁹¹ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁷⁹² Gómez, Rubén G. J. (2014), *Cuito Cuanavale: Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora, p. 58.

⁷⁹³ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11-08-2016.

forças sul-africanas continuavam a chegar da África do Sul a Windhoek, em direção à região fronteiriça⁷⁹⁴.

A situação de guerra em Angola (Guerra da Fronteira) converteu-se, compreensivelmente, numa agenda de conversações internacional: as conversações quadripartidas de Londres (Angola, Cuba, África do Sul e os EUA, na qualidade de intermediários), as conversações entre os representantes de Brazzaville, e as conversações entre os representantes da URSS (Antolu Adamishin) e dos EUA (Chester Crocker⁷⁹⁵), em Lisboa. Afirma-se que a partir destas conversações foram definidas as bases gerais para um acordo com vista à paz em Angola, e já se anunciava que a questão angolana estava prevista para as discussões do próximo encontro entre o presidente Reagan e do Secretário-geral Gorbatchev⁷⁹⁶.

No centro das explicações do fim do conflito, segundo Rubén G. J. Gómez (2014) e Döpcke A. Wolfgang (1998), encontra-se a transformação do ambiente internacional e internos: o fim da Guerra Fria; o colapso do socialismo, que permitiu o fim do apoio militar e económico ao governo de Angola e que também servia de justificação para as agressões sul-africanas (o anticomunismo); as pressões das superpotências sobre os seus aliados no sentido de resolverem os conflitos regionais pacificamente⁷⁹⁷; a paralisação das forças sul-africanas, e obviamente também das FAPLA-FARC, no Cuito Cuanavale e a movimentação de material bélico e humano da coligação socialista em direção ao Sudoeste Africano; o impacto causado pela guerra, principalmente pelo número elevado de vítimas mortais, sobretudo brancos, tinham influenciado a opinião pública sul-africana (branca) na impossibilidade da vitória militar, pois o que em princípio eram apenas incursões esporádicas das forças sul-africanas em Angola tinha-se transformado numa guerra convencional⁷⁹⁸; os efeitos da crise económica na África do Sul, provocada pelas sanções impostas pela comunidade internacional, também exerceu grande peso; assim como a resistência das forças angolana-cubanas e por parte da SWAPO e da sociedade namibiana

⁷⁹⁴ Silva, Igor Castellano da, (2017), *Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem*, e-book (online), Porto Alegre, CEBRAFRACA, pp. 144-145. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=Ue3bDgAAQBAJ&pg=PA145&lpg=PA145&dq=opera%C3%A7%C3%A3o+Packer+Angola&source=bl&ots=dWb7jOaZqv&sig=R9ZIMJ1EO8SriBCjCXCAio8yPsY&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjxk-C0xuLZAhXL1xQKHTCYDhoQ6AEIjzAA#v=onepage&q=opera%C3%A7%C3%A3o%20Packer%20Angola&f=false>, consultado a 10 de março de 2018. Ver também em: Gómez, Rubén G. J. (2014), *Cuito Cuanavale: Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora, p. 78.

⁷⁹⁵ Secretário de Estado Adjunto dos EUA para Assuntos Africanos de 1981 a 1989.

⁷⁹⁶ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1988 > SR: 05 – Maio, 21 de Maio.

⁷⁹⁷ Wolfgang, Döpcke A. (1998), “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998”, em *Revista Brasileira de Política Internacional*. Jun 1998 41(1):133-161. Disponível na base de dados SciELO. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100007&lng=en&tlng=en, consultado a 8 de abril de 2017, p. 144.

⁷⁹⁸ Gómez, Rubén G. J. (2014), *Cuito Cuanavale Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora.

contra a ocupação pela África do Sul⁷⁹⁹. Esta perspetiva também é corroborada por Roger Thurow (1988) ao afirmar,

No passado, o governo sul-africano disse que não toleraria uma bandeira SWAPO sobrevoando a Namíbia. Pretória tem considerado a Namíbia como um amortecedor estratégico contra os perigos do comunismo e contra o Congresso Nacional Africano [...] e teme que um governo de SWAPO abriria a portas a ambos. Mas o fardo financeiro de lutar em Angola e subsidiar para administrar a Namíbia levou Pretória a optar pela independência. Além disso, a África do Sul espera que a medida impulse sua imagem internacional e afaste quaisquer outras sanções económicas contra suas políticas domésticas de segregação racial⁸⁰⁰.

Portanto, por um lado, a intervenção sul-africana evitou a derrota da UNITA, por algum tempo, a queda da “Savimbilândia” (Jamba). Por outro lado, os cubanos e russos evitaram a derrota das FAPLA. A dinâmica das operações militares, sob o pretexto alegado de atacarem as bases dos militares da SWAPO, realizadas pelas SADF, bem como as operações militares realizadas pelas FAPLA para asfixiar a UNITA – causando mortes de militares e civis, destruindo recursos e bens angolanos e devastando um vasto território angolano – conheceram assim o seu fim, forçando ambos os lados à mesa de negociações⁸⁰¹. As ações militares, como instrumento de resolução de conflitos, deram lugar aos meios diplomáticos⁸⁰².

Chester Crocker pensava “manipular” o governo angolano com as promessas de oferecer-lhe as condições necessárias para garantir o cessar das hostilidades com a África do Sul, a fim de travar a instabilidade promovida pelos opositores internos no Sudoeste Africano, através de algum tipo de reconciliação nacional. O Departamento de Estado e, em especial Chester Crocker, pensavam substituir a ajuda socialista em Angola pelos capitais ocidentais e utilizar como elementos de pressão as necessidades financeiras do território. Nesta senda, a estratégia definida por Crocker estava concentrada em três realidades básicas: primeira, os interesses económicos dos EUA estão concentrados na África Subsaariana (cerca de 3 biliões em investimentos diretos, entre os quais 60% na

⁷⁹⁹ Wolfgang, Döpcke A. (1998), “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998”, em *Revista Brasileira de Política Internacional*. Jun 1998 41(1):133-161. Disponível na base de dados SciELO. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100007&lng=en&tlng=en, consultado a 8 de abril de 2017, p. 144.

⁸⁰⁰ Thurow, Roger (1988), “South Africa Signs Peace Pact With Cuba, Angola Promising Freedom for Namibia”, em *Wall Street Journal*, Eastern edition; New York, N.Y. [New York, N.Y.]14 Dec 1988: 1. Disponível na base de dados: ABI/INFORM Collection <https://vpn2.iscte.pt/+CSCO+1h756767633A2F2F66726E6570752E63656264687266672E70627A++/abicom/plete/docview/398060795/fulltext/D406683911594CD3PQ/6?accountid=38384#center>, consultado a 2 de junho de 2017.

⁸⁰¹ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1985 > SR: 11 – Novembro, Dia 11.

⁸⁰² Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1988 > SR: 05 – Maio, 21 de Maio.

África Austral, num rendimento que ascendia a 6 biliões de dólares); segunda, a região contém imensos depósitos de muitos minerais estratégicos vitais para as economias do Ocidente e do Japão; terceira, com a estabilidade regional, a área pode prosperar e servir como ponto focal do progresso económico africano. No entanto, se houver perturbação regional não era possível aproveitar o potencial económico da região. Esta administração pretendia apoiar o desenvolvimento económico da África Austral mediante o fomento do comércio, os investimentos na região e a ajuda externa oportuna e cuidadosamente implementada⁸⁰³.

A partir de 1989 – depois da assinatura do Acordo de Nova – a África Austral abriu caminho para uma solução pacífica com vista ao estabelecimento da paz. Esta região, até então conhecida como uma das principais regiões mundiais de conflito, passou por um processo de mudanças que a transformou numa zona de paz entre os Estados⁸⁰⁴, embora se tivesse verificado um clima de instabilidade regional devido ao surgimento de guerras civis ou conflitos de secessão que ocorreram mais tarde em Angola, Namíbia, RDC e Moçambique, até 2002. A vitória na Batalha do Cuito Cuanavale é reivindicada pelas duas partes envolvidas: MPLA-SWAPO-Cuba-URSS e a UNITA-África do Sul. Nesta senda, José Mwailepeni Monulo (2016) diz,

[...] o "Último Assalto" [Batalha de Cuito Cuanavale], que o MPLA diz ser o vencedor e que trouxe a independência da Namíbia e a democracia na África do Sul, isto não é verdade. Os vitoriosos foram os da UNITA, porque frustrou o objetivo do MPLA de destruir a Jamba. Depois dos russos admitirem o fracasso dos seus objetivos decidiram ir às negociações. A UNITA estava a lutar para obrigar o MPLA a negociar e conseguiu concretizar. Os sul-africanos retiram-se de Angola, os cubanos também e deu-se a independência de Namíbia e a democratização da África do Sul e de Angola, aceitando o multipartidarismo ao assinar o Acordo de Bicesse, em 31 de Maio de 1991, que prevê a realização de eleições em 1992, recuando ao Acordo de Alvor (de 15 de janeiro de 1975)⁸⁰⁵.

Segundo Evaristo Ndemupateka David (2016), de certeza absoluta, o vitorioso foi aquele que conseguiu mudar a situação do monopartidarismo para o multipartidarismo. Isto é indiscutível porque havia posições e interesses a defender. A UNITA ganhou por ter imposto ao MPLA aceitar o processo democrático e reconhecer outros movimentos de libertação nacional. “Quando o MPLA diz que ganhou, não se sabe o que impôs nem como explorou essa vitória. Com uma vitória do MPLA, em Angola não decorreria o que sucedeu

⁸⁰³ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, pp. 119-120.

⁸⁰⁴ Wolfgang, Döpcke A. (1998), “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974–1998”, em *Revista Brasileira de Política Internacional*. Jun 1998 41(1):133-161. Disponível na base de dados SciELO. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100007&lng=en&tlng=en, consultado a 8 de abril de 2017, pp. 134–136.

⁸⁰⁵ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

em 1991 e em 1992”. Foi a partir da Batalhas de Mavinga e de Cuito Cuanavale que começaram as negociações sérias, influenciadas pela queda do Muro de Berlim. Por outro lado, há quem defenda que houve uma correlação de forças. Em termos concretos não houve vencidos nem vencedores. O MPLA não conseguiu avançar com o objetivo. Por este facto as duas partes envolvidas aceitaram as negociações. Num conflito só há negociação quando há correlação de forças. "Quando um lado pensa que tem mais vantagem que o outro no campo militar e que pode resolver tudo na via militar, geralmente não aceita negociar. Se as FAPLA, russos e as forças cubanas tivessem ganho esta Batalha teriam explorado o seu inimigo ou teriam avançado para destruir o resto e atingir o seu objetivo"⁸⁰⁶.

Segundo José Mwailepeni Monulo (2016), “depois da Batalha do Cuito Cuanavale a UNITA cresceu e começou a receber mais áreas, inclusive algumas províncias e algumas capitais. Antes a UNITA só atacava um município sem ocupar, mas depois passou a atacar e ocupar, causado um impacto negativo nas estratégias do MPLA”. Os insucessos que os socialistas tiveram nos combates que ocorreram durante o período pós Cuito Cuanavale foram os fatores que os obrigaram a aceitar as negociações. Naquela altura a UNITA tinha uma força real capaz de ocupar Angola, mas os parceiros americanos tinham-no recomendado a ir à mesa de negociações e Jonas Savimbi aceitou⁸⁰⁷. Discursando na cerimónia da comemoração do 38º aniversário do assalto aos quartéis Moncada e Carlos Manuel de Céspedes, realizado na província de Matanzas, a 26 de julho de 1991, Nelson Mandela, afirma,

[...] A batalha de Cuito Cuanavale tem uma importância verdadeiramente histórica. [...] Foi uma vitória para toda a África. Essa derrota retumbante do exército racista no Cuito Cuanavale deu a Angola a possibilidade de desfrutar de paz e consolidar a sua própria soberania [...], permitiu que as pessoas que lutavam pela Namíbia finalmente conseguissem a independência [...], destruiu o mito da invencibilidade do opressor branco [...], inspirando as pessoas que lutavam na África do Sul. Sem a derrota no Cuito Cuanavale as nossas organizações não teriam sido legalizadas. Cuito Cuanavale é um marco na história da luta pela libertação da África do Sul, [...] marca o ponto de viragem na luta para libertar o continente e nosso país do flagelo do *apartheid*⁸⁰⁸.

A Batalha do Cuito Cuanavale, no seu conjunto (operações Moduler, Hooper e Packer, incluído a de Mavinga e outras), tem um grande significado histórico. Para a UNITA foi uma vitória por conseguir a retirada dos cubanos, por permitir o fim do comunismo e por veicular a implementação do multipartidarismo em Angola. Para o MPLA, também é uma

⁸⁰⁶ Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016.

⁸⁰⁷ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁸⁰⁸ Discurso de Nelson Mandela, a 26 de julho de 1991, na província de Matanzas, Cuba. Disponível em <http://www.juventudrebeldede.cu/internacionales/2010-07-17/discurso-de-nelson-mandela-el-26-de-julio-de-1991/>, consultado a 28 de março de 2017.

vitória por permitir a retirada dos sul-africanos de Angola, a independência do Sudoeste Africano e o fim do *apartheid* na África do Sul⁸⁰⁹.

Em consonância com esta perspectiva, segundo Emanuel Kunzika (2010), a independência é o objetivo fundamental da luta de libertação nacional, sem, no entanto, ser a solução última ao problema angolano. A questão angolana foi a gênese do conflito da África Austral. Tal como dizia Descartes, «os problemas resolvidos são batalhas ganhas, mas as batalhas ganhas não são problemas resolvidos». Entre os problemas complexos que o país enfrentou nesta época, os mais imediatos são, sem dúvida, os que dizem respeito a: integridade territorial, soberania nacional, unidade nacional e integração nacional de entidades heterogêneas⁸¹⁰. Diante desta situação, Alcides Sakala (2016) afirma que, “que as questões mal resolvidas em política podem depois criar outro tipo de problemas. Daí a necessidade de aprender com a nossa história”⁸¹¹. Isto é, as questões mal resolvidas, durante a luta anticolonial e durante o período de transição de Angola, foram sem dúvida os principais elementos que conduziram os beligerantes ao Cuito Cuanavale e, posteriormente, a Nova Iorque a fim de os poder corrigir.

No contexto regional pode-se afirmar que, no âmbito do Cuito Cuanavale, a independência do Sudoeste Africano foi conquistada em Angola, pois, os combates que se desenrolaram em Mavinga, Cuito Cuanavale e em Ruacanã ditaram o fim da hegemonia sul-africana na África Austral e este conseqüentemente deu as bases para as negociações entre os sul-africanos e a SWAPO para independência do Sudoeste Africano. Há angolanos que deram um grande contributo para a independência do Sudoeste Africano e que permaneceram na SWAPO, de facto, atualmente ocupam cargos de destaque no parlamento e no governo da Namíbia. Igualmente, deu-se o fim da expansão socialista e a democratização da África Austral⁸¹².

Portanto, a Batalha de Cuito Cuanavale e de Mavinga, de facto, constitui um dos elementos determinante para a pacificação e distensão da África Austral, que nos anos 70, se considerava que se tinha transformado num “barril de pólvora”. Era considerada uma região conflituosa, em termos de conflitos regionais e conflitos locais, sendo que a África do Sul se opunha aos cinco Estados da Linha da Frente. A independência do Sudoeste Africano em 1990 encerrou o espólio da luta contra o colonialismo, fez alterar a realidade sociopolítica e geopolítica na região, permitindo um desanuviamento de tensão regional. Os acordos de Bicesse (1991) que permitiram o fim da Guerra Civil em Angola, os acordos de 1992 sobre o fim da Guerra Civil em Moçambique, bem como a redução de tensão no

⁸⁰⁹ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁸¹⁰ Kunzika, Emanuel (2010), *A Formação da Nação Angolana pela Luta Armada*, Luanda, Mayamba Editora, p. 90.

⁸¹¹ Entrevista a Alcides Sakala em "Memórias da Independência" Programa Televisivo da TV Zimbo, apresentado por Guilherme Galiano, 24 de outubro de 2016, em Luanda.

⁸¹² Entrevista a Gabriel Hilifavali, em Ondjiva, 24 de agosto de 2016.

Lesoto e no Malawi e o fim do *apartheid* na África do Sul tinham transformado a África Austral numa região relativamente pacificada⁸¹³. Este conjunto de fatores, associado ao papel desempenhado por Angola na luta pela independência do Sudoeste Africano, levou o governo da Namíbia pôr Angola a ocupar o primeiro posto da lista de classificação diplomático por ordem de importância⁸¹⁴

Por isso, a diplomacia angolana solicitou que o dia da Batalha do Cuito Cuanavale (23 de março) fosse comemorado como o “Dia da SADC”, porque, segundo as autoridades angolanas e namibianas, foi neste dia que se permitiu converter a África Austral numa região sem tensão, sem conflito e numa região de paz e de desenvolvimento. É uma data que ainda está em discussão. Há cinco anos que os países da SADC não encontram um consenso quanto à data da libertação da África Austral. Angola sugere dia 23 de março (último dia da Batalha de Cuito Cuanavale), mas alguns países da África Austral desconhecem os contornos desta célebre Batalha e colocam em cima da mesa outras datas. O Malawi sugere o 3 de Março, data está relacionada com os Mártires no Malawi. A Tanzânia sugere o 17 de Agosto, data está relacionada com o Dia da Fundação da SADC. A Zâmbia sugere o 8 de Dezembro, data relacionada com da Cimeira dos Estados da Linha da Frente, realização em 1974, em Lusaca. Este assunto não foi discutido na 36ª Cimeira da SADC, que teve lugar na Suazilândia, a 30 e 31 de agosto de 2016. Talvez nas próximas reuniões de Chefes de Estado e de Governo o assunto volte à mesa para que definitivamente se encerre⁸¹⁵.

5. Nota Conclusiva do Capítulo

O GRAE-FNLA foi a primeira Governo legítimo das aspirações independentistas angolanas reconhecido pela OUA e pelo Comité de Libertação da OUA, em 1963, facto que também teria condicionado a aproximação entre a SWAPO e o MPLA nos primórdios da luta armada pela libertação da África Austral. O reconhecimento do MPLA pelo Comité de Libertação da OUA, a 25 de novembro de 1964, – quando a SWAPO já tinha laços com Jonas Savimbi –, não foi suficiente para promover uma aproximação entre a SWAPO e o MPLA, pois não havia interesses políticos, militares, estratégicos e geoestratégicos entre ambos. Por outro lado, a relação existente entre Jonas Savimbi e Sam Nujoma condicionava uma aproximação SWAPO-MPLA.

Neste quadro, podemos também concluir que as relações entre a SWAPO e o MPLA tiveram quatro fases distintas. No primeiro período, entre 1963 e 1969, relação distanciada

⁸¹³ Morais, Beatriz (1998), “A Cooperação e a Integração da África Austral – A SADC, o papel de Angola”, em *Centro de Estudos Africanos*, São Paulo, Universidade de São Paulo, p. 14.

⁸¹⁴ Arquivo da SWAPO – Katutura (Windhoek) - diplomatic number plates.

⁸¹⁵ Entrevista a Fernando Manuel, em “África Magazine” no programa radiofónico da RNA, apresentado por Amílcar Xavier, a 24 outubro de 2016, em Luanda. Tema: - Pensamento de Agostinho Neto no âmbito das relações internacionais.

devido aos seguintes fatores: política da SWAPO, considerada pelo MPLA como “pouco clara”; as boas relações que San Nujoma mantinha com Moisés Tshombe e alguns líderes de países ou movimentos de libertação africana, que mantinham relações político-militares e diplomáticas com o Ocidente; e, principalmente, a ligação que mantinha com a UNITA, movimento que o MPLA considerava inimigo. Contudo, as relações SWAPO-MPLA restringiam-se ao nível das organizações políticas a que pertenciam: “Aliança de Cartum”, o Comité de Libertação da OUA e o MLAA. O segundo período, entre 1969 e 1976, é caracterizado pela hostilidade declarada pelo MPLA à SWAPO. No terceiro período, entre 1976 e 1978, verificou-se uma aproximação hesitante entre o MPLA e a SWAPO, motivada pelo realinhamento da aliança estratégica entre a UNITA e a sul-africano e pela conquista do poder pelo MPLA, a 11 de novembro de 1975, facto que permitiu a SWAPO apoios a nível geoestratégico, económico, diplomático, social e militar). No entanto, neste período a cooperação MPLA-SWAPO é considerada débil devido à insegurança e desconfiança, principalmente por parte do MPLA em relação à continuidade de ligação da SWAPO com a UNITA. O *détente* entre Luanda e Pretória, de fevereiro de 1976, teria provocado um certo relaxamento ao MPLA, até ao ataque das SADF a Cassinga, a 4 de maio de 1978. Quarto período, entre 1978 e 1990. O ataque a Cassinga, em 1978, mudou o curso das relações entre o governo de Angola e a SWAPO, permitindo uma nova dinâmica na base da confiança mútua e uma cooperação multidimensional contra a ocupação sul-africana em Angola e no Sudoeste Africano para garantir a independência, a paz e a segurança regional. Este período terminou com o Acordo de Nova Iorque, assinado a 22 de dezembro de 1988 e, conseqüentemente, com a independência da Namíbia, a 21 de março de 1990.

Este conjunto de fatores conferem a Angola um papel importante e determinante para o cumprimento da resolução 435/78 do CSNU e para a libertação dos últimos redutos coloniais na África Austral, que constituía fator de instabilidade regional. Porém, não se pode ignorar os esforços desenvolvidos pelos Estados da África, no âmbito da OUA, organização dos Países Não-Alinhados, pela ONU e a vontade dos dois blocos antagónicos, para a manutenção da paz e segurança em Angola e em toda região da África Austral. No centro das explicações do fim do conflito encontram-se a combinação de um conjunto de fatores políticos, económicos, diplomáticos e militares: primeiro, o fim da Guerra Fria e, como consequência, tanto o colapso da URSS, que significou o fim do apoio militar e económico ao governo de Angola, e que “justificavam” as agressões anticomunismo sul-africanas; segundo, a desgastante batalhas de Mavinga e do Cuito Cuanavale e do conflito no geral, e, terceiro, os efeitos das sanções internacionais impostas pela África do Sul. Neste contexto a ferramenta militar, como meio de resolução de conflitos, foi substituída pela diplomacia, que culminou com o Acordo de Nova Iorque, assinado a 22 de dezembro de 1988.

CAPÍTULO IV – COOPERAÇÃO ANGOLA – NAMÍBIA NO QUADRO DA DEFESA (1990 – 2015)

1. Nota Introdutória

As relações pós-independência entre Angola e Namíbia foram estabelecidas imediatamente após a proclamação da independência da Namíbia, sendo Angola o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas formais com a Namíbia, a 18 de setembro de 1990. Neste capítulo pretende-se descrever o estabelecimento das relações de cooperação institucional entre Angola e Namíbia, no período pós-independência, nos diversos setores do domínio da defesa. Também apresentar uma breve análise sobre o quadro legal da República de Angola e também da República da Namíbia sobre a matéria de defesa, bem como apresentar o enquadramento legal da cooperação desenvolvida entre os dois países nesta área. Procura-se, neste capítulo, analisar os contributos conjugados de ambos os Estados, nos vários setores de defesa, para a manutenção e a preservação da paz e segurança regional, assim como o papel da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia nos períodos pré-conflito e pós-conflito. De igual modo procura-se perceber a razão de Angola e a Namíbia constituírem parceiros estratégicos importantes.

2. Breve Quadramento Legal da Defesa Nacional da República de Angola

Antes de passarmos à análise legislativo de referência da República de Angola, importa-nos apresentar, sinteticamente, o enquadramento geopolítico para melhor compreendermos a estrutura da Defesa angolana. Angola é uma república situada na costa ocidental de África a sul do equador e é limitada a sul pela Namíbia, a norte pela RDC e pela República do Congo, a leste pela Zâmbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. O quadro político-administrativo de Angola está organizado em 18 províncias, estas em municípios e estes, por sua vez, em comunas. A província de Cabinda encontra-se separada do resto do território nacional por uma faixa territorial encravado à RDC. Com uma população constituída por mais de 25 789 024⁸¹⁶ de habitantes e com diversos recursos naturais, entre os quais, o petróleo e o diamante, consideradas recursos naturais estratégicas.

Antes da transferência do poder, a 11 de novembro de 1975, estava previsto a unificação das forças dos movimentos de libertação nacional, visando a formação das Forças Armadas, à luz do Acordo de Alvor e mais tarde do Acordo de Bicesse, dentro de

⁸¹⁶ Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), dados definitivo do censo realizado em 2014, (online). Disponível em: http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf, consultado a 11 de janeiro de 2018.

um quadro democrático e multipartidário. No entanto, tratava-se de “uma possibilidade político-estratégica para unificar as partes em litígio – FNLA, MPLA e UNITA –, e contribuir assim para edificar um sentimento de unidade nacional multipartidária em Angola. Todavia todos os indícios apontavam para o reacender da guerra”⁸¹⁷, devido ao conjunto de fatores já apresentados nos capítulos anteriores. Após o desfecho da Batalha de Quifangondo, a 10 de novembro de 1975, que terminou a favor do MPLA, e da conquista do poder, o seu braço armado (FAPLA), na qualidade de vencedor da chamada “Segunda Guerra de Libertação”, tornou-se o exército nacional com a missão de garantir a ordem, a segurança, tranquilidade pública, a defesa da soberania e da independência nacional de quaisquer tipos de ameaças e riscos do novo Estado, pois, tratava-se de uma estrutura militar quase partidária orientada por diretrizes socialistas, ideologia política adotada pelo MPLA/governo.

Neste período (pré-Bicesse), segundo Luís Bernardino (2013a), o ensino das forças de defesa desenvolvia-se “com o apoio externo, principalmente cubano (como são exemplo os Centros de Instrução Revolucionários) e soviético, em apoio às FAPLA, não existindo um sistema integrado e estruturado em Angola para militares da FNLA e das FALA (UNITA), que eram instruídos nas matas e nos países vizinhos, e contavam, no início, com o apoio da China, e depois com o EUA e África do Sul, entre outros”. Nesta senda, o atual quadro de referência institucional foi instituído na sequência do Acordo de Bicesse, sob orientação político-estratégica da então criada Comissão Conjunta Político-Militar, Portugal, sob liderança militar do General Alípio Tomé Pinto, concebeu um Exército e umas Forças Armadas, que à semelhança das Forças Armadas Portuguesas, permitiu desenhar e conceber a matriz inicial das FAA, a criação dos três ramos das Forças Armadas Angolanas; da Estrutura Superior da Defesa e o vasto quadro legislativo, doutrinário, logístico, do sistema de ensino militar, que veio ficar politicamente materializado a 5 de Outubro de 1991. Ainda no período pós-Bicesse, assiste-se a um incremento das dinâmicas da formação de quadros superiores e patrocinou a abertura do Instituto Superior de Ensino Militar (que inicia as suas atividades em 1992), permitindo para uma melhor integração dos militares de diferentes orientações militares e políticas, possibilitando ainda ao nível do conjunto e inter-ramos, congregar alguns princípios de uma doutrina militar comum, que ainda necessitava de ser consolidada e aperfeiçoada, sendo que ao nível especificado, a criação do “Centro de Instrução de Operações de Paz” – atual Escola Superior de Guerra –, é já uma referência no contexto da segurança regional⁸¹⁸.

⁸¹⁷ Bernardino, Luís (2015), “A Participação de Portugal na Edificação das Forças Armadas Angolas”, *Revista da Escola de Guerra Naval: periódico especializado em estudos estratégicos*, V.21, Nº 1, pp. 83-110, janeiro de 2015, (online). Disponível em <http://www.africamonitor.net/pt/analise/participacao-port-edificacao-faa-lbernardino016/>, consultado a 20 de fevereiro de 2016, p. 85.

⁸¹⁸ Bernardino, Luís (2013a), *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana- Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Lisboa, Almedina, pp. 614-618.

Recorde-se que as FAPLA e as FALA, segundo Luís Bernardino (2015), só foram formalmente extintas no dia 27 de setembro de 1992, data em que viria tomar posse o Chefe do Estado-Maior-General das FAA, e foram investidos treze generais de três estrelas, e entravam em exercício de funções os Chefes do Estado-Maior dos três ramos das FAA. O processo de formação das FAA, na sequência do Acordo de Bicesse, quer no aspeto operacional associado ao processo de formação, quer na definição e levantamento dos aspetos organizativo-legais, evidenciou uma forte liderança político-militar angolana que beneficiou do planeamento estratégico dos assessores portugueses, e que ainda atualmente constitui parte da matriz identitária das Forças Armadas Angolanas ao serviço da República de Angola. Em síntese, este autor afirma que os Sistemas Logístico-Administrativos e o sistema de formação criados permitiram integrar as FAPLA e as FALA nas FAA e criar um sentido de coesão nacional. Pensa-se que foi importante para o desenvolvimento do Sistema Operacional estar implementado no território permitindo um maior entrosamento com as populações, fortalecendo o sentimento de Nação e de colaboração em tarefas sociais e de desenvolvimento⁸¹⁹.

O Memorando de Entendimento, assinado no dia 4 de abril de 2002, conduziu a necessidade de efetuar profundas e, em algumas situações, radicais mudanças de forma e de conteúdos nas “*Polícias de Defesa e Segurança Nacional*”. A medida que o Governo Angolano procurou consolidar a paz, os desafios foram se tornando mais significativos, colocando-se ao país, particularmente ao MDN e às FAA, a necessidade de reorientação das suas políticas funcionais legislativa e estrutural de modo a garantir-lhe os melhores padrões de eficácia e eficiência. Necessitando de orientações políticas e estratégicas que derivam o conceito estratégico militar (artº 23 da DNFA), onde se retirariam as principais linhas definidoras do Sistema de Forças Angolano a mante do Dispositivo e Sistema de Forças Militar e das Missões das Forças Armadas (artº24 e 25), entre outros elementos estruturantes. As opções estratégicas desde o tipo de organização a interligação entre os ramos, modernização estrutural, o material a natureza desejada do Sistema de Forças Armadas Nacionais e a sua expressão qualitativa e quantitativa (pessoal militar e civil) em tempo de paz e como evoluir para o tempo de guerra, factos que permitem um assessoramente, multiplicando e propiciando o surgimento de diversos parceiros para a cooperação militar em Angola⁸²⁰.

⁸¹⁹ Bernardino, Luís (2015), “A Participação de Portugal na Edificação das Forças Armadas Angolas”, *Revista da Escola de Guerra Naval: periódico especializado em estudos estratégicos*, V.21, Nº 1, pp. 83-110, janeiro de 2015, (online). Disponível em <http://www.africamonitor.net/pt/analise/participacao-port-edificacao-faa-lbernardino016/>, consultado a 20 de fevereiro de 2016, pp.105-108.

⁸²⁰ Bernardino, Luís (2012), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa, pp.272-274. Para mais informações consultar o mesmo autor.

De acordo com a Constituição da República de Angola (2010), a segurança nacional tem por objetivo a garantia da salvaguarda da independência, da soberania nacionais, da integridade territorial, do Estado democrático de direito, da liberdade e da defesa do território contra quaisquer ameaça e risco, assim como a realização da cooperação para o desenvolvimento nacional e a contribuição para a paz e segurança internacional⁸²¹. Neste sentido, a Segurança Nacional compreende duas noções concretas, a Segurança Interna (Defesa Interna) e a Segurança Externa (Defesa Nacional), sendo que a primeira é da competência das Forças de Segurança Pública e de outros serviços de segurança interna, e a segunda é da competência das Forças Armadas e outros serviços de inteligência externa que concorrem para o mesmo fim⁸²².

Nesta perspetiva, a Forças de Segurança Pública é constituída pela Polícia Nacional com todas as suas forças (Serviços Prisionais, Serviços de Bombeiros, Ordem Pública, Proteção de Fronteira, Trânsito, SINSE, etc.). A Polícia Nacional é a instituição encarregue de velar pela defesa interna do país, garantindo a ordem no território nacional, cujo objetivo visa a segurança e tranquilidade pública, a proteção das instituições, dos cidadãos e dos respetivos bens, proteção dos seus direitos e liberdades fundamentais, contra a criminalidade e outro tipo de risco e ameaças internas⁸²³.

A Defesa Nacional, que é constituída pelas Forças Armadas Angolanas (FAA) com todos os seus ramos (Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra)⁸²⁴, tem por objetivo garantir a defesa da soberania e da independência nacional, da integridade e dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem pública, o asseguramento da liberdade da população, contra agressões e outro tipo de ameaças externas, essencialmente, e internas, bem como o desenvolvimento de missões de interesse público, nos termos da Constituição e da lei⁸²⁵. Trata-se de um conjunto de atividades, que permitem ao Estado proteger-se de uma ameaça pontual que afete os interesses nacionais, ou seja, corresponde ao exercício de uma função de natureza coletiva que visa garantir a Segurança Nacional⁸²⁶.

⁸²¹ *Constituição da República de Angola* (2010), Capítulo II, sobre a segurança nacional, art. 201, p. 73.

⁸²² Piedade, José Carlos (2014), "A segurança interna e a concertação estratégia entre as forças de defesa e segurança" comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: Anais da conferência sobre "Segurança Nacional e Desafios"*, 26-27 de Agosto, Luanda, p. 60.

⁸²³ *Constituição da República de Angola* (2010), Capítulo VI, Garantia da ordem e Polícia Nacional, art. 1, p. 75.

⁸²⁴ Para mais informação sobre questões ligadas à Segurança Interna e Externa, ver José Piedade (2014), a *Constituição da República de Angola* (2010), Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (1993) e Armindo B. Rosa (2010).

⁸²⁵ *Constituição da República de Angola* (2010) Capítulo III, sobre a defesa nacional e as Forças Armadas, art. 206, p. 74.

⁸²⁶ Gloria, Justino (2014), "O papel e o Lugar das Forças Armadas Angolanas na Segurança Internacional", comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: Anais da conferência sobre "Segurança Nacional e Desafios"*, 26-27 de Agosto, Luanda, p. 206.

De acordo com Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas, Lei nº 2/93 de 26 de Março, a política de Defesa Nacional consiste num conjunto coerente de princípios, objetivos, estratégias, orientações e medidas adotadas para assegurar a Defesa Nacional – garantir a Independência nacional, a integridade territorial, a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no quadro da ordem constitucional instituída e do direito internacional. Trata-se de um instrumento e de ações de carácter permanente, preventivo, global e interministerial que integra uma componente militar e componente não militar, com responsabilidades recíprocas, a fim de garantir a Defesa Nacional. Igualmente, é tarefa do Estado assegurar a manutenção ou o estabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais e contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo a permitir-lhe prevenir ou reagir pelos meios adequados a quaisquer ameaças ou agressão; e assegurar a manutenção ou o estabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais⁸²⁷.

Relativamente à Política de Defesa Nacional, pode-se inferir que as questões de defesa da integridade territorial e da soberania nacional não podem, nos dias de hoje, ser analisadas somente na base das ameaças e riscos tradicionais, dos quais se destacam as missões convencionais das Forças Armadas, mas também outras de maior complexidade, a dimensão e consequências⁸²⁸. No entanto, consideram-se Forças de Segurança todos os elementos militarizados organizados nas Forças Armadas e na Polícia Nacional. Em tempo de guerra, as Forças de Segurança e de Defesa Civil integram a estratégia militar da Defesa Nacional sob dependência direta do Chefe-de-Estado-Maior das Forças Armadas⁸²⁹. As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbidas da defesa militar do país, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e da lei, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte⁸³⁰. Nesta linha de pensamento, em situação de guerra, as Forças

⁸²⁷ Diário da República, I Série-nº 12, Lei nº 2/93 de 26 de Março, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (Documento em posse do autor), art. 2 - 3.

⁸²⁸ Rosa, Armindo B. (2010), “Política de Defesa de Angola”, comunicação apresentada no ciclo de conferências intitulada *Visões Globais para a Defesa*, no Instituto de Defesa Nacional (IDN), a 27 de Abril, Lisboa, (online). Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3075/1/NeD125_ArmindoBravodaRosa.pdf, consultado a 2 de maio de 2017, p. 76.

⁸²⁹ Diário da República de Angola, I Série-nº 12, Lei nº 2/93 de 26 de Março, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, Capítulo II (Documento em posse do autor), art. 35.

⁸³⁰ *Constituição da República de Angola* (2010) Capítulo III, sobre a defesa nacional e as Forças Armadas, art. 207, p. 74.

Armadas adquirem o papel predominante na Defesa Nacional e o país empenha todos os recursos necessários para o apoio às ações⁸³¹.

A atividade de Defesa Nacional deve ser assegurada pelo Estado e constitui responsabilidade especial dos órgãos de soberania e das Forças Armadas. Neste contexto, conceito estratégico de Defesa Nacional, definido e aprovado pelo Conselho de Defesa Nacional, consiste na definição dos aspetos fundamentais da estratégia global do Estado adotada para a consecução dos objetivos políticos de Defesa Nacional⁸³², de forma a garantir a segurança, justiça e bem-estar económico e social, visto que essas três funções essenciais do Estado se encontram relacionadas entre si. A garantia do bem-estar económico e social só se alcança num ambiente de segurança, onde se manifesta a justiça, em função das divergências e dos conflitos próprios da convivência social⁸³³.

A paz, alcançada em 2002, permitiu a reorganização das FAA, quer ao nível da formação superior dos quadros das suas estruturas, assim como ao nível dos quadros de países da SADC e dos PALOP. Decorre em Angola, desde 2007, um processo de reestruturação das FAA, com vista à melhoria da sua capacidade, para a pronta e eficaz defesa militar do país e para a sua eficiente preparação e desenvolvimento, cuja dinamização constitui, atualmente, a direção principal da Defesa Nacional⁸³⁴. Para além das adequações ao nível dos ramos, a reestruturação das FAA, em marcha desde junho de 2007, abrange o sistema logístico, a doutrina e formação militar, a estrutura superior de Defesa Nacional e do Estado-Maior-General das Forças Armadas Angolanas, levando, na opinião de Luís Bernardino (2013a), a curto prazo, ao desenvolvimento de capacidades operativas que a colocam não só como uma potência regional, mas com capacidade de afirmação como potência militar africana em ascensão⁸³⁵.

Ainda no panorama interno, com a paz alcançada em 2002, fruto do histórico Memorando de Entendimento, rubricado a 4 de abril do mesmo ano, para além da execução

⁸³¹ Diário da República de Angola, I Série-nº 12, Lei nº 2/93 de 26 de Março, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, Capítulo IV (Documento em posse do autor), art. 57.

⁸³² Diário da República de Angola, I Série-nº 12, Lei nº 2/93 de 26 de Março, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, Capítulo IV (Documento em posse do autor), art. 5-6. Para informação sobre estratégias de defesa nacional de Angola ver em: Barros, Manuel Correia de, (2010), Elementos para uma Planificação Estratégica de Defesa Nacional. Conferência proferida no Estado-Maior do Exército, em Luanda, aos 24 de Junho de 2010.

⁸³³ Piedade, José Carlos (2014), "A segurança interna e a concertação estratégia entre as forças de defesa e segurança" comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: Anais da conferência sobre "Segurança Nacional e Desafios"*, 26-27 de agosto, Luanda, p. 60.

⁸³⁴ Rosa, Armindo B. (2010), "Política de Defesa de Angola", comunicação apresentada no ciclo de conferências intitulado *Visões Globais para a Defesa*, no Instituto de Defesa Nacional (IDN), a 27 de abril, Lisboa, (online). Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3075/1/NeD125_ArmandoBravodaRosa.pdf, consultado a 2 de maio de 2017, p. 75.

⁸³⁵ Bernardino, Luís (2013a), *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana- Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Lisboa, Almedina, p. 615.

das missões relacionadas com a política de defesa e segurança nacional de Angola, que lhes são atribuídas, nos termos da lei, como por exemplo, da defesa da pátria, as FAA também têm desempenhado um papel importante, pois, “participam no esforço da reconstrução nacional, nomeadamente na reposição de pontes, estradas, desminagem, reforçando sinergias em situações de calamidades naturais, particularmente no apoio às populações afetadas e no desenvolvimento socioeconómico do país”⁸³⁶. Neste quadro, não queremos esquecer também o papel da Polícia Nacional, especialmente a Polícia de Proteção de Fronteira, nas atividades relacionadas com a desminagem, proteção e o desenvolvimento socioeconómico.

No contexto internacional, a componente militar da Defesa Nacional, as FAA, têm prosseguido uma política de cooperação, defesa e segurança com o exterior, em conformidade com a política de relações exteriores do Estado angolano, no âmbito da participação nas missões de operações de apoio e manutenção da paz sob a égide da ONU, União Africana, SADC e CEEAC e com os países da CPLP, bem como com outros países de interesse comum. Porém, por maioria de razão, o grande valor estratégico a defender continua a ser a pátria angolana⁸³⁷.

Podemos resumir que o quadro referencial de Angola é formada por dois sistemas - Sistema de Segurança Nacional e Sistema de Segurança Interna. O primeiro (Sistema de Segurança Nacional) é composto pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) – órgão colegial de consulta do Presidente da República, confiado a definir políticas e estratégias no quadro da segurança interna e externa – e pela Comissão Executiva do CSN – órgão executivo, de coordenação, articulação e acompanhamento das Forças de Defesa Nacional e implementação das deliberações do CNS. O segundo sistema (Sistema de Segurança Interna) é composto pelo Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI) – órgão de consulta do Presidente da República em matéria de segurança interna de forma mais especializada, essencialmente a segurança pública⁸³⁸.

⁸³⁶ Rosa, Armindo B. (2010), “Política de Defesa de Angola”, comunicação apresentada no ciclo de conferências intitulado *Visões Globais para a Defesa*, no Instituto de Defesa Nacional (IDN), a 27 de abril, Lisboa, (online). Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3075/1/NeD125_ArmandoBravodaRosa.pd, consultado a 2 de maio de 2017, p. 75.

⁸³⁷ Rosa, Armindo B. (2010), “Política de Defesa de Angola”, comunicação apresentada no ciclo de conferências intitulado *Visões Globais para a Defesa*, no Instituto de Defesa Nacional (IDN), a 27 de abril, Lisboa, (online). Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3075/1/NeD125_ArmandoBravodaRosa.pd, consultado a 2 de maio de 2017, p. 76.

⁸³⁸ Piedade, José Carlos (2014), “A segurança interna e a concertação estratégia entre as forças de defesa e segurança” comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios”*, 26-27 de agosto, Luanda, p. 196.

3. Quadro Legal da Defesa Nacional da República da Namíbia

A Namíbia está situada, igualmente, na costa Atlântica da África Meridional e é limitada a sul pela República da África do Sul, a norte pela República de Angola e pelo Botswana, a leste pelo Zimbabué e a oeste pelo Oceano Atlântico. O território namibiano está ordenado em 13 regiões político-administrativas. A sua extensão territorial é de 752 618 km² e a sua população é constituída por mais de 2 280 000 habitantes⁸³⁹. Este país tem diversos recursos minerais, entre os quais, o urânio, cobre, zinco, diamante e ouro, considerados minerais estratégicos. A sua capital é Windhoek e as línguas oficiais são o inglês e o africânder. A Namíbia é uma República Democrática Presidencialista, cujo presidente é chefe de Estado e de Governo e o Comandante-em-Chefe das Forças de Defesa. O governo é eleito em cada cinco anos⁸⁴⁰. O sistema legislativo da Namíbia é bicameral, representado pela Assembleia Nacional e pelo Conselho Nacional⁸⁴¹.

Durante o período da administração sul-africana, as funções relacionadas com a defesa do território do Sudoeste Africano eram confiadas à Força Territorial do Sudoeste Africano/ *South West Africa Territorial Force* (SWATF), sob a égide das Forças de Defesa Sul-Africana/ *South African Defence Force* (SADF). Após a independência nacional, a 21 de março de 1990, a Namíbia reestruturou as suas Forças de Defesa e Segurança, formando assim, a 26 de março de 1990, as Forças de Defesa da Namíbia/ *Namibian Defence Force* (NDF) com todos os seus ramos (Força Aérea Nacional, Marinha de Guerra e o Exército Nacional). A NDF é resultado da fusão das antigas forças beligerantes – o Exército de Libertação Popular da Namíbia (PLAN) e as Forças Territoriais do Sudoeste Africano (SWATF) –, no quadro do Acordo de Nova Iorque (22 de dezembro de 1988). A Grã-Bretanha formulou o plano de integração e treinamento das NDF, que eram compostas por cinco batalhões. O batalhão de infantaria queniana que integrava o Grupo de Transição e Assistência das Nações Unidas (UNTAG) permaneceu na Namíbia durante três meses, após a independência para auxiliar na formação da NDF e estabilizar o norte do país⁸⁴².

A Comissão de Segurança⁸⁴³ é o órgão que tem a função de fazer sugestões ao presidente sobre a nomeação do Chefe das Forças de Defesa, o Inspetor-Geral da Polícia

⁸³⁹ Namibia Statistics Agency, dados do censo realizado em 2011, (online). Disponível em <http://nsa.org.na>, consultado a 12 de julho de 2016.

⁸⁴⁰ The Constitution of the Republic of Namibia (1990), Chapter 5: The President, (online). Disponível em http://www.gov.na/documents/10181/14134/Namibia_Constitution.pdf/37b70b76-c15c-45d4-9095-b25d8b8aa0fb, consultado a 29 de maio de 2016.

⁸⁴¹ Visentini, Paulo (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*, Brasília, Thesaurus Editora, (online). Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/764-Livro-na-rua-Namibia.pdf>, consultado a 2 de maio de 2015, p. 10.

⁸⁴² Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), Defence Policy, Windhoek, online. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016, pp. 4-5.

⁸⁴³ A Comissão de Segurança é composta pelo Presidente da Comissão dos Serviços Públicos, o Chefe das Forças de Defesa, o Inspetor-Geral da Polícia, o Comissário de Serviços Prisões e dois membros da Assembleia Nacional nomeados pelo Presidente sob a recomendação da Assembleia Nacional. Ver em: The Constitution of the Republic of Namibia (1990).

e do Comissário de Prisões. As Forças de Polícia da Namíbia, dirigidas por um Inspetor-Geral da Polícia, é o organismo que tem a missão de garantir a segurança interna da Namíbia e manter a lei e a ordem pública⁸⁴⁴. A política de defesa da Namíbia foi elaborada para complementar outras políticas governamentais, em particular, a de Segurança Nacional e a política das Relações Exteriores. A política de defesa namibiana é um subconjunto das políticas governamentais que se relacionam com a gestão, administração, comando e controlo das forças armadas do país, nos parâmetros da Constituição da República da Namíbia. O principal objetivo da política de defesa namibiana é o de garantir a segurança do país, para permitir um continue clima de paz, bem como defender os interesses nacionais, tanto no interior como no exterior. A base jurídica sobre a criação e manutenção de uma força de defesa na República da Namíbia está prevista no artigo 118 da Constituição (1990) e na Lei da Defesa de 2002. Estes documentos orientadores preveem a composição e organização de três ramos de serviços, nomeadamente, o Exército, Força Aérea e Marinha⁸⁴⁵.

De acordo com a Constituição da República da Namíbia (1990), as Forças de Defesa da Namíbia (NDF) tem como finalidade de defender o território e os interesses nacionais da Namíbia, garantir a soberania e a integridade do território nacional, assim como defender o Estado contra as agressões e ameaças externas convencionais e não convencionais e evitar a violação da integridade do território nacional. No entanto, o Chefe das Forças de Defesa da Namíbia deve desenvolver uma estruturação equilibrada da armada e tem o poder de fazer nomeações adequadas e assegurar uma gestão eficaz da força de defesa⁸⁴⁶.

No quadro das relações exteriores, inicialmente a Namíbia, em grande medida, mantinha relações estreitas com Estados que o ajudaram na sua luta pela independência, essencialmente a China, a Rússia, Cuba, Angola e Coreia do Norte. Porém, nas últimas décadas, já não se observa uma cooperação com a Coreia do Norte, devido às sanções que lhe foram feitas pela comunidade internacional, principalmente pelos EUA, devido o seu regime e o desenvolvimento do programa nuclear. Com o surgimento de uma nova ordem mundial a Namíbia tem relações de cooperação a vários níveis com vários países dos antigos blocos político-económicos da Europa Ocidental e do Leste, com países das

⁸⁴⁴ The Constitution of the Republic of Namibia (1990), Capítulo-15: A polícia e Defesa Forças e dos Serviços Prisionais. Artigo 115 Estabelecimento da força policial, (online). Disponível em http://www.gov.na/documents/10181/14134/Namibia_Constitution.pdf/37b70b76-c15c-45d4-9095-b25d8b8aa0fb, consultado a 29 de maio de 2016.

⁸⁴⁵ Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), Defence Policy, Windhoek, online. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016pp. 4-5.

⁸⁴⁶ The Constitution of the Republic of Namibia (1990), Capítulo-15: A polícia da Força de Defesa e dos Serviços Prisionais. Artigo 118 Estabelecimento da Força de Defesa, (online). Disponível em http://www.gov.na/documents/10181/14134/Namibia_Constitution.pdf/37b70b76-c15c-45d4-9095-b25d8b8aa0fb, consultado a 29 de maio de 2016.

Américas, da Ásia e da África. Ainda neste quadro, há que destacar a forte cooperação que a República da Namíbia mantém com a República do Brasil na área da defesa (Acordo de Cooperação Naval, assinado em 1994 e renovado em 2001)⁸⁴⁷.

A Namíbia tem uma forte relação com os países da região a que pertence, a UA, SADC e a SACU (UAAA). Está a desenvolver o comércio e a reforçar os laços económicos e políticos na região da SADC. Como um membro da SADC e da União Aduaneira Africana (SACU), a Namíbia defende celeridade no processo na integração regional. Tornou-se o membro 160 da Organização das Nações Unidas a 23 de abril de 1990, e o 50^a membro da *Commonwealth*⁸⁴⁸.

Ainda no quadro das relações internacionais, segundo a constituição da República da Namíbia (1990), o Estado namibiano deve envidar esforços para garantir que, nas suas relações internacionais: i) adote e mantém uma política de não-alinhamento; ii) promova a cooperação internacional, a paz e a segurança; iii) promova o respeito pelas obrigações, da lei e dos tratados internacionais; iv) cria e mantém apenas relações mutuamente benéficas entre as nações; v) promova o respeito pelas suas obrigações, da lei e dos tratados internacionais e encoraja a solução de diferendos internacionais por meios pacíficos⁸⁴⁹. A política externa e a política de defesa da Namíbia foram elaboradas com base aos princípios de coexistência e cooperação com outros países de forma pacífica e na base do direito internacional com a finalidade de garantir a segurança e a manutenção da ordem internacional e, em particular, para a estabilidade regional⁸⁵⁰.

4. As Relações Pós-independência Angola - Namíbia

No quadro das suas políticas externas, inicialmente Angola e a Namíbia procuraram priorizar estreitamento de relações bilaterais com os Estados que os ajudaram na luta pela independência e contra a ocupação sul-africana, nomeadamente a China, a Rússia, Cuba, a Coreia do Norte, Argélia, Nigéria, Tanzânia, entre outros⁸⁵¹. Nesta perspetiva, após a independência da Namíbia, a 21 de março de 1990, o presidente Samuel Shafiishuna Nujoma “Sam Nujoma” e José Eduardo dos Santos demonstraram, nos primeiros momentos, interesse em aumentar a cooperação com vários países africanos, europeus e americanos, incluindo as organizações internacionais e regionais. Angola foi o primeiro país a

⁸⁴⁷ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

⁸⁴⁸ Ibdem.

⁸⁴⁹ The Constitution of the Republic of Namibia (1990). Artigo 96.º Relações Exteriores, (online). Disponível em http://www.gov.na/documents/10181/14134/Namibia_Constitution.pdf/37b70b76-c15c-45d4-9095-b25d8b8aa0fb, consultado a 29 de maio de 2016.

⁸⁵⁰ Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), Defence Policy, Windhoek, online. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016p. 3.

⁸⁵¹ Entrevista a Holden J. Uulenga, 8 de agosto de 2016.

estabelecer relações bilaterais diplomáticas com a Namíbia. Os dois países formalizaram as suas relações diplomáticas, imediatamente após a independência da Namíbia, uma vez que os resultados do escrutínio das eleições nesse último país deram vitória a um aliado do partido no poder em Angola. Assim, a representação da SWAPO (partido vitorioso na Namíbia), nos arredores do Estádio dos Coqueiros, em Luanda, foi imediatamente transformada em Embaixada da Namíbia, e a RPA instalou a sua embaixada em Windhoek. Além disso, os dois Estados também concordaram em estabelecer consultas diplomáticas periódicas sobre questões de segurança ao longo da fronteira e na África Austral⁸⁵².

Angola e Namíbia têm adidos de defesa e adidos de política, credenciados pelos respetivos países⁸⁵³. Porém, as relações bilaterais entre a República de Angola e a República da Namíbia foram estabelecidas formalmente a 18 de setembro de 1990, isto é, seis meses depois da independência da Namíbia, por ocasião de um encontro cimeiro realizado na cidade do Lubango (Angola). Naquela ocasião, os dois chefes de Estados, José Eduardo dos Santos e Samuel Shafiishuna Nujoma “Sam Nujoma”, assinaram o “Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República da Namíbia sobre a Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angolana-Namibiana para a Cooperação⁸⁵⁴.

Este facto é o auge de um processo que vem na sequência do estreitamento das relações entre o governo de Angola e a SWAPO, efetivadas entre 1976 e 1988, quando os dois conduziam a luta político-diplomática e militar contra a ocupação sul-africana em seus territórios⁸⁵⁵. Recordar-se que, entre 1976 e 1988, Luanda foi o Quartel-General da SWAPO⁸⁵⁶. Este Acordo é resultado do desejo de reforçar as relações entre os dois povos, do desejo de reconhecimento recíproco entre os dois Estados, da necessidade de fortalecer e consolidar as relações políticas, económicas e sociais já existentes, bem como do interesse em cumprir com as diretrizes promovidas pela SADC e pela Carta das Nações Unidas, que encorajam políticas que visam reduzir as tensões regionais e internacionais, assim como reforçar o desenvolvimento de uma cooperação global⁸⁵⁷.

⁸⁵² Informante 10 [identidade preservada], 11 de dezembro de 2016.

⁸⁵³ Arquivo da Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola. Memorando sobre o estado da cooperação com a República da Namíbia no domínio da defesa, 13-12-2016.

⁸⁵⁴ Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República da Namíbia sobre a Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação. Documento encontrado em Mateta, Indira Eduarda da Costa (2009), *As Relações Político-Diplomáticas entre a República de Angola e a República da Namíbia 1990 -2009*, Dissertação de Licenciatura em Relações Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, Ministério das Relações Externas, Luanda, anexo 2.

⁸⁵⁵ AMIREX- edifício II - Gabinete de Cooperação Bilateral Angola-Namíbia do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda. Memorando Síntese sobre as Relações de Cooperação entre a República de Angola e a República da Namíbia, Março de 1991, Lubango.

⁸⁵⁶ Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Informação sobre a Namíbia para o Senado Federal*, Mensagem nº 244, Abril de 2014, Brasília, p. 25.

⁸⁵⁷ Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República da Namíbia sobre a Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação. Documento encontrado

Nesta senda, a Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação (CMANC) passou a encarregar-se da identificação das áreas e dos programas de cooperação bilateral, bem como de encorajar e promover o desenvolvimento comum em diversos domínios, entre outras questões. Compete-lhe, também, pesquisar/estudar tendências, determinar a forma apropriada e o tipo de cooperação a estabelecer nas áreas económica e social. Cada uma das áreas forma um subcomité específico subordinado à esta Comissão⁸⁵⁸. Em 1994, em Luanda, a CMANC realizou a sua primeira reunião, tendo em vista a promoção de relações de cooperação para o desenvolvimento económico entre ambos os Estados. Os encontros seriam realizados em intervalos de dois anos e nos territórios angolano ou namibiano de forma alternada. Mas, neste mesmo ano, as atividades desta Comissão foram suspensas devidos ao ressurgimento do conflito armado em Angola, em 1992, na sequência da crise pós-eleitoral⁸⁵⁹.

Em 2005, depois do fim da Guerra Civil em Angola, os governos dos dois Estados decidiram reativar o referido órgão, a Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação. Este passo foi dado na sequência da primeira visita do Chefe de Estado namibiano, Lucas Pohamba, a Luanda, entre 28 e 29 de abril de 2005, depois da sua tomada de posse (22 de março de 2005)⁸⁶⁰. Assim, foi realizado, em Luanda, o segundo encontro deste órgão, na qual a delegação angolana foi liderada pelo ministro Botelho de Vasconcelos e o ministro namibiano por Johon Pandeni⁸⁶¹.

Nesta ocasião, foram assinados, na presença dos Chefes de Estado de Angola e da Namíbia, vários acordos e protocolos destinados a reforçar a cooperação entre os dois países: acordo de cooperação no domínio do ensino geral; acordo de cooperação sobre ensino superior e formação de profissionais; acordo de cooperação no domínio das pescas e da aquicultura; tratado de auxílio judiciário mútuo em matéria penal; acordo de cooperação entre a ANIP (Agência Nacional de Investimento Privado) e a NIC (Namíbia Investment Centre) – acordo de promoção e proteção recíproca de investimento; tratado de extradição; acordo de cooperação sobre segurança pública, direito e ordem; cooperação

em Mateta, Indira Eduarda da Costa (2009), *As Relações Político-Diplomáticas entre a República de Angola e a República da Namíbia 1990 -2009*. Dissertação de Licenciatura em Relações Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, Ministério das Relações Externas, Luanda, anexo 2.

⁸⁵⁸ Ibidem, anexo 2.

⁸⁵⁹ Angonotícias (2016), “Angola e Namíbia reactivam comissão bilateral e suprimem exigência de vistos”, 10 de outubro de 2005, Disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/6701/angola-e-namibia-reactivam-comissao-bilateral-e-suprimem-exigencia-de-vistos>, consultado a 20 de março de 2016.

⁸⁶⁰ Agência Angola Press (2005), “Chefes de Estados de Angola e da Namíbia Enaltecem Sucessos Alcançados”, ANGOP/AF, consultado a 29 de abril de 2005. Disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2005/3/17/Chefes-Estado-Angola-Namibia-enaltecem-sucessos-alcancados,aab9d306-bbde-4c91-abb3-7ab69d4fd504.html?version=mobileconsultado, consultado a 20 de agosto de 2016.

⁸⁶¹ Angonotícias (2005), “Angola e Namíbia reactivam comissão bilateral e suprimem exigência de vistos”, 10 de outubro de 2005. Disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/6701/angola-e-namibia-reactivam-comissao-bilateral-e-suprimem-exigencia-de-vistos>, consultado a 20 de março de 2016.

no domínio da ciência, tecnologia e inovação; acordo de cooperação no domínio da saúde ao longo da área fronteiriça comum; acordo de cooperação nas áreas de comunicação social – acordo de cooperação entre a Agência de Imprensa da Namíbia (NAMPA) e a Agência Angola Press (ANGOP) e acordo de cooperação no domínio audiovisual entre a Rádio Nacional de Angola (RNA) e a Namibian Broadcasting Corporation⁸⁶².

Também existem acordos de cooperação no domínio dos transportes (aéreos, ferroviários e rodoviários) e obras públicas; no domínio do comércio; da indústria; do turismo; acordo de supressão total dos vistos ordinários e diplomáticos, de serviços e turísticos; circulação de pessoas e bens ao longo da fronteira comum numa extensão de 30 km de cada lado; tratado sobre delimitação e demarcação da fronteira marítima; memorando de entendimento para o estabelecimento da área transfronteiriça de conservação Parque do Iona/parque do Skeleton; acordo no domínio da defesa⁸⁶³; acordo nos sectores da energia (construção da estrutura hidroelétrico conjunto, em Ruacaná, e o projeto de eletrificação de municípios de províncias angolanas do Cunene e do Cuando Cubango que fazem fronteira com a Namíbia); nos sectores das minas; juventude e desporto; água; agricultura; artes; assuntos diplomáticos; finanças; promoção do género; administração local e regional; assistência social; entre outros sectores⁸⁶⁴.

Tendo em conta o objetivo deste trabalho não vamos analisar a cooperação bilateral no domínio económico e social, nem as atividades relacionadas com a Comissão Mista Angola – Namíbia para a Cooperação/Comissão Mista Bilateral Angola – Namíbia. Neste contexto, é objeto da nossa abordagem os acordos e os factos relacionados com a cooperação no domínio da defesa, da qual resultou a criação da Subcomissão/Comissão Mista Angola-Namíbia para a Defesa e Segurança.

5. Cooperação no Período Pré-conflito (1990-2002)

A questão de defesa é sempre um tema primordial, não só para Angola e para a Namíbia, sim de qualquer Estado independente e soberano. Após a independência da Namíbia, a 21 de março de 1990, a questão da defesa passou a preocupar os dois Estados (Angola e Namíbia), principalmente após o eclodir da Segunda Guerra Civil em Angola e do conflito em Caprivi (Nordeste da Namíbia), e, desde essa altura, passou a dominar a agenda das relações entre os dois governos. Foi nesse sentido que, a 21 de abril de 1990, um mês depois da independência da Namíbia, os dois países assinaram um acordo de

⁸⁶² Arquivo do Consulado da Namíbia em Ondjiva (Cunene). Título dos acordos e protocolos assinados entre Angola e a Namíbia.

⁸⁶³ Ibidem.

⁸⁶⁴ Angonotícias (2016), “Angola e Namíbia reactivam comissão bilateral e suprimem exigência de vistos”, 10 de outubro de 2005, Disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/6701/angola-e-namibia-reactivam-comissao-bilateral-e-suprimem-exigencia-de-vistos>, consultado a 20 de Março de 2016.

segurança para protegerem a região fronteiriça comum de eventuais ações da UNITA⁸⁶⁵, mostrando-se cético ao processo de paz em curso em Angola. No dia 18 de setembro de 1990, na cidade do Lubango (Angola), José Eduardo dos Santos e Sam Nujoma assinaram o Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República da Namíbia sobre a Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação⁸⁶⁶.

Na visão de Lázaro Cárdenas Sierra (2010), inicialmente, o interesse do governo de Angola estava mais focado para reforço das relações com a Namíbia no quadro da segurança. Esta visão resulta da análise feita por Paulo Jorge sobre a inter-relação entre ao processo de luta pela independência do Sudoeste Africano e a capacidade de beligerância da UNITA, segundo a qual, assim que o seu vizinho, o Sudoeste Africano, fosse independente, a UNITA deixaria de ter a seu favor a estrutura militar que Pretória havia criado ao longo da fronteira entre Angola e Namíbia, com vista a impedir a penetração dos combatentes da SWAPO e apoiar as ações da UNITA contra o governo da República Popular de Angola. Tal possibilidade seria tida em conta por Luanda quando as condições, no âmbito regional, permitissem avançar critérios sobre como chegar à eliminação das bases do conflito regional⁸⁶⁷.

A política externa é encarada pelos Estados como uma das suas estratégias, cuja finalidade principal consiste na defesa dos interesses nacionais, tendo em conta o contexto real do panorama internacional que se observa⁸⁶⁸. Segundo Justino Gloria (2014), “a segurança é o elemento primordial para garantir a liberdade e projetar interesses económicos a fim de promover o desenvolvimento social e económico em qualquer região”⁸⁶⁹. Neste contexto, a segurança como um elemento da política externa deve ser entendida como a defesa dos interesses nacionais, quer matérias culturais, político-ideológicas, económicas e patrióticas, quer o afastamento de todos os fatores externos e internos que possam pôr em causa a estrutura do Estado, os programas de

⁸⁶⁵ Cardoso, Albérico, “Política, Economia e Cultura”, em Cardoso, Cláudia (Directora), *Revista África Today*, edição nº 2, Fevereiro, 2005, s.l, p. 30. Ver também José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, p. 183.

⁸⁶⁶ Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República da Namíbia sobre a Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angola para a Cooperação. Documento encontrado em Mateta, Indira Eduarda da Costa (2009), *As Relações Político-Diplomáticas entre a República de Angola e a República da Namíbia 1990 -2009*, Dissertação de Licenciatura em Relações Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, Ministério de Relações Externa, Luanda, anexo 2.

⁸⁶⁷ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 157.

⁸⁶⁸ Van-Dúnem, Belarmino (2014), *Política Externas dos Estados e Diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos*, Luanda, Universidade Lusíada de Angola, p. 167.

⁸⁶⁹ Gloria, Justino (2014), “O Papel e o Lugar das Forças Armadas Angolanas na Segurança Internacional”, comunicação apresentada na conferência *Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: “Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios”, 26-27 de agosto*, Luanda, p. 203.

desenvolvimento e os projetos de unidade ou a unidade nacional⁸⁷⁰. Os esforços relacionados com a cooperação na área de defesa têm com a finalidade de consolidar da paz, estabilidade e segurança intraestatal, entre estados e na região, têm conduzido os países da SADC a uma nova dinâmica ou arquitetura de paz entre os Estados-signatários. Trata-se de Comissões Mistas de Defesa e Segurança geralmente formadas por dois ou mais Estados vizinhos e que estão a ser adotadas por alguns países da SADC. Diante desta perspectiva Luís Bernardino (2013) afirma:

[...] As regiões fronteiriças são de extrema importância para a política externa, o que justifica a grande atenção que merecem, no sentido de garantir os interesses de defesa e segurança de Angola. Este facto leva à criação de mecanismos destinados a neutralizar, nas regiões fronteiriças, eventuais ingerências provenientes dos Estados vizinhos, apesar de as relações entre o país e os seus vizinhos estarem actualmente estáveis, não havendo ameaça regional significativa desde o fim da guerra civil angolana, em 2002⁸⁷¹.

A declaração sobre a Política de Defesa da Namíbia fornece às Forças de Defesa da Namíbia (NDF) decisões relativas a questões como a política, estrutura, treino, equipamento e gestão de atividades relacionadas com a coexistência pacífica e com a cooperação. Deste modo, o Ministério da Defesa da Namíbia e a NDF têm o interesse e o dever de promover boas relações com as forças de defesa de países considerados estratégicos nas sub-regiões a que pertencem e com a comunidade internacional, compartilhando os valores de paz, estabilidade e progresso⁸⁷².

É neste contexto que Angola e a Namíbia têm Comissões Mistas de Defesa e Segurança (CMDS) com todos os seus vizinhos, como mecanismo prático para a resolução, por meios pacíficos, de eventuais litígios, de luta contra os crimes transfronteiriços, assim como mecanismo para manutenção e preservação da paz e segurança entre os Estados vizinhos. Esta cooperação assenta “essencialmente em Acordos Gerais de Cooperação celebrados entre os Estados envolventes, tendo carácter bilateral ou multilateral”⁸⁷³. No entanto, Angola e Namíbia constituíram a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia. Com esta subcomissão (comissão), os dois Estados procuram assim assegurar

⁸⁷⁰ Van-Dúnem, Belarmino (2014), *Política Externas dos Estados e Diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos*, Luanda, Universidade Lusíada de Angola, pp. 168-171.

⁸⁷¹ Bernardino, Luís (2013a), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra, Editora Almedina Edições, p. 397.

⁸⁷² Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), *Defence Policy*, Windhoek. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016, pp. VIII.

⁸⁷³ Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), *Defence Policy*, Windhoek. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016, pp. 11-17.

a paz, a estabilidade e a segurança comum, a fim de transformar esta região num bloco próspero em termos económico e social⁸⁷⁴.

A política de defesa namibiana recomenda às Forças de Defesa Namíbia a cooperação militar com os Estados vizinhos e com o resto da comunidade internacional. A perspetiva de cooperação regional tem como objetivos i) enfrentar uma ameaça à segurança regional no futuro, ii) ser capaz de prever os desafios de segurança e emergências e iii) estar preparado para respondê-los de forma eficaz e eficiente⁸⁷⁵. Nesta ótica, segundo a constituição namibiana (1990), o Estado deve envidar esforços para garantir, adotar e manter, no âmbito das suas relações internacionais, uma política de não-alinhamento e uma política de promoção da cooperação internacional, da paz e da segurança; criar e manter apenas relações mutuamente benéficas entre as nações; promover o respeito pelas obrigações de lei e dos tratados internacionais e encorajados a solução de controvérsias internacionais por meios pacíficos⁸⁷⁶.

Continuando nesta perspetiva, Angola considera importante a paz e a estabilidade dos vizinhos para a sua própria segurança. O Estado angolano mantém concertações permanentes com as nações vizinhas, visando a concretização de medidas conjuntas que se consideram necessárias à preservação do clima de paz e estabilidade nas fronteiras e nos respetivos territórios⁸⁷⁷. Esses princípios, juntamente com as disposições da Lei da Defesa Nacional e das FAA, a Política de Defesa Nacional e a constituição dos respetivos países, servem como pontos de referência e diretrizes de políticas que regulam e dirigem as atividades da NDF e das FAA⁸⁷⁸. O Estado angolano estabelece relações de amizade e cooperação com todos os Estados e povos, na base dos princípios defendidos pela comunidade internacional, ONU e da União Africana⁸⁷⁹, preconizando a solução pacífica dos conflitos internacionais. As normas de direito internacional pautaram o Estado na defesa permanente dos interesses nacionais dentro ou fora do território angolano, da zona

⁸⁷⁴ Acções de Cooperação do Ministério do Interior. Gabinete de Intercâmbio e Cooperação do Ministério do Interior (Luanda, 07-02-2003). República de Angola (documento em posse do autor).

⁸⁷⁵ Ibidem, pp. VIII.

⁸⁷⁶ The Constitution of the Republic of Namibia (1990), Capítulo 11: Princípios da Política do Estado. Artigo 96.º Relações Exteriores, (online). Disponível em http://www.gov.na/documents/10181/14134/Namibia_Constitution.pdf/37b70b76-c15c-45d4-9095-b25d8b8aa0fb, consultado a 29 de maio de 2016.

⁸⁷⁷ José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

⁸⁷⁸ LEI DE DEFESA NACIONAL E DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS. Disponível em http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/l_def.pdf, consultado a 7 de abril de 2016. Ver também em: Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), Defence Policy, Windhoek. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016, p. 3

⁸⁷⁹ Constituição da República de Angola (2010). Disponível em http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf, consultado a de abril de 2016.

económica exclusiva ou dos fundos marinhos da zona marítima contígua e ainda o seu espaço terrestre e aéreo⁸⁸⁰.

Esta perspetiva de cooperação também é defendida pela política de defesa da Namíbia, que advoga interesses relativamente à cooperação militar pela paz, estabilidade e desenvolvimento económico da SADC. A cooperação na União Africana para a estabilidade e para o fortalecimento da democracia no continente africano baseada no respeito do direito internacional e dos direitos humanos. Permitir o funcionamento eficaz das Nações Unidas, das resoluções dos diferendos por meios pacíficos em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas e a União Africana⁸⁸¹. Recorda-se que, além de Angola e Namíbia constituírem a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, os dois Estados fazem parte em mais de uma organização regional, tal como afirmam Eugénio da Costa Almeida e Luís Manuel Brás Bernardino (2016),

Angola está integrada na Força Multinacional da África Central (FOMAC ou COMFORCE) no quadro da CEEAC – «Central African Multinational Force» e na SADCBRIG [na SADC] para além da participação na inovadora e pouco conhecida Rede de Gestão de Defesa e da Segurança da África Austral (SADSEM – ou «Southern African Defence and Security Management Network»). Isto apesar da União Africana (UA) não aconselhar [...] a integração de um Estado-membro em mais de uma organização sub-regional”⁸⁸².

A 17 de Agosto de 1992, na cimeira de Windhoek, a Namíbia aderiu à SADC. Após o fim do *apartheid* na África do Sul também aderir, a Namíbia aderiu à União Aduaneira da África Austral (SACU)⁸⁸³ – organização criada em 1910⁸⁸⁴ e composta pela África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. A SACU baseia-se na perspetiva de mercado para aumentar o entrosamento económico dos países da África Austral⁸⁸⁵. Angola e a

⁸⁸⁰ LEI DE DEFESA NACIONAL E DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS. Disponível em http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/l_def.pdf, consultado a 7 de abril de 2016.

⁸⁸¹ Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), Defence Policy, Windhoek. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016, p. 10.

⁸⁸² Costa Almeida, Eugénio e Luís Manuel Brás Bernardino (2016), “Uma Reflexão Estratégica sobre a Segurança e Defesa em Angola e a Intervenção no Contexto Regional Subsaariano”, em Revista Sol Nascente, nº 6 de março de 2016, pp. 45-153. Disponível em http://ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N9_eugenio_almeida_e_luis_bernardino.pdf, consultado a 9 de maio de 2017, p. 48.

⁸⁸³ Visentini, Paulo (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*, Brasília, Thesaurus Editora, (online). Disponível <http://funag.gov.br/loja/download/764-Livro-na-rua-Namibia.pdf>, consultado a 2 de março de 2015, p. 10.

⁸⁸⁴ Segundo Nana Poku (2001), a SACU foi estabelecida em 1889, e em 1895 cresceu para cobrir toda a área do que são hoje a África do Sul, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Namíbia. Ver em Poku, Nana (2001), *Regionlization and Security in Southern Africa*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, p. 85. Para mais informação sobre as instituições regionais (SACU, SADC e COMESA) ver também em: Porto, Gomes João; Chris Alden e Imogen Parsons, (2007), *From Solidiers to Citizens: Dmilitarization of Conflict and Society*, Hampshot, Ashgat Publishing Limited, pp. 85-90.

⁸⁸⁵ Visentini, Paulo G. Fagundes e Analúcia Danilevicz Pereira, “A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010) “ em Visentini, Paulo G. F. e Analúcia D. Pereira (Org.) *África do Sul: História, Estado e Sociedade*, 1ª edição, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão. Disponível em

Namíbia fazem parte de um organismo tripartido, o Mecanismo para a Cooperação Política e de Segurança Angola, Namíbia e Zâmbia⁸⁸⁶. A razão da formação desta última estrutura é explicada pelo facto de os três países constituírem um triângulo fronteiriço no sudeste de Angola. Perante este cenário, os nossos estudos confinam-se, nesta seção, à Comissão Mista [Permanente] de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, como instrumento de cooperação entre Angola e a Namíbia no quadro da defesa, no período entre 1990 e 2002.

A Comissão Mista [Permanente] Angola-Namíbia para a Cooperação desdobra-se em duas subcomissões específicas, nomeadamente a Subcomissão/Comissão Bilateral Cooperação Angola-Namíbia (CBCAN) – que trata de questões ligadas às áreas económica e social –, e a Subcomissão/Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia – que trata de matérias concernentes à política de defesa entre os dois estados. A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia também foi criada a 18 de setembro de 1990, no quadro do Acordo assinado no Lubango, “fiel aos objetivos e aos princípios da Carta das Nações Unidas e da União Africana, encorajada pela vontade de reforçar os laços de amizade e irmandade existentes entre os dois países”⁸⁸⁷. Com este protocolo, os dois países mostraram-se determinados a desenvolver relações de cooperação no domínio da defesa e estavam convencidos de que a cooperação mútua, o intercâmbio de informação e o aumento da cooperação os dois países poderá contribuir para propiciar a paz, a segurança e a estabilidade regional⁸⁸⁸.

O acordo de cooperação entre Namíbia-Angola no domínio da defesa visa a cooperação entre as duas partes em matérias deste sector, a pedido de qualquer parte e dentro dos meios disponíveis de cada parte. Nesse sentido, os dois Estados concordaram em cooperar em diversas áreas da defesa, baseando-se nos princípios de respeito mútuo pela independência, soberania, integridade territorial e não interferência nos assuntos internos de cada Estado⁸⁸⁹. A fim de dinamizar a cooperação institucional, a 22 de janeiro

http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf, consultado a 11 de março de 2016, p. 83.

⁸⁸⁶ Documentos em posse do autor. Acções de Cooperação do Ministério do Interior. Gabinete de Intercâmbio e Cooperação do Ministério do Interior (Luanda, 07-02-2003). República de Angola.

⁸⁸⁷ Ofício da Embaixada da República da Namíbia em Angola para o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional da República de Angola (Luanda, 03-06-2014). Projecto do Protocolo de Cooperação entre a República da Namíbia e a República de Angola, no domínio da Defesa, endereçado pelo Ministro da Defesa da República da Namíbia. Documento em posse do autor.

⁸⁸⁸ Documento em posse do autor. Ofício da Embaixada da República da Namíbia em Angola para o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional da República de Angola (Luanda, 03-06-2014). Projecto do Protocolo de Cooperação entre a República da Namíbia e a República de Angola, no domínio da Defesa, endereçado pelo Ministro da Defesa da República da Namíbia.

⁸⁸⁹ Documento em posse do autor. Ofício da Embaixada da República da Namíbia em Angola para o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional da República de Angola (Luanda, 03-06-2014). Projecto do Protocolo de Cooperação entre a República da Namíbia e a República de Angola, no domínio da Defesa, endereçado pelo Ministro da Defesa da República da Namíbia.

de 1991, o Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, realizou uma visita oficial a Angola (que durou quatro dias), na qual discutiu com as autoridades angolanas questões bilaterais⁸⁹⁰.

Entre 29 e 30 de setembro de 1992, foram realizadas as primeiras eleições democráticas multipartidárias que, segundo Catarina Antunes Gomes (2009), resultaram na vitória do MPLA, que obteve 49% dos votos, contra 41% da UNITA⁸⁹¹. Quando o ciclo de violência parecia ter terminado e de ter já iniciado o processo de reconciliação nacional, a guerra ressurgiu outra vez como a maior tragédia da história recente de Angola, porque a UNITA contestou os resultados dos escrutínios das eleições de 1992, entendidas como livres e justas pelas Nações Unidas e pelos observadores internacionais. Com este conjunto de factos, começou a chamada Segunda Guerra Civil Angolana, protagonizada pela UNITA e pelo governo de Angola, formado pelo MPLA. Esta fase da guerra só terminou com a assinatura do cessar-fogo entre as FAA e as FALA, a 30 de março de 2002, Luena (Acordo de Luena) e formalmente com a assinatura do Memorando de Entendimento entre o governo e a UNITA, a 4 de abril de 2002, em Luanda (memorando complementar para o cessamento das hostilidades, incluí resoluções de temas que tinham sido suspensos no quadro dos acordos de Lusaca)⁸⁹².

No entanto, com o reacender do conflito militar em Angola e o surgimento do conflito em Caprivi (Namíbia), em 1998, motivado pelo surgimento do Exército de Libertação de Caprivi (CLA)⁸⁹³, Angola e Namíbia passaram a adotar meios, estratégias e ações concretas que visavam o estabelecimento e gestão da paz na fronteira comum, passaram a envidar esforços conjuntos e a elaborar instrumentos para garantir de forma sólida a segurança das suas populações, para minimizar os riscos de conflitualidade e eliminar as consideradas ameaças à segurança intraestado, à segurança entre Estados e à segurança regional. Desde então, a questão de cooperação na vertente da defesa e segurança entre os dois Estados passou a dominar a agenda entre os governos dos dois países⁸⁹⁴. Nesta perspetiva, os dois Estados decidiram realizar a primeira reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em 1993. Com o ressurgir dos conflitos, as atenções

⁸⁹⁰ Cardoso, Albérico, “Política, Economia e Cultura”, em Cardoso, Cláudia (Directora), *Revista África Today*, edição nº 2, Fevereiro, 2005, s.l, p. 30.

⁸⁹¹ Gomes, Catarina Antunes (2009), *De como o poder se produz: Angola e as suas transições*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10463/3/De%20como%20o%20poder%20se%20produz%20tese.pdf>, consultado a 9 de maio de 2017, (sem página).

⁸⁹² Correia, Pedro de Pizarat, (1996), “As Implicações da Descolonização de Angola no Conflito Pós-Independência, em Bravo, Manuel (Coord.), *Angola: A Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*, Lisboa, Hugin-Editores, p. 27.

⁸⁹³ Faixa de Caprivi é uma região situada no nordeste da Namíbia (região situada na fronteira entre Angola, Namíbia e o Botswana) limitada ao norte pelo Cuando Cubango (sul de Angola). Inormação mais detalhe sobre o movimento de Caprivi: surgimento, ligações, objetivos e dependência estão analisados adiante.

⁸⁹⁴ Faixa de Caprivi é uma região situada no nordeste da Namíbia (região situada na fronteira entre Angola, Namíbia e o Botswana) limitada ao norte pelo Cuando Cubango (sul de Angola).

da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia estiveram mais concentradas no combate a UNITA e na limitação do apoio que, eventualmente, o CLA recebia da UNITA, bem como cortar a eventual colaboração entre os dois movimentos, cujas bases de apoio logístico localizavam-se ao redor da fronteira Angola-Namíbia. A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia (CMDSAN) passou a reunir-se anualmente, com o objetivo de traçar e coordenar estratégias que tinham por finalidade garantir a segurança ao longo do espaço fronteiriço comum⁸⁹⁵, assim como combater de forma conjunta e coordenada as forças que os dois Estados consideravam como ameaças à segurança comum.

Segundo Indira Eduarda da Costa Mateta (2009), a área da defesa e segurança era alvo de uma cooperação mais ativa entre Angola e a Namíbia, durante o período da Segunda Guerra Civil Angolana, em relação a cooperação bilateral na área social e económica levada a cabo pela Comissão Mista Angola – Namíbia para a Cooperação/Comissão Mista Bilateral Angola-Namíbia. Essa circunstância justifica-se pelo facto de nos dois primeiros anos, depois da assinatura do Acordo Geral entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República da Namíbia sobre a Cooperação Geral e a Criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação, ter recomeçado a guerra em Angola e ter começado o conflito em Caprivi⁸⁹⁶.

A Comissão Bilateral Cooperação Angola-Namíbia (CBCAN) apenas realizou seis sessões⁸⁹⁷, ao passo que a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia (CMDSAN) já realizou 20 sessões, até ao ano de 2016⁸⁹⁸. O reacender da guerra em Angola e o conflito secessionista da região de Caprivi forçaram, por um lado, a Comissão Bilateral Cooperação Angola-Namíbia (CBCAN) a fazer um interregno das suas atividades entre 1994 e 2004. Por outro lado, o contexto geoestratégico de tais conflitos obrigou os dois Estados a estabelecerem protocolos de cooperação na área da defesa e acelerar a sua implementação prática, permitindo uma colaboração entre as forças de defesa e segurança de Estado, os serviços de informação e contrainformação e as forças de segurança pública dos dois Estados.

⁸⁹⁵ Informação extraída do jornal *Panapress*. Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome--3-431525-47-lang4-index.html>, consultado a 24 de junho de 2015.

⁸⁹⁶ Mateta, Indira Eduarda da Costa (2009), *As Relações Político-Diplomáticas entre a República de Angola e a República da Namíbia 1990 -2009*, Dissertação de Licenciatura em Relações Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, Ministério de Relações Externa, Luanda, p. 35.

⁸⁹⁷ Novo Jornal. Disponível em <http://novojornal.co.ao/artigo/42841/angola-e-namibia-determinados-em-aprofundar-cooperacao-bilateral>, consultado a 10 de maio de 2017. Ver também em: Novo Jornal. Disponível em <http://novojornal.co.ao/artigo/42684/angola-e-namibia-reforcam-mecanismos-para-efectivacao-dos-acordos>, consultado a 10 de maio de 2017.

⁸⁹⁸ Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016. Ver também em: ANGOP (15-10-2015), “Cooperação contínua satisfaz Comissão Mista Angola/Namíbia”, (online). Disponível em http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2015/9/42/Cooperacao-continua-satisfaz-Comissao-Mista-Angola-Namibia,7e03dbd2-7727-4cb8-8d83-d1fa348c4605.html, consultado a 10 de maio de 2017.

De acordo com o Informante 10 (2016), a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia é fruto da evolução da Comissão Militar Conjunta de Verificação (CMCV) que tinha sido estabelecida na véspera da independência da Namíbia, no quadro dos acordos de paz entre a África do Sul, Angola e Cuba (Acordo das Três Potências ou Acordo Tripartido). A CMCV foi criada a 24 de janeiro de 1989, em Nova Iorque, e tinha por objetivo estabelecer um mecanismo destinado à resolução de qualquer problema relacionado com a aplicação do Acordo de Nova Iorque (Acordo Tripartido). Segundo o respetivo acordo, esta comissão tinha como objetivo fiscalizar a retirada das tropas cubanas até ao paralelo 16 e das tropas da SWAPO que ficariam a norte do paralelo 16. Cabia também a esta comissão verificar o cumprimento do cessar-fogo entre os beligerantes, criar um clima de paz e fazer cumprir o Acordo⁸⁹⁹.

Dessa comissão faziam parte delegações da África do Sul, Angola e Cuba, bem como observadores norte-americanos e soviéticos. Essa equipa seria automaticamente dissolvida quando o Grupo das Nações Unidas de Assistência à Transição (UNTAG) para a independência da Namíbia assumisse as suas responsabilidades. Esta comissão das Nações Unidas foi estabelecida no dia 1 de abril de 1989 e exerceu a sua atividade até à data da independência da Namíbia em 1990⁹⁰⁰.

Após a independência da Namíbia, a Comissão Militar Conjunta de Verificação foi substituída pela Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, integrando inicialmente a NDF e as FAPLA, depois da sua remodelação, em 1992, foi substituída pelas FAA. Essa comissão passou a reunir-se anualmente durante o período que compreende entre a independência da Namíbia e a segunda guerra civil angolana. Com o fim da Guerra Civil em Angola e do conflito em Caprivi passaram a reunir-se em anos e em país alternados. Em 2017, a reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia foi realizada em Angola⁹⁰¹. Após a criação desta comissão e o surgimento do conflito na região, as questões de defesa e segurança constituíram, desde então, o cerne da cooperação bilateral entre Angola e Namíbia.

De acordo com Indira Eduarda da Costa Mateta (2009), Angola e Namíbia chegaram mesmo a “assinar um Acordo de Defesa Mútua”, que permitiu que o exército namibiano prestasse apoio ao governo angolano no combate às forças da UNITA e ao desmantelamento das suas principais bases situadas no sudeste de Angola⁹⁰². Segundo o

⁸⁹⁹ Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016.

⁹⁰⁰ Ribeiro, José (31-01-2016), “Acordos de Nova Iorque e a Paz na África Austral”, em *Jornal de Angola* (online). Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/acordos_de_nova_iorque_e_a_paz_na_africa_austral, consultado a 10 de maio de 2017.

⁹⁰¹ Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016.

⁹⁰² Mateta, Indira Eduarda da Costa (2009), *As Relações Político-Diplomáticas entre a República de Angola e a República da Namíbia 1990 -2009*, Dissertação de Licenciatura em Relações Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, Ministério de Relações Externa, Luanda, p. 35.

Informante 10 (2016), “Não há formalmente um acordo sobre defesa mútua entre Angola e Namíbia. Mas o certo é quem invadir Angola também invadiu a Namíbia e vice-versa, porque os dois Estados andam unidos, nestes termos deste a luta contra África do Sul”⁹⁰³. Ainda nesta temática, o Informante 13 (2016) declara,

As relações entre Angola e Namíbia são históricas. A UNITA e a África do Sul saíram juntos da Namíbia para atacar a SWAPO em Angola e saíram também de Angola para ir atacar a SWAPO na Namíbia. Portanto, não tem como depois dessa trajetória toda não haver um envolvimento das Forças de Defesa da Namíbia no conflito de Angola. Este assunto constitui a espinha dorsal da cooperação entre os dois países e sustenta a amizade entre Angola e Namíbia⁹⁰⁴.

Os acordos de cooperação na área da defesa entre a Namíbia e Angola são particulares. A Namíbia não tem com qualquer outro país acordo semelhante ao que tem com Angola, no que diz respeito à sua essencial e conteúdo⁹⁰⁵. Argumentando sobre a questão do pacto de defesa mútua informal, Holden J. Uulenga afirma,

[...] O Pacto de Defesa Mútua entre Angola e a Namíbia é antigo. Se atacar a Namíbia automaticamente atacaste Angola. Quem atacar Angola igualmente considerámos que atacou a Namíbia. [...] se brigar com Angola também briga com a Namíbia. Atualmente, podemos dizer que não existe um acordo formal recente feito especialmente no âmbito de defesa mútua da Namíbia e Angola. O nosso pacto de defesa é antigo apesar de não termos assinado a nível institucional⁹⁰⁶.

Nesta perspetiva, nos primórdios da sua existência e com o desenvolvimento da Guerra Civil em Angola e depois na Namíbia, a CMDSAN tinha como objetivo principal o combate ao terrorismo. Isto é, no período entre 1993 e 2002, as ações da CMDSAN estavam essencialmente voltadas para a luta contra as forças da UNITA e as forças do CLA, ou seja, para o combate ao terrorismo transfronteiriço, na qual tinham sido enquadradas as ações daqueles movimentos⁹⁰⁷. Além disso, entre 1993 e 2002, os objetivos da CMDSAN também consistiam em “consolidar a cooperação entre os dois povos, estabelecer os princípios de boa vizinhança, detetar e prevenir elementos ou questões que possam pôr em causas as relações e a segurança entre os dois países”⁹⁰⁸.

Segundo Pedro Naves Folgo (2016), o terrorismo é um fenómeno disruptivo que visa provocar alterações profundas numa determinada ordem ou organização social vigente, num determinado *status quo*, por uma ou outra ordem⁹⁰⁹. O governo angolano

⁹⁰³ Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016.

⁹⁰⁴ Informante 13 [identidade preservada], em Windhoek, 10 de agosto de 2016.

⁹⁰⁵ Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016.

⁹⁰⁶ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

⁹⁰⁷ Informante 14 [identidade preservada], em Ondjiva, 4 de julho de 2016.

⁹⁰⁸ Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016.

⁹⁰⁹ Folgo, Pedro Naves (2016), “Portugal e o Combate ao Terrorismo – A Estratégia Nacional”, em Borges, João Jorge (Diretor), *Proelium – Revista Científica da Academia Militar*, Serie VII, nº 11, pp. 335-347, Lisboa.

define o terrorista como quem, por quaisquer meios, direta ou indiretamente, age com a intenção de prejudicar a integridade ou a independência nacional, de destruir, de alterar ou de subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição da República de Angola, de forçar as autoridades angolanas a praticar determinados atos, a abster-se de os praticar ou a tolerar que sejam praticados, ou ainda, de intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante de atos contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas, contra a segurança das infraestruturas e serviços, a investigação e desenvolvimento de armas biológicas ou químicas, bem como atos que impliquem o emprego de energia nuclear, armas de fogo, biológicas ou químicas, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas, sempre que pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes sejam suscetíveis de afetar gravemente o Estado ou a população⁹¹⁰.

A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia é composta por entidade dos Ministérios da Defesa, do Ministério do Interior e os órgãos de segurança interna e de segurança de Estado dos dois países. A Comissão desdobra-se em subcomissões e estas, por sua vez, são compostas por grupos técnicos. Estas subcomissões e Comitês Técnicos Regionais são constituídos por especialistas⁹¹¹ locais dos diferentes órgãos intergovernamentais de Defesa e Segurança, nomeadamente os Serviços de Migração e Estrangeiro, Polícia de Ordem Pública, bem como do ministério das Relações Exteriores, Administração do Território, Agricultura, Finanças (Alfândega) dos dois países ⁹¹².

A CMDSAN é coordenada pelos ministros da Defesa e pelos chefes de Estado-Maior do Exército dos dois países. Coordenam as subcomissões e os grupos técnicos regionais, os comandantes da unidade militar ou as delegações que se encontram nas regiões fronteiriça Angola-Namíbia (Comandantes dos ex-Comandos Operacionais do Cuando Cubango, Huíla e Cunene – atualmente pertencem à Regiões Militares Sul (Zona Militar Huila) – e Comandante das Regiões Militares das Regiões namibianas como do Zambeze, Okavango, Ondangwa e outras regiões fronteiriças)⁹¹³.

Quando ao enquadramento das regiões militares e de Postos Comandos das NDF, o Posto Comando do Estado Maior General da NDF localiza-se em Windhoek, onde também está instalado o Posto Comando Principal dos ramos das forças aéreas e da marinha, este último com principais unidades na base naval em Walvis Bay. O Posto Comando do Estado-maior do Exército (EME) está localizado em Grootfontein e as

⁹¹⁰ Assembleia Nacional de Angola, Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro, sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, (online). Disponível em <http://www.bna.ao/uploads/%7B41c3397d-e9db-4ea7-bdaa-524574b6f58c%7D.pdf>, consultado a 28 de junho de 2017.

⁹¹¹ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

⁹¹² Informante 13 [identidade preservada], em Windhoek, 10 de agosto de 2016.

⁹¹³ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

principais unidades de apoio aéreo (base aérea) também. Na mesma cidade está localizada a 26ª Brigada de infantaria motorizada, que tem como missão manter o controlo, a defesa e a segurança do território da fronteira, desde a faixa de Caprivi até à foz do Cunene, e também é onde se encontra o regimento de artilharia e subunidades de asseguramentos. Esta brigada desdobra-se da seguinte forma: Batalhão 261, com o posto comando situado na cidade do Rundo (Região de Okavango); Batalhão 262, com o posto comando situado na cidade de Katima Mulilo (Região de Caprivi); e o Batalhão 263, com o posto comando situado na cidade de Oshakati (Região de Oshana). A 26ª Brigada encontra-se desdobrada em forças auxiliares da Polícia de Guarda Fronteira, distribuídas em onze postos de guarda, desde a foz do rio Cunene até ao marco 35, limite da divisão político-administrativa com a província do Cuando Cubango⁹¹⁴.

A República de Angola tem articulado o seu Sistema de Forças Nacional das FAA em quatro Regiões Militares: Região Militar Norte (Zaire, Uíge, Cuanza Norte, Malange e Bengo), Região Militar Centro (Huambo, Bié, Benguela e Cuanza Sul), Região Militar Leste (Lunda Norte, Luanda Sul e Moxico) e a Região Militar Sul (Cunene, Namibe, Cuando Cubango e Huila), coincidindo os seus limites geográficos com os limites provinciais e duas Regiões Especiais (Cabinda e Luanda)⁹¹⁵. Neste contexto, a região da fronteira sul de Angola encontra-se dividida em quatro comités técnicos regionais que estão em correspondência com outras regiões do norte da Namíbia. Nesta senda, a província do Cunene (Angola), na qualidade de integrante de subcomissão e de um comité técnico regional, tem correspondência com quatro regiões fronteiriças da Namíbia, nomeadamente a região de Ohangwena, a região de Omusati, a região de Oshana e a região de Kunene. A província do Namibe (Angola) tem correspondência com a região Kunene (Namíbia). A província de Cuando Cubango (Angola) tem correspondência com a região de Okavango Oeste, Okavango Este e Zambeze⁹¹⁶.

De forma sintética podemos apresentar uma cronologia de alguns factos considerados relevantes realizados pela Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia. A 7 de março de 1996, o presidente da Namíbia, Sam Nujoma, visitou a Angola a convite do seu homólogo, José E. dos Santos. Em 22 de julho de 1998, na sétima reunião, a subcomissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia decidiu encerrar a faixa fronteiriça entre Kuvango e Caprivi por falta de fiscalização. Entre 22 a 25 de junho de 1999, a subcomissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia reuniu-se na cidade do

⁹¹⁴ Inquérito preenchido por Leo Mwadinangue, em Ondjiva, 10 julho de 2016.

⁹¹⁵ Bernardino, Luís (2012), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa, p. 355.

⁹¹⁶ Informante 14 [identidade preservada], em Ondjiva, 4 de julho de 2016.

Lubango (Angola) para analisar a situação na fronteira comum e avaliar a situação de furto e roubo de viaturas em ambos os países⁹¹⁷.

Entre 2001 e 2002, ainda no quadro das atividades da Comissão Mista Permanente, foram preconizadas as seguintes ações: i) proteção e segurança dos empreendimentos económicos (barragens de Calueque e de Ruacaná); ii) regularização da situação migratória de cidadãos angolanos que se encontravam na Namíbia; iii) construção da nova Embaixada da República da Namíbia em Angola; iv) abertura de consulados namibianos em Angola; v) acordo de isenção de vistos; vi) acordo de extradição; vii) melhoramento do sistema de comunicação entre os Comandos Provinciais e as regiões fronteiriças; viii) entrega de viaturas roubadas na Namíbia àquelas autoridades; ix) realização de operações conjuntas contra crimes ao longo da fronteira comum; x) operações militares nos redutos da UNITA situados no sudeste de Angola e repatriamento dos detidos angolanos pertencentes às ex-forças da UNITA que se encontravam na Namíbia⁹¹⁸.

A cooperação entre as forças namibianas e as forças angolanas não se limitaram aos ataques conjuntos. As ações estenderam-se também aos serviços de informação militar, como referido anteriormente. Os governos de Angola e da Namíbia também cooperam na área os serviços de informação e de inteligência militar durante o período de conflito dos dois países. As forças namibianas facilitavam as atividades de inteligência/contrainteligência do governo angolano e participavam nestas atividades, infiltrando-se nos territórios sob controlo da UNITA, e davam guarida aos homens de reconhecimento das FAA, tal como a UNITA fazia contra as forças da SWAPO na época em que o movimento de Savimbi cooperava com as tropas sul-africanas. Os agentes de inteligência das FAA, na presença dos homens das NDF, disfarçavam-se com o uniforme do exército namibiano para cumprir missões ao longo da fronteira⁹¹⁹. Ainda nesta temática da cooperação na área de inteligência militar, o Informante 16 afirma,

Antes de invadirmos a Jamba fomos pedir apoio à Namíbia. Os serviços de informação dos dois países tiveram que reunir. A comissão mista foi convocada no âmbito da invasão à Jamba. Não poderíamos aguentar porque já tínhamos uma má experiência de 1987/88 no Cuito, onde paramos a 100 quilómetros da Jamba. Naquela época também houve traição durante as operações. Esta vez já não houve traição e foi uma planificação mais séria⁹²⁰.

⁹¹⁷ Jornal *Panapress* (2003), "Comissão Mista Angola-Namíbia condena golpe em São Tomé", 20 Julho 2003. Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome--3-431525-47-lang4-index.html>, consultado a 24 de junho de 2015.

⁹¹⁸ Documentos em posse do autor. Acções de Cooperação do Ministério do Interior. Gabinete de Intercâmbio e Cooperação do Ministério do Interior (Luanda, 07-02-2003). República de Angola.

⁹¹⁹ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁹²⁰ Informante 16 [identidade preservada], em Ondjiva, 26 de agosto de 2016.

Apesar de o governo angolano não intervir militarmente no conflito de Caprivi, “os representantes angolanos junto ao Comité de Segurança Estatal da Comissão Mista de Defesa e Segurança monitoravam o curso dos acontecimentos, avaliavam constantemente o comportamento do grupo separatista e decidiu continuar acompanhar a política na região de Caprivi”⁹²¹.

5.1. Cooperação no Conflito Regional: Nordeste da Namíbia e Sudeste de Angola

Caprivi é uma estreita faixa de terra situada no nordeste da Namíbia, habitada pelo povo Lozi. No norte é limitada por Angola e pela Zâmbia e no sul pelo Botsuana. O povo Lozi (ou Lozis) é predominante nessa região e abrange a parte ocidental da Zâmbia, o Noroeste do Zimbabwe, o Norte e Nordeste do Botswana e o Caprivi, no quadro dos protocolos relativos à demarcação da fronteira do Barotze assinado em 5 de Março e 1915 – protocolo luso-inglês – e outro assinado em 18 de agosto de 1930 – assinatura da acta final e do acordo entre Angola, Sudeste Africano e a Rodésia do Norte em que ficou descrita a fronteira desde Andara até Katima – e, pouco reduzidos ou sem expressão, no sul do Cuando-Cubango (Angola), sendo cerca de 556 mil habitantes, todos tendo como ponto de união, o delta do Cungo-Okavango. A maioria dos 100.000 habitantes de Caprivi fala Lozi e compartilha uma história e cultura comuns com Lozis com outro povo Lozi da Zâmbia. Essas áreas constituíam uma estrutura política de seus ancestrais, o antigo Reino do Barotse (ou Barotze ou Marotse ou Barotseland)⁹²².

A Faixa de Caprivi pertencia ao protetorado inglês de Bechuanaland (Botswana) até à assinatura do acordo anglo-germânico, a 1 de julho de 1890 (acordo de Heligolândia-Zanzibar), no quadro da diplomacia de compensação de terras, quando foi incorporado ao território do Sudeste Africano⁹²³.

Em 1963, surge a União Nacional Africana Caprivi (CANU), fundada por Brendan Kongongolo Simbwaye (ocupou o cargo de presidente) e Mishake Muyongo (vice-presidente), com objectivo de lutar pela independência de Caprivi. Em setembro de 1964, Simbwaye foi preso e morto pelas autoridades sul-africanas. Muyongo assumiu o cargo de

⁹²¹ Relatório do Comité de Segurança Estatal. 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia), 09 e 10 de junho de 2004.

⁹²² Pike, John (1999), “Frente de Libertação de Caprivi”, em *Federation of American Scientists*, (17 de dezembro). Disponível em: <https://fas.org/irp/world/para/caprivi.htm>, consultado a 06.02.2019.

⁹²³ Santos, Eduardos (1986), *A Questão do Barotze*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, pp.19-20. Ver também em: Williams, Vincent (2000), *Namibia: Situation Report*, United Nations High Commission on Refugees (UNHCR), Centre for Documentation and Research, Writenet Paper No. 09/2000. (online). Disponível em <https://web.archive.org/web/20060824221917/http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/publ/openssl.pdf?tbl=RSDCOI&id=3ae6a6cb8&page=publ>, consultado a 12 de maio de 2017, p. 4.

presidente da CANU, mas teve de exilar para a Zâmbia. A 5 de novembro de 1964, em Dar es Salaam, Muyongo e Sam Nujoma decidiram unir a CANU à SWAPO, Muyongo tendo sido nomeado representante da SWAPO na Zâmbia por dois anos. Posteriormente, ocupou o cargo de vice-presidente da SWAPO, onde foi expulso em 1980, em Angola, pondo fim a união SWAPO-CANU. Em 1985, depois de um acordo de amnistia concedida pelas autoridades sul-africana, Muyongo regressou ao Sudoeste Africano e fundou o Partido Democrático Unido (UDP). Neste mesmo ano integrou a Aliança Democrática Turnhalle (DTA) – apoiada pela África do Sul –, partido que representou em Caprivi até 1990. Pós ser expulso, 1998, da DTA por manifestar-se apologista da secessão de Caprivi⁹²⁴.

Em 1993, quando Dirk Mudg, presidente DTA a longa data, se afastou da cena política, Muyongo foi escolhido para substituí-lo. Como líder do principal partido de oposição do país, Muyongo desempenhou um papel visível ao se opor às propostas políticas da SWAPO no parlamento. Durante a década de 1990, a popularidade políticas do DTA diminuíram, assim como sua força representativa no parlamento. No entanto, as chances de Muyongo de ganhar as eleições presidenciais pareceram cada vez menores. No final da década de 1990, ele começou a discutir clandestinamente com os ativistas Mafwe em Caprivi a possibilidade de organizar um movimento separatista regional. Em 1998, os meios de comunicação descobriram informações que levantavam suspeitas de que o Muyongo havia organizado uma reunião secreta de secessionistas de Caprivos na África do Sul. Devido a essas suspeitas, Muyongo foi formalmente expulso da liderança da DTA, em outubro de 1998⁹²⁵.

Em Novembro de 1998, o Partido Democrata Unido, partido fundado por Muyongo, retirou-se da aliança do DTA depois que o presidente da DTA, Muyongo, foi deposto como líder partidário sem sua consulta. A UDP supostamente contava com o apoio de 30.000 pessoas em Caprivi. Um membro da Frente Patriótica Barotse na Zâmbia teria afirmado que houve muitos contatos entre este movimento e os líderes do movimento secessionista de Caprivi. Os Mafwe e Lozi são parentes e tem havido uma tradição de secessão na região. Além disso, o subdesenvolvimento na região de Caprivi teria aumentado o

⁹²⁴ David, Simon (2000), "Namibian elections: SWAPO consolidates its hold on power", em *Review of African Political Economy*, Mar- 2000 vol: 27 (83), pp. 113-115. Disponível na base de dados ABI/INFORM Collection: <https://vpn2.iscte.pt/+CSCO+1h756767633A2F2F66726E6570752E63656264687266672E70627A++/docview/218555715/fulltextPDF/54BCC828DA8A4D28PQ/1?accountid=38384#>, consultado a 11 de maio de 2017, pp. 113-114.

⁹²⁵ Forrest, Joshua B. (2004), *Subnationalism in Africa: ethnicity, Alliances, and Politics*, Lynne Rienner Publishers, London, p. 187.

ressentimento dos caprivianos em relação ao governo namibiano⁹²⁶. Após ser expulso da DTA, Muyongo imediatamente exilou-se no Botsuana⁹²⁷.

O governo da Namíbia, determinado a erradicar qualquer potencial atividade secessionista, enviou tropas à região de Caprivi para prender os possíveis organizadores, seguida de uma atmosfera geral de intimidação que provocou a mobilidade de 2.450 caprivianos para o Botsuana. Em fevereiro de 1999, o governo de Botsuana concedeu asilo formal a quinze ativistas políticos de Caprivi que temiam a perseguição das autoridades namibianas, incluindo o chefe dos ativistas, Maifwe Boniface Mamili; ex-governador regional de Caprivi, John Mabuku; o DJ da rádio popular, Stephen Mamili. Várias, e centenas de caprivianos. Mas a maioria não tinha ligação com os separatistas de Muyongo, migraram para evitar violações ou outras ações negativas dos soldados da Namíbia⁹²⁸.

Importa sublinhar que Caprivi é uma região estratégica – durante a luta de libertação da Namíbia 1966 -1988, o território foi utilizado pela SADF como base de retaguarda, assim como via de penetração dos movimentos de libertação da Namíbia (SWAPO) e de Angola (UNITA) para atuarem nos respectivos países. Actualmente apresenta-se como potencial recurso turístico, hídrico e árido.

Os Lozi no leste de Caprivi não se identificam com o restante da população da Namíbia, e em 1994 formaram a *Caprivi Liberation Front* ou Frente de Libertação de Caprivi (CLF). Este movimento foi criado juntamente, em 1994, com o *Caprivi Liberation Movement* Movimento de Libertação do Caprivi (CLM), que, entretanto desapareceu por radicais do CANU que queriam a independência do Caprivi e como representantes do povo Lozi (ou Lozis). O CLM integra-se na Barotseland Liberation Front, (e também há o Barotse Patriotic Front) na Zâmbia (Zambia Western Province). A Frente de Libertação de Caprivi (CLF), que começou a fazer campanha por uma medida de autonomia para buscar laços mais próximos com os Lozi no oeste da Zâmbia. O Lozi é povo predominante nessa região e que abrange a parte ocidental da Zâmbia, o Noroeste do Zimbabwe, o Norte e Nordeste do Botsuana e o Caprivi e, pouco reduzidos ou sem expressão, no sul do Cuando-Cubango (Angola), sendo cerca de 556 mil habitantes, todos tendo como ponto de união, o delta do Cungo-Okavango. Formavam o antigo Reino do Barotse (ou Barotze). Líderes do movimento nacionalista de Caprivi se reuniram com a Frente Patriótica Barotse separatista da Zâmbia. O movimento Caprivi encontrou apoio entre o povo Lozi na Zâmbia porque sua

⁹²⁶ Minorities at Risk Project, Chronology for East Caprivians in Namibia, 2004. Disponível em <https://www.refworld.org/docid/469f38c014.html>, consultado a 7.2.2019.

⁹²⁷ Forrest, Joshua B. (2004), *Subnationalism in Africa: ethnicity, Alliances, and Politics*, Lynne Rienner Publishers, London, p. 187.

⁹²⁸ Forrest, Joshua B. (2004), *Subnationalism in Africa: ethnicity, Alliances, and Politics*, Lynne Rienner Publishers, London, p. 187.

situação na Namíbia dominada por Ovambo é considerada semelhante à sua⁹²⁹. O movimento tinha um caráter uni-étnico e apontava a prevalência de um subnacionalismo nesta região de África⁹³⁰.

Em 1998, as atividades subnacionalista de Muyongo tornou-se agora evidente. No início de 1999, com várias dezenas de apoiantes de Muyongo criaram o Exército de Libertação de Caprivi (CLA/ELC), como braço paramilitar da Frente de Libertação do Caprivi (CLF), criado em 1994, data que começa a lutar pela independência da Namíbia. O CLF-ELC manteve ativo e ligado à UNITA, facto de levou a Namíbia apoiar no quadro do protocolo de Cooperação ataques de Angola à UNITA e a própria Namíbia também⁹³¹. A partir de então, o governo namibiano enfrentou o conflito armado de Caprivi entre 1998 e 1999, no qual rebeldes reivindicavam a independência da faixa de Caprivi⁹³², opondo o exército namibiano (NDF) e as forças secessionistas (Exército de Libertação de Caprivi – CLA)⁹³³.

Muyongo, então líder do movimento, sustentou que a fusão de 1964 com a SWAPO ocorreu com a condição de um Caprivi independente após conseguirem a independente da Namíbia. Versão negada pelo Secretário-geral da SWAPO, Ngarikutuke Tjiriange, ao afirmar que houve apenas um acordo verbal para fundir as duas partes. "Não existe documento assinado do acordo de 1964, os membros da CANU tornaram-se membros da SWAPO, mas não se falou em Caprivi após a independência."⁹³⁴

Este conflito foi o primeiro desafio, no quadro da defesa e segurança, que a Namíbia enfrentou no período pós-independência. O contexto étnico e social passou a ser a principal base da reivindicação da secessão da faixa de Caprivi, que passou a ser feita por via político e militar. Em outubro de 1998, Muyongo e cerca de cem homens armados fugiram

⁹²⁹ Pike, John (1999), "Frente de Libertação de Caprivi", em *Federation of American Scientists*, (17 de dezembro). Disponível em: <https://fas.org/irp/world/para/caprivi.htm>, consultado a 06.02.2019.

⁹³⁰ Forrest, Joshua B. (2004), *Subnationalism in Africa: ethnicity, Alliances, and Politics*, Lynne Rienner Publishers, London, pp. 186-187. Ver também em: Santos, Eduardo (1986), *A Questão do Barotze*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, pp.19-20. Ver também em: Williams, Vincent (2000), *Namibia: Situation Report*, United Nations High Commission on Refugees (UNHCR), Centre for Documentation and Research, Writenet Paper No. 09/2000. (online). Disponível em <https://web.archive.org/web/20060824221917/http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/publ/opendoc.pdf?tbl=RSDCOI&id=3ae6a6cb8&page=publ>, consultado a 12 de maio de 2017, p. 4.

⁹³¹ Forrest, Joshua B. (2004), *Subnationalism in Africa: ethnicity, Alliances, and Politics*, Lynne Rienner Publishers, London, p. 187.

⁹³² Júnior, V. Nelson e Tiago F. Paula (2015), Guia de Estudos para os delegados do Conselho de Paz e Segurança da Unidade Africana (CPSUA) da SINUS, p. s/p.

⁹³³ Jornal *Panapress* (2003), "Comissão Mista Angola-Namíbia condena golpe em São Tomé", 20 julho 2003. Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome--3-431525-47-lang4-index.html>, consultado a 24 de junho de 2015.

⁹³⁴ IRIN News: Caprivi political party declared illegal. Disponível em: <http://www.irinnews.org/report/60892/namibia-caprivi-political-party-declared-illegal>, consultado a 06.02.2019.

para o vizinho Botswana, após o governo namibiano ter descoberto um campo de treinamento do Exército de Libertação de Caprivi (CLA) arrastando cerca de dois mil civis, de onde partiam para realizar incursões esporádicas em Caprivi ⁹³⁵.

Após o mês de fevereiro de 1999, os membros do CLA retornaram ao Caprivi com o objetivo explícito de lançar ataques armados contra as delegacias de polícia da Namíbia. O movimento sessacionista esperava que tais ataques gerassem uma revolta popular em apoio à secessão da Namíbia⁹³⁶. No entanto, a erupção de maior impacto ocorreu em 2 de agosto de 1999, quando o CLA lançou um ataque em Katima Mulilo, capital da região de Caprivi, e confrontos subsequentes às forças de segurança e às instituições governamentais, incluindo uma unidade de polícia em Katima Mulilo, na região de Caprivi, chegando a ocupar alguns edifícios públicos. Os rebeldes mal treinados foram derrotados pela polícia e catorze deles foram mortos⁹³⁷. Neste mesmo ano (1999), mais de 130 indivíduos foram acusados pela justiça da Namíbia uma série de crimes, entre as quais o de alta traição, assassinatos e crimes contra a humanidade, por pertencerem ao CLA. Mas, foram libertos devido a pressão da Anistia Internacional⁹³⁸.

A CLF continuou ativo, e a 7 de outubro de 2002, declarou unitariamente a independência da região do Caprivi, como Estado Livre da Faixa de Caprivi ou Free State of Caprivi Strip/Itenge (nome como era, e é, reconhecido pelo povo Lozis antes de Itenge se ter convertido em Caprivi em homenagem ao chanceler germânico Leo von Caprivi), mas não foi reconhecido pelo governo da Namíbia, nem pela comunidade internacional⁹³⁹.

⁹³⁵ Vincent Williams (2000), *Namibia: Situation Report*, United Nations High Commission on Refugees (UNHCR), Centre for Documentation and Research, Writenet Paper No. 09/2000. (online). Disponível em <https://web.archive.org/web/20060824221917/http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/publ/opendoc.pdf?tbl=RSDCOI&id=3ae6a6cb8&page=publ>, consultado a 12 de maio de 2017, p. 4.

⁹³⁶ Forrest, Joshua B. (2004), *Subnationalism in Africa: ethnicity, Alliances, and Politics*, Lynne Rienner Publishers, London, p. 188.

⁹³⁷ Ibidem, p. 188. Ver também em: Notholt, Stuart A (2010), *Fields of fire – Na atlas of ethnic conflict*, [online], London, Edição 2010, Etuar Nothlt Communications, ISBN:978-0-9554657-7-2, consultado a 19 de junho de 2015, p. 259.

⁹³⁸ Vincent Williams (2000), *Namibia: Situation Report*, United Nations High Commission on Refugees (UNHCR), Centre for Documentation and Research, Writenet Paper No. 09/2000. (online). Disponível em <https://web.archive.org/web/20060824221917/http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/publ/opendoc.pdf?tbl=RSDCOI&id=3ae6a6cb8&page=publ>, consultado a 12 de maio de 2017, p. 4.

⁹³⁹ Vincent Williams (2000), *Namibia: Situation Report*, United Nations High Commission on Refugees (UNHCR), Centre for Documentation and Research, Writenet Paper No. 09/2000. (online). Disponível em <https://web.archive.org/web/20060824221917/http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/publ/opendoc.pdf?tbl=RSDCOI&id=3ae6a6cb8&page=publ>, consultado a 12 de maio de 2017, p. 4. Ver também em: Almanaque dos Conflitos: Exército de Libertação do Caprivi (CLA). Disponível em <https://almanaquedosconflitos.wordpress.com/2016/04/28/exercito-de-libertacao-de-caprivi-cla/>, consultado a 06.02.2019. Igualmente, ver também em: Global Security.org: Caprivi Libération Front / Caprivi Libération Movement. Disponível em: <https://fas.org/irp/world/para/caprivi.htm>, consultado a 06.02.2019.

Tal como Joshua B. Forrest (2004) que aborda sobre o subnacionalismo e os conflitos de secessão em África, o portal IRIN apresenta num Special Report o Caprivi como uma das novas zonas de tensão em África. Segundo o arquiteto e designer germânico, Teo Deutinger, do Streika Institute, de Dassau, citado no documento de um organismo próximo das NU «The Decolonial Atlas: Unrecognized Nation States» de 16 de dezembro de 2014, sobre os 25 estados africanos que registam crises de secessionismo (Angola com 2: Cabinda e Lunda/Tchokwe), Zâmbia (Barotseland), Zimbabwe (Matabeleland – nordeste junto a Caprivi), Botswana (Lozi – Norte e Nordeste / Okavango) e Namíbia (Caprivi)⁹⁴⁰.

Em 4 de agosto de 1999, o governo da Namíbia acusou a UNITA de apoiar o Exército de Libertação de Caprivi, que tinha efetuado um ataque contra a cidade de Katima Mulilo⁹⁴¹. Este acontecimento levou dirigentes da Namíbia e de Angola a reunirem-se em Luanda, a 22 de setembro de 1999, para discutirem a questão da segurança na fronteira comum. Nesta ocasião, o Ministro da Defesa namibiano foi propulsor de uma proposta para reduzir o índice de criminalidade na fronteira comum, que atingira níveis preocupantes nos meses anteriores⁹⁴².

Na sequência disso, segundo Vincent Williams (2000), em dezembro de 1999, o governo de Angola e o governo da Namíbia “assinaram” um pacto de defesa mútua. Esta atitude do governo namibiano surge como resposta à guerra civil em curso entre o governo angolano e a UNITA, que também afetava os territórios do norte da Namíbia. Nos termos deste “pacto de defesa”, foi concedido ao governo angolano o direito de utilizar o território da Namíbia para lançar ataques militares contra os redutos da UNITA localizados no sudeste angolano, incluído o uso do aeroporto do Rundu. O conflito de Caprivi tinha levado o governo da Namíbia a decretar estado de emergência nesta região. Esta situação levou a NDF a realizar operações militares como propósito de capturar os supostos membros e apoiantes do CLA. O conflito levou vários caprivianos a refugiarem-se no Botswana, posteriormente, repatriados à Namíbia. Os líderes do CLA aos quais foram concedidos asilo em Botswana e, posteriormente, reinstalados em outros países, depois de protestos do governo namibiano⁹⁴³.

⁹⁴⁰The Decolonial Atlas (2014), Unrecognized Nation States, december 16, 2014. Disponível em: <https://decolonialatlas.wordpress.com/2014/12/16/unrecognized-nation-states/>, consultado a 6.2.2019. Ver também em: Forrest, Joshua B. (2004), *Subnatinism in Africa: ethnicity, Alliances, and Politics*, Lynne Rienner Publishers, London, p. 188.

⁹⁴¹Notholt, Stuart A (2010), *Fields of fire – Na atlas of ethnic conflict*, [online], London, Edição 2010, Etuar Notholt Communications, ISBN:978-0-9554657-7-2, consultado a 19 de junho de 2015, p. 259.

⁹⁴²Cardoso, Cláudia (Diretora), “Política, Economia e Cultura”, *Revista África Today*, edição nº 2, Fevereiro, 2005, s.l, pp. 28-29.

⁹⁴³Vincent Williams (2000), *Namibia: Situation Report*, United Nations High Commission on Refugees (UNHCR), Centre for Documentation and Research, Writenet Paper No. 09/2000. (online). Dispo nível em <https://web.archive.org/web/20060824221917/http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/publ/openssl.pdf?tbl=RSDCOI&id=3ae6a6cb8&page=publ>, consultado a 12 de maio de 2017, p. 5.

Assim, a Namíbia também autoriza, a 13 de dezembro de 1999, as Forças Armadas Angolanas (FAA) a utilizar o seu território para efetuar ataques aéreos contra redutos da UNITA situados na região do Cuando Cubango. Com esta decisão o conflito no sudeste angolano transpôs a fronteira de Angola, levando a UNITA a efetuar ataques esporádicas a diversas regiões no nordeste da Namíbia, como retaliação⁹⁴⁴, facto que condicionou a circulação rodoviária, de pessoas e bens, desde 2000, levando a NDF a escoltar o tráfego rodoviário entre Bagani e Kongola, até o fim do conflito angolano⁹⁴⁵. O Jornal *IRIN* chegou a noticiar que a Namíbia, por meio do seu Secretário Permanente dos Negócios Estrangeiros, Mocks Shivute, tinha afirmado que as forças da UNITA representavam uma ameaça à paz e segurança ao longo da fronteira entre a Namíbia e Angola, pois afetou o comércio transfronteiriço, a circulação de pessoas e bens e o progresso social e económico. A maioria dos moradores tinham-se deslocado para região de Bagani, ao lado das forças de defesa namibianas⁹⁴⁶.

A 3 de janeiro de 2000, três jovens turistas franceses (da família Bidoin) foram mortos em Caprivi. Este acontecimento fez desencadear uma ação político-diplomática e jurídica por parte do Estado francês, a fim de apurar e processar criminalmente os autores desse ato, que se acreditava serem militares de uma das quatro forças que operavam na região (UNITA, CLA, FAA e NDF). Porém, as autoridades namibianas e angolanas acabaram por atribuir a autoria do respetivo ataque às forças da UNITA⁹⁴⁷. Este conjunto de factos motivou a intensificação e o alargamento do conflito naquela região (nordeste da Namíbia e sudeste de Angola), levando o envolvimento direto do exército namibiano no conflito angolano⁹⁴⁸. Como retaliação das ações da UNITA – relacionadas com as incursões no território namibiano e o suposto apoio aos separatistas de Caprivi – e no âmbito do “pacto de defesa mútua Angola-Namíbia”⁹⁴⁹, as autoridades namibianas teriam autorizado novamente, a 15 de dezembro de 2000, o exército angolano a entrar novamente no seu território para capturar um dos bastiões dos seus adversários, a Jamba. O governo namibiano acreditava que a UNITA de Jonas Savimbi estava envolvida nos acontecimentos

⁹⁴⁴ Cardoso, Cláudia (Directora), “Política, Economia e Cultura”, *Revista África Today*, edição nº 2, Fevereiro, 2005, s.l, p. 259.

⁹⁴⁵ Jornal *IRIN*, (Johannesburg, 17-06-2002), *Convoy system suspended in Caprivi*. Disponível em <http://www.irinnews.org/news/2002/06/17/convoy-system-suspended-caprivi>, consultado a 12 de maio de 2017.

⁹⁴⁶ Jornal *IRIN* (Johannesburg, 23-05-2001), *Namibian troops pursue bandits in southern Angola*, (online). Disponível em <http://www.irinnews.org/news/2001/05/23/namibian-troops-pursue-bandits-southern-angola>, consultado a 10 de maio de 2017. Ver também em: Jornal *IRIN*, (Johannesburg, 17-06-2002), *Convoy system suspended in Caprivi*. Disponível em <http://www.irinnews.org/news/2002/06/17/convoy-system-suspended-caprivi>, consultado a 12 de maio de 2017.

⁹⁴⁷ Jornal *Afrik.com* (Paris, 20-12-2000), *Namíbie : qui a tué les enfants Bidoin?*, (online). Disponível em <http://www.afrik.com/article1780.html>, consultado a 12 de maio de 2017.

⁹⁴⁸ Afrikainstitutet, Sverige Nordiska (2001), *Regionalism and Regional Integração in Africa* [online], Uppsala, The authores and Nordiska Afrikainstituter, consultado a 17 de junho de 2015, p. 66.

⁹⁴⁹ Cardoso, Cláudia (Directora), “Política, Economia e Cultura”, *Revista África Today*, edição nº 2, Fevereiro, 2005, s.l, p. 259.

de Katima Mulilo, dos turistas franceses em Caprivi, e que a paz em Caprivi dependia da derrota da UNITA⁹⁵⁰.

Segundo Holden J. Uulenga (2016), o Exército de Libertação de Caprivi pretendia formar um Estado, a Barotselândia, com base étnica Balozi, ou Lozi, que ocupa parte do sudoeste de Angola, sudeste da Zâmbia, noroeste do Zimbabué e do norte do Botsuana. Por conseguinte, o CLA mantinha relações político-diplomáticas e militares com a UNITA. No entanto, o governo da Namíbia acredita que os ataques militares realizados pelo CLA no território namibiano tinham sido concretizados com ao apoio político, diplomático e militar da UNITA⁹⁵¹. Ainda dentro desta problemática da relação UNITA – CLA, José Mwailepeni Monulo afirma,

[...] eu tive o conhecimento do aparecimento deste movimento nos anos 90, depois da independência da Namíbia [...]. Esta relação do Mishake Muyongo [com a UNITA] era uma relação de opositores de governos, isto é, a UNITA estava na oposição e eles também estavam na oposição, na Namíbia. Não houve uma cooperação mútua entre eles, sobre ajuda de material de guerra, ajuda financeira e medicamentosa. Mas, cooperação de ideia existiu. A atitude do governo da Namíbia foi devido a essa amizade⁹⁵².

Na visão de José Lázaro Kakunha (2016), o caso de Caprivi era uma questão de “acomodação regional” e seria absurdo a UNITA estabelecer relações de cooperação militar com um movimento que lutava pela secessão do pequeno território. O governo da Namíbia teve de arranjar pretextos para manterem boas relações com o governo de Angola para assegurar o fornecimento de água e energia produzidas pela barragem angolana de Calueque e de Ruacaná e que alimentam o norte da Namíbia⁹⁵³. Segundo José Mwailepeni Monulo (2016), as visitas de Mishake Muyono, líder da CLA, à Jamba levou o governo namibiano a estabelecer ligações entre a UNITA e os ataques a Caprivi. No entanto, a UNITA não teve nenhuma ligação a esse ataque, embora o CLA fosse muito próximo da UNITA, existindo entre estes uma relação de amizade e de consultas diplomáticas. A UNITA nunca forneceu homens, nem medicamentos ou materiais e também nunca deu refúgio aos combatentes do CLA, porque naquela altura a UNITA também estava em péssimas condições. A UNITA encontrava-se em crise devido às sanções impostas pelas Nações Unidas, já não recebia material de guerra, nem medicamentos. Sem nenhum apoio externo, a UNITA, nesta época, passou a depender de si própria, isto é, tinham de atacar

⁹⁵⁰ Jornal *Afrik.com* (Paris, 20-12-2000), *Namíbie : qui a tué les enfants Bidoin?*, (online). Disponível em <http://www.afrik.com/article1780.html>, consultado a 12 de maio de 2017.

⁹⁵¹ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 08-08-2016.

⁹⁵² Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁹⁵³ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

destacamentos das FAA para conseguir meios de sobrevivência (como comida, medicamentos, etc.) e para obter material de combate⁹⁵⁴.

Nesta perspectiva, de acordo com Evaristo Ndemupateka David, não existiu uma relação militar próxima entre a UNITA e o movimento secessionista de Caprivi, porque não havia interesse por parte da UNITA. Em política são os interesses que ditam a cooperação. A acusação do governo da Namíbia – de que a UNITA apoiava militarmente o CLA – não passava de um pretexto para legitimar a intervenção da NDF no conflito angolano, precisamente no sudeste de Angola, visto que, na altura, a Jamba já não tinha, para a UNITA, a importância que tinha anteriormente. Nesta época a UNITA já tinha transferido o seu bastião para o centro de Angola (Huambo, Moxico e Bié)⁹⁵⁵. A retirada dos combatentes do CLA do nordeste da Namíbia para Botsuana e Zâmbia determinou o fim das ligações com a UNITA⁹⁵⁶.

Nesse momento, com o fim do conflito aberto entre o CLA e a NDF, a atenção do governo namibiano voltou-se para o conflito angolano⁹⁵⁷. Nesta senda, em 1999, o exército namibiano já cruzado a fronteira e atacou o quartel da UNITA situado em Mbambi, em represália ao bombardeamento do quartel da polícia em Musese⁹⁵⁸. A NDF lançou outra operação na região transfronteiriça no sul de Angola, após um ataque a uma aldeia no leste de Kavango. O comandante das NDF, General Martin Shalli, chegou a afirmar que as “tropas namibianas só regressariam depois da derrota da UNITA”⁹⁵⁹. Neste mesmo ano, as forças armadas de Angola e da Namíbia iniciaram ações conjuntas com o objetivo de neutralizar as forças da UNITA, ao longo da região fronteira e capturar a Jamba⁹⁶⁰. Estas ações militares conjuntas dos governos da Namíbia e de Angola relativamente à invasão da Jamba também são confirmadas por José Mwailepeni Monulo ao afirmar,

Em 1999, o governo Angola quando atacou a Jamba utilizou o território namibiano e foram até a área do Delta. Eles [as FAA e as NDF] dissimularam um ataque que

⁹⁵⁴ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁹⁵⁵ Entrevista a Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro de 2016.

⁹⁵⁶ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁹⁵⁷ Vincent Williams (2000), *Namibia: Situation Report*, United Nations High Commission on Refugees (UNHCR), Centre for Documentation and Research, Writenet Paper No. 09/2000. (online). Disponível em <https://web.archive.org/web/20060824221917/http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/publ/opendoc.pdf?tbl=RSDCOI&id=3ae6a6cb8&page=publ>, consultado a 12 de maio de 2017, p. 5.

⁹⁵⁸ Afrikainstitutet, Sverige Nordiska (2001), *Regionalism and Regional Integração in Africa* (online), Uppsala, The authores and Nordiska Afrikainstituter, consultado a 17 junho de 2015, p. 66. Ver também em: Jornal *IRIN* (Johannesburg, 21-02-2001), *NDF hails Angolan operations as a success*, (online). Disponível em <http://www.irinnews.org/news/2001/02/21-1>, consultado a 10 de maio de 2017.

⁹⁵⁹ Jornal *IRIN* (Johannesburg, 23-05-2001), *Namibian troops pursue bandits in southern Angola*, (online). Disponível em <http://www.irinnews.org/news/2001/05/23/namibian-troops-pursue-bandits-southern-angola>, consultado a 10 de maio de 2017.

⁹⁶⁰ Jornal *Panapress* (2003), "Comissão Mista Angola-Namíbia condena golpe em São Tomé", 20 Julho 2003. Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome--3-431525-47-lang4-index.html>, consultado a 24 de junho de 2015.

passaram por Kakushi (Cacuchi). Afinal as forças que ataca a Jamba vinha do território namibiano, juntamente com tropas namibianos, que usavam mesmo fardamento e material de guerra namibiano. Se a memória não me trai, dia 28 de dezembro essas forças aproximaram-se numa área chamada Horizonte, que fica há 9 km da Jamba, havia lá um Hospital Militar da UNITA. No dia 29 de dezembro nos retiramos da Jamba. Eles [as FAA e as NDF] não atacaram dia 29, porque quando chegaram já nos tinham ordenado a retirada de toda população da Jamba e a destruição a Rádio VOLGAN. E eles [as FAA e as NDF] ocuparam a Jamba no dia 30 de dezembro e sem ataque das tropas conjuntas namibianas e angolanas [...]. As forças namibianas ajudaram o governo angolano na ocupação da Jamba e de Mavinga, inclusive usavam meios namibianos como os helicópteros e blindados⁹⁶¹.

As FAA e a NDF decidiram invadir a Jamba pelo sul, pois o norte da Jamba encontrava-se ocupado pelas forças da UNITA. As forças conjuntas optaram em usar o território da Namíbia para atingirem o Cuando Cubango e capturar a Jamba, enquanto as forças da UNITA aguardavam pelo inimigo a norte (Mavinga), baseando-se numa eventual repetição da operação conjunta realizada pelas FAPLA, FRC e russos, em 1988. O COP-Cunene começa por conquistar a região de Cuvango. Segundo o Informante 16 (2016), foram capturados cerca de 76 mil populares, dois batalhões de comandos presidenciais, mais de mil homens de defesa civil que protegiam a Jamba, alguns comandos que protegiam o aeroporto da Jamba e algumas posições. As FAA beneficiaram-se de algumas técnicas militares e de material de guerra das NDF, como canhões BM-21, veículos de transporte de tropas, etc.⁹⁶².

Os ataques às posições da UNITA prosseguiram de tal forma que na véspera do Natal do ano de 1999 as forças combinadas de Luanda e de Windhoek estavam já a menos de 50 km da Jamba. A situação na região fronteiriça agudizou-se com os ataques e contra-ataques de ambas as partes até maio de 2000. Ainda no âmbito da cooperação entre as FAA e as NDF, foi criada uma base militar na parte angolana da margem do rio Cubango, que servia de apoio às operações contra os guerrilheiros da UNITA e contra o movimento independentista de Caprivi, que se acreditava atuar em estreita parceria⁹⁶³.

A 9 de maio de 2001, Sam Nujoma por ocasião da sua visita à Luanda, garantiu continuar o apoio logístico do governo namibiano às FAA no combate às forças da UNITA, vulgo UNITA-belicista⁹⁶⁴. De acordo com o Jornal *IRIN*, o Chefe do Exército da Namíbia, General Martin Shalli, também tinha afirmado que “a NDF participou numa operação

⁹⁶¹ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁹⁶² Informante 16 [identidade preservada], em Ondjiva, 26 de agosto de 2016.

⁹⁶³ Afrikainstitutet, Sverige Nordiska (2001), *Regionalism and Regional Integração in Africa* [online], Uppsala, The authores and Nordiska Afrikainstituter, consultado a 17 junho de 2015, p. 66.

⁹⁶⁴ Jornal *Panapress* (2003), "Comissão Mista Angola-Namíbia condena golpe em São Tomé", 20 Julho 2003. Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome--3-431525-47-lang4-index.html>, consultado a 24 de junho de 2015.

conjunta com o exército angolano que, na semana anterior, tinha afastado os rebeldes da UNITA de Mavinga” – uma cidade estratégica no interior de Angola, situada a mais de 200 km, a norte da fronteira com a Namíbia. A UNITA utilizava a pista de aterragem de Mavinga como linha de abastecimento a partir do exterior. Shali chegou a afirmar que “é um grande avanço quando se considera que conseguimos desalojar as forças rebeldes de Mavinga, que mesmo as forças cubanas não conseguiram”⁹⁶⁵.

Como já referimos anteriormente, o sudeste de Angola foi uma zona estratégico-militar desde os primórdios da luta de libertação de Angola, da Namíbia e da África do Sul. Esta região servia de ponto de penetração de guerrilheiros nos respetivos países. Tanto mais que, foi nesta região estratégica, desde a segunda metade dos anos 60 do século XX até ao fim da Primeira Guerra Civil de Angola, onde os guerrilheiros da UNITA e da SWAPO operavam no âmbito do seu comando unificado. Igualmente, foi onde a UNITA tinha construído duas das maiores bases de apoio, em Mavinga e na Jamba. Esta última chegou a ser transformada em capital provisória da UNITA, entre 1978 e 1991, que o trio FAPLA-FARC-russos não conseguiram desmantelar durante a Primeira Guerra Civil Angolana (1975-1991)⁹⁶⁶.

Segundo o Jornal *IRIN*, o Ministério da Defesa da Namíbia admitiu a realização do ataque por parte da NDF contra os rebeldes da UNITA, a 21 de julho de 2001, no Licua, sudeste de Angola, a cerca de 150 km a nordeste Rundu – cidade fronteiriça namibiana⁹⁶⁷. No dia 24 de julho de 2001 – por ocasião da chegada dos dois mil soldados namibianos que tinham sido enviados para a RDC, em 1998, para combaterem ao lado dos seus principais aliados regionais (Angola e Zimbábue), com objetivo apoiar o governo congolês, sob o “mandato” da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), contra os rebeldes ruandeses apoiados por Uganda – o presidente da Namíbia, Sam Nujoma, orientou as NDF a “permanecerem vigilantes e a estarem sempre prontas para a próxima missão”, alegadamente a de lutar contra a UNITA⁹⁶⁸. Nesta senda, Sam Nujoma afirmava que,

[...] a carnificina que nossos irmãos e irmãs na República de Angola continuam a sofrer das mãos da UNITA de Savimbi, bem como os efeitos negativos que o conflito angolano tem causado sobre a Namíbia, continua a ser uma fonte de grande

⁹⁶⁵ Jornal *IRIN* (Johannesburg, 17-05-2001), *NDF reivindica vitória principal contra UNITA*, (online). Disponível em <http://www.irinnews.org/report/21270/namibia-ndf-claims-major-victory-against-unita>, , consultado a 10 de maio de 2017.

⁹⁶⁶ Entrevista, Alcides Sakala em "Memórias da Independência". Programa Televisivo da TV Zimbo, apresentado por Guilherme Galiano, 24 de outubro de 2016, em Luanda.

⁹⁶⁷ Jornal *IRIN*, (Johannesburg, 6-08-2001), *Defence ministry admits to deaths against UNITA*. Disponível em <http://www.irinnews.org/report/24582/namibia-defence-ministry-admits-deaths-against-unita>, consultado a 11 de maio de 2017.

⁹⁶⁸ Jornal *IRIN*, (Johannesburg, 04-09-2001), *Troops home from DRC*. Disponível em <http://www.irinnews.org/report/24582/namibia-defence-ministry-admits-deaths-against-unita>, consultado a 11 de maio de 2017.

preocupação para o meu governo e para todos os nossos cidadãos, especialmente aqueles que vivem nas regiões de Okavango e Caprivi⁹⁶⁹.

Segundo o Informante 15 (2016), o exército namibiano entrou a partir de Rundu e começou a conquistar as áreas de Angola localizadas a norte da Namíbia, isto é, no sul da Jamba, como Cuangar, Dirico e em toda a faixa de Caprivi. Por conseguinte, o COP-Cunene e COP-Huila entraram a partir do sul e oeste da Jamba, encurralando as forças da UNITA. A alternativa para a retirada das forças da UNITA seria somente a de entrar pela Zâmbia⁹⁷⁰.

As causas que levaram o governo namibiano a envolver-se na Segunda Guerra Civil Angolana (1992-2002) são contraditórias entre as duas partes envolvidas, todavia elas podem ser argumentadas através das seguintes perspetivas: 1 - É visto pela UNITA como um gesto de retribuir a “dívida moral” que teve para com o governo da RPA (formado pelo MPLA), pelo facto de os terem ajudado na sua luta pela independência da Namíbia. 2- Para o MPLA, foi um espírito de camaradagem efetivada ao longo da luta contra as SADF junto das FAPLA, devido ao qual acabaram por estabelecer uma aliança estratégica durante o período 1976-1990. 3 - Devido à necessidade do governo namibiano de manter a paz e a segurança na região, previstos nos acordos de cooperação na área de defesa no âmbito da Comissão Mista para Defesa e Segurança Angola-Namíbia, assinados entre os dois Estados, a 18 de setembro de 1990, e do “pacto de defesa mútua” de dezembro de 1999. 4- Para o governo da Namíbia, a paz e a segurança interna, precisamente ao longo do seu espaço fronteiriço estava extrinsecamente ligada ao fim do conflito angolano, isto é, à derrota da UNITA.

De acordo com Holden J. Uulenga, o rompimento das nossas relações com a UNITA – devido a ligação deste aos sul-africanos, aquando da sua luta pela independência da Namíbia, passando a impedir as forças do PLAN realizar incursões no território namibiano – constitui outro motivo que levou o PLAN e as FAPLA a realizar operações conjuntas contra a UNITA e as SADF. “Essas operações conjuntas continuaram até à morte de Jonas Savimbi”. A NDF desempenhou desde sempre um papel importante ao longo da fronteira comum, ela tinha a missão de impedir a movimentação transfronteiriça e cortar o apoio dos guerrilheiros da UNITA⁹⁷¹.

De acordo com o Informante 10 (2016), o governo namibiano acreditava que o Exército de Libertação de Caprivi recebia treino militar, armamento e apoio político da UNITA, facto que motivaram as NDF a intervir no conflito Angolano (no sudeste) ao lado das FAA. A UNITA tinha tomado esta posição como forma de retaliação contra o governo

⁹⁶⁹ Ibidem.

⁹⁷⁰ Informante 15 [identidade preservada], em Ondjiva, 20 de junho de 2016.

⁹⁷¹ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

da SWAPO, pelo facto de ter ajudado o MPLA, após o rompimento da cooperação com a UNITA, no contexto da invasão sul-africana a Angola. Após a expulsão dos rebeldes de Caprivi, a UNITA começou a perturbar a paz naquela região – atacando civis namibianos, ocupava alguns territórios namibianos (Okavango, no Rundu, Calai, Cuchi, Cuangar e em outras localidades). Este facto levou o exército namibiano a envolver-se diretamente no conflito angolano com o objetivo de manter a paz e a segurança naquela região⁹⁷². No entanto, o conflito transcendeu as fronteiras e passou a ser também uma questão namibiana, já que o que estava em causa não era somente a questão da segurança de Angola.

José Mwailepeni Monulo afirma, “[...] mesmo nós, na UNITA, tínhamos esse rancor para com eles (o governo da Namíbia – a SWAPO), porque era amigo do nosso adversário e porque eles apoiavam o nosso adversário. Mesmo nós tínhamos decidido que se as forças namibianas nos provocassem tenhamos de atacá-las”⁹⁷³. Continuando na temática das ações conjuntas FAA-NDF, José Lázaro Kakunha salienta,

[...] não foi a primeira ação em que as forças de Angola e da Namíbia foram coligadas para uma batalha. Tivemos aqui o caso de Kazomgo e o tivemos o caso de Cangamba (ambos casos em Moxico – Angola) com o objetivo de fazerem frente a UNITA, nos anos 80. Estas ações começaram antes da independência da Namíbia e continuaram depois da independência da Namíbia. É como quem diz «SWAPO, o seu adversário já se foi, nós também te salvamos, agora você nos ajude»⁹⁷⁴.

Segundo José Mwailepeni Monulo, o envolvimento da NDF não está muito relacionado com os relatos da alegada relação da UNITA com o CLA, pois isso foi uma maneira de retribuir a ajuda que a SWAPO recebeu do MPLA, entre 1976 e 1989, no quadro da luta pela independência da Namíbia⁹⁷⁵, visto que antes da independência da Namíbia a SWAPO e as FAPLA estiveram nas mesmas bases, na luta contra a UNITA e contra SADF. A SWAPO, depois de ganhar as eleições na Namíbia, teve, por dever e por obrigação moral, de ajudar o governo de Angola na luta contra as forças da UNITA de forma a manter a paz⁹⁷⁶, em parte como resultado do acordo entre os governos angolano e namibiano⁹⁷⁷. Deste modo, pode-se afirmar que as Forças de Defesa da Namíbia contribuíram para a

⁹⁷² Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016.

⁹⁷³ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁹⁷⁴ Entrevista a José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁹⁷⁵ Entrevista a José Mwailepeni Monulo, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

⁹⁷⁶ Entrevista a Pedro Tongeni, em Ondjiva, 02 de dezembro de 2016.

⁹⁷⁷ Williams, Vincent (2000), *Namibia: Situation Report*, United Nations High Commission on Refugees (UNHCR), Centre for Documentation and Research, Writenet Paper No. 09/2000. (online). Disponível em <https://web.archive.org/web/20060824221917/http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/publ/openssl.pdf?tbl=RSDCOI&id=3ae6a6cb8&page=publ>, consultado a 12 de maio de 2017, p. 5.

queda final da UNITA e, conseqüentemente, para o estabelecimento da paz e segurança regional⁹⁷⁸.

Não estamos perante uma ação única, pois a Namíbia também se envolveu no segundo conflito da RDC (Grande Guerra de África/Guerra Mundial Africana), em apoio ao presidente Laurent Kabila que se defendia dos ataques das forças ruandesas e ugandesas. A intervenção da Namíbia no conflito RDC e na Segunda Guerra Civil de Angola, bem como, alegadamente, as violações dos direitos humanos, perpetuadas pela NDF aquando do controlo das tensões na faixa de Caprivi, e presença de tropas angolanas no solo namibiano tinham prejudicado a reputação da Namíbia no panorama internacional, gerando críticas generalizadas às ações das Forças de Defesa da Namíbia. Contudo, o conflito no sudeste de Angola e nordeste da Namíbia teve um impacto significativo no território fronteiriço angolano e namibiano. Milhares de angolanos tiveram de procurar refúgio na Namíbia, cerca de 30 mil refugiados, na sua maioria civis, que viviam nas regiões anteriormente controladas pela UNITA, bem como alguns ex-combatentes das FALA⁹⁷⁹.

A NDF também participa nos esforços de manutenção da paz regional, no quadro das disposições de missões de paz da ONU. Entre 1992 e 1993, fez parte das operações da Autoridade de Transição das Nações Unidas em Camboja (UNTAC); em 1996, na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM-III); em 1997, na Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA); em 1999, a Namíbia também fez parte de um painel de peritos encarregados da responsabilidade de acompanhar as violações das sanções da ONU contra a UNITA. Nesse sentido, pode-se considerar que a Namíbia desempenhou um papel ativo na manutenção da paz em Angola. De 2003 a 2007, a Namíbia participou na Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL). Entre 2003 e 2016 participou também na Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (MINUEE). Para além disso, forneceu observadores militares para o Burundi, Costa do Marfim, Kosovo, Serra Leoa, Sudão e Timor-Leste. Em setembro de 2010, fez parte de outras sete missões de manutenção da paz da ONU, incluindo a Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e o Chade (MINURCAT)⁹⁸⁰.

A Namíbia esteve envolvida em algumas disputas internacionais, relacionadas com porções territoriais, com a Botswana, ao longo da faixa de Caprivi, incluindo a região

⁹⁷⁸Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Informação sobre a Namíbia para o Senado Federal*, Mensagem nº 244, Abril de 2014, Brasília, p. 25.

⁹⁷⁹ Williams, Vincent (2000), *Namibia: Situation Report*, United Nations High Commission on Refugees (UNHCR), Centre for Documentation and Research, Writenet Paper No. 09/2000. (online). Disponível em <https://web.archive.org/web/20060824221917/http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/publ/opendoc.pdf?tbl=RSDCOI&id=3ae6a6cb8&page=publ>, consultado a 12 de maio de 2017, p. 5.

⁹⁸⁰ Egge, K. (2013), *The United Nations and Namibia since 1990*, pp. 293–314, (online). Disponível em http://www.kas.de/upload/Publikationen/2014/namibias_foreign_relations/Namibias_Foreign_Relations_egge.pdf, consultado a 1 de maio de 2017, pp. 294-296.

pantanosa de Situngu e as ilhas de Kesikili-Sedudu, com a Zâmbia, o Botswana e o Zimbabué relativamente aos limites territoriais. Apesar de a Namíbia conhecer estes incidentes, o país é tido como um dos países africanos, politicamente mais estáveis⁹⁸¹.

6. Cooperação no Período Pós-conflito (2002-2015)

De acordo com João Gomes Porto, Chris Alden e Imogen Parsons (2007), a paz em Angola foi alcançada por via militar – numa estratégia governamental, de "Estabelecimento da Paz através da Guerra". As FAA lançaram ofensivas militares contra as FALA, numa altura em que era notável uma redução paulatina da capacidade militar da UNITA, causada pelas sanções e isolamento internacionais, o desmoronamento das suas forças e sobretudo pela morte, em combate, do líder da organização, Jonas Savimbi, a 22 fevereiro de 2002. No entanto, os beligerantes concordaram de imediato em um acordo abrangente de cessar-fogo, bem como demonstraram o desejo de estabelecer a paz, no quadro do Acordo de Lusaca, de 20 de novembro de 1994, e a conclusão de aspetos militares do processo de paz de Lusaca. Neste contexto, a normalização da situação político-militar significou o estabelecimento de estruturas e funções governamentais nas áreas anteriormente controladas pela UNTA⁹⁸².

A assinatura do cessar-fogo entre as FAA e as FALA, a 30 de março de 2002, Luena, permitiu a assinatura do Memorando de Paz (4 de abril de 2002), rubricado pelo general Geraldo Abreu "Kamorteiro" e o general Armando da Cruz Neto, marcando assim, o fim da Segunda Guerra Civil, se não mesmo, o fim do conflito que assolou Angola deste 1975. Desde então passou a viver-se um clima de paz e segurança em Angola e na Namíbia. Com o fim dos conflitos nos dois Estados e sem nenhuma ameaça tradicional (ameaça militar externa), foi necessário reorientar a política, os interesses e os objetivos da cooperação, as áreas e instrumentos de atuação da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, com objetivo de aumentar a confiança entre os Estados e assegurar a paz e estabilidade, segurança na região fronteiriça comum.

Neste quadro, entre 24 e 26 de julho de 2002, a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia reúne-se em Ondangwa (Namíbia) para balancear as deliberações do 9º encontro deste órgão realizado em Junho de 2001, na cidade do Lubango (Angola), também para analisar o reforço da segurança na fronteira comum e perspetivar outras ações futuras, ligadas à manutenção da estabilidade fronteiriça entre os

⁹⁸¹ Mateta, Indira Ed. da Costa (2009), *As Relações Político-Diplomáticas entre a República de Angola e a República da Namíbia 1990 -2009*, Dissertação de Licenciatura em Relações Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, Ministério de Relações Externas, Luanda.

⁹⁸² Porto, Gomes João; Chris Alden e Imogen Parsons, (2007), *From Solidiers to Citizens: Dmilitarization of Conflict and Socieity*, Hampshot, Ashgat Publishing Limited, p. 34.

dois países, como o combate ao tráfico de drogas, contrabando de mercadorias, roubo de viaturas e de gado, bem como a falsificação de documentos⁹⁸³. Não obstante, a comissão voltou a reunir entre 16 e 20 de julho de 2003, em Luanda. Nessa ocasião o ministro angolano da Defesa, Kundi Paihama, afirmou que Angola e a Namíbia estariam a trabalhar no sentido de assinarem um acordo militar e a necessidade de materialização da cooperação técnico-militar entre ambos países⁹⁸⁴.

O Protocolo de Cooperação entre a República de Angola e a República da Namíbia, no domínio da defesa, assinado a 18 de setembro de 1990, foi revisto de forma parcial, no qual foi anexado uma emenda que passa a fazer parte do protocolo de 1990. A referida emenda foi aprovada em 2004⁹⁸⁵. Como já nos referimos antes, a Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia mantém como o presidente o Ministro da Defesa Nacional do país anfitrião da reunião e copresidente o Ministro da Defesa do país visitante. Esta Comissão passou a ser composta pelos ministérios da Defesa, da Segurança do Estado e do Interior de ambos os países⁹⁸⁶. A Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia é constituída por dois subcomités: o Subcomité de Segurança Pública – que aborda questões relacionadas com a segurança interna –; o Subcomité de Segurança Estatal – que trata de questões relacionadas com a defesa do Estado e as ameaças que possam surgir a partir do exterior –; e os Grupos de Peritos (Comissões de Trabalho)⁹⁸⁷.

Cada Subcomité da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia desdobra-se em Comitês Técnicos Regionais e estes, por sua vez, em Subcomissões, cujos membros são dos órgãos dos ministérios da Defesa e do Interior, Assuntos Exteriores, Assistência Social, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Alfândega/Finanças, Administração do Território e outros órgãos da administração do Estado, mas representados pelos órgãos locais ao longo da fronteira comum que prestam contas aos seus respetivos órgãos centrais, e estes últimos, por sua vez, fazem relatórios para a Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança. A Comissão Mista

⁹⁸³ A delegação de foi chefiada pelo ministro da Defesa, general Kundi Paihama, e integrava também o vice-ministro almirante Gaspar Rufino e os governadores do Cunene, Pedro Mutinde, do Kuando-Kubango, Jorge Biwango, e do Namibe, Salomão Xirimimbimbi. Ver em: Agência Angola Press – ANGOP (24-07-2002), A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia reúne-se hoje em Ondangua, para analisar o reforço da segurança na fronteira comum. Disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2002/6/30/,de61a9c2-8fbc-4180-aca3-70cefb23e8f5.html, consultado a 27 de maio de 2017.

⁹⁸⁴ Jornal *Panapress* (2003), "Comissão Mista Angola-Namíbia condena golpe em São Tomé", 20 Julho 2003 12. Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome--3-431525-47-lang4-index.html>, consultado a 24 de junho de 2015.

⁹⁸⁵ Relatório do Comité de Defesa. 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia, 09 e 10 de junho de 2004).

⁹⁸⁶ Inquérito (Questionário) a Leo Mwadinangue, em Ondjiva, 10-07-2016.

⁹⁸⁷ Arquivo da Delegação Provincial do Cunene, Gabinete de Intercâmbio e Cooperação do Ministério do Interior - República de Angola, As ações de cooperação do Ministério do Interior.

Permanente de Defesa e Segurança reúne uma vez por ano e os Comitês Técnicos Regionais e as Subcomissões reúnem-se de seis em seis meses de forma ordinária e extraordinária, quando necessário. As visitas de membros dos Comitês Técnicos Regionais são feitas de forma permanente e quando necessário⁹⁸⁸.

A cooperação entre Angola e a Namíbia no domínio da defesa assenta, particularmente, em matéria técnico-militar, nomeadamente na troca de visitas entre os ministros da Defesa, pessoal civil e militar, cooperação em matérias sobre política de defesa, controlo político sobre as forças armadas, na organização das forças armadas, no plano de defesa e gestão do orçamento, no controlo de armamento e desarmamento, no contributo para a paz, operações de busca e salvamento, nas operações humanitárias, na gestão de crise, na desminagem, na saúde e assistência médica, na legislação militar, na educação e formação de pessoal, no desporto e cultura, na ciência e tecnologia, na indústria de defesa, e em outras áreas que os dois Estados julgarem apropriadas no sentido de fortalecer os seus interesses no quadro do Protocolo de 1990 e da emenda de 2004⁹⁸⁹.

No dia 7 de julho de 2006, em Ondangwa (Namíbia), foi ratificado o Protocolo de Cooperação Técnico-Militar entre a República de Angola e a República de Namíbia que permite a Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia estabelecer cooperação bilateral em várias áreas e matérias de segurança e defesa (acima mencionadas), segundo o interesse de cada ou dos dois países, bem como em matérias que permitem fortalecer as relações já existentes entre ambos⁹⁹⁰. Porém, o instrumento que regula as normas de organização e funcionamento do Comité Bilateral de Defesa Angola-Namíbia só foi assinado no dia 8 de outubro de 2010, em Swakopmund (Namíbia), durante a 17ª reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança⁹⁹¹.

Segundo o Informante 14 (2016), as atividades da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia (CMDSAN), durante o período de conflito, estiveram concentradas, principalmente, na luta contra o terrorismo transnacional, no qual foram enquadradas as ações militares da UNITA e do CLA. Com o fim do conflito armado em Angola e em Caprivi, as atividades da Comissão passaram, essencialmente, a estar voltadas para o combate aos crimes transnacionais, a fim de assegurar a paz e a segurança dos dois Estados⁹⁹², pois, estes crimes

⁹⁸⁸ Inquérito (Questionário) a Leo Mwadinangue, em Ondjiva, 10-07-2016.

⁹⁸⁹ Ofício da Embaixada da República da Namíbia em Angola para o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional da República de Angola (Luanda, 03-06-2014). Projecto do Protocolo de Cooperação entre a República da Namíbia e a República de Angola, no domínio da Defesa, endereçado pelo Ministro da Defesa da República da Namíbia. Documento em posse do autor. Ver também em: Relatório do Comité de Defesa. 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia), 09 e 10 de Junho de 2004. Documento em posse do autor.

⁹⁹⁰ Arquivo da Direcção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola. Memorando sobre o estado de cooperação com a República da Namíbia no domínio da defesa, 13-12-2016.

⁹⁹¹ Ibidem.

⁹⁹² Informante 14 [identidade preservada], em Ondjiva, 4 de julho de 2016.

constituem algumas das chamadas “novas ameaças” à segurança de Angola e da Namíbia, bem como à segurança dos Estados africanos em geral. Apesar de a Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia ser um instrumento de concertação de temas de interesse bilateral, também tem acompanhado e analisado, alguns casos relacionados com alguns países da SADC que possam, eventualmente, ter um impacto em Angola e/ou na Namíbia.

Nesta senda, entre 16 e 18 de julho de 2003, em Luanda, decorreu a 10ª reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, na qual Angola e a Namíbia analisaram a situação interna prevalecente nos dois países e em alguns África (Burundi, RDC e Libéria)⁹⁹³. De igual modo, a situação política e militar na RDC também foi analisada na 11ª reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, realizada entre 9 e 11 de junho de 2004, em Walvis Bay (Namíbia)⁹⁹⁴. Por seu lado, o ministro namibiano da Defesa, Erkki N'Ghimtina, sublinhou que a “situação na faixa de Caprivi está calma”, entre outras situações regional que se foram verificando ao longo dos anos seguintes⁹⁹⁵.

6.1. Cooperação Multidimensional: proteção da fronteira terrestre, marítima, aérea, serviços de informação, desporto militar e educação e formação de pessoal

O quadro referencial das forças que garante a segurança nacional da República de Angola compreende: a Defesa Nacional – constituída pelas Forças Armadas Angolanas (FAA) com todos os seus ramos (Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra) – e pelas Forças de Segurança Pública – constituídas pela Polícia Nacional com todas as suas forças (Ordem Pública, Proteção de Fronteira, Serviços Prisionais, Serviços de Bombeiros e Proteção Civil). A primeira, as FAA, “tem por objetivo garantir a defesa da soberania e da independência nacional, a integridade territorial e dos poderes constitucionais, assegurar a liberdade e a segurança das populações contra agressões e outro tipo de ameaças externa e internas”⁹⁹⁶; e a segunda, as Forças de Segurança Pública, tem por objetivo “assegurar a defesa e tranquilidade pública e segurança interna, o asseguramento e proteção das instituições, dos cidadãos e respetivos bens”⁹⁹⁷.

De acordo com Manuel Franco (2007), a África Austral, desde o fim da Guerra Fria, consolidou uma posição importante como região estratégica, na qual os equilíbrios e as

⁹⁹³ Jornal *Panapress* (2003), "Comissão Mista Angola-Namíbia condena golpe em São Tomé", 20 Julho 2003. Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome-3-431525-47-lang4-index.html>, consultado a 24 de junho de 2015.

⁹⁹⁴ Relatório do Comité de Defesa. 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia,) 09 e 10 de Junho de 2004.

⁹⁹⁵ Jornal *Panapress* (2003), "Comissão Mista Angola-Namíbia condena golpe em São Tomé", 20 Julho 2003. Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome-3-431525-47-lang4-index.html>, consultado a 24 de junho de 2015.

⁹⁹⁶ Constituição da República de Angola (2010), Capítulo III, Defesa Nacional e Forças Armadas, p. 74.

⁹⁹⁷ *Ibidem*, Capítulo VI, *Garantia da Ordem e Polícia Nacional*, p. 75.

questões de cooperação na área de segurança se definem, por um lado, pela interação entre os Estados da região e, por outro lado, por uma intervenção das grandes potências internacionais, motivada essencialmente pela necessidade de garantir o controlo de recursos energéticos⁹⁹⁸. De acordo com Luís Bernardino, as organizações sub-regionais africanas representam atualmente na “nova ordem africana” os principais agentes de mudança em África, e poderão assumir, num futuro próximo, os destinos de segurança das regiões onde exercem a sua influência⁹⁹⁹.

Como já foi referido, a segurança pública e a segurança de Estado constituem uma preocupação permanente dos Estados, na medida em que estamos perante um quadro de novas ameaças. Este facto tem levado Angola e a Namíbia a uma cooperação bilateral em matérias técnico-militar, nas áreas referidas anteriormente, que pode ser enquadrada em três perspetivas: cooperação na proteção da fronteira terrestre, na proteção da fronteira marítima e na proteção da fronteira aérea. Esta postura de cooperação bilateral entre Estados, bem como as suas necessidades foram analisadas por Armindo B. Rosa (2010), ao descrever os objetivos da política de defesa nacional de Angola. Nesta análise o autor salienta que,

[...] se bem que sem dúvida prioritários para a Defesa Nacional, a natureza difusa e diluída das ameaças, hoje em dia, [...] consideramos as temáticas da defesa e segurança à luz de um conceito mais amplo, pois que as profundas mudanças introduzidas na última década do século XX, no cenário internacional, apesar de abrirem novas oportunidades na cooperação entre as nações e não só, e ter trazido a retracção gradual dos níveis de hostilidade directa entre determinadas potências, ainda persiste a hostilidade indirecta, uma vez atenuadas as ameaças clássicas tradicionais de cariz militar e ameaças assimétricas, que fazem surgir outros factores de instabilidade, traduzidos em novos riscos e potenciais ameaças, das quais se destacam: terrorismo transnacional; instabilidade política; instabilidade económica e social; conflitos fronteiriços e territoriais; tensões étnicas; lutas internas pelo poder; proliferação de armas de destruição em massa; imigração ilegal; crime organizado, ressaltando-se o narcotráfico¹⁰⁰⁰.

⁹⁹⁸ Franco, Manuel (2007), “Estratégia e Segurança na África Austral”, em Franco, Manuel (org.), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-América, 1ª edição, p. 7.

⁹⁹⁹ Bernardino, Luís (2011), “Contribuição de Angola Para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana – A Cooperação militar no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Estratégia de Afirmação”, em Paiva, José Francisco (org.), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora, p. 113.

¹⁰⁰⁰ Rosa, Armindo B. (2010), “Política de Defesa de Angola”, comunicação apresentada no ciclo de conferências intitulada Visões Globais para a Defesa, no *Instituto de Defesa Nacional (IDN)*, a 27 de Abril, Lisboa, (online). Disponível em <http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/documents/portv14n4.pdf>, consultado a 2 de maio de 2017, p. 73.

a)- Cooperação na proteção da fronteira terrestre

A extensão territorial da fronteira comum Angola-Namíbia é 1.100 quilómetros. A 30 de abril de 2003, Angola e Namíbia assinaram acordo de cooperação no domínio da prevenção criminal ao longo da fronteira e sobre imigração ilegal¹⁰⁰¹. Este instrumento permite a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia desempenhar um papel importante no combate aos crimes transfronteiriços, a fim de proporcionar maior segurança às populações.

De acordo com a “Acta da Reunião Bilateral de Reforço da Cooperação”, de junho de 2015, as relações excelentes e cordiais existentes entre as polícias de Angola e da Namíbia têm favorecido a cooperação no combate à criminalidade ao longo da fronteira comum¹⁰⁰². Porém, a proliferação de armas ligeiras e explosivos constituem alguns crimes transfronteiriços que têm preocupado o comité de defesa, na primeira década do século XXI, já que tem sido apreendido um número considerável de artefactos¹⁰⁰³. Neste quadro, os dois países decidiram realizar periodicamente patrulhamentos conjuntos ao longo da fronteira por meio de uma força especial criada para a prevenção e combate de crimes transfronteiriços. A criação do grupo especial de prevenção e combate de crimes transfronteiriços, em 2004, permitiu a redução da proliferação de armas na posse da população residente ao longo da fronteira comum¹⁰⁰⁴.

A disseminação de tecnologias de armas avançadas para áreas de potencial conflito constitui preocupação de segurança internacional, no que refere proliferação de armas. A introdução dessas armas em zonas propensas a conflitos constitui uma ameaça para os países vizinhos e para a estabilidade mundial, pelo que urgem iniciativas de controlo de armas. O comércio de armas ainda livre e promovido por certos Estados, violando a declaração das Nações Unidas contra o tráfico de armas e proliferação. Alguns Estados têm praticado o contrabando de armas. Tal prática está intimamente relacionada como desejo de lucrar, no entanto esse desejo tem ultrapassado as preocupações morais. A possibilidade de essas armas caírem em mãos erradas pode representar uma ameaça para a estabilidade regional ou global. A proliferação de armas de pequeno porte, resultado

¹⁰⁰¹ Jornal *Panapress* (2003), "Comissão Mista Angola-Namíbia condena golpe em São Tomé", 20 Julho 2003 12. Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome--3-431525-47-lang4-index.html>, consultado a 24 de junho de 2015.

¹⁰⁰² Acta da Reunião Bilateral de Reforço da Cooperação entre as Polícias de Angola e da Namíbia, realizada em Ondjiva (Cunene), a 27 de junho de 2015. Documentos em posse do autor.

¹⁰⁰³ Relatório do Comité de Defesa (09 e 10-06-2004). 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia), 09 e 10 de junho de 2004.

¹⁰⁰⁴ Conclusões da reunião do Comité-Técnico Regional-Kunene. Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Ondjiva, 28 de maio de 2004. Documento em posse do autor.

deste comércio, tem causado sofrimento e mortes elevadas em vários países. As mulheres e as crianças têm sido as pessoas mais vulneráveis da sociedade¹⁰⁰⁵.

Segundo o relatório do Comité Técnico Regional-Cunene sobre a situação operativa ao longo da fronteira comum Angola-Namíbia, referente ao ano de 2013, “as medidas pontuais operativas não permitiram haver qualquer situação que pudesse alterar a ordem sobre a matéria de tráfico ilícito de armas de fogo”¹⁰⁰⁶. O roubo e furto de viaturas ocorrem principalmente na Namíbia e estas são vendidas, geralmente, em Angola, pelo que as autoridades angolanas têm feito operações internas para a recuperação das respetivas viaturas¹⁰⁰⁷. O furto e roubo de gados (conhecido na Província do Cunene por *omundjavala*) é outro dos crimes transfronteiriços que mais se regista. Tendo em conta o grau de ocorrências desses crimes (*omundjavala*) e o facto de o gado constituir uma das principais, em alguns casos, a principal, riqueza do povo do sul de Angola e do norte da Namíbia, os dois Estados coordenam atividades conjuntas relacionadas com a investigação, prevenção e combate ao *mudjavala* (roubo de gado)¹⁰⁰⁸. A falta de criação de regras específicas de circulação do gado no pasto, da Namíbia para Angola e vice-versa, tem favorecido os ladrões de gados¹⁰⁰⁹.

No entanto, a coordenação do trabalho assente na busca e troca de informações relativas ao furto e roubo de gado entre os dois países tem sido relevante para o combate a este fenómeno, e, além disso, têm-se realizado encontros bilaterais ou trilaterais, entre os Comité Técnico regional do Cunene, Comité Técnico regional do Cuando Cubango e Comité Técnico regional do Namibe, que visam coordenar medidas operativas relativamente ao combate ao furto e roubo de gado nas três províncias fronteiriças do sul de Angola (Cunene, Namibe e Cuando Cubango) e as quatro regiões político-administrativas do norte da Namíbia, Ohangwena, Omusati, Oshana e Kunene¹⁰¹⁰. Ainda neste sentido, por volta de 2007 foi constituída na fronteira sul de Angola, nomeadamente na Província do Cunene, uma unidade policial denominada oficialmente “Caça *Mundjava*” que tem como objetivo específico o combate ao furto e ao roubo de gado transfronteiriço e no interior da Província. Em 2014, este corpo policial foi renomeado para Unidade de Combate ao Furto e Roubo de Gado.

¹⁰⁰⁵ Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), Defence Policy, Windhoek. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016, pp. 11-17.

¹⁰⁰⁶ Relatório sobre a Situação Operativa ao Longo da Fronteira Comum Angola-Namíbia referente ao ano de 2013. Comité Técnico Regional-Cunene da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola/Namíbia (Ondjiva, 2014). Documento em posse do autor.

¹⁰⁰⁷ Conclusões da reunião do Comité-Técniczo Regional-Kunene. Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Ondjiva, 28 de maio de 2004. Documento em posse do autor.

¹⁰⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁰⁹ Relatório sobre a Situação Operativa ao Longo da Fronteira Comum Angola-Namíbia referente ao ano de 2013. Comité Técnico Regional-Cunene da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia (Ondjiva, 2014). Documento em posse do autor.

¹⁰¹⁰ Ibidem.

De acordo com a Acta da Reunião Bilateral de Reforço da Cooperação entre as Polícias de Angola e da Namíbia, realizada em Ondjiva, a 27 de junho de 2015, as grandes preocupações são relativas ao roubo de gado e à imigração ilegal¹⁰¹¹. A fuga ao fisco também constitui um crime que se regista ao longo da fronteira comum Angola-Namíbia¹⁰¹². No que tange ao tráfico de drogas, o Comité-Técnico Regional-Cunene da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia constatou, durante a reunião de 28 de maio de 2004, em Ondjiva, haver indícios no *modus operandi* em relação às rotas Brasil-Namíbia-Angola, através da utilização da fronteira terrestre de Angola e da Namíbia. Este facto levou os dois países a intensificarem medidas que visam estancar o tráfico internacional de droga nos dois Estados¹⁰¹³.

A devastação florestal também tem sido debatida pelo Comité-Técnico Regional-Cunene e pela Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia pelo facto de as regiões angolanas de Omushaty (Cunene) e do Namibe e a região namibiana de Ohangwana registarem um impacto resultante do deserto do Namibe, pelo que a Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia levou a cabo um programa que podemos considerar limitado, cingindo-se à sensibilização da população residente ao longo da fronteira comum no sentido de absterem-se da exploração florestal¹⁰¹⁴. Podemos considerar um programa simplista pelo facto de o respetivo programa não apresentar ações sustentáveis de substituir o uso dos recursos florestais como combustível, nem de gestão da exploração do carvão vegetal e de outras atividades ligadas à exploração florestal praticadas pela população local para o seu autossustento.

A diretiva do executivo de Angola nº 125/2011, de 25 de abril, e a recomendação da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia estabelecem a cooperação institucional entre a Polícia Nacional de Angola, os Serviços de Migração e Estrangeiros de Angola (Ministério do Interior) e o Serviço Nacional das Alfândegas (Ministério das Finanças de Angola). No âmbito desta cooperação são realizadas operações conjuntas periódicas que visam combater o contrabando, à imigração ilegal, homicídios, o contrabando de combustível e outros crimes transfronteiriços¹⁰¹⁵. A fuga de detidos das prisões namibianas,

¹⁰¹¹ Acta da Reunião Bilateral de Reforço da Cooperação entre as Polícias de Angola e da Namíbia, realizada em Ondjiva (Cunene), a 27-06-2015. Documentos em posse do autor.

¹⁰¹² Conclusões da reunião do Comité-Técnico Regional-Cunene. Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Ondjiva, 28 de maio de 2004. Documento em posse do autor.

¹⁰¹³ *Ibidem*.

¹⁰¹⁴ Conclusões da reunião do Comité-Técnico Regional-Cunene. Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Ondjiva, 28 de maio de 2004. Documento em posse do autor.

¹⁰¹⁵ Relatório sobre a Situação Operativa ao Longo da Fronteira Comum Angola-Namíbia referente ao ano de 2013. Comité Técnico Regional-Cunene da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola/Namíbia (Ondjiva, 2014), pp. 10-12. Documento em posse do autor. Ver também em: Informação sobre a operação policial Angola-Namíbia. Delegação Provincial do Cunene do Ministério do Interior da República de Angola. Informação sobre o grau de cumprimento das orientações saídas da reunião extraordinária entre as Polícias da Província do Cunene (Angola) e das Regiões de Ohangwena, Oshana e Omusati, realizada em Ondjiva. Arquivo da Delegação Provincial do Interior - Cunene.

procurando refúgio no território angolano e vice-versa, levou os dois países a firmarem um acordo de extradição¹⁰¹⁶.

Neste contexto, o conceito estratégico de Defesa Nacional, de acordo com Luís Bernardino (2012), as fronteiras terrestres dividem “raças”, etnias e terras tradicionalmente utilizadas por eles, facto que possibilita a fácil violação das fronteiras motivadas por melhores espaços de pastoreio, cultivo, comércio garimpo, etc., o que pode ser tomado como provocações pelas unidades políticas, em certos casos, podem mesmo provocar a proliferação de partidos políticos com bases étnicas desejos autonómicos ou independência, o que pode conduzir à instabilidade interna do país como aconteceu com Cabinda¹⁰¹⁷, no Cunene (“a questão do Cunene”) e nas Lundas.

Segundo o relatório do Comité Técnico Regional-Cunene, a situação operativa ao longo da fronteira comum Angola-Namíbia referente ao ano 2013, mas a situação migratória ao longo da fronteira sul tem preocupado o governo angolano, visto que se têm registado violações da fronteira, fundamentalmente as praticadas por cidadãos oeste-africanos, que usam o território namibiano com o objetivo de chegarem ao interior de Angola¹⁰¹⁸. As forças armadas dos dois países passaram desde então a apoiar as forças policiais na prevenção e combate aos crimes ao longo da fronteira comum¹⁰¹⁹.

O terrorismo internacional tem sido outra questão preocupante no quadro da segurança entre Angola e a Namíbia. Nos últimos anos, o terrorismo internacional expandiu-se e tornou-se mais mortal por causa dos sofisticados métodos de operações usados e devido aos meios violentos. O terrorismo tornou-se uma palavra importante na área de segurança internacional e cada nação deve-se preocupar com este tipo de ações já que esta ameaça não tem fronteiras. Os mandantes do terrorismo estão interessados em prosseguir com os seus objetivos políticos e ideológicos, por meio de violência, principalmente contra civis inocentes, elementos económicos, políticos e culturais. O terrorismo internacional constitui uma ameaça para a paz e a estabilidade mundial¹⁰²⁰.

O facto de Angola e a Namíbia terem sido poupadas de atos relacionados ao terrorismo contemporâneo, iniciadas a 11 de novembro de 2001, embora as ações militares

¹⁰¹⁶ Acções de Cooperação do Ministério do Interior. Gabinete de Intercâmbio e Cooperação do Ministério do Interior (Luanda, 07-02-2003). República de Angola. Documentos em posse do autor.

¹⁰¹⁷ Bernardino, Luís (2012), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa, p. 284.

¹⁰¹⁸ Relatório sobre a Situação Operativa ao Longo da Fronteira Comum Angola-Namíbia referente ao ano de 2013. Comité Técnico Regional-Cunene da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola/Namíbia (Ondjiva, 2014), pp. 10-12. Documento em posse do autor

¹⁰¹⁹ Relatório do Comité de Defesa (09 e 10-06-2004). 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia), 09 e 10 de Junho de 2004).

¹⁰²⁰ Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), Defence Policy, Windhoek. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016, p. 15.

da UNITA e do CLA tinham sido consideradas como atos terroristas pelos governos de Angola e da Namíbia, tem levado os governos dos respetivos países a uma certa tranquilidade relativamente à elaboração de ferramentas normativas específicas, em consonância com o contexto atual, relacionadas com o combate ao terrorismo. Por outro lado, devido ao receio de uma eventual retalhação e a carência de alguns meios modernos eficazes de combate ao terrorismo, principalmente o terrorismo internacional, esta matéria têm sido cautelosa¹⁰²¹. No entanto, Angola e a Namíbia precisam de aprimorar os seus meios e as suas estratégias jurídicas, diplomáticas, políticas e militares de combate ao terrorismo internacional. Segundo a Informante 13 (2016),

Estes acordos [antiterrorismo] podem existir. Temos tido deliberações no âmbito da SADC ou entre os dois países. Temos agido de forma silenciosa no combate ao terrorismo, utilizando alguns métodos apropriados dos órgãos de Estados vocacionados ao efeito. Alguns dos métodos de manifestação ao combate ao terrorismo usada por Angola e pela Namíbia são por via verbal ou escrita na qual " a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola Namíbia condena veemente a ação terrorista que sucedeu no local Y, perpetuadas pelo grupo X e, portanto, não apoia estes tipos de atos. Portanto, essas são algumas das formas muito usada para manifestar o seu descontentamento contra as ações terrorista. É uma forma de combate silenciosa usada pela Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia e ao nível da SADC. Excluindo ações agressivas, como intervenções militares¹⁰²².

Em 2011, o governo de Angola aprovou a resolução nº 19/99, de 30 de julho, a resolução nº 21/10, de 22 de junho e a resolução nº 38/10, de 17 de dezembro, que ratificam as convenções das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, a Criminalidade Transnacional e a Supressão do Financiamento ao Terrorismo, respetivamente, com vista a garantir a segurança territorial e do sistema financeiro angolano. Em consonância com estas ferramentas legais, e para dar maior sustentabilidade, o governo angolano aprovou, em 2010, a Lei nº 12/10 de 9 de julho, sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Esta lei foi substituída pela Lei nº 34/11 de 12 de dezembro, Lei sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, que aborda alguns aspetos imprescindíveis e

¹⁰²¹ Assembleia Nacional de Angola, Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro, define o Terrorismo internacional como "Quem, por quaisquer meios, directa ou indirectamente, com intenção de prejudicar a integridade ou a independência de um Estado, de destruir, de alterar ou de subverter o funcionamento das instituições desse Estado ou de uma organização pública internacional, de forçar as respectivas autoridades a praticar determinadas actos, a abster-se de os praticar ou a tolerar que sejam praticados, ou ainda, intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral". Ver em Assembleia Nacional de Angola, Lei n.º 34/11 de 12 de dezembro, sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, (online). Disponível em <http://www.bna.ao/uploads/%7B41c3397d-e9db-4ea7-bdaa-524574b6f58c%7D.pdf>, consultado a 28 de junho de 2017.

¹⁰²² Informante 13 [identidade preservada], em Windhoek, 10 de agosto de 2016.

fundamentais para o exercício das funções das autoridades angolanas na prevenção e repressão ao branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo. E também recomenda às autoridades nacionais competentes o dever de garantir a cooperação internacional com as suas congéneres estrangeiras em matéria de prevenção e repressão do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo¹⁰²³.

No entanto, só em junho de 2017 que a Assembleia Nacional de Angola aprovou uma lei específica contra o terrorismo, a Lei sobre Prevenção e Combate ao Terrorismo. Esta lei estabelece as medidas de natureza preventiva da ocorrência do fenómeno do terrorismo, de natureza repressiva, criação de um organismo de coordenação operativa, partilha de informação, medidas de investigação e processuais de combate ao terrorismo, bem como outras relacionadas ao apoio e proteção às vítimas de atos terroristas¹⁰²⁴. Segundo a política de defesa da Namíbia, nas relações internacionais contemporâneas não há uma manifestação evidente de um Estado terrorista. No entanto, o terrorismo é patrocinado por certos indivíduos, organizações ou países, que adotam políticas de confrontação contra Estados que eles consideram inimigos. Estes tipos de ações são contrárias aos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas, da UA e da SADC e constitui uma violação das normas aceitáveis nas relações internacionais¹⁰²⁵.

Nos primeiros anos, após a paz em Angola e em Caprivi, a principal dificuldade enfrentada pela Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, particularmente pelos seus Comitês Técnicos Regionais, foi a de ordem financeira¹⁰²⁶. A falta de infraestruturas, meios de transporte e equipamentos de vigilância e patrulhamento moderno para as forças de guarda-fronteiriça constitui algumas das dificuldades da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia¹⁰²⁷. No entanto, durante a 16ª sessão da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, realizada em Luanda, o vice-ministro da Defesa, Gaspar Rufino, afirmou que “o exemplo da cooperação recíproca entre Angola e Namíbia nos domínios essenciais da defesa e da segurança deveria ser

¹⁰²³ Assembleia Nacional de Angola, Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro, sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, (online). Disponível em <http://www.bna.ao/uploads/%7B41c3397d-e9db-4ea7-bdaa-524574b6f58c%7D.pdf>, consultado a 28 de junho de 2017.

¹⁰²⁴ Abias, Félix (24-05-2017), “Projecto lei que define medidas de combate ao terrorismo sobre para a NA”, em Carlos Rosado de Carvalho (Director) *Jornal Expansão*, (online). Disponível em <http://expansao.co.ao/artigo/78506/projecto-lei-que-define-medidas-de-combate-ao-terrorismo-sobe-para-a-an?seccao=5>, consultado a 28 de junho de 2017.

¹⁰²⁵ Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), *Defence Policy*, Windhoek. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016, pp. 11-17.

¹⁰²⁶ Conclusões da reunião do Comité-Técnico Regional-Kunene. Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Ondjiva, 28 de maio de 2004. Documento em posse do autor.

¹⁰²⁷ Relatório sobre a Situação Operativa ao Longo da Fronteira Comum Angola-Namíbia referente ao ano de 2013. Comité Técnico Regional-Cunene da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia (Ondjiva, 2014), pp. 17-19. Documento em posse do autor.

replicado por outros estados africanos, como condição para a segurança e estabilidade”¹⁰²⁸.

b)- Cooperação na proteção da fronteira marítima

Angola tem uma área de 1.246.700 km² e uma orla marítima de 1650 km. As dimensões aproximadas dos espaços marítimos em relação à área do território são as seguintes: Mar Territorial é de 12 milhas náuticas (36.670 km²); Zona Económica Exclusiva é de 200 milhas náuticas (611.160 km²) e a Extensão da Plataforma Continental é de 350 milhas náuticas (1.069.530 km²)¹⁰²⁹. De acordo com Armindo B. Rosa (2010), como resultado de fatores geopolíticos, estratégicos e da instabilidade reinante em África, em particular, e no mundo, em geral, uma das principais ameaças e riscos para África deve-se à existência de fronteiras mal definidas, facto que continuará a ser fonte de disputas entre nações, decorrentes da descoberta de recursos minerais, com destaque para o petróleo, nas fronteiras marítimas da África do Oeste¹⁰³⁰.

Em consonância com os argumentos acima e de forma a evitar um conflito militar ou uma crise político-diplomática entre Angola e a Namíbia que pode ser motivada por uma eventual disputa territorial, em 1993 os dois Estados deram início a um processo de delimitação das fronteiras marítimas, por intermédio de uma comissão conjunta constituída por representantes de Angola e da Namíbia – a Comissão Técnica Bilateral. Este processo foi concluído em 2005, com a apresentação de um mapa e de um relatório deste processo, numa cerimónia realizada em Luanda, onde estiveram presentes o presidente de Angola (José Eduardo dos Santos), o presidente da Namíbia (Sam Nujoma), o Ministro angolano da Justiça (Manuel Aragão) e o Ministro namibiano das Terras, Reabilitação e Reassentamento (Lucas Pohamba). O trabalho desta Comissão Técnica Bilateral permitiu Angola e Namíbia definirem e delimitar a fronteira marítima comum, junto à foz do rio Cunene, onde foram colocadas placas de luz vermelha e de luz verde que formam os marcos da nova fronteira e podem ser vistos pelos tripulantes e passageiros das embarcações que transitam na região. De acordo com Sam Nujoma, as questões

¹⁰²⁸ Conceição, Silvério (2009), “Almirante Gaspar Santos Rufino Durante. A 16ª Reunião Da Comissão Mista De Defesa E Segurança Angola/Namíbia”, em Silvestre Gustavo (diretor) *Revista Defender*, Julho-Agosto-Setembro, 2009, ano 6, nº 15. Disponível em file:///C:/Users/KUBO/Downloads/revista_defender_15_a.pdf, consultado a 22 de maio de 2017, pp. 16-17.

¹⁰²⁹ António, Valentim Alberto (2018), “O Poder Naval em Angola”, em *Revista de Marinha*, 12 de fevereiro de 2018, (online). Disponível em <https://revistademarinha.com/o-poder-naval-em-angola/>, consultado em 21 de março de 2018.

¹⁰³⁰ Rosa, Armindo B. (2010), “Política de Defesa de Angola”, comunicação apresentada no ciclo de conferências intitulada *Visões Globais para a Defesa*, no *Instituto de Defesa Nacional (IDN)*, a 27 de abril, Lisboa, (online). Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3075/1/NeD125_ArmandoBravodaRosa.pdf, consultado a 2 de maio de 2017, p. 74.

relacionadas com as delimitações de fronteiras internacionais têm sido um dos elementos que causam tensões e conflitos entre nações, tendo, em alguns casos, resultado em conflitos brutais. Nujoma ainda afirma que “devemos, como nações e povos, ter orgulho na forma em que a demarcação da nossa fronteira marítima se realizou e se concluiu”¹⁰³¹.

A forma como foi ultrapassada esta problemática dos marcos da fronteira Angola-Namíbia pode servir de modelo para vários diferendos que têm surgido, particularmente em África. Tem surgido alguns problemas relacionados com os marcos da fronteira norte de Angola com os seus vizinhos – a RDC e a República do Congo – que levaram a negociações diplomáticas e políticas. No âmbito dessas negociações recomendou-se a comissão mista dos respetivos países a efetuarem estudos ao longo da fronteira comum, a fim de estabelecer os marcos consensuais à luz da Conferência de Berlim (1884/85).

Ainda nesta temática da cooperação na defesa e segurança marítima, Angola integra a Comissão do Golfo da Guiné (CGG). A CGG é integrada pelos países ribeirinhos desde a Libéria até Angola¹⁰³². A Comissão do Golfo da Guiné foi formada a 3 de julho de 2001, em Libreville, e dela fazem parte Angola, Camarões, República do Congo, RDC, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe. Nos dias 27 e 29 de novembro de 2012, foi realizada, em Luanda, a Conferência sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné, na qual os signatários comprometeram-se intensificar a luta contra a criminalidade transfronteiriça e o terrorismo internacional; harmonizar e/ou estabelecer políticas e legislação comuns sobre esta matéria; bem como elaborar políticas e estratégias comuns para o combate à produção e consumo de substâncias psicotrópicas; e não permitir a utilização do seu território como rota do tráfico dessas substâncias para outras regiões. Também se comprometeram a trabalhar juntamente para desenvolver e implementar uma estratégia integrada (de longo prazo) de paz, segurança e desenvolvimento na região do Golfo da Guiné, tanto no mar como em terra, a nível da CEEAC, CEDEAO e CGG, em estreita colaboração com a União Africana, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), da qual a Namíbia e Angola fazem parte, com as Nações Unidas e com todos os Estados e organizações interessados na manutenção e consolidação da paz, segurança, democracia e boa governação na região do Golfo da Guiné¹⁰³³.

O Golfe da Guiné é uma região com fonte de rendimentos capaz de criar o capital necessário para o crescimento económico e social dos africanos, visto que nela fazem parte países potenciais produtores de petróleo, de matéria-prima, com jazidas de minérios,

¹⁰³¹ Cardoso, Albérico, “Política, Economia e Cultura”, em Cardoso, Cláudia (Diretora), *Revista África Today*, edição nº 2, Fevereiro, 2005, Luanda, pp. 28-29.

¹⁰³² Barros, Manuel Correia de (2014), *A Segurança no Golfo da Guiné: uma Visão Marítima Angolana*. Conferência proferida no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 11 de Julho de 2014, p. 5.

¹⁰³³ Declaração de Luanda sobre a Paz E Segurança na Região Do Golfo Da Guiné de 29 de Novembro de 2012 (online). Disponível em <http://cggrps.org/wp-content/uploads/Declaracaodeluanda-29NOV2012PT.pdf>, consultado a 6 de junho de 2017.

agricultura, água, energia, turismo e das florestas, região onde também o ciclo de pobreza, má governação e outros males afligem. Segundo Manuel Correia de Barros (2014) trata-se de uma região cuja pesca, *bunkering*, pirataria e o tráfico ilegais constituem os principais perigos e, no entanto, as dificuldades e vulnerabilidades resumem-se na falta de uma visão marítima, falta de vontade política, partilha e gestão da informação, legislação inaplicável e desatualizada, insuficiente capacidade de proteção marítima, fraca ou falta de cooperação com a internacional *crisis group*, arranjos logísticos e portos inseguros e/ou ineficientes¹⁰³⁴.

De acordo com Valentim Alberto António (2014), a região do Golfo da Guiné é uma entidade regional considerada como uma das maiores reservas mundial de *crude*, afirmando-se como uma “zona útil” no quadro da geoeconomia mundial e da geopolítica do século XXI. Por esses motivos, Angola e outros países da região reconhecem a necessidade de garantir a segurança marítima nesta zona ainda considerada vulnerável e bastante cobiçada pelos piratas, correndo o risco de um processo de “somalização”. Neste contexto, é objetivo dos Estados-membros transformar esta região numa zona de paz e segurança¹⁰³⁵.

Para tal é necessária uma cooperação bilateral e/ou multilateral entre os Estados-membros e com os Estados não membros. Angola possui um grande espaço marítimo sob sua jurisdição (1.650 km e 200 milhas náuticas), limitada no sul pela Namíbia e no norte pela República do Congo e pela RDC. Angola assume um papel geoestratégico importante para a SADC devido à sua posição geográfica, por ser um ponto de acesso marítimo da RDC e da Zâmbia, constituindo a rede de ligação destes países com o Atlântico, o Corredor do Lobito e do Caminho de Ferro de Benguela. Isto leva Angola e a Namíbia a uma cooperação para a paz e segurança marítima.

Além disso, Angola e a Namíbia encontram-se inseridas, com outros 24 países, na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) – região situada entre África e a América do Sul, instituída pela Nações Unidas, por iniciativa do Brasil, através da resolução A/RES/41/11 de 27 de outubro de 1986, da Assembleia Geral –, na qual exorta a todos os Estados desta região a promoverem uma maior cooperação regional em matérias de desenvolvimento económico e social, proteção do meio ambiente, conservação dos seres vivos e da paz e segurança de toda a região, e também exorta a todos os Estados militarmente importantes a respeitarem escrupulosamente esta região como zona de paz e cooperação, em particular na redução e eventual eliminação de sua presença militar na

¹⁰³⁴ Barros, Manuel Correia de (2014), *A Segurança no Golfo da Guiné: uma Visão Marítima Angolana*. Conferência proferida no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 11 de Julho de 2014.

¹⁰³⁵ António, Valentim Alberto (2014), “ O Atlântico Sul e Angola”, em *Revista de Marinha: A Marinha de Guerra*, nº 977, jan - fev, 2014, Lisboa, p. 23.

região, evitar a introdução e proliferação de armas nucleares ou outras armas de destruição massiva e prestar atenção à rivalidade e conflitos na região¹⁰³⁶.

Importa aqui referir que o desenvolvimento económico e social dos Estados da região do Atlântico Sul permitiu ganhar importância no cenário da geopolítica internacional. A título de exemplo, a África do Sul, Brasil, Argentina – com consideráveis níveis de industrialização – e Angola – apesar de ter um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) afirma-se como a segunda potência capaz de exercer influência regional. Além disso, também as enormes reservas de recursos minerais, energéticos e de biodiversidade têm catapultado a zona do Atlântico Sul para um panorama de maior projeção na geopolítica mundial, levando assim a desempenhar um papel relevante no quadro da balança energética global¹⁰³⁷. Angola e a Namíbia, que partilham fronteira no Atlântico, têm um considerável potencial energético, mineiro e de biodiversidade, que também alimenta a indústria da Europa, América e da Ásia. Além disso, estes países (Angola e a Namíbia) também servem de mercados de escoamento de certos produtos das indústrias da Europa, América e da Ásia.

A segurança desta região, a ZOPACAS, muitas vezes é perturbada pelos conflitos intraestados, pela imigração ilegal, pesca ilegal, o tráfico de drogas, a pirataria marítima, o roubo e contrabando de petróleo, as ameaças ambientais, o terrorismo e os efeitos civis da globalização, o que tem levado os países da região, entre os quais Angola e a Namíbia, a aderirem aos projetos de integração e/ou de associação a organizações regionais ou a firmarem acordos bilaterais ou multilaterais com vista a colmatar as suas necessidades de segurança e defesa¹⁰³⁸. De igual modo, Angola, Namíbia e a África do Sul constituem a Comissão da Corrente de Benguela, criada em janeiro de 2007, como o objetivo de promover uma abordagem regional virada para a investigação, gestão, proteção, reabilitação e uso sustentável do grande ecossistema marinho da Corrente de Benguela (BCLME). Este tratado sobre Comissão da Corrente de Benguela foi retificado em 18 de março de 2013¹⁰³⁹.

De acordo com o *Novo Jornal Online* (2017), as águas angolanas serviram de refúgio para barcos que pescava ilegalmente na Namíbia. O Governo da Namíbia tinha informado as autoridades angolanas sobre a presença de um conjunto de barcos com identificação apagada que, durante a noite, pescam ilegalmente nas águas territoriais

¹⁰³⁶ AUN - Resolução A/RES/41/11 de 27 Outubro de 1986, da Assembleia Geral (online). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/41/11>, consultado a 6 de junho de 2017.

¹⁰³⁷ António, Valentim Alberto (2014), “O Atlântico Sul e Angola”, em *Revista de Marinha: A Marinha de Guerra*, nº 977, jan - fev, 2014, Lisboa, p. 22.

¹⁰³⁸ Ibidem, p. 22.

¹⁰³⁹ Anexo VI: Acordo provisório entre o Governo da República de Angola e o Governo da República da Namíbia e o Governo da República da África do Sul. ACTA DO PROJETO DE APLICAÇÃO BCLME SAP REUNIÃO DO COMITÉ DE AVALIAÇÃO DO PROJETO EXTERNO (EPAC), CENTRO DO HOTEL E ENTRETENIMENTO SWAKOPMUND, 22 DE NOVEMBRO DE 2007, SWAKOPMUND NAMÍBIA.

namibianas, refugiando-se, de dia, no mar de Angola. Esta atividade aconteceu numa altura em que terminava a proibição, entre junho e agosto, de pesca de carapau no Sul de Angola¹⁰⁴⁰. No entanto, segundo Eugénio da Costa Almeida (2017), Angola têm deixado uma má imagem e levam especialistas a questionarem-se sobre a credibilidade da defesa marítima nacional. Esta situação transmite a impressão de que Angola está a mostrar um total abandono quer das suas obrigações internacionais quer da proteção das suas águas e territórios¹⁰⁴¹.

Apesar dos entraves, podemos concluir que Angola tem um papel relevante nesta matéria, não só pelo facto de ser a segunda potência militar na região, mas também pelo facto de ter feitos certo esforço para o cumprimento da sua missão de garantir a ordem, a defesa e a segurança, tranquilidade pública e quaisquer tipos de ameaças e riscos a segurança do Estado, ou seja, garantir a defesa da soberania e da independência nacional, da integridade territorial e dos poderes constitucionais, o asseguramento da liberdade da população contra agressões e outro tipo de ameaças externas e internas que possa afetar os interesses nacionais, o cumprimento da constituição e da lei nº 2/93 de 26 de Março (Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas). Para além disso, Angola persegue o compromisso de assegurar a manutenção ou o estabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais e de contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, garantindo a segurança, justiça e bem-estar económico e social nacional e da zona, regiões ou comunidades em que se encontra inserida, nomeadamente a SADC, a ZOPACAS, a CEEAC e CIRGL, com as quais firmou tratados contra a pesca ilegal; a pirataria marítima; o roubo, furto e contrabando de petróleo, entre outras atividades consideradas ilícitas.

Porém, Eugénio da Costa Almeida (2017) faz lembrar as autoridades angolanas de que a fronteira marítima do país é enorme, com uma extensão de 1.650 km e 200 milhas náuticas, e questiona como será a questão da vigilância, defesa e segurança marítima quando as Nações Unidas aprovarem o pedido do governo angolano para aumentar a área de plataforma continental, facto que poderá também aumentar a sua zona económica exclusiva de Angola atingindo 1.650 km e 3500 milhas náuticas? No entanto, seja qual for a dimensão da fronteira marítima ela deve ser controlada, preservada e defendida de todo

¹⁰⁴⁰ *Novo Jornal Online* (11-09-2017), “Águas angolanas servem de refúgio para barcos que pescam ilegalmente na Namíbia”. Disponível em <http://www.novojornal.co.ao/economia/interior/aguas-angolanas-servem-de-refugio-para-barcos-que-pescam-ilegalmente-na-namibia-42518.html>, consultado a 17 de outubro de 2017.

¹⁰⁴¹ Almeida, Eugénio Costa (28-09-2017), “Angola e a (incipiente) proteção marítima nacional”, em *Novo Jornal Online*. Disponível em <http://www.novojornal.co.ao/opiniao/interior/angola-e-a-incipiente-proteccao-maritima-nacional-42780.html>, consultado a 17 de outubro de 2017.

o tipo de pilhagem que possa ser efetuado sem cobertura legal¹⁰⁴². Pois, segundo o conceito estratégico de Defesa Nacional de Angola, a defesa das águas territoriais e fiscalização da Zona Económica Exclusiva (ZEE), dever-se-á ter especial cuidado em evitar ou restringir vazios estratégicos nesse espaço. Deste modo, a vigilância da orla marítima e a segurança dos portos é uma prioridade, de onde emerge a necessidade de repensar-se no controlo naval da navegação mercante e de pesca, bem como atualizar o conceito de defesa marítima dos portos. Estas ações e medidas a serem tidas em conta constituirão um valor estratégico na defesa da soberania. Para isso, é preciso que haja um investimento nos recursos humanos e nos equipamentos modernos necessários para Marinha de Guerra Angolana – que atualmente dispõe de cinco bases navais (no Lobito, Namibe, Cabinda, Soyo e em Luanda – a Basa Naval e Quartel General) – para desempenhar com eficácia e eficiência o seu propósito¹⁰⁴³.

c) - Cooperação na proteção da fronteira aérea

A Namíbia e a Angola também cooperam na proteção do espaço aéreo. Pois, de acordo com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional de Angola, incumbe ao Estado o dever de garantir o controlo e a defesa do espaço aéreo e dispor dos meios necessários para o efeito assim como a necessidade de um programa de modernização da técnica e aviação radares sistemas de controlo e informação e de defesa antiaérea mantendo bases aéreas perto das zonas de fronteira, assim como a necessidade de manter, em posições avançadas, pequenos aeródromos para serem utilizados por aviões ligeiros de apoio em operações tanto convencionais como antiterroristas, podendo assim, a afirmação da soberania nacional¹⁰⁴⁴.

De acordo com Leo Mwadinangue (2016), neste período de paz, a cooperação na área de proteção de fronteira aérea existente entre Angola e a Namíbia tem pouca substância. No entanto, os respetivos meios são acionados quando o contexto exigir, isto é, quando for identificada uma ameaça à segurança de um ou de outro país ou quando aconteça desastres naturais que exige o uso de tais meios. O Regimento de Caças da Região Aérea Sul, no Lubango (sul de Angola), tem cooperado com a Base Aérea de Ondangwa (norte da Namíbia) na defesa da fronteira aérea comum. Esta cooperação

¹⁰⁴² Almeida, Eugénio Costa (28-09-2017), “Angola e a (incipiente) proteção marítima nacional”, em *Novo Jornal Online*. Disponível em <http://www.novojornal.co.ao/opiniao/interior/angola-e-a-incipiente-proteccao-maritima-nacional-42780.html>, consultado a 17 de outubro de 2017.

¹⁰⁴³ Bernardino, Luís (2012), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa, pp. 284 e 372.

¹⁰⁴⁴ *Ibidem*, pp.272-274.

enquadra-se também no protocolo da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, firmados em 1990 e da emenda de 2004¹⁰⁴⁵.

Neste quadro, o Comité de Defesa foi informado, durante a reunião de Walvis Bay, realizada entre 9 e 10 de junho de 2004, sobre as violações da fronteira sul angolana, nos marcos 16, 17 e 18, que ocorreram em março de 2004, por cinco aeronaves de tipo PC-7 ou Tucano com características de reconhecimento e que tinham sido observados pela população do bairro Okafitu, pelas forças policiais e forças armadas estacionadas no Cunene. No entanto, a delegação namibiana rejeitou a referida violação, argumentando que as NDF não possuíam tais tipos de aeronave. Por sua vez, as NDF informaram sobre a violação do espaço aéreo namibiano por aeronave proveniente de Angola e que havia aterrado na pista de Ruacaná. No entanto, a parte angolana teria manifestado a necessidade de efetuar esforços para que tais violações não voltem a acontecer. Assim, o Comité de Defesa conclui, neste encontro, que provavelmente terceiros países têm violado as fronteiras angolanas e namibianas, levando-os a tomar medidas preventiva concertadas para evitar a repetição de tais situações, bem como a diligência para apurar a origem dos aviões que tinham violado as duas fronteiras e estabelecerem mecanismo de deteção prévia, rápida e efetiva das violações do espaço aéreo comum. Este conjunto de factos levaram a Comité de Defesa a continuar a manter a proteção das infraestruturas do complexo hidroelétricos de Calueque e Ruacaná por meio das forças policiais de ambos países¹⁰⁴⁶.

d)- Cooperação entre os serviços de informação e contra informação

A cooperação nesta área também foi mais ativa durante o período de conflito armado angolano e do conflito de Caprivi. A atual cooperação nesta área é a continuidade das atividades realizadas durante o período do conflito armado. Na reunião realizada em Luanda, entre 10 e 12 de setembro de 2003, os peritos do Serviço Central de Inteligência da Namíbia / *Namibia Central Intelligence Service* (NCIS) e do Serviço de Informação de Angola (SINF, atualmente designada por SINSE – Serviço de Inteligência e Segurança de Estado) elaboraram o “Plano de Ações Conjuntas” para a implementação de matérias ligadas a cooperação, em conformidade com o Memorando de Entendimento rubricado entre os dois serviços, por meio dos comités técnicos regionais com apoio das autoridades policiais locais¹⁰⁴⁷.

¹⁰⁴⁵ Inquérito (Questionário) a Leo Mwadinangue, em Ondjiva, 10-07-2016.

¹⁰⁴⁶ Relatório do Comité de Defesa (09 a 10-06-2004). 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia), 09 a 10 de Junho de 2004.

¹⁰⁴⁷ Ibidem.

Neste período de paz, fazem parte da cooperação a troca de informações entre os serviços de informação e de inteligência militar dos dois países, sobre o crime organizado e troca de informação operacional sobre as atividades subsecivas. Tal cooperação inclui visitas recíprocas entre os chefes dos serviços de inteligência e contrainteligência militar dos dois países, reuniões regulares de peritos e do Comité Técnico Provincial/Regional, bem como a troca de informação sobre a situação política, militar, de segurança, económica e social interna reinante nos dois Estados¹⁰⁴⁸ e a troca de informação operativa relativamente ao combate a crimes transfronteiriços¹⁰⁴⁹.

e)- Cooperação no desporto militar

As forças armadas de qualquer país destinam-se essencialmente à defesa e segurança militar de um Estado. Não obstante, as atividades desportivas não estão dissociadas do objeto primordial das FAA. Em 1978, as FAPLA¹⁰⁵⁰ aderiu ao Comité Desportivo dos Exércitos Amigos (SKDA), uma organização desportiva constituída por exércitos dos países do ex-bloco socialista. Em 1991, após o colapso da URSS e a extinção SKDA, Angola aderiu ao Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM-ESALO), em Arusha (Tanzânia). Iguamente, Angola é membro da Organização do Desporto Militar em África (OSMA-CISM)¹⁰⁵¹ e do Comité Regional do Desporto Militar (Gabinete de Ligação D'África Leste/Sul). O Comité Regional do Desporto Militar é composto pela África do Sul, Botswana, Lesoto, Malawi, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, Madagáscar e Moçambique. O CISM é uma organização multidisciplinar criada a 18 de fevereiro de 1948, pela Bélgica, Dinamarca, França, Holanda e Luxemburgo, responsável pela organização de vários eventos desportivos militares¹⁰⁵².

¹⁰⁴⁸ Relatório do Comité de Segurança Estatal (09 e 10-06-2004). 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia), 09 e 10 de Junho de 2004.

¹⁰⁴⁹ Ata da Reunião Bilateral de Reforço da Cooperação entre as Polícias de Angola e da Namíbia, realizada em Ondjiva (Cunene), a 27-06-2015. Documento em posse do autor.

¹⁰⁵⁰ FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola – foi o braço armado do MPLA, formado a 1 de Agosto de 1974, na ocasião da realização da 3ª Reunião Plenária do MPLA, na Frente Leste, vista agora com uma estrutura militar regular, em substituição do Exército Popular de Libetação de Angola, que datava já de 1968. A criação das Forças Armadas Angolanas (FAA) resulta da fusão das FAPLA e FALA, no quadro dos acordos de Bicesse, e foi materializado a 5 de Outubro de 1991. Recorde-se que as FAPLA e as FALA só foram formalmente extintas no dia 27 de setembro de 1992. Ver em Luís Bernardino (2015:106) e em Jean-Michel Mabeko-Tali (2018:290).

¹⁰⁵¹ Para além de coordenar o desporto militar em África, o OSMA direciona a sua ação para os países saídos do conflito armado, com o objetivo de consolidar a paz e o desenvolvimento, à luz da simbiose "Paz e o Desporto", devido ao potencial que estes têm nas relações humanas. Ver em Agência Angola Press – ANGOP (25-03-2012, Constatação de Muandumba, desporto militar e afrotacas no destaque da semana. Disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/desporto/2012/2/12/Constatacao-Muandumba-desporto-militar-afrotacas-destaque-semana,167658f3-4719-4509-be25-945140c17878.html?version=mobile, consultado a 26 de maio de 2017.

¹⁰⁵² Agência Angola Press – ANGOP (18-11-2016), Desporto militar: Angola pode ser sede permanente do CISM em África. Disponível em

Segundo Eduardo Cristóvão "Cristo" (2016), em Angola o desporto militar surgiu desde a criação das primeiras forças de defesa de Angola – as FAPLA. Apesar das forças armadas angolanas (FAA) ter um objetivo primordial ligado à defesa e segurança estatal, a questão do desporto nunca esteve desligado dela. O slogan das forças de defesa de Angola "Corpo são, mente sã" significa, portanto, que para que se possa ter um corpo saudável, logicamente deve-se ter o desporto como base, visto que o desporto é a base de um corpo são. A preparação desportiva faz parte das FAA e das NDF, tal como a preparação combativa permanente¹⁰⁵³.

Foi neste âmbito que no seio das FAPLA surgiu o Comité Desportivo Nacional Militar – CODENM – que no quadro das suas estratégias de fomento e desenvolvimento do desporto fez surgir, em 1977, o Clube Desportivo Primeiro de Agosto (1º D´Agosto). Após a unificação das FALA com as FAPLA – nos termos do Acordo de Bicesse, 1991, e, conseqüentemente, o fim do monopartidarismo em Angola, as FAA deu seqüência à política desportiva das ex-FAPLA. Nesta perspetiva, surgiram os Comités Desportivos Regiões Militares nas direções dos ramos das FAA, nas regiões militares, nas divisões militares e nos batalhões, isto é, desde o topo até à base das FAA. Também foram surgindo clubes e/ou equipas subordinados(as) aos respetivos comités ou aos comandos operacionais. Na Região Sul de Angola pode-se mencionar o Desportivo da Huila (1998)¹⁰⁵⁴, os Kakuvas do Cunene, o COP-Cunene, entre outros. Ao Comité Desportivo da Região Militar Sul estão associadas treze modalidades desportivas, entre elas três são modalidades puramente militares e dez são modalidades olímpicas, num leque de quinze modalidades que o Comité Desportivo Nacional Militar de Angola pode ter¹⁰⁵⁵.

A cooperação entre Angola e a Namíbia na área do desporto militar enquadra-se também no Acordo do Lubango, assinado em 18 de setembro de 1990, e as respetivas atividades são coordenadas pela Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia. A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia foi constituída, essencialmente, para a cooperação na área de defesa e segurança para garantir a paz e o bem-estar às populações dos dois Estados. Contudo, a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia também é um mecanismo usado para estreitar, solidificar as relações bilaterais entre ambos Estados, através de atividades culturais e desportivas¹⁰⁵⁶. Neste âmbito, no quadro das relações que existiram entre a NDF e as FAA, as superestruturas de Angola e

https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/desporto/2016/10/46/Desporto-militar-Angola-pode-ser-sede-permanente-CISM-Africa,2d59851f-15c7-46bc-a886-cac48f0d9e74.html, consultado a 26 de maio de 2017.

¹⁰⁵³ Entrevista a Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango, 17 de novembro de 2016.

¹⁰⁵⁴ Desportivo da Huila resulta dos jogos desportivos militar do Exército, realizados no Huambo, em 1995, e das FAA realizados em 1995 na cidade do Lubango. Entrevista ao Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango (Huila), 17 de novembro de 2016.

¹⁰⁵⁵ Entrevista a Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango, 17 de novembro de 2016.

¹⁰⁵⁶ Informante 13 [identidade preservada], em Windhoek, 10 de agosto de 2016.

da Namíbia decidiram ultrapassar as relações circunscritas às atividades políticas, militares, económicas e estabeleceram também estreitas relações no quadro dos desportos militares, incluindo-os no leque das áreas de cooperação entre os dois países¹⁰⁵⁷. São várias as explicações sobre as razões que levaram Angola e a Namíbia a cooperarem no domínio do desporto militar. Questionado sobre os objetivos do intercâmbio desportivo entre Angola e a Namíbia, Eduardo Cristóvão "Cristo" (2016) afirma,

[...] a própria SWAPO esteve muito tempo nos quartéis das FAPLA, aqui no nosso país, a lutarem pela independência do seu país. Nós vivemos um passado junto, mas devido a independência da Namíbia, houve um "afastamento". Apesar de termos tido conversações institucionais, já não nos encontrávamos para conviver e recriar. Houve a necessidade de arranjar um momento ou uma forma que possamos estar junto para nos divertir, recriar, bem como recordamos o passado, analisarmos o presente e perspetivarmos o futuro, visto que as atividades desportivas envolvem muita gente. É uma forma de não cortarmos os laços fortes de amizade já cultivados durante o período em que a SWAPO esteve em Angola, nos quartéis das FAPLA¹⁰⁵⁸.

Por outro lado, a cooperação nas áreas dos desportos tem também como objetivo aproximar os partidários da oposição namibiana, que eram pró-sul-africano na época da luta pela independência da Namíbia e, por sua vez, eram hostis ao governo da República Popular de Angola. Por este facto, os governos de Angola e da Namíbia concluíram que a atividade desportiva desempenhará um papel importante na aproximação dos povos, dos governos, militares, organizações partidárias e outras estruturas sociais e políticas dos dois Estados¹⁰⁵⁹. Ainda dentro deste âmbito, o Informante 16 afirma,

[...] o nome da UNITA ainda anda no coração de muitos namibianos. Para além da própria UNITA ter muita gente que fugiu para a Namíbia. Os mais de 30 mil refugiados que estavam na Namíbia eram quase todos da UNITA, tinham saído das áreas controladas por eles. Quando fomos visitar os campos de refugiados, depois da guerra, no âmbito do programa de repatriamentos eles manifestaram interesse de vir para cá e outros decidiram ficar. Os jogos militares servem para sarar as mágoas da guerra¹⁰⁶⁰.

No entanto, a atividade desportiva tem uma particular importância para a corporação militar porque para além de proporcionar um ambiente de camaradagem e de amizade ela une os dois países e fortalece as relações sociais. Portanto, o militar pode sentir-se inserido num ambiente diferente da preparação combativa. Os primeiros jogos amistosos entre Angola e a Namíbia eram somente de cariz civil, devido à situação de guerra que se vivia em Angola e na Namíbia. Não havia ambiente propício para a realização de atividades

¹⁰⁵⁷ Entrevista a Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango, 17 de novembro de 2016.

¹⁰⁵⁸ Ibidem.

¹⁰⁵⁹ Informante 16 [identidade preservada], em Ondjiva, 26 de agosto de 2016.

¹⁰⁶⁰ Ibidem.

desportivas e culturais militares. Antes da paz, na cidade de Ondjiva (Cunene) eram realizados eventos músico-cultural, com artistas angolanos e namibianos. No desporto, o futebol e, às vezes, o andebol eram as modalidades mais praticadas. Mas, observava-se a falta de um certo rigor, permitindo a participação de civis. Ainda nesta temática, o Informante 19 afirma,

[...] os jogos que realizávamos antigamente em Ondjiva e na Namíbia envolviam a equipa da Província do Cunene, conhecida por “Equipa da Educação” por ter sido patrocinada pela Direção Provincial da Educação do Cunene. Por um lado, esses jogos eram realizados com o objetivo de fortalecer a amizade e criar um ambiente de confraternização, bem como a troca de experiência na área dos desportos entre os dois povos. Por outro lado, no Cunene, principalmente em Ondjiva não havia equipas fortes para protagonizarmos bons duelos. De igual modo, não tinham possibilidade de irmos à segunda divisão ou fazer jogos amigáveis com equipas de outras províncias de Angola, devido a falta de meios que a longa distância exigia, o mau estado das estradas e a situação política e militar insegura que se vivia na época¹⁰⁶¹.

Foram necessários alguns anos para que as atividades relacionadas com a cooperação na área do desporto militar entre Angola e a Namíbia comesçassem de facto. O protocolo de cooperação no desporto militar entre os dois países só foi rubricado em 2004, na cidade de Windhoek, pelos ministros da Defesa de Angola e da Namíbia¹⁰⁶². Segundo o referido acordo, as unidades militares localizadas ao longo da fronteira comum devem realizar anualmente, sob organização da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, atividades desportivas e culturais entre militares de Angola e da Namíbia, no âmbito do fortalecimento das relações de amizade, solidariedade e de cooperação entre os dois Estados¹⁰⁶³.

Neste quadro, na reunião de Walvis Bay, de 9 a 10 de junho de 2004, o Comité de Defesa da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia decidiu alargar e intensificar a realização de diversas modalidades desportivas e atividades culturais. Tal decisão tinha sido tomada devido ao facto de as atividades desportivas e culturais no quadro militar, na altura, cingirem-se apenas ao futebol onze¹⁰⁶⁴. Apesar de as atividades desportivo-militares entre Angola e a Namíbia serem realizadas anualmente, há a possibilidade de interregno, quando necessário. O período de interregno foi registado principalmente durante o período pré-conflito (1990 – 2002), que produziu um clima não favorável a competições desportivas. O interregno que se tem verificado no período pós-conflito é justificado pelo curto tempo de preparação e recuperação que a atividade

¹⁰⁶¹ Informante 19 [identidade preservada], em Ondjiva, 07 de novembro de 2016.

¹⁰⁶² Informação ao Francisco Ruben "Chico", em Ondjiva, 03-06-2017.

¹⁰⁶³ Inquérito (questionário) a Leo Mwadinangue, em Ondjiva, 10-07-2016.

¹⁰⁶⁴ Relatório do Comité de Defesa (09 e 10-06-2004). 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia), 09 e 10 de junho de 2004.

desportiva exige, pelos meios técnicos e estruturas adequadas exigidas para a organização das respetivas atividades, facto levou à realização de poucas edições desportivas¹⁰⁶⁵.

Os primeiros jogos de cariz militar foram realizados somente por militares afetos ao Comando Operacional Cunene (COP-Cunene), estacionado na província do Cunene, como representante da Região Militar Sul (visto que o Comando da Regional Sul e o Comité Desportivo Militar se encontram na Província da Huíla), e os militares da NDF afetos à Região Norte da Namíbia (Batalhão 261 da Região de Okavango, Batalhão 262 da Região de Caprivi e o Batalhão 263 da Região de Oshana), afetos a 26ª Brigada de infantaria motorizada localizado em Grootfontein¹⁰⁶⁶. A primeira edição dos jogos militares, entre o COP-Cunene e a Região Militar Norte da Namíbia (26 Brigada), foi realizada em Oshakati (Namíbia), a segunda edição foi realizada em Ondjiva (Angola) e a terceira teve lugar em Oshivanda (Namíbia). Fizerem parte da prova as seguintes modalidades: o futebol onze, atletismo e corrida de meio-fundo com mochila num percurso de 10 quilómetros¹⁰⁶⁷. Relativamente a este assunto, o informante 19 ainda prossegue e afirma que,

Para tais eventos eram feitas seleções. O COP-Cunene fazia uma seleção para representar a Zona Militar Sul de Angola. E os namibianos, por sua vez, faziam uma seleção para representar a unidade militar do norte da Namíbia. Nestes jogos já englobavam várias modalidades. Algumas delas eram desconhecidas, é o caso do jogo de “puxar corda” [jogo de medição de força] não era conhecido pelos angolanos, que era realizado pelos militares¹⁰⁶⁸.

Com o desenvolvimento da dinâmica dos desportos militares, principalmente, após a extinção da COP-Cunene e consequente transferência dos militares para Região Militar Sul (província da Huila), em 2007, o Comando da Região Militar Sul de Angola teve de assumir as responsabilidades relativamente à coordenação, organização e realização das atividades desportivas no âmbito da cooperação Angola-Namíbia. Desde então, os militares da Região Militares Sul de Angola e da 26ª Brigada do Norte da Namíbia começaram a participar nos respetivos jogos militares. Paulatinamente foram-se incluindo outras modalidades desportivas¹⁰⁶⁹.

Ao Comité Desportivo da Região Militar Sul (CDRMS) estão associadas 13 modalidades desportivas, entre elas três são puramente militares – o triatlo militar¹⁰⁷⁰, superação de obstáculos e a orientação no terreno. Dentro as modalidades olímpicas, o

¹⁰⁶⁵ Entrevista a Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango, 17 de novembro de 2016.

¹⁰⁶⁶ Ibidem.

¹⁰⁶⁷ Informante 16 [identidade preservada], em Ondjiva, 26 de agosto de 2016.

¹⁰⁶⁸ Informante 19 [identidade preservada], em Ondjiva, 07 de novembro de 2016.

¹⁰⁶⁹ Entrevista a Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango, 17 de novembro de 2016

¹⁰⁷⁰ O triatlo militar é uma modalidade que no contexto angolano engloba três disciplinas: tiro, lançamento de granada e atletismo (corta-mato num percurso de 30 quilómetros na qual o atleta fica equipado militarmente, como se estivesse em combate). Entrevista ao Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango, 17 de novembro de 2016.

CDRMS tem dez modalidades – o futebol onze, o futsal, o andebol, voleibol, o basquetebol, atletismo, o boxe, o judo, o taekwondo e o xadrez. A classe feminina tem três modalidades – o andebol, o atletismo e o futsal. Ao nível do leque das modalidades do programa do Exército Angolano, ao CDRMS falta o hóquei em patins, ténis de mesa e a natação¹⁰⁷¹.

Na edição de 2016, realizada no Lubango, a Namíbia fez-se presente com o futebol onze, o voleibol, o atletismo e o snooker. Nesta edição fizeram parte o futebol, futsal, voleibol, atletismo (100 m, 400 m, 800 m e 10 km), marcha forçada (10 km com 5 kgs), tiro desportivo (300 m posição deitada, 200 m de joelho e 100 m de pé nos alvos fixos), snooker, medição de força (puxar a corda). A organização tem dado alguma flexibilidade ao triatlo militar¹⁰⁷², em relação as regras internacionais pelo facto de a Namíbia não praticar o tiro, lançamento de granada e atletismo num único pacote (só têm feito o tiro), levando-os a realizar as fases desta modalidade (triatlo militar) em dias diferentes. Porém, pretende-se ultrapassar de forma a aumentar o impacto físico e o entusiasmo da modalidade¹⁰⁷³.

O conjunto de modalidades de cada edição é proposto pelo país anfitrião e aprovado na reunião técnica Angola-Namíbia com o objetivo de acordarem de forma consensual as modalidades que farão parte de cada edição dos jogos militar, tendo em conta as modalidades que ambos têm praticado internamente. Em cada edição desportiva, geralmente, tem havido modalidades demonstrativas, apresentadas por cada país e que não são praticadas pelo seu adversário. As modalidades de demonstrações são realizadas com o objetivo de incluí-las nas respetivas forças armadas e praticá-las nas próximas edições desportivas. É o caso do basquetebol, futsal, superação de obstáculos, triatlo militar completo (tiro, lançamento de granada e a corrida, de forma sequência) e o andebol (masculino e feminino), demonstradas pelas FAA, e o snooker e o netbol demonstrados pela NDF. Mas, para tal e de forma prévia, o conjunto experiente envia um dispositivo com vídeos para que o inexperiente possa observar e aprenderem as modalidades em questão e as suas regras¹⁰⁷⁴. De modo geral, entre 2005 e 2016, os jogos militares Angola-Namíbia, foram disputadas em oito edições:

- A primeira edição foi realizada em 2005, no Estádio Municipal de Oshakati (Namíbia), entre a Região Militar do Norte da Namíbia (26 Brigada) e o COP-Cunene.

¹⁰⁷¹ Entrevista a Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango 17 de novembro de 2016.

¹⁰⁷² Segundo Eduardo Cristóvão "Cristo" (entrevista, em Lubango, 17 de novembro de 2016), geralmente, a aplicabilidade desta modalidade – o triatlo militar – está relacionada com a base da formação das forças armadas do respetivo país. As FAA têm recebido formação dos países do ex-Pacto de Varsóvia, principalmente da Rússia, na qual esta modalidade é obrigatória no quadro da formação militar. Provavelmente, a formação dos militares dos namibianos é feita em alguns dos países da OTAN.

¹⁰⁷³ Entrevista a Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango, 17 de novembro de 2016.

¹⁰⁷⁴ Ibidem.

- A segunda edição foi realizada em 2006, em Ondjiva (Angola) entre COP-Cunene e a Região Militar do Norte da Namíbia (26 Brigada).
- A terceira edição foi realizada em 2007, Oshivanda (Grootfontein-Namíbia), entre a Região Militar do Norte da Namíbia (26 Brigada) e o COP-Cunene.
- A quarta edição foi realizada em 2008, na cidade do Lubango (Angola), entre a Região Militar Sul de Angola e a Unidade da região militar do norte da Namíbia.
- A quinta edição foi realizada em 2009, na cidade do Namibe (Angola), entre a Região Militar Sul de Angola e a Unidade da Região Militar do Norte da Namíbia (26 Brigada).
- A sexta edição foi realizada em 2015, em Menongue, entre a Região Militar Sul de Angola e a Unidade da Região Militar do Norte da Namíbia (26 Brigada).
- A sétima edição foi realizada em 2016, na cidade do Lubango, entre o Exército de Angola e a Unidade da Região Militar do Norte da Namíbia (26 Brigada).
- A oitava edição foi realizada em 2017, no Lubango, entre o Exército da Namíbia e o Exército de Angola¹⁰⁷⁵.

A Região Militar Sul de Angola tem tido anualmente partições internas. Também participa em competições a nível do Exército, competições a nível das FAA, e em competições internacionais, em nome da FAA. Entre os países da SADC, Angola só tem cooperação na área dos desportos militares com a Namíbia. Por isso também, se tem afirmado que a cooperação com a Namíbia é una e estratégica, em relação a outros países da região. Pois, acredita-se que num futuro próximo Angola possa estender a cooperação na área dos desportos militares, com os vizinhos do norte (RDC, República do Congo) e do leste (Zâmbia) como parte das estratégias das FAA¹⁰⁷⁶.

Em paralelo com as relações desportivas entre Angola e a Namíbia, estão em curso negociações sobre a construção de dois monumentos históricos. Um em Cassinga (Província da Huíla) e outro em Oshitekela (Província do Cunene), em memória a cerca de oitocentas vítimas mortais (angolanas e, maioritariamente, namibianas), vítimas dos ataques efetuados pelas SADF, em 1978 e outros anos subsequentes, pelo que se tem realizado periodicamente encontros da Comissão Técnica Bilateral¹⁰⁷⁷. Ainda neste âmbito, no dia 3 de maio de 2016, em Luanda, os dois Estados finalizaram o acordo de “Reabilitação, Construção, Operação, Gestão e Manutenção do Sítio Histórico em Angola”. Na ocasião, uma delegação de 300 pessoas, sobreviventes dos massacres de Cassinga e de Oshetekela, visitou aquelas localidades (30 de abril e 8 de maio de 2016)¹⁰⁷⁸.

¹⁰⁷⁵ Informação ao Francisco Ruben "Chico", em Ondjiva, 03-06-2017.

¹⁰⁷⁶ Entrevista a Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango, 17 de novembro de 2016.

¹⁰⁷⁷ Arquivo da Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola. Memorando sobre o estado de cooperação com a República da Namíbia no domínio da defesa, 13-12-2016.

¹⁰⁷⁸ Ibidem.

f)- Cooperação na educação e formação de pessoal

A paz, alcançada em 2002, permitiu a reorganização das FAA, quer ao nível da formação superior dos quadros das suas estruturas, quer ao nível dos quadros de países da SADC e dos PALOP. Angola e a Namíbia têm acordos na área de formação/educação de pessoal militar, essencialmente, no ensino da língua inglesa e da língua portuguesa. Neste quadro, as instituições do ensino superior dos respetivos países constituem a base do acordo no ensino das línguas, especificamente a Universidade da Namíbia e Escola Superior de Guerra de Angola, sob responsabilidade dos Ministérios da Defesa dos respetivos países¹⁰⁷⁹. Os militares namibianos têm marcado presença na Escola Superior de Guerra, em Luanda, onde têm frequentado o curso de língua portuguesa. Os militares angolanos têm frequentado o curso de língua inglesa na Universidade da Namíbia (UNAM)¹⁰⁸⁰.

A cooperação no ensino das línguas inglesa e portuguesa está em consonância com as diretrizes da SADC. Na Cimeira dos Chefes de Estados e de Governos da SADC, realizada em Vitória Falls (Zimbabwe), 17 e 18 de agosto de 2014, sob presidência de Robert Mugbe, na qualidade de presidente da organização, entre outras matérias debatidas, “concluiu-se que a promoção da língua portuguesa no espaço da SADC seria interessante”. Nesse sentido, os Estados-membros agradeceram o governo de Angola pela disponibilidade financeira para a implementação do projeto-piloto que iniciou em outubro de 2014¹⁰⁸¹. O interesse de Angola pela língua inglesa e da Namíbia pela língua portuguesa é justificada pelo facto de as duas línguas em causa terem estatuto de línguas oficiais/de trabalho na SADC¹⁰⁸² e em outras organizações a que ambos os países pertencem (UA e CPLP, nesta última a Namíbia é apenas um membro observador), e também pelo facto de os dois países partilharem fronteiras com estreitas relações económicas, nas quais os dois países representam, um para o outro, um parceiro estratégicos económicos importantes. Além disso, governo da Namíbia também partilha interesses económicos em Angola. Por isso, vê na língua portuguesa uma entrada para o país vizinho, uma vez que ambos apelam a uma relação de fraternidade¹⁰⁸³.

¹⁰⁷⁹ Informante 13 [identidade preservada], em Windhoek, 10 de agosto de 2016.

¹⁰⁸⁰ Arquivo da Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola. Memorando sobre o estado de cooperação com a República da Namíbia no domínio da defesa, 13-12-2016.

¹⁰⁸¹ Ofício do Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, dirigido à Sua Excelência Senhor Ministro das Relações Exteriores de Angola, Pasta: Mediação de Conflitos, doc. M.I.Nº 65/01.01/DSADC/MIREX/15, Assunto: Relatório Síntese da Cimeira dos Chefes de Estados e de Governos da SADC, 17-18/Agosto, 2014.

¹⁰⁸² SADC. Disponível em: <http://www.sadc.int/>, consultado em 28 de dezembro de 2017.

¹⁰⁸³ Oliveira, Sofia Castro, (2015), *Política e planeamento linguístico da língua portuguesa na Namíbia: perspetivas de futuro*, p. 43, (online). Dissertação de Mestrado em Português Língua Não Materna, Universidade Aberta. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5481/3/TMPLNM_SofiaOliveira.pdf, consultado em 14 de março de 2018.

7. Angola e a Namíbia: parceiros estratégicos regionais

Angola e da Namíbia defendem, no âmbito das relações com os outros Estados, o respeito mútuo pela soberania nacional e a aplicação dos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da Unidade Africana. Também defendem relações de amizade e cooperação com todos os Estados e povos, na base de princípios, entre os quais: solução pacífica de conflitos; respeito pelos direitos humanos; o repúdio e combate ao terrorismo; narcotráfico; racismo; corrupção e tráfico de seres e órgãos humanos e a cooperação com todos os povos para a paz, justiça e progresso da humanidade¹⁰⁸⁴.

Neste contexto é compreensível que os países desta região, em particular Angola e a Namíbia, por meio das instituições competentes, cumpram o dever obrigatório de velar pela defesa da integridade territorial e das suas fronteiras, pois os acordos de cooperação firmados entre ambos e com outros países da região constitui um dos instrumentos de unidade na defesa e segurança mútua – no quadro da nova arquitetura de paz na África – , de maneira a repelir, de forma coordenada, qualquer ameaça à paz e à estabilidade nacional e regional. Perante a complexidade das novas ameaças é preciso uma nova perspectiva estratégica para enfrentar com eficácia e eficiência as tradicionais e, principalmente, as novas ameaças. Em consonância com esta perspectiva Jaime Gama (s/d) afirma,

[...] as ameaças de hoje não se confinam a possibilidade de invasão por forças armadas convencionais. A capacidade de agregação já não é um monopólio dos Estados. Tornou-se muito mais difícil de identificar e, logo, de enfrentar. Parece-me evidente que para diminuir as ameaças e minimizar os riscos que possam causar e que possam ser provados por um ataque, a dissuasão e a protecção continuarão a ser conceitos-chaves das doutrinas de defesa [...]. Enfrentamos hoje um grande desafio, que passa necessariamente pela articulação de segurança interna e externa, numa combinação entre meios cívicos e militares. Este desafio apenas pode ser acordado multidimensionalmente nas suas vertentes económica, financeira, política, diplomática e cultural¹⁰⁸⁵.

Dentro deste conjunto de pensamentos é lógico que se considere a Namíbia e Angola, por partilharem uma longa extensão fronteira (aérea, marítima e terrestre), como

¹⁰⁸⁴ *Constituição da República de Angola* (2010), artigo 12º, Relações Internacionais, p. 6. Ver também em: *The Constitution of the Republic of Namibia* (1990), (online). Disponível em: http://www.gov.na/documents/10181/14134/Namibia_Constitution.pdf/37b70b76-c15c-45d4-9095-b25d8b8aa0fb, consultado em 29-05-2016.

¹⁰⁸⁵ Gama, Jaime (s/d), *Apolítica Externa Portuguesa (1999-2002)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca Diplomática, série C, p. 195.

parceiros estratégicos recíprocos importantes, no âmbito das suas políticas externas para a região da SADC, essencialmente, no quadro da defesa e no quadro económico.

Atualmente, a fronteira sul – com uma extensão de 1.100 quilómetros – é a menos vulnerável e preocupante, em relação à fronteira norte, relativamente a um conflito militar. Pois a principal ameaça de Angola, a partir do sul, encontra-se sem dúvida no sector económico e vem, sobretudo, da África do Sul, enquanto potência regional. A fim de preservar os seus interesses económicos, políticos, de defesa, segurança, soberania e integridade territorial, Angola opta por uma estratégia que privilegia a cooperação bilateral e/ou trilateral com a Namíbia, Zâmbia, a RDC e a República do Congo. Esta opção deve-se aos interesses comuns, essencialmente de segurança e também interesses económicos, pelo facto de os respetivos países constituírem-se seus vizinhos¹⁰⁸⁶. Portanto, descarta-se, até então, a possibilidade de existência de uma ameaça convencional a partir do sul de Angola, a de invasão pela NDF ou pelas Forças de Defesa Nacional da África do Sul (SANDF, sigla em inglês) e/ou por movimentos armados que possam atuar nas regiões fronteiriças.

Nuno Severino Teixeira (2009), ao analisar a necessidade de cooperação entre Estados descreve que “[...] é hoje indispensável e incontornável o carácter transnacional das ameaças, dos riscos e dos desafios que se colocam à segurança internacional. Por essa mesma razão é incontornável a necessidade de cooperação entre os Estados para fazer face a esse novo tipo de ameaças”¹⁰⁸⁷. Deste modo, podemos afirmar que uma das estratégias das políticas externas angolana e namibiana passa pela cooperação com os Estados vizinhos a fim de garantir a segurança interna e a tranquilidade ao longo das suas fronteiras. Por um lado, a paz e a estabilidade de seus vizinhos são elementos importantes para manter a sua própria segurança. Por outro lado, apesar da fronteira Angola-Namíbia ser menos vulnerável e menos preocupante em relação a ameaça tradicional, a cooperação entre Angola e a Namíbia, no quadro de defesa, permite a prevenção e a neutralização de ameaças transnacionais militares e, principalmente, as não-militares, descritas no ponto anterior, pois, estas constituem as chamadas “novas ameaças” dos Estados e podem afetar os interesses nacionais. Para além disso, essa cooperação permite também a manutenção da paz e da estabilidade ao longo da fronteira comum nos seus Estados.

Em consonância com esta perspetiva, Luís Bernardino (2011) afirma que “a política externa está ligada à busca da paz, da estabilidade política, desenvolvimento, bem-estar e da prosperidade entre os povos. A projeção de Angola no contexto regional implica

¹⁰⁸⁶ Bernardino, Luís (2013), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra, Editora Almedina Edições, pp. 396-402.

¹⁰⁸⁷ Teixeira, Nuno Severino (2009), *Contribuição para uma Política de Defesa*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, p. 209.

salvaguardar a segurança das suas fronteiras”¹⁰⁸⁸. Neste prisma, a diplomacia preventiva deve, assim, merecer um lugar de destaque na seleção das prioridades, pois nenhum Estado pode aspirar cumprir sozinho a tão vaga agenda de defesa, pelo facto de termos entrado numa nova era e com dimensões mais globalizadas, na qual se torna absolutamente imperativo que a solidariedade entre os Estados e a coesão no seio das Organizações Internacionais seja ainda mais efetiva, para que se possa atingir os objetivos que se pretende alcançar: um mundo mais seguro, economias em crescimento sustentado e sustentável, uma sociedade plural e aberta, respeitadora das identidades e dos direitos fundamentais, dotada da estabilidade necessária para o seu funcionamento regular e continuado¹⁰⁸⁹.

Atualmente, quer o SIPO, quer a Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, têm como grandes desafios no contexto atual regional e local, além da crise política na RDC e no Reino do Lesoto, o combate às ditas “novas ameaças¹⁰⁹⁰”, nomeadamente: o tráfico de drogas, o tráfico humano, o terrorismo, a segurança marítima, roubo e furto de diversos bens, contrabando, a pirataria, entre outras¹⁰⁹¹. Nesse sentido, o Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança e a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia constituem um instrumento-chave rumo à concretização dos objetivos deste bloco regional e, particularmente, dos dois países.

Não obstante, a prevalência da pandemia do VIH-SIDA na região constitui também uma preocupação dos governos de Angola e da Namíbia, levando-os mesmo a considerá-la como uma ameaça à segurança nacional de ambos os países. Angola e a Namíbia adotaram políticas e programas conjuntos conducentes à luta e à prevenção do VIH-SIDA

¹⁰⁸⁸ Idem, (2011), “Contribuição de Angola Para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana – A Cooperação militar no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Estratégia de Afirmação”, em Paiva, José Francisco (org.), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora, p. 397.

¹⁰⁸⁹ Gama, Jaime (s/d), *Apolítica Externa Portuguesa (1999-2002)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca Diplomática, série C, p. 195.

¹⁰⁹⁰ Entende-se por ações não-militares em curso ou previsíveis que contrariam a consecução de objetivos de um Estado, podendo incluir nelas o terrorismo o tráfico de seres humanos, o tráfico de drogas, o roubo de viaturas, o roubo de gados e outros crimes transnacionais, algumas delas são novas e emergem lentamente desde os últimos tempos. Quando estas ações cruzam as fronteiras podem constituir uma ameaça à integridade social e política dos Estados, à saúde dos seus habitantes, bem como, à sua qualidade de vida. Cf. Glória, Justino (2014), “O papel e o Lugar das Forças Armadas Angolanas na Segurança Internacional”, comunicação apresentada na conferência *Força Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: “Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios”, 26-27 de agosto, Luanda, pp. 110-111.*

¹⁰⁹¹ Caholo, Samuel (2007), “A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África”, comunicação apresentada no III colóquio *África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro*, organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de maio, Lisboa, p. 104.

e de luta contra malária¹⁰⁹², principalmente nas regiões da fronteira comum, apesar de se verificar atualmente uma certa “distensão” por parte de Angola.

Em todo o caso, a segurança é o elemento primordial para garantir a liberdade nacional, regional e projetar interesses económicos a fim de promover o desenvolvimento social e económico em qualquer região¹⁰⁹³. Este conjunto de pressupostos teria levado Angola, Namíbia e Zimbabué, no âmbito da Brigada “Stand-by Brigade” da SADC, com base ao ponto 4 do Pacto de Defesa regional, a intervir na RDC, como diz Francisco Ramos da Cruz, (entrevista em Mandele, Isaiás Dala 2014),

Foi assim que, Angola, Namíbia e o Zimbabue tiveram que intervir na RDC, e a própria instabilidade da RDC faz com que haja mais vaga de refugiados para o interior de Angola, que se crie maior perigosidade porque há tráfico de armas no interior de Angola, tráfico humano, tráfico de combustível, e um tráfico inclusivamente de diamantes, e que as nossas autoridades têm de fazer face, por isso teve-se que mudar a estrutura para fazer face aqueles que são os novos desafios da República de Angola e especialmente da região da SADC, da CEEAC, do Golfo da Guiné e outras de que Angola é parte integrante”¹⁰⁹⁴.

Não foram identificadas ameaças externas específicas à segurança da Namíbia, quer de vizinhos hostis, quer de grupos rebeldes exilados. O principal problema da Namíbia desde a sua independência foi a insegurança ao longo de fronteiro norte causada, principalmente pela guerra civil angolana e pelos separatistas de Caprivi que provocaram uma agitação na região nordeste da Namíbia e sudeste de Angola¹⁰⁹⁵, para além registar incidentes realinhados com a disputa territorial da região pantanosa de Situngu e das ilhas de Kesikili-Sedudu relativamente aos limites territoriais com a Zâmbia, o Botswana e o Zimbabué. Os laços político-militares entre os partidos dominantes em Angola (MPLA), na Namíbia (SWAPO) e no Zimbabué (ZANU-Frente Patriótica) levados a cabo durante os anos de luta armada pela libertação, continuam particularmente estreitos e tem levado a Namíbia a juntar-se à Angola e ao Zimbabué para formarem um eixo. O mesmo fator, levou

¹⁰⁹² Comunicado Final da 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, realizada entre 9 e 11 de junho de 2004, em Walvis Bay (Namíbia), 11-06-2004. Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia. Documento em posse autor.

¹⁰⁹³ Gloria, Justino (2014), “O papel e o Lugar das Forças Armadas Angolanas na Segurança Internacional”, comunicação apresentada na conferência *Força Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: “Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios”*, 26-27 de agosto, Luanda, p. 203.

¹⁰⁹⁴ Francisco Ramos da Cruz, em entrevista a Mandele, Isaiás Dala (2014), *os Impactos da Estabilidade e do Desenvolvimento Económico-Social nas Forças Armadas Angolanas (2002 - 2012)*, Lisboa, Academia Militar (online). Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7418/1/ART%20873%20Isaias%20Mandele.pdf>, consultado a 14 de junho de 2017, p. 49.

¹⁰⁹⁵ EIU Views Wire; New York (2004), “Namibia: International relations and defence”, em *The Economist Intelligence Unit N.A., Incorporated*, Jun 30, 2004, sem página. Disponível na base de dados ABI/INFORM, Collection <https://search.proquest.com/docview/466776004?accountid=38384>, consultado a 7 de abril de 2017, sem página.

os mesmos a enviar tropas para apoiar o então presidente da Congo (RDC), Laurent Kabila, em 1998, no quadro da estratégia de Angola da conquista da paz interna¹⁰⁹⁶.

De acordo com Jaime Gama (s/d), os trágicos acontecimentos do passado 11 de setembro de 2001, nos EUA, mudaram a perceção sobre o funcionamento da ordem internacional a vários níveis e impõem uma revisão, não apenas dos sistemas tradicionais de defesa militar e dos conceitos de segurança internacional, mas também do próprio relacionamento entre os Estados, tornando imperioso o diálogo entre “civilizações” e culturas, no respeito pelas diferenças e particularidades de cada povo e impondo mudanças no quadro da cooperação e do comércio internacional. A ideia clássica da proteção da integridade territorial dos Estados como base para toda a defesa militar foi definitivamente ultrapassada¹⁰⁹⁷, pois, segundo César Pousa (2015), estamos num “mundo incerto, complexo e instável em que a cooperação internacional é um pré-requisito para a paz e prevenção de conflitos”¹⁰⁹⁸.

Neste contexto, o tráfico de drogas, o crime organizado e o terrorismo internacional tornaram-se ameaças à segurança dos Estados, às quais não podemos fazer frente de forma isolada. Torna-se, por isso, necessário encontrar soluções a uma escala internacional nunca antes experimentada¹⁰⁹⁹. As estratégias de combate aos crimes transfronteiriços e outras ameaças à segurança e à paz nacional ou regional não são desenvolvidas de forma isolada. Segundo Jaime Gama (s/d), os 14 Estados da SADC procuram seguir uma política coordenada e global que possa executar ações diversas, a nível interno e externo, e que se traduzem fundamentalmente nos seguintes aspetos: esforço da cooperação criminal, definição do terrorismo, criação de estratégias, etc. Todas estas resoluções visam uma uniformização dos procedimentos de segurança entre os dois Estados, a fim de permitir a livre circulação, assegurar a proteção dos cidadãos nacionais, da economia, da sociedade e das instituições, sobretudo quando novas ameaças se tornam efetivas¹¹⁰⁰.

Por outro lado, segundo o relatório do Itamaraty, o governo namibiano expressou a sua disposição para estreitar vínculos com o governo angolano, considerados estratégicos, de forma a reduzir a dependência económica da Namíbia em relação à África do Sul. O

¹⁰⁹⁶ Ibidem, sem página.

¹⁰⁹⁷ Gama, Jaime (s/d), *A Política Externa Portuguesa (1999-2002)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca Diplomática, série C, pp. 191-194.

¹⁰⁹⁸ Pousa, César (2015), “O Papel das Forças Armadas na Segurança Interna: Caso de Estudo Bélgica” *Academia Militar – Proelium*, Série IX (9), 195-211, (online). Disponível em http://www.academiamilitar.pt/images/ficheirosPDF/13_Cap_C%C3%A9sar_Pousa_Artigo_13.pdf, consultado a 11 de outubro de 2015, p. 197.

¹⁰⁹⁹ Gama, Jaime (s/d), *A Política Externa Portuguesa (1999-2002)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca Diplomática, série C, p. 192.

¹¹⁰⁰ Gama, Jaime (s/d), *A Política Externa Portuguesa (1999-2002)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca Diplomática, série C, pp. 192-194.

governo namibiano tem encorajado o sector privado do país a envolver-se na reconstrução e no processo de industrialização de Angola, particularmente nos campos de mineração, pesca marítima, agricultura e infraestruturas. Dada a proximidade geográfica, a Namíbia tem servido de uma importante rota de suprimentos e de investimentos para o sul de Angola, onde grande parte da população se abastece nos entrepostos da fronteira namibiana¹¹⁰¹.

Logicamente, todos os países da SADC constituem um país estratégico para cada um dos Estados-membro. Por exemplo, qualquer problema económico, social, político e militar que a Namíbia eventualmente possa enfrentar, poderá ter um impacto na República de Angola, vice-versa, sentindo-se ameaçada¹¹⁰². Questionada sobre a questão geopolítica e geoestratégica recíproca Angola-Namíbia, o Informante 13 (2016) diz,

[...] Angola é um país estratégico para a Namíbia e vice-versa no âmbito das suas políticas externas. Há questões em que Angola está em problemas, nós intervimos e Angola agradece. Isto acontece de forma recíproca, como já aconteceu no passado e nós agradecemos. Isto marca-nos. Portanto, é um vizinho muito estratégico para nós. Isto reflete-se nas questões político-militares, sociais e económicas¹¹⁰³.

Esta estreita relação geopolítica e geoestratégica recíproca entre os dois países não se limita somente a Estados, também a partidos, como afirma Holden J. Uulenga,

[...] se a Namíbia for governada por outro partido poderá ter problemas com o governo do MPLA, em termos de relações. Também se a oposição angolana conquistar o poder a SWAPO ficará enfraquecida, bem como não haverá boas relações institucionais entre os dois governos, pelo facto de na Namíbia existir amigos e simpatizantes da UNITA. A tomada do poder por um partido da oposição pode motivar apoio de outros partidos oposição a tomarem o poder nos respetivos países. Os EUA não querem ver a SWAPO, a FRELIMO, ANC, MPLA, ZANU-PF e PAIGC no poder pelo facto de serem partidos socialistas. Os americanos querem os partidos que são de sua aproximação desde há muito tempo, pois quando estávamos a lutar pela independência, os americanos e os sul-africanos fundaram a DTA com o objetivo de contrapor os objetivos da SWAPO. Eles lutavam a favor dos sul-africanos. Angola, Zimbabué e a Namíbia intervirem no conflito da RDC porque se os nossos adversários ganhassem a guerra do Congo, sobretudo os ruandeses, ugandeses e burundienses ou Mobutu Sese Seko, UNITA e as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (AliR) ou ainda o Pascal Lissouba (da República do Congo) seria uma ameaça para a defesa e segurança de Angola e, conseqüentemente, da Namíbia, principalmente para a manutenção dos atuais governos ou partidos atuais no poder. Portanto, a Namíbia e Angola interviriam no

¹¹⁰¹ Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Informação sobre a Namíbia para o Senado Federal*, Mensagem nº 244, Abril de 2014, Brasília, p. 25.

¹¹⁰² Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

¹¹⁰³ Informante 13 [identidade preservada], em Windhoek, 10 de agosto de 2016.

Congo com o objetivo de manter a segurança dos seus próprios países e, sobretudo, para manter a segurança e a estabilidade regional¹¹⁰⁴.

De acordo com Manuel Ennes Ferreira (2001), as ameaças e as fontes de insegurança que se colocam aos países africanos advêm hoje em dia sobretudo de fontes internas. Porém, não se pode diminuir a importância que as ameaças externas continuam a desempenhar. Em certos casos, esses conflitos podem apresentar ramificações para os países vizinhos, pois tendem a despoletar acrescidos problemas de insegurança, levando a estabelecer uma relação entre a segurança nacional e a dimensão da “segurança regional”. É a essas que se devem dirigir os esforços, preferencialmente ainda numa fase preventiva¹¹⁰⁵. Neste contexto, segundo Manuel E. Ferreira (2001) e Luís G. Santos (2011), as fontes de insegurança em África podem ser relacionadas com os seguintes fatores:

- As guerras civis, motivadas por lutas pela partilha do poder político ou económico, protagonizadas por grupos rivais;
- A diferença étnico-regional com tendências separatistas baseadas numa afirmação de identidade específica de cariz cultural, histórica ou geográfica;
- As tensões fronteiriças que dali decorrem; a existência de forças de carácter militar privados;
- A pressão exercida pelos movimentos populacionais internos e transfronteiriços associados aos deslocados e refugiados de guerra;
- A deterioração das condições económicas em que sobrevive a população;
- A fome, a dificuldade crescente no acesso à saúde, à educação e a outras infraestruturas sociais indispensáveis à vida humana;
- Os atropelos sucessivos no que respeita aos direitos humanos e cívicos e a criminalidade crescente;
- A debilidade da afirmação do Estado, políticas e programas de desenvolvimento falhado, a falta de vontade política para procurar um caminho que permita inverter estas situações precárias¹¹⁰⁶;
- A debilidade do funcionamento das instituições públicas;
- As rivalidades étnicas;
- Os “choques de civilizações” resultantes da diferença religiosa e cultural;
- A proliferação de armas;

¹¹⁰⁴ Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

¹¹⁰⁵ Ferreira, Manuel Ennes (2001), “O Significado da Segurança na África Austral: Linha de orientação”, em Leandro, José Eduardo Garcia (director), *Segurança para o Século XXI*, Lisboa, Nação e Defesa, Outono 2001 Nº 99 – 2.ª Série, pp. 171-185.

¹¹⁰⁶ Ibidem, pp. 171-185.

- A má gestão dos recursos das riquezas e finanças públicas; etc¹¹⁰⁷.

Nessa medida, não basta uma estratégia bilateral de combate e prevenção de crimes transfronteiriços e de outras ameaças de cariz externa em Angola e na Namíbia, na África Austral, em geral, passa sobretudo em adotar uma política interna que garanta, em primeiro lugar, um investimento real para um bem-estar político, social e económico.

Manuel Ennes Ferreira (2001) acrescenta referindo que para evitar futuros conflitos internos são necessários a democratização e o reforço da participação política (eleições, liberdade de imprensa e opinião, respeito pelos direitos humanos, estado de direito, etc.), o reforço da integração regional, neste caso na SADC (pode ser um importante e até decisivo meio para resolver as tensões inter-estados, através do SIPO), orientação das políticas e programas de desenvolvimento nacionais coerentes, bem como a vontade política para procurar um caminho e soluções viáveis, a necessidade de promover o desenvolvimento económico e social no interior dos países da região, a segurança regional e a ajuda internacional no domínio da prevenção e da gestão de conflitos, incluindo propostas de países não africanos¹¹⁰⁸.

Em suma, Angola pretende com a sua política externa, no contexto da SADC, ser um Estado influente e capaz de contribuir ativamente na resolução dos assuntos que afetam a região, de modo a assegurar a paz, a defesa e a segurança para garantir a estabilidade na região e no seu próprio território, e assim possibilitar a projeção dos seus interesses políticos e económicos ao nível da região, de que é exemplo a Sociedade Nacional de Combustível de Angola (SONANGOL). Angola pode procurar, por novos mercados, investir o seu capital nos quatro cantos do continente numa atividade que se torna uma imagem de marca das grandes multinacionais, que querem expandir sua esfera de ação, como é o caso da SONANGOL, que se afirma como uma das maiores empresas de exportação de hidrocarbonetos a nível do continente africano¹¹⁰⁹. O fim da prolongada guerra civil angolana criou as condições para o alargamento das ligações comerciais e de investimento. A Namíbia e Angola, entre outras matérias já referidas, cooperam no uso do rio Cunene para abastecimento de energia e irrigação, e a cidade fronteiriça de Oshikango (Namíbia) tornou-se um centro para o comércio transfronteiriço entre os dois Estados¹¹¹⁰.

¹¹⁰⁷ Santos, Luís I. V. Gomes (2011), *A Arquitetura de Paz e Segurança Africana*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão (online). Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/855-Arquitetura_de_Paz_e_Seguranca_Africana_A.pdf, consultado a 3 de junho de 2017, pp. 35-44.

¹¹⁰⁸ Santos, Luís I. V. Gomes (2011), *A Arquitetura de Paz e Segurança Africana*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão (online). Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/855-Arquitetura_de_Paz_e_Seguranca_Africana_A.pdf, consultado a 3 de junho de 2017, pp. 178-183.

¹¹⁰⁹ Carvalho, António Luvualu (2011), "O Crescimento da Economia Angolana nos Nove anos de Paz – A Internacionalização da Sonangol: A Maior multinacional do País", em Paiva, José (org), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora, pp. 141–142.

¹¹¹⁰ EIU Views Wire; New York (2004), "Namibia: International relations and defence", em *The Economist Intelligence Unit N.A., Incorporated*, Jun 30, 2004, sem página. Disponível na base de dados ABI/INFORM,

8. Nota Conclusiva do Capítulo

As relações bilaterais entre Angola e a Namíbia, formalizadas a 18 de setembro de 1990, no Lubango, foram o auge de um longo processo resultante das relações efetivadas entre 1976 e 1988, aquando da luta política, diplomática e militar desenvolvida pelo MPLA e a SWAPO contra a África do Sul, que ocupava o Sudoeste Africano e o sul de Angola. O Acordo de Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angolana-Namibiana para a Cooperação de 1990, permitiu a criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação – encarregue de identificar e executar programas de cooperação bilateral na área económica e social – e a criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Defesa e Segurança – aborda matérias de cooperação no domínio da defesa.

A constituição e a política de Defesa Nacional e a lei das forças armadas de Angola e da Namíbia defendem e orientam as suas forças armadas – como instrumento de política externa e de defesa nacional – a promover e a realizar a cooperação internacional, na base de princípios de coexistência pacífica e do direito internacional, com a finalidade de garantir o desenvolvimento nacional e contribuir para a manutenção da paz e segurança nacional e regional. Neste contexto, a cooperação entre Estados Angola-Namíbia, no quadro da defesa pode ser caracterizada em dois períodos: cooperação pré-conflito (1990-2002) – em que as ações da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Defesa e Segurança, como principal instrumento de cooperação no domínio da defesa, estavam essencialmente viradas para a luta contra as forças da UNITA e do CLA. Tornando a defesa e segurança as áreas mais ativas de cooperação. As intervenções conjuntas de Angola e Namíbia contribuíram para a implementação da paz e segurança no nordeste da Namíbia e sudeste de Angola e ao longo da fronteira comum.

E, por outro, o período pós-conflito armado (pós-2002). O fim do conflito na Namíbia e em Angola abriu um novo horizonte de cooperação no quadro da defesa. Nesta senda, as ações da Comissão Mista Angola-Namíbia encontram-se direcionadas à cooperação técnico-militar, à preservação da paz e da estabilidade local, o combate aos crimes transfronteiriços que possam pôr em causa a segurança nacional dos respetivos países. O aperfeiçoamento de meios políticos e militares para uma eficaz e eficiente cooperação multissetorial. Esta cooperação tem permitido o combate às chamadas novas ameaças, de cariz não-militares. A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia constitui o

principal instrumento de cooperação que tem desempenhado um papel importante na defesa e segurança dos dois Estados.

Entretanto, para que essa cooperação tenha resultados eficazes e eficientes há necessidade de se proceder a mais investimentos na formação do pessoal, técnicos e tecnológicos, bem como empreender mais esforços no cumprimento das obrigações assumidas no quadro dos referidos protocolos e mais coordenação de política e estratégicas de combate a tais ameaças. As boas relações existentes entre Angola e Namíbia são justificadas, por um lado, pela evolução dos laços político-militares efetivados pelos movimentos de libertação dos respetivos países ao longo da luta pela libertação da África Austral. Por outro lado, a cooperação entre Angola e a Namíbia tem um carácter estratégico, apesar de não permitir uma intervenção militar a partir de um dos Estados, permite a realização coordenada de ações que visam assegurar a paz e a segurança nacional e regional, a fim de perspetivar interesses económicos. Neste sentido, o Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança e a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia têm uma relação estreita, pois constituem um instrumento-chave para a concretização dos objetivos regionais.

Depois dos acontecimentos do 11 de setembro de 2001, nos EUA, e conseqüentemente com o aumento e evolução do tráfico de drogas, do crime organizado e do terrorismo internacional, houve uma mudança na perceção do funcionamento da ordem internacional a vários níveis. No entanto, só em junho de 2017 é que Angola passou a ter uma lei específica contra o terrorismo, a “Lei sobre Prevenção e Combate ao Terrorismo”, que estabelece diversas medidas contra o terrorismo.

CAPÍTULO V: ANGOLA NO CONTEXTO DA GEOPOLÍTICA REGIONAL (SADC E CIRGL)

1. Nota Introdutória

Neste capítulo pretende-se analisar os fatores que configuram a África Austral como uma região importante na geopolítica mundial, compreender a estrutura e política de defesa da SADC, analisar o papel de Angola nos dois blocos regionais, nomeadamente na SADC e na CIRGL, na vertente da defesa, bem como compreender os contributos político-militares, diplomáticos, históricos e estratégicos de Angola na geopolítica regional para o estabelecimento e manutenção da paz, segurança e estabilidade na região da SADC e na CIRGL, enfatizando a presidência de Angola na CIRGL e o seu projeto estratégico.

2. A África Austral na Geopolítica Mundial

A África Austral há séculos que constitui uma zona estratégica para o mundo. Quando, em 1497, o primeiro europeu, Vasco da Gama, cruzou o Cabo de Boa Esperança, as relações entre a África Austral e o resto do mundo eram residuais. Porém, depois de 1800, a região estava inserida na densa rede mundial de relações comerciais e estratégicas¹¹¹¹. Esta região, outrora ignorada pelas potências mundiais da época, passou, a partir deste momento, a desempenhar um papel importante para o comércio internacional. Durante o século XX a África Austral foi uma região assolada por conflitos violentos, motivado por vários fatores. Alguns deles resultam da Guerra Fria e outros surgiram devido a situações sociais, económicas e políticas internas que o continente viveu, entre as quais destacamos os conflitos contra o domínio colonial e, posteriormente, os conflitos de sucessão, conflitos de secessão, conflitos de carácter étnico, exclusão socioeconómica e política, a falta de bens e serviços e as guerras civis, que tinham como objetivo o controlo do poder, tal como foi no caso de Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda, República Democrática do Congo, Moçambique e, atualmente, na “questão dos Grandes Lagos”. No período pós-Guerra Fria, assistiu-se, por um lado, a uma diminuição de conflitos entre Estados. Por outro lado, observou-se um aumento dos conflitos intraestados. Esse facto faz com que os conflitos e os problemas político-militares sejam transpostos para outros Estados, evidenciando assim a proliferação de conflitos regionais em determinados espaços geopoliticamente complexos. Este fenómeno leva as organizações a apostarem

¹¹¹¹ Denoon, D. (2010), “A África Austral”, em Ogot, Bethwell Allan (Editor), *História Geral da África - V: África do século XVI ao XVIII*, Brasília, UNESCO, p. 808.

na cooperação no domínio da defesa, incrementando a cooperação ao nível do setor da defesa e segurança e dos mecanismos de prevenção e resolução de conflitos¹¹¹².

A partir da década de 50 do século XX, a África Austral passou a representar-se como uma sub-região com particular importância no plano estratégico, geopolítico e económico, no contexto do continente africano. Podem ser apontados vários fatores, entres os quais estão a sua importância económica proveniente, principalmente, dos seus recursos energéticos e minerais vitais para o sector industrial do ocidente e da China, uma vez que África constitui-se como o continente rico em termos de recursos minerais; devido à existência de terras férteis para o desenvolvimento da agricultura e da indústria local; a crescente importância da rota do Cabo para o tráfego marítimo entre Ásia e o mundo ocidental e oriental, especialmente o transporte petrolífero dos países do Golfo Pérsico, e outros bens transformados e de matéria-prima¹¹¹³; bem como serve de mercado de escoamento para os bens e serviços da Europa, América e da Ásia. Diante deste contexto, os problemas políticos e de segurança de África voltaram a ter uma relevância estratégica na política internacional, pois, uma parte considerável das situações de tensão com risco de guerra encontra-se neste continente¹¹¹⁴. Nesta ótica, a perceção crescente de ameaça à segurança e à estabilidade regional e internacional provocada pelos conflitos intraestados e entre Estados, especialmente no continente africano, tem levado os países mais desenvolvidos a tomarem consciência da importância de conter e resolver a instabilidade e a violência, constituindo uma espécie de “novo intervencionismo”¹¹¹⁵.

No plano de controlo da rota da África Austral e das suas reservas de minérios estratégicos, a África foi incluída, a curto e médio prazo, nos pré-objetivos das superpotências. Logo, o respetivo território converteu-se numa zona de interesse¹¹¹⁶. A África do Sul, por ser ribeirinha da famosa Rota do Cabo usada pelos petroleiros e, como já dissemos, por possuir minerais estratégicos, cujo controlo pôde influenciar os destinos da Europa. Por estas razões estratégicas, desenvolveu-se um dos mais importantes dos conflitos regionais, inseridos no conflito Este-Oeste na região¹¹¹⁷.

¹¹¹² Bernardino, Luís e José Santos Leal (2011), “A Arquitectura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996 -2011)”, *Caderno do Instituto de Defesa Nacional*, nº 6. Lisboa, p. 43.

¹¹¹³ Chanaiwa, David (2010), “ A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, p. 295-297.

¹¹¹⁴ Franco, Manuel (2007), “Estratégia e Segurança na África Austral”, em Franco, Manuel (org.), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-América, 1ª edição, p. 7.

¹¹¹⁵ Nascimento, Daniela (2011), “Da Guerra à Paz no Sudão: As (in)visibilidades do Acordo Geral de Paz”, *Relações Internacionais* (online), Dezembro, 2011, nº 32, pp. 33-43. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n32/n32a03.pdf>, consultado a 28 de dezembro de 2015, p. 35. Ver também em: Bernardino, Luís (2014), “Contribuição de Angola para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana – A Cooperação militar no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Estratégia de Afirmção”, em PAIVA, José (org), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora, p. 111.

¹¹¹⁶ Cunha, Joaquim da Silva (1990), “Angola”, *África*, nº 7- Setembro, III ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. XXV.

¹¹¹⁷ Idem, pp. X-XI.

Entre 1960 e 1988, o panorama da África Austral foi marcado pela instabilidade política, resultante da exploração colonial, das lutas pelas independências e pela política de *apartheid*. Este período coincide com o da Guerra Fria e, certamente, as ingerências da bipolaridade exerceram influências políticas na região. Porém, o principal fator de desestabilização regional certamente foi o cruzamento de interesses e projetos político na África Austral, na qual o regime sul-africano, que recusava a ceder a independência ao Sudoeste Africano e abolir o *apartheid*, para além de instigava e financiava alguns partidos ou movimentos para atuarem contra os governos dos respetivos países – que tinha adotado o socialismo e uma política anti-África do Sul¹¹¹⁸. O fim da Guerra Fria, o fim do socialismo, o fim do *apartheid*, a independência do Sudoeste Africano e o fim da Guerra do Golfo foram os aspetos que contribuíram para o começo de uma nova era. A África deixou de ser um palco de intensas disputas político-ideológicas, económicas e militares entre os dois blocos antagónicos (Ocidente e Leste). Anunciava-se assim, uma "Nova Ordem Internacional". Entende-se que a conjuntura internacional criou um "consenso" relativamente ao respeito pelas soberanias e um desejo de paz, com reflexo global¹¹¹⁹.

Esta visão também é corroborada por Philippe Hugon (2015). Segundo este autor depois da queda do Muro de Berlim, a 9 de novembro de 1989, a África deixou de ser o palco das lutas entre os dois blocos, ocidental e comunistas. A queda da ajuda pública ao desenvolvimento foi o sinal disso. Constata-se, desde o início do século XXI, uma reordenação geopolítica por várias razões: securitárias; acessibilidade aos recursos do subsolo (minerais e hidrocarbonetos) e do solo (terras, florestas, papel da biodiversidade); procura de apoios nas organizações internacionais; tomada de consciência africana no que respeita à pobreza, à demográfica, aos ricos associados à migração, das interdependências epidemiológicas ou ambientais no seio da «aldeia planetária». As relações com a Ásia, nomeadamente com a China, com um continente tradicionalmente voltado para a Europa, modificaram os dados estratégicos e as zonas de influência, elas estimularam o crescimento ao mesmo tempo que apresentam risco de reprimarização, ou mesmo de “recolonização da economia”¹¹²⁰.

Esta conjugação de factos também permitiu as conversações entre o MPLA e a UNITA, mediadas por Portugal, com a presença de representantes das duas superpotências. Com base nessas conversações, anunciou-se, assim, o fim da primeira

¹¹¹⁸ Menezes, Alfredo da Mota e Pio Penna Filho (2006), *Integração Regional – os blocos económicos nas relações internacionais*, São Paulo, Elsevier Editora, p. 159.

¹¹¹⁹ Martins, José Abílio Lombe (1991), “Condições de Guerra e de Paz na África Austral – perspectivas de cooperação lusófona”, *África*, nº 9 - Setembro, III ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, pp. 73-77.

¹¹²⁰ Hugon, Philippe (2015), *geopolítica de África*, 3ª edição, Lisboa, Escola Editora, pp. XI-XII.

fase da guerra em Angola¹¹²¹. Tais eventos permitiram também o diálogo entre os Estados da Linha da Frente, particularmente, Angola e a África do Sul, bem como entre os movimentos de libertação nacional do Sudoeste Africa e da África do Sul (SWAPO e o ANC) e o governo sul-africano, com vista a estabelecerem a paz na África Austral. Começava assim uma “nova ordem mundial”, com o fim da URSS, deixando os EUA como superpotência única, com a preocupação de conduzir o Mundo a uma nova ordem mundial, em que o diálogo e a cooperação pudessem substituir, de facto, a violência e a confrontação, para dirimir conflitos de interesses, que não de existir¹¹²².

Portanto, desde as independências e a paz em África, particularmente a África Austral tornou-se uma promotora das relações internacionais, que pretendia ter voz na matéria relacionadas com a resolução de conflitos no continente africano¹¹²³. No século XXI, com o agravamento da situação política, de segurança e de exploração no Oriente Médio, os Estados ocidentais têm vindo a procurar, cada vez mais, alternativas no continente africano. Nesta senda, a África Austral representa uma importância a nível energético no continente africano, conferindo-lhe importância na geoestratégia, geoeconomia e geopolítica mundial. Outro fator que coloca África na órbita da geopolítica mundial é a questão ligada à segurança. O surgimento do terrorismo internacional com pendor religioso criou um ambiente que fomentou a colaboração de todos os atores estatais e não estatais – nacionais e internacionais. Deste modo, os Estados africanos têm uma importância geoestratégica importante devido à sua posição geográfica, entre o Oriente Médio e o Ocidente, devido aos seus recursos naturais, muitos deles considerados estratégicos; dividida a questão demográfica e cultural, que é cada vez mais notável a nível mundial¹¹²⁴.

3. SADC: Breve Contextualização Histórica

Atualmente, na África Meridional existem várias institucionais regionais vocacionadas a cooperação entre Estados nos vários setores. As principais são: a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Aduaneira da África Austral (SACU), Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA). Trata-se de organizações cujo objetivo consiste em concentrar políticas que visam a promover a paz, segurança, o

¹¹²¹ Martins, José Abílio Lombe (1991), “Condições de Guerra e de Paz na África Austral – perspectivas de cooperação lusófona”, *África*, nº 9 - Setembro, III ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. 81.

¹¹²² Martins, José Abílio Lombe (1998), “Sistema de Colonização e Conceitos de Descolonização”, *África*, nº 19 - Março, XII ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. 82.

¹¹²³ Hugon, Philippe (2015), *geopolítica de África*, 3ª edição, Lisboa, Escola Editora, pp. XI-XII.

¹¹²⁴ Van-Dúnem, Belarmino (2014), *Política Externas dos Estados e Diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos*, Luanda, Universidade Lusíada de Angola, p. 245.

comércio, o bem-estar e integração sub-regional¹¹²⁵. A nossa análise recai à SADC e à CIRGL, na qualidade de uma organização específica, na qual fazem parte Angola e Namíbia.

Quando o Partido Nacional (fundado em 1914) venceu as eleições de 1948, na África do Sul, desde então começou a ser o representante da minoria bóer, defendendo uma política de segregação (*apartheid*) e também uma política anticomunista. Com o começo das independências dos países africanos, nos anos 50, o regime sul-africano começou a sentir-se ameaçada, no que se refere à sua sobrevivência¹¹²⁶. A política do governo sul-africano assentava em três pontos, política de *apartheid*, *homelands* e política de bantustões – consistia na divisão territorial e desenvolvimento separado com vista à autonomia com bases étnico-culturais de cada grupo)¹¹²⁷. Imediatamente após as primeiras independências dos territórios da África Austral, a África do Sul começou a empenhar-se no sentido de neutralizar os governos e os movimentos que representavam uma ameaça a sua política interna. Entretanto, era necessário que os países da região se agregassem numa organização capaz de contrapor as intenções da África do Sul.

De acordo com Igor Castellano da Silva (2017), no quadro da luta contra o colonialismo e o *apartheid* na África Austral três movimentos foram relevantes: o primeiro estava relacionado a fatores económico. Refletiu o rompimento da rede comercial e empresarial que se baseava o sistema da África Austral centrado na África do Sul. Na periferia do sistema, houve a perda do cinturão do cobre com a independência do Congo (1960), o fracasso do separatismo da região mineradoras de Katanga (a independência desta região era apoiada pelos capitalistas britânicos e sul-africanos) e, a independência da Zâmbia (1964) sob governo de maioria negra. O segundo movimento foi principalmente securitário, com o estabelecimento na Tanzânia e na Zâmbia de regimes de maioria negra, nacionalistas e defensores da libertação da região, mediante o apoio a movimentos de libertação nacional – a independência da Zâmbia (1964), do Malawi (1964) e, principalmente da Tanzânia (1961) representavam uma ameaça para os regimes de minoria branca da África Austral. Com este facto vários acordos bilaterais e cooperação multilaterais informais foram estabelecidos pelos líderes deste países revisionários que permitiram a formação de instituições como o Club de Mulungushi e Estados da Linha da Frente. O movimento securitário intensificou a luta armada com o surgimento da OUA (1963) e do Comité de Libertação da OUA que passaram a apoiar os movimentos de libertação nacional em termos de meios financeiros, militares e diplomáticos. O terceiro

¹¹²⁵ Poku, Nana (2001), *Regionlization and Security in Southern Africa*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, p. 85.

¹¹²⁶ Manuel, Luís A. (2012), *Iniciativas de Cooperação e Integração na África na Passagem do Século XX ao XXI: Entre a subordinação e a autonomia*, Dissertação de Bacharel em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas, Porto Alegre, p. 28.

¹¹²⁷ Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior e Ciência Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, p. 241.

movimento que representava uma ameaça ao regime sul-africano foi de carácter político e estava relacionado a pressão interna e externa para a independência do Sudoeste Africano e contra os regimes racistas sul-africano e rodesiano, facto que se gravou com o surgimento da SWAPO, ANC e ZANU-PF¹¹²⁸.

Diante deste perspectiva, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) é produto de um processo económico, cultural e político. O Centro de Formação Político-Militar de Kongwa, na Tanzânia, acolheu vários movimentos de libertação da África Austral, movidos pela vontade comum de libertarem os territórios do domínio colonial e dos regimes racistas África do Sul e da Rodésia do Sul. Foi assim que foi sedimentada a prática de concertação política, diplomática e militar, que, mais tarde, deu expressão ao Clube de Mulungushi e, conseqüentemente, ao Estados da Linha da Frente¹¹²⁹.

O Manifesto de Lusaca (Manifesto da África Austral) resultado da 5ª Cimeira de Chefes de Governos e de Estados da África Oriental e Central, realizada Lusaca, entre 14 e 16 de abril de 1969 – foi uma estratégia a empreender na luta pela libertação da África Austral. Este Manifesto de Lusaca defendia os direitos humanos e a igualdade, rejeitava a discriminação racial em África, bem como orientava uma posição moderada na luta anticolonial e antiapartheid na África Austral. Além disso, reconhece a África do Sul como um Estado soberano, sem discriminação racial e o direito da permanência da população branca na África do Sul. Defendia também o direito à independência dos povos da Namíbia, Moçambique, Rodésia e Angola e o estabelecimento da regra da maioria. Portanto, defendia o desenvolvimento de uma luta política e uma transição pacífica, faseada e não radical, acompanhada de boicote económico e política de isolamento da África do Sul. A luta arma só seria empreendida caso a luta política fracassasse. Os EUA, a OUA, a ONU (na 24ª sessão), o ocidente e as potências coloniais aprovaram com Manifesto de Lusaca. Mas, foi rejeitado pela África do Sul (por defender uma política de segregação racial) e criticado pelos movimentos de libertação nacional da África Austral (por não envolver alguns movimentos reconhecidos, por duvidar de Portugal, Rodésia e África do Sul em abandonar as suas políticas e por ser contra os princípios defendidos pelos movimentos socialistas). O Manifesto de Lusaca passou a ser a “Carta Magna e Guia da Liberdade da África Austral” e defendida pelo Ocidente¹¹³⁰.

¹¹²⁸ Silva, Igor Castellano da, (2017), *Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem*, e-book (online), Porto Alegre, CEBRAFRACA, pp. 144-145, consultado a 10 de março de 2018, pp. 133-134.

¹¹²⁹ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (2010), *Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*, Maputo, p. 5.

¹¹³⁰ Schütz, Nathaly Silva Xavier (2014), *Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e políticos da Integração*, Tese de Doutoramento em Ciências Políticas, Porto Alegre, pp. 74-77, (online). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106413/000933078.pdf?sequence=1>, consultado em 16 de março de 2018. Ver também em: Jornal “Moçambique para todos” (09/12/2011), “Frelimo e MPLA primeiros a desencadear a luta armada – afirma Joaquim Chissano num colóquio em Luanda”, em *Jornal*

O Manifesto de Lusaca foi contrário as expectativas dos movimentos de libertação nacional de África, visto que a Conferência dos Estados Independentes, realizada em Acra (Gana), em abril de 1958, tivera admitido a legitimado da força, face aos problemas que decorriam da luta pela libertação dos povos africanos¹¹³¹, após concluir que não era possível concretizá-la, exclusivamente, por via política. No entanto, o Manifesto de Lusaca adotou uma abordagem moderada em relação a Portugal, reservando as críticas para a Rodésia e África do Sul. A administração Nixon tinha escolhido o Manifesto do Lusaca para base das negociações, abdicando das confrontações entre os Estados hostis do sul de África. O presidente americano apoiou a política sul-africana que procurava aumentar a comunicação e o envolvimento seletivo com governos brancos, partindo do princípio de que será mais eficaz levá-los a modificar as suas políticas através da persuasão amigável do que com a condenação constante. De igual modo Kaunda e Nyerere passaram a evitar esforços para concretização do Manifesto, mas sem sucesso. No entanto, o Manifesto de Lusaca dividiu alguns pan-africanistas entre os que defendia a luta política e os que defendia a luta armada¹¹³².

O descontentamento dos movimentos de libertação reconhecido pelo Comité de Libertação da OUA em relação a Declaração de Lusaca (1969) levou a Tanzânia, Zaire, Uganda e a Zâmbia a decidiram fundar, em 1970, o Clube de Mulungushi, como uma organização virada especificamente para o apoio aos movimentos de libertação da África Austral, cujo objetivo principal era de avançar em resoluções práticas dos problemas da região, além de apoios político e diplomático, o que levou os líderes a reunirem constantemente. Em 1971 surge a Declaração de Mogadishu, que sugere uma estratégia contrária ao Manifesto de Lusaca (1969), defendendo a luta armada para a libertação da África, deixando a negociação em segundo plano, reconquistando, assim, a simpatia dos

Moçambique Para Todos (online). Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/12/frelimo-e-mpla-primeiros-a-desencadear-a-luta-armada-afirma-joaquim-chissano-num-vol%C3%B3quio-em-luanda.html, consultado em 13 de março de 2018.

¹¹³¹ Martins, José Abílio Lombe (1990), “Mimetismo cultural e políticas da africanidade: Queda do socialismo em África? *África*, nº 7-Setembro, II ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. 56.

¹¹³² Waals, W. S. Van Der (2015), *Guerra e Paz: Portugal / Angola - 1961-1974*, Alfragide, Casa das Letras, sem páginas, e-book, (online). Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=irKyCQAAQBAJ&pg=PT351&lpg=PT351&dq=Manifesto+de+Lusaca&source=bl&ots=03-AGNZySP&sig=T-4l2g8Cg3VolbsK4e-8g-q8Pfc&hl=en&sa=X&ved=0ahUKewjV36Sgt-zZAhWGLewKHSbZA4kQ6AEIKzAA#v=onepage&q=Manifesto%20de%20Lusaca&f=false>, consultado em 14 de março de 2018. Ver também em: Jornal “Moçambique para todos” (09/12/2011), “Frelimo e MPLA primeiros a desencadear a luta armada – afirma Joaquim Chissano num colóquio em Luanda”, em *Jornal Moçambique Para Todos* (online). Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/12/frelimo-e-mpla-primeiros-a-desencadear-a-luta-armada-afirma-joaquim-chissano-num-vol%C3%B3quio-em-luanda.html, consultado em 13 de março de 2018. E Schütz, Nathaly Silva Xavier (2014), *Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e políticos da Integração*, Tese de Doutoramento em Ciências Políticas, Porto Alegre, pp. 74-77, (online). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106413/000933078.pdf?sequence=1>, consultado em 16 de março de 2018.

movimentos de libertação. A Declaração de Mogadishu de 1971 anulou o Manifesto de Lusaca. A Declaração argumentou que, uma vez que os colonialistas portugueses e os regimes segregacionistas rodesianos e sul-africanos não responderam positivamente, a via alternativa era a de continuar com a luta armada. O Club de Mulungushi foi o precursor dos Estados da Linha da Frente. Antes da independência de Moçambique e Angola em 1975, a Tanzânia estava praticamente isolada como uma sociedade de autodeterminação. Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zaire envidaram esforço para mobilizar líderes para apoiar o Club de Mulungushi. Este grupo de curta duração enfraqueceu depois da queda de Milton Obote (presidente do Uganda), em janeiro de 1971. Além disso, a inoperância do Club de Mulungushi devido a ligação de Mobutu com o governo sul-africano, e acelerou a criação e transformação em Estados da Linha da Frente¹¹³³.

Portanto, entre 1970 e 1974 alguns dos países independentes da África Austral, nomeadamente a Tanzânia, a Zâmbia e o Botsuana, formaram a primeira organização regional de caráter político-militar denominada Club de Mulungushi, liderado por Nyerere e Kaunda, embora também incluísse lideranças reacionárias como Mobutu Sese Seko, e antecipou plataforma dos Estados da Linha da Frente¹¹³⁴, cujo objetivo era coordenar esforços político-militares e económicos para o apoio dos movimentos de libertação nacional da África Austral, principalmente de orientação socialista reconhecidos pela URSS, que lutavam pela independência dos respetivos países, nomeadamente a FRELIMO, MPLA, SWAPO, ZAPU, ZANU e ANC. Os movimentos não reconhecidos pelo Comité de Libertação da OUA eram apoiados de forma direta e independente pelos países parceiro dos respetivos movimentos, é o caso da UNITA, do PAC e COREMO¹¹³⁵.

A independência de Angola e Moçambique também contribuiu para a mobilidade dos países em torno de uma nova organização. Com a integração de Moçambique, em 1974, e de Angola, em 1976, surge formalmente os Estados da Linha da Frente em 1976 – constituído por Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia, Lesoto e Zimbabué – e a OUA passou a encarregar este organismo em primeira instância para coordenar as questões relacionadas com a luta contra o racismo e o colonialismo na África Austral. A libertação do Zimbabué, do Sudoeste Africano e da África do Sul constituíam os

¹¹³³ Chachage, Chambi e Annar Cassam, (2010), *Africa's Liberation: the Legacy of Nyerere*, Kampala, Pambazuka Press, pp. 46-49, (online). Disponível em: http://www.sahistory.org.za/sites/default/files/file%20uploads%20chambi_chachage_annar_cassam_africa_as_liberatiobook4you.pdf, consultado em 16 de março de 2018.

¹¹³⁴ Omari, Abillah e Paulino Macaringue (2007), "Southern African Security in Historical Perspective", in Gavin Cawthra, André du Pisani, and Abillah Omari (eds.), *Security and Democracy in Southern Africa*, Johannesburg: Wits University Press, 2007, pp. 50-1. See also Lindeke, "From Confrontation to Programmatic Cooperation", pp. 181-210. Citado por Igor Castellano da Silva (2017), pp. 133.

¹¹³⁵ Vieira, Sérgio (2013), "A Linha da Frente", (online). Disponível em <https://ambicanos.blogspot.pt/2013/09/a-linha-da-frente.html>, consultado a 24 de abril de 2017. Ver também em: Chanaiwa, David (2010), "A África Austral", em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, p. 321.

principais problemas da África Austral, dando assim uma nova dinâmica na luta pela libertação da África Austral, sobretudo contra a África do Sul, sendo essencialmente um movimento de solidariedade política para com os países e povos oprimidos¹¹³⁶.

Desde modo, os Estados da Linha da Frente procuravam superar os desafios de iniciativas anteriores, como o PAFMECSA (*Pan African Freedom Movement for East, Central, and Southern Africa*), as CECAC (*Conferences on East and Central African Countries*) e o Club Mulungushi. A PAFMECSA foi formado em 1958 e procurava integrar os movimentos nacionalistas da África Central Oriental e posteriormente foi expandindo para a África Austral. Em 1963, foi dissolvido com a criação da OUA. O movimento estava configurado para lutar contra o colonialismo tradicional, e não contra os desafios adicionais da África Austral, fundamentados no *apartheid* e na presença de colonos brancos. As CECAC eram conferências de cúpulas que, na década de 1960, procuravam suprir o vácuo deixado pela dissolução do PAFMECSA e funcionavam com a OUA. Sua existência foi marcada pela ambiguidade, simbolização no Manifesto de Lusaca (1969), que se aproximava do Ocidente e tentava buscar soluções negociadas para a descolonização, e na Declaração de Mogadishu (1971), que ressaltava suporte à luta armada¹¹³⁷

No entanto, depois da política de “détente” de Vorster, em 1976, como forma de travar o avanço do comunismo na região, a África do Sul apresentou a política de Constelação de Estados da África Austral, elaborada em 1979, pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Pik Botha. Este projeto consistia na unidade entre os Estados independentes da África Austral, bem como a cooperação entre si e a integração económica, para o benefício mútuo, em todos os campos, principalmente no económico, no qual Pretória também detinha a maior força, no quadro da sua política externa regional. Esta política era orientada para uma posição de neutralidade face os blocos político-ideológicos (Bloco Leste e Bloco do Oeste) e tinha como principais objetivos o estabelecimento da paz, a estabilidade político-social e a confiança mútua entre os Estados da África Austral¹¹³⁸.

No entanto, esta ligação económica, acompanhada de laços funcionais e diplomáticos entre os Estados, tornaria, na visão da África do Sul, desnecessárias as

¹¹³⁶ CDIH-MPLA, Luanda, Boletim do Militante, Ano I, nº 10, 18 a 30 de Novembro de 1978. Ver também em: Murapa, Rukudzo (2002), “A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): Rumo à integração política e económica, (tradução do inglês: Cristina Lopes), julho/, Impulso nº 31, pp. 155-164. Disponível em base de dados B-on: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art08.pdf>, consultado em 19/01/2015, p. 158.

¹¹³⁷ Omari, Abillah e Paulino Macaringue (2007), “Southern African Security in Historical Perspective”, in Gavin Cawthra, André du Pisani, and Abillah Omari (eds.), *Security and Democracy in Southern Africa*, Johannesburg: Wits University Press, 2007, pp. 50-1. See also Lindeke, *From Confrontation to Programatic Cooperation*, pp. 181-210. Citado por Igor Castellano da Silva (2017), pp. 133.

¹¹³⁸ Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior e Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, p. 241.

operações militares, isto é, o controlo estrutural seria superior ao controle coercivo e menos dispendioso. Neste caso, a África do Sul, economicamente poderosa, poderia oferecer aos Estados vizinhos melhores investimentos, assistências técnicas, transporte, fornecimentos de produtos alimentares e segurança militar, se os Estados vizinhos se empenhassem em sustentar o apoio aos movimentos anti-*apartheid* na África do Sul e que lutavam pela independência do Sudoeste Africano. Aqueles países que rejeitassem o plano sul-africano e apoiassem aqueles movimentos ficariam sujeitos a pressões económicas e a ataques militares, como retaliações¹¹³⁹.

A Constelação de Estados também era baseada na crença de que, em primeiro lugar, existia a “ameaça comunista” dirigida aos ditos “países moderados”¹¹⁴⁰. Embora fosse basicamente uma organização de ordem económica, não estava excluída a ideia de cada um dos Estados-membros assinar com a África do Sul um pacto de não-agressão¹¹⁴¹. O plano do Primeiro-Ministro sul-africano de criar uma Constelação dos Estados da África Austral foi denunciado e condenado por Kaunda, em novembro de 1979, salientando que tal projeto convertê-los-ia num títere político¹¹⁴².

Os *homelands*, principalmente os das regiões de Transkei, de Bofutasuana e de Venda, aderiram à proposta sul-africana em 1980. Os outros Estados, politicamente e ideologicamente afastados da África do Sul, julgaram contraproducente alinhar numa estrutura daquele tipo, porque tal significaria associarem-se aos bantustões, ainda não reconhecidos no âmbito internacional. Por outro lado, as suas posições anti-*apartheid* ficariam comprometidas e, além disso, não compartilhavam a mesma noção de “ameaça externa” que Pretória sustentava. Em paralelo com o surgimento da Constelação dos Estados da África Austral (CEAA), encabeçada pela África do Sul, surgia a SADCC como resultado da evolução da organização dos Estados da Linha da Frente e de forma a contrapor os planos da política da CEAA. Esta política de CEAA era apoiada pelos países do Ocidente, principalmente o Reino Unido, EUA e a Alemanha Federal, que tinham avultado investimentos na África do Sul e opunham-se às sanções contra a África do Sul e à política centrífuga da SADCC, em relação à Pretória. Ao passo que os Estados da Escandinávia, Holanda, Bélgica e Canadá, que não tinham laços comerciais com a África do Sul, viam os Estados da SADCC como nova fonte de matérias-primas e de mercados¹¹⁴³.

¹¹³⁹ Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior e Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, p. 242.

¹¹⁴⁰ Eram denominados de “Estados moderados” os países que não se identificam como socialistas, não mostravam interesse nas ligações com os países do bloco do Leste e apresentavam-se como pró-ocidente.

¹¹⁴¹ Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior e Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, pp. 242 e 435.

¹¹⁴² Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 101.

¹¹⁴³ Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior e Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, p. 243.

No entanto, o Botsuana, o Lesoto, a Suazilândia, a Zâmbia, todos candidatos potenciais, deram preferência à SADCC e partilhavam com Angola, Moçambique e a Tanzânia o desejo de edificação de uma organização, cujo objetivo principal era justamente o afastamento da força centrífuga sul-africana. Neste contexto, a SADCC nasce como resultado de um processo de solidariedade dos governos africanos, congregados no Comité Libertador de África, da OUA. Com a independência (reconhecida) do Zimbabué (1980), os nove Estados (Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué) reuniram-se em Lusaca, a 1 de abril de 1980, e agruparam-se, inicialmente, numa organização supranacional, a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, sub lema “África Austral – rumo à libertação económica”.¹¹⁴⁴.

Com a ratificação do Tratado de Lusaca (1980), que na primeira fase tinha como objetivo principal conjugar esforços políticos e económicos de forma a isolar o regime sul-africano (*apartheid*). E na segunda fase tinha como objetivo estabelecer diretrizes rumo ao processo de integração regional para promover o desenvolvimento e a cooperação entre os Estados da região¹¹⁴⁵. Assim, no Tratado Lusaca (1980) aos objetivos políticos, diplomáticos e militares, que caracterizavam os Estados da Linha da Frente, foram acrescentados objetivos de natureza económica. Com efeito, a SADCC nasce com a intenção de estreitar a coordenação de projetos económicos¹¹⁴⁶, a fim de diminuir a dependência económica em relação à África do Sul¹¹⁴⁷.

Nesse sentido a SADCC surgiu como reação ao contexto geopolítico hostil e ameaçador da política sul-africana, esta que ameaçava a sobrevivência económica e política dos Estados da Linha da Frente (ELF), oferecendo assim uma alternativa à subjugação de Pretória – como tinha acontecido com o Lesoto e com a Suazilândia – dando azo à coexistência de duas organizações opostas que se opunham no âmbito económico, político e militar: a SADCC, sucessora dos ELF, apoiada pela maioria da comunidade internacional, e a CEEA, liderados pela África do Sul¹¹⁴⁸.

¹¹⁴⁴ Idem, p. 242.

¹¹⁴⁵ Caholo, Samuel (2007), “A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África”, comunicação apresentada no III colóquio *África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro*, organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de Maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de Maio, Lisboa, p. 101.

¹¹⁴⁶ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (2010), *Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*, Maputo, p. 5.

¹¹⁴⁷ SADC Secretariat, (s/d), *An easy to read information guide to the Southern African Development Community*, Gaborone.

¹¹⁴⁸ Awori, Aggrey (1992), “Seeking regional economic cooperation in Africa”, em *Journal of International Affairs*; Summer 1992; 46, 1; pp. 119-124. Disponível na base de dado: ABI/INFORM Collection, <https://vpn2.iscte.pt/+CSCO+00756767633A2F2F66726E6570752E63656264687266672E70627A++/docview/220695642/fulltext/8EE55C28607A44BCPQ/3?accountid=38384#center>, consultado a 1 de abril de 2017, p. 120.

O crescimento e desenvolvimento económico, o combate à pobreza e o aumento da produção e do emprego representavam alguns dos objetivos da SADCC, que se baseava em três vetores fundamentais: i) o estabelecimento de laços geradores de uma afetiva e equilibrada integração regional, ii) a mobilização de recursos para a promoção de políticas nacionais, intraestatais e regionais e iii) a definição de uma ação concreta que assegurasse a cooperação internacional, num quadro mais amplo de uma estratégia de libertação económica - os Estados da região pretendiam um clima económico que reduzisse a tradicional dependência económica face ao exterior, em geral, e a Pretória, em particular, que o contexto regional consagrou como o motor económico da região ¹¹⁴⁹.

No entanto, o fracasso do plano de CEEA levou a África do Sul a ativar o segundo plano da “segurança total”: incursões militares seguida de bloqueio económico aos Estados da região que se opuseram a CEEA, à sua política e apoiasse aos movimentos anti-Pretória. Através da aplicação dos instrumentos militar e económico por parte da África do Sul, criaram-se dificuldades ao Zimbabué, à Zâmbia e, principalmente, a Angola e Moçambique. As autoridades sul-africanas, com o apoio do Ocidente, intensificaram a política de desestabilização da África Austral, lançando ações militares contra os Estados que apoiavam a SWAPO e o ANC, devido à ausência de zona-tampões (antes representadas pelos territórios coloniais ingleses e portugueses)¹¹⁵⁰.

Porém, o plano sul-africano de Constelação dos Estados da África Austral (CEEA), associado principalmente à intensidade da agressão, levou à assinatura do Acordo Nkomati (Incomati), em março de 1984, entre Maputo e Pretória. Neste acordo, o governo de Botha comprometeu-se a cortar quaisquer ligações e assistência à RENAMO. O governo de Samora Machel, por sua vez, comprometeu-se a suspender o seu apoio ao ANC¹¹⁵¹. Os governos de Pretória e de Luanda assinaram, em Lusaca, um acordo de entendimento, a 16 de fevereiro de 1984¹¹⁵². Neste acordo Luanda comprometia-se anular o seu apoio à

¹¹⁴⁹ Cardoso, Albérico, “Política, Economia e Cultura”, em Cardoso, Albérico (Diretora), *Revista África Hoje*, edição nº 132, Fevereiro, 1999, Luanda, p. VI.

¹¹⁵⁰ Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior e Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, p. 245-269.

¹¹⁵¹ Emersan, Stephen A. (2014), *The Battle for Mozambique: The Frelimo–Renamo Struggle, 1977–1992*, (online), West Midlands (Inglaterra) e Pinetown (África do Sul), Helion & Company e 30º South Publishers, p. 114.

¹¹⁵² O Acordo de Lusaca (Zâmbia) foi assinado a 16 de fevereiro de 1984, entre a RPA e a África do Sul, na qual se comprometeram a cessar-fogo. Foi criada uma comissão conjunta que tinha a missão de facilitar a retirada das forças no sul de Angola e o cessar efetivo das hostilidades na região. A África do Sul comprometeu-se a retirar as suas tropas de Angola num prazo não superior a 30 dias e posteriormente a facilitar a aplicação do plano das Nações Unidas para a Namíbia. A comissão conjunta deveria verificar a retirada de aproximadamente mil efetivos da SADF presentes no sul de Angola, desdobrados numa área de 24 mil milhas quadradas. A comissão também tinha a função de investigar as queixas das violações apresentadas por qualquer uma das partes. A retirada sul-africana devia ser cumprida a 31 de março, data em que a comissão se estabeleceria na cidade fronteiriça de Oshikango, até a realização das eleições na Namíbia. O órgão conjunto de verificação dos acordos sul-africano - angolano deveria operar numa espécie de triângulo, que começava num ponto da fronteira chamado Marienfloss, subia até ao norte, na zona de Cassinga, e descia

SWAPO e a Pretória comprometeu-se a suspender o seu apoio à UNITA. Os acordos fracassaram devido ao seu incumprimento.

A SADCC¹¹⁵³ teve um período menos produtivo (entre 1980 e 1992), porque a maioria dos Estados-membros encontrava-se em guerra e o país com a maior economia da África Austral e do continente africano, a África do Sul, era o principal inimigo da organização¹¹⁵⁴. No entanto, com o fim do conflito regional, a 22 de dezembro de 1988, a região conheceu novo horizonte. A 17 de agosto de 1992, em Windhoek, foi realizada a Cimeira de Chefes de Estado e de Governos da sub-região e a SADCC foi transformada em Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), na qual a República da Namíbia foi integrada na SADC. O Tratado de Windhoek deu à Organização um novo carácter jurídico e uma visão multidimensional, rumo à integração económica da África Austral¹¹⁵⁵. O fim do “muro de Berlim da África Austral” (o regime de *apartheid*) e a democratização da África do Sul, em 1994, permitiram a integração deste país na organização regional. Dentro desta conjugação de factos, houve a necessidade de alterar e reorganizar a ideologia política e a estratégia da organização regional, de traçar novos objetivos que permitissem concretizar os desafios da época contemporânea, bem como de alterar a sua designação, passando então para SADC¹¹⁵⁶.

No seguimento dos ideais defendidos na Declaração de Lusaca, de 1980, que projeta a região numa perspetiva de independência económica, a SADC passou a inspirar-se nos princípios da Declaração de Windhoek, intitulada “Rumo ao Desenvolvimento da Austral” e também no Plano de Ação e no Documento Oficial de Lagos (1980)¹¹⁵⁷. A SADC,

paralelamente ao rio Cubango até à fronteira. Ver em Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, p. 184.

¹¹⁵³ A SADCC tinha a seguinte estrutura: A Cimeira de chefes de Estado, que dirigia e controlava as funções da conferência. O Conselho de Ministros, que respondia perante a Cimeira e supervisionava as actividades desenvolvidas da SADCC, e aprovava as suas políticas; O Comité permanente de Altos Funcionários, que funcionava como um Comité Técnico Consultivo; As Comissões Sectoriais, que coordenava as actividades relativas aos programas sectoriais; O Secretariado, que era responsável pela coordenação e Gestão dos programas sectoriais; A conferência Consultiva Anual, para consulta com os governos e agências internacionais de financiamento e instituições privadas.

ver em: Sita, Sílvia Crislaine de Almeida (2017), *A Geopolítica de Angola na África Austral: Diplomacia e Política Externa de Angola Na África Austral – SADC*. Dissertação de Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, Universidade Autónoma de Lisboa. Disponível em: <file:///D:/A%20Pol%C3%ADtica%20Externa%20de%20Angola%20na%20C3%81frica%20Austral%20SADC.pdf>, consultado a 02.01.2019, p. 42.

¹¹⁵⁴ Van-Dúnem, Belarmino (2007), *Prevenção de Conflitos em África – Da organização da Unidade Africana à União Africana*, Luanda, Periploi, p. 137.

¹¹⁵⁵ SADC Secretariat, (s/d), *An easy to read information guide to the Southern African Development Community*.

¹¹⁵⁶ Estes objetivos visam o desenvolvimento económico através da integração económica, política, regional, a fim de garantir maior estabilidade, reforçar a defesa, segurança e o bem-estar das suas populações, e ainda salvaguardar e desenvolver os valores culturais, assim como garantir a sua afirmação no cenário internacional, como afirma Eugénio da Costa Almeida (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, p. 124.

¹¹⁵⁷ Cardoso, Albérico, “Política, Economia e Cultura”, em Cardoso, Albérico (Directora), *Revista África Hoje*, edição nº 132, Fevereiro, 1999, Luanda, p. V-VI

cuja sede se encontra em Gaborone (Botswana), é constituída por 15 Estados- membros: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, RDC, Zâmbia e Zimbabué. Tem como línguas oficiais o inglês, o francês e o português¹¹⁵⁸.

De acordo com Belarmino Van-Dúnem (2007), entre os objetivos estabelecidos podem ser destacados os seguintes:

- Desenvolver valores, sistemas políticos comuns e outros valores compartilhados que sejam transmitidos através de instituições democráticas, legítimas e eficazes;
- Promover o crescimento económico e o desenvolvimento socioeconómico sustentável e equitativos que garantam o alívio da pobreza com o objetivo final da sua erradicação, melhorar o padrão de vida dos povos da África Austral e apoiar socialmente os desfavorecidos, através da integração regional;
- Consolidar, defender e manter a democracia, a paz, a segurança e a estabilidade;
- Reforçar e consolidar as afinidades, laços históricos, sociais e culturais desde há muito existentes entre os povos da região;
- Conseguir a complementaridade entre as estratégias dos programas nacionais e regionais;
- Promover o desenvolvimento autossustentado na base da autossuficiência coletiva, e da interdependência entre os Estados-membros¹¹⁵⁹.

Em 1999, desencadeou-se um processo de reestruturação da SADC. A SADC passou de uma organização descentralizada para uma organização centralizada e, por conseguinte, os Chefes dos Estados-membros e de governos decidiram, na Conferência de Maputo, realizada em 1999o, criar o Secretariado Executivo da Organização, com sede em Gaborone, que passou a coordenar a organização. Definiu-se, também, o rol dos vários sectores e atividades¹¹⁶⁰.

3.1. RISDP: A Posição de Angola

Perante aos desafios e a existência de escassos recursos necessários para a implementação dos objetivos da SADC, definiram-se dois instrumentos importantes: o Plano Estratégico Indicativo do Desenvolvimento Regional (RISDP) e o Plano Estratégico Indicativo para o Órgão (SIPO) – Órgão para a Cooperação Política, de Defesa e

¹¹⁵⁸ SADC Secretariat (s/d), *An easy to read information guide to the Southern African Development Community*, Gaborone.

¹¹⁵⁹ Van-Dúnem, Belarmino (2007), *Prevenção de Conflitos em África – Da organização da Unidade Africana à União Africana*, Luanda, Periploi, p. 137.

¹¹⁶⁰ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (2010), *Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*, Maputo, p. 5.

Segurança. O RISDP estabeleceu como elemento prioritário o acesso ao mercado e a criação de mercados de capital na África Austral, bem como outros programas de desenvolvimento regional conducente à redução da pobreza. O RISDP foi criado em março de 2001 e aprovado em agosto de 2003. Os RISDP estabelecem metas a serem concretizadas em cinco anos. O primeiro RISDP compreendia o período de 2005-2010¹¹⁶¹.

A transformação da SADCC em SADC levou a organização a reformular o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP). Este instrumento indica e fornece, ao secretariado e a outras instituições da SADC, os objetivos estratégicos e as prioridades da SADC, alinhando-os com as políticas e estratégias dos programas económicos e sociais a serem realizados a médio e a longo prazo. O RISDP tem um carácter indicativo, pois ele define as condições necessárias para a concretização das metas traçadas pela Organização. Ele estabelece metas e prazos para a execução das atividades nos vários domínios de cooperação económica e social, e funciona também como ferramenta para monitorizar o nível de execução e o progresso das respetivas atividades, cujo objetivo final é a integração regional da África Austral¹¹⁶².

Os Estados da região têm procurado fazer face aos desafios de infraestruturas, de modo a acelerar o processo de implementação da última fase do RISDP (2015 – 2020). Isto pressupõe a aceleração da implementação dos protocolos e acordos regionais, o cumprimento dos acordos de forma a eliminar as barreiras e acelerar o desenvolvimento das capacidades administrativas e das técnicas para introdução das reformas, a diversificação das fontes de financiamento para infraestruturas, e a promoção dos corredores de transporte e das bacias hidrográficas regionais como microcosmos de integração. Para além disso, pressupõe também garantir a planificação, a mobilidade de recursos e a implementação conjunta dos programas regionais, e criar parcerias entre os Estados-membros na implementação de projetos executados através de parceria público-privada à experiência¹¹⁶³.

De acordo com a ANGOP (2004), o governo de Angola reafirma o compromisso assumido, perante a SADC, de contribuir para a construção e o desenvolvimento da comunidade, através da sua participação ativa no processo de integração regional, em

¹¹⁶¹ Caholo, Samuel (2007), "A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África", comunicação apresentada no III colóquio *África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro*, organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de Maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de maio, Lisboa, pp. 102-103.

¹¹⁶² SADC Secretariat, (s/d), *An easy to read information guide to the Southern African Development Community*, Gaborone.

¹¹⁶³ AMIREX-ed. II - Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, Pasta: Mediação de Conflitos, doc. M.I.Nº 65/01.01/DSADC/MIREX/15, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Comité Nacional da SADC, Assunto: Memorando da Participação de Angola na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, Victoria, Fulls, Zimbabwe, 08-18 de agosto de 2014.

consonância com os objetivos e com a Agenda Comum da Organização¹¹⁶⁴. Dentro deste quadro, o governo de Angola considera que o RISDP revisto reflete o progresso da visão sobre o ritmo de evolução do processo de integração económica, ou seja, o Plano adota uma perspetiva mais faseada das metas anteriormente previstas, dando um claro procedimento para a consolidação da Zona de Comércio Livre redefinida como objetivo de longo prazo (sem data prevista) para o estabelecimento de União Aduaneira e, posteriormente, do Mercado Comum. Além disso, considera que o avanço do processo de integração passará pela melhoria das infraestruturas de comunicação e de transportes entre os Estados-membros, justificando por isso uma importância acrescida na região da SADC¹¹⁶⁵.

Contudo, de acordo com o Memorando da Participação de Angola na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, o referido plano do RISDP ainda apresenta lacunas, que necessitam de ser melhoradas, em termos de conteúdos da generalidade, do enquadramento jurídico e institucional. Importa, igualmente, rever a ausência de referências aos corredores de desenvolvimento ocidentais que ao nível das infraestruturas e serviços, particularmente na área dos transportes, se revestem de grande importância para diversos Estados-membros e que, em alguns casos, como o Corredor do Lobito, regista avanços significativos para a agenda de integração regional¹¹⁶⁶.

Portanto, Angola defende que a agricultura e a segurança alimentar devem constituir uma preocupação de primeira linha no RISDP revisto, pela sua importância no combate à pobreza e na geração de emprego, o que não estava espelhado nesse documento. Desta forma, sugere a necessidade de uma discussão profunda sobre os objetivos do RISDP e esclarece como deve ser completado e aprofundado, incluindo também contributos da sociedade civil (sector empresarial, ONG's, meios académicos, entre outros)¹¹⁶⁷. Neste sentido, o governo de Angola considera que, para se enfrentar estes e outros desafios, é fundamental a criação de condições materiais e humanas com vista à implementação da

¹¹⁶⁴ Agência Angola Press - ANGOP (2004), "Comunicado do Governo de Angola sobre o Dia da SADC- 17 de Agosto", ANGOP/AF, 17 de agosto de 2004. Disponível em http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/34/Comunicado-Governo-Angola-sobre-Dia-SADC-Agosto,ef7c6ac6-84d2-4fbc-a4ce-d9029ca52ef8.html, consultado a 14 de junho de 2017.

¹¹⁶⁵ AMIREX-ed. II - Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, Pasta: Mediação de Conflitos, doc. M.I.Nº 65/01.01/DSADC/MIREX/15, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Comité Nacional da SADC, Assunto: Memorando da Participação de Angola na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, Victória, Fulls, Zimbabwe, 08-18 de agosto de 2014.

¹¹⁶⁶ AMIREX-ed. II - Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, Pasta: Mediação de Conflitos, doc. M.I.Nº 65/01.01/DSADC/MIREX/15, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Comité Nacional da SADC, Assunto: Memorando da Participação de Angola na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, Victória, Fulls, Zimbabwe, 08-18 de agosto de 2014.

¹¹⁶⁷ Idem.

Nova Estrutura, que permitirá dotar a SADC de estruturas e quadros apropriados para o desenvolvimento das suas políticas, estratégias, programas e projetos¹¹⁶⁸.

3.2. SIPO e a Defesa Regional

Os conflitos de maior intensidade e complexidade registados na África Austral, entre a década de 60 e 80, estiveram ligados à Guerra Fria, à luta pela independência dos Estados da região e à luta contra a exclusão racial – sem excluir o conflito da Região dos Grande Lagos. Durante este período, as duas superpotências – a URSS e os EUA – colocavam os conflitos regionais na sua agenda. O fim da Guerra Fria, a independência total da África Austral do colonialismo e o fim do *apartheid* permitiram as superpotências reduzirem das suas agendas as questões relacionadas com a defesa e resolução de conflitos na África Austral.

Segundo Luís Bernardino (2013a), a questão da defesa e segurança constituiu um assunto de grande preocupação entre os políticos, diplomatas, analistas e académicos, levando alguns a abordarem a natureza histórica e conjuntural do período pré e pós-independência numa tentativa de análise geoestratégica e geopolítica regional pura e outros ainda numa tentativa de projetar cenários económicos e de segurança (marítima, alimentar, fronteiriça) que possibilitasse uma cooperação bi ou multilateral no futuro¹¹⁶⁹.

As mudanças no panorama da região Austral de África levaram à revisão da estrutura de defesa da organização regional, da SADC, no sentido de torná-la mais eficaz e de permitir a materialização dos seus objetivos¹¹⁷⁰. Nesta senda, a paz e a segurança passaram a ser o centro das atenções da organização, que passou a reconhecer a paz e a segurança como elementos principais para a materialização da cooperação e integração regionais, assim como para a criação do bem-estar dos povos.

Nesta perspetiva, para garantir, de forma sólida, o bem-estar e a segurança das populações em prol de um equilíbrio securitário regional e de um maior desenvolvimento económico e social. Dentro desta conjugação de factos, são rubricados acordos e realizadas atividades de cooperação regional, cujo objetivo consiste em aumentar a

¹¹⁶⁸ Agência Angola Press - ANGOP (2004), “Comunicado do Governo de Angola sobre o Dia da SADC- 17 de Agosto”, ANGOP/AF, 17 de Agosto de 2004, Disponível em http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/34/Comunicado-Governo-Angola-sobre-Dia-SADC-Agosto,ef7c6ac6-84d2-4fbc-a4ce-d9029ca52ef8.html, consultado a 14 de junho de 2017.

¹¹⁶⁹ Bernardino, Luís (2013a), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra, Editora Almedina Edições, p. 576.

¹¹⁷⁰ Angop/GID (14-05-2013), *Plano Estratégico do Órgão de Defesa e Segurança da SADC poderá servir de guia às acções da organização* (online). Disponível em <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=17615>, consultado a 27 de março de 2015.

confiança entre os Estados, contribuir para a paz e segurança regional. Dessas iniciativas destacamos a criação do Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança.

Na Cimeira de Windhoek, realizada a 17 de agosto de 1992, para além de se verificar a entrada da Namíbia e, mais tarde (em 1994), a entrada da África do Sul na organização regional e de se transformar a organização em SADC, também se deu uma importância significativa no quadro da Defesa e Segurança, de forma a concretizar um dos seus objetivos, nomeadamente o de “consolidar, defender e manter a democracia, a paz, a segurança e a estabilidade”, face aos desafios nessas áreas em presença na região, entre os quais destacamos a resolução de conflitos por meios pacíficos. Neste encontro foi formado o “Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança”, organismo responsável pelos assuntos relacionados com a segurança na SADC e funciona de uma forma mais autónoma¹¹⁷¹.

O Órgão é responsável por promover a paz e a segurança na região da SADC. É mandatado para conduzir e proporcionar, aos Estados-membros, a direção de assuntos que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade na região, por meio da diplomacia preventiva, negociações, conciliação, mediação, bons ofícios, arbitragem, adjudicação por um tribunal internacional, sanções e embargos. Devido aos seus grandes poderes, as presidências da cimeira da SADC e do Órgão são mutuamente exclusivas. Ambos os lugares rodam numa base anual¹¹⁷². No entanto, este organismo é um instrumento importante que serve para se concretizar o processo de integração económica regional¹¹⁷³, alcançar o desenvolvimento económico, a paz e a segurança, o crescimento, reduzir a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral¹¹⁷⁴.

Porém, o Órgão (Órgão para a Cooperação Política, de Defesa e Segurança) só foi institucionalizado na cimeira extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada a 28 de junho de 1996, em Gaborone¹¹⁷⁵. O Órgão é constituído pelo presidente da cimeira da SADC, pela troika – formado pelo atual presidente, futuro presidente e pelo presidente cessante –, por um comité ministerial de política e de diplomacia (ISPDC), por um comité inter estados de defesa, comité interestados de segurança de Estado

¹¹⁷¹ M’Bokolo (2011), *África Negra - História e Civilizações: do século XIX aos nossos dias*, Lisboa, 2º volume, tomo II, Edições Colibri, pp. 612-613.

¹¹⁷² Barros, Manuel Correia de, (sem data), *Segurança na África Subsaariana*, Sem Lugar de publicação, sem editora, pp. 8-9.

¹¹⁷³ Almeida, Eugénio C. (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa Edições Colibri, p. 124.

¹¹⁷⁴ M’Bokolo (2011), *África Negra - História e Civilizações: do século XIX aos nossos dias*, Lisboa, 2º volume, tomo II, Edições Colibri, pp. 612-613.

¹¹⁷⁵ Malan, Mark e Jakkie Cilliers, (1997), “SADC Organ on Politics, Defence and Security: Future Development”, Institute for Security Studies, Halfway House, South Africa Occasional Paper, No 19 – March, 1997 (online), p. sem página. Disponível em <http://www.msu.ac.zw/elearning/material/1314190233READING%20ON%20SADC%20FOREIGN%20POLICY.pdf>, consultado em 28 de fevereiro de 2018.

(inteligência) e o comité interestados de segurança pública e polícia¹¹⁷⁶. O protocolo também prevê mecanismos que possam vir a ser criados por qualquer um dos comités¹¹⁷⁷.

Segundo Manuel Correia de Barros (sem data), o Órgão foi responsável de algumas intervenções a alguns estados membros, sem o acordo de todos, como foi o caso da intervenção do Zimbabwe, Angola e Namíbia na RDC, em 1998, mesmo sem o acordo do membro mais proeminente da SADC – a África do Sul – e a intervenções da África do Sul e Botswana, no Lesoto, no mesmo ano. Este tipo de ação já não é mais possível¹¹⁷⁸.

Apesar de a criação e institucionalização do Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança ter sido em 1992 e em 1996, respetivamente, o acordo sobre o Protocolo para a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança só foi assinado em 2001. Este acordo constitui um instrumento jurídico que formaliza a existência deste Órgão da SADC, criado em 1996¹¹⁷⁹. Porém, este acordo só foi ratificado em finais de 2003¹¹⁸⁰.

Em agosto de 2004, em Luanda, foi lançado oficialmente o Plano Estratégico Indicativo para o Órgão (SIPO). Trata-se de uma estrutura que se ocupa das questões relacionadas com a defesa, política e segurança¹¹⁸¹ e fornece diretrizes para a implementação das questões relacionadas com o Protocolo de Política, Defesa e Segurança. O SIPO é resultado de um processo de evolução no quadro da necessidade de estabelecimento e conservação da paz e segurança regional, bem como das mudanças que se verificaram no panorama da região – a paz regional¹¹⁸². O SIPO é constituído por quatro sectores (Sector Político, Sector de Defesa, Sector de Segurança de Estado e o Sector de Segurança Pública) e tem a função de complementar a efetivação do RISDP, através da promoção da paz e da estabilidade, fornecendo um conjunto de atividades e

¹¹⁷⁶ Para informações detalhadas sobre a estrutura, competência e funcionamento de cada um deste comité, bem como da arquitetura de defesa e segurança e construção da paz na África Austral ver em: Cilliers, Jakkie, (1999), "Building Security in Southern Africa: An update on the Evolving Architecture", *ISS MONOGRAPH*, Series, NO 43, November, 1999 online. Disponível em [file:///C:/Users/KUBO/Downloads/Mono43%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/KUBO/Downloads/Mono43%20(1).pdf), consultado em 28 de fevereiro de 2018.

¹¹⁷⁷ Van-Dúnem, Belarmino (2007), *Prevenção de Conflitos em África – Da organização da Unidade Africana à União Africana*, Luanda, Periploi, pp. 137-139.

¹¹⁷⁸ Barros, Manuel Correia de, (sem data), *Segurança na África Subsaariana*, Sem Lugar de publicação, sem editora, p. 8.

¹¹⁷⁹ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (2010), *Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*, Maputo, p. 5.

¹¹⁸⁰ Van-Dúnem, Belarmino (2007), *Prevenção de Conflitos em África – Da organização da Unidade Africana à União Africana*, Luanda, Periploi, p. 137.

¹¹⁸¹ Caholo, Samuel (2007), "A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África", comunicação apresentada no III colóquio África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro, organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de Maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de maio, Lisboa, p. 103.

¹¹⁸² *Jornal de Angola* (13-05-2013) Ribeiro, José (Diretor), SADC lança hoje Plano Estratégico (online). Disponível em http://revistalusofonia.pt/politica/artigo.php?id=cooperacao_defesa_e_segurana_da_sadhttp://revistalusofonia.pt/politica/artigo.php?id=cooperacao_defesa_e_segurana_da_sadc, consultado a 27 de março de 2015.

estratégias com a finalidade de permitir o funcionamento do órgão de cooperação na área da política, defesa e segurança¹¹⁸³.

O SIPO é um plano estratégico de cinco anos e tem a missão de analisar os desafios da região e elaborar estratégias e atividades específicas, a fim de concretizarem os objetivos da Comunidade¹¹⁸⁴. A última versão deste plano (SIPO-II) foi aprovada em Agosto de 2010 e está estruturado em cinco sectores: Política, Defesa, Segurança de Estado, Segurança Pública, e Polícia¹¹⁸⁵.

O SIPO é uma ferramenta facilitadora da concretização da agenda de desenvolvimento, e tem como objetivo proporcionar um clima político de segurança pacífica e estável na região. A comunidade pretende, assim, entres outras atividades, reforçar a segurança alimentar, reforçar o combate aos crimes transfronteiriços, ao VIH-SIDA, ao tráfico de armas, ao tráfico de drogas, ao tráfico de seres humanos, a luta contra a expansão de epidemias, e reforçar o combate contra a imigração ilegal. Podemos referir que a defesa e segurança são consideradas como elementos fundamentais para garantir a implementação da agenda de desenvolvimento da SADC¹¹⁸⁶, expressa no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP)¹¹⁸⁷. Este conjunto de protocolos demonstram um avanço, no que se refere à resolução de conflitos, pois, a disposição do protocolo legitima a organização a intervir não apenas em conflitos interestatais, mas também em conflitos intraestatais. Além disso o Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança tem um funcionamento independente dos órgãos centrais da organização, facto que lhe confere uma certa probabilidade de efetividade¹¹⁸⁸.

Neste contexto, o SIPO¹¹⁸⁹ representa um instrumento que fornece, no quadro institucional, bases que servem para a aplicação dos objetivos do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança e do RISDP, entre os quais o de integração económica, cujo

¹¹⁸³ Van-Dúnem, Belarmino (2007), *Prevenção de Conflitos em África – Da organização da Unidade Africana à União Africana*, Luanda, Periploi, p. 141.

¹¹⁸⁴ SADC Secretariat, (s/d), *An easy to read information guide to the Southern African Development Community*, Gaborone.

¹¹⁸⁵ Barros, Manuel Correia de, (sem data), *Segurança na África Subsaariana*, Sem Lugar de publicação, sem editora, p. 9.

¹¹⁸⁶ Jornal RFI (13-05-2013) “SADC lança plano de Defesa e Segurança em Angola” (online). Disponível em <http://www.portugues.rfi.fr/afrika/20130513-sadc-lanca-plano-de-de-defesa-e-seguranca-em-angola>, consultado a 7 de abril de 2015.

¹¹⁸⁷ Angop/GID (14-05-2013), *Plano Estratégico do Órgão de Defesa e Segurança da SADC poderá servir de guia às acções da organização* (online). Disponível em <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=17615>, consultado a 27 de março de 2015.

¹¹⁸⁸ Van-Dúnem, Belarmino (2007), *Prevenção de Conflitos em África – Da organização da Unidade Africana à União Africana*, Luanda, Periploi, p. 139.

¹¹⁸⁹ Para informação detalhada sobre o SIPO ver em: Malan, Mark e Jakkie Cilliers, (1997), “SADC Organ on Politics, Defence and Security: Future Development”, Institute for Security Studies, Halfway House, South Africa Occasional Paper, No 19 – March, 1997 (online), p. sem página. Disponível em <http://www.msu.ac.zw/elearning/material/1314190233READING%20ON%20SADC%20FOREIGN%20POLICY.pdf>, consultado em 28 de fevereiro de 2018.

fator decisivo é a paz e segurança. Por esta razão, a SADC atua em conjunto com parceiros estratégicos, como a União Europeia (EU), a União Africana (UA), as Nações Unidas (ONU), entre outras, que têm um impacto positivo na segurança da região¹¹⁹⁰. Entre os objetivos relacionados com a defesa destacam-se os seguintes, segundo Belarmino Van-Dúnem (2007):

- Proteger os povos da região e salvaguardar o desenvolvimento da região contra a instabilidade resultante da ausência do Estado de direito, de conflitos intraestatais, de conflitos e de agressões interestatais;
- Promover e coordenar a cooperação regional em questões relativas à paz, segurança e defesa, e estabelecer os mecanismos regionais conexos convenientes a esse fim;
- Antecipar, conter e resolver por meios pacíficos os conflitos interestatais e intraestatais;
- Considerar ações coercivas em conformidade com o direito internacional e como recurso de última instância quando os meios pacíficos não têm sucessos;
- Considerar o estabelecimento da capacidade de segurança coletiva e concluir um pacto de defesa mútua que responda a ameaças militares externas;
- Estabelecer a cooperação estreita entre os serviços da polícia e de segurança dos Estados-membros, visando o combate a crime transnacional e a promoção de uma abordagem comunitária para a segurança interna;
- Desenvolver a capacidade das forças de defesa nacional na manutenção da paz e coordenar a participação dos Estados-membros em operações internacionais e regionais de manutenção da paz¹¹⁹¹.
- Promover e coordenar esforços ligados a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, entre os Estados-membros, com as Nações Unidas e outras organizações internacionais e parceiros relevantes¹¹⁹².

A fim de concluir a implementação da segurança coletiva, os Estados-membros da SADC, assinaram, em agosto de 2003, em Dar-es-Salaam, o “Pacto de Defesa Mútua”¹¹⁹³, cujo objetivo consiste em “efetivar os mecanismos do Órgão de Cooperação em Política,

¹¹⁹⁰ Caholo, Samuel (2007), “A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África”, comunicação apresentada no III colóquio *África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro*, organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de Maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de maio, Lisboa, pp. 103-104.

¹¹⁹¹ Van-Dúnem, Belarmino (2007), *Prevenção de Conflitos em África – Da organização da Unidade Africana à União Africana*, Luanda, Periploi, p. 137.

¹¹⁹² Barros, Manuel Correia de, (sem data), *Segurança na África Subsaariana*, Sem Lugar de publicação, sem editora, p. 10.

¹¹⁹³ Bernardino, Luís (2011), “Contribuição de Angola para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana – A Cooperação militar no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Estratégia de Afirmação”, em Paiva, José Francisco (org.), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora, pp. 113-114.

Defesa e Segurança para desenvolver a cooperação na área da defesa e da segurança a nível regional”. Segundo o artigo VI do referido pacto, “um ataque armado dirigido contra um Estado-membro é considerado uma ameaça à paz e à segurança na região, em consequência merecerá uma resposta imediata através de uma ação coletiva”¹¹⁹⁴. Dentro deste contexto, foi criada em julho de 2004, na cimeira de Maseru (Lesoto), uma força de escalão de Brigada, a *SADC Standby Force Brigade* (SADCBRIG), sediado em Gaborone. Possui um centro de treinamento em Harare (Centro Regional de Treinamento de Força para a Manutenção da Paz). No entanto, a SADCBRIG foi lançada oficialmente em agosto de 2007 e tem realizado exercícios de manutenção da paz¹¹⁹⁵.

A Brigada de Emergência da SADC [Standby Force Brigade] representa a nova tendência de garantir e validar recursos militares para futuras contingências. Promover a paz, a estabilidade regional e defender-se contra agressões. Os seus recursos militares giram em torno de meios integrados compartilhados, isto é, os Estados-membros compartilham matéria de segurança, partindo do princípio de que a defesa coletiva é muito importante para a promoção da segurança regional¹¹⁹⁶. Não esquecer a participação das Forças Armadas Angolanas (FAA) nas Forças de Desdobramento Rápido e nas Forças em Alerta da SADC¹¹⁹⁷.

Portanto, a SADC tem tido dificuldades para a implementação do SIPO de forma mais eficiente e eficaz. Tais dificuldades, de acordo com Manuel Correia de Barros (sem data), resumem-se me: i- Diferentes interesses divergentes de cada Estados-membros sobre os mecanismos de resolução de conflitos regionais; ii- Diferentes conceitos de segurança – o conceito de segurança evoluiu. O velho conceito de “Segurança de Estado” divergiu de acordo com a forma organizacional e política de cada Estado; iii- Dispersão de recursos nas várias organizações reginais que cada Estado pertence; iv- Circulação da informação em circuitos de informação demasiado fechados, ou dependentes de demasiadas e demoradas autorizações, aberta num país e torna-se fechada no outro país;

¹¹⁹⁴ Van-Dúnem, Belarmino (2007), *Prevenção de Conflitos em África – Da organização da Unidade Africana à União Africana*, Luanda, Periploi, pp. 139-140.

¹¹⁹⁵ Bernardino, Luís (2011), “Contribuição de Angola para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana – A Cooperação militar no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Estratégia de Afirmação”, em Paiva, José Francisco (org.), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora, pp. 113-114. Ver também em: Cilliers, Jakkie (2008), *The African Standby Force: An update on progress*, *Institute for Security Studies – ISS-*, Pretória, Paper 160, March, 2008, online. Disponível em: file:///C:/Users/KUBO/Downloads/PAPER160.pdf, consultado em 28 de fevereiro de 2018, p. 14.

¹¹⁹⁶ Pereira, Analúcia D. (2010) “A África do Sul Independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1910-1994)”, em Visentini, Paulo G. F. e Analúcia D. Pereira (Org.) *África do Sul: História, Estado e Sociedade*, 1ª edição, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão (online). Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/709-afrika_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf, consultado a 11 de março de 2016, p. 39.

¹¹⁹⁷ Barros, Manuel Correia de, (2013), *Prevenção e Resolução de Conflitos em África: O Papel das FAA*. Comunicação proferida na conferência realizada no Ministério das Relações Exteriores, Luanda, 22 de Abril de 2013, sem página.

v - Falta de verdadeira visão da totalidade da problemática de segurança e pouca fundamentação das soluções; vi - Cacofonia institucional, numa África em que as instituições são mais fracas, a coordenação é menos eficaz e os interesses de fora ainda têm muito peso, bem com a falta de frota ou mecanismos multidisciplinar para cumprir todas estas tarefas relacionadas com a defesa e segurança; vii- Fraco investimento, considerar-se que outros devem pagar as soluções para os problemas africanos; viii - o menosprezo das instituições ou soluções nacionais, regionais ou continentais em África leva ao contínuo estado de dependência de outros¹¹⁹⁸.

Na década de 90 do século XX, alguns países da região da África Austral encontravam-se em conflitos violentos ou em crises sociais e políticas internas, nomeadamente na África do Sul (confrontos entre a etnia Zulu e simpatizantes do ANC, em Kuazulo-Natal), em Angola (guerra civil), RDC (crise política), no Lesoto (manifestações violentas pós-eleições), na Zâmbia e no Zimbabué (perturbações motivadas pelas políticas de distribuição de terras/reforma agrária). É nesse contexto que a SADC criou, na sua estrutura, um mecanismo para a resolução de conflitos na região. Mas as diferenças de estratégias na política internacional e o antagonismo no seio da organização não facilitavam o seu desempenho, nem uma coordenação dos interesses políticos e económicos dos Estados-membros. Essas divergências permitiram a formação de dois blocos no seio da SADC, agregados por proximidades estratégicas e laços históricos. Por um lado, encontrava-se Angola, apoiada pelo Zimbabué, Namíbia, RDC e pela República do Congo. No lado oposto, encontrava-se a África do Sul, apoiada pela Tanzânia, Moçambique, Zâmbia e Botsuana. As divergências entre estas alas constituem um dos principais fatores dos certos insucessos da organização, relativamente às questões sobre resolução, prevenção e pacificação de conflitos. Os países que pretendem afirmar-se como líderes ou potências regionais têm sido acusados de utilizar a organização para atingir os seus objetivos. Devido a este conjunto de factos, várias intervenções na região têm sido feitas com base nos interesses particulares de cada Estado, sobrepondo os interesses coletivos¹¹⁹⁹.

A intervenção conjunta da África do Sul, Zimbabué e Botsuana no Lesoto, em 1994, deu um sinal positivo às futuras intervenções de pacificação de conflitos na região. Mas quanto à intervenção da África do Sul no Lesoto, em 1998, e à intervenção de Angola, Zimbabué e Namíbia na RDC, não houve unanimidade, nem um acordo comum no seio da SADC, para a efetivação dessas intervenções. Os Estados intervieram a título de “Estados

¹¹⁹⁸ Barros, Manuel Correia de, (sem data), *Segurança na África Subsaariana*, Sem Lugar de publicação, sem editora, pp. 11-13. Para mais informação sobre as questões de segurança regional da África Austral ver em: Poku, Nana (2001), *Regionalization and Security in Southern Africa*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 109-131.

¹¹⁹⁹ Van-Dúnem, Belarmino (2007), *Prevenção de Conflitos em África – Da organização da Unidade Africana à União Africana*, Luanda, Periploi, pp. 141-144.

convidados”, em nome dos acordos de defesa mútua. No entanto, a intervenção na RDC pôs em evidência a diferença de abordagem para a prevenção, resolução e a pacificação de conflitos das duas alas existentes no seio da SADC. Enquanto a ala liderada por Angola optou por uma intervenção militar, o bloco liderado pela África do Sul manifestou a sua indisponibilidade para enviar contingentes militares, defendendo a resolução do conflito através de negociação entre as partes beligerantes¹²⁰⁰.

Por um lado, a posição da Namíbia neste bloco pode ser justificada pelo facto de, como já referimos no capítulo anterior, a Namíbia e Angola terem concluído um pacto informal de defesa mútua. A Namíbia não tem um acordo com qualquer outro país semelhante ao acordo que tem com Angola, na área da defesa, no que diz respeito à sua essencial e conteúdo¹²⁰¹. Argumentando sobre a questão do Pacto de Defesa Mútua Informal, Holden J. Uulenga (2016) diz,

[...] o Pacto de Defesa Mútua entre Angola e a Namíbia é antigo, apesar de não termos assinado a nível institucional. Se atacar a Namíbia automaticamente atacaste Angola. Quem atacar Angola igualmente considerámos que atacou a Namíbia. Atualmente, podemos dizer que não existe um acordo formal recente feito especialmente para a Defesa Mútua da Namíbia e a Angola.¹²⁰².

Por outro lado, a intervenção do bloco liderado por Angola também estava estreitamente relacionada com a paz e a segurança de Angola, uma vez que qualquer situação de paz ou de conflito em Angola teria tido um impacto no território namibiano. É nestes termos em que podem ser vista a intervenção da Namíbia junto do bloco do seu principal aliado militar na África Austral, visto que no âmbito da SADC tal intervenção não foi consensual.

A experiência sul-africana na resolução de conflitos por meios não violenta e o seu peso político, militar e económico colocam a África do Sul num patamar considerável na resolução de problemas da região. Não há dúvida de que ela possa atuar como uma central produtora de energia para o desenvolvimento económico do continente e da região. Na SADC, a África do Sul pode igualmente desempenhar um papel semelhante ao da Alemanha na EU, contra a maré avassaladora da pobreza e da fome que grassa entre os povos africanos, devido às possibilidades socioeconómicas que ela possui¹²⁰³.

Ainda, em 2004, na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada nas Ilhas Maurícias, foi criado o Grupo de Referência da Unidade de Mediação e Resolução de Conflitos da SADC. É uma estrutura de Mediação, Prevenção de Conflitos e

¹²⁰⁰ Idem, p. 144.

¹²⁰¹ Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016.

¹²⁰² Entrevista a Holden J. Uulenga, em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

¹²⁰³ Van Schoor, Marthinus Oliveira (1990), “O Problema da África do Sul e o Futuro da África Sul”, *África*, nº 7- Setembro, II ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, p. XLIX.

de Diplomacia Preventiva da SADC. Este órgão tem como objetivo reforçar a capacidade de mediação, para se detetar atempadamente os conflitos violentos, reforçar a capacidade de peritagem e diálogo, mediação e diplomacia preventiva e, conseqüentemente, melhorar a perspetiva de sucesso nos esforços regionais de prevenção e mediação de conflitos intraestados e inter-estados. Esse órgão visa, igualmente, promover e alcançar soluções para os desafios da região, bem como promover a liderança das referidas missões. Porém, só em 2008 foram criadas as suas estruturas de funcionamento, que são: Painel de Anciãos, o Grupo de Referência e Mediação e a Unidade de Apoio de Mediação¹²⁰⁴.

Hifikepunye Pohamba, no seu relatório das atividades desenvolvidas entre agosto de 2013 e agosto de 2014, como presidente do órgão da SADC, afirma que, de modo geral, a situação de segurança na região da SADC é considerada estável. No entanto, a situação na RDC, no Lesoto e no Madagáscar refletiam os principais conflitos, que até então preocupam a organização, sublinhando que a resolução destes requer um esforço conjunto da SADC, da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e da UA para a rendição voluntária e desarmamento do FDLR, relativamente ao repatriamento e reassentamento temporário em terceiros países da RGL, entre outras questões¹²⁰⁵.

Segundo o relatório do presidente cessante do Órgão de Cooperação na Área de Política, Defesa e Segurança da SADC, Jacob Zuma, apresentado na Reunião do Conselho de Ministros da SADC, realizada de 14 a 15 de agosto de 2015, em Gaborone, a situação política e de segurança na região da SADC permanece estável, de um modo geral, apesar de se ter registado, naquele mesmo ano, algumas tensões políticas intraestatais, que puderam ser resolvidas por meios pacíficos. Para além disso, registou-se um progresso na resolução dos desafios políticos e de segurança no reino do Lesoto, no repatriamento do M23, e no regresso à normalidade constitucional na República do Madagáscar, após a implementação pelo supremo tribunal constitucional, em julho de 2015¹²⁰⁶.

¹²⁰⁴ AMIREX- edifício II - Ofício do Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, dirigido à Sua Excelência Senhor Ministro das Relações Exteriores de Angola, pasta: Mediação de Conflitos, doc. M.I.Nº 65/01.01/DSADC/MIREX/15, Assunto: Institucionalização do Grupo de Referência de Unidade de Mediação e Resolução de Conflitos da SADC, 26/Março, 2015.

¹²⁰⁵ AMIREX-ed. II - Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, Pasta: Mediação de Conflitos, doc. M.I.Nº 65/01.01/DSADC/MIREX/15, Assunto: Destaques do Relatório do Presidente Cessante à Organização da SADC, Hifikepunye Pohamba, apresentado na Ciméria dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros, realizada, em Victoria Falls, Zimbábue, 17-18 de agosto de 2014.

¹²⁰⁶ AMIREX- edifício II - Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, Pasta: Assunto - Reunião do Conselho de Ministro da SADC, Doc. Relatório do presidente cessante do Órgão de Cooperação na Área de Política, Defesa e Segurança da SADC, Jacob Zuma, 16 de agosto de 2015, Gaborone, Botswana.

4. Papel de Angola na Geopolítica da SADC

Durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, verificou-se uma nova dinâmica relativamente aos povos africanos. O cenário da África Austral foi marcado por grande instabilidade durante, aproximadamente, quarenta anos, isto é, entre 1950 e o fim da década de 80. Esse período coincide com a Guerra Fria e, certamente, as ingerências da bipolaridade exerceram influência no curso político da região. Contudo, o principal agente de destabilização regional encontrava-se certamente na própria África Austral, ou seja, o regime segregacionista sul-africano, rodesiano o Sul, sob governo de maioria branca, bem como a colonização portuguesa, inglesa e belga¹²⁰⁷.

O papel de Angola na geopolítica regional ou mundial não é recente, pois remota ao período colonial, desde o surgimento do tráfico de escravos transatlântico, do comércio triangular, do surgimento de interesses germânicos sobre Angola, na luta pela independência do Sudoeste Africano, enfim. Mas os primeiros passos a respeito à trajetória de Angola independente no cenário internacional foram dados pelo Brasil, ao reconhecer a independência de Angola e o governo do MPLA, a 6 de novembro de 1975, e posteriormente pela sua admissão à OUA, à ONU, ao Pacto de Varsóvia, ao Movimento dos Países Não Alinhados, entre outras organizações internacionais. Esta visão também é corroborada por Belarmino Van -Dúnem (2014) ao afirmar que,

Desde a independência da República de Angola que o país tem participado activamente nas dinâmicas regionais, internacionais e mundiais, portanto sempre foi uma referência na geopolítica internacional, porque fez parte da geopolítica das potências tanto regionais como mundiais. No início da independência, Angola foi palco da geoestratégia da chamada Guerra Fria. [...] A conjuntura internacional que se caracterizava pelo pique da Guerra Fria e um ambiente de instabilidade na região da África Austral e central, com a África do Sul sob domínio do regime racista e minoritário do *apartheid*, favoreceu a intervenção directa e indirecta de actores externos no processo angolano. A África do Sul [...] muito cedo compreendeu que a autodeterminação de Angola poria em causa a ocupação da Namíbia [...] ¹²⁰⁸.

Nesta perspetiva, a primeira tentativa de intervenção militar de atores externos no processo angolano, foi registada em agosto de 1975, na Santa Clara, pelas SADF. A 14 de outubro 1975, a África do Sul lançou a Operação Savannah, as SADF entraram em Angola para evitar a tomada do poder pelo MPLA, resultando numa aliança estratégica SADF-FALA-ELNA-CIA-Zaire. Nesta senda, no dia 5 de novembro de 1975 dá-se início à

¹²⁰⁷ Menezes, Alfredo da Mota e Pio Penna Filho (2006), *Integração Regional – os blocos económicos nas relações internacionais*, São Paulo, Elsevier Editora, p. 159.

¹²⁰⁸ Van-Dúnem, Belarmino (2014), *Política Externas dos Estados e Diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos*, Luanda, Universidade Lusíada de Angola, pp. 259-260.

“Operação Carlota”, em apoio ao MPLA¹²⁰⁹. Assim, a 8 de novembro de 1975 observou-se a chegada do primeiro contingente das FARC e de assessores russos à Angola, em apoio as FAPLA, desencadeando uma aliança FAPLA-FARC-SWAPO-FAUS¹²¹⁰. De acordo com Eugénio da C. Almeida (2018), um contingente cubano já tinha desembarcado no País (em Benguela), a 15 de agosto de 1975. Pós a independência das ex-colónias portuguesas a África Austral foi abalada por um conflito que levou a desestabilização económica, política e social, com reflexos na segurança, motivada pelo contexto geopolítico da Guerra Fria e pelos regimes segregacionistas sul-africano e a ocupação do Sudoeste Africano pela África do Sul, como já referimos.

As incursões militares sul-africanas foram, na realidade, os maiores combates do género de guerras clássicas na África subsariana, tendo resultados considerados trágicos para a população e para as infraestruturas. No entanto, constituíam a execução da Estratégia Nacional Total do regime sul-africano contra os países da África Austral, que foi concebido como um programa de defesa para o alcance da paz¹²¹¹. A intervenção sul-africana, que foi condenada pela comunidade internacional, levou a uma mudança de postura dos países africanos em relação à África do Sul¹²¹².

O governo da RPA juntou-se aos outros Estados da África Austral que condenavam e a declaravam abertamente o seu descontentamento nas tribunas internacionais contra as políticas segregacionistas rodesiana e sul-africana, no âmbito interno e em relação ao Sudoeste Africano. Deste modo passou a apoiar a ZANU-PF e a SWAPO, facto que lhe custou uma agressão por parte das SADF. A luta diplomática empreendida pelo governo de Angola resultou, entre outras, na resolução nº 387 de 31 de março de 1976 do CSNU – que condenava a agressão da África do Sul contra a RPA e pedia o respeito pela sua independência, soberania e integridade territorial¹²¹³, a resolução nº 545/83, de 20 de dezembro do CSNU – que considerou a ocupação militar ilegal e uma violação da soberania de Angola, pelo que exigia a sua retirada imediata e incondicional, bem como uma indemnização pelos danos. Subsídios sobre a aprovação e o cumprimento da resolução nº 435, de 29 de setembro de 1978, do CSNU, sobre a Namíbia. Apesar da oposição dos EUA, factos que permitiram as SADF persistissem na ocupação do sul de Angola e do

¹²⁰⁹ Almeida, Eugénio Costa “O Impacto do Radicalismo Nigeriano na Região do Golfo da Guiné, em *Mesa-Redonda: Estratégias Globais na África*, Local: Auditório B1.04 (ISCTE-IUL, Lisboa), em 28 de Maio 2018.

¹²¹⁰ Sierra, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, pp. 61-62. Ver também em: Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA, pp. 213-215.

¹²¹¹ Campos, Armando de (1996), *África do Sul – Potência Regional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

¹²¹² Van-Dúnem, Belarmino (2014), *Política Externas dos Estados e Diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos*, Luanda, Universidade Lusíada de Angola, pp. 259-260.

¹²¹³ Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: Gazeta da Semana > SSC1: 1976 > SR: Ano I - 1 de abril de 1976 e 3 de dezembro de 1976, Nº29 - 18 e 25 de novembro.

Sudoeste Africano¹²¹⁴ e a Declarações Conjuntas de Cuba e de Angola, em Fevereiro de 1982 e Março de 1984. Entre 23 e 29 de outubro de 1976, o MPLA realizou a III Reunião Plenária, sobre a política externa, e entre 4 e 10 de dezembro de 1977, realizou o I Congresso, que aprovou os princípios que passaram a nortear a sua política interna e externa, até ao fim do monopartidarismo. Tais princípios estiveram virados essencialmente para a manutenção da paz e estabilidade interna. Entre tais princípios podemos mencionar:

- i) o estabelecimento e a manutenção de relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base do respeito mútuo pela soberania nacional e pela integridade territorial, na agressão e não ingerência nas questões internas, na igualdade e reciprocidade de vantagens e coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes;
- ii) relações de boa vizinhança com as nações limítrofes de Angola; o não-alinhamento em relação aos blocos militar constituídos no mundo;
- iii) e a solidariedade para com os povos oprimidos, para com os seus movimentos de libertação nacional e para com a luta armada conduzida por estes para a conquista dos seus direitos¹²¹⁵.

A resolução 354/78 do CSU, sobre a Namíbia vai significar uma vitória político-diplomático para a SWAPO, o povo da Namíbia e os países africanos, mais uma vez este diploma reconhece e estabelece diretrizes para a independência e o seu reconhecimento pela Comunidade Internacional. Também impulsionar a luta multidimensional e unidade do povo da Namíbia e dos países vizinho na luta da causa da África Austral.

Ainda no âmbito diplomático, o governo da RPA empreendeu algumas tentativas bilaterais, por via diplomática, com vista à resolução do conflito que assolava a região. Nesta senda, Agostinho Neto e Mobutu assinaram, em fevereiro de 1976, um acordo de paz e de estabelecimento de relações bilaterais entre os dois Estados. Neste acordo, os dois estadistas comprometeram-se a romper com o seu apoio aos grupos armados que se encontravam nos seus países e que atuavam no país vizinho (a FNLA, a UNITA e as forças secessionista de Katanga). Em fevereiro de 1976, os governos de Luanda e de Pretória firmaram um acordo (*Détente* Angola – África do Sul) que permitiu a retirada das SADF do território angolano e, posteriormente, o acordo de Lusaca, a 16 de fevereiro de 1984, no qual o MPLA renunciava o seu apoio à SWAPO e Pretória comprometeu-se a cessar o seu

¹²¹⁴ Resolução nº 545/83, CSNU, de 20 de dezembro 1983, sobre África Angola-Sul. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/545%20\(1983\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/545%20(1983)), consultado a 25 de abril de 2017. Ver também em: Resolução nº 435, de 29 de Setembro de 1978, do CSNU, sobre a Namíbia. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/435%20\(1978\)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1978.shtml&Lang=S](http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/435%20(1978)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1978.shtml&Lang=S), consultado em 20-12-2016.

¹²¹⁵ Neto, Agostinho (1978), *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA*, Lisboa, Edições Avante, pp. 57-58.

apoio à UNITA. Porém, essas tentativas de resolução de conflito por via diplomática não se realizaram, devido à violação dos acordos pelas partes envolvidas¹²¹⁶.

Agostinho Neto começou a levar as questões da Rodésia do Sul, da África do Sul e do Sudoeste Africano para vários tribunais nacionais e internacionais (OUA, ONU, ELF, entre outras), como se lê no seu discurso proferido na Cimeira da OUA, realizada em Cartum, a 18 de julho de 1978, no qual criticou os Estados africanos, por considerar que estavam hesitantes e, talvez, descontraídos perante a luta pela libertação total da África Austral. Esta posição de Neto também pode ser notável em outros seus discursos proferidos antes e depois de 4 de maio de 1978 (Massacre de Cassinga). Além disso, nas posteriores discussões e propostas de um acordo de paz com o governo da África do Sul, o governo de Angola passou a incluir nas suas reivindicações a independência do Sudoeste Africano e a retirada das SADF nos territórios angolano e namibiano¹²¹⁷.

De acordo com Belarmino Van-Dúnem (2014), estas “ações foram determinantes no percurso da política externa de Angola após a independência”. A conjuntura geopolítica da África Austral levou Agostinho Neto, num dos seus discursos, a referir que “Angola é e será trincheira firme da revolução em África, no Zimbabué, na África do Sul e Namíbia está a continuação da nossa luta”¹²¹⁸. Este pensamento de Neto tornou-se realidade, nos anos seguintes, pois no dia 18 de abril de 1980 foi reconhecida a independência do Zimbabué. A 21 de março de 1990, a Namíbia conquistou a sua independência. Em 1994, foi extinto o *apartheid* na África do Sul, tornando-se em um país democrático multirracial. Este conjunto de fatores, incluindo a democratização de Angola e o fim da Guerra Fria, fizeram da África Austral uma região relativamente calma, apesar de alguns interregnos, relativamente à paz e estabilidade, devido ao ressurgimento do conflito em Angola (1992-2002), no nordeste da Namíbia (1994-1999), do conflito na RDC (1996-1997 e 1998-2003, após crises político-militares posteriores) e da crise política no Reino do Lesoto.

Depois do acordo de Nova Iorque, o governo português, com o aval dos EUA e da URSS, desenvolveu com êxito diligências para que o partido que governava Angola e a UNITA negociassem a paz. Esses esforços permitiram uma fase de negociações que

¹²¹⁶ Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior e Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, pp. 272-280. Para mais informações sobre a política interna e externa, principalmente regional, sul-africana consulte Campos, Armando de (1996), *África do Sul: potência regional*, Luanda, Instituto Superior e Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa. Também Wolfgang, Döpcke A. (1998), “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998”, em *Revista Brasileira de Política Internacional*. Jun 1998 41(1):133-161. Disponível na base de dados SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100007&lng=en&tlng=en, consultado a 8 de abril de 2017.

¹²¹⁷ Ver alguns dos vários discursos em: Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (1985), *Agostinho Neto – textos políticos escolhidos*, Luanda, Edições DIP-MPLA. Ver também em: Excerto da Declarações Conjuntas de Cuba e de Angola, em Fevereiro de 1982 e Março de 1984, anexo H.

¹²¹⁸ Van-Dúnem, Belarmino (2014), *Política Externas dos Estados e Diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos*, Luanda, Universidade Lusíada de Angola, p. 265.

culminaram com a assinatura do acordo assinado em Bicesse, a 31 de maio de 1991, que formalizava o cessar-fogo entre a UNITA e o governo da República Popular de Angola. Entre 29 e 30 de setembro de 1992, foram realizadas, em Angola, eleições presidenciais e legislativas, que deveriam consolidar o acordo de Bicesse e, à luz dos objetivos delineados, iniciar uma nova era, num contexto de transformações mais vastas em todo espaço geopolítico da África Austral, já que nessa mesma altura se assistia, na África do Sul, a libertação de Nelson Mandela e a legalização do ANC, ao início do fim do *apartheid*¹²¹⁹.

De acordo com Pedro de Pezarat Correia (1996), está hoje meio esquecida a contribuição fundamental do povo e do governo angolano, que permitiu a resolução de um dos graves conflitos que ameaçava a paz mundial e que impedia o desenvolvimento de uma região com um potencial económico invulgar. Sem essa contribuição, não seriam possível a resolução do respetivo conflito e a assinatura do acordo de Nova Iorque (22 de dezembro de 1988), entre Angola, Cuba e a África do Sul, que marcou uma etapa decisiva para a resolução do conflito regional e, como efeito, a cessação das ingerências externas¹²²⁰. Após 2002, com o fim do conflito angolano e com a reestruturação ao nível do sistema superior das FAA, o Centro de Instrução de Operações de Paz de Angola adotou a designação de Escola Superior de Guerra, congregando anualmente formandos destinados ao Curso de Comando e Estado-Maior, Curso de Promoção à Oficial Superior e Curso Superior de Comando e Direção, numa média de 100 alunos por ano, tendo ainda apoiado a formação de quadros de países da SADC e da CPLP no âmbito dos protocolos das FAA e do governo de Angola, em geral, no quadro da segurança coletiva¹²²¹.

Angola, juntamente com a Namíbia e o Zimbabué, chegou a intervir militarmente e diplomaticamente na RDC, no quadro da *Stand-by Brigade* da SADC e no âmbito do Pacto de Defesa Mútua da SADC – segundo o qual, se um Estado for atacado, deve-se considerar que todos os outros Estados foram atacados, e isso imprime uma solidariedade sob este ponto de vista. Em questão estava não só a sua defesa própria, mas também a questão de defesa e instabilidade regional¹²²². No quadro orçamental podemos referir que em toda documentação a que tivemos acesso, no AMIREX - Edifício II - Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, Angola aparece como segundo maior contribuidor para o financiamento de orçamentos da SADC, depois da África do Sul, e como

¹²¹⁹ Correia, Pedro de Pezarat (1996), “As Implicações da Descolonização de Angola no Conflito Pós-Independência, em Bravo, Manuel (Coord.), *Angola: A Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*, Lisboa, Hugin-Editores, p. 37.

¹²²⁰ Idem, pp. 26-27.

¹²²¹ Bernardino, Luís (2013a), *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana- Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Lisboa, Almedina, pp. 61-48.

¹²²² Francisco Ramos da Cruz, em entrevista a Mandele, Isaias Dala (2014), *Os Impactos da Estabilidade e do Desenvolvimento Económico-Social nas Forças Armadas Angolanas (2002 - 2012)*, Lisboa, Academia Militar (online). Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7418/1/ART%20873%20Isaias%20Mandele.pdf>, consultado a 14 de junho de 2017, p. 49.

um dos maiores contribuidores na CIRGL. Além disso, são vários os países que não têm cumprido regularmente com o pagamento das suas cotas. Angola também tem desempenhado um papel importante por meios diplomáticos na resolução de conflitos nas regiões de que faz parte (CEEAC, SADC, CIRGL, CGG, PALOP e CPLP), essencialmente nas duas regiões que se pretende analisar neste ponto, a SADC e a CIRGL.

A inclusão de Angola na “Arquitetura de Paz e Segurança Africana”¹²²³, neste caso na região da SADC, constitui uma oportunidade para Angola se afirmar no contexto de cooperação para a paz na região subsariana, mormente através de operacionalização de centro de situação pela troca de informação estratégica através de implementação de uma rede de comunicação inter-regional. Além disso, Angola também participa ativamente na região da SADC e da CEEAC criando uma bivalência e uma aparente função na sua linha de ação estratégica da política externa e na definição de propriedades regionais de afirmação. Angola parece apostar, após 2010 numa maior visibilidade e empenhamento político e diplomático, com África do Sul - Jacob Zuma, participando nos treinos operacionais regulares da SADC-Standby Force Brigade (exercício militar “Dolphin” 2009, empenhou-se com mais de 500 efetivos das FAA, Polícia Nacional e civis. Participou na implementação de um Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento da SADC-Standby Force Brigade em 2007, a constituição de um passo significativo na operacionalização deste mecanismo de Prevenção e Segurança Regional e ainda na implementação da SADC- *Regional Peacekeeping Training Centre*, em Harare¹²²⁴.

Ainda no ramo militar, Angola adota uma postura substancialmente defensiva, isto traduz-se na preparação das suas Forças Armadas para integrar a força regional para missões de paz, segurança, proteção de fronteiras e assistência em países amigos. Angola assume de 16 de agosto de 2017 a presidência do SIPO, na qual estabeleceu entre outras priorizadas as questões relativamente a político-militar na RDC e crise política no Lesoto, onde chefia a Missão de Prevenção da SADC para o Reino do Lesoto (SAPMIL) e o Comité de Supervisão da SADC para o Reino do Lesoto¹²²⁵. Mas as FAA são também fundamentais para a prevenção e resolução de conflitos, através de operações de imposição de paz (peace enforcement) e de construção de paz (peace building), e posteriormente para a manutenção da paz (peacekeeping), na região. Angola tem um importante papel estratégico a desempenhar em África. Naturalmente não sozinha, mas em concordância e

¹²²³ Segundo este autor os elementos securitários da que constituem a “Arquitetura de Paz e Segurança Africana” são: o Conselho de Paz, Comité Militar, Painel de Sábios, Fundo Especial para a Paz, a Criação do Centro Africano de Estados e Pesquisas sobre o Terrorismo, as African Standby Force, entre outros. Ver em: Bernardino, Luís (2012).

¹²²⁴ Bernardino, Luís (2012), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa, p. 420-421.

¹²²⁵ Bernardino, Luís (2013), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra, Editora Almedina Edições, p. 397.

cooperação com os seus parceiros, nomeadamente os países da SADC, a CEEAC, a Comissão do Golfo da Guiné, a CPLP, e principalmente a União Africana e as Nações Unidas¹²²⁶.

Segundo o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges R. Pinto Chikoti, a linha da Estratégia da Política Externa do Executivo Angolano consiste no reforço da inserção competitiva de Angola no contexto internacional, isto é, reforçar o posicionamento de Angola no contexto internacional e regional, reforçar e alargar as relações bilaterais e multilaterais com todos os países do mundo, tendo como primazia os parceiros dos blocos regionais e sub-regionais de que Angola faz parte (CEEAC, SADC, CIRGL, CGG, PALOP e CPLP), sem excluir a Rússia, a China e alguns países ocidentais, cujo objetivo é garantir a consolidação dos interesses nacionais, respeitando a soberania e integridade territorial de outros Estados. De acordo com o Ministro, a ação dos diplomatas deve estar direcionada para o exercício de uma diplomacia ativa, assente no respeito mútuo e reciprocidade de vantagens, promovendo a imagem do país no exterior¹²²⁷.

O processo de paz e reconciliação nacional que se verifica em Angola confere ao país um prestígio internacional crescente e um papel relevante na resolução de conflitos e na consolidação da estabilidade em África, especialmente no atual contexto, em que vários países do continente estão a viver um clima de convulsões políticas e a enfrentar desafios ao Estado democrático e de direito¹²²⁸. Em paralelo com a ferramenta diplomática, no contexto militar, as FAA têm desempenhado um papel importante no panorama da “arquitetura da paz na África Austral¹²²⁹. Em consonância com esta perspetiva, Armindo B. Rosa (2010), afirma que “no âmbito da coordenação com os órgãos de defesa, decorre o processo de redefinição da FAA, com a missão principal da defesa do país e dos compromissos assumidos ao nível das organizações regionais, como a Comunidade de

¹²²⁶ Barros, Manuel Correia de, (2013), *Prevenção e Resolução de Conflitos em África: O Papel das FAA*. Comunicação proferida na conferência realizada no Ministério das Relações Exteriores, Luanda, 22 de Abril de 2013, sem página. Para mais informação sobre o papel de Angola na SADC no âmbito da segurança ver em: Barros, Manuel Correia de, (2013), *The Strategic Importance of Angola for Peace and Security in Africa*. Comunicação proferida na conferência realizada em Pequim, China, 11 de janeiro de 2013.

¹²²⁷ Neto, Miguel (Diretor), “Diplomacia angolana perspectiva acções para uma maior inserção de Angola no contexto Internacional”, *Revista Weza*, Revista da Embaixada de Angola na Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Mensal – Jan/Fev. nº 05, 2013, Londres, pp. 2-3.

¹²²⁸ Ngeli, Rosa Masolina (3ª Sec.) (2015), Memorando sobre a presidência de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), Secretariado da Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Luanda, p. 1.

¹²²⁹ Para mais informações sobre o papel das FAA na Arquitectura de Paz em África, ver Bernardino, Luís (2013a), “A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas”, Coimbra, Editora Almedina Edições.

Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)¹²³⁰.

Sendo assim, segundo Luís Bernardino (2012), Angola reconhece que as alianças militares e a cooperação internacional para a segurança parecem ser uma possível resposta às necessidades do Estado em combater os fenómenos transnacionais que geram insegurança e subdesenvolvimento no seu espaço soberano e no contexto regionais. Assim, a participação das FAA nas operações da “Arquitetura de e Segurança Africana” vem contribuindo para incrementar o nível de segurança regional constituindo-se num mecanismo gerador de segurança e desenvolvimento, cenário onde o Estado Angolano assume um papel estratégico na sua dinamização, pois materializa, uma abordagem diferenciada da que existia no passado recente, funcionando como potencial mecanismo proactivo da prevenção e resolução de conflitos na região subsariana, pois que a APSA uma pan-africanização do fator de “segurança” no continente Africano, envolvendo os Estados com as organização regionais do Continente¹²³¹.

5. Presidência de Angola na CIRGL

A Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) foi criada após os conflitos políticos da Região dos Grandes Lagos, marcados pelo genocídio ruandês de 1994 que, para além de registar numerosas vítimas, reforçou a instabilidade na RDC. A CIRGL foi instituída pela ONU – por meio da resolução S/1295/1999, de 30 de dezembro. Mas, a Conferência só foi aprovada no ano seguinte, através das resoluções 1291, de 24 de fevereiro de 2000, e da resolução 1304, de 16 de junho de 2000, quando o conflito na RDC foi considerado uma ameaça para a paz na região. O objetivo principal da CIRGL é de evitar que a região continue a ser o foco de instabilidade em África – cujas consequências acabam por afetar os Estados limítrofes, mesmo que não estejam diretamente envolvidos no conflito¹²³² –, bem como gerir os esforços para a paz e desenvolvimento de uma das regiões mais ricas do mundo, em termos de recursos naturais, mas também uma das mais pobre em termos de desenvolvimento socioeconómico, sendo essa a razão principal da tendência quase endémica para a instabilidade política e para os

¹²³⁰ Rosa, Armindo B. (Diretor) (2010), “Política de Defesa de Angola”, comunicação apresentada no ciclo de conferências intitulado *Visões Globais para a Defesa*, no Instituto de Defesa Nacional (IDN), a 27 de Abril, Lisboa, p. 75.

¹²³¹ Bernardino, Luís (2012), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa, p. 470.

¹²³² Van-Dúnem, Belarmino (s/d), “A Diplomacia para a Paz na Região dos Grandes Lagos”, em Ribeiro, José *Jornal de Angola*, [online], (s/d), Disponível em http://m.ja.sapo.ao/opiniao/artigos/a_diplomacia_para_a_paz_na_regiao_dos_grandes_lagos, consultado a 1 de julho de 2016.

conflitos armados que grassam por essa região. Neste quadro, a criação da CIRGL resultou do reconhecimento da dimensão regional desses conflitos e da necessidade de um esforço concertado com vista à promoção da paz e do desenvolvimento¹²³³.

A 20 de novembro de 2004, em Dar-es-Salaam (República da Tanzânia), foi realizada a 1ª Conferência Ordinária da CIRGL, na qual os Chefes de Estado e de Governo dos onze Estados-membros adotaram por unanimidade a Declaração sobre a Paz, Segurança e Desenvolvimento sobre a Região dos Grandes Lagos. Entretanto, a ratificação deste Pacto aconteceu dois anos depois, a 15 de dezembro 2006, na 2ª Cimeira Ordinária da CIRGL, em Nairobi, e entrou em vigor em junho de 2008. O respetivo Pacto inclui uma série de protocolos e programas, que visam o respeito pela democracia e boa governação; a resolução dos conflitos pela via pacífica; a garantia da observância das normas e princípios fundamentais do direito internacional humanitário; bem como a implementação coletiva dos programas de ação, protocolos e mecanismos suscetíveis de materializar as opções políticas e princípios da Declaração de Dar-es-Salaam. Entre os respetivos programas de ação destacamos o Programa de Ação para a Paz e Segurança, no qual os Estados-membros comprometem-se a assegurar a paz e a segurança, a promover a cooperação na área da paz, prevenção e resolução pacífica dos conflitos na Região dos Grandes Lagos, e a combater o terrorismo e os crimes transfronteiriços organizados¹²³⁴.

A ratificação do Pacto marcou o fim da fase preparatória e abriu a fase concreta – a de criação do Secretariado Executivo da CIRGL, estrutura que coordena, facilita e assegura a estabilidade política e desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos, cuja sede está em Bujumbura (Burundi)¹²³⁵. A CIRGL criou o Mecanismo Regional de Acompanhamento, cujos órgãos são: as Cimeiras dos Chefes de Estado e de Governo, o Comité Regional Internacional, o Secretariado da Conferência, os Mecanismos Nacionais de Coordenação/Comissão Nacionais, e outras estruturas ou fóruns específicos necessários para assegurar a implementação do respetivo Pacto. Os onze Estados-membros da CIRGL são: Angola, Burundi, República Centro-Africana, República do Congo, RDC, Quênia, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia¹²³⁶.

Geograficamente, Angola não faz parte da Região dos Grandes Lagos. No entanto, a adesão deve-se, essencialmente, à questão político-estratégica relacionada com a

¹²³³ Ribeiro, José (2016), “Recondução de Angola para um Novo Mandato”, *Jornal de Angola*, 08-02-2016, Ano 41, Nº13935, p. 1.

¹²³⁴ Acta da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, *Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos*, Dar-es-Salaam, 2006, pp. 3-11.

¹²³⁵ Ngeli, Rosa Masolina (3ª Sec.) (2015), Memorando sobre a presidência de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), Secretariado da Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Luanda, p. 2.

¹²³⁶ Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, *Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos*, Dar-es-Salaam, pp. 3-12.

defesa e segurança. Por um lado, deve-se também ao facto de a RDC fazer parte desta região, visto que qualquer conflito que envolva o seu vizinho pode ter um impacto sobre a segurança e economia angolana. Assim, um clima de instabilidades na região pode ser considerado como uma ameaça à segurança nacional de Angola. Também devido o interesse conjunta de envidar esforços para garantir a paz, estabilidade e desenvolvimento nesta região. Por outro lado, a resolução do conflito interno e o contexto atual sobre reconciliação nacional, em Angola, constituem um exemplo. Nesse sentido, Angola é um país a contar na matéria de resolução de conflitos na SADC, na qual integra também a maior parte dos Estados-membros da CIRGL¹²³⁷.

É assim que, talvez de forma a contribuir com a sua experiência neste quadro, bem como no âmbito de concretização do princípio de rotatividade na presidência da Organização e nos termos do nº 1 do Artigo 23 do Pacto de Segurança, Defesa e Estabilidade e Desenvolvimento da CIRGL, na 5ª Cimeira desta organização, realizada entre 10 e 15 de janeiro de 2014, em Luanda – sob o lema: “Promovamos Paz, Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento da Região dos Grandes Lagos” –, a República de Angola foi lhe confiada, pelos Estados-membros, a presidência da CIRGL, em substituição do Uganda. No entanto, os Estados-membros comprometeram-se a cumprir todas as resoluções desta cimeira e a trabalhar em prol da paz, estabilidade e desenvolvimento económico e social na região¹²³⁸.

Portanto, estavam assim lançados os desafios à presidência rotativa de Angola numa região sensível aos antagonismos políticos, socioculturais e de outra natureza¹²³⁹. Nesta senda, Angola assume-se, simultaneamente, como um agente promotor da paz e da segurança regional e mundial e também como um parceiro disposto a partilhar interesses, disposto a cooperar, com vantagens recíprocas, na construção da paz, da estabilidade e do desenvolvimento regional¹²⁴⁰. O objetivo do mandato de Angola é de continuar a estabelecer o diálogo e consensos entre os países da Região dos Grande Lagos, para a promoção de uma estratégia comum que visa a manutenção e preservação da paz e prosperidade na Região dos Grandes Lagos. A presidência de Angola focou a sua intervenção no tratamento de questões que afetam o processo de paz e de estabilidade

¹²³⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Edifício II, Gabinete da SADC, Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Projeto do Plano Estratégico para a Presidência de Angola na CIRGL, p. 3.

¹²³⁸ Ngeli, Rosa Masolina (3ª Sec.) (2015), Memorando sobre a presidência de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), Secretariado da Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Luanda, p.3.

¹²³⁹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Edifício II, Gabinete da SADC, Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Projeto do Plano Estratégico para a Presidência de Angola na CIRGL, p. 3.

¹²⁴⁰ Ngeli, Rosa Masolina (3ª Sec.) (2015), Memorando sobre a presidência de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), Secretariado da Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Luanda, p. 1.

regional, assim como enfatizou a promoção de emprego no seio da juventude, como pilar importante para uma paz efetiva, segurança, estabilidade e desenvolvimento na RGL, conferindo particular atenção às questões de segurança, eixo principal de intervenção¹²⁴¹.

Quanto aos princípios da sua presidência, Angola fez-se guiar pelos princípios do direito internacional, pela carta da ONU e da UA que visam estreitar, conforme a especialidade, as relações de amizade e de cooperação entre os Estados desta região; promover a boa vizinhança; com base nos princípios do respeito pela soberania dos Estados; a solução pacífica dos conflitos; o respeito pelo direito da pessoa humana; o respeito do princípio de não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados; das reciprocidades de vantagens e de cooperação com todos os povos para a defesa da justiça e para o progresso da região, da África e da Humanidade¹²⁴².

O plano político do mandato de Angola também visa determinar sanções, de acordo com o artigo 23 do Ato Constitutivo da UA, a qualquer Estado-membro que não pagasse as suas contribuições para o orçamento da CIRGL, assim como o estabelecimento de prazos para o pagamento das referidas contribuições; incentivar os Estados-membros a primarem pelo cumprimento das suas obrigações financeiras e estabelecimento de mecanismos para o seu controlo; promover os princípios e as normas democráticas; fomentar a necessidade de uma cultura de boa governação, prestação de contas, a gestão participativa; criar condições para um diálogo franco e aberto entre a Tanzânia e o Ruanda visando impedir a criação de mais conflitos na região; e manter a paz e estabilidade na região. No secretariado, o seu horizonte foi o de reorganizar a sua estrutura de modo a melhorar a gestão de recursos humanos, os recursos financeiros e os programas. Também fez parte do seu programa, a implementação efetiva da língua portuguesa como língua de trabalho na CIRGL, bem como o recrutamento de trabalhadores intérpretes¹²⁴³.

Nos planos de defesa, Angola apostou nas seguintes questões: implementar a construção da paz e reconstrução pós-conflito para consolidar a paz e evitar o ressurgimento de violência; promover a gestão conjunta da segurança das fronteiras comuns; promover a cooperação entre os Estados-membros em questões gerais de segurança, incluindo o combate ao tráfico de seres humanos, à proliferação de ilícita de armas, à criminalidade transnacional e ao terrorismo; coadjuvar a formação técnica e pedagógica das forças de defesa dos países da região; coordenar e harmonizar os esforços da UA e da ONU para a prevenção e combate ao terrorismo interno na região; incentivar a implementação do protocolo de não-agressão e defesa mútua na RGL; incentivar os

¹²⁴¹ AMIREX- edifício II, Gabinete da SADC, Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Projeto do Plano Estratégico para a Presidência de Angola na CIRGL, p. 3.

¹²⁴²Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Edifício II, Gabinete da SADC, Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Projeto do Plano Estratégico para a Presidência de Angola na CIRGL, p. 3.

¹²⁴³Ibidem, p. 3.

Estados-membros a não apoiarem as forças de oposição armada ou a não tolerarem a presença em seus territórios de grupos armados ou atos de violência ou sublevação contra o governo legítimo de outro Estado; promover a cooperação em todos os níveis, a fim de desarmar e dismantelar os grupos armados existentes; promover a gestão conjunta da participação dos Estados na segurança humana e suas fronteiras; e continuar a estimular a necessidade de estruturar as forças neutras para a imposição de paz¹²⁴⁴.

Segundo Rosa M. Ngeli (2015), Angola tinha em atenção a sua postura diplomática que consiste em privilegiar estas ferramentas no âmbito das relações exteriores, e obter consensos entre os países em questão, Angola imprimiu uma dinâmica baseada em reuniões e trocas de mensagens intensas com a finalidade de materializar os programas essenciais da organização¹²⁴⁵.

Angola presidiu a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) desde janeiro de 2014 até fevereiro de 2016, altura em que foi reconduzida para o segundo mandato que cessou a 19 outubro de 2017, quando a presidência rotativa foi transferida para a República do Congo, durante a sétima cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos países desta região, realizada em Brazzaville, República do Congo¹²⁴⁶. Neste contexto, importa mencionar algumas missões e eventos em que Angola participou e/ou realizou, entre janeiro de 2013 e junho de 2016, na qualidade de presidente da CIRGL:

No ano de 2014, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, George Chicoti, realizou um périplo (10 e 15 de fevereiro de 2014) ao Burundi, Ruanda, Sudão do Sul, RCA e Congo, para constatar «*in situ*» e funcionamento do Secretariado Executivo da CIRGL. Luanda albergou a Mini-cimeira de (25 de março de 2014), na qual Angola, África do Sul, República do Congo, RDC, Ruanda e Uganda, adotaram medidas para neutralizar as forças que ameaçam o processo de normalização política, institucional, económica e social no Leste da RDC – Forças Democráticas Aliadas (ADF) e das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR). Entre 17 e 18 de abril de 2015, Angola participou, em Kinshasa, na reunião dos serviços anti “fraude mineira” e o contrabando. Luanda acolheu a Mini-cimeira tripartida (Angola, Congo e Tchad), a 6 de junho de 2014, sobre a reflexão das causas e solução dos problemas da RGL. Entre 11 e 13 de junho de 2014, Luanda foi realizada a reunião dos Ministros da Defesa e Chefes de Estado-Maior-Geral dos Estados-

¹²⁴⁴ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Edifício II, Gabinete da SADC, Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Projeto do Plano Estratégico para a Presidência de Angola na CIRGL, p. 3.

¹²⁴⁵ Ngeli, Rosa Masolina (3ª Sec.) (2015), Memorando sobre a presidência de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), Secretariado da Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Luanda, p. 3.

¹²⁴⁶ *Jornal de Angola* (13-05-2013) Ribeiro, José (Diretor), “Congo vai Liderar os Grandes Lagos”, (online). Disponível em Jornaldeangola.sapo.ao/politica/congo_vai_liderar_os_grandes_lagos, consultado a 18 de outubro de 2017.

membros da CIRGL, que abordaram questões relacionadas a defesa e segurança, desenvolvimento económico e criminalidade.

Julho de 2014, em Adis Abeba, foi realizado uma Mesa-redonda sobre o Investimento Privado na Região dos Grandes Lagos. Entre 19 e 24 de julho de 2014 (Nairobi), teve lugar uma Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da CIRGL, para a promoção de desemprego. No dia 14 setembro de 2014 a presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini Zuma, foi recebida em Luanda para discutir a transferência do mandato das forças da União Africana (MISCA) para a MNURCA. Destacamos também a participação de Angola na Reunião Ministerial do CSNU (7 de agosto de 2014, em Nova Iorque), sobre presidência da Grã-Britânica, com o objetivo de analisar a situação na RDC e na RGL. A visita do Ministro da Defesa Nacional de Angola, João Lourenço, ao Burundi e ao Ruanda (29 de junho de 2014). Visita à Angola do enviado especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a RGL, Said Djinnit (9 setembro de 2014), para abordarem assuntos relativos à estabilidade político-militar na RGL. Visita à Angola (10 de dezembro de 2014) do comandante das forças da MNURCA, General Tumenta Martin, para analisarem a situação política e humanitária na RCA. A realização da 3ª Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da CIRGL e da SADC (18 e 20 de setembro de 2014) para avaliar o grau de desarmamento voluntário e de rendição das FDLR, além do ultimato de seis meses emitidos ao FDLR.

Ainda neste ano o presidente de Paul Kagame visitou Angola (17 de dezembro de 2014), com o objetivo de reforçarem as relações de cooperação entre os dois países e analisarem a situação de paz, segurança e estabilidade nos países da RGL, bem como buscar soluções para pôr término aos conflitos da região. Angola participou na Conferência de Consulta Regional sobre as Oportunidades de Investimento no Sector Privado da RGL (17 e 18 de dezembro de 2014), sob os auspícios conjuntos da CIRGL e do Escritório do Enviado Especial do Secretário Geral da ONU para a RGL (O/SESG-GL), com o objetivo de avaliar o “Resumo de Oportunidades de Investimento” (IOB). O Ministro do Interior e da Descentralização da República do Congo foi à Luanda, 22 de dezembro de 2014, entregar uma missiva do Presidente Denis Sassou Nguesso, ao presidente José Eduardo dos Santos, referente aos problemas da RGL que merecem atenção.

No ano seguinte (2015), o presidente da CIRGL, José Eduardo dos Santos, visitou a RDC (19 de janeiro de 2015), com o objetivo de abordarem questões ligadas ao reforço das relações bilaterais e à assinatura de acordos de cooperação em vários domínios. Luanda acolheu, a 11 de março de 2015, a 10ª Reunião Ordinária do da CIRGL, que analisou a implementação do Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na RGL, a situação de contribuição, entre outras questões. A 12 de março de 2015, Barnaba Benjamim, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, chegou a Luanda para solicitar

ao governo de Angola a intervir para o fim do conflito no Sudão do Sul. A 16 de março de 2015, Angola participou na 7ª Reunião do Grupo Internacional de Contacto sobre a RCA, realizada em Brazzaville, com o objetivo de examinar o financiamento das futuras eleições.

Ainda neste ano, Luanda acolheu, a 18 de março de 2015, a 9ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CIRGL, com o objetivo de avaliar a situação humanitária e de segurança na RDC, na RCA, no Sudão do Sul e no Burundi, e as ameaças terroristas. Em setembro de 2015, Angola recebeu o enviado especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a RGL, Said Djinnit, com o objetivo de abordarem as questões concernentes à neutralização das FDLR e o ex-M23. Angola participou, a 25 de outubro de 2015, na 10ª reunião da CIRGL, realizado em Nova Iorque, no Escritório da Missão Permanente da UA, à margem da 70ª sessão da Assembleia Geral da ONU, sobre a situação política e de segurança no Burundi, Sudão do Sul e RCA. Angola participou na reunião de Alto Nível sobre o Acordo-Quadro para a RDC e os Grandes Lagos (30 de dezembro de 2015, Nova Iorque), à margem da 70ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

A 14 de março de 2016) Luanda acolheu a 6ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CIRGL, com o objetivo de fazer o balanço do mandato de dois anos de Angola e confirmar a recondução de mais um mandato de Angola na presidência da organização regional; a reunião dos Ministros da Defesa da CIRGL, no dia 11 de maio de 2016; a reunião dos Chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas da CIRGL, realizada no dia 10 de junho de 2016; e a reunião dos Ministros das Relações Exteriores da CIRGL, realizada no dia 12 de junho de 2016¹²⁴⁷.

Portanto, a paz e a estabilidade na Região dos Grandes Lagos dependem fundamentalmente da capacidade de conciliação das necessidades de segurança com os interesses económicos dos vários países na região e da vontade política e democrática dos líderes da RGL. A RGL situa-se numa zona de confluência de influência geoestratégica de primeira ordem para a segurança interna de Angola, daí a inclusão de Angola na CIRGL e o seu interesse em envidar esforços para o estabelecimento da paz e segurança na região. Apesar da diplomacia Angola ter dado mais primazia à resolução dos conflitos na RDC e na República Centro Africana (RCA), pode-se dizer que a presidência de Angola na CIRGL contribuiu para o reforço das relações bilaterais entre os países da região, essencialmente no que refere à preservação da paz e da estabilidade regional. A RGL, durante a

¹²⁴⁷ Para mais informação sobre as missões e eventos em que Angola participou e/ou realizou durante a sua presidência à CIRGL, ver em Ngeli, Rosa Masolina (3ª Sec.) (2015), Memorando sobre a presidência de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), Secretariado da Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Luanda, pp. 4-14. Também ver em: Agência Angola Press (2016), "Angola: Luanda acolhe a 6ª Cimeira dos Chefes de Estado da CIRGL", ANGOP/AF, 10 de Junho de 2016, Disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2016/5/23/Angola-Luanda-acolhe-Cimeira-dos-Chefes-Estado-CIRGL_1a88f8a8-5658-4ad1-b159-b7ab60f5e706.html?version=mobile, consultado a 16 de junho de 2016.

presidência de Angola, pode ser vista, pelos Estados-membros, como modelo de estabilidade, de reconciliação nacional e de desenvolvimento. Estes factos podem traduzir o reconhecimento, por parte de alguns países e organizações, da sua capacidade de resolução de conflitos, de consolidação de paz e da estabilidade na região. Além disso, Angola pode tornar-se um elemento importante para a sua influência e política¹²⁴⁸.

5.1. Mecanismos de Coperação para a paz, segurança e estabilidade na CIRGL

a). Mecanismos Conjunto de Verificação Alargada da CIRGL

O Mecanismo Conjunto de Verificação Alargada da CIRGL é um órgão constituído para supervisionar as questões ligadas ao pós-conflito e acompanhamento do Acordo-Quadro de Adis Abeba sobre a RDC, no quadro da declaração de Nairobi (Quénia), assinado a 24 de fevereiro de 2012. É constituído pelos representantes dos Chefes de Estado-Maior General e pelos Ministros da Defesa dos países da CIRGL. A partir de 11 de junho de 2014, Angola, por meio do seu Ministro da Defesa, João Lourenço, começou a presidir o Comité de Ministros de Defesa da CIRGL, em substituição do Ministro da Defesa do Uganda, Odongo Jéjé, na reunião do órgão realizada em Luanda. Este órgão tem como objetivo envidar esforço para o estabelecimento da paz, estabilidade e desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos¹²⁴⁹.

Os chefes de Estado da CIRGL chegaram a considerar, na Ciméria de Luanda, realizada em outubro de 2014, que a situação política da região é relativamente calma, mas o desenvolvimento positivo parece imprevisível. Este argumento tem sido a base para uma evolução bastante encorajadora, apesar de se registar, na RDC, alguns ataques de grupos armados locais e estrangeiros que podem comprometer seriamente o processo de desarmamento voluntário. No Kivo do Norte atuavam o ADF, *Nduma Defence of Congo* (NDC), *Cheka* e a *Alliance des Pastristes Pouer um Congo Libre et Souverain* (APCLS). No Kivo do Sul atuavam o grupo Mai-Mai Raia Muuomboki, Yakutumba e BEDE Render. Na província do oriente (Ituri) Exército de Resistência do Senhor e a Força Patriótica de Resistência do Ituri (FRPI)¹²⁵⁰.

¹²⁴⁸ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Edifício II, Gabinete da SADC, Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Projeto do Plano Estratégico para a Presidência de Angola na CIRGL, p. 4.

¹²⁴⁹ AMIREX- edifício II, Gabinete da SADC, Pasta: SADC/ ICGLR, 04-11-2013, em Pretória, Documento: Mecanismo Conjunto de Verificação Alargado, Assunto: Informação sobre a situação humanitária e de segurança no Leste da RDC. Atividades e dificuldades do Mecanismo Conjunto de Verificação Alargado, 17 de outubro de 2014, Luanda.

¹²⁵⁰ Ibidem.

De acordo com uma nota do Gabinete do MIREX, responsável pelos assuntos da SADC, o Mecanismo Conjunto de Verificação Alargada (MCVA) tem enfrentado várias dificuldades operacionais e financeiras que têm afetado a implementação do mandato de Angola e do seu plano de ação de 2014, assim como a manutenção da moral dos peritos e da equipa. Alguns Estados-membros têm tido dificuldades em efetuar as contribuições financeiras, de forma a honrar os compromissos que os mesmos se comprometeram a assumir em prazo limitado. No entanto, o MCVA terá recebido 537.029 USD de Angola, o que lhe permitiu dar continuidade a algumas operações inseridas no plano de 2014, principalmente o pagamento dos peritos e do pessoal, referente a três meses. Por esta conjuntura de factos, o total da dívida entre março e dezembro de 2013 era de 870.489 USD. A dívida de janeiro a setembro totalizava 494.114 USD, elevando o total para 1.364.882 USD. O orçamento do MCVA para o exercício de 2014 tinha sido aprovado pelos ministros com o valor de 2.110.148 USD¹²⁵¹.

Os desafios de segurança estão relacionados com as atividades ilegais de alguns grupos armados que continuam a impedir a livre circulação na região. Apesar do ultimato que tinha sido lançado contra aqueles grupos que atuavam na região, estes grupos continuam relutantes relativamente ao processo de desarmamento voluntário, especialmente o FDLR, FNL, LRA, ADF, e os grupos locais, como YAKUTUMBA, APCLS, NDC, *Cheka*, BEDE Render, Raia Mulomboki e FRPI. As ligações entre a ADF e o grupo terrorista Al-shabaab fazem crescer o nível de ameaça terrorista na RGL, pelo que deve evitar que tais ações não sejam realizadas pelo grupo Al-shabaab, pelo que os Estados-membros defendem a necessidade do reforço da cooperação e da troca de informações sobre as “forças negativas” entre os Estados-membros da CIRGL. A proliferação de armas ligeiras também constitui um dos desafios do MCVA. Este facto é justificado pelos incidentes referentes aos ataques armados, realizados por alguns grupos antes citados, e pelo descobrimento de esconderijos de armamentos no Kivo do Norte. O défice de peritos também constitui um desafio, pois a ausência total ou representação incompleta de peritos por parte de alguns Estados-membros tem afetado o cumprimento das atividades do MCVA¹²⁵².

b. Mecanismo Regional de Supervisão (MSR) do Acordo-Quadro

¹²⁵¹ Ibidem.

¹²⁵² AMIREX- edifício II, Gabinete da SADC, Pasta: SADC/ ICGLR, 04-11-2013, em Pretória, Documento: Mecanismo Conjunto de Verificação Alargado, Assunto: Informação sobre a situação humanitária e de segurança no Leste da RDC. Atividades e dificuldades do Mecanismo Conjunto de Verificação Alargado, 17 de outubro de 2014, Luanda.

A 26 de outubro de 2016, em Luanda, foi realizada a sétima reunião de alto nível do Mecanismo Regional de Supervisão (MSR) do Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na Região, com a participação dos Chefes de Estado e de Governo dos países signatários, exceto o presidente da Etiópia que teve de cancelar a sua participação devido a um ataque terrorista que ocorreu no seu país. Esta reunião foi convocada pelo presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, com o apoio da ONU, da UA, da CIRGL e da SADC. Foi a primeira reunião realizada num país da região, após a reforma feita no quadro do processo do Acordo Quadro para a Paz e Segurança no Congo. Esta reunião foi precedida por uma reunião preparatória ao nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros, além das reuniões sectoriais de *ad-hoc* que possam ser solicitadas. Neste encontro os participantes passaram em revista os desenvolvimentos políticos e de segurança na região, desde a sua última reunião realizada em Nova Iorque, a 29 de setembro de 2015¹²⁵³.

Em maio de 2012, os opositores do governo da RDC, especificamente o M23, apoiados por grupos ruandeses e ugandeses, lançaram uma ofensiva na região do Kivo do Norte, chegando a provocar mais de 500 mil refugiados e instabilidade na região. Perante a esta crise político-militar e social foram feitas diligências diplomáticas, que culminaram com a assinatura do Acordo-Tripartido de Adis Abeba, sobre a Paz e Segurança na Região dos Grandes Lagos e no Leste da República do Congo – também conhecido por “mecanismo dos 11+ 4” – no dia 24 de fevereiro de 2012. Apesar de envolver diretamente o governo da RDC e os rebeldes do Movimento M23, o acordo também foi rubricado por onze países (RDC, RCA, Angola, Burundi, República do Congo, Ruanda, África do Sul, Sudão do Sul, Uganda, Zâmbia e Tanzânia) e pelo Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, cujo papel foi o de reconhecer a necessidade de apoio e mobilizar os meios apropriados e necessários para o melhor engajamento da comunidade internacional, destacando as forças da Nações Unidas; pela Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Zuma; pelo presidente em exercício da SADC, Armando Guebuza; e pelo Vice-presidente em exercício da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos, Yoweri Museveni, cujas responsabilidades são fiscalizar e facilitar a execução do acordo, uma vez que os Estados-membros encarregaram-se da implementação ao rubricarem o respetivo acordo. Além destes subscritores do acordo também foi assinado pela União Europeia, da Bélgica, dos Estados Unidos da América, da França e do Reino Unido. Este Acordo é um instrumento que tem como objectivo principal criar as condições para que a RDC consiga alcançar a paz e estabilidade. Todos esses parceiros da RDC devem

¹²⁵³ Comunicado da Sétima Reunião de Alto Nível do Mecanismo Regional de Supervisão do Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na República Democrática do Congo e na Região, Luanda, 26 de Outubro de 2016. Disponível em <http://embangola-can.org/pdf/26%20de%20OUTUBRO%20COMUNICADO%20FINAL%20REVISADO.pdf>, consultado a 30 de outubro de 2016.

contribuir para a aplicação do Acordo, no quadro das responsabilidades atribuídas a cada signatário do acordo¹²⁵⁴.

No contexto trilateral, Angola, RDC e a África do Sul criaram, a 23 de agosto de 2013, numa cimeira realizada em Luanda, um Mecanismo Tripartido de Relações e Cooperação Conjunta com o objetivo de salvaguardar, por meio de diálogo e cooperação, as condições favoráveis para garantir a implementação do Acordo-Quadro para a paz, estabilidade e cooperação na RDC, assinado no Quênia. Com este Mecanismo, os três Estados comprometeram-se a buscar apoios diplomáticos, junto das Nações Unidas, União Africana, CIRGL e SADC, visando a paz, estabilidade e desenvolvimento no leste da RDC, por meio da operacionalização da Brigada de Intervenção com as forças da MONUSCO, pois, acreditam que a paz e a estabilidade na RGL são condições essenciais para Angola, RDC e a África do Sul materializam uma parceria estratégica com benefício recíproco, que pode ser justificado pela existência de algumas infraestruturas económicas, como a barragem hidroelétrica de Inga, na RDC, os portos de Durban, na África do Sul, e de Lobito, em Angola, pelo interesse sul-africano na exploração de minerais na RDC, este último ainda constitui a terceira maior economia da SADC¹²⁵⁵.

Além disso, a África do Sul e Angola têm o estatuto de Estados-diretores da SADC, pelo facto de constituírem as duas principais potências militares e economias, e essencialmente, também pelo facto de serem os dois principais contribuintes da SADC e da CIRGL, e por exercerem certa influência política na região, que pode facilitar a implementação dos compromissos assumidos pelos signatários do Acordo, e pela sua experiência na resolução de conflitos. No 5º ponto do Acordo tripartido, estão expostas as responsabilidades que devem ser cumpridas pelo governo da RDC: reforma e reestruturação do quadro referencial institucional, reformas no sistema de administração do território, a promoção dos objetivos de reconciliação nacional, a formação das forças de defesa e segurança da RDC por parte de Angola e África do Sul – mais 1.300 homens deste último já integram a Missão das Nações Unidas de Estabilização do República Democrática do Congo (MONUSCO), a maior missão de paz no mundo com mais 17 mil capacetes azuis. Portanto, podemos afirmar que esta parceria estratégica – Mecanismo Tripartido de Relações e Cooperação Conjunta Angola/RDC/África do Sul – permitiu completar a implementação do conhecido “mecanismo dos 11+ 4”¹²⁵⁶.

¹²⁵⁴ O Portal de Serviços do Cidadão de Angola (13-03-2013), *Parceria estratégica nas soluções de paz*, (online). Disponível em www.cidadao.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=16857, consultado a 18 de outubro de 2017.

¹²⁵⁵ Ibidem.

¹²⁵⁶ Van-Dúnem, Belarmino (14-03-2013), *Angola. África do Sul e RDC: Cria Mecanismo Tripartido*, (online). Disponível em belarminovandunem.blogspot.com/2013/03/angola-africa-do-sul-e-rdccriam.html?m=1, consultado a 18 de outubro de 2017.

6. Nota Conclusiva do Capítulo

A África Austral começou a afirmar-se como uma zona estratégica para o mundo a partir de 1497, quando Vasco da Gama cruzou o Cabo da Boa Esperança a caminho do Oriente. A partir de 1800, a África Austral foi inserida na rede mundial de relações comerciais e no século XIX, devidos ao tráfico transatlântico e aos seus recursos naturais que alimentavam a América e, principalmente, a Europa, levando a colonização do continente africano. A disputa de zona de influências estratégicas entre o Bloco do Leste, o Bloco do Ocidente e a China, no quadro da Guerra Fria, jogou um papel importante para a independência da África Austral, transformando-a numa região de luta de intensas políticas e económicas e posteriormente numa zona de conflito.

Com o colapso da URSS, o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, o conflito na África Austral, a região tornou-se numa zona relativamente pacificada, procurando espaço nas relações internacionais, como parceiro estratégico no quadro energético, geoestratégia, económico, securitário (no continente e no mundial, essencialmente no que diz respeito à luta contra o terrorismo internacional).

Desde o início da luta armada pela independência da África Austral e depois da sua própria independência, a 11 de novembro de 1975, Angola tem participado ativamente nas dinâmicas regionais, internacionais e mundiais, sendo um país de referência na geopolítica regional e africana. Tendo desempenhado um papel importante para a concretização da independência do Sudoeste Africano, do Zimbabué, bem como para o fim do *apartheid* na África do Sul, além de desempenhar um papel importante para a paz, estabilidade e democratização da RDC, do seu próprio território e na CIRGL.

A SADC é o resultado de um processo de concertação política, diplomática e militar, que teve início com os Estados da Linha da Frente (1970) – cujo objetivo era coordenar esforços político-militares e económicos para o apoio dos movimentos de libertação nacional de “países” da África Austral e depois passou para SADCC (1980), como resposta à política sul-africana de CEEA (1979). O fracasso da CEEA levou a África do Sul a intensificar as incursões militares e bloqueio económico aos Estados da região e ao financiamento de movimentos internos no Zimbabué, na Zâmbia e, principalmente, em Angola e Moçambique. O fim do conflito regional permitiu também a reorganização jurídica, estrutural, política e funcional da organização regional que passou a denominar-se SADC, em 1992, para permitir a concretizar dos desafios da época contemporânea. Nesta senda, foram definidos dois instrumentos importantes para “consolidar, defender e manter a democracia, paz, defesa, segurança, estabilidade política e desenvolvimento económico: o Plano Estratégico Indicativo do Desenvolvimento Regional (RISDP) e o Plano Estratégico Indicativo para o Órgão (SIPO).

CONCLUSÃO GERAL

A expansão marítima europeia, iniciada no século XV, permitiu, entre outros efeitos, estabelecer relações multissetorial entre a África, Ásia, América e a Europa. Neste quadro, em 1497, Vasco da Gama ao dobrar o Cabo da Boa Esperança, indo para o Oriente, fez da África Austral uma região estrategicamente importante para o comércio mundial. Esta relação foi se desenvolvendo progressivamente devido ao tráfico de escravo, a descoberta de recursos naturais importantes, o descobrimento das Américas, a revolução indústria do século XVIII e, posteriormente, a independência das América, permitindo, assim, a conquista e colonizada da África, particularmente da África Austral.

Ao contrário da França, Bélgica e do Reino Unido – que empreendiam um processo de descolonização das suas colônias na África por via política –, Portugal, Rodésia e África do Sul procuravam cimentar a sua permanência e o domínio da minoria branca sobre a maioria negra na África Austral, nomeadamente na Rodésia, Angola, Moçambique, África do Sul e Sudoeste Africano. Na década de 40 e 50 do século XX, as relações entre colonos e colonizadores agravaram-se dando origem ao nacionalismo moderno, movido pelos movimentos de libertação nacional. Em Angola foi movido pela FNLA (1954), MPLA (1956) e a UNITA (1966), que devido à sua natureza antagónica e o contexto das alianças da Guerra Fria não conseguiram uma transição pacífica para a independência de Angola.

A violação dos acordos de Mombaça (5 de janeiro de 1975), Alvor (15 de janeiro de 1975) e de Nakuru (21 de junho de 1975) conduziu o país a um conflito político-militar, protagonizado pelo MPLA, apoiado pelo Bloco do Leste, e pela FNLA e UNITA, apoiados pelo Bloco do Ocidente e África do Sul (sob regime do *apartheid*), que estava determinada a impedir a ascensão do MPLA ao poder. A internacionalização do conflito permitiu a intensificação do conflito e a formação de coligação estratégica FNLA-UNITA apoiada pela Zaire, da Zâmbia, da África do Sul e EUA, contra o MPLA apoiada pela URSS, de Cuba e de outros países da órbita socialista. Angola foi transformada um palco privilegiado para as suas disputas geopolíticas. A derrota militar da FNLA-Zaire e o acordo angolano-zairense, em fevereiro de 1976, levaram ao “desaparecimento” da FNLA-ELA do cenário político-militar. A retirada das SADF e FALA, a 5 de fevereiro de 1976, permitiu o *détente* angola-africânder de março de 1976, pôs fim a Segunda Guerra de Independência de Angola. Restava o reconhecimento do governo de Angola no panorama internacional (na OUA, a 12 de fevereiro de 1976; na ONU, a 1 de dezembro de 1976, e dos EUA que só o fez a 19 de maio de 1993). Após o afastamento da FNLA e da UNITA do poder, o país mergulhou num longo conflito sangrento que se generalizou na África Austral. Nessa sequência, a África do Sul tornou-se o principal desestabilizador da região.

A Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, a Guerra Fria desempenharam papel importante no processo de independência dos Estados africanos, principalmente da

África Austral, na qual se destacam a China, URSS – e seus aliados – e alguns países do Ocidente. Durante o Guerra Fria, período que coincide com o da luta pela independência do continente africano, as ingerências da bipolaridade exerceram influências políticas na região da África Austral, transformando-a num palco de intensas disputas político-ideológicas, económicas e militares entre os dois blocos antagónicos (Ocidente e Leste). O envolvimento das duas potências tinha sido motivado, essencialmente, pela importância estratégica da África Austral na geopolítica (luta pelas zonas de influência para ideologias políticas); na economia ocidental e mundial (o controlo da rota do Cabo e dos recursos minerais e energéticos vitais para o sector industrial, bem como as terras férteis para o desenvolvimento da agricultura e da indústria local).

O fracasso da via política, como principal meio de luta pela independência do continente africano, na década de 50 do século XX, permitiu a formação de movimentos de libertação nacional que passaram a ações armadas. A fundação da OUA, a 25 de maio de 1963, em Adis Abeba, deu outra dinâmica à luta anticolonial e antiapartheid na África Austral, além de exercer uma certa influência para o reconhecimento, em primeira instância, de alguns movimentos de libertação nacional – como a SWAPO, FRELIMO, ANC, MPLA, ZAPU, ZANU e PAIGC – que passaram a ter as suas sedes política na Tanzânia, dispondo-lhes de apoio político, diplomático, económico e militar. Com o objetivo de darem uma nova dinâmica à luta pela libertação da África Austral, os movimentos de libertação nacional da África Austral procuraram estabelecer alianças ou relações de cooperação entre si, com base nas afinidades político-ideológicas que defendiam e nos interesses geoestratégicos e económico-militares de cada movimento.

Foi neste quadro que surgiu inicialmente a Frente Unida de Ação/*United Front of Action* (UFA), em 1966, formada pela UNITA, ZAPU, SWAPO, ANC, PAC e o ZANU, cujo objetivo era de se unirem para a luta pela independência do sul da África. Em 1967, foram incluídos a FRELIMO e o COREMO. A UFA começaria a atuar, inicialmente, em Angola até à sua independência e, mais tarde, no Sudoeste Africano, Moçambique e na África do Sul. No entanto, a pouca aceitação e o não reconhecimento de alguns movimentos pertencentes a esta aliança, por parte de alguns países africanos influentes na OUA, pelo Ocidente e pela URSS, bem como as rivalidades sino-soviético levaram ao fracasso da Frente Unida de Ação. A Frente Unida de Ação não teve um impacto prático expressivo na sua luta pela independência devido à retirada de alguns movimentos e, principalmente, devido à interferência da URSS.

De modo a afastar e/ou neutralizar os seus dois adversários (EUA e China), entre 8 e 12 de janeiro de 1969, a URSS “obrigou” seis movimentos de libertação nacional africanos de orientação marxista-leninista (MPLA, PAIGC, FRELIMO, ANC, a SWAPO e a ZAPU) a formarem uma outra aliança estratégico-militar e política – Aliança de Cartum -

cuja sede do Comité de Mobilização estaria no Cairo e seu comando na Tanzânia. Essa aliança teria o apoio dos países da órbita socialista. Com esta aliança, a URSS pretendia propagar o comunismo e travar a expansão americana e chinesa no continente africano. No início de 1970 foi formado o Movimento de Libertação da África Austral (MLAA), cujo objetivo era, especificamente, lutar de forma conjunta e coordenada pela independência da África Austral. O MLAA era composto pelo MPLA, FRELIMO, FROLIZI, ZANU-PF (ZANU e ZAPU), ANC e SWAPO e funcionava como uma organização socialistas de caráter regional, subordinada ao Comité da “Aliança de Cartum”, que tinha um caráter continental.

Assim, na década de 70, a África Austral continuava a ser o ponto de convergência de interesses geopolíticos e geoestratégicos entre o Bloco do Leste e o Bloco do Ocidente, que pretendia alterar o contexto da região, tendo como base dois horizontes: a luta de libertação nacional (em Moçambique, Zimbabué, Angola e no Sudoeste Africano, e a luta anti*apartheid*, na África do Sul e no Zimbabué) e a resolução da crise do Zaire. Deste modo os movimentos de libertação nacional de África passaram a cooperar e/ou intensificaram a cooperação entre si, criando redes de informação partilhada e lançando operações militares conjuntas nas suas áreas de interesse específicos que culminou com a independência de Angola, Moçambique, Sudoeste Africano e o fim da supremacia branca na Rodésia e na África do Sul.

A fim de dar uma nova dinâmica na luta pela independência de Angola, Rodésia da Namíbia e de Moçambique, bem como contra o regime sul-africano, os governos de três Estados Independentes da África Austral – Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zaire – formaram o Club de Mulungushi (1970), manifestando-se contra o Manifesto de Lusaca (1969, que defendia a negociação), visto que na Conferência dos Estados Independentes, realizada em abril de 1958, em Acra (Gana), tinham decidido o uso da força como meio da luta pela libertação dos povos africanos, empulcioada pela Declaração de Mogadishu (1971, que defendia a luta político-militar), como embrião daquilo que viria ser, em 1976 a primeira organização regional de caráter político militar denominada Estados da Linha da Frente, formada inicialmente pelos então Estados independentes Tanzânia, a Zâmbia e o Botsuana, cujo objetivo era coordenar esforços político-militares e económicos para o apoio dos movimentos de libertação nacional da África Austral (FRELIMO, MPLA, SWAPO, ZAPU, ZANU e ANC). Posteriormente, foram integrados Angola, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Lesoto e Zimbabué. O fracasso do plano sul-africano de CEEA levou a África do Sul a coerção militares e bloqueio económico contra os Estados da região. No entanto, para enfrentar a poderosa África do Sul, os Estados da região formaram, a 1 de abril de 1980, em Lusaca, a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral SADCC.

O colapso da URSS e o fim da Guerra Fria permitiram o fim de uma fase (conflito regional) e início de outra fase na África Austral (paz relativa). Nesse contexto, a África Austral tornou-se promotora das suas relações internacionais, ganhando importância a nível energético, da geoestratégia, geoeconomia e da geopolítica mundial, assumindo-se como parceiro estratégico para a segurança mundial, essencialmente no que diz respeito à luta contra o terrorismo internacional.

O fim do conflito regional permitiu a reorganização jurídica, estrutural, política e funcional da organização regional que passou a denominar-se, a partir de 17 de agosto de 1992, na cimeira de Windhoek, em Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC), para permitir a concretizar dos desafios da época contemporânea. Nesta senda, foram definidos dois instrumentos importantes para consolidar, defender e manter a democracia, paz, defesa, segurança, estabilidade política e desenvolvimento económico: o Plano Estratégico Indicativo do Desenvolvimento Regional (RISDP) e o Plano Estratégico Indicativo para o Órgão (SIPO).

Desde o início da luta armada pela independência da África Austral e depois da sua independência, Angola tem participado ativamente nas dinâmicas regionais, internacionais e mundiais, sendo um dos países de referência na geopolítica regional e continental. Angola foi palco de disputas político-militares e geoestratégicas no quadro da Guerra Fria, por este facto desempenhou um papel importante para um ambiente de paz e de estabilidade na África Austral, efetivado com a independência da Namíbia e do Zimbabué, bem como para o fim do *apartheid*, pressupostos para a democratização na África do Sul e para a paz, democracia, segurança e estabilidade da RDC, na CIRGL e no seu próprio território.

Com esta conjugação de fatos podemos deduzir que a política regional de Angola tem como objetivo ampliar o horizonte da sua política externa e tornar um Estado influente na SADC, capaz de “liderar” ou de dar o seu parecer sobre os principais assuntos relacionados com a defesa que afetam a região, assim como de promover os mecanismos que visam garantir a paz e a estabilidade na região, em consonância com a constituição de Angola, a Carta das Nações Unidas e da União Africana, a fim de projetar os seus interesses económicos, políticos e de segurança. Angola pretende contribuir para uma “ordem regional pacífica”, sólida e regulada pelo direito.

Angola é um Estado indispensável quando se trata de assuntos relacionados com a resolução de conflitos, defesa e segurança no continente africano, essencialmente na região da SADC e CIRGL, onde é solicitado por vários países e organizações para cooperar e para dar o seu parecer sobre questões de defesa e segurança, facto que tem levado Angola a aparecer no panorama regional e além regional.

Joveta José (2011) e outros investigadores da política externa de Angola consideram a existência de três períodos históricos sobre as Relações Internacionais da

República de Angola: período entre 1975-1991, caracterizado pela Primeira Guerra Civil de Angola e por um sistema político monopartidário; período entre 1992-2002, caracterizado pela Segunda Guerra Civil de Angola e pelo sistema pluripartidário; e, por último, o período pós-2002, caracterizado pela paz, crescimento económico. Neste trabalho concluiu-se que as relações entre os povos do território da Namíbia e de Angola podem ser divididas em quatro períodos: pré-colonial; pós-conquista europeia / acomodação colonial; pré-independência e pós-independência. E estes, por seu turno, também se dividem em várias fases. Ou, sinteticamente, em dois grandes períodos: pré-independência e pós-independência.

Primeiro período, pré-colonial e acomodação colonial (antes da conquista europeia da zona limítrofe em 1917: este período começa com as relações estabelecidas, antes do século XIX, pelos reinos africanos que surgiram naqueles territórios e vai até a fase da ocupação europeia da zona limítrofe, em 1917. As relações no período pré-colonial foram realizadas entre os antigos reinos e consistiam em relações comerciais, laborais e de amizades entre si, mais tarde relações associadas a exploração da população de origem africana pelos colonizadores de origem europeia.

Segundo período, pós-conquista europeia/ acomodação colonial, foi estabelecido após a conquista europeia, em 1918, até ao primórdio da luta pela independência dos dois territórios, no princípio da década de 60.

Terceiro período, pré-independência (1961 e 1988): estabelecida durante a luta política, militar e diplomática desenvolvida pelos movimentos de libertação nacional dos respetivos. Este período vai até a independência dos dois países e é composto por duas fases: a primeira fase, pré-cooperação, (1965 e 1976), cooperação desenvolvida entre a UNITA e a SWAPO; e a segunda fase (cooperação em estabilização), 1976 e 1988, cooperação entre o MPLA e a SWAPO. Este período a cooperação tiveram como objetivo principal unir forças e esforços para luta pela independência de Angola e do Sudoeste Africano, em particular, da África Austral no geral, de forma a restaurar e permitir o reconhecimento da identidade africana, a conquista da paz, a liberdade e segurança na região, cujo os principais agentes de insegurança foram os sistemas coloniais e de segregação racial dominante em quase toda África Austral (Angola, Moçambique, Sudoeste Africano, África do Sul e no Zimbabué).

Quarto período, “pós-independência”. É o período caracterizada pela cooperação existente entre Angola e a Namíbia, formalizada oficialmente, a 18 de maio de 1990, após a independência dos dois territórios, e vai até aos dias de hoje. Este período tem duas fases: primeira fase, pré-conflito, entre 1990 e 2002, caracterizado pela concertação de esforços políticos e militares com o objetivo de combater o “terrorismo”/forças da UNITA e do Exército de Libertação de Caprivi, considerados como principais agentes de

instabilidade regional. A segunda fase (pós-conflito), entre 2002 e corrente, caracterizada pela paz pela luta contra os crimes transfronteiriços e outras ameaças transfronteiriças, bem como uma cooperação multissetorial de forma a consolidar e preservar paz e a segurança ao longo da fronteira comum e da região em geral.

O fracasso da luta política pela independência de Angola e do Sudoeste desenvolvida no decorrer da década 50 deu origem a luta armada (Angola em 1961 e no Sudoeste Africano a 26 de agosto de 1966) como nova abordagem e estratégia de luta anticolonial e antiapartheid. No contexto da complexidade da luta de libertação nacional permitiu uma relação entre os movimentos de libertação de Angola e do Sudoeste devido a vários fatores de ordem político-ideológico, sociodemográfico, económico-militar, regional, histórico e geoestratégico.

Neste sentido, a cooperação UNITA-SWAPO estabelecida entre 1965 e 1976 constitui a primeira relação de cooperação observada entre os movimentos de libertação nacional de Angola e do Sudoeste Africano, cujo objetivo consistia em lutar pela liberdade e independência dos respetivos territórios. Não existe um único fator isolado nas estreitas relações que se registaram entre a UNITA e a SWAPO, pois deve ser incorporado um conjunto de fatores de ordem político-ideológico, sociodemográfico, económico-militar, regional, histórico e geoestratégico. A dinâmica das relações UNITA-SWAPO pode ser dividida em quatro períodos: o primeiro período (1965 e 1966) é caracterizado pelos primeiros contactos entre os líderes da UNITA e da SWAPO; pelo contributo da SWAPO na formação da UNITA até a sua introdução no interior de Angola; o segundo período (1966 a 1969) é caracterizado pela realização do I Congresso da UNITA, pela cooperação ativa e aberta e pelas primeiras operações conjuntas UNITA-SWAPO; o terceiro período (1969 e 1970) é caracterizado pela realização do II Congresso da UNITA, por uma nova dinâmica de cooperação, a formação de um comando unificado UNITA-SWAPO; o quarto período (1970 e 1976) é caracterizado por um ativo contributo da UNITA no quadro da sua cooperação com a SWAPO, bem como por uma intensa atividade no Cunene; o quinto período (1976 e 2002) é caracterizado pelo fim da cooperação UNITA – SWAPO, pela forte inimizade entre as duas organizações até à independência da Namíbia e, conseqüentemente, o fim da Guerra Civil de Angola. O período pós-conflito angolano (pós-2002), em que as relações UNITA-SWAPO/governo da Namíbia encontram-se “estagnadas”.

A ligação estratégica da UNITA às forças de Pretória foi motivada pela superioridade militar angola-cubana, pelo triunfo militar do MPLA (conquistar o poder em Angola), pela política monopartidária adotada pelo MPLA e pelo desejo da UNITA em resistir, manter a sua identidade ideológica e o projeto político (projeto de Mwangai), bem como forçar o MPLA a reconhecer o seu contributo para o alcance da independência de Angola. Esta opção da

UNITA e os fatores internos que ocorriam em Angola levaram a SWAPO a romper a ligação com a UNITA e a reconsiderar uma nova estratégia vantajosa, nomeadamente a ligação com o novo governo de Angola, formado pelo MPLA, que passou a ser uma retaguarda e escudo da SWAPO. Neste âmbito, a SWAPO passou a beneficiar de informação, formação, espaço geográfico, proteção, apoio logístico, militar, diplomático, social e económico, até alcançar a independência do Sudoeste Africano.

Outrora, o reconhecimento do GRAE-FNLA, em 1963, pela OUA e pelo Comité de Libertação da OUA, como Governo legítimo das aspirações independentistas angolanas, teria condicionado a aproximação entre a SWAPO e o MPLA nos primórdios da luta armada pela libertação da África Austral. O reconhecimento do MPLA pelo Comité de Libertação da OUA, a 25 de novembro de 1964, como representante do povo angolano na luta pela independência não foi suficiente para promover uma aproximação entre a SWAPO e o MPLA, pois não havia interesses políticos, militares, estratégicos e geoestratégicos entre ambos. Por outro lado, a relação existente entre Jonas Savimbi e Sam Nujoma condicionava uma aproximação entre SWAPO e o MPLA. Neste quadro, as relações entre a SWAPO e o MPLA tiveram quatro fases distintas. No primeiro período (1961 e 1969), a relação era distanciada devido aos seguintes fatores: a linha política da SWAPO, considerada pelo MPLA como “pouco clara”; a boa relação que o líder da SWAPO mantinha com Moisés Tshombe e alguns líderes de países africanos ou movimentos de libertação africana, que mantinham relações político-militares e diplomáticas com o Ocidente, a falta de interesses, e, principalmente, a ligação que a SWAPO mantinha com a UNITA – movimento que o MPLA considerava inimigo. Porém, as relações SWAPO-MPLA restringiam-se, principalmente, ao nível político e ideológico, por integrarem a “Aliança de Cartum”, o Comité de Libertação da OUA e o MLAA. O segundo período (1969 e 1976) é caracterizado pela hostilidade formalmente declarada pelo MPLA à SWAPO.

No terceiro período (1976 e 1978) verificou-se uma aproximação entre o MPLA e a SWAPO, após o MPLA conquistar o poder em Angola, a 11 de novembro de 1975. Em política dificilmente existem inimigos para sempre ou amigos para sempre, pois o que conta são os interesses e os objetivos estratégicos defendidos por cada um. Deste modo a ligação estratégica da UNITA com o regime sul-africano e a conquista do poder pelo MPLA levaram a que a SWAPO se aliasse a este último, com o qual teria mais vantagens (a nível geoestratégico, económico, diplomático, social e militar). No entanto, neste período a cooperação MPLA-SWAPO é considerada débil devido à insegurança e desconfiança, principalmente por parte do MPLA em relação à SWAPO, desconfiando que a SWAPO não tinha cortado as suas ligações com a UNITA. Por outro lado, o *détente* entre Luanda e Pretória, assinada em fevereiro de 1976, teria provocado um certo relaxamento ao MPLA, em relação ao envolvimento na luta pela independência do Sudoeste Africano.

O quarto período (1978-1988). O ataque das SADF a Cassinga, a 4 de maio de 1978, mudou o curso das relações entre o governo de Angola e a SWAPO, pois o MPLA concluiu que o *détente* de 1976 não teria resultados desejados. Este facto permitiu uma nova dinâmica na relação MPLA-SWAPO, na base da confiança mútua, partindo para uma cooperação geoestratégica, económica, diplomática, social e militar, com o objetivo de eliminar a ameaça militar externa de Angola e lutar pelo fim do domínio sul-africano no Sudoeste Africano para garantir a independência, a paz e a segurança interna no Sudoeste Africano e em Angola. Este período terminou com o Acordo de Nova Iorque, assinado a 22 de dezembro de 1988, que também permitiu a independência da Namíbia, a 21 de março de 1990.

Este conjunto de fatores confere a Angola um papel importante e determinante para o cumprimento da resolução 435/78 do CSNU e para a libertação dos últimos redutos coloniais na África Austral, permitindo a paz e a estabilidade regional. Porém, não se podem ignorar os esforços desenvolvidos pelos Estados da África, no âmbito da OUA, organização dos Países Não-Alinhados, pela ONU e a vontade dos dois blocos antagónicos, para a manutenção da paz e segurança em Angola e em toda região da África Austral. No centro das explicações do fim do conflito encontram-se uma combinação de um conjunto de fatores políticos, económicos, diplomáticos e militares: primeiro, o crescente isolamento e os efeitos das sanções económicas da comunidade internacional contra a África do Sul; segundo, a desgastante Batalha do Cuito Cuanavale (15 de novembro de 1987 – 23 de março de 1988) e os combates realizados em Tchipa (Chitado, no Cunene) e em Calueque (Naulila, no Cunene), a 26 e 27 de junho de 1988; terceiro, o fim da Guerra Fria e, como consequência, tanto o colapso da URSS, que significou o fim do apoio militar e económico ao governo de Angola, sendo que isso também servia de justificação para as agressões sul-africanas (o anticomunismo), como as pressões das superpotências sobre os seus aliados no sentido de resolverem os conflitos regionais pacificamente; e o quarto, o descontentamento da população branca sul-africana. Neste contexto a ferramenta militar, como meio de resolução de conflitos, foi substituída pela diplomacia, que culminou com o Acordo de Nova Iorque, assinado a 22 de dezembro de 1988, entre Angola, Cuba e África do Sul.

Estes eventos permitiram o fim da intervenção das forças estrangeiras em Angola, a implementação da resolução 435/78 da ONU e criaram os alicerces para o fim do regime do *apartheid* e para a democratização na África do Sul e em Angola, o fim da intervenção e/ou interferência externa na região, ambiente para a assinatura do Acordo de Bicesse, em 1991.

Em 1992, começou a Segunda Guerra Civil em Angola, após uma crise pós-eleitoral, entre a UNITA e o governo de Angola. Esta fase do conflito só terminou com o Memorando

de Entendimento assinado, a 4 de abril de 2002. A paz e a recuperação económica e social que se verificam no país permitiram sua afirmação no cenário internacional, particularmente, nas comunidades regionais de que faz parte. A ideologia política adotada por Angola e contexto político da época (1975 e 1990) tiveram efeitos económicos, políticos e sociais na vida interna e na sua relação externa, forçando Angola a manter relações políticas, económicas e sociais com a URSS, Estados da Linha da Frente, Brasil e com os países da órbita socialista, de modo a proteger os seus interesses relacionados com a defesa e segurança, sistema económico e os seus valores e identidade nacional. Os EUA só reconheceram o governo de Angola, formado pelo MPLA, a 19 de maio de 1993, isto é, depois das primeiras eleições multipartidárias, realizadas a 29 de setembro de 1992.

No entanto, por um lado, a constituição e a política de Defesa Nacional e a lei das forças armadas de Angola e da Namíbia defendem e orientam as suas forças armadas – como um dos instrumentos de política externa e de defesa nacional – a promover e a realizar a cooperação internacional, na base de princípios de coexistência pacífica e do direito internacional, com a finalidade de garantir o desenvolvimento nacional e contribuir para a manutenção da paz e segurança nacional e regional. Por outro lado, uma das estratégias da política externa angolana e namibiana consiste em cooperar com os Estados vizinhos a fim de garantir a tranquilidade ao longo das suas fronteiras, considerando também que a paz e a estabilidade dos Estados vizinhos são elementos importantes para manter a sua própria segurança. Apesar da fronteira sul ser menos vulnerável e preocupante, a cooperação com a Namíbia permite a prevenção e a neutralização de ameaças transnacionais, principalmente, as não-militares, pois estas constituem as chamadas “novas ameaças” os interesses nacionais. Foi neste quadro em que as relações bilaterais entre Angola e a Namíbia foram formalizadas, a 18 de setembro de 1990, no Lubango – resultante das relações efetivadas entre 1976 e 1988.

O Acordo de Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angolana-Namibiana para a Cooperação assinado no Lubango, em 1990, permitiu a criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação, encarregue de identificar e executar programas de cooperação bilateral na área económica e social, e a criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Defesa e Segurança, que aborda matérias de cooperação no domínio da defesa. A cooperação entre Estados Angola-Namíbia, no quadro da defesa, pode ser caracterizada em dois períodos: por um lado, a cooperação pré-conflito (1990-2002), em que as ações da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Defesa e Segurança – como principal instrumento de cooperação no domínio da defesa – estavam essencialmente viradas para a luta contra as forças da UNITA e do CLA. Neste período a defesa e segurança foram as áreas de cooperação mais ativas entre os dois países. As intervenções conjuntas de Angola e Namíbia contribuíram para a conquista e preservação da paz, bem como para a defesa e segurança no nordeste da Namíbia e sudeste de Angola e ao longo

da fronteira comum. Os desafios de cooperação no quadro da defesa no período do conflito armado foi o controlo cerrado da fronteira por ambas as partes, ações militares conjuntas para o bem comum. Na medida em que o exército angolano realizava operações no terreno contra as principais bases das forças militares da UNITA, a Força de Defesa Namibiana realizavam patrulhas ao longo da fronteira comum, tornando prisioneiros supostos militares das FALA que se escapavam dos confrontos com as FAA e atingiam o território namibiano.

E, por último, o período pós-conflito (entre 2002 e decorrente) é caracterizado pelo fim do conflito na Namíbia e em Angola, facto que abriu um novo horizonte de cooperação no quadro da defesa. Nesta senda, no período pós-guerra (2002-2015), as ações da Comissão Mista Angola-Namíbia encontram-se direcionadas para a preservação da paz e da estabilidade local, o combate aos crimes transfronteiriços que podem pôr em causa a segurança nacional dos respetivos países, para o aperfeiçoamento de meios políticos e militares para uma eficaz e eficiente cooperação na proteção da fronteira terrestre, marítima e aérea, nos serviços de informação e contrainformação, desporto militar, educação e formação de pessoal. Esta cooperação tem permitido o combate e a prevenção às chamadas novas ameaças (ameaças não-militares), nomeadamente: o tráfico de drogas, o tráfico humano, o terrorismo, a segurança marítima, a pirataria, entre outras, bem como a redução das mesmas ameaças. O desafio da cooperação Angola-Namíbia, neste período pós-guerra civil, destacam-se a formação de quadros militares de ambos os países nas instituições de ensino/instrução das Forças Armadas Angolanas, nomeadamente no Instituto Superior Técnico Militar e o Instituto Superior de Guerra, ambos localizados em Luanda, nas Escolas de Especialistas Menores do Exército, no Lubango, Escola da Marinha, em Benguela, e na Escola da Força Aérea, localizada no Uíge, onde periodicamente são enviados especialistas militares das Forças de Defesa Namibianas (NDF) que, em conjunto com as Forças Armadas Angolanas, são formados em matérias de especialidade. A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia constitui o principal instrumento de cooperação que tem desempenhado um papel importante na defesa e segurança dos dois Estados.

Para que essa cooperação possa ter resultados eficazes e eficientes há necessidade de se proceder mais investimentos técnicos e tecnológicos, assim como empreender mais esforços no cumprimento das obrigações assumidas no quadro dos respetivos protocolos e mais coordenação das políticas de prevenção e combate tais ameaças. As boas relações existentes entre Angola e Namíbia são justificadas, por um lado, pela evolução dos laços político-militares efetivados pelos movimentos de libertação dos respetivos países ao longo da luta pela libertação da África Austral. Por outro lado, a cooperação entre Angola e a Namíbia tem um carácter estratégico, apesar de não se identificar uma ameaça militar, a cooperação permitir prevenir uma eventual intervenção militar externas específicas à segurança da Namíbia e de Angola a partir da fronteira

comum, permite coordenar ações que visam assegurar a paz e a segurança nacional e regional. Neste sentido, o Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança e a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia têm uma relação estreita, pois constituem um instrumento-chave para a concretização dos objetivos regionais.

Depois dos acontecimentos do 11 de setembro de 2001, nos EUA, e consequentemente com o aumento e evolução do tráfico de drogas, do crime organizado e do terrorismo internacional, houve uma mudança na perceção do funcionamento da ordem internacional a vários níveis. Só em junho de 2017 é que Angola passou a ter uma lei específica contra o terrorismo, a “Lei sobre Prevenção e Combate ao Terrorismo”, que estabelece diversas medidas contra o terrorismo. Nesta senda, o interesse de Angola relativamente à matéria de defesa e segurança também pode ser justificado pelo facto de estes elementos serem primordiais para projetar interesses económicos capazes de promover o desenvolvimento social e económico na região.

O protocolo de cooperação na área da defesa entre os governos da República de Angola e da República da Namíbia foi concebido de forma abrangente em todos os ramos da defesa, uma vez que estes países estão convencidos de que a cooperação mútua, intercâmbio de informação e o aumento da cooperação multisetorial entre as partes permite o estabelecimento e gestão da paz, segurança e a estabilidade internacional. O acordo de Lubango abrange todos os ramos da defesa de ambos os países – o Exército, Força Aérea e a Marinha –, incluindo as forças especiais, apesar de existir pouca prática no ramo da Força Aérea. Apesar de a cooperação na proteção do espaço aéreo ter pouca substância, ela é realizada quando o contexto exigir tal necessidade, isto é, quando se identificar uma ameaça ou desastre naturais que implica a ativação dos meios desta área. O referido protocolo visa a cooperação entre as partes no domínio da defesa, em especial na área técnico-militar, a pedido de qualquer parte e dentro da disponibilidade de cada parte. Faz parte do acordo a realização de patrulhas costeiras, lanchas de reconhecimento da marinha em colaboração com apoio das forças aéreas, lançando aviões de reconhecimento, helicópteros e de aviões de transporte. Também tem como objetivo não permitir que grupos rebeldes ou forças estrangeiras utilizem os seus territórios de modo que possam originar agressões ou destabilização em qualquer dos países e governos.

Portanto, a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia tem o objetivo de traçar estratégias conjuntas e consensuais nos domínios da defesa e segurança, entre os dois Estados, especificamente ligadas ao combate e prevenção ao terrorismo ou a ameaças convencionais que constituem ameaças à paz e à segurança dos dois Estados, e a crimes transfronteiriços: roubo de viaturas, tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, roubo de gado (*mudjavalá*) e outros. O seu desafio principal é o combate e prevenção à criminalidade fronteiriça e a salvaguarda da soberania angolana e namibiana. Perante a

este conjunto de fatos, concluímos que Angola e a Namíbia podem ser considerados parceiros estratégicos regional recíprocos importantes. Por razões semiares já se registou cumprimento de missões conjuntas de manutenção da paz na RDC, a realização de Exercícios Táticos Conjuntos, no contexto de qualquer alteração da situação político-militar para um dos dois países, bem como encontros periódicos, entre as forças de ambos os países estacionadas ao longo da fronteira comum para o intercâmbio informativo.

FONTES

1. Arquivos

A. AMU-GNP – Arquivo do Ministério do Ultramar - Gabinete dos Negócios Políticos

AMU-GNP, projecto de circular: questão do Sudoeste Africano, pasta H.2.10, A independência de Ovambulândia e as suas repercussões em Angola, (31-05-1967).

AMU-GNP, relatório 950.129, proc. UL 1174, pasta H.2.10, a independência de Ovambulândia e as suas repercussões em Angola, (07-05-1962).

Doc. 307/15.009.8 (1), proc. nº 413, pasta H-9-8- Comissão Odendaal para o Sudoeste Africano, (09-02-1962).

Informação de 27/03/1967 (s/classificação), a independência da Ovambulândia e suas repercussões em Angola: a anexão da África Austral-ocidental (Sudoeste Africano), proc. 2480/H-2-9-3.

Jornal *The Star*, (sul-africano) notícia de 17 de Setembro de 1973, proc. nº 413, pasta H-9-8- Comissão Odendaal para o Sudoeste Africano.

O jornal “New York Times”, editorial de 08 de Maio de 1967, pasta H.2.10, A independência de Ovambulândia e as suas repercussões em Angola, (31-05-1967).

Ofício nº 301/62-G.U, a independência da Ovambulândia e suas repercussões em Angola: a anexão da África Austral-ocidental (Sudoeste Africano), pela República da África do Sul (22-03-1962), proc. nº H-2-9-3.

Ofício nº 532, de 18/04/1967, a independência da Ovambulândia e suas repercussões em Angola, proc. 2480/H-2-9-3.

Organização das Nações Unidas – Conselho de Segurança, Relatório do Secretário-Geral a Situação da Namíbia, proc. GG-3-4, repartição 5. (27 – 03 – 1973).

B. AHDMNE – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios

Estrangeiros

Circular POI 4, XA-11, Sudoeste Africano, 4º volume, Processa nº XA-11 2ª, capa, POI 115, Questões Políticas e de Segurança, informação de 27 de Julho de 1967.

AHDMNE – POI 114, Proc. XA-11, ano de 1956/61, 1º Volume: Relatório sobre Questões Políticas e de Segurança, Sudeste Africano (s/d).

AHDMNE – Ofício nº: 2156/E-4-3, de 08-05-1963: Recrutamento de Mão-de-obra para o Sudoeste Africano, Residência do Governo Geral de Angola (Luanda) para o Gabinete dos Negócios Políticos, para o Gabinete dos Negócios Estrangeiros.

AHDMNE – Proc.43,32 EC36. 11-04-1964: para o Sudoeste Africano Do Gabinete dos Negócios Políticos, para o Gabinete dos Negócios Estrangeiros.

Processa nº XA-11, 2ª capa, POI 115, circular POI 4, XA-11, Questões Políticas e de Segurança, informação de 27 de Julho de 1967.

Processa nº XA-11 2ª, capa, POI 115, Questões Políticas e de Segurança, informação de 27 de Julho de 1967, doc. 4.45, nº242, Sudoeste Africano, 4º volume, (24/04/1967).

AHDMNE – Processa nº XA-11 2ª, capa, POI 115, Questões Políticas e de Segurança, informação de 27 de Julho de 1967, doc. T-3.3, nº1001, Sudoeste Africano, 4º volume, (05/06/1967).

C. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Cópia do Acordo de Nakuru, assinado entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular De Libertação De Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Arquivo Nacional Torre do Tombo (arquivo digital). Cota: Ernesto Melo Antunes, caixa n.º 53, pasta 3. Código de referência: PT/TT/EMA/E/002/0053/00003. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4502542>, consultado a 8.2.2019.

Proc. nº 1298, South-West Africa People's Organisation (SWAPO), 1962-08-31/1974-07-01, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique.

Proc. nº 1424, Comando Unificado (ANC, SWAPO, ZAPU, MPLA, PAIGC e FRELIMO) 1968-12-21/1969-01-14, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique.

D. Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA (CDIH-MPLA) - Luanda

Boletim do Militante, nº 2, Ano I, 26 de Maio de 1977.

Boletim do Militante, nº 25, ano II, Junho de 1978.

Boletim do Militante, Ano I, nº 10, 18 a 30 de Novembro de 1978.

Boletim do Militante, Ano II, nº 19, 26 de Abril de 1978.

E. AMIREX-I – Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, Edifício I

Acta da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos, Dar-es-Salaam, 2006.

Memorando sobre a presidência de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), Secretariado da Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Ministério das Relações Exteriores da República de Angola (Luanda), 2015.

F. AMIREX-II – Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Angola, Edifício II

AMIREX- edifício II - Gabinete de Cooperação Bilateral Angola - Namíbia do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda. Memorando Síntese sobre as Relações de Cooperação entre a República de Angola e a República da Namíbia, Março de 1991, Lubango.

AMIREX-ed. II - Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, Pasta: Mediação de Conflitos, doc. M.I.Nº 65/01.01/DSADC/MIREX/15, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Comité Nacional da SADC, Assunto: Memorando da Participação de Angola na Cimeira de Chefes de Estados e de Governos da SADC, Victória, Fulls, Zimbabwe, 08-18 de Agosto de 2014.

AMIREX-ed. II - Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, Pasta: Mediação de Conflitos, doc. M.I.Nº 65/01.01/DSADC/MIREX/15, Assunto: Destaques do Relatório do Presidente Cessante à Organização da SADC, Hifikepunye Pohamba, apresentado na Ciméira dos Chefes de Estados e de Governos dos Estados-membros, realizada, em Vcitéria Fallus , Zimbabwe, 17-18 de Agosto de 2014.

Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, Pasta: A, Assunto: Reunião do Conselho de Ministro da SADC, Doc. Relatório do presidente cessante do Órgão de Cooperação na Área de Política, Defesa e Segurança da SADC, Jacob Zuma, 16 de Agosto de 2015, Gaborone, Botswana.

Gabinete da SADC, Comissão Nacional para a Região dos Grandes Lagos, Projecto do Plano Estratégico para a Presidência de Angola na CIRGL.

Ofício do Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, dirigido à Sua Excelência Senhor Ministro das Relações Exteriores de Angola, pasta: Mediação de Conflitos, doc. M.I.Nº 65/01.01/DSADC/MIREX/15, Assunto:

Institucionalização do Grupo de Referência de Unidade de Mediação e Resolução de Conflitos da SADC, 26/Março, 2015.

Ofício do Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, dirigido à Sua Excelência Senhor Ministro das Relações Exteriores de Angola, Pasta: Mediação de Conflitos, doc. M.I.Nº 65/01.01/DSADC/MIREX/15, Assunto: Relatório Síntese da Ciméria dos Chefes de Estados e de Governos da SADC, 17-18/Agosto, 2014.

AMIREX- edifício II, Gabinete da SADC, Pasta: SADC/ ICGLR, 04-11-2013, em Pretória, Documento: Mecanismo Conjunto de Verificação Alargado, Assunto: Informação sobre a situação humanitária e de segurança no Leste da RDC. Actividades e dificuldades do Mecanismo Conjunto de Verificação Alargado, 17 de Outubro de 2014, Luanda.

G.- Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online).

Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), entrevista de Tony da Costa Fernandes ao “ O Jornal Crónicas de A Z”, em Lisboa, a 30-06-1977). F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1977 > SR: 06 – Junho, Dia 30, Jornal de I 3 - 6 - 7 5.

Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra (online), F: Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1988 > SR: 05 – Maio, 21 de Maio. Disponível em <http://213.228.181.135/cd25a/documento.asp?meta21=Fundo%20Geral&meta01=Geral&meta02=Monografias&meta03=Piteira%20Santos%20-%20Cr%F3nicas%20de%20A%20a%20Z&meta04=1988&meta05=05%20-%20Maio&meta06=Dia%2021&meta12=21&meta15=0001&meta07=&meta08=>, consultado em 29-01-2017.

Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra, F: Geral > SC: Revistas e Jornais > TS: O Salto > SSC1: Edições 1970 a 1974, Nº 2 - Ano I - Janeiro de 1971, (online), consultado em 24-02-2017, disponível em <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/loadArchive>.

Gabinete Militar Misto, Relatório da visita de trabalho de uma equipa do GMM aos Distritos da Lunda, Moxico, Bié, Cuando Cubango e Cunene de 01 de Março a 13 de Março de 1975 no âmbito do programa de ocupação e aquartelamentos e cedência de materiais às forças dos movimentos de libertação, para evitar ou atenuar a "corrida aos quarteis". CCFAA, 25, Março de 197. Disponível em http://213.228.181.135/cd25a/p_documento.asp?meta21=Arquivos%20Privados&meta01=Ant%F3nio%20Belo%20-%20A25A&meta02=CCPA%20-%20Conselho%20Coordenador%20do%20Programa%20de%20Angola&meta03=Comiss

%E3o%20Nacional%20de%20Defesa%20-%201975&meta04=Actas%20-%201975&meta05=NULO&meta06=Gabinete%20Militar%20Misto.%20Relat%F3rio%20da%20visita%20de%20trabalho%20de%20uma%20equipa%20do%20GMM%20aos%20distritos%20de%20Lunda,%20Moxico,%20Bi%20Bi%20Bi...%20CCFAA,%2025/3/75.%207p.&meta12=0024&meta15=0005&TipoDoc=0&descriptor=&frase=SWAPO, consultado em 25 de Janeiro 2017.

Geral > SC: Monografias > TS: Piteira Santos - Crónicas de A a Z > SSC1: 1977 > SR: 06 – Junho, Dia 30.

Revistas e Jornais > TS: Guerra à Guerra - comité de desertores portugueses - Malmo/Luno - Suécia > SSC1: Edições 1972, Nº 1 - Maio de 1972. Disponível em <http://213.228.181.135/cd25a/documento.asp?meta21=Fundo%20Geral&meta01=Geral&meta02=Revistas%20e%20Jornais&meta03=Guerra%20%20E0%20Guerra%20-%20comit%20de%20desertores%20portugueses%20-%20Malmo/Luno%20-%20Su%20E9cia&meta04=Edi%20E7%20F5es%201972&meta05=NULO&meta06=N%20BA%201%20-%20Maio%20de%201972&meta12=001&meta15=0001&TipoDoc=0&descriptor=Guerra%20%20E0%20Guerra%20-%20comit%20de%20desertores%20portugueses%20-%20Malmo/Luno%20-%20Su%20E9cia%20&frase=>, consultado em 21 de Janeiro 2017, imagens 14-16.

H. Fundação Mário Soares.

Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade (online).

Cento de Documentação Mário Soares - Fundo: DMA - Documentos Mário Pinto de Andrade, Mário Pinto de Andrade / 06. Correspondência / Neto, Agostinho, Pasta: 04311.001.017, Assunto: Acusa recepção de exemplares do seu livro Com os Olhos Secos e Acusação da SWAPO, Tipo de Documento: Correspondência, Data: 19.DEZ.1969 (online). Disponível em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=04311.001.017&bd=Correspondencia, imagem 1.

Fundação Mário Soares- Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade, Pasta: 04307.004.002, Título: Liberation, Assunto: "1971 - Year against Racism & Racial Discrimination. No Arms for Apartheid!". Ano contra o racismo e a discriminação racial. Não às armas para o Apartheid, Número: 1, Vol. 15, Data: Janeiro de 1971, Edição: Liberation, Londres, (online). Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04307.004.002#1>, consultado em 17-03-2017, imagens 1-14

Fundação Mário Soares. Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade (online). Pasta: 04334.003.004. Título: Déclaration Commune des Mouvements de Liberation des Colonies Portugaises - reivindicação da CONCP, junto da OUA, de reconhecimento do MPLA como representante único do povo angolano. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04334.003.004>, consultado em 13-04-2017, imagem 1-3.

Pasta: 04323.011.003, Título: UNITA - II Congress (Freeland of Angola - Central Base), August 24th-30th 1969, Assunto: Comunicado da UNITA sobre o seu II Congresso, realizado na base central, terra livre de Angola, de 24 a 30 de Agosto de 1969, sob o lema "Unidade em torno de um programa revolucionário e não mais em torno de personalidades". Slogan do II Congresso: "Grande Unidade para Maiores Vitórias", Data: Sábado, 30 de Agosto de 1969 (online). Disponível <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04323.011.003>, imagem 2, consultado em 09-02-2017.

G- Associação Memoriando (online).

Semanário: "Angola: «Cobra 77» sofre uma derrota", Jornal Página um, Director – Jorge Fagundes, Ano : I, nº 191, 2 de Julho de 1977, quinta-feira, p. 3, (online), disponível em <http://memoriando.net/paginaum/wp-content/numeros/paginaum.191.pdf>, consultado, a 13-03-2017.

H- AONU – Arquivo da Organização das Nações Unidas (online):

<http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/> / <https://search.un.org/> / <http://www.icj-cij.org/es>

ANU – Resolução 31/44 do CSNU. Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/31/44&referer=/english/&Lang=S, consultado em 07-4-2017.

ANU – Resolução A/RES/33/182A CSNU: Situação na Namíbia resultante da ocupação ilegal do Território pela África do Sul. http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/33/182&referer=http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r33_resolutions_table_eng.htm&Lang=S

ANU – Resolução A/RES/33/182B CSNU: Recusa da África do Sul de respeitar as resoluções das Nações Unidas sobre a Namíbia. Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/33/182&referer=http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r33_resolutions_table_eng.htm&Lang=S, consultado a 17-4-2017.

ANU – Resolução A/RES/42/14A-E do CSNU. Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/42/14&referer=http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r42_resolutions_table_eng.htm&Lang=S, consultado a 17-4-2017.

ANU – Resolução nº 601/1987, de 30 de Outubro, do CSNU, sobre a Namíbia. [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/601\(1987\)&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1987.shtml&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/601(1987)&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1987.shtml&Lang=S), consultado em 21-03-2017.

ANU-
http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/33/206&referer=http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r33_resolutions_table_eng.htm&Lang=S.

ONU, História da UNTANG-Namíbia. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/untagS.htm>, consultado e 07-04-2017.

ONU, United Nations Peacemaker. Disponível em <http://peacemaker.un.org/angola-tripartite-agreement88>, consultado em 07-04-2017.

Resolução A/RES/41/11 de 27 Outubro de 1986, da Assembleia Geral (online). Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/41/11>, consultado em 06-06-2017.

Resolução do Conselho de Segurança da Nações Unidas, nº 864/1993 (15 de setembro), sobre Angola. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/864%20\(1993\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/864%20(1993)), consultado em 15 de outubro de 2017.

Resolução nº 1135 do CSNU, de 29 de Outubro de 1997, sobre a situação em Angola. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1135%20\(1997\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1135%20(1997)), consultado a 09-04-2017.

Resolução nº 181/1963, de 7 de Agosto, do CSNU, sobre a África do Sul (pede o fim do apartheid). Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/181%20\(1963\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/181%20(1963)), consultado em 20-03-2017.

Resolução nº 2/1963, de 4 de Dezembro, do CSNU, sobre a África do Sul (pede o fim do apartheid). Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/181%20\(1963\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/181%20(1963)), consultado em 20-03-2017.

Resolução nº 264 do CSNU, de 20 de Março de 1969, sobre a Namíbia. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20\(1969\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20(1969)), consultado a 28-04-2017.

Resolução nº 269 do CSNU, de 12 de Dezembro de 1969, sobre a Namíbia. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20\(1969\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/264%20(1969)), consultado a 28-04-2017.

Resolução nº 276/1970 do CSNU, de 30 de Janeiro, sobre a Namíbia. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/276%20\(1970\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/276%20(1970)), consultado a 28-04-2017.

Resolução nº 301 do CSNU, de 20 de Outubro de 1971, sobre a Namíbia. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/301%20\(1971\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/301%20(1971)) consultado em 21-12-2016.

Resolução nº 385/1976, do CSNU, de 30 de Janeiro de, sobre Namíbia. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/385%20\(1976\)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1976.shtml&Lang=S](http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/385%20(1976)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1976.shtml&Lang=S), consultado a 22-4-2017.

Resolução nº 435, de 29 de Setembro de 1978, do CSNU, sobre a Namíbia. Disponível em, consultado em 20-12-2016.

Resolução nº 545/83, CSNU, de 20 de Dezembro 1983, sobre África Angola-Sul. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/545%20\(1983\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/545%20(1983)), consultado a 25-04-2017.

Resolução nº 602 do CSNU, de 25 de Novembro de 1987, sobre Angola-África do Sul. Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/602\(1987\)&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1987.shtml&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/602(1987)&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1987.shtml&Lang=S), consultado a 22-11-2016.

Resolução nº S/RES/606/1987 do CSNU: Angola-África do Sul. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/606\(1987\)&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1987.shtml&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/606(1987)&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1987.shtml&Lang=S), consultado a 22-4-2017.

I- Office of the historian – EUA (online):

Memorando da Conversa mantida entre Sam Nujoma, Presidente da SWAPO e Solomon Mifima, Representante de SWAPO em Lusaka com Frank Crump, Segundo Secretário da Embaixada do EUA em Lusaca, a 4 de Outubro de 1967. Homo: Documentos históricos, Relações Exteriores dos Estados Unidos, 1964-1968, Volume XXIV, África, Documento 646. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v24/d646>, consultado em 11-04-2017.

J - Arquivo da Corte Internacional de Justiça

Sumário do parecer consultivo de 21 de Junho de 1971. Consequências jurídicas para os Estados da presença contínua da África do Sul na Namíbia (Sudoeste da África), não obstante a Resolução 276 (1970) do Conselho de Segurança, (online). Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/?sum=296&code=nam&p1=3&p2=4&case=53&p3=5>, consultado em 20 – 04 – 2016.

K - Arquivo do Consulado da Namíbia em Ondjiva (Cunene).

Título dos acordos e protocolos assinados entre Angola e a Namíbia.

L- ADNRI-MINDENA – Arquivo da Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola

Memorando sobre o estado de cooperação com a República da Namíbia no domínio da defesa, 13-12-2016.

M - Arquivo da Delegação Provincial do Interior - Cunene.

Ações de Cooperação do Ministério do Interior. Gabinete de Intercâmbio e Cooperação do Ministério do Interior (Luanda, 07-02-2003). República de Angola.

Informação sobre a operação policial Angola/Namíbia. Delegação Provincial do Cunene do Ministério do Interior da República de Angola. Informação sobre o grau de cumprimento das orientações saídas da reunião extraordinária entre as Polícias da Província do Cunene (Angola) e das Regiões de Ohangwena, Oshana e Omusati, realizada em Ondjiva.

N – Arquivo da SWAPO – Katutura (Windhoek)

Diplomatic number plates.

O – Gerald R. Ford - Presidential Library & Museum (online).

National Security Study Memorandum 224, SUBJECT: United States Policy Toward Angola (26, maio, 1975). Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0310/nssm224.pdf>, consultado em 20 de abril de 2018.

P – Documentos em posse do autor

Comunicado Fia da 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia, realizada entre 9 a 11 de Junho de 2004, em Walvis Bay, Namíbia. Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia (Walvis Bay, 11-06-2004).

Conclusões da reunião do Comité-Técnico Regional-Kunene. Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola/Namíbia, em Ondjiva, 28 de Maio de 2004.

Ofício da Embaixada da República da Namíbia em Angola para o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional da República de Angola (Luanda, 03-06-2014). Projecto do Protocolo de Cooperação entre a República da Namíbia e a República de Angola, no domínio da Defesa, endereçado pelo Ministro da Defesa da República da Namíbia.

Relatório sobre a Situação Operativa ao Longo da Fronteira Comum Angola-Namíbia referente ao ano de 2013. Comité Técnico Regional-Cunene da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola/Namíbia (Ondjiva, 2014).

Relatório do Comité de Defesa (09 a 10-06-2004). 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia, 09 a 10 de Junho de 2004).

Relatório do Comité de Segurança Estatal (09 a 10-06-2004). 11ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia, em Walvis Bay (Namíbia), 09 a 10 de Junho de 2004.

Q - Comunicados oficiais

Comunicado da Sétima Reunião de Alto Nível do Mecanismo Regional de Supervisão do Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na República Democrática do Congo e na Região, Luanda, 26 de Outubro de 2016, disponível em <http://embangola-can.org/pdf/26%20de%20OUTUBRO%20COMUNICADO%20FINAL%20REVISADO.pdf>, consultado em 30 de Outubro de 2016.

Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (1985), *Agostinho Neto – textos políticos escolhidos*, Luanda, Edições DIP-MPLA.

Discurso de Nelson Mandela, em 26 de Julho de 1991, na província de Matanzas, Cuba. Disponível em: <http://www.juventudrebelde.cu/internacionales/2010-07-17/discorso-de-nelson-mandela-el-26-de-julio-de-1991/>, consultado em 28-03-2017.

Discurso proferido por Agostinho Neto na III Reunião Plenária, sobre a problemática da política externa (23 a 29 de Outubro de 1976). Desposável em Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA, DIP-MPLA, Dezembro de 1977.

Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Informação sobre a Namíbia para o Senado Federal*, Mensagem nº 244, Abril de 2014, Brasília.

2. Legislação e acordos

Acordo de Alvor, (online). Disponível em: <http://www.padoca.org/pag/Docs/alvor.pdf>., consultado em 26.01.2016

Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República da Namíbia sobre a Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angola para a Cooperação. Documento encontrado em Mateta, Indira Eduarda da Costa (2009), *As Relações Político-Diplomáticas entre a República de Angola e a República da Namíbia 1990 -2009*, Dissertação de Licenciatura em Relações Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, Ministério de Relações Externa, Luanda, anexo 2.

Acta do Projeto de Aplicação Bclme Sap Reunião do Comité de Avaliação do Projeto Externo (EPAC), Centro do Hotel e Entretenimento Swakopmund, 22 de Novembro de 2007, Swakopmund Namíbia.

Anexo VI: Acordo provisório entre o Governo da República de Angola e o Governo da República da Namíbia e o Governo da República da África do Sul.

Assembleia Nacional de Angola, Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro, sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, (online). Disponível em: <http://www.bna.ao/uploads/%7B41c3397d-e9db-4ea7-bdaa-524574b6f58c%7D.pdf>, consultado em 28-06-2017.

Boletim Oficial de Angola, 13 de Novembro de 1975, I Série – Número 37, Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), celebrado em Alvor, Algarve, 15 de Janeiro de 1975, Capítulo I.

Constituição da República de Angola (2010) (em papel).

Constituição da República de Angola (2010). Disponível em http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf, consultado em 8-04-2016.

Costitution of the South West Africa People´s Organisation, SWAPO Department for Publicity and Information, Lusaka, (s/d) (Documento em posse do autor).

Declaração de Luanda sobre a Paz E Segurança na Região Do Golfo Da Guiné (online). Disponível em: <http://cggrps.org/wp-content/uploads/DeclaracaodeLuanda-29NOV2012PT.pdf>, consultado em 0-06-2017.

Declaração de Luanda sobre a Paz E Segurança na Região Do Golfo Da Guiné de 29 de Novembro de 2012 (online). Disponível em: <http://cggrps.org/wp-content/uploads/DeclaracaodeLuanda-29NOV2012PT.pdf>, consultado em 06-06-2017.

Diário da República, I Seria-nº 12, Lei nº 2/93 de 26 de Março, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (Documento em posse do autor).

Estatuto da UNITA, aprovado pelo XI congresso, 16 de Dezembro de 2011, em Luanda (online). Disponível em http://www.unitaangola.org/PT/Tableestatutos1.awp?WD_ACTION_=CLICTABLE;TABLEDISCUR&TABLEDISCUR=1, consultado em 30-01-2017.

Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas. Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/l_def.pdf, consultado em 7-04-2016.

Meneses, Filipe Ribeiro de (2008), “O Tratado de Versalhes (1919)”, Lisboa Universidade Autónoma de Lisboa, (online) em base de dados *RCAAP*. Disponível <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/1202>.

Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), Defence Policy, Windhoek, online. Disponível em <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado a 29 de agosto de 2016.

Ministry of Defence of the Republic of Namibia (s/d), Defence Policy, Windhoek, (online). Disponível em: <http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf>, consultado em 27-05-2016.

Pacto da Sociedade das Nações (Tratado de Versalhes), de 28 de Junho de 1919, (online), consultado em 07.02.2016. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0BwbnJ2EXfmcDMTcyNjFiYTgtMjQwNy00NzlmLWE5YTYtMzJmNjY2ZTYwOTRm/edit?hl=pt_BR&pref=2&pli=1,art.

Pacto da Sociedade das Nações (Tratado de Versalhes), de 28 de Junho de 1919, (online), consultado em 07.02.2016. Disponível em: Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/PACTO_DA_SOCIEDADE_DAS_NACOES.pdf

The Constitution of the Republic of Namibia (1990), (online). Disponível em: http://www.gov.na/documents/10181/14134/Namibia_Constitution.pdf/37b70b76-c15c-45d4-9095-b25d8b8aa0fb, consultado em 29-05-2016.

3. Lista de entrevistados e sua características demográficas e pertinentes

Alcides Sakala em "Memórias da Independência" Programa Televisivo da TV Zimbo, apresentado por Guilherme Galiano, 24 de outubro de 2016, em Luanda. Ingressou na UNITA, em Dezembro de 1974. Em 1979, passou pela Jamba aquando da sua fundação. Foi representante da UNITA nos Estados Unidos da América, na República Federal Alemã, Portugal, Bélgica e junto da Comunidade Europeia. Em 1995-2002, foi secretário dos Negócios Estrangeiros dessa organização política. Atualmente, é deputado da UNITA a Assembleia Nacional e porta-voz da UNITA.

Eduardo Cristóvão "Cristo", em Lubango (Huila), 17 de novembro de 2016. Naturalidade angolana. Ex-Secretário do Núcleo de Box da Huila; ex-Secretário da Repartição de Informática Região Militar Sul. Atualmente é Secretário Técnico do Comité Desportivo da Região Militar Sul das Forças Armadas Angolanas.

Evaristo Ndemupateka David, em Ondjiva, 8 de setembro do 2016. Nacionalidade angolana, 13/ Abril /1958. Militante da UNITA desde 14 de novembro de 1974, ex-comandante militar em diversas regiões, coronel reformado, ex-comissário político das FALA, ex-secretário Provincial no Cunene. Atualmente é Secretário Provincial para a Formação de Quadro da UNITA – Cunene.

Fernando Manuel, em "África Magazine" no programa radiofónico da RNA, apresentado por Amílcar Xavier, a 24 outubro de 2016, em Luanda. Tema: - Pensamento de Agostinho Neto no âmbito das relações internacionais. Nacionalidade angolana e professor Universitário.

Gabriel Hilifavali, em Ondjiva, 24 de agosto de 2016. Ingressou no MPLA em 1974, ex-PAFLA. Em 1976 foi 1º ativista político e formador dos grupos de ação no Cunene. Ex-comissário político do batalhão da ODP no Cunene, ex-deputado à Assembleia popular provincial e coordenador de comissão, Vice-governador para a esfera económica e produtiva, Administrador Municipal. Atualmente é Membro do Comité Central do MPLA, Membro da Comissão executiva do comité Provincial, Membro Comissão de Disciplina e Auditoria do Comité Provincial e ativista político no Secretariado Provincial do MPLA – Cunene.

Holden J. Uulenga (General na reforma), em Katutura – Windhoek, 8 de agosto de 2016. Nacionalidade namibiana, ex-comandante militar da SWAPO em Angola e das Forças de Defesa Namibiana (NDF), na região norte da Namíbia. Atualmente é administrador do departamento de defesa e segurança do comité nacional da SWAPO, em Windhoek.

Informante 10 [identidade preservada], em Luanda, 11 de dezembro de 2016.

Informante 13 [identidade preservada], em Windhoek, 10 de agosto de 2016.

Informante 14 [identidade preservada], em Ondjiva, 4 de julho de 2016.

Informante 15 [identidade preservada], em Ondjiva, 20 de junho de 2016.

Informante 16 [identidade preservada], em Ondjiva, 26 de agosto de 2016.

Informante 19 [identidade preservada], em Ondjiva, 7 de novembro de 2016.

Inquérito preenchido por Leo Mwadinangue, em Ondjiva, 10 julho de 2016. Nacionalidade angolana, Major das Forças Armadas Angolas, ex-integrante da Comissão Mista para a Defesa e Segurança Angola-Namíbia.

José Lázaro Kakunha, em Ondjiva, 11 de agosto de 2016. Nacionalidade angolana, 11/13/1968, militante da UNITA desde 1976, ex-comandante militar das FALA, na região 65- parte oeste da estrada 105, Ondjiva, 49, 66- Cuando – Cubango, ex-jornalista Voz da Resistência do Gato Negro (VORGAN), ex-secretário provincial da JURA-Cunene, ex-Secretário provincial para a informação da UNITA-Cunene, ex-comissário provincial eleitoral na Comissão Nacional Eleitoral (CNE-Cunene). Atualmente é Secretário Provincial do Prático e Major das FAA, em ativo.

José Mwailepeni Monulo (Major), em Ondjiva, 11 de agosto de 2016. Nacionalidade angolana, 11/ 05/1957, data de ingresso na UNITA a 25- 01- 174, foi comandante militar em diversas regiões, é Major reformado. Atualmente é Secretário Provincial para os Assuntos Eleitorais no Secretariado Provincial da UNITA no Cunene.

José Samuel Chiwale ao programa Café da Manhã da Rádio LAC (Luanda Antena Comercial), sem data, em Luanda. Nacionalidade angolana, ex-militante da SWAPO, cofundador da UNITA, ex-comandante-geral das FALA-UNITA.

Paulino António Ndeutapo, em Ondjiva, 12 de setembro de 2016. Naturalidade angolana, 16/ 09 /1936. Ingressou na UNITA a 14/10/1974, ex-comandante militar da UNITA em diversas regiões, ex-Comissário político das FALA, coronel reformado. Atualmente é reformado.

Pedro Tongeni, em Ondjiva, 02 de dezembro de 2016. Naturalidade angolana, professor e historiador.

Quartim Saulo Hupopi Paulo, em Ondjiva, 21 de novembro de 2016. Nacionalidade angola, 58 Anos de idade. Ingressou no MPLA, a 04 /02/1974 e em Junho1975, alistou-se nas FAPLA. Ex-1º Provincial da JMPLA e 2º Secretário Municipal do MPLA e Administrador Comunal. Atualmente é o 1º Secretário Comunal do MPLA em Onehone (Cunene).

A – Jornais e outros órgãos de informação

Abias, Félix (24-05-2017), “Projecto lei que define medidas de combate ao terrorismo sobre para a NA”, em Carlos Rosado de Carvalho (Director) *Jornal Expansão*, (online).

Disponível em: <http://expansao.co.ao/artigo/78506/projecto-lei-que-define-medidas-de-combate-ao-terrorismo-sobe-para-a-an?seccao=5>, consultado em 28-06-2017.

Agência Angola Press – ANGOP (18-11-2016), *Desporto militar: Angola pode ser sede permanente do CISM em África*. Disponível em https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/desporto/2016/10/46/Desporto-militar-Angola-pode-ser-sede-permanente-CISM-Africa,2d59851f-15c7-46bc-a886-cac48f0d9e74.html, consultado em 26-05-2017.

Agência Angola Press - ANGOP (2004), “Comunicado do Governo de Angola sobre o Dia da SADC- 17 de Agosto”, ANGOP/AF, 17 de Agosto de 2004, Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/34/Comunicado-Governo-Angola-sobre-Dia-SADC-Agosto,ef7c6ac6-84d2-4fbc-a4ce-d9029ca52ef8.html, consultado em 14 de Junho de 2017.

Agência Angola Press - ANGOP (2005), “Chefes de Estados de Angola e da Namíbia Enaltecem Sucessos Alcançados”, ANGOP/AF, 29 de Abril de 2005, Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2005/3/17/Chefes-Estado-Angola-Namibia-enaltecem-sucessos-alcancados_aab9d306-bbde-4c91-abb3-7ab69d4fd504.html?version=mobileconsultado, consultado em 20 de Agosto de 2016.

Agência Angola Press – ANGOP (24-07-2002), *A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia reúne-se hoje em Ondangua, para analisar o reforço da segurança na fronteira comum*. Disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2002/6/30/,de61a9c2-8fbc-4180-aca3-70cefb23e8f5.html, consultado a 27 de maio de 2017.

Agência Angola Press – ANGOP (25-03-2012), *Constatação de Muandumba, desporto militar e afrotaças no destaque da semana*. Disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/desporto/2012/2/12/Constatacao-Muandumba-desporto-militar-afrotacas-destaque-semana,167658f3-4719-4509-be25-945140c17878.html?version=mobile, consultado em 26-05-2017.

Agência Angola Press (2016), “Angola: Luanda acolhe a 6ª Cimeira dos Chefes de Estados da CIRGL”, ANGOP/AF, 10 de Junho de 2016, Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2016/5/23/Angola-Luanda-acolhe-Cimeira-dos-Chefes-Estado-CIRGL,1a88f8a8-5658-4ad1-b159-b7ab60f5e706.html?version=mobile, consultado em 16 de Junho de 2016.

Almanaque dos Conflitos: Exército de Libertação do Caprivi (CLA). Disponível em <https://almanaquedosconflitos.wordpress.com/2016/04/28/exercito-de-libertacao-de-caprivi-cla/>, consultado a 06.02.2019.

Almeida, Eugénio Costa (28-09-2011), “Angola e a (incipiente) proteção marítima nacional”, em *Novo Jornal Online*. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/opiniao/interior/angola-e-a-incipiente-proteccao-maritima-nacional-42780.html>, consultado em 17-10-2017.

Angonotícias (2005), “Angola e Namíbia reactivam comissão bilateral e suprimem exigência de vistos”, 10 de Outubro de 2005, Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/6701/angola-e-namibia-reactivam-comissao-bilateral-e-suprimem-exigencia-de-vistos>, consultado em 20 de Março 2016.

Angonotícias (2009), “Comissão Namíbia /Angola advoga aprofundamento da cooperação”, 13 de Março de 2009, Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/-angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2009/2/11/Comissao-Mista-Namibia-Angola-advoga-aprofundamento-cooperacao,272afd2e-011b-455e-9527-6c014cd72c4d.html?version=mobile, consultado em 20 de Agosto 2016.

ANGOP (01/08/2015), “Sam Nujoma: Independência de Angola foi vitória para a África Austral”, em *África 21*, (online), Disponível em <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=15678&e=Pol%C3%83%C2%ADtica&page2=125,5&npg2=26#sthash.r2byowDG.dpuf>, consultado em 13-03-2017.

ANGOP (15-10-2015), “Cooperação contínua satisfaz Comissão Mista Angola/Namíbia”, (online). Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2015/9/42/Cooperacao-continua-satisfaz-Comissao-Mista-Angola-Namibia,7e03dbd2-7727-4cb8-8d83-d1fa348c4605.html, consultado em 10-05-2017.

Angop/GID (14-05-2013), *Plano Estratégico do Órgão de Defesa e Segurança da SADC poderá servir de guia às acções da organização* (online). Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=17615>, consultado em 27-03-2015.

Angop/GID, disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=17615>, consultado em 27-03-2015.

Global Security.org: Caprivi Libération Front / Caprivi Libération Movement. Disponível em: <https://fas.org/irp/world/para/caprivi.htm>, consultado a 06.02.2019.

Imprensa MPLA (2017) “REDE NAMÍBIA: MPLA renova disponibilidade de cooperação com a SWAPO”, de 11 de novembro de 2017, (online). Disponível <http://www.mpla.ao/imprensa.52/noticias.55/namibia-mpla-renova-disponibilidade-de-cooperacao-com-a-swapo.a3760.html>, consultado em 10 de maio de 2018

IRIN News: Caprivi political party declared illegal. Disponível em: <http://www.irinnews.org/report/60892/namibia-caprivi-political-party-declared-illegal>, consultado a 06.02.2019.

Jornal “Moçambique para todos” (09/12/2011), “Frelimo e MPLA primeiros a desencadear a luta armada – afirma Joaquim Chissano num colóquio em Luanda”, em *Jornal Moçambique Para Todos*, (online). Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/12/frelimo-e-mpla-primeiros-a-desencadear-a-luta-armada-afirma-joaquim-chissano-num-vol%C3%B3quio-em-luanda.html, consultado em 13 de março de 2018.

Jornal Afrik.com (Paris, 20-12-2000), Namibie : qui a tué les enfants Bidoin? (online). Disponível em: <http://www.afrik.com/article1780.html>, consultado em 12-05-2017.

Jornal de Angola (13-05-2013) Ribeiro, José (Diretor), *SADC lança hoje Plano Estratégico* (online). Disponível em: http://revistalusofonia.pt/politica/artigo.php?id=cooperacao_defesa_e_segurana_da_sadchttp://revistalusofonia.pt/politica/artigo.php?id=cooperacao_defesa_e_segurana_da_sadc, consultado em 27-03-2015.

Jornal IRIN (Johannesburg, 04-09-2001), *Troops home from DRC*. Disponível em: <http://www.irinnews.org/report/24582/namibia-defence-ministry-admits-deaths-against-unita>, consultado em 11-05-2017.

Jornal IRIN (Johannesburg, 17-05-2001), *NDF reivindica vitória principal contra UNITA*, (online). Disponível em: <http://www.irinnews.org/report/21270/namibia-ndf-claims-major-victory-against-unita>, consultado em 10-05-2017.

Jornal IRIN (Johannesburg, 17-06-2002), *Convoy system suspended in Caprivi*. Disponível em: <http://www.irinnews.org/news/2002/06/17/convoy-system-suspended-caprivi>, consultado em 12-05-2017.

Jornal IRIN (Johannesburg, 21-02-2001), *NDF hails Angolan operations as a success*, (online). Disponível em: <http://www.irinnews.org/news/2001/02/21-1>, consultado em 10-05-2017.

Jornal IRIN (Johannesburg, 23-05-2001), *Namibian troops pursue bandits in southern Angola*, (online). Disponível em: <http://www.irinnews.org/news/2001/05/23/namibian-troops-pursue-bandits-southern-angola>, consultado em 10-05-2017.

Jornal IRIN (Johannesburg, 6-08-2001), *Defence ministry admits to deaths against UNITA*. Disponível em: <http://www.irinnews.org/report/24582/namibia-defence-ministry-admits-deaths-against-unita>, consultado em 11-05-2017.

Jornal panapss (Dakar, 20 Julho 2003), *Comissão Mista Angola-Namíbia condena golpe em São Tomé*, (online). Disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome--3-431525-47-lang4-index.html>, consultado em 24/06/2015.

Jornal panapss [online], consultado em 24/06/2015, disponível em <http://www.panapress.com/Comissao-Mista-Angola-Namibia-condena-golpe-em-Sao-Tome--3-431525-47-lang4-index.html>.

Jornal RFI (13-05-2013) *SADC lança plano de Defesa e Segurança em Angola* (online). Disponível em <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20130513-sadc-lanca-plano-de-defesa-e-seguranca-em-angola>, consultado em 07-04-2015.

Novo Jornal Online (11-09-2017), *Águas angolanas servem de refúgio para barcos que pescam ilegalmente na Namíbia*. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/economia/interior/aguas-angolanas-servem-de-refugio-para-barcos-que-pescam-ilegalmente-na-namibia-42518.html>, consultado em 17-10-2017.

Novo Jornal. Disponível em: <http://novojornal.co.ao/artigo/42684/angola-e-namibia-reforcam-mecanismos-para-effectivacao-dos-acordos>, consultado em 10-05-2017.

O Portal de Serviços do Cidadão de Angola (13-03-2013), *Parceria estratégica nas soluções de paz*, (online). Disponível em: www.cidadao.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=16857, consultado em 18-10-2017.

Passos, Walter (s/d), em “Jornal O Debate”. Disponível em: <https://jornaldebate.com.br/site/internacional/4499-o-genocidio-esquecido--a-revolta-dos-hereros-e-nama-na-namibia>, consultado a 9.2.2019.

Pike, John (1999), Federation of American Scientists-Intelligence Resource Program: Caprivi Liberation (17 de dezembro). Disponível em: <https://fas.org/irp/world/para/caprivi.htm>, consultado a 06.02.2019.

Ribeiro, José (2016), “Recondução de Angola para um Novo Mandato”, *Jornal de Angola*, 08-02-2016, Ano 41, Nº13935.

Ribeiro, José (31-01-2016), “Acordos de Nova Iorque e a Paz na África Austral”, em *Jornal de Angola* (online). Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/acordos-de-nova-iorque-e-a-paz-na-africa-austral>, consultado em 10-05-2017.

Ribeiro, José (Diretor), (13-05-2013) “Congo vai Liderar os Grandes Lagos”, *Jornal de Angola* (online). Disponível em:

Jornaldeangola.sapo.ao/politica/congo_vai_liderar_os_grandes_lagos, consultado em 18-10-2017.

Rodrigues, António (2015), "Sam Nujoma", em *Jornal Rede Angola*. Disponível em <http://www.redeangola.info/especiais/sam-nujoma/>, consultado, a 04-08-2017.

The Decolonial Atlas (2014), Unrecognized Nation States, december 16, 2014. Disponível em: <https://decolonialatlas.wordpress.com/2014/12/16/unrecognized-nation-states/>, consultado a 6.2.2019.

Thurow, Roger (1988), "South Africa Signs Peace Pact With Cuba, Angola Promising Freedom for Namibia", em *Wall Street Journal*, Eastern edition; New York, N.Y. [New York, N.Y.]14 Dec 1988: 1. Disponível em base de dados: ABI/INFORM Collection <https://vpn2.iscte.pt/+CSCO+1h756767633A2F2F66726E6570752E63656264687266672E70627A++/abicomplete/docview/398060795/fulltext/D406683911594CD3PQ/6?accountid=38384#center>, consultado em 02-06-2017.

UNITA-Espanha-Blog, (2015), "25 de Dezembro, um marco na historia da luta da UNITA", de 25 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://unitaespanha.blogspot.com/2015/12/25-de-dezembro-um-marco-na-historia-da.html>, consultado a 8.2.2019.

Van-Dunen, Belarmino (s/d), "A Diplomacia para a Paz na Região dos Grandes Lagos", em Ribeiro, José *Jornal de Angola*, [online], (s/d), Disponível em: http://m.ja.sapo.ao/opiniao/artigos/a_diplomacia_para_a_paz_na_regiao_dos_grandes_lagos, consultado em 01 - 07-2016.

BIBLIOGRAFIA

A. Marcum, John, (1979), *Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Volume II, London, The Massachusetts Institute of Technology.

Afonso, Aniceto (2008), *Guerras e Campanhas Militares de Portugal: Grande Guerra-Angola, Moçambique e Flandres*, Lisboa, QuidNovi.

Afrikainstitutet, Sverige Nordiska (2001), *Regionalism and Regional Integração in Africa* [online], Uppsala, The authores and Nordiska Afrikainstituter.

Agostinho, Issau, (2015), *A batalha do Kuito Kuanavale e o desanuviamento político da África Austral*, Roma, Edizioni Nuova Cultura (e-books).

Almeida, Eugénio Costa “O Impacto do Radicalismo Nigeriano na Região do Golfo da Guiné, em *Mesa-Redonda: Estratégias Globais na África*, Local: Auditório B1.04 (ISCTE-IUL, Lisboa), em 28 de Maio 2018.

Almeida, Eugénio da Costa (2011), *Angola: potência regional em emergência*, Lisboa, Edições Colibri.

Alves, Carlos Alberto de Jesus, *Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo*. Tese de Doutoramento em Identidades, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/31604/1/Pol%C3%ADtica%20externa%20angolana.pdf>, consultado em 24 de fevereiro de 2018.

António, Valentim Alberto (2014), “O Atlântico Sul e Angola”, em *Revista de Marinha: A Marinha de Guerra*, nº 977, jan - fev, 2014, Lisboa.

António, Valentim Alberto (2018), “O Poder Naval em Angola”, em *Revista de Marinha*, 12 de fevereiro de 2018, (online). Disponível em <https://revistademarinha.com/o-poder-naval-em-angola/>, consultado em 21 de março de 2018.

Awori, Aggrey (1992), “Seeking regional economic cooperation in Africa”, em *Journal of International Affairs*; Summer 1992; 46, 1; pg. 119-124. Disponível em base de dado: ABI/INFORM Collection, <https://vpn2.iscte.pt/+CSCO+00756767633A2F2F66726E6570752E63656264687266672E70627A++/docview/220695642/fulltext/8EE55C28607A44BCPQ/3?accountid=38384#center>, consultado 01-04-2017.

Barros, Manuel Correia de (2014), *A Segurança no Golfo da Guiné: uma Visão Marítima Angolana*. Conferência proferida no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 11 de Julho de 2014.

Barros, Manuel Correia de, (2010), *Elementos para uma Planificação Estratégica de Defesa Nacional*. Conferência proferida no Estado-Maior do Exército, em Luanda, aos 24 de Junho de 2010.

Barros, Manuel Correia de, (2013), *Prevenção e Resolução de Conflitos em África: O Papel das FAA*. Comunicação proferida na conferência realizada no Ministério das Relações Exteriores, Luanda, 22 de Abril de 2013, sem página.

Barros, Manuel Correia de, (2013), *The Strategic Importance of Angola for Peace and Security in Africa*. Comunicação proferida na conferência realizada em Pequim, China, 11 de janeiro de 2013.

Barroso, Luís F. Machado (2012), *A Manobra Político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Tese de Doutoramento em História, especialidade em Defesa e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa.

Bastos, Rogério Lustosa, (2009), *Ciências Humanas e Complexas- Projectos, métodos e técnicas de pesquisa: O vãos, a nova ciência*, 2ª edição, E-papers, Rio de Janeiro.

Bernardino, Luís (2012), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa.

Bernardino, Luís (2013a), *A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra, Editora Almedina Edições.

Bernardino, Luís (2013b), “O Novo Paradigma da Prevenção de Conflito em África”, *Observatório Político*, Working paper, nº 27, Abril.

Bernardino, Luís (2014), “Contribuição de Angola para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana – A Cooperação militar no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Estratégia de Afirmação”, em PAIVA, José (org), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora.

Bernardino, Luís (2015), “A Participação de Portugal na Edificação das Forças Armadas Angolas”, *Revista da Escola de Guerra Naval: periódico especializado em estudo*

estratégicos, V.21, Nº 1, pp. 83-110, janeiro de 2015, (online). Disponível em <http://www.africamonitor.net/pt/analise/participacao-port-edificacao-faa-lbernardino016/>, consultado em 20-02-2016.

Bernardino, Luís e José Santos Leal (2011), “A Arquitectura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011)”, *Caderno do Instituto de Defesa Nacional*, nº 6. Lisboa.

Bernardino, Luís M. Brás (2008). *Estratégias de Intervenção em África- Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Edição de Livros e Revistas, Lisboa.

Bigatão, Juliana de Paula (2012), “As Novas Guerras e suas Implicações para as Operações de Paz da ONU”, comunicação apresentada no 1º seminário nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais, realizado pela Associação Brasileira de Relações Internacionais, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade San Tiago Dantas, Unesp/Unicamp/Puc-SP), 12 e 13 de Julho de 2012, Brasília. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/j.bigatao.pdf>, consultado em 11-10-2015.

Bloch, Marco (2010), *Introdução à História*, 2ª edição, Lisboa, Publicações Europa – América.

Bridgland, Fred (1988), *Jonas Savimbi: uma Chave para a África*, Lisboa, Printer Portuguesa, Industrial.

Bridgland, Fred 1989, “introdução”, em Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa.

Bungo, Marcelina Macana, (2015), *O pensamento político de Agostinho Neto no contexto da luta de libertação nacional em Angola*, Dissertação Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa.

Caholo, Samuel (2007), “A SADC e os Desafios da Integração Política e Económica de África”, comunicação apresentada no III colóquio *África – Europa: um diálogo perante os desafios do futuro*, organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores em Portugal para assinalar o 25 de Maio, Dia de África, Centro Cultural de Belém, 28 de Maio, Lisboa.

Campos, Armando de (1996), *África do Sul – Potência Regional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

- Cardoso, Albérico, “Política, Economia e Cultura”, em Cardoso, Albérico (Directora), *Revista África Hoje*, edição nº 132, Fevereiro, 1999, Luanda.
- Cardoso, Albérico, “Política, Economia e Cultura”, em Cardoso, Cláudia (Directora), *Revista África Today*, edição nº 2, Fevereiro, 2005, Luanda.
- Cardoso, General António Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma tragédia*, Lisboa, Oficina do Livro, 2ª edição.
- Cardoso, Leonel (1981), “Defesa Nacional – Segurança Nacional”, em Magalhães, Altino A. Pinto (Diretor), *Nação e Defesa*, pp, 9-24, ano VI, nº 17, jan-març, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD17.pdf>, consultado a 21.05.2015.
- Cardoso, Leonel (1983), “Algumas Reflexões sobre Conceitos de Defesa”, em Magalhães, Altino A. Pinto (Diretor), *Nação e Defesa*, pp, 91-106, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD25.pdf>, consultado a 20.05.2015.
- Carvalho, António M. Luvualu (2011), “O Crescimento da Economia Angolana nos Nove Anos de Paz – A Internacionalização da Sonangol: A Maior multinacional do País”, em Paiva, José (org), *A Política Externa de Angola – No Novo Contexto Internacional*, Luanda, Quid Juris – Sociedade Editora.
- Carvalho, Virgílio de (1990), “Introdução Geral”, *África*, nº 7- Setembro, II ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense.
- Centro de Estudos Angolanos - MPLA, (1965), *História de Angola*, Porto, Edições Afrontamento.
- Chachage, Chambi e Annar Cassam, (2010), *Africa’s Liberation: the Legacy of Nyerere*, Kampala, Pambazuka Press, pp. 46-49, (online). Disponível em: http://www.sahistory.org.za/sites/default/files/file%20uploads%20chambi_chachage_anna_r_cassam_africas_liberatiobook4you.pdf, consultado em 16 de março de 2018.
- Chanaiwa, David (2010), “A África Austral”, em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO, (online). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>, consultado em 30-04-2016.
- Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora.

Cilliers, Jakkie (2008), "The African Standby Force: An update on progress", *Institute for Security Studies – ISS-*, Pretória, Paper 160, March, 2008, online. Disponível em: file:///C:/Users/KUBO/Downloads/PAPER160.pdf, consultado em 28 de fevereiro de 2018, p. 14.

Cilliers, Jakkie, (1999), "Building Security in Southern Africa: An update on the Evolving Architecture", *ISS MONOGRAPH*, Series, NO 43, November, 1999 online. Disponível em file:///C:/Users/KUBO/Downloads/Mono43%20(1).pdf, consultado em 28 de fevereiro de 2018.

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (2010), *Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*, Maputo.

Conceição, Silvério (2009), "Almirante Gaspar Santos Rufino Durante A 16ª Reunião Da Comissão Mista De Defesa E Segurança Angola/Namíbia", em Silvestre Gustavo (director) *Revista Defender*, Julho-Agosto-Setembro, 2009, ano 6, nº 15. Disponível em: file:///C:/Users/KUBO/Downloads/revista_defender_15_a.pdf, consultado em 22-05-2017.

Correia, Pedro de Pezarat (1996), "As Implicações da Descolonização de Angola no Conflito Pós-Independência", em Bravo, Manuel (Coord.), *Angola: A Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*, Lisboa, Hugin-Editores.

Costa Almeida, Eugénio e Luís Manuel Brás Bernardino (2016), "Uma Reflexão Estratégica sobre a Segurança e Defesa em Angola e a Intervenção no Contexto Regional Subsaariano", em *Revista Sol Nascente*, nº 6 de março de 2016, pp. 45-153. Disponível em http://ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N9_eugenio_almeida_e_luis_bernardino.pdf, consultado a 9 de maio de 2017.

Costa, José Pereira de (2012), *Europa: política comum de segurança e defesa ou potência civil? – o contributo do processo europeu para a "governança" global*. Cascais Editora, Cascais.

Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia*, Vol. I, Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), Lisboa, p. 329.

David, Simon (2000), "Namibian elections: SWAPO consolidates its hold on power", em *Review of African Political Economy*, Mar- 2000 vol: 27 (83), pp. 113-115. Disponível em base de dados ABI/INFORM Collection: <https://vpn2.iscte.pt/+CSCO+1h756767633A2F2F66726E6570752E63656264687266672E70627A++/docview/218555715/fulltextPDF/54BCC828DA8A4D28PQ/1?accountid=38384#>, consultado em 11-05-2017, pp. 113-114.

Denoon, D. (2010), "A África Austral", em Ogot, Bethwell Allan (Editor), *História Geral da África - V: África do século XVI ao XVIII*, Brasília, UNESCO.

Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, (1985), *Nasce uma Nação – A Luta de Libertação da Namíbia*, Luanda, Zed Press.

Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-05-29 13:21:05]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cooperação>.

Dobell, Lauren (1998), *SWAPO's Struggle for Namibia, 1960-1991*, Schlettwein Publishing Switzerland, Basel Namibia Studies Serie 3, Cape Town.

Dobell, Lauren (2000), *SWAPO's Struggle for Namibia, 1960 – 1991: Wer by Other Means*, [online], 2ª edição, Windhoek, P. Scheletwwin Publishing Switzerland, (online). Disponível em [https://books.google.pt/books?id=xg0s-VRp2k4C&pg=PA49&dq=Lauren+\(2000\),+SWAPO%C2%B4s+Struggle+for+Namibia,+1960+%E2%80%93+1991.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjwgt6KhMzTAhUGHxoKHZ7eDz4Q6AEIKDAA#v=onepage&q=Lauren%20\(2000\)%20SWAPO%C2%B4s%20Struggle%20for%20Namibia%201960%20%E2%80%93%201991%3A&f=false](https://books.google.pt/books?id=xg0s-VRp2k4C&pg=PA49&dq=Lauren+(2000),+SWAPO%C2%B4s+Struggle+for+Namibia,+1960+%E2%80%93+1991.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjwgt6KhMzTAhUGHxoKHZ7eDz4Q6AEIKDAA#v=onepage&q=Lauren%20(2000)%20SWAPO%C2%B4s%20Struggle%20for%20Namibia%201960%20%E2%80%93%201991%3A&f=false), consultado em 20-03-2016.

Dreyer, Ronald (1988), *The Search for Independence and Regional Security (1966-1988)*, Programme for Strategic and International Security Studies – PSI Occasional Papers Number 3/1988, Geneva.

Duignam, Peter e Lewis H. Gann (1994), *Communism in Sub-Saharan Africa: A reappraisal*, Estados Unidos da América, Hoover Institution Stanford University.

EGGE, K. (2013), The United Nations and Namibia since 1990, pp. 293–314, (online). Disponível em: http://www.kas.de/upload/Publikationen/2014/namibias_foreign_relations/Namibias_Foreign_Relations_egge.pdf, consultado em 01-05-2017, pp. 294-296.

EIU Views Wire; New York (2004), “Namibia: International relations and defence”, em *The Economist Intelligence Unit N.A., Incorporated*, Jun 30, 2004, sem página. Disponível em <https://search.proquest.com/docview/466776004?accountid=38384>, consultado em 07-04-2017.

Elaingwu, J. Iswa e Mazrui, Ali (2010). *Construção da Nação e Evolução das Estruturas Políticas*. In Mazrui, A. Ali e Wondji, Christoph. *História Geral da África: África desde 1935*, Volume VIII, UNESCO, Brasília.

Emersan, Stephen A. (2014), *The Battle for Mozambique: The Frelimo–Renamo Struggle, 1977–1992*, (online), West Midlands (Inglaterra) e Pinetown (África do Sul), Helion & Company e 30° South Publishers.

Enciclopédia de verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI. Editorial Verbo, Lisboa e São Paulo, 2002.

Enciclopédia Luso-Brasileira – Livro do ano 1989, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa, 1990.

Estermann, Carlos (1983), *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, Lisboa, Colectânea de artigos disperso.

Ezrow, Natasha e Erica Frantz (2013), *Failed States and Institutional Decay- Understanding Instability and Poverty in the Developing World*, Chennai, Bloomsbury academic [online].

Fartin, Marie-Fabienne et al. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Lusodidactica – Soc. Port. de Material Didáctico, Lda.

Fernandes, António H. et al. (2005), “Pensar a Segurança e Defesa”, em Nogueira, José M. F., Edições Cosmos-Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.

Ferreira, Eduardo de Sousa (1977), *África Austral – o Passado e o Futuro*, Lisboa, 2ª edição, Seara Nova.

Ferreira, Manuel Ennes (2001), “O Significado da Segurança na África Austral: Linha de orientação”, em Leandro, José Eduardo Garcia (director), *Segurança para o Século XXI*, Lisboa, Nação e Defesa, Outono 2001 N° 99 – 2.ª Série pp. 171-185.

Figueiredo, Leonor (2009), *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*, Lisboa, Alêtheia Editores.

Folgo, Pedro Naves (2016), “Portugal e o Combate ao Terrorismo – A Estratégia Nacional”, em Borges, João Jorge (Director), *Proelium – Revista Científica da Academia Militar*, Serie VII, nº 11, pp. 335-347, Lisboa,

Forrest, B. Joshua (1998), *Namibia's Post-Apartheid Regional Institutions – The Founding Year*, University of Rochester Press, Rochester.

Forrest, B. Joshua (2004), *Subnationalism in Africa: ethnicity, Alliances, and Politics*, Lynne Rienner Publishers, London.

Fraga, Luís Alves de, (2010), “Fio de Prumo: O Almirante Rosa Coutinho e Angola” (online), consultado em 22.12.2015. disponível em: <http://luisalvesdefraga.blogs.sapo.pt/71043.html>.

Francisco Ramos da Cruz, entrevista em Mandele, Isaías Dala (2014), *os Impactos da Estabilidade e do Desenvolvimento Económico-Social nas Forças Armadas Angolanas (2002 - 2012)*, Lisboa, Academia Militar (online). Disponível em:

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7418/1/ART%20873%20Isaias%20Mandele.pdf>, consultado em 14-06-2017, p. 49.

Franco, Manuel (2007), “Estratégia e Segurança na África Austral”, em Franco, Manuel (org.), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-América, 1ª edição.

Freitas, Amadeu José (1975), *Angola, O Longo Caminho da Liberdade*, Lisboa Moraes, Editores.

Fuente, David H. (2012), “La Investigación Histórica. Conceptos Generales. Historia, teoría y praxis histórica”, em Agorreta, María J. Peréx (org.), *Método y Técnica de Investigación Histórica I*, [online] Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, p. 16, consultado em 24/06/2015.

Gama, Jaime (s/d), *Apolítica Externa Portuguesa (1999-2002)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca Diplomática, série C.

Garcia, Francisco Proença (2006), “As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo”, em Revista Negócios Estrangeiros, 9.1, Março, pp. 339 – 374. Disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000036001-000037000/000036360.pdf>, consultado a 25 de abril de 2016.

Garcia, Francisco Proença (2014), “As Ameaças Transnacionais à Segurança e Estratégia de Resposta”, comunicação apresentada na conferência *Força Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios”*, 26-27 de Agosto, Luanda.

Garcia, Francisco Proença (2014). *As Ameaças Transnacionais à Segurança e Estratégia de Resposta*, In *Força Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios “Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios”*, Luanda, 26-27 de Agosto.

García, Gregorio Delgado (2010), “Conceptos y Metodología de la Investigación Histórica” em Revista cubana de Salud Pública, nº 36, p. 11.. Disponível na Base de Dados SIELO <http://www.scielosp.org/pdf/rcsp/v36n1/spu03110.pdf>, consultado a 24 de junho de 2015.

Gerhardt, Tatiana Engel & Silveira, Denise Tolfo (org.) (2009). *Métodos de pesquisa*. 1ª edição. UFRGS Editora, Porto Alegre.

Gleijeses, Piero (2007), “Cuba and the Independence of Namibia”, *Cold War History*, (online), Vol. 7, No. 2, May 2007, pp. 285–303. Disponível em base de dados: B-on.

Gloria, Justino (2014), “O Papel e o Lugar das Forças Armadas Angolanas na Segurança Internacional”, comunicação apresentada na conferência *Força Armadas*

Angolanas – Segurança nacional e desafios: “Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios”, 26-27 de Agosto, Luanda.

Glória, Justino Ramos da (2015), “A Guerra Interna (1975-1992), em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difuíla (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayambra.

Gomes, Catarina Antunes (2009), *De como o poder se produz: Angola e as suas transições*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10463/3/De%20como%20o%20poder%20se%20produz%20tese.pdf>, consultado em 09-05-2017.

Gómez, Rubén G. Jiménez (2014), *Cuito Cuanavale: Crónica de Uma Batalha*, Luanda, Mayamba Editora.

Gonzaga, Norberto (s/d), *História de Angola (142-1963)*, s/l, Edição do C.I.T.A. Fundo de Turismo e Publicidade.

Grande Enciclopédia Luso- brasileira de cultura, edição século XXI. Editorial Verbo, Lisboa e Rio de Janeiro, 1999.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira ilustrada, Volume II. Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa e Rio de Janeiro, s/d.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira ilustrada, Volume XXV. Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa e Rio de Janeiro, s/d.

Guebi, António (2008). Resistência à Ocupação Colonial do Sul de Angola – região dos Va-nyaneka-va-nkhumbi e dos Va-Ambo (1850-1917), 1ª edição, Luanda, Editora Arte e Vida.

Hamutenya, Hidipo (s/d), *Namibia and Angola: Analysis of a symbiotic relationship*. (online). Disponível em http://www.kas.de/upload/Publikationen/2014/namibias_foreign_relations/Namibias_Foreign_Relations_hamutenya.pdf, consultado em 03-02-2017.

Hayes, Patricia (2014), Nationalism's Exile: Godfrey Nangonya and SWAPO's Sacrifice in Southern Angola, em *Journal of Southern African Studies*, Volume 40, 2014 - Issue, pp. 1305-1324. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03057070.2014.970038?needAccess=true> , consultado, 02.01.2019.

Hernandez, Leila Leite (2008), *África na sala de Aula: Visita à história contemporânea*, 2ª edição revista, São Paulo, Selo Negro, (online). Disponível em: https://books.google.pt/books?id=8bwx1_foaVwC&printsec=frontcover&hl=pt-

[BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](#), consultado em 30-04-2016. Pousa, César (2015),

Hodges, Tony (2002), *Angola- Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Estoril, Principia - Publicações Universitárias e Científicas.

Hugon, Philipp (2015), *geopolítica de África*, 3ª edição, Lisboa, Escola Editora.

Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), dados definitivo do censo realizado em 2014, (online). Disponível em: http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf, consultado a 11 de janeiro de 2018.

James, W. Martin III (2011), *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* [online], New Jersey, The University of New Jersey.

José Chiwale (2018) em travista ao programa “Hora das Perguntas” da Rádio Despertar – Angola (online), na ocasião das comemorações 52º aniversário da fundação da UNITA, 14 de março de 2018.

José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se>, consultado em 09-02-2016.

José, Joveta (s/d), “Política Externa de Angola de 1992 aos dias Atuais”, comunicação apresentada no 33º encontro Anual da ANPOC Entre Fronteiras e Diplomacia: Estudos sobre África e Caribe, (online). Disponível em <http://anpocs.org/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt19-24/1977-jovetajose-politica/file>, consultado em 26 -03-2016.

Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 1º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA.

Júlio, Artur da Silva e Rosa da Cruz e Silva (coords.) (2008), *História do MPLA*, 2º Volume (1966), Luanda, CDIH-Centro de Documentação e Investigação do Comité do MPLA.

Júnior, Miguel (2003), *A Formação e o Desenvolvimento das Forças Armadas Angolas*, Editorial N’zila, Luanda.

Júnior, Miguel (2014), *A Mão Sul-Africana – O envolvimento das forças de defesa da África do Sul no Sudoeste de Angola (1966-1974)*, Lisboa, 1ª edição, Principia Editora.

Júnior, V. Nelson e Tiago F. Paula (2015), Guia de Estudos para os delegados do Conselho de Paz e Segurança da Unidade Africana (CPSUA) da SINUS, p. s/p.

Kodjo, Edem e Chamaiwa, David (2010). *Pan- Africanismo e Libertação*. In Mazrui, A. Ali e Wondji, Christoph. *História Geral da África: África desde 1935*, Volume VIII, UNESCO, Brasília.

Kodjo, Edem e David Chamaiwa (2010), “Pan- Africanismo e Libertação”, em Mazrui, A. Ali e Wondji, Christoph (orga), *História Geral da África: África desde 1935*, Brasília, Volume VIII, UNESCO.

Kunzika, Emanuel (2010), *A Formação da Nação Angolana pela Luta Armada*, Luanda, Mayamba Editora.

Leal, João L. Rodrigues (2012), *O Ártico como Espaço Geopolítico*, Tese de Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, Lisboa, Departamento de História, ISCTE-IUL.

Leys, Colin e John S. Saul (1995), “SWAPO Inside Namibia”, em Leys, Colin e John S. Saul (Orgs), *Namibia’s Liberation Struggle: The Two-Edged Sword*, Villiers Publications, London.

Lima, Maria C. Fontes, (2007), “Estratégia e Segurança na África Austral – Perspectiva Política”, em Franco, Manuel (Coord.), *Estratégia e Segurança na África Austral*. Fundação Luso-América, 1ª edição, Lisboa.

M’Bokolo (2011). *África Negra - História e Civilizações: do século XIX aos nossos dias*, 2º volume, tomo II. Edições Colibei, Lisboa.

Mabeko-Tali, Jean-Michel (2018), *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA Perante Si Próprio(1960-1977). Ensaio de História Política*, Mercado de Letras Editores, Lisboa.

Machado, Victor A. N. de Sá, “O Conflito na África Austral”, *Nação e Defesa*, (s/l,) (online), consultado em 21.20.2016. disponível em: <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD29.pdf>,

Malan, Mark e Jakkie Cilliers, (1997), “SADC Organ on Politics, Defence and Security: Future Development”, Institute for Security Studies, Halfway House, South Africa Occasional Paper, No 19 – March, 1997 (online). Disponível em <http://www.msu.ac.zw/elearning/material/1314190233READING%20ON%20SADC%20FOREIGN%20POLICY.pdf>, consultado em 28 de fevereiro de 2018.

Maltez, José Adelino, (2002), *Curso de Relações Internacionais*, Principia Editora, Lisboa.

Manuel, Lui A. (2012), *Iniciativas de Cooperação e Integração na África na Passagem do Século XX ao XXI: Entre a subordinação e a autonomia*, Dissertação de Bacharel em

Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas, Porto Alegre.

Martins, José Abílio Lombe (1990), "Mimetismo cultural e políticas da africanidade: Queda do socialismo em África?", *Africa*, nº 7- Setembro, II ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense.

Martins, José Abílio Lombe (1991), "Condições de Guerra e Paz na África Austral – perspectiva de cooperação lusófona", *Africa*, nº 9- Setembro, II ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense.

Mateta, Indira Eduarda da Costa (2009), *As Relações Político-Diplomáticas entre a República de Angola e a República da Namíbia (1990-2009)*, Monografia de Licenciatura em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais do Ministério das Relações Internacionais de Angola, Luanda.

Mattoso, José (1997), *A Escrita da História- Teoria e Métodos*, Lisboa, Editora Estampa.

Mazrui, Ali (2010), "A África Austral", em Mazrui, Ali A. e Christophe Wondli (Editores), *História Geral da África, VIII: desde 1935*, Brasília, UNESCO.

Mbah, Jean Martial Arsene (2010), *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação Nacional de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*, Luanda, Mayamba.

M' Bokolo, Elikia (2011), *África Negra. História e Civilização, Tomo II – Do século XIX aos nossos dias*, Lisboa, Edições Colibri.

Mello, William Agel de (2002), *Obras completas*, Brasília, Volume III, Ensaios, 1ª Edição. Ar, (online). Disponível em: <http://air.calibe.info/WILLIAM%20AGEL%20DE%20MELLO%20OBRAS%20COMPLETAS%20VOLUME%20III%20ENSAIOS.pdf>, consultado em 17-04-2017.

Menezes, Alfredo da Mota e Pio Penna Filho (2006), *Integração Regional – os blocos económicos nas relações internacionais*, São Paulo, Elsevier Editora.

Miguel Neto (Diretor), "Diplomacia angolana perspectiva acções para uma maior inserção de Angola no contexto Internacional", *Revista Weza*, Revista da Embaixada de Angola na Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Mensal – Jan/Fev. nº 05, 2013, Londres.

Milhazes, José (2014), *Angola – O Princípio do Fim da União Soviética*, Lisboa, 2ª edição, Nova Vaga.

Morais, Beatriz (1998), "A Cooperação e a Integração da África Austral – A SADC, o papel de Angola", em *Centro de Estudos Africanos*, São Paulo, Universidade de São Paulo.

Moreira, Adriano (2014), *Teorias das Relações Internacionais*, 8ª edição, Almedina, Coimbra.

Mulato, Ernesto (2014), *Do Bembe a Luanda. Um percurso pela democracia em Angola*, 1ª edição, Lisboa, João Marques Edições.

Murapa, Rukudzo (2002), “A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): Rumo à integração política e económica, (tradução do inglês: Cristina Lopes), julho/, *Impulso* nº 31, pp. 155-164. Disponível em base de dados B-on: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art08.pdf>, consultado em 19 /01/2015.

Nascimento, Daniela (2011), “Da Guerra à Paz no Sudão: As (in)visibilidades do Acordo Geral de Paz”, *Relações Internacionais* (online), Dezembro, 2011, nº 32, pp. 33-43 disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n32/n32a03.pdf>, consultado em 28-12- 2015.

Neto, Agostinho (1978), *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA*, Lisboa, Edições Avante.

Notholt, Stuart A (2010), *Fields of fire – Na atlas of ethnic conflict*, [online], London, Edição 2010, Etuar Nothlt Communications, ISBN:978-0-9554657-7-2,

Nouschi, André (1986), *Iniciação às Ciências Históricas*, Coimbra, Livraria Almedina.

Nunes, António Lopes Pires (2009), A Guerra no Leste De Angola (1966-74): Vitória militar das Forças Armadas Portuguesas sobre a guerrilha, em Angola, em *Revista de História das Ideias – Instituto de História e Teorias das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, “A Guerra”, vol. 30 (2009), pp. 453-471, (online).

Oliveira, Sofia Castro, (2015), Política e planeamento linguístico da língua portuguesa na Namíbia: perspetivas de futuro, p. 43, (online). Dissertação de Mestrado em Português Língua Não Materna, Universidade Aberta. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5481/3/TMPLNM_SofiaOliveira.pdf, consultado em 14 de março de 2018.

Omari, Abillah e Paulino Macaringue (2007), “Southern African Security in Historical Perspective”, in Gavin Cawthra, André du Pisani, and Abillah Omari (eds.), *Security and Democracy in Southern Africa*, Johannesburg: Wits University Press, 2007, pp. 50-1. See also Lindeke, *From Confrontation to Programatic Cooperation*”, pp. 181-210. Citado por Igor Castellano da Silva (2017)

Paulme, Denise (1996). *As Civilizações Africanas*, 2ª edição, Santa Sinta, Publicações Europa-América, Lda.

Pedro Sousa Pereira (2015-10-28), “Fevereiro de 1977: Nova ofensiva ideológica para formar o MPLA”, em *Lusa-agência de notícias de Portugal*, (online). Disponível em

<http://www.independenciaslusa.info/fevereiro-de-1977-nova-ofensiva-ideologica-para-formar-o-mpla/>, consultado em 13-03-2017.

Pedro, Leonardo T. (2015), *Proposta para uma Harmonização Gráfica da Toponímia da Comuna de Ondjiva: Aldeias, Bairros e Ruas*, Dissertação de Mestrado em Terminologia a Gestão da Informação de Especialidade, Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Péllissier, René (2013), *História das Campanhas de Angola*, 3ª edição, Minho, Editorial Estampa, vol. 1.

Penemote, Germano (2015), *O «pântano» onde eu nasci: panorama histórico-geográfico e cultural de Owambo face às inundações de 2008 – 2009 e à seca na região*, Lisboa, Alêtheia Editores.

Pereira, Analúcia D. (2010) “A África do Sul Independente: segregação, *Apartheid* e transição pactuada (1910-1994)”, em Visentini, Paulo G. F. e Analúcia D. Pereira (Org.) *África do Sul: História, Estado e Sociedade*, 1ª edição, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão (online). Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf, consultado em 11-03-2016.

Piedade, José Carlos (2014), “A segurança interna e a concertação estratégia entre as forças de defesa e segurança” comunicação apresentada na conferência *Força Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios*, 26-27 de Agosto, Luanda.

Pinto, Tatiana Pereira Leite (2012), *Etnicidade e racismo em Angola: da luta de libertação ao pleito eleitoral de 1992*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, (online). Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1572.pdf>, consultado a, 01-03-2017.

Poku, Nana (2001), *Regionlization and Security in Southern Africa*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.

Porto, Gomes João; Chris Alden e Imogen Parsons, (2007), *From Solidiers to Citizens: Dmilitarization of Conflict and Socieity*, Hampshot, Ashgat Publishing Limited.

Pousa, César (2015), “O Papel das Forças Armadas na Segurança Interna: Caso de Estudo Bélgica” *Academia Militar – Proelium*, Série IX (9), 195-211, (online), consultado em 11.10.2015. Disponível em: http://www.academiamilitar.pt/images/ficheirosPDF/13_Cap_C%C3%A9sar_Pousa_Artigo_13.pdf.

Puna, Miguel M. N´Zau (2011), *Mal me Querem*, Porto, Papiro Editora.

- Ramos, Justino da Glória (2015), “A Guerra Interna (1975-1992), em Júnior, Miguel e Manuel Maria Difuila (Coords.), *História Militar de Angola*, Luanda, Mayambra.
- Ranger, O. Rerence (2010), “Iniciativos e Resistência Africana em Fase da Partilha e da Conquista”, em Boahen, Albert Adu (Editor), *História Geral da África –VII: África sob domínio colonial, 1880-193*, Brasília, UNESCO.
- Reader, Jhon (2002), *África – biografia de um continente*, Tradução portuguesa, Santa Sinta, Publicações Europa-América, Lda.
- República de Portugal. Polícia Aérea. “Guerra Colonial, Cronologia”. Disponível em <http://policiaaerea.pt/pages/guerra-colonial/cronologia/1964.php>, consultado em 13-04-2017.
- Rocha, Edmundo (2009), *Angola: Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950 -1964) (testemunho e estudo documental)*, 2ª edição revista e corrigida, Lisboa, Dinalivro.
- Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola: biografia*, Lisboa, Esfera dos livros.
- Rosa, Armindo B. (2010), “Política de Defesa de Angola”, comunicação apresentada no ciclo de conferências intitulada Visões Globais para a Defesa, no *Instituto de Defesa Nacional* (IDN), a 27 de Abril, Lisboa, (online). Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3075/1/NeD125_ArmindoBravodaRosa.pdf, consultado em 02-05-2017.
- Sá, Luísa (1994), *As regiões, a Europa e a «coesão económica e social»*, Edições Cosmos, Lisboa.
- Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote.
- Sacchetti, António Emílio (1995), *Segurança Europeia (1989 –1995)*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- SADC Secretariat, (s/d), *Na easy to read information guide to the Southern African Development Community*, Gaborone.
- SADC, *An easy to read information guide to the Southern African Development Community* (folheto informativo, Gaborone).
- SADC. Disponível em: <http://www.sadc.int/>, consultado em 28 de dezembro de 2017.
- Santo, Gabriel A. do Espírito (2009), “Cooperação Civil Militar na Contra Insurreição: Leste de Angola 1971 1973”, em *Revista Militar*, N.º 2487 - Abril 2009, pp 337 – 0, (online).

Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/467>, consultado a 15 de março de 2018.

Santos, Eduardos (1986), *A Questão do Barotze, Instituto de Investigação Científica Tropical*, Lisboa.

Santos, Luís I. V. Gomes (2011), *A Arquitetura de Paz e Segurança Africana*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão (online). Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/855-Arquitetura_de_Paz_e_Seguranca_Africana_A.pdf, p 23, consultados em 03-06-2017.

Santos, Onofre (2013), *Os (meus) dias da independência*, Luanda, Texto Editora.

Savimbi, Jonas (1979), *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas.

Schneidman, Witney W. (2004), *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna.

Schütz, Nathaly Silva Xavier, (2014), *Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e políticos da Integração*, Tese de Doutoramento em Ciências Políticas, Porto Alegre, pp. 74-77, (online). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106413/000933078.pdf?sequence=1>, consultado em 16 de março de 2018.

Sellstöm, Tor (2000), *Sweden and National Liberation in Southern Africa, vol, II: solidarity and assistance 1970-1994*, Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, (online), [https://books.google.pt/books?id=uXiyy74NQnoC&pg=PA877&dq=Tor+\(2000\),+Sweden+and+National+Liberation&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwib68WVhczTAhVDNxQKHdDUAkAQ6AEIJTAA#v=onepage&q=Tor%20\(2000\)%2C%20Sweden%20and%20National%20Liberation&f=false](https://books.google.pt/books?id=uXiyy74NQnoC&pg=PA877&dq=Tor+(2000),+Sweden+and+National+Liberation&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwib68WVhczTAhVDNxQKHdDUAkAQ6AEIJTAA#v=onepage&q=Tor%20(2000)%2C%20Sweden%20and%20National%20Liberation&f=false), consultado em 29 – 04-2016.

Sequeira, Jorge M. Dias, (2004), *Segurança Interna e Externa Face às Novas Realidades*.

Shigwedha, Vilho Amukwaya, (2014), “The Relationship Between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, em *Journal of Southern African Studies*, Vol. 40, No. 6, 1275–1287. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2014.967505>, consultado em 20-02-2017.

Shipanga, Andreas e Sue Armstrong (1989), *Namíbia - A Luta pela Liberdade*, Lisboa, Bertrand Editora, Produção de Maria Luísa R. Corrêa.

Sierra, Lázaro C. (2010), *Angola e África Austral: Apontamento para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*, Luanda, Mayamba.

Silva, Igor Castellano da, (2017), *Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem*, e-book (online), Porto Alegre, CEBRAFRACA, pp. 144-145. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=Ue3bDgAAQBAJ&pg=PA145&lpg=PA145&dq=opera%C3%A7%C3%A3o+Packer+Angola&source=bl&ots=dWb7jOaZqv&sig=R9ZIMJ1EO8SriBCjCXCAio8yPsY&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjxk-C0xuLZAhXL1xQKHTCYDhoQ6AEIJzAA#v=onepage&q=opera%C3%A7%C3%A3o%20Packer%20Angola&f=false>, consultado a 10 de março de 2018.

Silva, José Paulino Cunha da (2002), *As Resoluções das Nações Unidas Sobre Angola*, Luanda, Editorial Nzila.

Silva, Sérgio Vieira da, et.al.. (2012), *Introdução às Relações Internacionais*, Escolar Editora, Lisboa.

Sita, Silvia Crislaine de Almeida (2017), *A Geopolítica de Angola na África Austral: Diplomacia e Política Externa de Angola Na África Austral – SADC*. Dissertação de Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, Universidade Autónoma de Lisboa. Disponível em: <file:///D:/A%20Pol%C3%ADtica%20Externa%20de%20Angola%20na%20%C3%81frica%20Austral%20SADC.pdf>, consultado a 02.01.2019.

Sousa, Fernando de, (2005), *Dicionário da Relações Internacionais*, Edições Afrontamento / CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto.

Sousa, Julião Soares (2006), “MPLA: Da Fundação ao Reconhecimento por Parte da OUA (1960-1968)”, *LATITUDES* n° 28 – dezembro, pp. 11-16, (online). Disponível em http://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/17/28/17_28_03.pdf, consultado em 13-04-2017, pp. 13-16.

Sousa, Maria José e Cristina Sales Baptista (2011), *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios, segundo Bolonha*, Lisboa, LIDEL-Edições Técnicas.

Southern African Development Community: *Activity report of the SADC secretariat for the period August 2007 to July 2008*, Gaborone.

Suárez, Karla (2017), *Um lugar chamado Angola*, Porto, Porto Editora.

Teixeira, Nuno Severino (2009), *Contribuição para uma Política de Defesa*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.

Tenente-coronel Acácio Nelson Samaji (Diretor), “Um breve resumo da história recente do país”, *Revista Militar*, FAA-na Defesa da Pátria, edição nº 33, Novembro, Luanda.

Teresa, Marco António Domingos (2006), “Geopolítica e o Desporto de Massas - O Futebol”, em *Revista Militar*, N.º 2453/2454 - Junho/Julho de 2006, pp 711 - 0. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/90>, consultado em 26-05-2017.

Thian, Iba Der, Mulira, James e Wondji, Christoph, (2010), *A África e os Países Socialistas*. In Mazrui, A. Ali e Wondji, Christoph. *História Geral da África: África desde 1935*, Volume VIII, UNESCO, Brasília.

Thian, Mulira e Wondji (2010), “A África e os Países Socialistas”, em Mazrui, A. Ali e Wondji, Christoph (orga), *História Geral da África: África desde 1935*, Brasília, Volume VIII, UNESCO.

Thurow, Roger (1988), “South Africa Signs Peace Pact With Cuba, Angola Promising Freedom for Namibia”, em *Wall Street Journal*, Eastern edition; New York, N.Y. [New York, N.Y]14 Dec 1988: 1. Disponível em base de dados: ABI/INFORM Collection <https://vpn2.iscte.pt/+CSCO+1h756767633A2F2F66726E6570752E63656264687266672E70627A++/abicomplete/docview/398060795/fulltext/D406683911594CD3PQ/6?accountid=38384#center>, consultado em 02-06-2017.

Tjønneland, Elling N. (2011). *Desenvolvimento as infra-estruturas em Angola. – Qual o papel da SADC?*, Chr Michelsen Institute -WP, Bergen.

Tomé, Luís J. R. Leitão (2010). *A Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teórica e Conceptuais*. Dissertação de Doutoramento em Relações Internacionais, especialidade de História e Teorias das Relações Internacionais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Tongeni, Pedro (2010), *Da escravatura ao trabalho forçado e o sistema de contratado em Angola*, Ondjiva, Sem Editora.

Tshiyembe, Mwayila & Bukasa, Mayele (2013) *A África face aos seus Problemas de Segurança e de Defesa*. Edições Pegado e Edições Mulemba, Lisboa.

Tuckman, Bruce (1999). *Manual de Investigação em Educação – Método para conceber e realizar o processo de investigação científica* (tradução de António Rodrigues – Lopes). Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Valahu, Mugur (1968), *Angola: Chave de África*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lda.

Valentim Jorge (2005), *1954-1975: Esperança- época de ideais de independência e dignidade*, Luanda, Editorial N’Zila.

Van Schoor, Marthinus Oliveira (1990), “O Problema da África do Sul e o Futuro da África Sul”, *África*, nº 7- Setembro, II ano, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense.

Van-Dúnem, Belarmino (14-03-2013), *Angola. África do Sul e RDC: Criam Mecanismo Tripartido*, (online). Disponível em: belarminovandunem.blogspot.com/2013/03/angola-africa-do-sul-e-rdccriam.html?m=1, consultado em 18-010-2017.

Van-Dúnem, Belarmino (2007), *Prevenção de Conflitos em África – Da organização da Unidade Africana à União Africana*, Luanda, Periploi.

Van-Dúnem, Fernando J. de França Dias (1997), “Prefácio”, em Patrício, José (1998), *Angola – EUA: os caminhos do bom senso*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Velez, Rui Manuel Proença Bonita (2015), *As Relações entre Portugal e o Zaire (1968-1974)*. Tese de Doutor em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10003/1/Tese_RuiVelez.pdf, consultado em 24 de fevereiro de 2018.

Vincent Williams (2000), *Namibia: Situation Report*, United Nations High Commission on Refugees (UNHCR), Centre for Documentation and Research, Writenet Paper No. 09/2000. (online). Disponível em <https://web.archive.org/web/20060824221917/http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/publ/opendoc.pdf?tbl=RSDCOI&id=3ae6a6cb8&page=publ>, consultado em 12-05-2017.

Visentini, Paulo Fagundes (2011), *O Livro na Rua: Namíbia*. Thesaurus Editora, Brasília.

Visentini, Paulo G. Fagundes e Analúcia Danilevicz Pereira, “A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010) “ em Visentini, Paulo G. F. e Analúcia D. Pereira (Org.) *África do Sul: História, Estado e Sociedade*, 1ª edição, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão (online). Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/709-africa-do-sul-historia-estado-e-sociedade.pdf>, consultado em 11-03-2016.

Waals, W. S. Van Der (2015), *Guerra e Paz: Portugal / Angola- 1961-1974*, Alfragide, Casa das Letras.

Waltz, Kenneth N. (2002), *Teorias das Relações Internacionais*. Tradução de GAYO, Maria L. Felgueiras. Gradiva, Lisboa.

Wheeler, Douglas e Réne Pélissier (2013), *História de Angola, Lisboa, 1ª reimpressão*, Tinta-da-china.

Williams, Christian A. (2011), "Living in Exile: Daily Life and International Relations at SWAPO's Kongwa Camp", *Journal Kronos*, Volume 37, pp. 60-86, (online), Disponível em Base de dados: B-on, consultado em 24-02-2017.

Wolfgang, DöpckeA (1998), "Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998", em *Revista Brasileira de Política Internacional*. Jun 1998 41 (1):133-161.

Zau, Filipe (2002), *Angola: trilhas para o desenvolvimento*, Lisboa, Universidade Aberta.

4. Outras fontes

<http://sadf.info/SWATF%20Operations.html>

http://www.academia.edu/37236256/pref%C3%A1cio_meu_ao_livro_do_General_Justino_da_Gl%C3%B3ria_Ramos_intitulado_Angola_pelos_Caminhos_da_Paz._Guerra_e_Diplomacia_1975-2002_Luanda_2018_pp._28-36_.pdf

[https://undocs.org/S/RES/435\(1978\)](https://undocs.org/S/RES/435(1978))

Documéntário UNITA <https://www.youtube.com/watch?v=IxNnZH4Ag4M>

ANEXOS

Anexo A - Relatório da PIDE sobre a criação do Comando Unificado (ANC, SWAPO, ZAPU, MPLA, PAIGC e FRELIMO).

Fonte: ANTT - Proc.68/69-GAB, 1968-12-21/1969-01-14 (9-01-1969)

3



POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO

3
AVERBADO

DATA 14/1/69
Exemplar

S. C. C. I. DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

ENTRADA N.º 248

Data 14/1/69

Proc. 12/GAB

RELATÓRIO

N.º 68/69-GAB

Data 9/1/69

P.º	Data da recepção da notícia	Classificação de segurança	Data
	4/1/69	N/CLASSIFICADO	9/1/69
Entidade informadora	País, zona ou região		Classificação
PIDEM	S U D Ã O		
Origem	Assunto: Conferência "de alto nível" dos movimentos emancipalistas da ÁFRICA AUSTRAL		Ref.º
IMP			

1. Dum artigo inserto no jornal londrino "THE SUNDAY TIMES", de 8/12/68, intitulado "GUERRILLAS PLAN SUMMIT".

Guerrillas plan summit

By Alexander Mitchell

A SUMMIT meeting of guerrilla movements in southern Africa will be held in Khartoum, capital of Sudan, from January 18 to 20. Delegations will come from the African National Congress and the Zimbabwe African People's Union (ZAPU) now active in Rhodesia, the FRELIMO organisation of Mozambique, the South West Africa People's Union (SWAPO) and guerrilla move-

ments of Portuguese Guinea and Angola. A spokesman for the organisers said yesterday that observers from the British Labour and Liberal parties would attend. Mr Miguel Murupa, deputy secretary for external affairs of FRELIMO, said in London that the conference would draw world-wide attention to the independence struggles of south ern Africa.



Respiga-se o seguinte:

a. Uma conferência "de alto nível" dos movimentos emancipalistas da ÁFRICA AUSTRAL - FRELIMO, MPLA, PAIGC, ZAPU, ANC e SWAPO - realizar-se-á em KARTUM (SUDÃO), de 18 a 20 de Janeiro p.f..

(1) Observadores dos partidos britânicos Trabalhista e Liberal estarão presentes na mesma.

(2) MIGUEL MURURUPA, vice-secretário para os assuntos estrangeiros da FRELIMO, disse, em LONDRES, que a conferência em causa concentraria a as atenções mundiais nas lutas da independência da ÁFRICA AUSTRAL.

R/DR

O Subdirector, 

<p>Distribuição:</p> <p>Exemplar n.º 1 DGERAL (2 ex exemplares)</p> <p>Exemplar n.º 2 CCM</p> <p>Exemplar n.º 3 CCM/ESC/REDEC</p> <p>Exemplar n.º 4 3ª RA/AV</p> <p>Exemplar n.º 5 RMM</p> <p>Exemplar n.º 6 CNM/AV</p> <p>Exemplar n.º 7 CGPSP</p> <p>Exemplar n.º 8 SCCIM</p> <p>Exemplar n.º 9 SUBPIDE JB JB</p>	<p>Exemplar n.º 10 SUBPIDE IB</p> <p>Exemplar n.º 11 " BR</p> <p>Exemplar n.º 12 " QL</p> <p>Exemplar n.º 13 " T</p> <p>Exemplar n.º 14 " NP</p> <p>Exemplar n.º 15 " VC</p> <p>Exemplar n.º 16 " PA</p> <p>Exemplar n.º 17 ARQUIVO</p> <p>Exemplar n.º 18</p>
---	--



M/38 L. M. - 50 000 ex. - I. N. 5-968

X
ANEXO I (COMENTÁRIO DA B.B.C. - MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO EM ÁFRICA)
AO ANEXO B DO PERBOLRAD Nº 728

5

- Esta semana, o jornal londrino "Daily Evening", publicou um artigo, nas suas páginas centrais, dedicado a estabelecer um esquema do movimento pan-africanista para intensificar a segurança e a defesa do continente africano. O interesse especial desse artigo reside no facto de registar um movimento que se manifesta contra as inúmeras delegações que os guerrilheiros africanos têm feito deslocar à União Soviética, à China, a Cuba e a outros países socialistas. O artigo intitula-se "Preparando a sucessão" e foi escrito por Ford Wells Pieter, começando assim:

- A decisão de não enviar mais africanos para os países há pouco mencionados é o resultado que se espera de uma conferência das Organizações nacionalistas africanas, cuja data de abertura foi marcada para hoje. A Conferência será realizada perto de Dar-Es-Salaam e terá como prioridade absoluta o problema do treino dos guerrilheiros, que deverá ser, na totalidade, efectuado em África. Os instrutores militares e técnicos dos países comunistas poderiam ser convidados para os campos de treino, mas não poderiam exercer qualquer actividade de chefia em matéria política. A recomendação tem o apoio do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana, que convocou a conferência, e é igualmente apoiada pela maioria dos quadros administrativos das principais Organizações nacionalistas de África, que se farão representar nas reuniões.

Espera-se, portanto, que seja aprovada sem grande objecção, embora se veja a possibilidade de os participantes pró-comunistas conseguirem rejeitá-la.

Esta Conferência é o segundo encontro a ser realizado em África durante a mesma semana sobre os movimentos de libertação. Três dias antes das presentes conversações, realizou-se um encontro, em Kartoum sob o patrocínio do Movimento de Solidariedade dos povos afro-asiáticos. Para esta conferência foram convidados os representantes e jornalistas do Mundo inteiro. O mesmo não acontece agora, em Dar-Es-Salaam, onde as discussões são conduzidas em absoluto segredo.

O principal objectivo das presentes conversações consiste em organizar um comando unificado, composto de um membro das seis Organizações nacionalistas mais importantes. São elas o Congresso Nacional Africano, a União dos Povos Africanos de Zimbabwe, a Organização dos Povos do Sudoeste Africano, a Frente de Libertação de Moçambique, o Movimento Popular para a libertação de Angola, e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Outras Organizações mais pequenas são excluídas, devido ao facto de o Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana as considerar complexas e conflituosas.

Segundo a proposta apresentada aos membros da Conferência, o treino dos guerrilheiros deveria ser conduzido na Argélia, Tanzânia, nos dois Congos e talvez na República Árabe Unida, que, no entanto, talvez o recuse, em virtude das várias atitudes assumidas pelos países

T
TORRE
TOMBO

T
TORRE
TOMBO

RESERVADO

africanos em relação ao conflito israelo-árabe. Nos novos campos de treino, as lições sobre política seriam dadas pelos africanos, versando apenas política africana e não questões de política internacional. O novo comando unificado teria a sua base na Tanzânia, onde o Comité de Libertação da Unidade Africana está radicado, ficando dependente do Comité que, por sua vez, se encontra sob a dependência do Secretariado da Organização, em Adis-Abeba. (2000158DEZ68)

RMM O Chefe do Rec. Tm. da RMM

JOÃO MANUEL DE SOUSA TELES
Major de Art^a

João Manuel de Sousa Teles

DISTRIBUIÇÃO:

- Com o PERBOLRAD Nº 720

RESERVADO

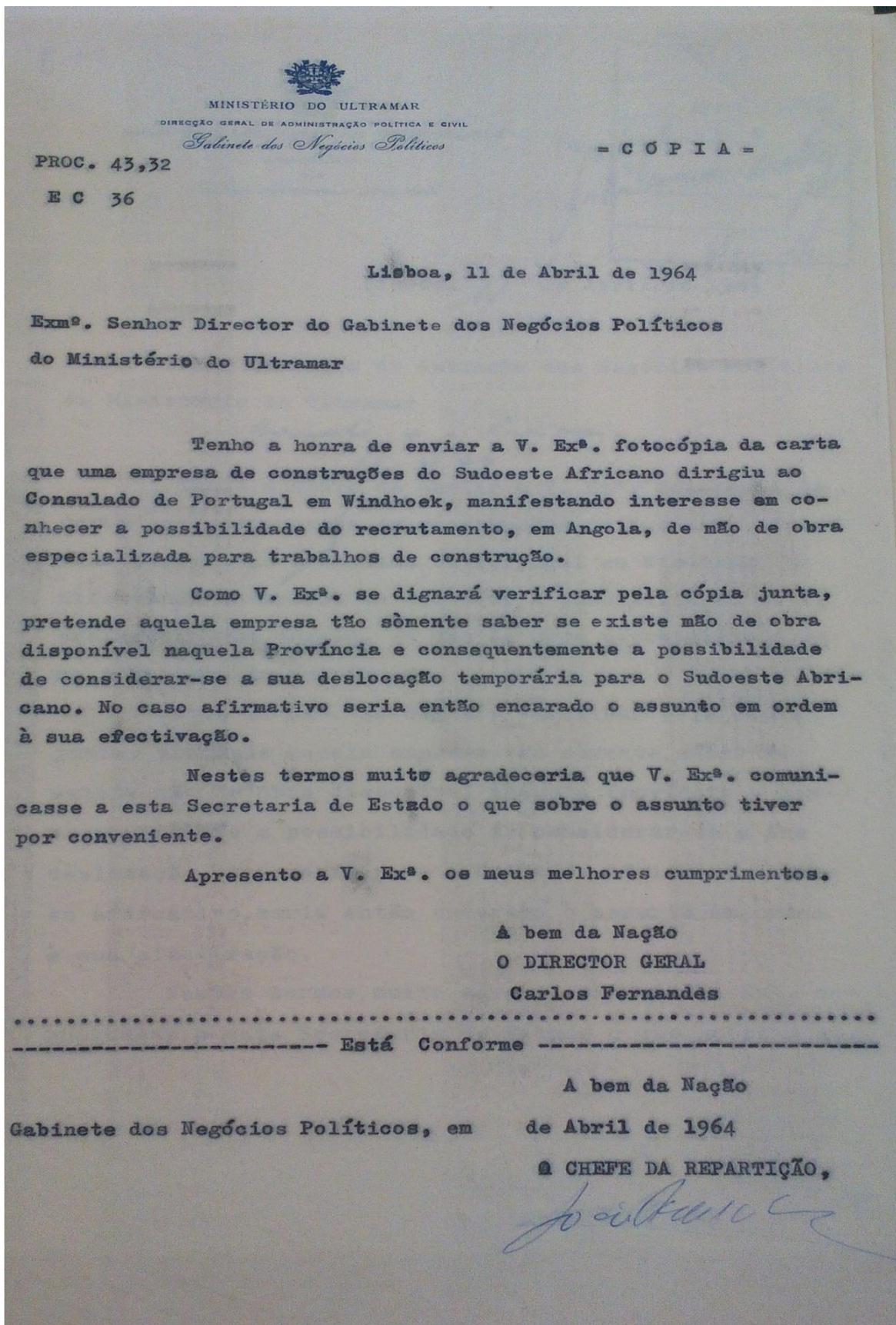
Anexo B - Mapa Geopolítico da África Austral, em 1967: Recorte do Jornal the washington post, 22 de fevereiro de 1967.

Fonte: AMNE - Livro Branco da África do Sul. Proc. XA-11, questões política e de segurança.



Anexo C: Recrutamento de mão de obra especializada no sul de Angola para trabalhos de construção no Sudoeste Africano.

Fonte: AMNE Proc. E-4.-5, Angola.





S. R.
PROVÍNCIA DE ANGOLA

Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social

2755	11/6/64
E-4-3	

Handwritten signature: H. P. Camarões

Gabinete dos Negócios Políticos.-

SENHOR MINISTRO DO ULTRAMAR

De comunicar ao M.N.E. em resposta ao ofício n.º 36 de 11 de Abril pp. V. Tx. determinação.

EXCELENCIA:

S/ referência: *16/6/64* 3635
 S/ comunicação de: 8/5/1964
 N/ referência: 200 / LDT / 02 / 15 / 05
 End. Tel. «Trabalhos» - C. P. 1202 - Luanda

Relativamente ao ofício de referência, tenho a honra de informar Vossa Excelência que este Governo nada tem a opôr à emigração, para o Sudoeste Africano, de operários da construção civil, do que dou conhecimento a Vossa Excelência para a hipótese de se vir a tornar vantajoso, em futuras conversações, qualquer acôrdo à cerca do assunto.

Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

RESIDÊNCIA DO GOVERNO GERAL, EM LUANDA, AOS 3 DE Junho DE 1964.-

Emenda 17.6.64

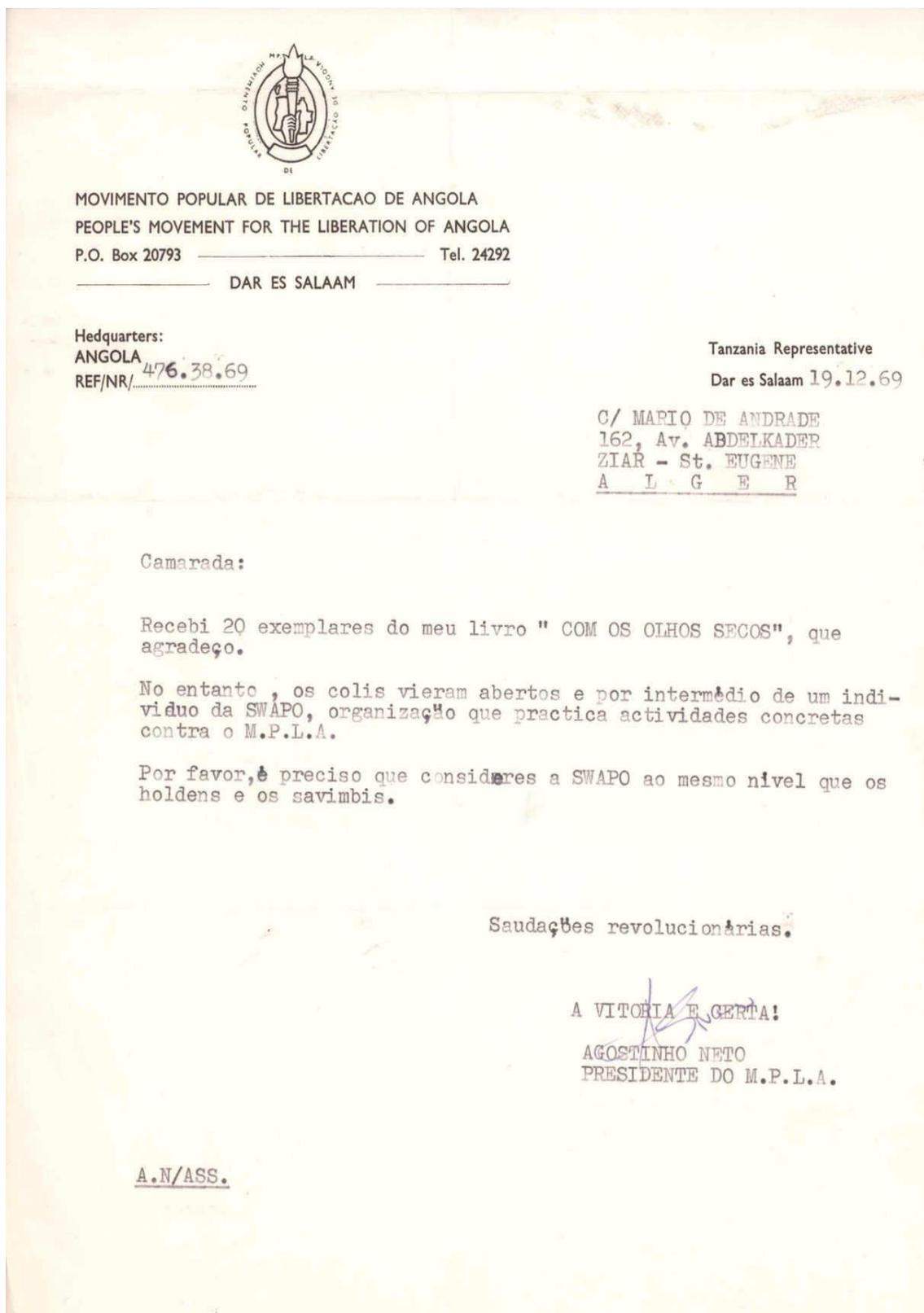
my of 31450 SECRETÁRIO PROVINCIAL,

JOÃO BAPTISTA DUARTE PINHEIRO

JB/MIC.

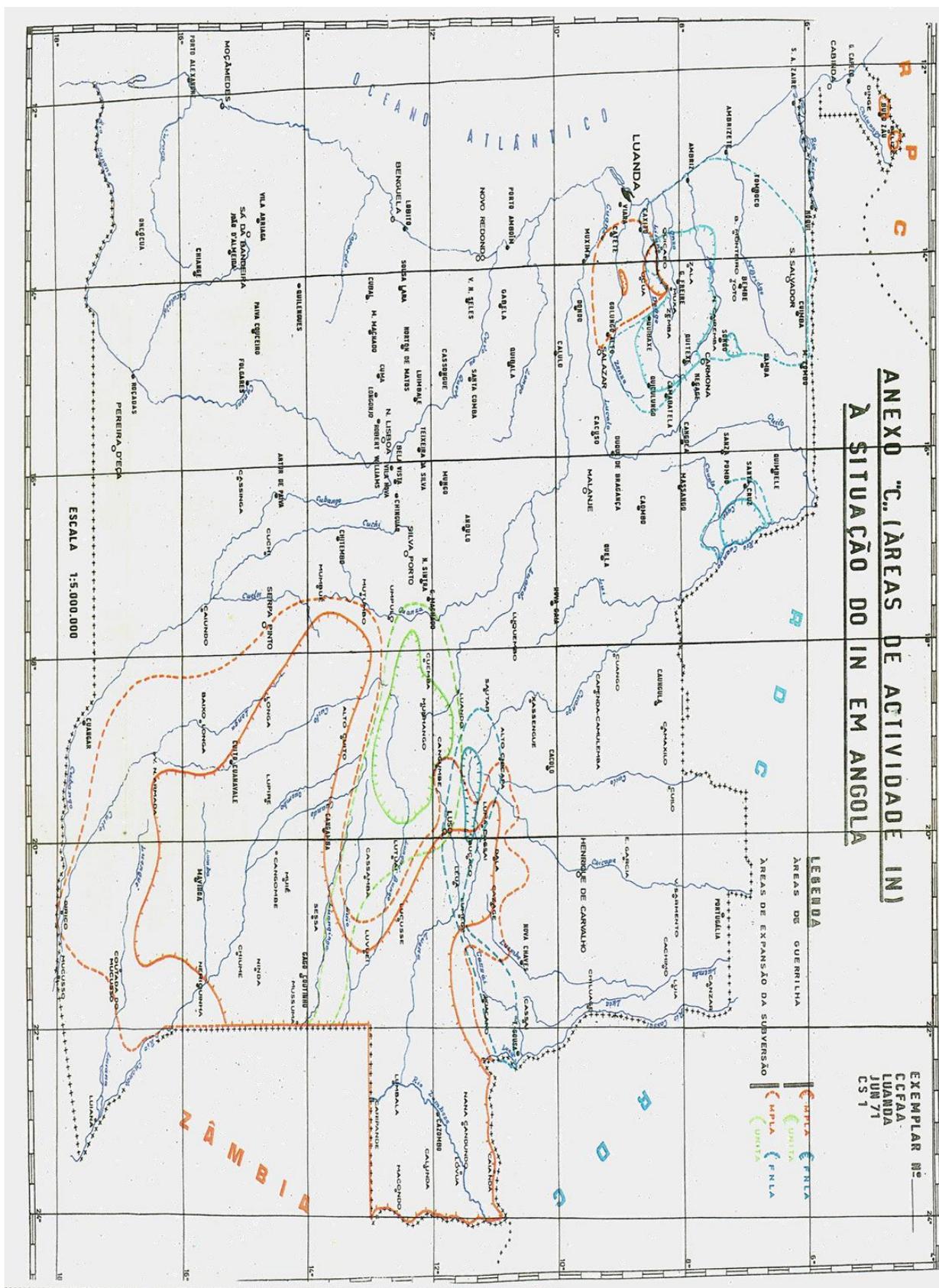
Anexo D: Agostinho Neto orienta Mário Pinto de Andrade hostilidade à SWAPO.

Fonte: Fundação Mário Soares, Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade, Pasta: 04323.011.003, Título: UNITA - II Congress (Freeland of Angola - Central Base), online. Disponível <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04323.011.003>, imagem 2.



Anexo E - Mapa de zonas de atuação geográfica dos movimentos de libertação de Angola.

Fonte – Documento em posse do autor.



Anexo F – Excerto do Acordo de Lusaca, entre o governo de Angola e da África do Sul.

Fonte: Documento em posse do autor

Declarações Conjuntas de Cuba e de Angola, em Fevereiro de 1982 e Março de 1984. No decorrer das nossas conversações com representantes dos Estados Unidos, a 7 de Setembro, em Lusaka, apresentamos-lhes uma plataforma para as negociações, para ser transmitida ao governo da África do Sul, contendo cinco pontos: Transcrevo textualmente a referida plataforma apresentada pela República Popular de Angola:

- 1 - Conclusão do processo de retirada das forças sul-africanas do território da República Popular de Angola e controlo, por parte das FAPLA, das fronteiras estatais de Angola.
- 2 - Declaração solene da República sul-africana na qual ela se comprometa a acatar e a contribuir para a implementação da Resolução 435/78 das Nações Unidas para a independência da Namíbia.
- 3 - Acordo do Cessar-fogo entre a República sul-africana e a SWAPO.
- 4 - Declaração do governo da República Popular de Angola reiterando a sua decisão, acordada com o governo de Cuba, de proceder ao início da retirada do contingente internacionalista cubano, tão-somente, quando estiver em marcha a implementação da Resolução 435/78.
- 5 - Assinar, nos parâmetros do Conselho de Segurança da ONU, tendo esse organismo como garantia, um acordo internacional entre os governos da República Popular de Angola, República da África do Sul, República de Cuba e a Representação da SWAPO, no qual se definam os respectivos compromissos para a segurança e a integridade territorial da República Popular de Angola e a paz duradoura no Sudoeste africano.

Este acordo contemplaria: 1 - Depois da implantação das tropas da ONU na Namíbia e estabelecidas as autoridades desse organismo, no período para ele fixado, a República sul-africana retiraria completamente as suas forças armadas da Namíbia, retirando em primeiro lugar a força aérea e as unidades da fronteira com Angola, cujo controlo ficaria de imediato sob a responsabilidade das tropas das Nações Unidas.

2 - Depois que, do território da Namíbia, se tenha retirado completamente a Força Aérea e permaneçam apenas 1.500 soldados de infantaria das tropas sul-africanas, Angola e Cuba procederiam à retirada de 5.000 internacionalistas cubanos do Agrupamento de Tropas do Sul, como um gesto de boa vontade.

3 - As tropas cubanas não realizariam nenhum tipo de manobra ao Sul do paralelo 16.

4 - Quanto ao resto dos efectivos cubanos do Agrupamento das Tropas do Sul, este será retirado para Cuba num período máximo de 3 anos.

5 - Se fosse constatada qualquer agressão ou ameaça iminente de agressão a Angola, por parte da República Sul-africana, será suspenso ou anulado todo o acordo.

6 - A República sul-africana compromete-se, desde o primeiro instante, a cessar todo o apoio aos bandos da UNITA, devendo as autoridades da ONU verificar o desmantelamento das bases da UNITA no território da Namíbia.

7 - A retirada das tropas cubanas estacionadas na província de Cabinda e noutras regiões do Norte da República Popular de Angola, incluindo a capital do país, programar-se-ia de acordo com um calendário próprio, estabelecido para o efeito, entre a República Popular de Angola e a República de Cuba. Como Vossa Excelência poderá confirmar, a Plataforma expõe directamente os problemas que devem ser resolvidos para conseguir a aplicação da Resolução 435/78 e, conseqüentemente, a independência da Namíbia e os outros passos que garantam o abandono das forças sul-africanas do nosso território, assim como o estabelecimento da paz duradoura na região, o que criaria as condições necessárias para proceder à retirada das tropas internacionalistas cubanas do Sul de Angola. Tudo isso, é claro, no marco de um Acordo Internacional subscrito por todas as partes interessadas, tendo como garante o Conselho de Segurança. Posteriormente e como prova de seriedade, com que Angola leva a efeito as negociações, apresentamos a 9 de Outubro passado um Texto Complementar à Plataforma que expressa, com rigor e exactidão, as nossas propostas no que respeita ao pessoal militar cubano.

O documento assinala textualmente: A República Popular de Angola e a República de Cuba, no uso dos seus direitos soberanos e no contexto do artigo 51º da Carta das Nações Unidas, concordam em proceder da seguinte maneira com respeito ao Contingente Internacionalista das tropas cubanas, desde que sejam aceites, executados e respeitados os pontos formulados na Plataforma da R.P.A. para um Acordo Internacional para a Independência, a Segurança e a Paz no sudoeste de África (Angola e Namíbia). Primeiro: Sobre o agrupamento das tropas cubanas no Sul de Angola ATS (Agrupamento de Tropas do Sul).

1 - Dentro dos 24 meses contados a partir da entrada do contingente das tropas da ONU na Namíbia para a aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança, serão retirados 15 mil efectivos da actual linha que defende no Sul de Angola: Namibe-Lubango-Matala-Jamba-Menongue da seguinte maneira: 1 - A partir da 16ª semana, num prazo de quatro meses, 5.000 efectivos.

2 - A partir do 12º mês até ao 16º, 5.000 efectivos mais.

3 - A partir do 20º mês até o 24º, 5.000 adicionais. Durante este período as tropas cubanas não ultrapassavam em nenhum momento o paralelo 16, a 180 km da fronteira com a Namíbia e 1.360 km do Rio Orange.

2 - As restantes tropas do ATS, constituídas por outros 5.000 homens, aproximadamente, situadas na retaguarda da mencionada linha, serão retiradas entre o 32º e o 36º meses. Estas tropas, durante esse terceiro ano, não ultrapassarão em nenhum momento o paralelo 13, mais de 500 km da fronteira com a Namíbia e 1.700 km do Rio Orange. Isto é, a partir do 24º mês, nenhuma unidade do ATS ultrapassará o paralelo 13. Desta maneira, em 36 meses se retiraria aproximadamente, 20.000 homens das tropas cubanas em Angola. Segundo: Sobre o resto das tropas cubanas em Angola.

1 - O resto das tropas cubanas que não têm nada a ver com a defesa do Sul do país, nem têm nenhuma relação com a Namíbia nem com a África do Sul. Tal como se assinala no ponto 5-VII da Plataforma, seriam retiradas de Angola, segundo um calendário independente que a R.P.A. e Cuba acordarão oportunamente. Essas tropas restantes não ultrapassarão tão-pouco, em momento algum, o paralelo 13. Angola e Cuba estabelecerão as datas indicadas para o ATS como limite máximo da sua permanência em Angola, tendo o direito de encurtar esses prazos se a segurança e integridade territorial o permitirem. Dentro do mesmo espírito, ambos os governos, fazendo uso das suas prerrogativas de soberania, determinarão o momento e os prazos adequados para a retirada do resto das forças quando a integridade e segurança de Angola estiverem intensamente garantidas.

2 - Uma parte destas tropas estão situadas em Cabinda, a 1.350 km da fronteira fluvial (do rio Cunene) com a Namíbia e apartada do resto do território da R.P.A. por uma faixa do território zaireense e pelo rio Zaire. Cabinda está situada a 2.550 km do rio Orange. Outra parte desta força estaria em Luanda e nos seus arredores (Bengo, Kwanza-Norte). Luanda é a retaguarda de Cabinda, uma vez que só aqui poderiam situar-se as forças aéreas e navais capazes de acudir Cabinda em caso de agressão, bem como as forças terrestres que seriam transportadas por meios aéreos e navais. Luanda está situada a 945 km da fronteira fluvial (rio Cunene) com a Namíbia e a 2.145 km do rio Orange. Outras unidades poderiam estar situadas em províncias do Norte e do Este e em alguns pontos estratégicos acima do paralelo 13 que garantissem o abastecimento e as comunicações com essas províncias.

3 - Assim, o resto das forças estariam situadas muito longe da fronteira Sul e a sua missão, junto às FAPLA, é a de defender a integridade territorial da R.P.A. ante uma agressão do Norte e do Nordeste e de maneira especial, contra Cabinda como já sucedeu.

4 - A R.P.A. não tem recursos humanos organizados e com o nível cultural requerido, nem recursos materiais e financeiros disponíveis para enfrentar uma guerra contra os bandos da UNITA e outras organizações fantoches e quase simultaneamente substituir as tropas e o armamento cubano nos pontos estratégicos do Sul, Centro e Norte do país. Angola tem que priorizar a luta contra os bandos que, apoiados, treinados e equipados a partir do

exterior, causaram e continuam a causar consideráveis perdas humanas e económicas ao país.

Por outro lado e se nas actuais negociações se chegasse a um acordo, teria que substituir em apenas 36 meses o potencial em homens e equipamento do agrupamento de tropas cubanas do Sul e responsabilizar-se pelas instalações e posições ocupadas pelos mesmos. É por isso que só depois de realizada esta substituição e garantida a paz e a ordem interna, Angola poderia assumir, por si só, as tarefas que, para a segurança e integridade territorial do país, cumpre o resto do pessoal militar cubano. Isto exige tempo, consideráveis recursos e um extraordinário esforço de preparação de quadros e pessoal técnico. Exigir mais ao nosso jovem Estado depois de cinco séculos de colonialismo, catorze anos de luta pela independência e quase dez anos combatendo contra a agressão estrangeira e a subversão organizada no exterior, reflectiria uma falta de realismo e falta de consideração para com o nosso povo. Angola deu provas de boa vontade e seriedade na busca da paz. Angola não pode fazer concessões que constituiriam um suicídio para a sua integridade nacional e para o seu processo político e social e esquecer o sacrifício que fizeram dezenas de milhares dos seus melhores filhos. Angola, Senhor Secretário-Geral, deu provas da sua boa vontade e seriedade na busca da paz mas poderia aceitar um acordo que não tivesse em conta os critérios aqui expostos ou que não respondessem plena e satisfatoriamente à totalidade de todas as questões ligadas à rápida independência da Namíbia, ou à retirada das tropas sul-africanas do nosso território e à cessação de toda ajuda externa aos bandos fantoches da UNITA. Noutras palavras e reiterando o expressado no final do texto complementar, não é possível, nem exigir, nem esperar de Angola concessões que constituam um suicídio para a sua integridade nacional, para o desenvolvimento do seu processo político e social e esquecer o sacrifício que fizeram dezenas de milhares dos seus melhores filhos. Senhor Secretario-Geral, conscientes do papel fundamental que jogam as Nações Unidas no que diz respeito à independência da Namíbia e à aplicação da Resolução 435/78, consideramos que é imprescindível não só que Vossa Excelência tenha conhecimento exacto da marcha destas negociações, mas também que, num momento oportuno e não muito distante, participe nelas o vosso representante, para que possa oferecer também a sua valiosa e necessária contribuição aos nossos esforços. Em último lugar, desejo expressar-lhe, Senhor Secretário-Geral, que Angola realizou essas negociações em estreita coordenação com Cuba e conta com todo o seu apoio. Por outro lado, a direcção da SWAPO foi informada da evolução das mesmas. Peço a Vossa Excelência que faça circular a presente como Documento Oficial da Assembleia-Geral do Conselho de Segurança. Aceite, Senhor Secretário-Geral, o manifesto da minha mais alta consideração". Mais claras não podiam estar a vontade pacifista da R.P.A. e a sua reiterada disposição a favor de um acordo justo e digno.

Anexo G – Ata da reunião bilateral de reforço da cooperação entre as polícias de Angola e da Namíbia realizada em Ondjiva, Cunene, a 27 de julho de 2015.

Fonte: Documento em posse do autor.



ACTA DA REUNIÃO BILATERAL DE REFORÇO DA COOPERAÇÃO ENTRE AS POLÍCIAS DE ANGOLA E DA NAMÍBIA REALIZADA EM ONDJIVA, CUNENE AOS 27 DE JULHO DE 2015

INTRODUÇÃO

No âmbito do reforço da cooperação bilateral entre as Polícias de Angola e da Namíbia, realizou-se no dia 27 de Julho de 2015, na Sala de Reuniões do Governo Provincial do Cunene a Reunião Bilateral que visou dinamizar a cooperação entre as duas instituições policiais no combate ao crime transfronteiriço com realce para a partilha de informação sobre a situação criminal dos dois países

A referida reunião foi presidida por Sua Excelência Comissário-Geral Ambrósia de Lemos Freire dos Santos, Comandante Provincial da Policia Nacional, por sua Excelência Sebastian Haítota Ndeitunga, Inspector-Geral da Força de Polícia Namibiana, acompanhados por oficiais comissários das respectivas policiais incluindo Comandantes das Províncias fronteiriças, e os Órgãos de Investigação Criminal de ambos os Países.

Seguindo a agenda de trabalho previamente adoptada, a reunião analisou os seguintes assuntos de interesse comum para os dois países:

1. Análise da situação operativa ao longo da fronteira comum:

a) Fronteira comum com o Namibe;

A reunião notou que as relações excelentes e cordiais entre as polícias dos dois países têm favorecido a cooperação no domínio do combate a criminalidade. As grandes

preocupações são relativas ao roubo de gado e a imigração ilegal que entretanto, nos últimos tempos registaram diminuições significativas.

b) Fronteira comum com o Cuando Cubango;

A reunião notou com preocupação a existência de bandos que se dedicam a caça furtiva integrados por cidadãos namibianos, angolanos, zambianos e, nos últimos tempos, também por cidadãos chineses, da RDC e do Botswana. Essa situação agrava-se com o facto de não existir um canal de comunicação entre as polícias locais de ambos os países para a captura destes marginais, já que há muito tempo não se realizam encontros bilaterais.

Outra questão tem a ver com a circulação no interior da República da Namíbia de militares e de polícias angolanos fardados e armados por razões familiares e comerciais criando preocupação junto das comunidades locais. A parte angolana informou que tomará ineditamente as providências necessárias para pôr fim a este comportamento.

A reunião foi igualmente informada sobre a realização para o próximo mês de Agosto, de uma reunião para a análise da situação de segurança ao longo da fronteira com realce para o perímetro que compreende os marcos 35, 37, 38 e 39 e para o reforço dos mecanismos de coordenação para o combate aos crimes mais frequentes ao longo desta faixa fronteiriça.

c) Fronteira comum com o Cunene;

A reunião notou que nesta faixa fronteiriça, pelas suas características, ocorrem com maior frequência os crimes de imigração ilegal, roubo de gado, exportação ilegal de viaturas proibidas com o envolvimento de oficiais militares e policiais de ambos os países que facilitam a prática destes actos. A reunião foi informada sobre a existência de redes de tráfico de seres humanos principalmente prostitutas, que utilizam a Namíbia como país de trânsito para outros países, com o envolvimento de cidadãos Nigorianos

A reunião foi igualmente informada sobre a realização da operação Omuhanga que tem produzido resultados bons ao combate de crimes que mais ocorrem ao longo desta fronteira.

A reunião foi informada sobre a existência de uma viatura da polícia namibiana retida no Kalueque por envolvimento num acidente de viação com uma outra viatura pertencente ao banco BPC.

Recomendações

3. Investigação Criminal de Angola se desloquem a Namíbia para colher declarações dos implicados neste crime e actualmente detidos na Namíbia por práticas de outros crimes.

4. Diversos:

- Reforço dos mecanismos de controlo de armas de fogo a partir da exportação da Namíbia

A reunião enalteceu o esforço de ambos os países no controlo da exportação de armas ligeiras a partir da Namíbia, tendo reconhecido a necessidade da criação de uma base de dados para maior controlo das armas, bem como, a troca de informações sobre as armas apreendidas para permitir a determinação da sua origem.

A reunião considerou igualmente necessário o fornecimento por parte da Polícia Angola das referências sobre os calibres das armas de defesa, caça e recreio que podem ser usados em Angola.

Feita em Ondjiva, Cunene, aos 27 de Julho de 2015

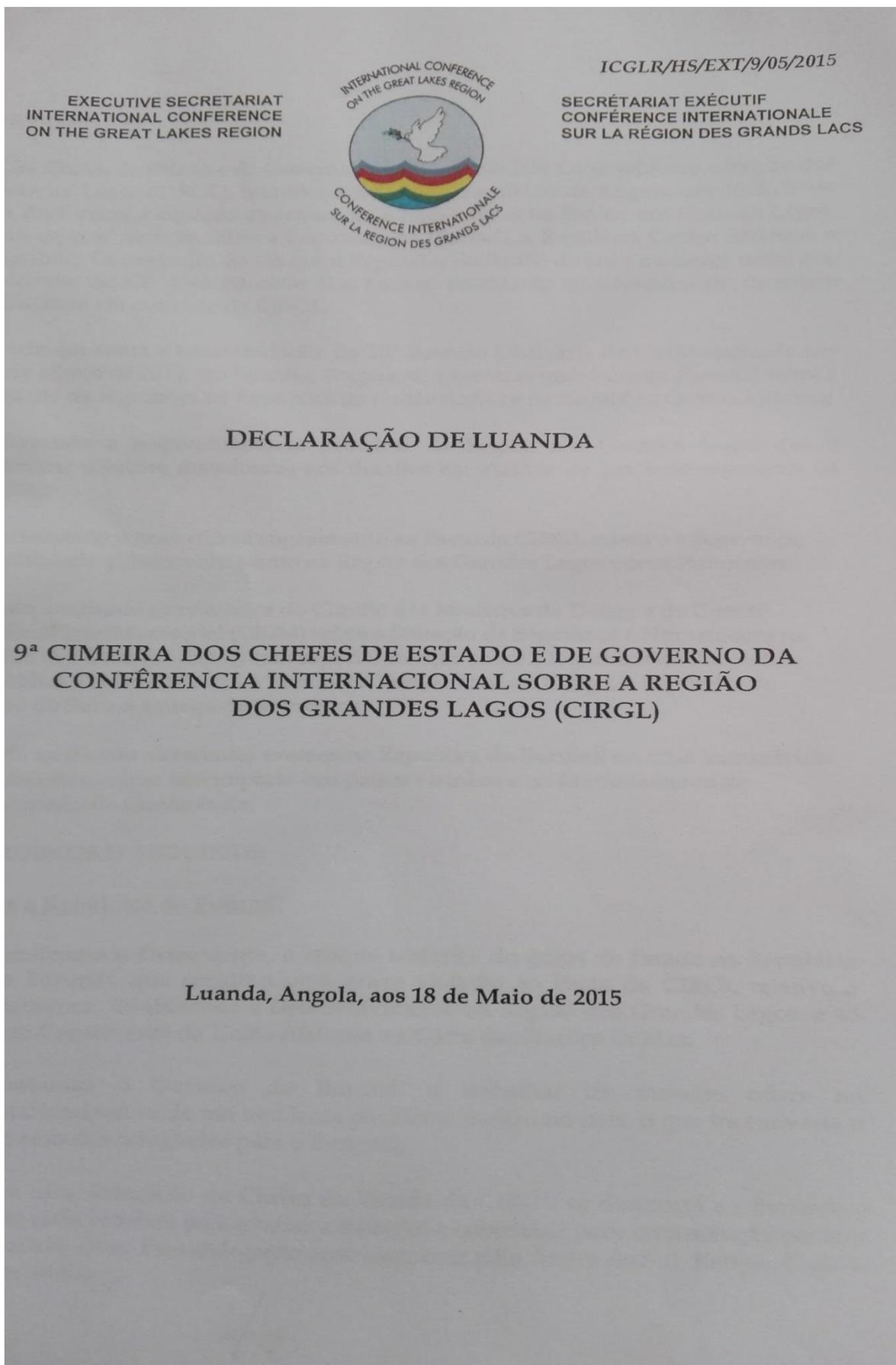
O INSPECTOR-GEROI DA NA

S.H. N GA.

TENENTE GENERAL

Anexo H – Excerto da Declaração de Luanda, CIRGL (2015).

Fonte: Arquivo do Ministério das Relações Exteriores -Angola, Edifício I



PREÂMBULO

Nós, Chefes de Estado e de Governo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), reunidos em Luanda, República de Angola, aos 18 de Maio de 2015, sobre a situação de segurança e humanitária na Região dos Grandes Lagos, com especial atenção sobre a República do Burundi, a República Centro Africana, a República Democrática do Congo, a República do Sudão do Sul e a ameaça terrorista, a convite de S.E. José Eduardo Dos Santos, Presidente da República de Angola e Presidente em exercício da CIRGL.

Tendo em conta a recomendação, da 10ª Reunião Ordinária do CRIM realizada aos 11 de Março de 2015, em Luanda, Angola, de organizar uma Cimeira Especial sobre a situação de segurança na República do Sudão do Sul e na República Centro Africana;

Reiterando a responsabilidade principal da Região dos Grandes Lagos que é encontrar soluções duradouras aos desafios em matéria de paz e de segurança na região;

Reafirmando o nosso firme engajamento ao Pacto da CIRGL relativo a Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos e seus Protocolos;

Tendo analisado os relatórios do Comité dos Ministros da Defesa e do Comité Regional InterMinisterial (CRIM) sobre a Situação de Segurança e Humanitária na Região dos Grandes Lagos, com especial atenção sobre a República do Burundi, a República Centro Africana, a República Democrática do Congo, a República do Sudão do Sul e a ameaça de terrorismo;

Tendo analisado os recentes eventos na República do Burundi e a crise humanitária dela resultante, que tem impacto nos países vizinhos e no funcionamento do Secretariado da Conferência.

DECIDIMOS O SEGUINTE: Sobre a República do Burundi

1. Condenamos firmemente a recente tentativa do golpe de Estado na República do Burundi, que constitui uma grave violação ao Pacto da CIRGL relativo a Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos, e ao Acto Constituinte da União Africana e a Carta das Nações Unidas;
2. Exortamos o Governo do Burundi a trabalhar de maneira célere no restabelecimento de um ambiente pacífico e seguro no país, o que incentivaria o regresso dos refugiados para o Burundi;
3. Que uma delegação de Chefes de Estado da CIRGL se deslocará ao Burundi o mais cedo possível para avaliar a situação e contribuir para uma solução pacífica da actual crise. Essa delegação será composta pela África do Sul, Kenya, Uganda e Tanzânia;

4. Convidamos o Governo do Burundi a adiar as eleições para uma data e a associar todas as partes interessadas visando estabelecer condições conducentes a um processo eleitoral pacífico, credível e transparente, em conformidade com o Pacto da CIRGL relativo a Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos;
5. Exortamos todas as partes no Burundi a comprometerem-se a cessar os actos de violência em curso e a engajarem-se no diálogo e na paz;
6. Exortamos o Governo do Burundi a respeitar os direitos constitucionais do povo do Burundi e as suas obrigações à luz do Pacto da CIRGL sobre Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento do qual é signatário;
7. Exortamos a comunidade internacional a providenciar a necessária assistência humanitária aos Burundeses que devido a crise saíram das suas áreas de residência;
8. Que o Secretariado da Conferência (SC) se fixe temporariamente fora do Burundi para garantir a protecção e a segurança do seu pessoal assim como, o contínuo funcionamento efectivo da instituição, até que a situação se estabilize;

Sobre a República Democrática do Congo

9. Encorajamos o Governo da RDC a prosseguir com as ofensivas militares contra as FDLR e outras forças negativas na RDC, com especial atenção na neutralização das suas estruturas de comando;
10. Encorajamos o Governo da RDC, e as Nações Unidas através do diálogo estratégico presentemente em curso entre eles, para a condições propícias ao restabelecimento da cooperação entre as FARDC e a MONUSCO, com vista a aumentar a pressão sobre as FDLR e todas as outras forças negativas e grupos armados que operam no Leste da RDC;
11. Encorajamos o repatriamento rápido para o Rwanda dos elementos das FDLR e seus familiares que se encontram nos campos de trânsito (KANYABAHONGA, WALUNGU e Tenente General BAHUMA);
12. Orientamos ao Secretariado Executivo da Conferência que facilite a implementação do mecanismo composto:
 - a) Pela RDC, Uganda, as Nações Unidas, a União Africana, a SADC e a CIRGL, e
 - b) Pela RDC, Rwanda, as Nações Unidas, a União Africana, a SADC e a CIRGL, para acelerar o repatriamento de Ex-combatentes do M23, num período de três meses, no âmbito da aplicação das Declarações de Nairobi;

13. Felicitamos o Governo da Republica Unida da Tanzânia pela detenção do líder da ADF, Sheikh Jamil Mukulu, e saudamos a rendição do fundador do NALU às autoridades governamentais do Uganda.

Sobre a República Centro Africana

14. Convocar uma Cimeira Conjunta da CIRGL e da CEEAC sobre a situação na República Centro Africana;

15. Exortamos os Estados Membros da CIRGL e a comunidade internacional a honrar com seus compromissos anteriores e mobilizar recursos adicionais, a fim de garantir a condução das eleições;

16. Apelamos as Nações Unidas ao levantamento das sanções e do embargo de armas actualmente impostas à República Centro Africana, e exortamos os Estados africanos actuais membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas a apoiar esta acção, com vista a facilitar o restabelecimento dos órgãos nacionais de segurança funcionais, assim como o levantamento das medidas que visam o comércio de diamantes no quadro das medidas de Kimberly;

17. Solicitamos aos Ministros da CIRGL que participem plenamente na próxima Conferência Internacional sobre a República Centro Africana, prevista para 26 de Maio de 2015, em Bruxelas, sob coordenação de S.E Ministra das Relações Exteriores e do Comercio Internacional da República do Rwanda;

18. Solicitamos ao Comité dos Ministros da Defesa a implementação de um Comité de Peritos Militares da CIRGL, que efectuará uma visita no terreno na RCA para proceder a uma avaliação das necessidades das Forças Armadas e elaborar um plano de assistência técnica.

Sobre a República do Sudão do Sul

19. Condena fortemente os rebeldes do SPLM-IO e seu líder, Dr. Riek Machar, pela sua contínua intransigência e rejeição dos acordos e compromissos anteriores, essenciais para o cessar-fogo e resolução pacífica do conflito no país;

20. Exorta a equipa de mediação dos Históricos Partidos Africanos de Libertação (ANC, Chama Cha Mapanduzi, NRM) para reunir-se urgentemente a fim de analisar o estado de implementação do Acordo de Reunificação do SPLM, com vista a garantir conclusivamente o engajamento dos rebeldes do SPLM-IO para um acordo negociado, conforme aceite pelo Governo, e posteriormente aplicar a devida designação da CIRGL;

Anexo I – Excerto da Emenda do Protocolo de Cooperação entre a República de Angola e a República da Namíbia, no domínio da Defesa, 2004.

Fonte - documento em posse do autor.



REPÚBLICA DA NAMÍBIA
EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA

Tel: (00 244 2) 395483 / 396281 / 394730

Fax: (00 244 2) 339234

E-mail - embnam@netangola.com

Rua dos Coqueiros No 37 Caixa
Postal 953

Luanda, 1/4/9

A Embaixada da República da Namíbia em Angola apresenta os seus respeitosos cumprimentos ao Gabinete de S. E. Ministro da Defesa Nacional da República de Angola e tem a sublime honra de junto enviar o *Projecto do Protocolo de Cooperação entre a República de Angola e a República da Namíbia, no domínio da Defesa* endereçada a Vossa Excelência pelo seu holomólogo Namibiano.

A Embaixada da República da Namíbia em Angola aproveita o ensejo para reiterar ao Gabinete de S. E. Ministro da Defesa Nacional da República de Angola os protestos da sua mais alta consideração.

Luanda, aos 03 de Junho de 2004

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA E DA REPÚBLICA DE ANGOLA NO DOMÍNIO DA DEFESA

Os Governos da República da Namíbia e da República de Angola, através dos seus respectivos Ministros da Defesa, de aqui em diante juntos referidos como "as Partes" e separadamente como a "Parte";

Considerando o objectivo do acordo de Cooperação Geral e criação da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia assinado no Lubango à 18 de Setembro de 1990;

Fiéis aos objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas e da União Africana;

Encorajados pela vontade de reforçar os laços de amizade e irmandade existentes entre os dois países irmãos e entre as duas nações;

Determinados a desenvolver relações de cooperação no domínio da defesa;

Convencidos de que a cooperação mútua, intercâmbio de informação e aumento da cooperação entre as Partes irão sem dúvidas propiciar a paz, segurança e estabilidade internacional;

As Partes vêm por este meio concordar com o presente Protocolo, baseado nos princípios do respeito mútuo pela independência, soberania, integridade territorial e não interferência nos assuntos internos de cada estado:

ARTIGO 1º: Objectivo

O presente Protocolo visa a cooperação entre as duas Partes no domínio da defesa e em especial na área técnico-militar, a pedido de qualquer Parte e dentro dos meios disponíveis de cada Parte.

ARTIGO 2º: Âmbito

As Partes concordam cooperar nas seguintes áreas:

- a) Troca de visitas entre os Ministros, pessoal civil e militar a partir dos seus respectivos Ministérios da Defesa;
- b) Política de Defesa;
- c) Controlo político sobre as Forças Armadas;
- d) Organização das Forças Armadas;
- e) Planos da defesa e gestão do orçamento;
- f) Controlo das armas e desarmamento;
- g) Contributo à paz;

- h) Busca e salvamento;
- i) Operações humanitárias
- j) Gestão de crises;
- k) Desminagem;
- 1) Saúde e assistência médica;
- m) Legislação militar;
- n) Educação e formação de pessoal;
- o) Desporto e cultura;
- p) Tecnologia e ciência;
- q) Indústria de defesa;
- r) Todas as outras áreas que as Partes julgarem apropriadas, por acordo mútuo, no sentido de fortalecerem os seus interesses no espírito deste Protocolo.

2. As Partes comprometem-se a cooperar nos assuntos relacionados à defesa, no sentido de não permitirem que grupos rebeldes ou forças estrangeiras utilizem os seus territórios de forma que possa originar agressão ou desestabilização de qualquer dos dois países e governos.

ARTIGO 3º: Implementação

As Partes deverão concluir Protocolos de implementação para tratar de questões materiais e financeiras que poderão decorrer durante a implementação do presente Protocolo.

ARTIGO 4º: Protecção de Informação Classificada

1. As Partes não deverão revelar qualquer informação classificada de que poderão vir a ter acesso, resultante da execução do presente Protocolo ou de qualquer outro Protocolo de Implementação Adicional, no quadro deste Protocolo.
2. Qualquer informação classificada só poderá ser revelada aos membros das Partes, a quem tal revelação for essencial para a implementação.

Anexo J - Memorando sobre o estado da cooperação Angola e a Namíbia no domínio da Defesa.

Fonte : ADNRI-MINDENA



República de Angola
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
DIRECÇÃO NACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MEMORANDO SOBRE O ESTADO D COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA DA NAMÍBIA NO DOMÍNIO DA DEFESA

A elaboração deste Memorando enquadra-se no âmbito da audiência a ser concedida por Sua Excelência Secretário de Estado para a Política de Defesa Nacional o Embaixador da República da Namíbia, na República de Angola. O encontro tem como propósito, passar em revista o estado actual da cooperação bilateral entre os dois países no domínio da Defesa.

ESTADO ACTUAL DE COOPERAÇÃO

O ***Protocolo de Cooperação Técnico - Militar entre a República de Angola e a República da Namíbia***, foi assinado em Ondangua, aos 07 de Julho de 2006.

Através dos encontros anuais da Comissão Mista de Defesa e Segurança, são discutidos os vários assuntos que afligem os dois países nas áreas de Defesa e Segurança.

Assim, até o momento, as Partes já organizaram e realizaram de forma alterada, 18 Reuniões da Comissão Mista de Defesa e Segurança.

Regista-se um constante intercâmbio de delegações nos distintos níveis dos Ministérios da Defesa e Forças Armadas de ambos os países, o que fortalece as relações de amizade já existentes.

As "***Normas de Organização e Funcionamento do Comité de Bilateral de Defesa Angola/Namíbia***", foram assinadas pelos respectivos Ministros da Defesa Nacional de Angola e da Namíbia, em Swakopmund, no dia 08 de Outubro de 2010, durante a 17a Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança.

Por outro lado, no quadro das relações bilaterais entre os dois países, estão em curso negociações sobre a construção de dois monumentos, na Huíla e no Cunene, em memória aos cerca de 800 angolanos e namibianos mortos em 1978, em Cassinga e Shetekela, num bombardeamento aéreo das tropas do regime racista sul-africano, pelo que realizam-se periodicamente encontros da Comissão Técnica Bilateral.

De assinalar a presença anual de militares namibianos na Escola Superior de frequentarem o curso de língua portuguesa e, militares angolanos na a frequentarem o curso de língua inglesa. Ambos os países têm Adidos de **Defesa** acreditados.

Visitou Angola o S.E Dr. **Peya Mushalenga**, Vice-Miistro das Relações Internacionais e C operação, em trabalho de 03-05 de Maio de 016 à convite de Sua Excia. SE-PDN/MI DEN, para a finalização do Acordo Bilateral da Reabilitação, Construção, Operação, Gestão e Manutenção • o Sitio Históric em Angola;

Visitou Angola na loca 1•cassinga e Shetekel uma delegação de 300 pessoas sobreviventes dos massacres ocorridos aquelas •calidades, no período de 30 de Abril à 08 de Maio de 2016.

Houve troca de correspondência entre Sua Excia. **Charles DNP Namoloh, MP**, Ministro da Protecção e Segurança da Namíbia, e Sua Excia. João **Manuel Gonçalves Lourenço**, MINDEN, sobre acompanhamento do processo da construção dos memoriais em **Cassinga** e **Shetekela** na República de Angola, durante o mês de Outubro do corrente.

DIRECÇÃO NACIONAL DE ELAÇÕES INTERNACIONAIS, aos 13 de Dezembro de 2016. Anexo L: Excerto do relatório da visita de José Eduardo dos Santos à Namíbia, entre

Anexo K - Excerto do comunicado final da reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Namíbia-Angola, realizada, entre 9 e 11 de junho de 2004, em Walvis Bay, Namíbia.

Fonte – Documento em posse do autor.

**REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE DEFESA E SEGURANÇA,
NAMÍBIA/ANGOLA,**

9 A 11 DE JUNHO DE 2004, WALVIS BAY, NAMÍBIA

COMUNICADO FINAL

- 1 A 1ª Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Namíbia/Angola, realizou-se em Walvis Bay, República da Namíbia, de 9 a 11 de Junho de 2004.
- 2 A Delegação da República da Namíbia foi chefiada por Sua Excelência o Senhor Erkki Nghimtina, Membro do Parlamento, Ministro da Defesa (Presidente da Reunião) e integrou Sua Excelência o Senhor Jerry Ekandjo, Membro do Parlamento e Ministro do Interior, Sua Excelência Angula Peter Tshieumbu Tsheehama, Membro do Parlamento e Director Geral dos Serviços de Inteligência da Namíbia, Sua Excelência Linekela Mboti, Embaixador da República da Namíbia ' em Angola e altos funcionários governamentais.
- 3 A Delegação da República de Angola foi chefiada por Sua Excelência. o Senhor General Kundi Paihama, Ministro da Defesa Nacional (Co-Presidente da Reunião) integrou Suas Excelências os Senhores; General Osvaldo de Jesus Serra Van-Dunem, Ministro do Interior, Almirante Gaspar Santos Rufino, Vice-Ministro da Defesa para a Política de Defesa Nacional e General Alexandre Rodrigues Kito, Embaixador da República de Angola na Namíbia e altos funcionários e oficiais do governo.
- 4 A Reunião examinou, em geral, a situação de segurança prevalecente nos dois países, bem como assuntos regionais e internacionais de interesse comum nas áreas de defesa, segurança pública e segurança do Estado.
- 5 A Reunião constatou com agrado a excelente cooperação e as cordiais relações que existem entre os Órgãos de Defesa, Segurança Pública, 2004, na esperança de que a democracia neste país se consolide cada vez mais.
- 13 A Reunião felicitou a República da África do Sul pela sua eleição para albergar a copa do mundial de futebol de 2010 e espera que medidas de segurança apropriadas sejam tomadas na região para garantir o êxito deste evento histórico.

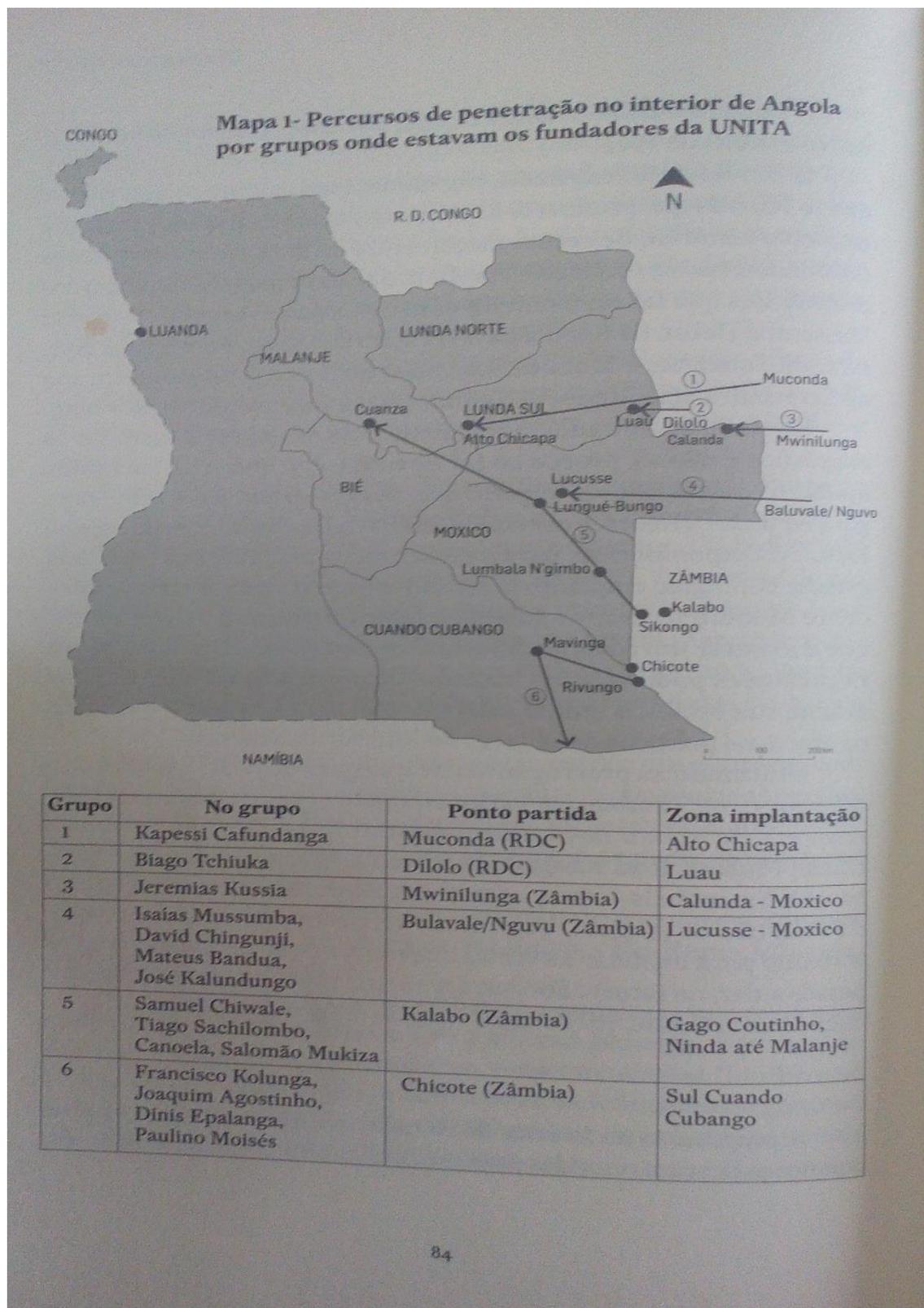
- 14 Tendo nota do a contínua prevalência da pandemia do HIV/SIDA na região, a reunião encorajou os dois países a redobrar os seus esforços no fortalecimento de todas as medidas e programas conducentes a luta e prevenção do alastramento deste mal.
- 15 A Delegação Angolana expressou a sua sincera gratidão pela calorosa recepção e hospitalidade que lhe foram reservadas pelo Governo e Povo da República da Namíbia.
- 16 Delegação Namibiana aceitou o convite para participar na 12a Reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia, a ter lugar em Angola, em 2005, em data e local a determinar.

.....

Walvis Bay, Namíbia, 11 de Junho de 2004

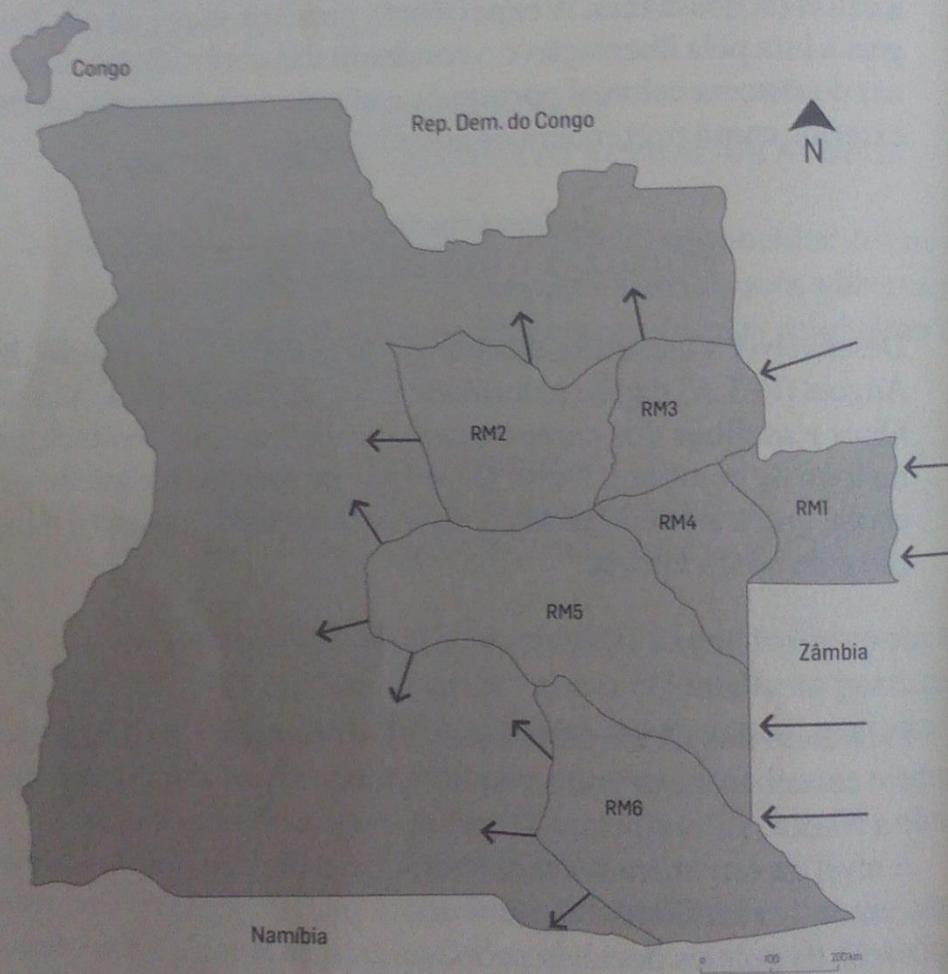
Anexo L – Mapa de Divisão das Regiões Militares das FALA, saído no I Congresso da UNITA, realizado entre 11 e 13 de Março de 1966.

Fonte: Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora.



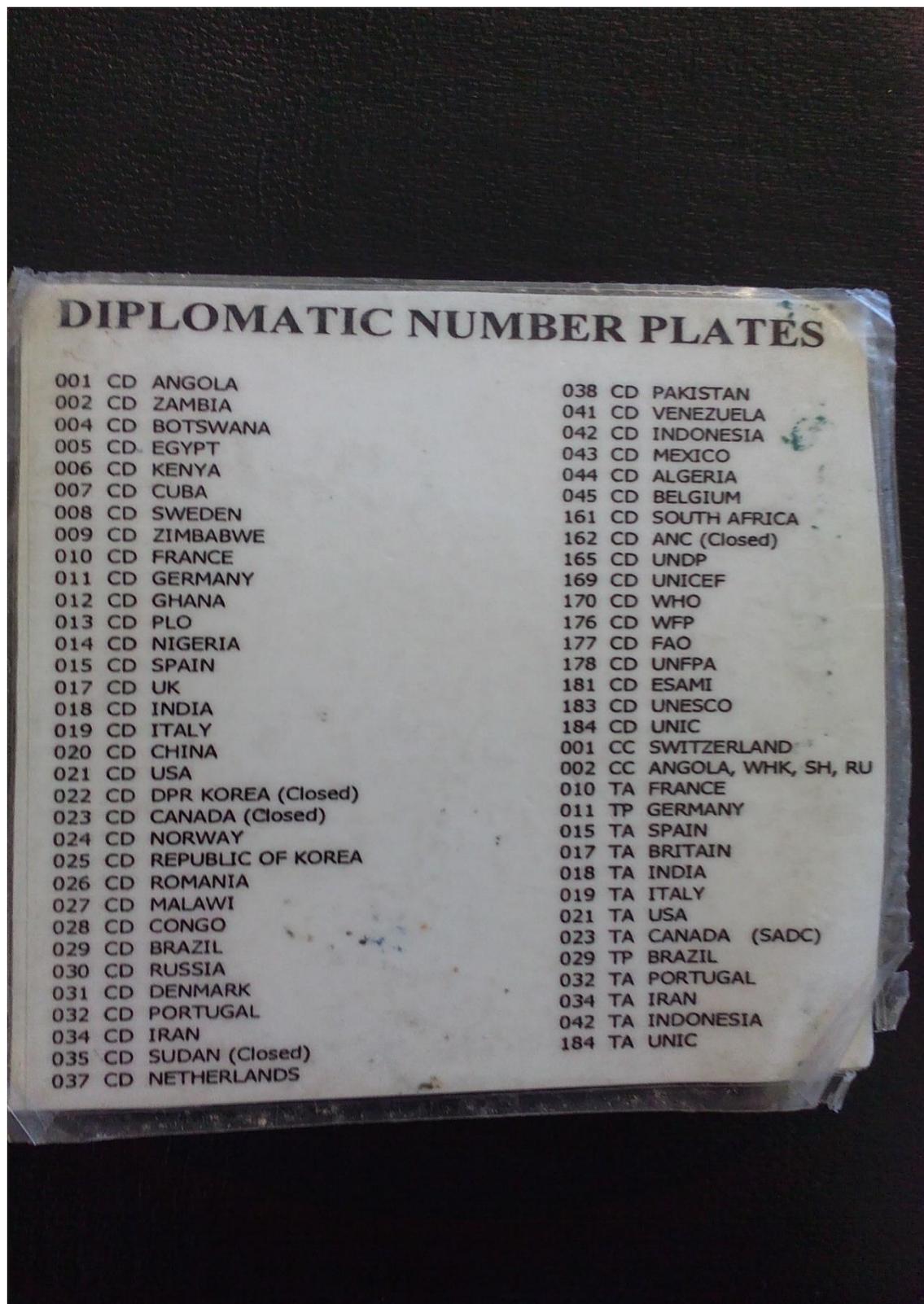
Militar e o Chefe do Estado-Maior; a nível da região, o Chefe de Estado-Maior Regional; a nível do distrito, o Distrito Militar e o Comando Distrital constituído pelos guerrilheiros e sentinelas do povo (milícias populares), o Conselho Militar, também formado por guerrilheiros e sentinelas do povo, e, por último, a nível da aldeia, definiu-se uma força local também formada pelas sentinelas do povo.

Mapa 2- Distribuição do território em regiões militares e áreas de expansão



Anexo M – Placa de códigos diplomáticos por ordem de importância

Fonte: Arquivo da Direção Central da SWAPO, Katutura (Windhoek)



DIPLOMATIC NUMBER PLATES	
001 CD ANGOLA	038 CD PAKISTAN
002 CD ZAMBIA	041 CD VENEZUELA
004 CD BOTSWANA	042 CD INDONESIA
005 CD EGYPT	043 CD MEXICO
006 CD KENYA	044 CD ALGERIA
007 CD CUBA	045 CD BELGIUM
008 CD SWEDEN	161 CD SOUTH AFRICA
009 CD ZIMBABWE	162 CD ANC (Closed)
010 CD FRANCE	165 CD UNDP
011 CD GERMANY	169 CD UNICEF
012 CD GHANA	170 CD WHO
013 CD PLO	176 CD WFP
014 CD NIGERIA	177 CD FAO
015 CD SPAIN	178 CD UNFPA
017 CD UK	181 CD ESAMI
018 CD INDIA	183 CD UNESCO
019 CD ITALY	184 CD UNIC
020 CD CHINA	001 CC SWITZERLAND
021 CD USA	002 CC ANGOLA, WHK, SH, RU
022 CD DPR KOREA (Closed)	010 TA FRANCE
023 CD CANADA (Closed)	011 TP GERMANY
024 CD NORWAY	015 TA SPAIN
025 CD REPUBLIC OF KOREA	017 TA BRITAIN
026 CD ROMANIA	018 TA INDIA
027 CD MALAWI	019 TA ITALY
028 CD CONGO	021 TA USA
029 CD BRAZIL	023 TA CANADA (SADC)
030 CD RUSSIA	029 TP BRAZIL
031 CD DENMARK	032 TA PORTUGAL
032 CD PORTUGAL	034 TA IRAN
034 CD IRAN	042 TA INDONESIA
035 CD SUDAN (Closed)	184 TA UNIC
037 CD NETHERLANDS	

Anexo L – Transcrição das Entrevistas

Guião da entrevista a entidades da UNITA

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: José Mwailepeni Monulo

Idade: 59 Anos (11/ 05/1957)

Nacionalidade: Angola

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior: data de ingresso 25- 01- 174, Comandante militar em diversas regiões (Major reformado).

Cargo/Função actual: Secretário Provincial para os Assuntos Eleitorais nom

Instituição: Secretariado Provincial da UNITA - Cunene

Data da Entrevista: 24 -08 - 2016 Hora: 09:45h Fim: 12h Local: Ondjiva

Cooperação UNITA - SWAPO

Pergunta:- Antecedentes históricos das relações entre Portugal e a África do Sul no período da luta de libertação nacional.

Resposta: - Eu não posso abordar bem a cooperação entre Portugal e a África do Sul naquela altura, mas posso afirmar que houve uma cooperação entre os governos. A nível governamental não posso confirmar, mas a nível de povos houve trocas entre povos da colónia de Angola e da colónia do Sudoeste Africano.

Pergunta:- Fundação da UNITA

Resposta: - Eu não participei na fundação da UNITA, mas tenho a história da fundação da UNITA. A UNITA foi fundada dia 13 de Março de 1966, na Província do Moxico, na Povoação do Mwangai.

Pergunta:- Objectivo político da UNITA antes 1975. Alguns têm dito que a UNITA não tinha objectivo de lutar para independência total de Angola, mas sim para uma parte de Angola.

Resposta: - Não é verdade. A UNITA para se implantar no Moxico e criar a própria UNITA é porque o Dr. Savimbi estava na FNLA. E ele viu na FNLA, na altura chama-se UPA. Essa UPA era a União dos Povos do Norte de Angola e o Dr. Savimbi viu que não valia apenas ficar naquele movimento porque luta para uma parte de Angola, não para toda Angola. Isto é que fez com que o Dr. Savimbi funde a UNITA. A segunda razão da criação da UNITA: os dois movimentos, na altura, que eram a UNITA e a FNLA, todos lutavam partindo de fora de Angola. Logo, o Dr. Savimbi pensou que essa luta não vá à nenhum lado, portanto deve se criar a UNITA para ficar dentro de Angola e sofrer junto do povo. Não era bom atacar [os colonos] e quando o inimigo vem fica aí a matar a população e os atacantes [os movimentos nacionalistas] fogem para o exterior.

Pergunta:- Ideologia política da UNITA antes e depois de 1975.

Resposta: - A UNITA, na China só foi buscar treinamentos militar, que lhe foi negada por alguns países que tinham capacidade de oferecer, porque queriam que o Dr. Savimbi integrasse ao MPLA. Entretanto, o único país que aceitou treinar os seus homens foi a China. E a na China naquela altura tinha aquela política de Machi Tung. Foi quase um dos países que fez uma guerrilha de trinta e tal anos e tinha uma experiência de guerrilha. Mas a ideologia que a UNITA tem não é essa da China. A UNITA desde o princípio a UNITA era democrática. Falava sempre da democracia, falava desde o princípio "contar sempre, essencialmente, com as suas próprias forças porque o exterior nunca te vai ajudar até você chegar". Há um provérbio que até o povo ovakwanyama dizem "*Husheshi okulila nyoko ynafia*" [quem não sabe chorar, a sua mãe ainda não morreu]. Isto é, se não termos a confiança a nós próprios como angolanos a nossa luta não irá longe. O Dr. Savimbi não tinha nenhuma ideia de algum dia de ser libertado pela força exterior. Tem de ser as forças angolanas, as forças da UNITA têm de lutar para conseguirem a sua liberdade dentro de Angola.

Pergunta:- O primeiro contacto entre a UNITA e SWAPO

Resposta: - Nesses primeiros contactos não posso falar com precisão, mas acredito naquilo que são contos orais. E a história que nós temos foi a partir de Dar-al Salam, Tanzania, foi onde o Dr. Savimbi se encontrou com o Sema Nauyoma [Sam Nujoma]. Mesmo o Dr. Savimbi queria que os nossos primeiros soldados fossem treinados em Dar-al Salam junto com os da SWAPO, mas lhe foi negado essa possibilidade pelo governo nigeriano. E essa amizade foi, a SWAPO esteve lá e depois foi para a Zâmbia. O Dr, Savimbi ao chegar à Angola passaram messas condições, passaram pelas posições da SWAPO para os fazer atravessar a Zâmbia para entrar em Angola.

Pergunta:- Tem ideia de quando foi isto? **Resposta:** - Isto foi em 1966. Foram assim os primeiros contactos. **Pergunta:-** O general Chiwale está implicado? **Resposta:** - O

General Chiwale foi um elemento que também facilitou os primeiros contactos. O General Chiwale ficou algum tempo aqui na Namíbia, quando jovem e com alguns indivíduos da SWAPO, inclusive, salvo o erro, o presidente cessante da Namíbia, o Hifikepunye Pohamba. Ele para ir ao exterior foi a partir da Namíbia, foi através deste País e quando estava para ir ingressar na SWAPO. Foi quando ele soube que há um movimento angolano que estava também a lutar pela independência de Angola. É assim que ele entra na UNITA. Ele quando saiu da Namíbia o objectivo não era para ir ingressar na UNITA porque ele não sabia que existia a UNITA. Ele tinha contacto com a SWAPO de forma individual e como nacionalista.

Questão:- Cooperação UNITA – SWAPO (Objectivos e actividades concretas)

Resposta: - Eu vou um pouco atrás. Quem diria a SWAPO da Zâmbia para Angola é a UNITA porque eram todos movimentos de libertação. Cada um a lutar para o seu país. Tinham esta ligação por todos lutavam para libertar o povo, um lutava para libertar os seus povos namibiano e outro lutava para libertar o povo angolano. Entretanto, a SWAPO operava da Zâmbia para a Namíbia, pois é uma área um pouco distante. Então, pensou-se que se podia operar a partir de Angola. No fim 1975, nos meses de Setembro /Outubro e início de 1976, a UINITA tinha uma base militar de treino aqui nesta área de Okambada (na Comuna de Ondjiva). É aí onde transitaram muitos indivíduos da SWAPO saindo da Namíbia para a Zâmbia. Passavam ali vestidas de camisolas da UNITA. E os sul-africanos estavam a procura dessas pessoas da SWAPO, mas a SWAPO era guardada nas bases da UNITA ali em Okambada. Dali são metidos nos machimbombos, passavam pelo Huambo, Bié, vão pela Teixeira de Sousa (actual Luau, Moxico) e vão para a Zâmbia. Isto continuou até Março de 1976. Nós, cá ainda tínhamos os capitães da SWAPO, que eram os tais chefes aqui, que eram o Nakada, o Mbulunganga, Auyondiaba. Esses não são os nomes verdadeiros deles, não nomes da guerra. São estes os que foram os responsáveis deles aqui. Quando chegavam ficaram na área da Kafima (Comuna do Município do Cuanhama) e na área de Kamu-Kamwe. De lá outros transitavam para o Oshitumba e iam até Uname ainda mesmo nos primeiros meses de 1976.

Questão:- Fim da cooperação UNITA - SWAPO

Pergunta:- O que veio trazer a separação entre a UNITA e a SWAPO e o que fez para que a SWAPO fosse ter com o MPLA, foi por causa dos interesses. Cada um estava a defender os seus interesses. E naquela altura se nós da UNITA persistíssemos teríamos nós todos perdido, nós e a SWAPO. Porque seríamos nos todos inimigos da tropa sul-africana. Então, para que isso não aconteça a SWAPO decidiu colocar-se ao lado do MPLA porque o MPLA tinha o apoio dos cubanos e um programa de libertar os povos da África Austral que era a Namíbia, África do Sul e o Zimbabué, pelo que estavam em Angola os movimentos de libertação deste

países, o ANC, do Zimbabué estava o partido ZANU-PT e ZANU e a SWAPO. Os dois primeiros, da África do Sul e do Zimbabué já eram amigo do MPLA, então a SWAPO viu que tem de se aliar á esses para conseguir também o apoio dos soviéticos. E a UNITA viu-se obrigada a se defender. Rompeu com a SWAPO e começou a combater o MPLA, inclusive a própria SWAPO. E os sul-africanos ao constatar que em Angola há um movimento que está a lutar contra o MPLA e é que estava a impedir que a SWAPO chegasse às fronteiras, pensaram então que deveria também juntar-se à UNITA. Dar apoio material à UNITA para se defender. Os primeiros sul-africanos que chegaram aqui em Angola não vieram em nome da UNITA, em 1975.

Há gente que fala que os sul-africanos iam até Kifangondo. Esses vinham em nome da FNLA e não em nome da UNITA. Naquela altura não tinha nenhum contacto com os sul-africanos, nem uma aliança com os sul-africanos. A aliança da UNITA com os sul-africanos veio no fim do ano 1976 quando o presidente Savimbi foi ter com os sul-africanos pela primeira vez na qual pediu uma ajuda. Depois houve uma provocação dos sul-africanos quando estes levam o Dr. Savimbi à uma lagoa, que o mais velho dizia. Nesta lagoa bebiam os elefantes, tinha água suja. Depois ele disse que ali não poderia ficar, pois tinha pedido um base de apoio no território namibiano e para conseguir algum material e os primeiros terrenos dos seus homens. E eles, os sul-africanos disseram que não. Mas depois lhe levaram numa lagoa para se instalarem as bases e o Mais-Velho negou. Depois lhe levaram na segunda lagoa negou. Depois, é quando foi levaram o Mais-Velho numa área chamada Delta. **Perguntas:** - Onde ficam as duas áreas que ele negou? Ficam ali no Estosha. Então foram para aquela área do Delta, na Namíbia, foi onde foram instaladas as primeiras bases e quase a indicar os primeiros contactos com a África do Sul. Mas, o Dr. Savimbi naquela altura dizia aos sul-africanos que vão dar um homem com quem vão trabalhar com eles (os sul-africanos), o homem de contacto entre a UNITA e os sul-africanos. E eles perguntaram quem era esse homem? O Dr. Savimbi disse que é o Dr. António Vakulukuta. E os sul-africanos negaram, dizendo que não podem trabalhar com o Vakulukuta porque ele era comunista. Mas o Dr. Savimbi disse que não. Aquele é um bom homem. Vocês só sabem do nome, mas não conhecem o homem pela cara e que era um bom homem para poder trabalhar convosco. Negaram-lhe pela primeira vez, pela segunda vez e na terceira vez disseram para levarem tal homem para ver. É assim que o Mais-Velho vinha cá, no interior buscar o Vakulukuta e levou aos sul-africanos. Os sul-africanos aceitaram e disseram-lhe "só ouvimos falar de Kakulukuta e pensamos que era um homem comunista, devido aos apoios que dava aos elementos da SWAPO", relativamente no trânsito pelo interior de Angola, pois os sul-africanos depois se aperceberam deste apoio que a UNITA dava à SWAPO e quem estava aqui, no

Cunene, como Comissário da UNITA era o Vakulukuta e foi ele quem organizava esse esquema de camuflagem. Eles tinham-lhe como um grande inimigo.

Isto tudo foi em 1976. Então, em 1977 começaram a chegar à Angola os primeiros matérias de guerra, medicamento e comida, vindos da África do Sul. **Pergunta:-** Passando pelo Delta?

Resposta:- Não. Criou-se uma base aqui no Rundu. Essa base era para apoiar quase área do leste, centro e norte de Angola. E outra via era aqui na área de Onanghwe. Esta pera só para apoiar a dita região 65, a região 49 e uma parte da região 19. **Pergunta:-** Que territórios correspondem essas regiões? Tinha-se dividido as províncias em regiões militares. A região 65 é aqui, a província do Cunene. A divisão era esta estrada que vai Santa Clara – EN105–. O lado direito quem vai era região 65 e ia abrangia a estrada que vai ao Cuvelai e à Matala até ao rio Kalonga. E o lado esquerdo de quem vai à Santa Clara era a região 49. **Pergunta:-** E a região 19? A região 19 é na Província da Huila.

Resposta:- Para dizer que nós como militar e eu como individuo posso contar essa relação com a SWAPO a partir de 1975 até quando se desfez em 1976. Porque isto é algo que eu vivi, não é algo que eu ouvi dizer. Agora, de 1966 a 1974 é aquilo que eu ouvi dizer, não é aquilo que eu vi.

Pergunta:- Quais foram actividades concretas no quadro da cooperação, para além da facilitação, ou seja, o que é que a SWAPO ofereceu à UNITA e vice-versa.

Resposta:- Também Havia troca de experiência entre a SWAPO e a UNITA. A SWAPO tinha uma vasta experiência porque era de expressão inglesa. Também a SWAPO aprendia alguma coisa com a UNITA porque falava a língua portuguesa. Cada um estava interessado ao outro, porque [...]. na altura não havia essa coisa [...]. O interesse maior era naquela altura era de libertar os povos negros do colonialismo branco. Isto era o que motivava todo africano. Não se olhava muito a ideologia dos movimentos de libertação. Mas sim, os movimentos que libertam os negros. Mesmo em Angola, muitos aderiram a UNITA, o MPLA ou FNLA não pela ideologia. Aderiram a estes movimentos só porque apareceram e queriam libertar o homem negro. Os que ingressavam tendo em conta a opção ideológica eram, geralmente, eram os "homens já lido". Então, muita gente não foi aos movimentos de libertação porque estavam a seguir a sua ideologia, foram aos movimentos de libertação porque sabiam que queriam a independência, libertar o negro, este foi o interesse maior.

Pergunta:- Interesse da África do Sul para com a UNITA (dar o poder à UNITA de forma a impedir a instalação da SWAPO?)

Posso falar sobre o interesse da talvez da África do Sul para se apoiar à UNITA. Naquela altura já estava a se verificar um movimento maior do Bloco do Leste e tinham um programa de ocupar Angola, Namíbia, África do Sul, Zimbabué e para tomar também a rota Cabo para fechar os petróleos que vão para a América. Este era o interesse principal dos soviéticos. E o americano também tinha o seu interesse nesta área da África. No entanto, estava a ver que tinham um aliado principal que era a África do Sul e não poderia deixar cair o seu aliado que era a África do Sul. É assim que fez-se com que os americanos a criarem uma base aérea, em Kamina, ex-Zaire (RDC), que tinha como objectivo de defender os seus interesses na África Austral. É isso que alimentou os americanos para darem apoio a África do Sul e a África do Sul à dar apoio a UNITA para fazer frente a essa força cubana que estava já em Angola. Porque se a ideia era ocupar Angola, depois a Namíbia e finalmente a África do Sul.

Fala-se da existência de um comando unificado dos movimentos de libertação socialista da África Austral?

O individuo que descobriu isso foi o Dr. Savimbi. O Dr. Savimbi depois disse aos americanos e os americanos viram que a coisa era mesmo real. Quem influencia os os sul-africanos a apoiarem militarmente a UNITA foram os americanos. **O porque é que a UNITA foi excluída deste comando unificado?** A UNITA foi excluída porque era uma força de guerrilha e ,na altura, havia uma lei das Nações Unidas que proíbe apoiar a UNITA, chamava-se Emenda Clack. Isto era para impedir o apoio a UNITA. Os americanos como, quase tinham poder nas NU e também não podia ele estar a frente no apoio a um grupo de guerrilha. É assim que colocou os racistas sul-africanos em frente do apoio a UNITA. E o Dr. Savimbi disse que "eu estou num buraco e eu não posso perguntar quem é que está a me dar a mão para sair do buraco, vou perguntar quem é você assim que sair do buraco porque já sei que lá não regressarei". A UNITA esta numa situação muito delicada, na altura, de ser expulsa pelos cubanos e o MPLA, correndo o risco de desaparecer. Apareceu então o pai dos racistas sul-africanos e não podia negar. Então aceitou, mesmo que criticavam dizendo que tinha contacto com os racistas. O Dr. Savimbi disse que não faz mal, hoje sou eu, mas amanhã os racistas serão boas pessoas. Não é só para a UNITA, mas também para outros. Não tardou, outros angolanos da parte do governo do MPLA com esses que diziam serem racistas. Agora são amigos dos tais racistas.

Naquela época a UNITA não tinha receio do impacto que podia causar ao nível interno e externo relativamente ao apoio sul-africano, visto que tinha uma política racista.

O Dr. Savimbi já previa isto, porque alguns queriam reagir mal. Ele dizia que não há nenhum interesse que dura para todo tempo. A UNITA tinha interesse de se aliar a África do Sul porque estava a ser apertada e o único individuo que lhe deu a mão para se salvar foi o sul-africano. E

ele, até o Velho dia que não tem medo nem vergonha de se explicar disso. Até diz que para os outros [os do MPLA] vão ter vergonha de se explicarem o porque é que foram chamar os cubanos e os russos para Angola. Não vão ter coragem de dizerem que foram chamar os cubanos e os russos para combaterem a UNITA. Vão dizer que vinham para combaterem os sul-africanos. Mas vai uma pergunta. Será que os sul-africanos vivem em Angola? Os sul-africanos vivem na Namíbia e na África do Sul. O porque vir à Angola?

Fala-se que a África do Sul tinha interesses que tirar o poder ao MPLA e dar à UNITA deveria se empenhar em impedir a instalação do ex-companheiro de luta, a SWAPO, no território angolano.

Aqui eu diria o seguinte: a UNITA não teria nenhum interesse ou confiança que esta ajuda sul-africana correr com o MPLA e por a UNITA no poder para correr com a SWAPO. Mesmo o próprio sul-africano não tinha interesse de ocupar Angola. Tinha a intenção de correr com a SWAPO, estava a perseguir o seu inimigo. Ao perseguir o inimigo dele, lá onde é o esconderijo do seu inimigo também é inimigo.

Caso a África do Sul conseguisse uma vitória frente ao MPLA quem seria conduzido ao poder seria a FNLA. Naquela altura a UNITA ainda não tinha contactos com a África do Sul. E se combaterem junta a UNITA é porque a FNLA depois viu-se incapacitado, daí a África do Sul junta-se à UNITA. Quando a África do Sul foi corrida pelo MPLA viu-se incapacitado, logo juntou-se à UNITA que tinha uma força mais e muito bem organizada, mas em comando da FNLA.

Depois de 1975, isto é, assim que a UNITA passou a receber apoio da África do Sul houve confortos directo entre a UNITA e a SWAPO.

Sim, houve confrontos militares entre a UNITA e a SWAPO aqui mesmo na Província do Cunene e na Província do Bié, porque a SWAPO, depois, é lhe dado bases na província do Bié. Aqui na Província do Cunene havia só alguns focos, mas a base maior estava na Província da Huila, na área de Kassinga. **Em que contexto aconteceram esses confrontos?** Eu testemunhei aqui na Província do Cunene, aquilo foram somente cheque. Não foram ataques directos ou intencionais, ou seja, a UNITA sai para atacar as bases da SWAPO. Houve choque de encontros, cada ao ir ao seu objectivo e ao de forma inesperada avistavam-se e logo se batiam. A UNITA fazia ataques directos às bases da SWAPO, mas a SWAPO sair para atacar as bases da UNITA. Eu ainda lembro-me na área de Okafima, em Setembro ou Outubro de 1977, houve algumas bases da SWAPO em Okalemo (Cunene), depois em Omulave (Cunene) e outra base estava em Okafima, perto do actual Posto de Okafima. Esses vinham atacar a base da UNITA que

estava também em Okafima, eram comandados pelo Major Kanonguessa e pelo Shimbede. No entanto, nós também fomos fazer o contra-ataque. A partir deste momento a SWAPO começou já mesmo a nos perseguir, a atacar mesmo directamente, passando a levar o nosso gado e o gado do povo. Vivemos isto, desde 1977 até 1979, nesta área da Kafima e Oshitumba. Em 1979 a SWAPO sobe um pouco e vai se instalar naquela área do Cuvelai, saiu destas áreas todas. Muitas bases subiram, incluindo da do Okalemo, e só restaram alguns Postos.

Houve um comando unificado de movimentos que comungavam a ideologia da UNITA para contrapor os objectivos do comando unificado dos movimentos socialistas?

O que houve é somente combates conjuntos UNITA- sul-africanos. Por exemplo, durante uma perseguição os sul-africanos vinham de aviões, punham cá os seus homens de reconhecimento para detectar as bases da SWAPO para posteriormente atacar com aviação. Agora a partir de 1979 para 1980, a SWAPO depois de ser atacada pelos sul-africanos aí Kassinga em 1978, saíram daí e subiram um pouco e pretendia atacar na Namíbia a partir daquela área do Diriku, da área do Kurekure, daquela área fronteiriça entre Zâmbia, Angola e Namíbia. Mas para tal a via seria passar em Cuito Cuanavale e utilizar a área, 1979 para 1980 a UNITA a área da Jamba

Ideologia da SWAPO

Para mim era socialista, mas não da esquerda. Era um comunismo da direita. Esse socialismo do MPLA é um socialismo da esquerda e selvagem. **Inspirava-se em que país?** Como disse já, a SWAPO treinou na Tanzânia e toda a influência e ideologia que tinha é mesmo do partido que se encontrava no poder naquela altura na Tanzânia. Você sabia, os países colonizados pelos ingleses não lutaram com armas, receberam as "independências de graças". Não lutaram. Eles [os colonos] acharam que para não acontecer isto vamos dar independência aos africanos, sem lutar, sem derramamento de sangue.

Entre estes todos partidos o único que era democrático era a UNITA, porque o ANC, a SWAPO, ZANPU, o ZANU-PF era democrático e tinha relações com a UNITA. O ANC tem algumas relações com a UNITA, devido ao facto que a UNITA atacar as cadeias da Damba e havia presos do ANC, entre os quais havia o presidente cessante da África do Sul, o Tambo Mbeke, 1985-6, é um facto desconhecida, a cadeira era do governo do MPLA e a UNITA através da Zâmbia consegue entrega-los ao ANC. Também a UNITA vazia diligência, fazia pressão perante a África do Sul para libertar Mandela. O primeiro negro que foi ter com os sul-africanos pedindo a libertação de Mandela fio Dr. Savimbi. É a partir daí que o Dr. Savimbi disse que esses dirigentes do ANC não podem ficar aqui connosco, devem ir para lutarem pelo seu país e

vou arranjar meios para eles regressarem, assim os entregou a Zâmbia e a Zâmbia ao ANC. É uma história que pouca gente conhece, só conhecem o Mandela e outra gente.

O que é que a UNITA pensava quando tem uma relação próxima com o ANC, por um lado, e por outro lado ter uma relação com aberta com os sul-africanos.

Ele dizia que "quando estás num buraco você não olha pela cara de quem está a te tirar no buraco. Primeiro sai do buraco para tu perguntares quem é você, porque sabe muito bem que já não regressas ao buraco". Ele aceitou a aliança dos sul-africanos, mas não se esqueceu da libertação do povo sul-africano. Achou que a ajuda era temporária e com finalidade de criar suas bases ou raízes, caso os sul-africanos decidiram não apoiar mais porque o Dr. Savimbi tinha no coração que os negros que estão lá na África do Sul precisam ser libertos. É por isso que ao em vez de entregar aqueles militantes do ANC aos sul-africanos preferiu a um país irmão para os fazer chegar ao ANC.

Antes da independência de Angola posso confirmar que a SWAPO tinha com aliado principal a Zâmbia, onde tinha as suas bases, e depois a China, a Bulgária e a Rússia. O material de guerra vinha do bloco do leste.

Quais foram as razões que levaram a SWAPO a não teve uma forte cooperação com o MPLA, antes de 1974?

Porque desde o princípio não houve aproximação entre eles, por causa da ideologia, um era da direita ou da esquerda. Mais tarde [depois da intervenção sul-africana em Angola] a SWAPO viu que se não ir ter com o MPLA iria desaparecer. Porque os sul-africanos iriam mesmo bater os dois, e a UNITA perderia e a SWAPO também perderia.

A UNITA teve cooperação com outros movimentos de libertação da Namíbia, para além da SWAPO? Não teve.

Jamba, Mavinga, Cuíto Cuanavale e a Faixa de prive Região estratégia (África do Sul, UNITA, SWAPO e ANC).

Depois desse desastre de Kassinga a SWAPO pensa em mudar de estratégia. A estratégia era para usar aquelas matas do Cuando Cubango. Eram grandes matas, sem gente e sem água, mas permitia um guerrilheiro ir fazer acções e regressar porque era difícil de ser perseguidos. Mas eles atrasam um pouco com o programa porque a UNITA ocupa, assim a área que chamam hoje de Jamba. Era uma região onde havia uma lagoa onde os elefantes bebiam água. A UNITA ocupa e transformou a área, primeiramente, em uma base de treinamento dos seus guerrilheiros, em 1979 a 1980. A Jamba foi fundada nestes anos. Qual era então a estratégia do MPLA e dos

Cubanos. Era correr a UNITA nesta área utilizando a via Cuito Cuanavale, então, concentra-se muita tropa e muito material de guerra no Cuito Cuanavale. E também os sul-africanos aperceberam-se que eles querem passando pela Jamba para atacar a Namíbia. o ANC ainda não estava em Angola, não usava aquela via.

Então, a UNITA naquela altura apercebeu-se que tarde ou cedo o inimigo lhe poderia atacar por trás, então limpa a fronteira namibiana: o Diriku, o Kakushi depois a UNITA sobe para a Mavinga. Isto é para impedir a vinda. Ora, os sul-africanos apoiaram, agora a UNITA estava abater aqueles pequenos postos (o Kalai, o Diriku, o Kakushi, etc.), correndo com as FAPLA destas posições. A SWAPO nesta altura se encontrava já em Cuito Cuanavale com o MPLA com o programa também de atacar a UNITA nesta área para poderem passar.

Batalha do Cuito Cuanavale (Objectivo, participantes, os vitórias, significado histórico).

Então, a concentração de forças e de material de guerra é que alertou os sul-africanos e este também começou a bombardeira o Cuito Cuanavale. Fazendo barreira para que a SWAPO não vá acatar a Namíbia. Isto vai trazer uma aliança entre a UNITA e os sul-africanos. Topas conjuntas da UNITA e da África do Sul passaram a atacarem os batalhões do MPLA. A UNITA fica na infantaria e os sul-africanos passam para a artilharia, até que aconteça o dito "Último Assalto", isto é, ira atacar a Jamba e depois abrirem as frentes para atacar a Namíbia.

O "Último Assalto" e quilo que hoje nós chamamos de Cuito Cuanavele, que o MPLA diz ser o vencedor e que isto é que trouxe a independência da Namíbia e a democracia na África do Sul. Isto não é verdade. A concentração daquelas forças era para atacar a Jamba e a UNITA frustrou aquela força, aquele objectivo, assim não conseguiu de atacar a Jamba, não entrou e deixou todo material de guerra no terreno.

Participantes da Batalha do Cuito Cuanavale

No Cuito Cuanavale, naquela altura não tinha tropas bem organizadas em batalhões. A UNITA naquela altura só tinha oito batalhões. Estavam o MPLA, a SWAPO e os Cubanos, dum lado e de outro estavam a UNITA e os sul-africanos. Os sul-africanos só se dedicavam em apoiar a UNITA com material logístico e depois a artilharia, que era a aviação. Os sul-africanos nunca nos apoiaram na infantaria, só na artilharia. **Quem foram os vitoriosos?** Os vitoriosos foram os da UNITA porque conseguiram de impedir o destino deles. Até hoje há provas, até penso que vídeos ainda existem dessa vitória. E isto, na realidade, depois dos russos verem que não conseguiram, isto obrigou às negociações. A UNITA também estava a se bater a obrigar o MPLA a negociar. Então, consegue-se fazer as negociações. Qual foi o acordo? Os sul-africanos

retiram-se de Angola, os cubanos também se retiraram de Angola e dá-se a independência de Namíbia, mas os oficiais cubanos não se retiraram, continuaram como assessores do MPLA.

Significado histórico

Para a UNITA é que já foi a base para conseguir a retirada dos cubanos. Para o MPLA penso que é uma vitória porque permitiu a retirada dos sul-africanos de Angola para a Namíbia. Também deu as bases das negociações entre os sul-africanos e a SWAPO. **Será que também permitiu o fim do socialismo em Angola?** Não permitiu o fim do comunismo. **E a vinda do multipartidarismo?** Depois desses combates o MPLA depois com os russos e cubanos tentaram mais sempre com ofensiva para tomar a Jamba, só que nunca tiveram sucessos. Mas esses insucessos de que eles tiveram os obrigaram a aceitarem as negociações. A UNITA não estava a lutar para receber o governo a força, estava a obrigar o MPLA a negociar, a aceitar o nosso programa. **Qual era esse programa?** O programa da UNITA era o multipartidarismo. Ele deve aceitar que deve haver mais partidos em Angola e a UNITA venceu isto em 1991. Obrigou as negociações com o MPLA e obrigou o MPLA a aceitar o multipartidarismo e as eleições que eles nunca falaram nas bocas deles, desde o princípio do MPLA. **Se não foi a batalha do Cuito Cuanavale, então o que é que fez o MPLA a aceitar e promulgar a lei sobre o multipartidarismo?.** Depois da Batalha do Cuito Cuanavale a UNITA cresceu e começou a receber mais áreas, inclusive algumas Províncias e as algumas capitais. Então a UNITA que só atacava um Município e saía logo sem ocupar, mas agora ataca e ocupar. Isto para as estratégias dos outros era negativo. Naquela altura a UNITA tinha mesmo uma força real para ocupar Angola. Agora, acontece que os americanos vinham ter com a UNITA dizendo que não poderia derrotar o governo pela força das armas, que deveria ir as negociações e o Dr. Savimbi aceitou. Esses combates obrigaram então o MPLA a aceitar as negociações. Nessas negociações onde estava o multipartidarismo depois as eleições. E ele aproveita a dizer que tudo isto sim, mas a UNITA tem de desarmar-se e entregar ao governo. Esta era a condição, e a UNITA deve aceitar o governo do MPLA. Esses são os dois erros que a UNITA cometeu. Isto implica que devíamos aceitar tudo até organizar as eleições. **Neste caso como iria às eleições com armas?** Queríamos integração de todas as forças, os militares da UNITA e do MPLA entregam as armas e deveriam formar um único exército. Mas diz que não, defendia que poucos oficiais da UNITA entram no exército e poucos efectivos da polícia da UNITA entram a Polícia Nacional e ele fica com todo exército dele completo sem sair ninguém. Porque tinha intenção de concretizar novamente o monopartidarismo depois de manobrar as eleições. Mas o Dr. Savimbi já previa isto, então entregou uma parte dos militares e escondeu outra parte. E quando em 1992, como já fez isso em 1975, mesmo se a vitória se for da UNITA ele nunca vão aceitar,

como não aceitou, então havia uma força residuais escondidas nas comunidades, eram tropas disfarçados de populares nos Kimbus. Isto permitiu que em 1992 quando o MPLA começou a matar, inclusive a nossa equipa que estava na CCPE (foi uma Comissão Conjunta de negociação que integrava a UNITA, o MPLA e as NU), era uma equipa de negociação que estava em Luanda com o Velho Salopeto Pena, que estava a negociar essa paz e a constituição. O MPLA tinha como programa de asfixiar o Dr. dentro de Luanda para ser capturado e depois dar um destino. Eles queriam que ele fosse o Vice-presidente nesse governo dessas eleições fraudulentas e el disse que não, eu não posso ser Vice-presidente. Se fosse Ministro das Águas, bem poderia aceitar. Mas essas fraudes eu não aceito. Eles disseram que se não aceita então lhe vamos matar. **Mas alguns documentos dizem que as NU e a comunidade internacional deram um parecer que as eleições foram livres e justas?** Isto foi o que eles disseram, mas tarde o homem das NU que esteve cá veio confirmar que na verdade quem tinha ganho é a UNITA. Outros dizem que José Eduardo dos Santos mudou alterar os resultados de forma a sua vitória não fosse de uma larga diferença com a UNITA permitindo a não-aceitação dos resultados (42 contra 46%). Não, a verdade é que eles perderam, mas na qualidade de governo eles é que anunciavam e ditavam as regras que eles é que ganharam, querendo ou não. E podemos sugerir o número de deputados. E o Dr. disse que não vai entrar nesse governo fraudulento, onde eu ganho mas deu que devo receber pasta. Os meus deputados podem entrar, mas eu não. Isto é, para não desfazermos o trabalho que foi de muito tempo, muito sangue. Os deputados vão entrar para permitir as discussões no parlamento. So depois é que discutiui para a CNE ser independente. Mas mesmo assim já não é independente, porque revogaram outra vez a questão do registo. A lei número 36, diz que todas as tarefas inerente as eleições devem ser entregues à CNE, agora como é que o registo eleitoral, não mudou de nome, deve ser feito pelo Ministério do Território. Quem manda o Ministro é o presidente da República, isto é, ele é o chefe do Governo e chefe da CNE.

Relação entre a UNITA e o Movimento de Libertação da Faixa de Caprivi

Esta relação do Muyongo (líder o movimento) era uma relação de opositores de governos, isto é, a UNITA estava na oposição e eles – o movimento de Caprivi – também na Namíbia estavam na oposição.

Não houve uma cooperação mútua? Não houve uma cooperação mútua entre eles, sobre ajuda de material de guerra, ajuda financeira medicamente. Mas cooperação de ideia existiu.

O ataque das Forças de Libertação de Caprivi à Katima Mulilo teve apoio da UNITA o que levou o governo da Namíbia a acusar a UNITA?

Não houve apoio da UNITA. A atitude do governo da Namíbia foi devida essa amizade. Conforme está hoje, não é, o MPLA, desta vez quando fez o seu congresso, convidou partidos de outros países que são amigos. Portanto, foi na base disso. Então quem via o MUYONO a ir para à Jamba ter contacto com o Dr. Savimbi e depois venha acontecer um ataque à Caprivi, então diz que há um contacto. Mas a UNITA não teve nenhuma ligação com esse ataque, mas se o partido era amigo da UNITA, isto era amigo na verdade. Sempre que eles tivessem algo vinham sempre consultar ao Dr. Savimbi. A UNITA nunca forneceu nem homem, nem medicamento, nem material e nem refúgio à este movimento porque naquela altura a UNITA também estava em péssimas condições. A UNITA já estava na crise de sanções, já não recebia material de guerra, logística e medicamento.

Como foi o fim desta relação de amizade?

Depois da independência da Namíbia a UNITA perde o apoio sul-africano e fica agora a depender das suas próprias forças, que ara termos o material de logística e de guerra tinham de atacar as tropas do MPLA para conseguirmos material para os combates do amanhã. Não era como antes, recebíamos material da África do Sul para o combate de amanhã as tropas angolanas. Portanto, agora dependíamos de nós próprio, tínhamos de atacar para conseguirmos armas, tínhamos de atacar para conseguirmos comida, tínhamos de atacar para conseguirmos medicamentos, etc. a partir daquele momento, eles depois de perderem as eleições na Namíbia fizeram aquele ataque na Namíbia foram expulsos e fugiram para à Botsuana e Zâmbia. A partir daquele momento até hoje as relações quebraram. A retirada daquele movimento naquela região determinou o fim da cooperação com eles. **Quando começaram essas esses contactos?** Não estou inteirado nesta questão. Eu tive o conhecimento do perecimento deste movimento nos anos 90, depois da independência da Namíbia. Eles eram descendentes da SWAPO e saíram devido a ideologia, tipo o caso que temos hoje da FLEC. Caprivi para eles não é Namíbia, é uma província anexada à Namíbia, como hoje a FLEC diz que Cabinda não é Angola, pois foram os portugueses que anexaram os territórios de Cabinda à Angola depois do tratado de Simulambuku. Mais, quando se dividiu os territórios de África, depois da Segunda Guerra Mundial, ficou patente que estas fronteiras devem ser permanente e não ser desfeitas a fim de evitar novos conflitos. Agora, sem a SWAPO nem o governo de Angola têm culpa de Caprivi ser Namíbia ou de Cabinda ser Angola. As independências encontraram estes territórios anexados a esses países.

Confirma uma cooperação ou acção militar conjunta dos Governos da Namíbia e de Angola na invasão da Jamba ou seja, o governo de Angola contou o apoio do governo da Namíbia?

Sim confirmo. Eu até posso dizer que o governo Angola para atacar a Jamba, em 1999, utilizou o território namibiano, que foram até a área do Delta, em quando eles fígiam um ataque com as tropas que passaram aqui no Kakushi (Cacuchi). A final a força que ataca a Jamba sai da Namíbia e vieram com tropas namibianos que usavam mesmo fardamento e material de guerra namibiano. Se a memória não me trai, dia 28 de Dezembro essas forças aproximaram-se numa área chamada Horizonte, que fica há 9 km da Jamba, havia lá um Hospital Militar da UNITA. Dia 29 de Dezembro é que se retiramos da Jamba. Eles não atacaram dia 29, eles encontraram que ordenou a retirada de toda população da Jamba, destruir a Rádio que estava lá, a Rádio VOLGAN. **A Pergunta:** - A VOLGAN desde sempre esteve na Jamba ou esteve um tempo Huambo? **Resposta:** - A VOLGAN esteve na Jamba desde muito tempo. Só foi transferida para Luanda desta vez. Então mandou-se desmontar a parte do material VOLGAN e o restante que não dava para ser desmontada foi destruído. Uma parte desmontada, o resto se destruiu. E eles ocuparam a Jamba dia 30 de Dezembro e sem o ataque das tropas conjuntas namibianas e angolanas.

Pergunta:- Para além da Jamba houve outras acções conjuntas, angolanas e namibianas, contra as forças da UNITA neste período?

Resposta: - Neste período aí eles só ajudaram o Governo angolano para ocupar a Jamba e ajudaram o governo para ocupar Mavinga. Atacaram a UNITA com essas forças conjuntas, inclusive usavam meios namibianos como os helicópteros Hulikuwa, os búfalos e blindados. Isto confirma-se mesmo.

Pergunta:- Em que termos se enquadra esta acção namibiana de ajudar o governo angolano foi um agradecimento por ter abrigado a SWAPO na época de libertação da Namíbia ou retalhação devido as informações que tinham sobre o eventual envolvimento da UNITA no conflito de Caprivi apoiando o Movimento de Libertação de Caprivi (MLC)?

Resposta: - Por mim foi um agradecimento do governo namibiano ao governo angolano por este ter acomodado a SWAPO naquele tempo dos África do Sul quando lhe atacava. Penso que não está muito relacionado com retalhação ou com a relação da UNITA com o MLC. Este movimento desapareceu por volta de 1994, muito antes, não foi uma continuidade de perseguição das forças namibianas ao MLC. Aquilo foi uma ajuda mútua, como quem diz "o MPLA fez-nos uma ajuda naquele tempo, agora ele também precisa de correr com o seu adversário, então pode passar e usar também o nosso território como nós também usamos os territórios angolanos para atacara a Namíbia na época de luta pela independência". Por é mais isso duque uma retalhação.

Pergunta:- Também não foi por eventual uso dos territórios namibianos por parte da UNITA?

Resposta: - Eles tiveram mesmo que ajudar. Mesmo nós na UNITA tínhamos esse rancor porque ele (o Governo da Namíbia – a SWAPO), porque era amigo do nosso adversário e porque eles apoiavam o nosso adversário. Mesmo nós tínhamos isso de que se as forças namibianas nos provocassem tenhamos de atacá-los. Eles [as forças namibianas] também facilitavam o reconhecimento do governo angolano, infiltrando-se nos territórios sob nosso controlo e davam "goerilha" aos homens de reconhecimento do MPLA, como nós fazíamos com as SWAPO na época dos sul-africanos, eles também faziam a mesma coisa. Isto significa que ele vem vestido de farda do exército namibiano em alguns contacto com os nossos homens na fronteira, mais era afinal para a exploração da via. Mas ele vai lá como homens da SWAPO [FDN/NDF], mas entre os quantos homens tinha sempre um ou dois angolanos, isto é, das FAA.

Pergunta:- Papel da UNITA em Angola e em África.

Resposta: - Apesar de tudo UNITA contribuiu bastante para o continente africano, participou na fundação da OUA, o Dr. foi um dos presidentes das comissões de redacção da OUA, quando se fundou a OUA, isto é, foi co-fundador da OUA. Sobre Angola, todas as conferências para a paz foram de iniciativa da UNITA, a partir de 1975. Todas por iniciativa da UNITA. Não há nenhuma delas, o MPLA pode dizer que foi de sua iniciativa e não da UNITA. A partir de Mombaça, depois Estoril, depois outros, o da Zâmbia, o Bicasse. Isto tudo, inclusive o memorando de Luena foi de iniciativa da UNITA.

Pergunta:- Questão madeireiros (eventual cooperação entre a UNITA e Portugal)

Resposta: - Aí houve ciúme. A UNITA utilizou os madeireiros . Os madeireiros tinham interesses na madeira e quem operava naquela área era a UNITA. “ ok. se vocês quem operar e eu estou a combater os portuguese. Vocês podem ficar, mas tem de de cooperar comigo. Não podem servir de “bufus” das minha acções porque vou vos correr daqui.”. Então os madeireiros cumpriam, davam comida, medicamentos à tropa da UNITA. Levavam a madeira para à cidade e de regresso vinham com a comida e davam aos guerrilheiros. Agora, os outros movimentos não conseguiram fazer isso, correram com os madeireiros e são tais esses madeireiros que passaram mesmo a indicar onde esses movimentos estão. **Pergunta:-** Quem correu com os madeireiros? **Resposta:** - É o caso da FNLA. Porque o MPLA, eles todos, não digo só o MPLA, não tinham bases aqui no interior. Eles só vinham e atacavam e fugiam. Os portugueses quando vinham perseguir eles, foram passando nas áreas onde eles passavam e como consequência quem sofria era a população, matavam o povo sem culpa nenhuma. A UNITA tinha base no interior. Quando atacava voltava às suas bases , e o inimigo fazia perseguições e se se

encontrassem faziam novamente combates e ele regressa. Isto não acontecia com os outros, quando faziam ataques eram perseguidos em cada sítio onde passavam até este entrarem na Zâmbia. Foi uma cooperação de interesses com os madeireiros, não com o governo colonial.

Pergunta:- Este caso este na base do tardio reconhecimento da UNITA pela OUA, que servia de pressuposto para ser reconhecida pelo governo português como uma dos representantes do povo angolano nas conversações de **Alvor**?

Resposta: - Não foi nada disso. Os dois movimentos de libertação, a FNLA e o MPLA, para além de estarem a lutarem a partir do exterior do país, não tiveram uma boa leitura quando veio o Golpe de Abril de 1974. O Dr. Savimbi como tinha uma visão, ele apercebeu-se cedo disso - do golpe - e foi o primeiro indivíduo a contactar os portugueses para assinar o secar fogo em Angola. A UNITA foi o primeiro movimento a assinar o cessar fogo em Angola, depois o Dr. Savimbi foi convidar do Holden Roberto e depois foi convidar o Neto para fazer o mesmo. Os outros ao verem isso se questionaram como é que eles (a UNITA) souberam disso e depois foi assinar o cessar-fogo, é porque ele tem contactos com os portugueses. Mas isso não se confirma, mesmo os gabinetes secretos de Portugal não há ainda um documento que confirma essa cooperação, isso tudo foi invenção das pessoas.

Pergunta:- Havia o general Costa Gomes esteve em frente das negociações, depois sair de Angola o seu sucessor não está simpático à UNITA , a partir daí as coisas passaram a mudar contra a UNITA. **Resposta:** - Se formos quem desempenhou um papel muito importante, que penso até hoje, em Angola é o Partido Comunista Português (PCP). Os Acordos de Alvor recomendavam que os três movimentos realizassem a eleição que seria proclamada a 11 de Novembro de 1975. O Partido Comunista, na altura, foi quem alertou o MPLA para não aceitar as eleições e que deveriam analisar apenas as sondagens. A UNITA tinha mais. Em todos os comícios onde a UNITA passava e o Dr. Savimbi tinha muita população, dizia vocês se forem as eleições poderão perder, pois não devem ir à eleições. Tomem as armas e começam já a aproveitar a fraqueza desses que ainda não têm armamento suficiente para aguentar. Então atacou a FNLA e correu com ela em Luanda e também a tacou e correu com a UNITA em Luanda na véspera da independência nacional. É assim que a UNITA e a FNLA foram para Huambo. O Huambo era, na altura, a "segunda capital de Angola", a FNLA Uíge tinha mais apoio e a UNITA tinha mais apoio no centro e sul do país. Obrigou o MPLA atacar e correr com esses movimentos de Luanda porque quem ganhasse, sobre tudo Luanda, é quem virá proclamar a independência a partir da capital. Isto tudo foi o trabalho do Partido Comunista e de António Spínola. **Pergunta:-** A UNITA e a FNLA proclamaram a independência de forma conjunta ou foi separada (Holden Roberto no Uíge e Dr. Savimbi no Huambo)? **Resposta:** - O

comando Búfalo foi uma tropa de comando de elite sul-africano e namibiano. O batalhão deu-se este nome depois da sua retirada em Angola e ficaram aqui nesta área do Rundo que alguns eram da FNLA outros eram da UNITA, os que haviam recuado e foram para a Namíbia. Os sul-africanos criaram esse batalhão com o nome de Batalhão Búfalo, eu até lembro-me que alguns indivíduos deste batalhão tinham passado pela nossa área no ano 93 (1993), saindo da Namíbia para à Jamba. Como não tinham mais apoio, o próprio sul-africano que lhes abasteciam foram para à África do Sul e ele tinham ficado na Namíbia, então vinha pedir apoio e acabaram por integrarem à UNITA. O resto tinha ido com os sul-africanos para a África do Sul. Os que não conseguiram ir por falta de condições ou por falta de desejo esses regressaram à Angola.

Pergunta:- e sobre as proclamação das independências. As independências não foram proclamadas conjuntas. Foram separadas, no Neto em Luanda, no Holden Roberto no Uíge e o Dr. Savimbi no Huambo. Isto não se quer dizer que o Dr. Savimbi declarou a independência dele no Huambo! Como foi o dia da Independência para Angola, lá onde ele também está deve fazer a sua manifestação da independência, por isso que ele chamava à este acto de "Independência Nominal de Angola". **Pergunta:-** Porque Nominal? **Resposta: -** É Nominal porque não foi acordo de todos angolanos, porque foi uma proclamação unilateral, acorde de um único partido. Todas as três proclamações de independência eram nominais, pois não tinham significado nenhum para ele – o Dr. Savimbi – por serem unilaterais. Nem Neto, nem Savimbi, nem Holden ninguém tinha razão.

Pergunta:- Divisão de Angola (em Angola do Sul e Angola do Norte)

Resposta: - Essa ideia de divisão de Angola é do MPLA. O Dr. Savimbi nunca aceitou isso. Até o MPLA tinha dado uma ideia de dividir Angola no paralelo13. **Pergunta:-** Outros dizem que essa ideia é da UNITA. **Resposta: -** Não. Essa ideia foi do MPLA e queriam que Savimbi aceitasse dividir Angola, que o MPLA ficasse com Angola do Norte, começando com essa área do paralelo13, essa área do Moxico, uma parte do Bié e esta área aqui do Lobito. E as outras áreas seriam do Angola do Sul. Esta ideia nunca foi da UNITA, foi do MPLA e o Dr. não aceitou. Foi assim que o MPLA mudou de ideia e passou a pedir o exílio para o Dr. Savimbi e ele também não aceitou o exílio. **Pergunta:-** Porque o MPLA queria o exílio pra o Dr. Savimbi? **Resposta: -** Porque era um obstáculo para eles, isto para não dizer que o obstáculo era a UNITA, mais sim o obstáculo era o Dr. Savimbi. O MPLA sem Savimbi, o MPLA poderá conversar com a UNITA. E a UNITA também diz que a UNITA sem Dr. Savimbi, a UNITA não é nada. A UNITA e o Dr. São uma e única coisa. Ali ficou o impasse.

Pergunta:- Talvez tenha algo a dizer que não foi dito nesta conversa?

Resposta: - Apenas tenho de agradecer pela coragem que tem de conhecer, pois é mesmo a sua tarefa de fazer pesquisas, conhecer a história porque isso faz parte da História de Angola. Tem muito a corrigir porque a História de Angola está "mal feita" e que se tem muito a corrigir. E encorajar e que faça isto por mais vezes.

Entrevistador:- Farei isto sempre e sou eu quem tem de agradecer pelo facto de ter me concedido uma entrevista e pelo tempo dispensado.

Guião da entrevista às entidades da UNITA

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: José Lázaro Kakunha

Idade: 48 anos. (11/13/1968)

Naturalidade: Omupanda – Ondjiva - Cunene

UU

Nacionalidade: Angola

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior: datas de ingresso na UNITA (1976), comandante militar na FALA (na região 65-pate oeste da estrada 105, Ondjiva, 49, 66- Cuando – Cubango, ex-jornalista Voz da Resistência do Gato Negro (VORGAN), secretário provincial da JURA-Cunene, Secretário provincial para a informação da UNITA, comissário provincial eleitoral na Comissão Nacional Eleitoral (CNE-Cunene).

Cargo/Função actual: Secretário Provincial do Prático e Major das FAA (no activo).

Instituição: Secretariado Provincial da UNITA - Cunene

Data da Entrevista: 24 -08 - 2016 Hora: 12H15h Fim: 12:59h Local: Ondjiva

Cooperação UNITA - SWAPO

E que se insurgiram contra a presença colonial portuguesa. Entretanto, é um trabalho que não se podia fazer de forma insolada. Todos os insurrectos, como eram tratados naquela altura, procuravam filiar-se em “partidos políticos”. O Dr. Savimbi fez vários contractos, até fez contactos com algumas entidades ligadas ao MPLA, como o Lúcio Lara, o Viriato da Cruz, o próprio Agostinho Neto. O Dr, Savimbi é um dos poucos africanos que teve contacto com Ernesto Ché Guevara. O Ernesto Ché Guevara, até depois houve uma versão que dizia que era mentira, mas há um cubano que escreveu um livro a certificar (dizer que é verdade que Dr. Savimbi teve um contacto com Ernesto Ché Guevara). O Ché Guevara disse ao Dr. Savimbi “a sua inteligência, eu acho que deverias ir para o MPLA”. Mas depois, o Dr, Savimbi não gostava do comunismo. Ele disse que não. Bem poderia ir, mas um partido comunista não, não vai de encontro como os meus anseios. É assim que o presidente Jomo Keniata o persuadiu no sentido de aderir a UPA (FNLA). Ora, muito bem, o Dr. Savimbi entabulou os primeiros contactos e é consumada a entrada dele à UPA. E ele na UPA foi o Ministro dos Negócios Estrangeiros (Secretário dos Negócios Exteriores), mas há uma coisa que ele apontou quando este na UPA, que era o facto que a FNLA e o MPLA terem os seus quadros e dirigentes fora dos país (Angola) e os soldados estavam aqui dentro. Isto não é saudável para quem luta e quer ganhar a batalha. O soldado fica motivado quando vê o seu chefe máximo também presente, a partilhar a dor e a esperança. Então, o Holden Roberto não aceitou, e então o Dr. Savimbi por ocasião da fundação da OUA, na qual fez parte, então aproveita por fim a filiação à FNLA. Para além da direcção

da FNLA fora do país, também havia muito "tribalismo". A FNLA priorizava e defendia mais os do Norte de Angola, sobretudo os Bakongos. O Dr. Savimbi disse que “não pode ser”.

Como se explica o tardio reconhecimento da UNITA pela OUA, na véspera dos acordos de Alvor, instituição que Dr. Savimbi é co-fundador, como disse?

Toda a organização da dimensão da OUA é uma organização heterogénea, não é homogénea. Então há várias tendências. Tinha prós e contras. Tal mais que o bom censo prevaleceu até que a UNITA foi aceite com um dos três movimentos que libertaram Angola. Entretanto, depois de fundar a UNITA, o Dr. Savimbi colocou todos os seus quadros e dirigente no interior do país, foi o único movimento nacional que tinha os seus quadros no interior do país. Fez o primeiro ataque dia 25 de Dezembro de 1966, em Cassamba (Moxico), depois em Teixeira de Sousa (actual Huambo). Mas, entretanto, naquela altura tinha como sua recta-guarda a Zâmbia, onde tinha vários quadros a trabalharem, onde passava clandestinamente o material, mas a partir do momento em que a UNITA ataca o Caminho de Ferro de Benguela (CFB) e faz com que o combóio não circule para Teixeira de Sousa que era o ponto de distribuição da mercadoria que vinha do Atlântico para à Zâmbia e para o ex-Zaire (actual RDC), então o Dr. Savimbi numa das suas passagens pela Zâmbia foi preso pela autoridades zambianas. Nessa altura, o presidente Kenneth Kaunda estava decidido entregar o Dr. Savimbi aos portugueses, na pessoa dos Engenheiro Emanuel, na altura Director Geral do CFB. Graças a intervenção do ex-presidente do Egipto, Abder Nasser, é quem pediu ao presidente Kaunda, disse que este é um nacionalista, não o entrega aos portugueses. É assim o Dr. Savimbi foi enviado para o Caio, onde ficou durante nove meses. Depois de nove meses voltou ao "país" (Angola). Na Zâmbia tinha uma grande célula, na qual fez parte o Dr. Vakulukuta, o Castro Mutchapa Galucha Ndanda, o Omela Chambumba, entres outros. Então, nas mesmas circunstâncias surge o movimento de libertação do Sudoeste Africanos (Namíbia). É um movimento que começou nas minas , ?Orange mund? Tsumeb. O mentor ou o actor principal da criação da SWAPO é o Dr. Ermam Toivo ya Toivo. O Pita Kaupungwa, o Lucas Tuhadeleni Ndahunwakandola, o Sam Nujoma apareceu mais tarde. Anos depois o Heram Toivo ya Toivo é preso e enviado à cadeia de Robben Island onde esteve preso com Nelson Mandela. É dai, na cadeia, fez uma carta dizendo que “em quando eu estiver na prisão quem deve tomar conta dos destinos da SWAPO é o Sam Nujoma. Quando ele foi liberto, ele disse que o jovem adaptou-se à esta "máquina", eu não lhe vou tirar. Ele deve continuar e eu vou ser conselheiro principal. Naquela altura quem recebeu a SWAPO aqui no Cunene? Quem recebeu a SWAPO em Angola não foi o MPLA, e digo-lhe mais quem deu a primeira pistola makarofi foi o Dr. Savimbi a UNITA e a SWAPO partilharam as mesmas bases e ainda o Severino Mudina, que conduziu e transportou o camiã os homens da SWAPO, da

Santa Clara (Cunene) região fronteira com a Namíbia até à sua base em Oshimolo (Cunene), ainda vive e esta aqui em Ondjiva. Como é que surge as divergências entre a SWAPO e a UNITA? A UNITA, na busca de meios logísticos para fazer a guerra, o MPLA a receber a ajuda da Rússia, que era uma ajuda pontual, a UNITA não tinha uma retaguarda logística que permitir que a UNITA tivesse capacidade bélica para poder fazer face a máquina do MPLA. É quando a UNITA procura apoio na África do Sul, naquela altura. Até depois um jornalista perguntou ao Dr. Savimbi: O Dr. Savimbi não gosta do comunismo mais treinou na China, que é comunista? O Dr. Savimbi esta a receber a ajuda da África do Sul do *apartheid*? E o Dr. Savimbi disse que sim. E olha quando você cai um buraco, procure quem te tira, não olhe pela cor do braço. Essa foi a resposta do Dr. Savimbi. Para dizer que a inimizade entre a UNITA e o MPLA parte da ajuda que a UNITA começou a receber da África do Sul que a SWAPO estava a combater. Não houve outras razões para além desta. Tanto mais que eu, pessoalmente, em 2014 fiz parte de uma delegação chefiada pelo mais velho deputado Samuel Chiwale, com sinal o único co-fundador da UNITA vivo, ainda está em Luanda, na Assembleia Nacional. Esta delegação foi recebida por várias entidades namibianas, em Windhoek, entre elas o Dr. Herma Toivo ya Toivo. **Qual foi o objectivo desta visita?** O objectivo da visita foi de relançar a cooperação entre os dois partidos. Por outro lado, também o mais velho Samuel Chiwale, antes dessas guerras todas dos movimentos de libertação nacional, saiu com os pais do Huambo e vieram se fixar aqui no Cunene, primeiro em Ondjiva e mais tarde foram para a área so Calueque. Na busca de formação o mais velho sai de Calueque, já nos anos 50 e tal, e vai à Namíbia. E quem acolheu o velho Chiwale foi a mãe do Toivo ya Toivo. O mais velho Chiwale antes de vir para a UNITA ele conheceu o Dr. Savimbi em Dar-al Salam (Tanzânia) como militante da SWAPO, influenciado pela família Toivo ya Toivo que é a família do fundador da SWAPO e que acolheu o mais velho Samuel Chiwale na Namíbia. Então mesmo quando ele vai à Namíbia, em 2014, primeiro foi como político, mas também foi como espoada. Então ele tem muita amizade com os homens da SWAPO sobretudo com os mais velhos que o conheceram como militante da SWAPO.

Será que general Chiwale está implicado no primeiros contactos sobre a relação entre a UNITA e a SWAPO ou só veio reforçar?

Não. Acho que foi algo complementar. Quer dizer que a própria conjuntura impunha essa relação, porque a SWAPO não tinha condições territoriais para fazer a guerra a partir da Namíbia. Então veio cá propor uma recta-guarda segura que pudesse servir de ponto de partida para atacar o exército sul-africano. Certamente que, sabe que, a base, a sua maioria quem fundou

a UNITA é Ovimbundu, e o mais velho Chiwale também é Umbundu, certamente que isso também jogou um papel.

Quais serão os interesses da África do Sul para com UNITA? Falava-se de uma possibilidade de a África do Sul por a UNITA no poder para que a UNITA não aceitasse a instalação da SWAPO em Angola

É para dizer que a UNITA não comungava com qualquer tipo de interesse político ideológico com a administração sul-africana, por simplesmente, a UNITA precisou da África do Sul de meios logísticos para combater os cubanos. E eu vou lhe dizer mais, pode perguntar isso à outros mais velhos que estão aqui. Nós já vimos vários soldados da SWAPO a serem capturados pela UNITA e o Dr. Savimbi mandou-os libertar, dizendo que “esses são revolucionários, também estão a lutar contra os seus inimigos”. Estão o que nos separou, eles [a SWAPO] sabem e nós também sabemos.

Relação entre a UNITA e o Movimento de Libertação da Faixa de Caprivi antes ou depois de 1992

A UNITA naquela altura recebia ajuda da África do Sul e essas entidades políticas que estavam dentro da administração sul-africana, dependia do governo sul-africano, então esta era a única ligação, e veja por exemplo que a área do bico de Angola onde se situava a Jamba é uma área limítrofe com Caprivi. Veja naquela altura, para além desse movimento, aqui mesmo, ao nível da administração do território do Sudoeste Africano (Namíbia), tinha algumas entidades da comunidade negra que tinham estatuto de Ministro. Tinham o Dyoka, o Pita Kavangula e tínhamos o Andrias ya Sipanda, tal como acontecia na África do Sul com Numosutu Butelesi e o rei Zulu Wittu Wizi Olity. Eram mais ou menos essas ligações. **Será que eram ligações de concertação e consultas?** Não. Quer dizer aqueles não eram um movimento revolucionário que pudesse levar uma guerra avante contra a administração sul-africana. Era uma coisa de acomodação regional e seria absurdo por exemplo, uma guerrilha que combateu os soviéticos, uma guerrilha primeira que foi sancionada pelas Nações Unidas, que é a UNITA, na história do mundo não existiu uma guerrilha que sofreu sanções, há, por exemplo, a estabelecer relações com um indivíduo que defende uma província, como é o caso do Caprivi

Confirma uma cooperação/acção militar conjunta entre o Governos da Namíbia e de Angola durante a invasão da Jamba, ou seja, o governo angolano contou o apoio do

governo da Namíbia? o facto do governo namibiano de ter acusado a UNITA de ter apoiado o movimento de libertação da Faixa de Caprivi.

Meu caro, em política, todo jogo é possível. Todo jogo é possível. Aquele que acho que é adversário é inimigo, dificilmente vai nos distribuir flores. Hoje em dia, por causas da água que sai de Angola para a Namíbia e da energia que sai daqui para à Namíbia e de outros benefícios, não custa nada a SWAPO dizer uma coisa dessa para se engraxarem e manterem esse clima. São coisas que em política todas as manobras são possíveis, alguém pode inventar uma coisa e não corresponde a verdade. Veja, por exemplo, aquilo que se dizia que a FNLA come órgãos humanos. São coisas que naquela altura ocorreram. Só mais tarde as pessoas dessoram conta que não era verdade. Em política, até jogo sujo entra. **Confirma uma cooperação/acção militar conjunta entre os dois governos?** É só para dizer que o ex-chefe do Estado-maior das Forças namibiano, aliás, o ex-Ministro da Defesa, Pita Mushihange, é quem estava a dirigir (foi quem dirigiu) as forças da SWAPO ali no Cuito Cuanavale, e não visavam o Cuito Cuanavale. Visavam Mavinga, Mavinga - Ambua, Ambua –Jamba. Isto é verdade, confirma-se

A que pode se enquadrar esta acção do governo namibiano? Como um agradecimento pelo facto de os terem acolhido na época da luta de libertação nacional ou foi uma retaliação por acreditar que a UNITA apoiava as Forças de Libertação de Caprivi?

Olha, essa situação, a Namíbia, o Zimbabué e Moçambique, para além da SADC que surgiu mais tarde, sempre fizeram parte da chamada "Linha da Frente". Então não foi a primeira acção em que as forças de Angola e da Namíbia foram coligadas para uma batalha. Tivemos aqui o caso de Kazomgo e o tivemos o caso de Cangamba (ambos casos em Moxico – Angola) com o objectivo de fazerem frente a UNITA, nos anos 80. Estas acções começaram antes da independência da Namíbia e continuaram depois da independência da Namíbia. É como quem diz SWAPO, o seu adversário já se foi, nós te salvamos, agora você nos ajude. Quer diz que estás acções começaram antes da independência da Namíbia e continuaram depois da independência da Namíbia, exactamente. É como quem diz "nós te salvamos, também agora vocês nos ajudem" [sorrisos].

Houve Formação de comandos unificados de movimentos de libertação nacional da África Austral com mesma ideologia política para a libertação desta região?

Olha, houve uma reunião, em 1984, na Jamba, uma conferência que juntou vários movimentos que lutavam contra a Rússia, vinha do Camboja, vinham do Afeganistão, vinham da Eritreia. Eram grupos de pessoas que vinham aprender. Era uma troca de experiência de como a UNITA

estava a levar de cima o expansionismo russo, e qual era o método que a UNITA estava a utilizar para repelir as acções russas. Mas isto era apenas no contexto militar. No contexto político o Dr. Savimbi defendia sempre o Não-alinhamento. Significa que cada país tem a sua especificidade, tem as suas condições objectivas e subjectivas que se calhar não tem nada a ver com outros países. O era somente alinhamento em termos de troca de experiências, em aquilo que pudesse ser adaptado à nossa condição na altura e talvez tornar-se numa mais-valia. E ele [Dr. Savimbi] até dizia que “as armas que libertam o nosso país cheiram o país de origem, cheiram a pólvora. As teorias podem vir, mas quando nós adaptámo-las às nossas realidades, então isso depois não tem a ver com a origem.

Jamba, Mavinga, Cuito Cuanavale e a Faixa de Caprivi como regiões estratégicas para a África do Sul, UNITA, SWAPO e ANC.

Eu, em termo de especificidade, eu acho que, para uma potência como é o caso da África do Sul, que não era só uma potência militar, mas também sobretudo era uma potência económica, eu acho que, a nível da Namíbia a área economicamente forte, com rios florestas é Caprivi. Caprivi tem condições da Zâmbia e , sobretudo, do Botsuana. Para além disso, os seus recursos humanos, Caprivi é a província que mais quadro formou em toda Namíbia. eu acho que, se para a SWAPO era mais o quadro económico, na área usada do turismo o Caprivi é muito forte. **E no ponto de vista militar, na época do conflito militar para que servia aquela região?** Eu creio que o Caprivi não investiu muito nos conflitos. Mesmo na SWAPO eu só me lembro que o fundador da DTA, Kunza Djama? é o único que tinha aderido a SWAPO, que eu saiba destacadamente. Ele fez parte da guerrilha da SWAPO, mais tarde foge e funda o seu movimento. A África do Sul para além de interesse no canal de Caprivi. Todos eles tinham interesses naquela região, mas o povo de Caprivi estava mais virada para a administração sul-africana duque da Namíbia – SWAPO. Tanto mais que a DTA.

Batalha Cuito Cuanavale (participantes, objectivo, vitoriosos e significado histórico).

Em termos concretos, para mim não houve vencidos nem vencedores. Houve é correlação de forças. O objectivo do MPLA não era o Cuito Cuanavale. Era ir no Cuito Cuanavale, Cuito Cuanavale – Mavinga, Mavinga –Lufua, Lufua –Jamba. Não avançou, não é porque não quis avançar!? Não avançou porque foi travado. Se calhar o outro lado também tentou de tomar em assalto o Cuito Cuanavale e isso não aconteceu. E é por isso que as suas partes aceitaram as negociações. Porque se houvesse, num conflito só há negociação quando há correlação de

forças. Quando há um lado que pensa que tem mais vantagem que o outro no campo militar, pode resolver tudo na via militar, não aceita negociar.

Questão madeireiro (eventual cooperação entre a UNITA e o exército colonial português)

Bem, há única relação que a UNITA tinha com os portugueses era relação de adversários. Era relação de adversários, não era possível, por exemplo, combater os portugueses e ter com eles relações pacíficas. foram coisas que foram surgindo ao longo da luta, cada um a procurar manchar o outro. Houve, por exemplo, quem diz que o Agostinho Neta esta a cooperar com os portugueses porque a mulher é portuguesa. Houve quem diz que a UNITA está a cooperar com a PIDE-DGS, quando que sabem quem matou o pai do Dr. na cadeia foram os portugueses, a PIDE-DGS.

Papel da UNITA em Angola e em África.

A UNITA é a primeira guerrilha africana que combateu os russos. Mesmo se veres o livro de grandes generis russos, nas suas academias admiram como a UNITA fez a guerra sobre uma estratégia do Dr. Savimbi. Lhe tinham como um estratega de trabalha internacional. Portanto, para Angola, se pegarmos o projecto de Mwangai, que o projecto da UNITA, que não sofreu alteração, desde 1966 a 1976, até hoje o projecto da UNITA..., portanto a UNITA no seu conjunto defendeu de início esses elementos. E diz “ na busca de soluções económicas prioriza o campo para beneficiar a cidade. Isto já é a diversificação da economia. A UNITA desde sempre defendeu o princípio de que "nós não devemos viver de importações. Devemos produzir. O campo produz, escoar para a cidade e lá a indústria transformadora faz o seu trabalho. É um projecto que continua, extremamente, válido. E se o meu irmão [figurão, o entrevistado] segurar no projecto do Mwangai e ver, é uma coisa impressionante. **O que é o projecto do Mwangai?** É o projecto social da UNITA, aquilo que a UNITA adoptou como princípio quando surgiu. Mwangai é a localidade onde foi fundada a UNITA.

Fundação da UNITA e ideologia política da UNITA antes e depois de 1975.

Nesta perspectiva a UNITA foi desde sempre uma organização de centro. **Centro?** Sim. A partir do centro procurou tirar vantagem dos outros blocos. Aquilo que é adaptável à nossa condição, aquilo que não nos prejudica, então buscava-se a adaptava-se. Centro significava: sem para a direita, nem para a esquerda. Busca elementos positivos em cada lado.

E sobre a ideologia da SWAPO

A SWAPO praticamente comungava também os nossos ideais. Tanto mais que a amizade entre a UNITA e a SWAPO partiu mesmo, quase, de várias coisas comuns. Tanto mais que tem estado a mostrar que está a governar. Apesar de pequenos erros, mas a SWAPO está a governar bem. Você chega na Namíbia e diz que aqui há um governo que sabe o que está a fazer. Depois da SWAPO se aliar ao MPLA perdeu a sua originalidade ideológica em função das condições que estava a receber, quer do próprio MPLA quer da Rússia. Inicialmente diziam que eram socialista. Mas depois de estar em Angola mudou em função da realidade. Você por exemplo a receber armas da Rússia e da Cuba definir-se como um individuo que luta contra a democracia terias muitos problemas. Antes da 1975 SWAPO quase alinhava com a UNITA porque ideologicamente a UNITA estava mais forte que a própria SWAPO. A UNITA tinha uma ideologia do centre, antes de 1975, e até agora continua. A SWAPO mais tarde ficou tipo camaleão, agora é difícil definir a cor do camaleão. Antes da SWAPO aliar-se ao MPLA via na UNITA como comunga, quer diz, uma guerrilha que combate , mas em todo caso eu vi a SWAPO, mas eu não posso falar com muita propriedade sobre a SWAPO porque esta altura estaria a ser "mais católico que o papa". A SWAPO teve metamorfose, em fim, curvas e contra curvas. Há coisas que eu não vi e nem vivenciei, se não vou desvirtuar, vou mentir, vou diminuir e vou aumentar porque trabalho intelectual de indivíduos conhecedores da realidade mundial quando um dado não for bem aplicado ele vai dizer que não.

Divisão de Angola (em Angola do Sul e do Norte)

O meu irmão se pegar nos documentos da UNITA vai ver que sempre o Dr. Savimbi disse "Angola é una e indivisível". O Dr. Savimbi sempre defendeu a angolanidade. Se você está a defender a angolanidade não pode defender parte de Angola. Angola é um todo de Cabinda ao Cunene. Nunca passou pelo projecto da UNITA a divisão de Angola.

Tem alguma coisa que não falamos e que queira dizer?

Não meu caro. É aquilo que dizem "os factos falam por si, contra factos não há argumento". Alguém costuma insistentemente a fazer a pergunta que " a final de contas quem ganhou a guerra em Angola? Naquela altura em que o MPLA começou com a luta ele começou mesmo a defender o comunismo e a UNITA a defender a democracia. Naquela altura foi o Manuel Pacavira, embaixador de Angola nas Nações Unidas dizia em tom bem alto "democracia em Angola nunca. Eleições em Angola nunca. O único representante do povo angolano é o MPLA". Mas a partir do dia 31 de Maio de 1991 em Bicesse a democracia veio. O MPLA aceitou o

multipartidarismo. Significa para mim ganhou a guerra que impõe ao outro o seu sistema, pois o MPLA abandonou o comunismo e abraçou a democracia. A UNITA mantém no sistema ao qual se bateu esses anos todos. Então quem é que ganhou? E quem é que perdeu? Perdeu aquele que abandonou o seu sistema. **Pode-se pensar que a UNITA ganhou a politicamente e o MPLA ganhou militarmente?** É única vitória porque a luta armada quem é que veio aqui com veredicto, com mãos levantadas dizendo que perdemos a guerra? A paz que temos é resultado de um acordo. Onde há acordo é lá onde há alguém que diz "se continuarmos assim a guerra ainda a guerra vai levar anos.

Guião da entrevista às entidades da UNITA

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: Evaristo Ndemupateke David

Nacionalidade: Angola

Idade: 58 Anos (13/ Abril /1958)

Naturalidade: Omudiva - Onehoni

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior: Militante desde 14/11/1974, comandante militar em diversas regiões, coronel reformado, comissário político das FALA, ex-secretário provincial no Cunene.

Cargo/Função actual: Secretário Provincial para a Formação de Quadro - Cunene

Instituição: Secretariado Provincial da UNITA - Cunene

Data da Entrevista: 08 -09 - 2016

Hora: 11:23h Fim: 13:41h

Local: Ondjiva

DDD

Tema: Cooperação UNITA - SWAPO

Pergunta:- Fundação da UNITA

Resposta:- É para dizer que a luta de libertação nacional surge, praticamente, num contexto em que seja qual for a necessidade ou vontade os beligerantes tinham que gravitarem em torno de certas ideologias. Angola não fugiu a regra em que os movimentos de libertação nacional para além de precisarem do apoio de países africanos para combaterem os portugueses. Os países africanos eram incapazes de poderem sustentarem as intenções das lutas armadas para a independência. Então era necessário uma intervenção de países africanos que permitisse um apoio político e militar que forma que os países africanos não se sentissem sozinhos a suportarem os custos dos conflitos, tanto no ponto de vista político como no ponto de vista militar.

Diríamos que fundada a UNITA, em 1966, em Mwangai, um dos maiores objectivos de momento, para além da sua afirmação, era já uma grande necessidade de se fazer conhecer como um grande movimento de luta pela Independência Nacional, por consequência não poderia surgir de outra maneira, porque não poderia de ser de outra maneira. Tinha ser ou pelo militares a criarem um partido e acederem-se num ponto que era o leste de Angola, devido a sua densidade e localização geográfica, por ser uma área vasta e de difícil acesso. São factores que um guerrilheiro necessitava para fazer a sua acção. Para além da UNITA que é pioneira naquela área, não havia mais outro movimento a operar aí, esta área do território nacional. Tínhamos a FNLA mais à Norte e o MPLA em Cabinda. O MPLA fazia mais as suas acções no Norte, em Cabinda, do que no Leste, porque para, além disso, não havia sítio não tinha para poder passar porque a FNLA tinha ocupado essa parte toda do Norte. Então como a FLNA esta no Norte procurou passar pelo Leste para abrir a Frente Leste, pois não tinha a outra hipótese mesmo senão empurrar a UNITA. Isto significa que o luta entre os movimentos de libertação nacional não é novo, pois é antigo. Não era só para ganhar espaço de combate como de afirmação. O MPLA mais tarde sentia-se já com uma margem de representação diplomática e simpatia muito limitada. Então decidiu ir procurar um pouquinho aí pelo Leste. Então surge já a UNITA, em 1966, na sua afirmação nas primeiras acções, com o objectivo maior de implantar-se no território a fim de lutar pela independência do país.

Eu digo que na parte do MPLA não possa dar uma afirmação taxativa, mas diríamos mesmo que olha só pela sua formação, pelos seus primeiros quadros: Viriato da Cruz, Joaquim de Andrade, Lopo do Nascimento, Ico Carreira e outros. Vê-le logo pela matraz que o MPLA foi

fundando no seio de mestiços e kimbundu, Agostinho Neto veio a integrar posteriormente. É assim que não deixava muitas dúvidas às pessoas para afirmarem que o MPLA, fundado por Mário Pinto Lemos de Andrade, quase se confunde com o nome do fundador. Clara, houve uma matriz meramente política, mas tinha um conteúdo também quase não tinha carácter de independência total. Essa ideia só viria mudar para um carácter de independência total de Angola foi quando tiveram que aceitar, por imposição, a introdução no MPLA de elementos negros. Foi quase uma imposição porque o Partido Comunista Português tinha como objectivo de criar uma Angola tipo o Brasil. Ou seja, seja dar apenas uma autonomia à Angola com uma matriz portuguesa, mas como não estava a vingar este tipo de conceito, os quadros não queriam ingressar devido esse tipo de pensamento e de ver Angola na mão dos mulatos tiveram que ceder, esta é uma parte. A segunda o essencial nos partidos políticos em Angola tiveram sempre uma origem, um base de formação política ou militar que espelhava muita coisa. Por exemplo, o MPLA foi uma formação principalmente da clandestinidade urbana, a sua raiz maioritária é Luanda, são os Kimbundus. A FNLA que a sua base era a UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), primeiro, depois UPA, a vocação não era primeiramente a libertação total de Angola. Era a luta apenas pela libertação do Norte de Angola para unir os territórios do antigo Reino do Congo ao território da actual República Democrática do Congo. Com o surgimento da UNITA empresta uma nova vocação, isto é, se a UNITA fosse essencialmente dos Ovimbundu não deveri ter ficado no Leste. Os do Leste são Cokwe. Não teria ficado ali.

Pergunta:- Não seria devido as dificuldades se se implantar no cento centro? **Resposta:-** Com certa. Até porque quem seriam as elites locais para poderem sustentar a guerrilha com a UNITA, tinha de ser os Cokwe. Por isso que tem o nome de União Nacional para a Independência Total de Angola, pois era preciso uma união entre os povos. Foi um grande esforço para que se fizesse esta diferença. A pesar disso na UNITA, como é hábito nos angolanos e os africanos, no geral, de quando se tem alguém do grupo lá no topo da governação faz o que fez quando quer isto na UNITA não acontece.

Pergunta:- Podemos falar da ideologia política da UNITA desde a sua fundação actualidade.

Resposta:- Até 1966 a maior parte da sua população era proletária ou era camponesa? Era camponesa. Então se era camponesa era preciso adaptar tipo de luta que era coerente e que com base a situação real de Angola porque os 80% da população angolana, até então, era camponesa. Então para se concretizar a luta de libertação nacional não tinha outra hipótese. Quem pudesse optar por uma guerrilha urbana não tinham hipótese de vencer. Quem tentou falhou e foi o MPLA.

Nós nunca optamos pelo marxismo-leninismo por uma questão muito simples. Era um paradoxo de mais para a realidade africana. Era como encontrássemos aquilo que podemos chamar de "o sítio da realidade angolana". Vamos dar o exemplo da realidade da china que também tinham o mesmo método de abordagem em que a partir dos princípios leninista – marxista aplicaram outra abordagem com base a realidade local que é o conceito político de Mao Tsé-Tung isto é, a base de luta também era camponesa. Significa que para nós nunca nos importou a filosofia de abordar dos fenómenos que chamam marxista-leninista. O que nos interessa era as técnicas e métodos coerente de aplicabilidade ou de fazer a guerra em Angola, que era atrás da política de Mao Tsé-Tung, com base essencialmente camponesa. Se a China optou e conseguiu fazer a revolução com a política partida do campo também nós não podemos conseguir. **Pergunta:-** Depois da independência mudou de ideologia política? **Resposta:-** Há uma coisa que devemos entender a UNITA desde sempre defendia que não poderia existir panas um representante do povo angolano porque não somos um só movimento ou único povo. Somos vários povos, várias culturas e vários movimentos. Afinal precisávamos reconhecer que os homens, numa Nação como Angola, só poderia ser ela com a aceitação do processo democrático e de boa convivência social, uma plataforma de convivência social. Por exemplo, se optar pelo monopartidarismo tínhamos que excluir outras partes, outras ideias e conceitos. Foi por isso que no processo de formação da UNITA, facto que define UNITA como um dos seus princípios, orienta uma democracia através do voto do povo. Este princípio não é novo na UNITA. Eu comecei a sentir este princípio logo que entrei na UNITA. Se o método de combate foi o do tipo chinês, o conceito de para Angola, para nós, é a democracia.

Pergunta:- Qual foi a ideologia da SWAPO

Resposta:- A base é mesma, Mao Tsé-Tung . Se o MPLA teve dificuldades de avançar no interior do país foi devido ao uso da doutrina leninista-marxista, na qual o proletário era a classe dominante. Mesmo até hoje os objectivos de desenvolvimento do MPLA é mais urbana, duque no meio rural, centralizar as pessoas no mesmo ponto.

Questão:- O primeiro contacto entre a UNITA e SWAPO

Pergunta:- O facto de terem abraçado a mesma ideologia foi um factor que permitiu a cooperação entre a UNITA e a SWAPO?

Resposta:- Primeiro - e constitui o factor decisivo - é o espaço geográfico. A UNITA tinha o domínio do Cuando Cubango e a SWAPO não teve outra hipótese, nessa altura. A SWAPO, nos anos 60, se quisesse combater na Namíbia tinha que passar pelas áreas controladas pela UNITA, onde já havia uma guerrilha organizada, até quem era o comandante nessa altura era o

general Francisco Kulunga (já em memória). O segundo tem a ver com a necessidade ter de receber apoios, tanto nós como a SWAPO. Os países africanos, graças à influência da Zâmbia – pela UNITA ter atacado o CFB (Caminho de Ferro de Benguela) – buscavam limitar os apoios a UNITA porque estava a prejudicar os interesses da Zâmbia. Muito bem, nós temos o espaço geográfico, mas temos limitações em termos de material logístico, mas a SWAPO tinha facilidade de material logístico porque já era reconhecida internacionalmente da qual recebia apoios, mas eles não tinham espaço. Assim era preciso que os países que apoiavam a SWAPO arranjassem a possibilidade de dar um pouco à UNITA. Por isso mesmo que para além dos treinos que se beneficiavam na altura através da China e alguns países africanos como Tanzânia e Tunísia., também alguns guerrilheiros nossa - da UNITA - se beneficiaram dessas oportunidades como se fossem membros da SWAPO. Mesmo o material vinha em nome da SWAPO. **Pergunta:-** Quando foi isso? **Resposta:-** Isto foi por volta de 1967 ou 1968.

Pergunta:- Podemos falar sobre os primeiros contactos (onde, quando e actores)?

Resposta:- Tempo não consegue dizer com exactidão. Mas, posso dizer que começaram por volta de 1966 e foram feitos em Tanganica (Tanzânia). O que nós sabemos é que depois do Dr. Savimbi ter vindo de Cairo, quando o Nasser o libertou – tinha sido preso pelo presidente da Zâmbia, após diálogos fora enviado ao Cairo- foi no Cairo, numa Cimeira que ali aconteceu, onde encontrou o presidente do Quênia, Jomo Keniata, do Egipto e da Tanzânia encontraram um esboço de apoio à esses movimentos de libertação nacional, incluindo a UNITA. Isto acontecera fora do conhecimento da própria Zâmbia porque foi esta Zâmbia quem tinha empurrado para lá a UNITA e o seu líder. Achara encontrar uma saída que permitisse chegar o apoio militar a UNITA através de um receptor. Logo, se achou que, tinha que ser por meio da SWAPO. Foi assim que convidaram San Nujoma para contactar o Dr. Savimbi para encontrarem modalidade para se concretizar com este programa. **Pergunta:-** Será que o general Chiwale está implicado nos primeiros contactos? **Resposta:-** O general Chiwale foi um dos primeiros 12 quadros que para Pequim? (Nanquim), já em nome da UNITA. No entanto, o mai velho Chiwale para ir ao exterior passou pela Namíbia, através da SWAPO onde era militante. Nesta época a UNITA ainda não tinha sido criada. Ele quando vai para a Zâmbia foi quando ouviu a presença do Dr. Savimbi que se encontrava ainda na UPA. Logo ele começou a contactar o Dr. Savimbi. Ora, depois de ele já estar na UNITA possa ser que influenciou um para a possibilidade de cooperar com a SWAPO, mas os dois interesses – o geográfico e o material – são o que jogar papel importante no âmbito da relação entre a UNITA a e SWAPO. A partir de então os países e organizações que apoiavam a SWAPO também passaram a apoiar a UNITA, por exemplo, o presidente jomo kenyatta, que foi um dos que também facilitaram essa aproximação.

Pergunta:- Quais foram as actividades concretas no quadro dessa cooperação?

Resposta:- Bom, eram essencialmente o transporte de material e encontrar áreas distintas de operacionalidade. A UNITA dava espaço para a funcionalidade das operações, isto depois do ano 73 em que a UNITA passou a facilitar a passagem dos homens da SWAPO no território de angolano. Para além dessa cooperação nas duas frentes, nos anos 77, 78, 79 e 80, quando os sul-africanos operavam naquela faixa de Caprivi juntamente com os portugueses contra a SWAPO e outros movimentos de libertação era a UNITA quem facilitava as operações no terreno a favor da SWAPO eram criada neste lado porque a UNITA já tinha se implantado, já tinha território e bases seguras nesses territórios e população – Tchaze, os Kamuka , Cokwe, Nanguela, etc. – que pudesse permitir que o outro – a SWAPO – operasse com facilidade. Em contra partida a UNITA recebia material de guerra, medicamento e outros bens logísticos em nome da SWAPO. Nesta época a UNITA ainda era inimiga dos sul-africanos.

Pergunta:- Podemos falar sobre o fim desta cooperação, UNITA- SWAPO?

Pergunta:- Diria que no âmbito do conflito Este-Oeste, ou melhor, a presença dos cubanos em Angola e a resolução das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia criaram outro xadrez. Os dois aliados – UNITA e a SWAPO – recorde quem facilitava a entrada de guerrilheiros da SWAPO à Zâmbia no Leste de Angola, nos anos 1974, 1975 e 1976 era a UNITA. Naquela altura, ainda eramos jovens, siamos daqui, em Ondjiva íamos até à Ondangwa, como membro da UNITA, e dela regressávamos com algumas pessoas da Namíbia até nas nossas bases, estas pessoas iriam integrar a SWAPO. Nós entrávamos neste processo para facilitar as pessoas usando a propaganda da UNITA para camuflar, isto porque a capa da UNITA passava. Era difícil prender um homem da UNITA na Namíbia, pois não fazia sentido. Em 74 fazíamos isso porque já havia um cessar-fogo entre os movimentos de libertação e as tropas coloniais. Antes não era possível porque se os sul-africanos apanhassem alguns guerrilheiros de Angola entregavam aos portugueses e se os portugueses apanhassem guerrilheiros da SWAPO também entregavam aos sul-africanos.

A partir do ano 1975, depois de todos acordos serem celebrados, foi o período em que a relação entre a UNITA e a SWAPO atingiu o auge. Como disse a pouco, transportávamos gente da Namíbia passavam pelas nossas bases, em Angola, alguns iam à Zâmbia e outros treinavam mesmo aí nas nossa bases - as bases da Nhunha e a do Bié. Então, assim que começou o conflito em Angola entre os movimentos de independência nacional foi o momento em que os sul-africanos vieram para cá em Ondjiva (Cunene), mas não pararam, os elementos da SWAPO a partir da Zâmbia entravam em Angola passando pelas nossas bases no Moxico e penetravam ali na Namíbia. Inclusive viemos estalar algumas bases ali em Oshiedi e em Oshitumba

(Cunene), já na altura estes indivíduos estalaram-se aí e terem alguns espaço que lhes permitisse a realizarem as suas acções, já que em Angola se esperava por dias melhores – as eleições e independência de Angola. Portanto, esta relação foi cortada a partir de 1976 por razões muito simples, pois não seria possível a UNITA e a SWAPO fazerem face dois adversários como guerrilheiros. Eramos duas forças guerrilheiras os sul-africanos, de um lado, e os cubanos e MPLA, de outro lado. Não era possível. Quer dizer que foram os interesses estratégicos que levaram o fim da cooperação entre a UNITA e a SWAPO. A UNITA precisava sobreviver e a SWAPO precisava de uma oportunidade, pois são duas condicionantes diferentes. A SWAPO precisava dos cubanos e MPLA, porque lutava pela independência dos povos africanos, para por fazer face ao exército sul-africano. E a UNITA precisava sobreviver a acções da coligação MPLA-Cuba. Então era preciso fazer uma aliança com a África do Sul para resistirmos.

Pergunta:- Não se tratava de lutar para tirar o MPLA do poder? **Resposta:-** Foi o seguinte: a ideia de tirar o MPLA no poder através dos sul-africanos nunca existiu. Esta foi uma acção que sucedeu tão logo que surgiram os cubanos em Angola porque a correlação de forças internas mudou drasticamente, isto é, já não eram somente os angolanos interessantes e actores do conflito interno, já havia forças externas interessadas. Nessa altura o conflito também mudou de carácter no quadro do conflito Leste Oeste. Nesta altura quer a UNITA, o MPLA e a SWAPO, excepto aqueles que já tinham uma aliança por conveniência do Bloco do Leste, que era o MPLA, o resto era uma força de sacrificar. A resolução 435 das Nações Unidas, que obrigava a retirada das tropas sul-africanas da Namíbia, foi relacionada pelos negociadores à emenda linkage (ligação) que associava a retirada sul-africanas na Namíbia com a retirada das tropas cubanas em Angola, facto que punha já em risco a situação da UNITA e da SWAPO porque a força armada sul-africana era capaz de inverter o quadro Leste Oeste. No quadro Leste Oeste era possível sacrificar a UNITA e a SWAPO na seguinte maneira: dar o poder, após a independências, aos partidos namibianos internos, sacrificando a SWAPO e na possibilidade do MPLA poder afastar a SWAPO na fronteira, porque Agostinho Neto estava pronto a chegar um acordo com os sul-africanos que seria o MPLA largasse a SWAPO e os sul-africanos largassem a UNITA. Agostinho Neto tinha aceite o acordo, mas mais depois tinha que recuar. Ele tinha uma visão forte, ele achava que fazer uma guerrilha com apoio externo seria uma impetiva. Neste caso, poderia os cubanos sedentarizarem-se cá, em Angola, e tornarem-se o dono da situação porque não se poderia fazer uma reviravolta nas relações cubana-soviética começando dentro do próprio MPLA. A retirada dos cubanos não irem devido a sua vontade, foi forçada pela UNITA usando as suas estratégias.

Pergunta:- Podemos falar mais da relação UNITA – África do Sul (quando e objectivos).

Resposta:- A presença dos cubanos em Angola mudou o quadro todo chamou a atenção ao Ocidente sobre a hegemonia russa em África, sobre tudo na África Austral. Portanto a força mais próxima que poderia fazer face e que também tinha interesse militar em Angola era a África do Sul. Desde então já não era somente uma questão da UNITA ou da SWAPO. Com a presença cubana tudo mudou drasticamente, deixou de ser um conflito local para um conflito internacional. **Pergunta:-** Se África do Sul conseguisse inverter o quando, isto é, se vencesse tentava tirar o MPLA no poder a fim de pôr a UNITA ou a FNLA para servir os seus interesses – Não permitir a instalação da SWAPO do território angolano? **Resposta:-** Não teríamos nenhuma chance de sermos colocados ao poder pelos sul-africanos. Só poderia ser a FNLA porque era mais próximo ao Ocidente. A UNITA era também tida como marxista. A UNITA não tinha interesse com os territórios da Namíbia, a SWAPO é quem tinha interesse de se instalar nos territórios ocupados por nós. Talvez do ponto de vista político, até a OUA ficava dividido ao meio por causa desta questão – alguns países estavam do lado da UNITA e outros do lado do MPLA, muitos países africanos não apoiavam bem a FNLA, tinham muito receio, achavam-lhe muito mais próximo do imperialismo do que outra coisa, como uma ponta de lança americano. **Pergunta:-** Será que os sul-africanos estariam a usar a UNITA? **Resposta:-** É aquilo que se diz você em um adversário que alguém vem bater nós não podemos calar, seria uma estupidez. Os sul-africanos atacavam e não ocupavam, só iam e a UNITA fazia a questão de ocupar.

Pergunta:- A UNITA não tinha um receio ou ideia sobre o impacto (interno e externo) ao abraçar o apoio sul-africano visto que este defendia uma política racista (*apartheid*), considerada inaceitável por muitos países da África?

Resposta:- Não tinha nenhum receio. Não era só a UNITA que tinha contactos com os sul-africanos. Os sul-africanos tinham contactos com outros movimentos como a RENAMO e o próprio MPLA – ao fazerem contactos para expulsar a SWAPO –, assim como outros países de África. Os contactos sempre existiram em todos os lados. Isto quer dizer que no contexto político os interesses que contam, não são as alianças. Os interesses são permanentes e as alianças podem desaparecer. Na política não existe amigos para sempre nem inimigos para sempre. **Pergunta:-** Quais teriam sido os apoios concretos que recebiam da África do Sul?

Resposta:- Era mais treinamentos das nossas forças, uma primeira fase, e depois recebíamos material logístico.

Que chamou os sul-africanos para intervirem em Angola? A presença cubana alterou o quadro, mesmo os países africanos, um deles é a Zâmbia, que não eram do Bloco do Leste, ficaram preocupados com a presença dos cubanos. Os países africanos ditos moderado, de então,

sentiam-se ameaçados. Então esses encorajaram e solicitaram aos americanos para que estendessem a sua mão, procurando um aliado rápido que pudesse travar essas expansões. A FNLA estaria interessada porque era aliada de Mobutu Sese Seko este era uma pessoa muito respeitada em África na altura.

Pergunta:- A Jamba, Mavinga, Cuíto Cuanavale e a faixa de Caprivi eram uma região estratégica para África do Sul, UNITA, SWAPO e ANC?

Resposta:- Quem tornou estas regiões estratégicas foi a UNITA por ter criado ali uma base de abastecimento e sustentação da guerrilha. A Jamba era tida como a capital provisória da UNITA. A UNITA administra Angola ou as suas regiões a partir da Jamba. Para a SWAPO, naquele tempo, era a área onde eles operavam para atingirem os alvos sul-africanos na faixa de Caprivi.

Pergunta:- Podemos falar sobre a Batalha Cuito do Cuanavale (objectivos, participantes, os vitórias e o significado histórico).

Resposta:- Depois da resolução 435 das Nações Unidas que impunha a independência da Namíbia e, conseqüentemente, o recuo das tropas cubanas para o paralelo 17, isto é mais ou menos quem vai para o Cuanza. Então as tropas cubanas gostariam de deixar o MPLA na melhor posição, destruindo a Jamba, este foi o objectivo maior. E para nós a Jamba era um território "sagrado", era considerada a capital da resistência era onde se elaborava a diplomacia.

É assim que os combates que definiam este avançou por Mavinga, como nó da logística. Mavinga poderia ser o posto de logística para o avanço das forças da UNITA para o interior. Então cortando Mavinga e seguir para a Jamba, só que essas ofensivas do MPLA vieram tarde porque encontram que a UNITA já tinha se organizado suficientemente, já tinha unidades regulares com certa artilharia, inclusive motorizada, ou seja já poderia fazer uma guerra convencional à-vontade. A primeira tentativa foi um fracasso completamente, a segunda também completamente aniquilada, foi uma série de combates e a última é que foi do Cuito Cuanavale. Significa que depois as forças ficaram encalhadas. Se as tropas das FAPLA e cubanas tivessem ganhado esta batalha teriam explorado, isto é, teriam avançado para destruir o resto. Então se não conseguiu avançar alguns metros, explorando então não ganhaste. Quem ganhou foi quem conseguiu mudar a situação do mono para o multipartidarismo, com certeza absoluta [sorrisos]. Isto é indiscutível porque havia posições e interesses a defenderem. A UNITA ganhou por ter imposto ao MPLA a aceitar, facto que se faz com fraqueza, o processo democrático e a reconhecer outros movimentos de libertação nacional. **Pergunta:-** E a questão da Namíbia? **Resposta:-** Olha a questão da Namíbia era um facto porque ninguém estava a bem

a ver um país africano a sofrer daquele jeito. O MPLA quando diz que ganhou impôs o que? Como explorou essa Victória? Uma Victória do MPLA não teria o que tivemos em 1991 e em 1992. Foi a partir dessa batalha em que começaram as negociações séria, porque a resolução era para fazer com que os sul-africanos cortassem tudo – apoio material e outros – facto que aconteceu mesmo, só que felizmente já era tarde porque já poderíamos ter material a partir de outros países do em todo mundo. Tínhamos a fronteira toda da Zâmbia aberta, tínhamos a fronteiras do Zaire quase toda aberta. Também elementos como a queda do Muro de Berlim influenciaram no processo militar e democrático. Porém a nossa situação é que ajudou e determinou a mudar essa situação toda porque o russo viu mesmo que estava já a enfraquecer. Os generais russos estavam cá a combater a UNITA, não os sul-africanos.

Essa batalha um dia se você tiver tempo dê uma volta à área de Mavinga porque os ferros ainda não saíram, são milhares de tanques e carcaças de aviões até os sul-africanos não acreditava que fosse a UNITA. Pensaram que fosse os sul-africanos, mas depois vieram provar de novo, em outras acções de grande vergadura, já no centro do país que a final de contas será mesmo a UNITA. A participação da África do Sul foi mínima. Foi, essencialmente, com a aviação e com artilharia de longo alcance. Na batalha do Cuito a aviação já não entrou. A aviação só entrou nas primeiras batalhas, em Mavinga. A do Cuito foi à última, depois de serem empurrados da Mavinga até ao Cuito. Eles nunca puseram os pés em Mavinga.

O significado histórico desta batalha foi simples uma humilhação que o Bloco do Leste passou ali. Hoje não aparece, mas haverá um dia em que a verdade virá atona. E não tarda muito. No desenvolvimento dessas batalhas todas morreram muitas pessoas. O eixo e o centro das batalhas foi de Mavinga, não a do Cuito.

Pergunta:- Podemos falar sobre a relação entre a UNITA e o Movimento de Libertação da faixa de Caprivi (Namíbia) antes e depois de 1992.

Rsposta:- Não existiu numa relação próxima entre a UNITA e esse movimento porque não havia interesses, sabe-se que os interesses são quem ditam. **Pergunta:-** Após a MLC ter atacado Katima Mulilo o governo da Namíbia acusou A UNITA de apoiar aquele movimento?

Resposta:- Isto foi um elemento oportunista porque na altura em que começou a surgir esta força a Jamba já não tinha para nós importância que tinham antes. Nesta época já estávamos aqui na cidade. Já tinamos mudado da Jamba para as outras áreas.

Pergunta:- o governo de Angola contou o apoio militar do governo da Namíbia invasão da Jamba depois de 2000?

Resposta:- Com certeza. Essas acções conjuntas entre os governos de Angola e da Namíbia tinham como objectivo nos desalojar da Jamba. Foi uma forma de agradecer pelo facto de os terem ajudado pelo MPLA ou retalhação pelo facto de acreditarem que a UNITA apoiava o MLC? **Resposta:-** Foi apenas um gesto de agradecimento pelo facto de os terem ajudado na sua luta de independência. Como quem diz "nós te ajudamos, agora chegou a vossa vez de nos ajudarem". Porque não faz sentido em atacar uma força independente que você conhece muito bem.

Pergunta:- Falava-se de formação de um comando unificado dos movimentos de libertação nacional socialista da África Austral.

Resposta:- Olha, há qui o dito eixo da Casa Blanca que tinha na mira

Este movimento começou pela Tunísia com a cabeça a Líbia. Então esses países africanos que tinha um pendor o Bloco do leste tinham o seu eixo definido. Tinha, em África, a Zâmbia, o Zaire, Angola, Namíbia, Moçambique, Zimbabué e, por fim, a África do Sul. Isto é no âmbito da expansão russa. Em termos políticos o Ocidente estava mais bem representado havia países como a própria Zâmbia, o Uganda, o Zaire, o Gabão, a Costa de Marfim, Marrocos e outros. Esses também tinham outra visão, mas não chegaram de fazer outro comando unificado contra o socialista. Eles sabiam que não tinham capacidade de fazer frente a África do Sul porque era uma potência militar e económica de África. Com os apoios mais de alguém, não era possível. Pois, os países da linha do frete era aqueles, mas só funcionava no âmbito político e diplomático. A UNITA não era reconhecida pelos países da Linha da Frente porque não fazia parte.

Pergunta:- Que papel da UNITA desempenhou em Angola e em África, em geral?

Resposta:- a UNITA tinha tem uma importância muito grande porque era uma miragem , em África falar de democracia. A UNITA batia-se pela democracia, isto é um facto irrefutável.

Pergunta:- Podemos falar sobre a questão "Operação Madeira" (eventual cooperação entre a UNITA e o regime colonial português).

Resposta:- O que enfureceu os outros movimentos de libertação nacional foi o facto de a UNITA ter lutado a partir de dentro do país. Eles não aceitam que alguém poderia ficar no país sem colaborar com os portugueses. Mas foi um facto porque as experiências desses anos todos, devendo entrar sempre em contacto com o povo. Outros estavam lá em Kinshasa em quanto que os outros estavam cá a lutar. Então seria difícil entender isso. Os madeireiros, até aqui no Cunene, nas nossas bases vinham madeireiros de vários pontos do país. Eles davam comida e outras coisas e nós dizíamos cuidados. **Pergunta:-** O Dr. Savimbi era tratado em hospitais

portugueses? **Resposta:-** Não, não. Se a própria Zâmbia não admitia quanto mais os portugueses.

Pergunta:- Fala-se de divisão de Angola (em Angola do Sul e Angola do Norte)?

Resposta:- Essa ideia nunca existiu. Foi invenção propagandista e política. Nunca ouvi isso nem em nossos debates. Só ouvi uma vez isso através da Rádio Nacional de Angola. Por isso mesmo que a guerrilha da UNITA não esteve só no sul, esteve em toda Angola, inclusive Cabinda.

Pergunta:- Tem alguma coisa que possa dizer?

Resposta:- Só para dizer que, graças a Deus a visão estratégica desse homem que hoje estamos a falar aqui, que colocou tanto de joelho, capaz de criar aliados que eram inimigos, após de desafiar ao dizer primeiro o angolano, depois o angolano era muito forte. Isto define quem era esse homem. Quando ele diz que a cooperação comigo não é fácil. É para dizer que Angola não ganhou a independência de uma forma singular. Se formos a ver, em Moçambique só havia a FRELIMO, em Cabo e Guiné-Bissau só havia o PAIGC. Só em Angola tínhamos a FNLA, o MPLA e a UNITA. Então a sua descolonização tinha que ser singular. É por isso que os acordos de Alvor recomendaram a realização de eleições. Uma vez reconhecidos os três movimentos de libertação nacional quem deveria receber o poder? Mas os marxistas acharam com base a sua filosofia, ser um só representante. Na estratégia russa aliada ao Partido Comunista portuguesa decidiram correr com os outros em Luanda para poderem proclamar a independência e poder ficar com o poder. Porque com uma independência proclamada e reconhecida era o suficiente. E quem for a fazer acções ali era tido como agressões. Mas podemos considerar um indivíduo de grande legitimidade, o MPLA, até hoje não o reconheço como tal, continua apresentar políticas estranhas. Não há sinceridade para a pátria que ele diz a defender. Não conheço um momento em que um elemento do MPLA fale a verdade. Para dizer que valeu muito, devemos conhecer a história do nosso país porque o contexto geopolítico de Angola dos anos 1976 a 1990 era no âmbito do conflito Leste - Oeste. E o eixo África do Sul não tinha só a ver com a questão da independência da Namíbia era essencialmente a implantação do comunismo em África.

Quando se dizia "Angola trincheira firme da revolução em África" é exactamente isso, a implantação do comunismo. Valeu a pena ter havido habilidades e terem "perdido" alguns angolanos e tiveram resultado satisfatório tanto na Namíbia como na África do Sul. **Pergunta:-** Depois da paz tem tido uma intenção de aproximação entre a SWAPO e a UNITA, depois de terem conhecido momentos menos agradáveis? **Resposta:-** Não tem havido essa iniciativa por questão muito simples. O partido que governa Angola acha que aquele que tem uma relação

próxima com o seu adversário é um aliado desnecessário. Isto significa que a mentalidade os nossos irmãos ainda é conflituosa. Eles fazer condicionar as relações entre outros, mas nos bastidores existe. Já houve, em 1991, contactos que regularizaram as relações. Mas, o recomeçar da guerra este assunto passou a dividir as autoridades namibianas e da própria SWAPO até 2002. Algumas deles acharam que era um erro ter abandonado a UNITA. Depois de 2002 as relações foram normalizadas, existem delegações que têm ido à Namíbia visitar, inclusive, temos uma representação lá em Windhoek, Namíbia. É uma relação não formal.

Hoje, na Namíbia, há pessoas que falam de "boca cheia" que valeu muito a experiência ganha por ter estado com a UNITA. Nas teses que defendiam durante as reuniões conjuntas, principalmente as que, posteriormente, foram postas em práticas. Porque nem tal socialismo genuíno serve para a África nem a tal dita democracia ocidental genuína nos serve. Mas, devemos encontrar a possibilidade de fazermos uma gestão da liberdade humana desde que há um poder democrático. Isto é, a prioridade ao homem. O Léopold Sédar Senghor (do Senegal) desenvolveu uma matriz, um tipo de filosofia que nós podemos chamar de socialismo africano que também foi defendido por Keneth Kaunda. É uma filosofia mais adequada para a gestão da África. Eles pensavam que a importação de ideologias não era o mais ideal. Eles usam essas bases para introduzirem o que mais acham interessante para a África. E isto era ponto de partida da UNITA e da SWAPO, também. Porque enquanto o socialismo diz que o país é monopartidário, nós dissemos que não. O país não é monopartidário. Enquanto eles dizem que a economia é centralizada, nós dissemos não pode ser. Tem de ser descentralizada. Enquanto dizem o capital em primeira instância, nós dissemos não. O capital não é para alguns. Logo, começa já a desviar-se das bases do socialismo, ficando pelo centro – tira dali alguns elementos e tira também no outro.

O mais me fascina é quando já nos anos 1978 e 1979 o Dr. Savimbi dizia "hoje de costas viradas com a SWAPO, mas amanhã nos abraçaremos quando cada um conseguir passar dessa". Isto significa que quando os nossos interesses forem defendidos poderemos, um dia, trabalhar juntos porque as alianças são passageiras. Por conforme o Dr. Savimbi dizia "as armas que libertam o nosso país não cheiram país de origem, cheiram pólvora". Isto quer dizem que não têm pátria, para mim primeiro é Angola e não o país de origem. Ninguém pode colocar a mão sobre aquilo que deu. Por isso ele dizia "a cooperação comigo não é fácil".

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: Paulino António Ndeutapo

Naturalidade: Omupanda – Ondjiva

Idade: 80 nos (16/ 09 /1936)

Nacionalidade: Angola

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior: Data de ingresso 14/10/1974, Comandante militar em diversas regiões (Coronel reformado), Comissário político das FALA

Cargo/Função actual: Secretário Provincial para a Formação de Quadro - Cunene

Instituição: Secretariado Provincial da UNITA - Cunene

Data da Entrevista: 12 -09 - 2016 Hora: 08h:57h Fim: 09:41h Local: Ondjiva

Cooperação entre a UNITA e a SWAPO

Antecedentes históricos das relações entre Angola – Namíbia (... Portugal e a África do Sul)

R.- Eu não posso abordar bem a cooperação entre Portugal e a África do Sul naquela altura, mas posso afirmar que houve uma cooperação entre os governos.

Frequentei na Escola de Artes e Ofícios 1956 -1957 de Ondjiva o curso de serralheiro e mecânico. Em 1957 foi à Moçâmedes trabalhar no grémio indústria de pescas. Em 1959 foi à Sá da Bandeira (actual Huila) trabalhar Caminho de Ferros de Moçâmedes. Foi ali, no Lubango, onde, através de um capitão, encontrei a linha política clandestina com ideias revolucionária com intuito de lutar pela libertação de Angola, já tinha na altura 18 anos. Foi quando apareceu um senhor Ovakwanyama chamado Godfrey Nangonya, que tinha sido preso em São Tomé, em 1959 e 1969. Vinha das cadeias de São Tomé e Príncipe e Guiné - Bissau. Ele vinha das coloniais onde já tinha uma rede clandestina, ao abrimos uma frente esta região, e era compostos pelo Eng. Mendes, a Armindo da Lelo o Jerónimo Sinedima (Ovakwanyama) e Francisco Lopes (Mupa) e Luís Haeleka (Evale) e Geovani Sidolo (Cuamato), Cosme Octaviano de Castro Mohongela, Paulino Tchovwa (Quipungo), Tomé Francisco Nambali (Humbe), Emanuel Francisco Basílio (Huila), Francisco Angular e Emanuel Chivela. Foram esses os meus companheiros na qual estivemos presos juntos em 1961. A direcção da desta linha era composta pelo padre Joaquim Pinto de Andrade, em Luanda, Meu senhor Emanuel Cosmo das Neves. Em Janeiro de 1961 aparecemos rumores de um barco "Santa Maria" que tinha sido capturado no Porto Santos (Brasil), por 70 homens, chegando ao alto mar, o Capitão Galvão Teles retiram os tripulantes. Daí aparece o 04 de Fevereiro de 1961. Esse 04 de Fevereiro foi realizado pela UPA, através do Condigo Emanuel das Neves, a nossa rede começou a perder porque prenderam o Paulino, depois o Sidolo, por fim todo grupo foi preso, em 1961. Daí veio o 16 de Março da UPA, e foi comandado por um kwanyama chamado João Baptista Pelistevé, natural de Ondjiva. Depois de estrámos presos, a 22 de Maio de 1962, fomos enviados para o campo de trabalho reforçado de Mussombo onde encontramos um grupo de 80 elementos com três comandantes do 04 de Fevereiro: Paiva da Silva, Imperial Santana e o comandante Soty Maior. Depois chegara o meu grupo que trazia 270 homens, entre os quais 13 era do Cunene,

outros eram da Huila, Benguela e Moçâmedes. O nosso grupo do Cunene era chefiado pelo Godfrey Nangonya, os do Lubango pelo senhor Mendes e os de Moçâmedes pelo senhor Lalas, o de Benguela era um funcionário das Alfândegas, o Espírito Santos. Depois entrou outro grupo que era mais pesado, mais duro. Eram quase todos de Luanda. Estes dois anos depois foram desterrados para Capolo (no Bié). Este grupo tinha já noções sobre uma independência. Neste grupo estava o velho Silas - irmão do Bernardo Silas, Orácio Silas e de Adolfo de Recessão Silas -, Adriano Sebastião, o P. da Cruz, mais velho Pacavira, Adolfo João Pedro, Jaime Madaleno, etc. O meu grupo de 28 de Maio, havia o Machado Minerva, este vinha de Luanda, Paixão Franco e Alberto de Rosário Fátima Sampaio. Depois foram entrando outros. Em 1975 havia em Angola três movimentos políticos compostos pelos três movimentos de libertação nacional: a UPA, o MPLA e a UNITA. Estes três movimentos com ajuda do povo foram os que libertaram Angola. Em 1972, houve também o grupo do povo Ovambo do Cunene, que se rebelou contra os altos impostos. Dentro de 24 horas o imposto teve que baixar de 380 para 80 escudos e também foi abolida a venda dessas bebidas nossas. Em 1974 a tropa portuguesa fez o golpe de Estado e em 1975 o Acordo de Alvor – entre os movimentos de libertação nacional de Angola (MPLA, FNLA e a UNITA). É assim que esses movimentos vieram em Angola e com intuito de fazerem os manifestos eleitorais.

Na verdade eu só conhecia a UPA-FNLA. A UNITA foi formada mais tarde. Eu conheci a UNITA através do António Vakulukuta que vinha cá nos mobilizar. Confesso que todo Kwanyama, do mar ao Leste e Cabinda ao Cunene, foram da UNITA aqui no Cunene através do Kakulukuta. O Vakulukuta quando saiu de lá para cá, em Ondjiva, através do aeroporto local, juntamente com o presidente da UNITA, Jonas Savimbi se hospedaram aí em frente da antiga casa do Mutindi e foram andando a pé para cá, em 1974 -1975.

Não havia ninguém como o Vakulukuta, mesmo o Hailonda o admirava. Ele estudou na França, na Universidade de Bornobi. Depois foi à Zâmbia como representante da UNITA. A SWAPO como, também, era maioritariamente composta por elementos Ovambo e sem espaço para penetrar na Namíbia a partir da Tanzânia e da Zâmbia, então começou a usar o corredor todo da fronteira angolana, desde o Cuando – Cubango até ao Moxico.

Jonas Savimbi, o João Baptista Peristraga, esse Kwanyama, o Marcos Canssanga e outros saíram da UPA devido ao "trabalhismo". O Savimbi entrou com a influência da SWAPO na Tanzânia, do mesmo modo teve que camuflar a SWAPO para poder entrar em Angola com objectivo de ir até à Namíbia fazer as suas acções. Quando a UNITA veio em 1974, um primo meu chamado Marciano, também primo do General Fabiano, o Fernando Vahekeni, o Alberto e eu. Logo perguntámos qual era vossa ideologia? Eles não quiseram responder e nós saímos

do comício. **Pergunta:-** Qual era a ideologia nessa altura? **Resposta:-** Era um socialismo que será adaptável segundo o contexto local. Porque Angola é constituída por 18 províncias e cada uma com suas etnias, culturas e especificidades. Segundo havia uma pequena contradição entre os pretos dos movimentos de libertação nacional, ninguém queriam mulatos e brancos. Era uma separação até mesmo no MPLA, surgiram a facções de Chipenda, Mário Pinto de Andrade e do Neto. O Neto teve que fazer outros contactos fora de Angola na Zambia e em outros países. Foi quando teve o apoio dos ex-presos políticos que tinham acabado de sair nas cadeias.

Depois aconteceu a revolta do Nito Alves. O primeiro ataque que a SWAPO fez foi no Omugulugwombashe, perto do Cuangar, a partir de Angola. Quando ele estram aqui em Angola, principalmente cá no Cunene, em 1974-75, eu fui uma das pessoas quem foi buscar/receber o comandante da SWAPO, Haulindyaba, aqui em Cafima (Okafima) com o meu carro. O Savimbi quando veio cá, em Ondjiva, estava acompanhado pelo responsável da pasta da defesa da SWAPO, o Nanyemba, o comandante Haulindyaba, o comandante Mbulunganga, comandante Patrice Hoyhambo e o Ngilivindi, eram cinco elementos da SWAPO. Depois veio o Hidimo. Eles se hospedaram em minha casa, alí no bairro Bangula, na terceira casa depois da casa do Julião, excepto o chefe da Defesa que ficou em casa do Amândio (de origem portuguesa). Ninguém sabia que eles eram da SWAPO porque eles andavam pouco. Ninguém desconfiava porque só ficávamos juntos a noite, de dia eu ficava com os brancos.

Mais tarde eles fixaram a sua residência ali em Oshitumba, foi eu quem levou o comandante Haulindyaba para esta basa de Oshitumba e Mufima (responsável da SWAPO pela área da Educação). Depois abrimos alguma linha para alguns deles irem à Ombadja (Cunene). O antigo edifício os Assuntos Sociais (em frete ao BPC) era representação da SWAPO cá, em Ondjiva.

A nossa separação foi depois dos bombardeamentos do MPLA. Nós saímos das cidades para às matas e eles ficaram não quiseram mais ir às matas, decidiram ficam com o MPLA. Mas, antes alternavam uma semana connosco e outra semana com o MPLA. Quando o MPLA estivesse a recuar eles iam às bases da UNITA e quando a UNITA estivesse a recuar eles iam às bases do MPLA.

Pergunta:- Quis foram as actividades concretas no quadro da cooperação?

Resposta:- A UNITA ofereceu o terreno para se instalarem e possibilitou fazer as suas acções na Namíbia. A SWAPO nos dava armamento. Depois de 90 somei Victória, como comandante da área do Onangwe, Oshimbeda e Oshitumba, perante a aqueles mais velho do Kuamto (o Geraldo, camandante do Oukongo e um Muhumbi que era comandante da Chibemba, o Basílio).

Pergunte só ao Kundi, eles fugiam. Ele também tem contado. Ele é rápido ao atacar, mas também foge quando está difícil.

Pergunta:- Para além da SWAPO a UNITA cooperava com outros partidos ou movimentos da Namíbia? **Resposta:-** Não. Só com o ANC. Mas estes estavam mais ligados com a SWAPO.

Pergunta:- A UNITA tinha relação próxima com Movimento que lutava pela libertação de Caprivi.

Resposta:- Não.

Pergunta:- Podemos falar sobre a Batalha Cuito Cuanavale?

Resposta:- Eu também fui um dos primeiros defender o Cuito Cuanavale. O MPLA queria conquistar o Cuito, depois Mavinga, depois Kugau kukim e finalmente Jamba. Mas não consegui. Eles apanharam porrada e saíram a correr porque tínhamos um aliado forte, a África do Sul que esta atrás da SWAPO. Devido à "sobra de eles nós conseguíamos avançar". A SWAPO quando quisesse ir à Namíbia tinha de ser uma rectangular dos cubanos, só fosse sozinha não era possível devido aos sul-africanos. Eles não conseguiram entrar na Jamba, o Pedalé e a França Ndalú saíram a correr. Nós ganhamos essa luta porque fomos chamados para dialogar com eles.

Os sul-africanos nos ajudaram mais com artilharia pesada na infantaria era muito pouco. Na primeira linha estávamos nós, os sul africanos estavam na segunda linha.

Depois fui transferido para o Likuwa e quase na Jamba com os meus camiões de abastecimentos (camiões de cobertores, roupas, medicamentos, 5 de comida) passamos em Caiudo, Calai, Savati e ficamos em Tandave, onde tínhamos feito a nossa base. Os tinham bons operadores. Depois de camuflarmos os veículos e dei recado ao do MPLA que estavam no Mukundo que ira incendiar no dia seguinte. Foi assim que dois militares do MPLA decidiram renderem-se na nossa base, um deles é o Shimbungo. No dia seguinte, às 05h da manhã, começamos a atacar e eles fugiram indo para além do rio Cubango. Só o Vietnam conseguia resistir. Mas também nós tínhamos bons comandante cá, no Cunene, como o Estrondo e o Octaviano, era toda kwanyama.

Entrevista a Entidade do MPLA e da ex-FAPLA

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: Quartím Saulo Hupopi Paulo.

Quartim Saulu Paulo

Naturalidade: Evale-Cunene

Idade: 58 Anos

Nacionalidade: Angola

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior: data de ingresso a 04 /02/1974, em Benguela, quando se encontrava a trabalhar como contratado, através do comandante Cassanga, que realizava comício na nossa fazenda. Em Junho 1975, com os meus do bairro, me alistei às FAPLA, em Ondjiva, na ex-creche (era o Quartel das FAPLA), depois do recrutarmos no Peu-Peu fui colocado no Quartel da ex-Creche até o colidir da guerra entre o MPLA e outros movimentos. Vários anos como 1º Provincial da JMPLA e 2º Secretário Municipal do MPLA, Administrador Comunal, etc.

Cargo/Função actual: 1º Secretário Comunal da MPLA em Onehone (Cunene)

Instituição: Comité Comunal da MPLA em Onehone- Cunene

Data da Entrevista: 21 -11 - 2016 Hora: 09h:05´ Fim: 10h:00´ Local: Ondjiva

Em 1975 quando começou a guerra entre os movimentos de libertação nacional, precisamente entre o MPLA e a FNLA, eu já me encontrava no Quartel das FAPLA , ali na antiga ex-Creche, foi precisamente quando eram 18 horas, no mês de Agosto de 1975, os tiros começaram neste mesmo Quartel. Nesse dia os nossos camaradas foram fazer descer a bandeira do MPLA aqui no Quartel e o Quartel da FNLA fica ali onde ficava o Comando de Unidades de Protecção dos Objectivos Estratégicos (CUPOE). Entretanto, ao terminaram o descer da bandeira a FNLA começou a disparar e os nossos comandantes responderam prontamente.

Em 1975 quando começou a guerra entre os movimentos de libertação nacional, precisamente entre o MPLA e a FNLA, eu estava no Quartel das FAPLA, aí na antiga ex-Creche [em Ondjiva], eram precisamente 18 horas, no mês de Agosto de 1975, quando os tiros começaram no nosso Quartel. Nesse dia os nossos camaradas [do MPLA] estavam a fazer descer a bandeira, no Quartel. [Em Ondjiva] a FNLA tinha dois quartéis – um em frente ao Hospital Central de Ondjiva e o outro ficava nas ex-instalações da Unidade de Protecção dos Objectivos Estratégicos (UPOE). Entretanto, ao terminarem

o descer da bandeira a FNLA começou a disparar e os nossos comandantes responderam prontamente. Não houve confrontos com a UNITA, nessa altura, porque a UNITA ainda não interveio no conflito porque era fraca. A FNLA era mais forte em relação à UNITA. Por volta das 6 horas da manhã, do dia seguinte, a situação já estava controlada pelo "Esquadrão Kalulu" das FAPLA, comandadas pelo Kalulu. Mas, a FNLA-ELNA continuava a resistir. A UNITA não conseguiu resistir e retirou-se de Ondjiva. Foi neste momento que conheci o comandante Cow Boy. Foi nessa época, Agosto de 1975, que conheci pela primeira vez os guerrilheiros da SWAPO, quando o comandante Kalulu em companhia do comandante da SWAPO, o Dimo, estiveram cá. Afinal o comandante da SWAPO, o Dimo, era primo do comandante das FAPLA, o Kalulu. Todos são naturais do Oshiede. Foi quando conheci o comandante Cow Boy. Esses guerrilheiros da SWAPO apareceram, na altura, ainda me lembro, com um tipo de arma que nós chamávamos RDC. Depois de conversarem um bom tempo com o comandante Cow Boy e o comandante Kalulu foram-se

Pergunta: Nesta altura houve confrontos com a UNITA?

Resposta:- Não houve confrontos com a UNITA, nessa altura, porque a UNITA ainda não tinha intervindo por ser fraca, na altura. A FNLA era mais forte em relação à UNITA. A FNLA tinha dois quartéis – Um em frete ao Hospital Central de Ondjiva ou e outra ficava nas instalações da CUPOE. Por volta das 6 horas da manhã, do dia seguinte, a situação já estava controlada do "Esquadrão Calulu" das FAPLA, comandadas pelo Calulu. Mas a FNLA-ELNA continuava a resistir e a UNITA não conseguiu resistir e retirou-se de Ondjiva. Foi quando conheci o Comandante Cow Boy. Ele vinha porque cá devido alguns instrutores das FAPLA's do campo de treinamento do Peu-Peu, o Domingos e o Carlos, que teriam sido mortos, atirados numa cacimba depois de cortarem terem as suas línguas cortas pelos militares da ELNA quadro tentavam ir à Ondjiva. Facto que criou uma agitação que levou uma retalhação por nossa parte.

Foi nessa época, Agosto de 1975, que conheci pela primeira vez os guerrilheiros da SWAPO, quando o Comandante Calulu com o Comandante da SWAPO, o Dimo. Afinal o comandante da SWAPO, o Dimo, era primo do Comandante das FAPLA, o Caluva. Todos são naturais do Oshiede. Foi quando conheci o Comandante Cow Boy. Esses guerrilheiros da SWAPO apareceram, na altura, ainda me lembro, com um tipo de arma que nós chamávamos RDC. Depois de conversarem um bom tempo com o Comandante Cow Boy e o Comandante Caluva foram-se.

Passando uma semana, depois de aparecerem os guerrilheiros de a SWAPO ter aparecido na nossa Unidade, as nossas forças que se encontravam na Santa Clara, Shiede e na sede de Onamacunde foram corridos por uma Unidade de Cavaaria sul-africanos que, aparecendo assim a primeira tentativa de invasão e ocupação do exército sul-africano. Esses nossos camaradas vinha se concentra aqui na nossa Unidade, assim a nossa fronteira ficou abandonada, ficando sem representantes da FAPLA's na Santa Clara, Onamacunde e no Oshiede.

O camarada João Hailonga, que naquela altura era o representante do MPLA, no Cunene, passa pela nossa Unidade dizendo que pretendia ir ter com os sul-africanos. Assim que regressou disse que conversou com os sul-africanos, mas que deveria ir ao Lubango buscar reforço, principalmente armamento. Por volta das 18 horas deste mesmo dia o nosso comandante disse-mos "deveríamos estar preparados porque os sul-africanos querem de nós". Esta foi a última palavra do comandante para connosco. No dia seguinte, por volta das 12 horas, primeiro vinha um nosso carro (Unimog) em alta velocidade, que teria ido lenhar, mas que acabou por regressar sem lenha, disseram-nos que os sul-africanos estavam a vir, era hora do almoço e eu já linha tinha sido servido, tinha sido abatido um porco muito grande. No momento que eu saía da cozinha para ir beber água na torneira que se encontrava qo lado do portão do qual vimos uma avioneta, depois se seguiram vários helicópteros e mais tarde apareceram os veículos blindados. Os primeiros blindados que apareceram só passaram com objectivo de fazer o desembarque lá atrás – na zona entre o aeroporto e a nossa Unidade das FAPLA´s (na actual Bavária) e depois apareceram os carros com tropas sul-africanos fazendo uma propaganda psicológica com as armas apontadas para a nossa Unidade. Foi assim que um dos nossos militares, o Capala, disparou contra a coluna sul-africana que respondeu brutalmente. O Capala foi atingido gravemente. Eles prosseguiram com os disparos da aviação e blindados dos sul-africanos começaram a disparar contra nós e contra a nossa unidade.

Eu, um camarada Angolano, natural duma região da Namíbia que foi guerrilheiro do MPLA e que actualmente vive na Namíbia, e mais dois camaradas, depois de sermos expulso de Ondjiva, decidimos ir ao Oshihunga, porque o Xangongo também já estava nas mãos dos sul-africanos. Quando chegamos em Oshihunga um cidadão muito educado disse-nos que nos aconselhou a não ir ao Onanghwe porque, segundo ele, havia um destacamento da UNITA.

Depois de este cidadão matar um cabrito para nós no dia seguinte seguimos com o destino à Evale, ao passarmos perto da localidade de Okatale me encontrei com o ex-colega de trabalho em Benguela, o Kandibi, actual funcionário da LEVON.

Portanto, essa foi a primeira tentativa de invasão e ocupação do nosso país pelas forças sul-africanas, na qual ficou um pouquinho depois regressou ao Namíbia. Quando veio pela segunda vez eu já não participei esse acção porque me estava na Comunda do Evale. Antes o Comandante Cow Boy veio com outro esquadrão para reforçar o nosso esquadrão que tinha sido disperso. Passou pela Môngua e Evale, onde encontrou alguns camaradas guerrilheiros. Eles dirigiram-se para Ondjiva, mas encontraram que a UNITA já tinha tomado a Cidade. Isto quer dizer que assim que os sul-africanos se retiram a UNITA ocupa automaticamente e, mais tarde veio já essas forças dirigidas pelo Comandante Cow Boy com objectivo de expulsar a

UNITA de Ondjiva, com o reforço que foi do Lubango, em Agosto ou Setembro de 1975. No fim dos comantes foi quando morre o Comandante Cow Boy, ali nos Castilho.

Pergunta:- Numa mina?

Resposta:- Não. A guerra já estava ganha, a situação já estava subcontrolo das FAPLA's. Afinal havia um elemento da UNITA por cima de uma árvore, atirou para o comandante, que se encontrava a carregar distraidamente. Mas o elemento da UNITA também não sai dali, foi neutralizado pelo guarda-costas do comandante. Segundo os meus colegas que participaram nesta acções, como disse eu não participei nesta acção, as últimas palavras do comandante Cow Boy foram "a luta contínua, a vitória é certa". Ele foi enterrado no Lubango. Passando uma semana, depois desta acção, foi quando veio a invasão sul-africana que continuo até ser travada na Batalha de Quifangondo.

Pergunta:- Qual teria sido o objectivo deles?

Resposta:- O objectivo deles consistia em impedir a proclamação da independência que já estava definida para 11 de Novembro de 1975. A África do Sul veio a convite da UNITA para socorrê-lo. Como o movimento favorito era o MPLA, então o objectivo era de colocar a UNITA no poder e proclamar a independência. Pois o movimento que estivesse em Luanda estaria em condições de proclamar a independência. Nessa altura quem estava em Luanda era somente o MPLA porque todas as forças, da UNITA e da FNLA, tinham sido expulas de Luanda.

Então, como o movimento favorito era o MPLA, a intensão do exército sul-africano era de correr com o MPLA para pôr a governar o seu movimento favorito que era a UNITA. Enquanto no Norte de Angola também vinha o exército regular do Zaire e mercenários, todos com objecto de capturar Luanda. Como as FAPLA's não tinham capacidade os dois exércitos regulares muito bem equipados, era apenas uma força de guerrilheiros sem meios e materiais de guerra, apresentando uma correlação de força desequilibrada. Devido a esta situação a Direcção do MPLA, naquela altura, sob direcção do camarada Presidente António Agostinho Neto, pediu um apoio dos internacionalistas cubanos. Os cubanos quando vieram encontraram que estas cidades todas já tinham sido ocupadas pelas tropas sul-africanas, as Batalha de Quifangondo, a Batalha de Ebo e a de Cabinda, esta foi entre mercenários e tropas zairenses contras as FAPLA's, foram decisivas porque alterou a correlação de forças, mondando a situação no País a favor do MPLA. Nós já estávamos no Evale, acompanhando a situação através do programa Angola Combatente, da Rádio Nacional de Angola.

No Evale criou-se um destacamento das FAPLA's coordenado pelo camarada Eusébio, também estava lá o Camarada Soares, Bonifácio e o camarada Sem Medo, este último já se encontrava

ferido em combate e eu também estava hospitalizado no Chulo, até a chegada dos internacionalistas cubanos, em 1976. Antes da chegada dos cubanos toda essa parte sul de Angola estava sob domínio da UNITA. Também foi neste período em que se viu o apoio aberto de armamento da África do Sul ao favor dos guerrilheiros da UNITA. No começo da guerra os guerrilheiros da UNITA não tinham capacidade de enfrentar as FAPLA's e os cubanos. Quem tinha capacidade de enfrentar as FAPLA's era só a FNLA que realmente tinha material militar. A UNITA tinha pouquíssimo que tivera conseguido do exército colonial. A UNITA só se vê fortificada depois da invasão sul-africana.

Pergunta:- Mas a UNITA diz que foi a FNLA quem chamou os sul-africanos para intervirem em Angola.

Resposta:- Não, não. Naquela altura o Vakulukuta esta aqui no Cunene. Eu quando voltei para Cunene, em 1975 já encontrei o António Vakulukuta cá. Aquela casa que era do camarada Governador Pedro Mutindi, onde actualmente funciona a IMBONDEX, era do Kakulukuta e a casa do outro lado era do camarada Hailonda. O do MPLA dum lado da estrada e o da UNITA no outro lado tra estada, não estavam distante um do outro.

Só voltei a ver guerrilheiros da SWAPO em 1976 depois da expulsão dos sul-africanos. Foi quando esses guerrilheiros apareceram aqui, começamos já a nos familiarizar com eles. Naquela altura nem toda gente tinha o conhecimento nem conhecia os guerrilheiros da SWAPO. Na altura tinha uma cooperação um pouco restrita, isto é, cooperação que tinham não muito aberta, a partir de 1976. A cooperação aberta começou em 1977, ou seja, no fim de 1976 e princípio de 1977 porque nesse período as FAPLA's lançaram uma grande ofensiva em todo o território do País denominada "Operação Cobra". Nesta operação em que estavam envolvidas todas as unidades, também participei, também participaram os guerrilheiros da SWAPO, eles serviam para indicar as áreas onde possivelmente estavam as basas da SWAPO para não sofrerem acções por parte das FAPLA's. Portanto, a partir dali passamos a operar com os guerrilheiros da SWAPO. O alvo era os guerrilheiros da UNITA. Segundo as informações secretas os EUA estava a se preparar uma acção no exterior para Angola, isto é, os EUA queria vietnamizar Angola. Isto é, fazer em Angola acções que os americanos tinham feito em Vietnam.

Então, antes de acontecer essa invasão americana, que seria a segunda, as FAPLA's tinha que desencadear uma operação para contrapor o plano americano. Essa operação coincido com a situação que ocorreu no seu do MPLA, o 27 de Maio de 1977. Essa operação só parou nesse período de tentativa de Golpe de Estado.

A partir deste momento fui para outra Região Miliar, em Luanda. Ainda sobre cooperação o governo e os guerrilheiros da SWAPO o Comité Central MPLA e Bureau Político reafirmou o seu apoio e a solidariedade com a causa dos povos oprimidos, com maior destaque a independência da Namíbia. Foi assim que o camarada presidente António Agostinho Neto definiu e sugeriu que se crie uma zona desmilitarizada na região que fica entre Angola e a Namíbia, isto foi em 1977 ou 1979. Depois da criação desta região desmilitarizada Angola começou já manifestar de forma mais aberta e intensiva apoio moral, material e diplomático aos guerrilheiros da SWAPO. Depois de Angola definir e manifestar de forma aberta dessa posição a situação e as acções do regime sul-africano em relação à Angola mudaram, a África do Sul também começou novamente a invadir Angola. Antes o apoio era informal e não era forma aberta. Ainda me lembro de uma das palavras de ordem do presidente Agostinho Neto dizia que "O povo angolano não se poderá sentir livre e independente enquanto existir o regime de *apartheid* na Namíbia". Daí a África do Sul começou a invadir o espaço e terrestre aéreo angolano.

Em ralação à causa o povo namibiano realmente pode que se hoje a Namíbia está independente e a liberdade da África do Sul graças à solidariedade, o apoio moral e material do povo angolano. Os angolanos tiveram que pagar muito caro por essa solidariedade pela causa namibiana, da África do Sul e do Zimbabué. Realmente, Angola se bateu e conseguiu cumprir com o legado o saudoso presidente António Agostinho Neto que "Angola é e será a trincheira firme da revolução em África e que na Namíbia, na África do Sul e no Zimbabué está a continuação da nossa luta".

Pergunta: Em que ocasião foi proferida essas palavras de ordem?

Resposta:- Acho que algumas dessas palavras foram proferidas no seu discurso no âmbito da realização do I Congresso do MPLA, quando o MPLA define a sua linha de orientação política, em 1977, onde ficou clara a posição do MPLA, quer no plano interno como no plano internacional.

Pergunta:- Em que consistia o apoio diplomático?

Resposta:- O MPLA já exigia o cumprimento da resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que recomendava a independência e a retirada dos sul-africanos do território namibiano. O Governo angolano começou a promover o direito e a vontade o povo namibiano, sensibilizando os países africanos, a OUA, os países de diversos continentes. Passou a levar a questão à todas as tribunas internacionais e nacional sua posição, mostrando a sua posição em

relação a resolução do problema da Namíbia. A resolução do problema do território namibiano passava pela descolonização da Namíbia. Levar o povo namibiano decidir o seu próprio destino.

Perguntas:- Ideologia do MPLA ao longo da sua história (1975 -2015)?

Resposta:- Naquela época o MPLA se definia como um partido Marxista-leninista. Depois com o advento da paz o MPLA ia rever os seus programas e reformulou as suas políticas interna e externa. Também a própria situação que se vivia no mundo era diferente. Então o MPLA também começou a realizar mudanças, sendo um partido de massas que segue o socialismo democrático.

Pergunta:- Quanto tempo cumpriu o serviço militar?

Resposta:- Entrei na tropa em 1975 e sai em 1983, quando Angola experimentou pela primeira vez à disponibilidade militar. Naquela altura já tínhamos oito anos de serviço militar. A lei estabelecia dois anos como o tempo de permanência e cumprimento militar. Nós fomos os primeiros nesta experiência. No entanto, comecei a minha vida civil e que batendo as portas do MPLA e foi aceita para trabalhar na JMPLA. Desde 1983 até hoje passaram 33 anos a exercer cargos de direcção e chefia político-partidária e público, ao mesmo tempo.

Pergunta:- Podemos falar sobre Relação entre o conflito de Angola e o conflito da faixa de Caprivi (1992 – 2002).

Resposta:- Nesta altura eu já estava fora da corporação, as informação que tenho vinham por terceiros. A cooperação entre as nossas forças como as da Namíbia existiu e continua a existir. A UNITA teve muita uma inclui naquela região assim como uma cooperação com os guerrilheiros do movimento de Caprivi. Eles tinham a fronteira toda aberta naquele lado e conseguiam se abastecer um ao outro. Mas o que veio se passar depois de 1992 a 2002 não acompanhei todas as situações militar.

Pergunta:- O que está na base da forte cooperação existente entre Angola e a Namíbia?

Resposta:- Como disse antes, a SWAPO esteve em Angola e a sua luta pela independência da Namíbia foi desenvolvida em Angola. É na base desta relação ou acontecimento erguido durante a luta de independência da Namíbia contra o inimigo comum, os sul-africanos, que criou premissa que ultrapassadas essa etapa veio o reforço de cooperação económica, político e social.

Também temos a parte cultural que nos liga com a Namíbia. Nós sabemos que esta fronteira é artificial herdada do colonialismo, mas os nossos laços de consanguinidade continuam. Há angolanos que têm familiares na Namíbia e namibianos que têm familiares em Angola. Portanto, essas relações sempre existiram. Existem antes da ocupação colonial, durante e depois da ocupação colonial nos dois territórios. Pode não ser em termo de governos mais em termos da população sempre existiu.

Pergunta:- A Namíbia é um parceiro estratégico para Angola e vice-versa no quadro da defesa?

Resposta:- Penso que Angola é um país estratégico na África Austral, pois joga um importante papel estratégico. A política de Angola influencia os muitos países no quadro da defesa no que toca os interesses de defesa comum e no quadro económico. Angola tem uma voz activa na SADC. É um país que por si só auto-afirmou-se, defendeu-se e conquistou esta posição que tem por si mesmo. Outros países chegam a concluir que Angola está em condições, não só pela grande capacidade de recurso económicos, mas também serve para o plano geopolítico e geoestratégico.

Pergunta:- Que objectivos Angola têm pretendido alcançar, até agora com a sua política regional?

Resposta:- Em minha opinião, após ter dado um apoio à Namíbia, África do Sul e ao Zimbabué, e mais tarde à República Democrática do Congo e à República do Congo pretende continuar com o reforço da cooperação e de amizade com esses povos. Não deve terminar, apenas foi outra. Deve ser estendida a outros interesses económicos.

Pergunta:- Tem alguma coisa que não falamos e que precisa dizer?

Resposta:- Valeu a pena os esforços do MPLA. Hoje temos um país unido e a desfrutar a paz de Cabinda ao Cunene. Tudo graças ao esforço do nosso partido, do nosso presidente e do povo angolano que soube interpretar as orientações.

Entrevista a Pedro Tongeni

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: Pedro Tongeni

Naturalidade:

Idade: Anos

Nacionalidade: Angola

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior:

Cargo/Função actual:

Instituição:

Data da Entrevista: 02 -12-2016 Hora: 10:35´ Fim: 12h:00´ Local: Ondjiva

O senhor General Chiwale foi um dos fundadores da UNITA. Quando começou a sua passagem pelo Cunene com o pai, que era um comerciante ambulante que vendia tabaco e outros produtos em Ondjiva que por sua vez compra bois essa região para serem vendidos no Huambo e outras no centro do País. O desenvolvimento deste comércio permitiu-lhes atravessar a fronteira. O pai dele acabou por ter uma amizade com um o senhor Kapakupaku, que era um branco. Havia certa relação entre o Kapakupaku e o pai do General Chiwale em companhia dele. Esse comércio que se estendeu até à Namíbia aconteceu na altura que estava a se criar a SWAPO. Nestas andanças encontraram o senhor Toivo ya Toivo, foi um dos fundadores da SWAPO, e acabou de acompanhar aquela movimentação política da SWAPO, na década de 60.

Depois de o seu pai ser preso pela PIDE-DGS, o General Chiwale sentiu-se ameaçado, temendo ser preso sai do Huambo para o Cunene onde foi recebido pelo amigo do seu pai, o senhor Kapakupaku e tendo ficado um tempo a trabalhar com ele, recrutavam elementos para os serviços por contracto nas pescarias e nas fazendas de sisal, tabaco, etc., em diversos pontos de Angola. Estas foram as principais tarefas dos jovens de Ondjiva naquela época. Iam à procura de estes tipos de empregos em Benguela, Namibe, Lubango e na Namíbia. Então, como ele já conhecia o Toivo ya Toivo, despediu ao senhor Kapakupaku dizendo que ira fazer algumas compras no outro lado da fronteira que na realidade iria ao encontro do mais velho Toivo ya Toivo, acabando por lá ficar.

Foi acompanhando as movimentações e actividades da SWAPO, participando nos seus comícios e acabou por ser militante da juventude da SWAPO. A sua intenção dele era de atravessar a fronteira Namíbia e chegar ao Botsuana onde havia algumas células das formações políticas que lutavam pela de libertação de Angola. Para chegar para lá ele deviria ir sob capa de contracto para trabalhos na África do Sul cujo recrutamento era feito na Namíbia. Havia

longas filas e as pessoas eram seleccionadas em conformidades com o seu porte físico. Os que tivessem porte físico mais robusto eram seleccionados para os serviços nas minas na Namíbia e na África do Sul. Aqueles que tivessem o porte mesmos robusto eram encaminhados para as pescas e fazenda, onde se dedicavam a pastorícia e a agricultura, na Namíbia ou na África do Sul.

Como o Chiwale não tinha um porte físico que lhe permitisse ser seleccionado para serviço as minas, tinha aproximadamente 16 anos, fora das fronteiras namibiana, como África do Sul e Botsuana, o Toivo ya Toivo aconselhou-lhe para ficar um tempo com ele até atingir uma boa idade e um porte fique o permitisse contratar, seca de 20 ou 21 anos de idade, para ganhar um porte físico que aguentasse um a carga dos trabalhos das minas.

Quando atingiu aquela idade decidiu ir para Zâmbia, passando pelo Botsuana, onde havia células dos movimentos de libertação de vários países da África Austral, ainda com as vestes da SWAPO. Foi com outros indivíduos recrutados para as fileiras da SWAPO. Foi assim que o Savimbi rompeu o seu vínculo à FNLA e tentou negociar o seu enquadramento no MPLA, na qual desejava um lugar de destaque, o que não lhe foi dado. Alegando que havia certo tribalismo na FNLA-UPA retirou-se, onde era Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAI, com um bom número de elementos da UPA-FNLA foi fundar AMANGOLA e posteriormente formou a UNITA, a 13 de Março de 1966, Mwangai. Depois de lhe ser negado um lugar de destaque, exigiam-lhe primeiro demonstra a sua acções na base, ele pediu para ser enviado para a Zâmbia com os seus homens a fim de trabalhar como membro do MPLA recrutando elementos para o movimento. Ao em vez de ir à Zâmbia no dia em que era esperado pelos camaradas representantes do MPLA naquele país ele foi um dia antes do dia combinado, enquanto os camaradas do MPLA lhe esperavam no dia seguinte. Posto ali ludibriar a decisão do MPLA e começaram elementos, discedentes da UPA e refugiados angolanos que se encontravam na Zâmbia para formar a sua organização, bem como empresários angolanos de renomes residente na Zâmbia para lhes apresentar o seu programa a fim de angariar apoios para formar a terceira força política.

É assim que ele se encontrou com o General Chiwale e outros elementos. Foi numa época em que a SWAPO também estava a consolidar a sua formação. A China estava disposta a apoiar a criação de movimentos de libertação em África. A SWAPO foi um candidato bem-sucedido ao apoio da China. Então ofereceu algumas bolsas de treinamentos à SWAPO, onde integravam alguns que viria ser guerrilheiros da UNITA, num período aproximadamente seis meses. Savimbi como já era uma figura política conhecida, quando esteve a serviço da FNLA-UPA, entre as elites africanas e foi à academia militar ao em vez de ir para os trenos militares simples,

onde foram os demais. É ali onde ele foi conceber essa ideologia de maoísmo, a teoria de Mao Tsé-Tung, um revisionismo da versão marxista-leninista da URSS. É assim que ele foi conversando com outros elementos para criarem a sua formação quando chegarem em Angola, uma vez que a SWAPO era um movimento que luta apenas pela independência da Namíbia, não pela independência de Angola, visto que ele são angolanos.

Depois da fundação da UNITA, a 13 de Março de 1966, passou a integrar indivíduos que eram da FNLA-UPA e outros que eram candidatos da SAWPO. Então ele defendia que, enquanto o MPLA e a FNLA-UPA têm a sua direcção no exterior de Angola, a direcção do seu movimento tinha de estar no interior de Angola próximo da população da qual procura libertar. Segundo a teoria maoísta "o peixe deve viver dentro da água, fora da água não tem como sobreviver", isto é, para se conseguir libertar o país deve viver dentro país, mobilizar os camponeses e outra população do meio rural, no sentido de insolar as cidades onde estava o poder colonial. Se organizar nas matas, onde poderiam partir para derrubar o poder colonial nas cidades. Só que este movimento não estava reconhecido pela OUA, ONU e nem pelos países africanos independentes, por ser um movimento novo e desconhecido.

Pergunta:- Porque não tinha apoio?

Resposta:- Primeiramente era necessário demonstrar para, de facto, as pessoas, os países e organizações internacionais acreditassem que era um movimento a confiar e pretendia mesmo lutar pela independência do País. Por outro lado, é o facto de ele ser discedente dos outros movimentos. Questionava-se o que ele não se enquadrava aos outros movimentos já existentes? Então era necessário que trabalhasse primeiramente para conquistar o reconhecimento internacionalmente e internamente. Como se implementou na zona fronteira da Província do Moxico com a Zâmbia, cujo os familiares dos povos estão nos territórios fronteiriços dos dois países.

Era um movimento que tinha muitas dificuldades para obter meios logísticos e de guerra para levar a sua luta.

Nesta região onde passou a recrutar mais cidadãos para as suas fileiras também movimentava a SWAPO que já era um movimento reconhecido internacionalmente e que tinha um apoio logístico da OUA, da ONU e alguns países e organizações internacionais. Entretanto, a UNITA procurou encontra-se à SWAPO com objectivo de se beneficiar dessa logística no quando de um acordo rubricado entre os dois. Tal acordo consistia na luta e assistência conjunta. A SWAPO precisava de um corredor no território angolano que lhe permitisse atingir alvos sul-africanos na faixa de Caprivi, uma zona estreita, com vários rios que dificultavam a circulação

dos guerrilheiros e com uma população quase dominada pelos sul-africanos que denunciavam os movimentos dos guerrilheiros da SWAPO, facto que levou a morte de muitos guerrilheiros da SWAPO que tentavam penetrar na Namíbia para praticarem acções. Esse corredor estavam localizados nas zonas controladas pela UNITA, e por sua a UNITA se beneficiava dos bens logísticos da SWAPO. A UNITA convenceu a SWAPO para primeiramente lutarem juntos contro o colono na região do Moxico, depois irem ao Cunene para posteriormente entraria na Namíbia, através do corredor do Cunene, ao invés do corredor do Cuando – Cubango. Era preciso, em primeiro lugar, combater o colono português para ter uma zona libertada que permitisse lutar contra o colono sul-africano que dominava a Namíbia. A região que corresponde hoje a província do Cunene, depois da independência de Angola, permitia-lhes maior facilidade na luta pela libertação da Namíbia devido à facilidade de atingir os alvos no solo namibiano, a partir do território angolano. O acordo entre ele estava a funcionar normalmente.

Então eles conseguiram andar junto durante essas etapas até quando surge o 24 de Abril de 1974 e conseqüentemente a independência de Angola. O governo português promoveu o fogo com os movimentos de libertação nacional. E a SWAPO sempre manteve uma convivência com a UNITA nas matas de Cuando-Cubango e Moxico. Foi nessas circunstâncias em que foi fácil a penetração da SWAPO para esta região do Cunene. Posto no Cunene a SWAPO passou a penetrar na Namíbia a partir do Cunene e do Cuando-Cubango. Estes conjuntos de factores permitiram criar uma ligação entre de amizade entre os dois movimentos.

É dali em que a SWAPO, na qualidade de uma organização já reconhecida a nível internacional, do pouco apoio que recebia em prol da luta pela independência do povo namibiano, a UNITA acabou também por se beneficiar este apoio da SWAPO. Portanto, se estavam juntos, juntos poderiam se beneficiar o apoio logístico (armamento, fardamento, medicamento e treinamento) que a SWAPO recebia da comunidade internacional, para além daquilo que eles angariavam junto das populações que também era compartilhado. Geralmente a UNITA conseguia a logística militar (armamento, fardamento, medicamento e treinamento) por meio da SWAPO ou através de ataques que fazia às posições dos portugueses, caso esses recusassem deixando algum material útil que pudessem recuperar.

Na Tanzânia havia uns apoios direccionados aos movimentos de libertação nacional. É ali onde o MPLA, a FRELIMO e tantos outros movimentos de libertação obtinham os seus apoios. Era um centro de reabastecimentos dos movimentos. A Zâmbia quando se tornou independente ainda havia muita interferência do governo britânico que não permitia a livre circulação dos movimentos de libertação. Temos a história do Rocha Dilolwa que tivera ficado preso na

Zâmbia. Tinham de transportar o material de guerra à noite. Era preciso pôr nos tambores desfasando como se fosse tambores de combustível. Temos também o caso do Hoji-ya-Henda que foi preso por ter andado com uma pistola e condenado a seis meses de trabalho forçado na Zâmbia. Mas depois de cumprir o castigo viu a sua pena ser reduzido por menos meses. Quase todos os movimentos passaram por esta situação porque era difícil a circulação no território da Zâmbia. Só mais tarde a situação passou a ser mais aberto e mais livre. Este facto já acontecia na Tanzânia há bastante tempo. Por isso é que a base de distribuição estava na Tanzânia onde havia mais liberdade na circulação de material de guerra.

Como os guerrilheiros de Angola e da Namíbia tinham que passar pela Zâmbia para fazer transitar os meios logísticos de forma clandestina para que os britânicos não detectassem, uma vez que as leis não permitissem a circulação de tais meios. Essas dificuldades eram extensivas à SWAPO.

Foi assim que em 1973 a 1974 surgem alguns problemas de liderança no seio da SWAPO, assim como houve no MPLA, onde surgiram três facções – a liderada por Chipenda, a liderada pelo Pinto de Andrade e a facção de Agostinho Neto. Na SWAPO surgiu a crise do Sema Nauyoma e de Andre Shipanga. Então a ala do Andre Shipanga acabou por entrar no território namibiano e formaram a chamada "SWAPO Interna". E a fala do Sema Nauyoma acabou por permanecer aqui em Angola. Foi nessa altura em que Agostinho Neto, depois da independência de Angola, acabou por convencer o Sema Nauyoma no sentido de vir para Angola. A SWAPO deixou de receber os apoios da China, Agostinho Neto apresentou o Sema Nauyoma aos Soviéticos e Cubanos para poder se beneficiar dos apoios deles. A China ao saber que o movimento que apoiava esta a receber o apoio dos soviéticos logo deixou de apoiá-los por causa de um desentendimento por causa do tal maoísmo que surgiu na China, apesar de todos serem partidos comunistas. O problema era devido os desvios da fidelidade dos princípios marxista-leninista.

É assim que a ala SWAPO liderada por Sema Nauyoma ficou cá, em Angola, com o apoio já da União Soviética e de Cuba. Nós chegamos a presenciar lutas aqui no Oshitumba (Cunene) entre a ala liderada por Sema Nauyoma e a ala liderada por Andre Shipanga. Na altura era preciso decorar quem era da ala Sema Nauyoma e quem era da Andre Shipanga. Alguns da ala do Andre Shipanga foram neutralizados e outros acabaram por entrar na Namíbia, onde se encontravam alguns dos seus líderes.

Pergunta:- Quais foram os elementos que distingue as duas alas?

Resposta:- Primeiramente era aquele da ala do Andre Shipanga mostravam uma trégua aos colonialistas. Mostravam um pequeno grau de incoerência política. Praticamente, eles queriam

que o problema da descolonização fosse feita de outra maneira, isto é, levar a luta apenas por via política. Enquanto que a ala do Sema Nauyoma insistia a libertação da Namíbia pela via armada. É assim que foram à Namíbia e transformaram-se num partido, não como uma força militar a lutar contra o sistema colonial.

Pergunta:- Qual foram as razões que levaram o MPLA e a SWAPO a não estabelecerem uma cooperação activa antes de 1976?

Resposta:- Existia uma cooperação com o MPLA. Os contactos com a UNITA eram quase secretos, no princípio. Só os elementos das duas direcções sabiam que havia essa cooperação. O Sema Nauyoma antes tinha uma relação com o MPLA muito antes da criação da UNITA, apesar de serem criadas quase no mesmo momento. A SWAPO já vem a fazer política anticolonial há muito tempo, por volta dos anos 50 a 60.

Geralmente, no seio dessas organizações há sempre algumas alas. Se calhar dentro da SWAPO havia alguma ala que era mais amiga da UNITA e outra mais próxima ao MPLA. Tudo é possível.

Nós vimos com os nossos olhos quando os elementos da SWAPO vinham cá, em Ondjiva, vinha com crachás da UNITA, como se fossem da UNITA. Muita gente não se percebeu se eram de facto elementos da SWAPO. Aquilo era para confundir para que os sul-africanos não identicassem os elementos da SWAPO. Mas a partir do momento em que a UNITA aliou-se aos sul-africanos a ala da SWAPO pró-MPLA demarcou da UNITA. Foi ali quando surge o problema do Godfrey Nangonya.

Pergunta:- Qual foi o problema do Godfrey Nangonya?

Resposta:- Segundo o próprio Godfrey Nangonya, isto é, contado por ele próprio, e o que contam alguns políticos, o Nangonya tinha sido infiltrado na UNITA por causa dessa relação que a UNITA tinha com os sul-africanos. Era um espião da SWAPO dentro da UNITA para acompanhar todas as actividades da UNITA em relação aos sul-africanos. Só que os elementos da SWAPO na altura da sua detenção, em Oshitumba, pelas forças do FAPLA's, no âmbito da luta entre a UNITA e da crise entre que se instalou no seio da SWAPO, não foram suficientemente rápidos para comunicarem às autoridades do MPLA que ele era um elemento da SWAPO introduzido como espião, que não era de facto um elemento da UNITA. Só que teriam sido encurralados quando o surgimento da crise que se verificou na SWAPO. Foi assim que eles foram encontrados pelas FAPLA's numa na base da UNITA, em Oshitumba. A partir daí foi trazido ali ao lado do Hospital Central de Ondjiva, onde havia um campo, na qual estava a ser interrogado e espancado. Não sei quem comunicou ao presidente Agostinho Neto, porque

o Nangonya é uma figura de cariz internacional (Eu poderei mais tarde falar dele duma outra maneira).

Foi assim que Agostinho Neto se apercebeu que as FAPLA's tinham apanhado o Nangonya, então mandou um avisar a direcção das FAPLA's que estava aqui, em Ondjiva, para enviarem o Nangonya ao Lubango onde o Agostinho Neto deveria mandar uma avioneta que o levaria à Luanda, porque naquele tempo ainda não era possível aterrar aeronaves cá. Foi assim que o Comissário do Cunene, Ivadí, se encarregou de enviar o Nangonya para a cidade do Lubango e posteriormente foi enviado para Luanda porque ele era um elemento infiltrado, inclusive ele era um tradutor deles (entre a UNITA e os sul-africanos) porque eram poucos elementos da UNITA, cá em Ondjiva, que sabiam falar inglês. Então era o Nangonya quem fazia a ligação da UNITA com os sul-africanos, era o tradutor deles e ao mesmo tempo espião da SWAPO. Ele acabou por saber tudo que se passava das relações entre a UNITA e os sul-africanos. Falava-se até de algum material que os sul-africanos enviavam para UNITA e que ele desviava para a SWAPO do Sema Nauyoma. Tudo isto tem muita coisa a contar, mas que não era aberta. Foi assim que se desenvolveu a relação UNITA – SWAPO e a luta este período.

Pergunta:- Quais são os motivos que levaram muitos angolanos a integrarem os movimentos de libertação da Namíbia e vice-versa?

Resposta:- Bem, não quase ninguém da Namíbia que não tenha seu parente aqui em Angola, principalmente nesta parte sul. Há pessoas que os pais estão aqui e os filhos estão na Namíbia, bem como famílias em que os filhos estão em Angola e os pais estão a viver na Namíbia. Então o que muito mais influenciou foi o facto de as pessoas iam trabalhar subcontrato na Namíbia (tenho até um documento sobre as pessoas que iam trabalhar na Namíbia subcontrato e da greve sobre o imposto que aconteceu aqui no Cunene, em 1971 ou 72). O governo sul-africano, antes era União Sul Africano, que era um governo anglo-bóer, a mão-de-obra que eles contratavam vinha do norte da Namíbia e do sul de Angola. A actividade política lá na Namíbia sempre existiu. Existiu os chamados Nathaniel Maxuilili e o Kanxumba Kandola – os fundadores da SWAPO. Quando a SWAPO fez o primeiro ataque que se considera como início da luta armada na Namíbia, alguns conseguiram fugir para Zâmbia e outros foram apanhados e ficaram detidos na prisão de ilha Robben Island, na África do Sul, onde esteve o Nelson Mandela. Alguns tiveram prisão domiciliária dentro da Namíbia, foi o caso do Maxuilili e do Kanxumba Kandola. O Toivo ya Toivo estava mesmo em Robben Island.

Esse Maxuilili e o Kanxumba Kandola tinham autorização do governo sul-africano de fazerem comícios ou qualquer actividade política, desde que não transportassem qualquer tipo armas. Foi assim que eles faziam já comícios a partir dos anos 50 e 60. É assim que as pessoas que

saíam daqui, do norte da Namíbia e do sul de Angola, posto lá dentro do território namibiano, para lá do *Ovambuland*, como contratados nas fazendas, hotéis, nas minas, nos caminhos-de-ferro, e outros acabaram por serem mobilizados por esses activistas da SWAPO que estavam autorizados a fazerem comícios pelas autoridades. Foi assim que estes angolanos subcontratados aderiram à SWAPO lá na Namíbia e tinham cartões da SWAPO e pagavam cotas. Havia muita gente que pertencia às células clandestina SWAPO e que pagavam cotas as células na Namíbia e também aqui no sul de sul de Angola, particularmente aqui no Cunene.

Pergunta:- Porque os que viviam cá, no Cunene, pagavam cotas à SWAPO e não aos movimentos de libertação de Angola?

Resposta:- O objecto era somente lutar contra o branco, o colonizador. O que estava em causa não era o nome do país, porque essa fronteira é uma fronteira artificial, colocada contra a vontade do povo. Para o povo essa fronteira não existe, tanto mais que os colonos não tinha legalidade de construir uma fronteira ali por se tratar do mesmo povo. É a Nação Ambó. Então para eles estavam a libertar a Nação Ambó. Muitos deles não se existiam movimentos que lutavam pela libertação de Angola. Muita gente não tinha noção de Angola, tinha noção de Nação Ambó. Muita gente não tinha noção de que eram angolanos, principalmente os não-letrados ou alguns poucos letrados, e que essa fronteira significava a divisão entre os dois países. Então encontravam uma organização que estava a lutar contra os colonizadores lá, que era a SWAPO, então aderiram. Na altura eu era muito jovem quando também íamos dormir nas matas quando os portugueses procuravam os militantes ou aquele que tinham cartões da SWAPO e que pagavam cota, aqui no Cunene.

Os portugueses andavam após dos militantes ou simpatizantes da SWAPO cá porque tanto os da SWAPO como os do MPLA e os da UNITA eram todos considerados terroristas porque lutavam contra a colonização. Por isso nem os portugueses queriam essa gente. Nós na altura éramos mais novos e não sabíamos se havia de facto esta distinção de que havia movimentos para libertar Angola e outros para libertar a Namíbia. Pensava-se que a luta para expulsar os sul-africanos era a mesma para expulsar os portugueses. Foram os mobilizadores quem os congregava e quem os alimentou esses pensamentos lá onde eles estavam a trabalhar subcontrato. Quando esses angolanos que trabalhavam subcontrato na Namíbia regressassem ao Cunene mobilizavam aquele que nunca foram para lá – na Namíbia – acabando por ser membro da SWAPO. Mesmo na escola não estudámos a história da Angola facto que não permitiu nos conhecermos. Eramos ensinado que somos portugueses. Não havia uma compreensão política capaz de distinguir o quera Angola, o que era Namíbia, o que era o colono português e o que era o colono sul-africano. Portanto, as pessoas acreditavam no que os

mobilizadores diziam. Então, se os mobilizadores estavam naquele lado da fronteira e falavam da SWAPO, as populações foram aderindo a SWAPO. É assim que muita gente acabou por ser militante da SWAPO, mesmo estando aqui em Angola, particularmente neste lado do Ovambo, onde muita gente tinha cartões, pagavam cota e entoavam o hino da SWAPO. Eram autênticos militantes da SWAPO, basta ver indivíduos como o Kandy Nehova que é natural de Omupanda, na área de Omuhongo (Cunene), para o seu pai que também foi das SWAPO e é natural da Mupa (Cunene) e tantos outros. Muita ingressou na SWAPO através dessa política – a luta é contra os colonizadores e que o objectivo era libertar o *Ovambo*, não era Angola.

Sabe-se que os alemães sempre lutaram para estenderem a Namíbia até ao Rio Cunene, isto conta até nos documentos actuais. Mesmo a SWAPO, no princípio da sua luta, também tinha a ideia de libertar o Ovambo até ao Rio Cunene. O que muito ajudou a SWAPO a deixar dessa ideia dessa tese foi o facto de serem ajudados pelo governo angolano na luta pela independência. Também, mas tarde, as pessoas começaram a perceberem que as fronteiras deixadas pelos colonos eram invioláveis e que era um acordo internacional, isto é, não tinha conhecimento destes acordos. Para eles era possível anular essa fronteira artificial e restaurar a fronteira de Ovambo. Isto também levou a SWAPO perceber que a sua luta pela independência tinha que ser somente nos limites dessas fronteiras artificiais que os colonos deixaram. Antes havia muita confusão neste sentido, tanto na população como nas instituições ou organizações. Portanto, com o surgimento dos governos de Angola e da Namíbia, pós-independência, e as políticas internacionais acompanhadas por uma evolução política essa situação ficou esclarecida e ultrapassada na base do direito internacional, sobre o qual as fronteiras coloniais não se podem desfazer sob pena de criar um caos em África porque não há nenhum país que não foi dividido anarquicamente pelos imperialistas ou colonos sem consultarem o povo local. Portanto, era uma fronteira do interesse dos colonialistas, não do interesse dos naturais. Mesmo a UPA, quando surgiu, era União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) com objectivo de reconstituir o antigo Reino do Congo – que antigamente incluía a República do Congo, à parte da República Democrática do Congo e à parte do Gabão. Portanto, todos estes pensavam que era possível reconstituir as estruturas políticas antigas pisando pelas fronteiras que os colonos deixaram. Mas o direito internacional não permite. Os países tinham que ser erguidos nas bases das fronteiras que os colonos deixaram. Esta situação foi igual para aqui.

Pergunta:- Que razões levavam as pessoas do Cunene a preferirem ir trabalhar subcontrato na Namíbia em detrimento de Moçâmedes ou outra parte de Angola?

Resposta:- Bem, no governo colonial de Angola primeiro implementou a escravatura, depois o trabalho forçado e mais tarde o contratado.

No governo colonial sul-africano houve o contracto. Mas esse contracto chegou a evoluiu à ponte de o contratado ter a possibilidade de escolher o trabalho que desejava fazer, chagando ao ponto de voluntariamente se dirigir ao patrão para poderem vender a sua força de trabalho. Ao contrário da escravatura que eram levados contra a vontade o pessoa ou sem ter nenhuma conversa ou acertos de remuneração. Mesmo a greve que surgiu aqui no Cunene, em 1971, os grevistas também exigia que fosse ele quem deveria seleccionar os trabalhos que desejavam fazer, onde quer trabalhar – se for num hotel ou num caminho-de-ferro –, isto é, era necessária uma negociação entre o empregado e o empregador a fim de saber as vantagens e desvantagem, facto que não se verificava em Angola.

As pessoas iam para o interior de Angola quase a força. Havia melhores condições de trabalho, melhor pagamento, melhores roupas ali na Namíbia. Por exemplo, as mulheres daqui não aceitavam as roupas ou outros que vinham de Angola quando se tratava de entregar os dotes do alembamento, eram chamadas de "roupa de macau" (sacos de sisal). As pessoas preferiam ir trabalhar na Namíbia porque era lá onde pagavam melhor. Também as mulheres queriam roupas dos ingleses e dos alemães por apresentarem maior qualidade. Os produtos em geral eram de qualidade em relação ao de Angola. também as pessoas lá iam voluntariamente. Aqui era levada a força, inclusive eu já fui ruscado para o trabalho forçado, pois tive que saltar do carro aproveitando o momento que o veículo ficou preso no areal e fugi. Tive um pensamento que não me deveriam tirar da escola e que precisava estudar para ir ao contracto.

Na Namíbia, na região de Ondagwa, observavam-se longas filas de voluntário que procuravam contractos e os patrões vinha escolher os trabalhadores da sua preferência, consoante o tipo de trabalhos que havia – para os trabalhos mais pesados (minas e caminhos-de-ferro) eram necessários homens mais robustos e o menos robustos iam para os trabalhos menos pesados (construção, agricultura, pesca e pecuária). Depois de serem seleccionados recebiam um código escrito uma chapa de chumbo que o penduravam no pescoço ou no pulso– *Okaholo* – que identifica o seu o número processo de cada individuo. As pessoas eram capazes de esperarem vários meses na possibilidade de ser seleccionado.

Pergunta:- Já tentou ir ao contracto na Namíbia?

Resposta:- Nunca lá estive. Já tentei ir, mas o meu pai nunca deixou. A mãe apoiava-me porque precisavam de cobertores, roupas e outras coisas que vinham de lá. Depois tive a consciência que afinal não me vai para nada.

Pergunta: Esta convivência teve algum impacto cultural para os residentes do sul de Angola?

Resposta:- Sim. O oshikwanyama tem várias palavras emprestadas do inglês, do alemão, africânder e algumas do português. Exemplo é a palavra *ondongi, okaneka, sabrifi*, etc. Muitas dessas palavras nos apercebemos que muitas palavras não são de origem oshikwanyama quando estivermos a estudar essas línguas. Mas, agora devemos aceita-las como elementos da nossa língua.

Pergunta: Além da SWAPO houve relação entre outros movimentos de libertação da Namíbia com os movimentos de Angola.

Resposta:- Falava-se só mais da SWAPO e depois a SWAPO-Interna. A DTA era mais do povo do sul da Namíbia. Mas também tivemos pessoas como o Pedro Traves que é natural daqui, no Oshitundungulu, que chegou a ser comandante do campo de Kikuzo, no ex-Zaire. O Godfrey Nangonya é natural do Ohonga laa Ndilokelwa, Namacunde (Cunene) e depois foi estudar na Namíbia e depois dali à África do Sul com objectivo de estudar, tinha alguns primos que vivia na África do Sul e acabou por trabalhar lá, acabando por manter ligação com pan-africanismo. Praticamente foi quem revolucionou a população daqui do Cunene. O pan-africanismo se desenvolveu muito na África do Sul devido o operariado. Lá havia sindicatos. O pan-africano depois de se desenvolver nas Américas depois entrou pela África por Kwame Nkrumah. Então quem desenvolveu o pan-africanismo aqui no Cunene e uma boa parte de Angola foi o Nangonya. Ao entrar em ligação com o pan-africanismo chegou a ser da juventude do pan-africanista na África do Sul, isto foi antes da criação dos muitos movimentos de África, a fim de defundir essa corrente. Ele trabalhou muito com o Kwame Nkrumah, o Jomo Kenyatta, com o Tom Mboya (ambos do Quênia) e tantos outros que mais tarde vieram liderar movimentos africanos que foram surgindo. Numa das vezes foram trabalhar no Egipto, no seu regresso foram detidos pela polícia sul-africana. Depois da sua detenção deram conta que ele não era sul-africano e foi expulso da África do Sul para a França. Mas como os pan-africanistas eram muitos quando foi à França alguns informaram aos pan-africanistas na França para receberem o Godfrey Nangonya. Depois de ser recebido trataram do seu regresso à Angola, através de um barco em Lisboa, porque diz que era de Angola. Posto em Luanda as pessoa estranhavam dele e se questionavam por não saber falar bem português, mas diz que é de Angola. Pois só falava inglês e oshikwanyama, sem mostrar. Isto levou a pensar que ele era americano. Levaram aos americanos que estavam a trabalhar numa fibra óptica para lhe testarem a sua identidade. Foi ali em que ele se identificou, dizendo que era de Angola e que é do Cunene. Também disse que desejava ver o padre Monsenhor Cónego Manuel das Neves, porque o Nangonya quando veio da África do Sul trazia consigo uma documentação para entregar ao Cónego Manuel das Neves. Foi assim que levaram o Nangonya até a Capela do

Cónego Manuel das Neves e ao entregar a documentação à ele deu conta que era um pan-africanista. Poi, Cónego Manuel das Neves era também um pan-africanista em Angola.

A referida documentação tinha orientação que objectivavam a criação de movimentos de libertação nacional. É a partir da aí começou a trabalhar na criação dos primeiros movimentos, alguns mais tarde deram origem ao MPLA. Então essa documentação trouxe algumas luzes que contribuíram para a criação dos movimentos que antecederam o MPLA, a UPA e outros partidos de forma a lutarem contra o colonialismo. Depois de ler liberto foi fazendo comícios clandestinos no Huambo, Benguela, Namibe, Lubango e depois no Cunene. Às vezes ele entrava na Namíbia. Mais tarde foi detectada pela segurança sul-africana que por sua vez informa as autoridades portuguesas que o ele era um individuo extremamente perigoso que deveria estar a mais de 200 quilómetros da fronteira. Foi assim que é levado aos Gambus pelos portugueses, em Oshihange (Huila) onde estavam a construir o caminho-de-ferro. Às vezes vinha cá, em Omupanda, onde acabou por ter um filho na qual deu o nome de Stalin(?), ou seja, nome de um dos presidente da União Soviética. Então os padres perguntavam o porquê que ele deu aquele nome ao menino. Pois, era sinal que ele pensava muitas coisas que não os agradava. Também ele recebia cartas de outros pan-africanistas através do correio da Missão de Omupanda, as cartas eram escritas em inglês e os padres não percebiam esta língua. É assim que foram chamar um padre da Missão da Mupa que, talvez, era de nacionalidade inglesa ou apenas fava e escrevia em inglês para traduzir. Então deram conta que eram cartas subversivas e que tinham como objectivo a criação de uma zona militar aqui no Cunene, na qual estavam para receber matéria de guerra. Foi prese e desterrado em Cabo-Verde onde permaneceu durante cinco anos. Depois dos cinco anos em Cabo-verde regressou ao Cunene onde continuou a fazer mobilização. Foi prese e levado à prisão de São Nicolau – actual Bentiaba, no Namibe – e só saiu depois do 25 de Abril. Foi os dos últimos a ser liberto por ser considerado extremamente perigoso.

Por isso quando ele foi apanhado aqui pelas FAPLA's, como disse atrás, o Agostinho Neto já tinha informações sobre ele. Porque foi ele o emissário do Cónego Manuel das Neves que deu origem a criação de movimentos de libertação que mais tarde deram origem ao MPLA. Era uma figura conhecida politicamente e que não o deveriam matar. Até agora o Nangonya é conhecido como cidadão namibiano, de Angola, do Quénia, do Uganda, de São Tomé e de Cabo-Verde porque contribuiu pela revolução desses povos todos. Ele é considerado uma figura histórica nesses países.

Pergunta:- Podemos falar da cooperação governamental no período pós-independência de Angola e da Namíbia no quadro da defesa e segurança, para o fim do conflito em Angola e na Namíbia.

Resposta:- Primeiro é que Angola contribuiu muito para a libertação da Namíbia. Ajudou bastante para o cumprimento da resolução 435/78 das Nações Unidas, sobre independência. Se não fosse a intervenção de Angola talvez a independência da Namíbia não seria concretizada no período que ocorreu, talvez acontecesse mais tarde. Então, Angola, Cuba e a União Soviética contribuíram muito para libertação da Namíbia. Lembro-me ainda das batalhas travadas aqui na localidade a Tchipa, em Calueque (Cunene), entre os sul-africanos e os cubanos da 5ª Divisão que estava em Xanogongo (Cunene), aonde Fidel chegou a visitar e disse na ocasião que "se os sul-africanos não saírem na Namíbia, nós vamos entrar na Namíbia". Então, para que os cubanos não entrassem na Namíbia indo até África Sul, facto que seria uma humilhação para o exército sul-africano, os sul-africanos aceitaram o cumprimento da resolução 435/78 das Nações Unidas. Foi quando surgiu a assinatura dos Acordos de Nova Iorque, a 22 de Dezembro de 1988, que permitiu a retirada das tropas estrangeiras e a independência da Namíbia.

A invasão dos sul-africanos à Angola não foi só devido a presença da SWAPO em Angola, mas também devido ao contexto político internacional da época, na qual os EUA, como condutores do Bolco Ocidental, era necessário travar a expansão comunista nesta parte do continente africano que ameaçava já a Namíbia e a própria África do Sul. Uma Angola independente permitia a instalação de bases da SWAPO, movimento de libertação da Namíbia, e do ANC, movimento anti-apartheid na África do Sul. Todos tinham uma simpatia pelo comunismo. Isto significa que se Angola continuasse com a ideologia que tinha seria capaz de ajudar esses movimentos a implementarem o comunismo na Namíbia e na África do Sul, caso triunfassem nos respectivos países. Portanto, para impedirem esse avanço comunista apresentaram como pretexto da invasão à Angola que se tratava de uma perseguição aos guerrilheiros SWAPO que estavam implantada em Angola.

Depois da independência da sua independência a Namíbia tinha que reconhecer que, de facto, Angola desempenhou um papel importante para a sua independência. Entretanto, em Angola continuou a Guerra Civil movida pela UNITA. E a UNITA tinha relações com os sul-africanos. Visto que antes da independência da Namíbia a SWAPO esteve nas mesmas trincheiras com as FAPLA's, na luta contra a UNITA e os sul-africanos. Portanto, era uma lutam comum.

Então, a SWAPO depois de estar no poder, na Namíbia, tinha por dever e por obrigação também de ajudar o governo de Angola na luta contra as forças da UNITA de forma a manter a paz.

A paz que surgiu na África Austral foi conquistada não pelo governo angolano, mas também pela SWAPO e pelo governo namibiano que ajudou em diversos momentos. Inclusive, eles também enviaram tropas aqui para lutar contra a UNITA. Foram esforços conjugados não da Angola e a Namíbia, mas de todas das forças activas da África Austral com vista pacificar Angola e Namíbia, na África Austral em geral.

Pergunta:- Quais são os factores que estão na base do fortalecimento das relações existe entre Angola e a Namíbia?

Resposta:- Primeiro é pelo facto de termos uma fronteira comum. Temos povos ou grupo étnicos que estão nos dois lados da fronteira. Para além da existem as relações consanguíneas entre os povos que vivem num e no outro lado da fronteira a luta contra o colonialismo que se desenvolveu tanto em Angola como na Namibia paraticiparam cidadãos dos dois países. Os movimentos que se surgiram em Angola (a UNITA e o MPLA) e na Namíbia (SWAPO) estabeleceram relações próximas entre eles durante as suas lutas contra os colonialistas a fim de descolonizar a região. Os líderes que conduziam essa luta sempre concertavam estratégia de luta pela independência e pela paz na região. Esta convivência de vários anos na luta pelos mesmos ideais motivou também essa amizade entre os dois povos e os dois governos. Por as relações diplomáticas que se estabeleceram entre estes dois países são relações de cooperação mútua, de solidariedade, de convivência pacífica e de amizade, resultante de todo esforço histórico que foi desenvolvido durante muitos anos para que se ultrapassassem todas as barreiras coloniais, étnicas, do próprio contexto da Guerra Fria e da Guerra Civil. Portanto, a convivência e a colaboração criou certa aproximação e uma convivência pacífica que se verifica entre os dois povos.

Conversa com um militar das FAA [identidade reservada]

Questão: Relação entre a Segunda Guerra Civil de Angola (pós-1992) e o conflito da faixa do Caprivi.

Pergunta:- Houve um envolvimento do exército namibiano no conflito angola: causas e resultados.

Resposta:- Sim, houve. O exército namibiano entrou a partir da Rundo, começou a conquistar as áreas que ficavam à norte da Namíbia, isto é à sul da Jamba, como Cuangar, Dirico e essa faxa todas. E nós – o COP – Cunene e COP – Huila – entraram a partir do Norte e Oeste da Jamba. Logo eles não tinham para onde fugirem. A alternativa era somente entrar pela Zâmbia.

Entrevista a Entidade do MPLA- Cunene - Angola

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: Gabriel Hilifavali

Idade: 62 Anos (08 03/ /1954)

Nacionalidade: Angola

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior: data de ingresso 1974, ex-PAFLA, 1976 foi 1º activista político e formador dos grupos de acção no Cunene, foi esponsal pelas finanças, comissário político do batalhão da ODP no Cunene, ex-deputado à Assembleia popular provincial e coordenador de comissão, coordenou quase todos os departamentos que competem o comité provincial, excepto o de departamento de Administração e Finança, Vice-governador para a esfera económica e produtiva, Administrador, entre outros.

Cargo/Função actual: Membro do Comité Central do MPLA, Membro da Comissão executiva do comité Provincial, Membro Comissão de Disciplina e Auditoria do Comité Provincial e activista político.

Instituição: Secretariado Provincial do MPLA - Cunene

Data da Entrevista: 24 -08 - 2016 Hora: 12:00 Fim: 12h Local: Ondjiva

Desde que o colono pôs os pés no continente Africanos nunca foi bem recebido. Podemos nos recordar das lutas que os nossos antepassados travaram contra os colonialistas portugueses. Mas infelizmente, em Angola como em outros países de África os "nacionalistas" foram vencidos porque ainda estavam divididos. Quando Nzinga Mbandi em sua terra Mandume estava em outro lugar que sua terra, assim como o Luhuma no Humbe. Isto é enfrentaram os colonialistas de uma forma insolada. É assim que essas situações de não união em Africa, particularmente em Angola levaram a derrotas dos nossos antepassados. Mas numa fase posterior a essas surgiu já aquela geração de Agostinho Neto, a que nós chamamos de nacionalismo moderno. Esta geração conseguiu convidar e congregar todos nacionais patriotas e nacionalistas para escorraçar o colonialista português. Portanto, outros povos também lutavam pelas suas independência, é o caso da Namíbia, Zimbabue e o comabte o *apartheid* na África do Sul.

Durante a ocupação e dominação os colonialistas usavam estava excessiva força e humilhações. Este facto levou a criação de movimentos de libertação no continente africanos que viria a conseguir as independência nos anos 1960, época em que foi constituído a OUA, constituído pelos países que já eram independente e alguns movimentos de libertação nacional. Isto aconteceu no contexto da Guerra Fria, em que dois bolcos antagónico, um liderado pelos EUA e o outro pela URSS. É assim que , em função dos objectivos de libertação nacional em África

e no resto do mundo estavam divididos de acordo com os interesses de cada um destas subpotências. Nem todos lutavam para a independência política e económica genuína. Muitos lutavam para uma dependência geopolítica, isto é, lutavam simplesmente para substituir os colonialistas. Mas, felizmente em Angola isto não se fez sentir. O povo angolano lutou contra o colonialismo português e o MPLA como um dos movimentos que dirigiu essa luta congregou pessoas de várias etnias, cores e regiões.

Este movimento, obviamente, tinham parcerias com movimentos de outras colónias, concretamente a SWAPO, que lutava pela independência real dos povos. Até chegavam a participar, como convidados, nas conferências dos Países Não-Alinhados. O desejo de ver os seus objectivos alcançados levou a SWAPO e o MPLA a caminharem com as mãos-dadas. Durante a luta dos nacionalistas africanos contra os colonialistas antes do início da luta de libertação de Angola, em africano havia poucos países que tinham conquistado as suas independências pela via armada, exemplo é a Argélia. O MPLA pegou em armas 4 anos depois da sua fundação. O carácter fascista do colonialismo português não permitiu uma independência por via política, pois defendia que tinha encontrado uma maneira de viver com os angolanos e que em Angola não havia problemas. Foi assim, devido a esta arrogância do colonialismo português, que o MPLA, nas Câmaras do Comuns, em Londres, em 1956, esgotada a luta política anunciou ao mundo que passaria à acção directa. Que muita gente ainda não tinha percebido que se tratava de luta armada. A luta armada é a continuação da luta política. Agostinho que estava no exterior estava sempre em ligação perante com os camaradas que estavam no interior a prepararem as acções da luta anticolonial. Um dos mensageiros que fazia vai-e-vem foi um grande camarada que nós enterramos há dias, o camarada Pedro Pacavira, inclusive havia uma altura em que o camarada Pedro Pacavira foi enviado do Congo para a Angola com objectivo de vir ver como estava a decorrer a situação no terreno a véspera do 4 de Fevereiro de 1961.

Pergunta:- Qual foi a ideologia do MPLA antes de 1992 e depois de 1992?

Resposta:- Como disse anteriormente que o mundo estava dividido em dois blocos. Havia grupos socialistas apoiados pelas URSS e outro grupo, dos neocolonialistas, apoiados pelos capitalistas liderados pelos EUA. Quando o MPLA surgiu tinha trassado um programa mínimo que levaria o povo angolano à independência. Depois da independência foi traçado o programa de desenvolvimento do país, só que foi interrompido pela invasão sul-africana e pelo exército zairense, de Mobutu, aliados à alguns traidores angolanos, tanto o sul como no norte do País. Aqueles dois, ditos movimentos de libertação de Angola, que queriam o neocolonialismo para Angola. Então, o MPLA era alvo a abater, porque estava a seguir o socialismo científico. Por

isso nós queríamos a independência total, independência verdadeira e independência verdadeira. Só independência económica não é independência verdadeira. Entretanto, quando começa a desmoronar o sistema socialista, com o fim do Buro de Berlim, também as ideologias em Angola mudaram, passamos para um socialismo democrático, passando para a construção de um Estado democrático de direito que permite já, através da então Assembleia do Povo, a constituição de outros partidos políticos, deixando o monopartidarismo. Portanto, foi através destes ventos que a ideologia mudou e porque o saudoso presidente Agostinho Neto, num dos seus discursos, chamava a atenção para não cairmos um capitalismo selvagem, isto satisfazer os desejos da memória explorando a maioria.

Pergunta:- A SWAPO antes de cooperar com os movimentos de libertação de Angola teve a intenção de lutar pela independência dos antigos territórios Ovambo de forma a congregar e restaurar a nação Ovambo?

Resposta:- Isto são ideias para confundir as ideias e criar confusão. A Conferência de Berlim foi feita para estabelecer essas fronteiras artificiais e os mapas até aqui existentes estão em consonância com os limites estabelecidos pelos colonizadores. Os verdadeiros revolucionários namibianos nunca deixaram as pretensões de dizerem que a fronteira do território namibiano é no Rio Cunene e nós nunca dissemos que a fronteira de Angola é no Ndonga (Oshivelo). Mas o que nós sabemos é que o Ovambo ia até num *munhandeiro* que estava na fronteira do Ndonga com o Shimba (Himba). Mas isso era só para criar problemas.

A OUA, criada a 25 de Maio de 1963, em Adis Abeba, Etiópia, defendeu e defende, até agora, essas fronteiras coloniais. Elas não são negociáveis. Cada tentativa de rectificação ou alteração dessas fronteiras trás conflitos entre Estados. então que diz isto tem intenção de chocar os povos. Num dos seus discursos, Agostinho Neto, dizia que "Angola independente com a Namíbia e Zimbabué ser colonizada e o *apartheid* na África do Sul não poderias estar a vontade". Poi isso ele disse que "na Namíbia, no Zimbabué e na África do Sul está a continuação da nossa luta".

Pergunta:- Quais foram as actividades concretas no quadro da cooperação com a SWAPO?

Resposta:- A SWAPO teve um privilegia de lutar pela independência do seu país circulando livremente em Angola. Isto não aconteceu com os guerrilheiros do MPLA. Alguns dos nossos guerrilheiros, como a nossa heroína Deolinda Rodrigues e outras camadas da OMA que foram assinadas por angolanos na República do Zaire, pelo Mobutu. Nós tivemos para transitar nos territórios vizinhos para atingir os nossos objectivos durante os 14 anos de luta de libertação

nacional. Fomos expulso do Congo- Kinshasa para o Congo- Brazzaville, onde tivemos todo apoio desde logístico, armamento e homem.

Angola sofreu uma destruição massiva porque luta pela libertação dos alguns países vizinhos se desenvolveu em Angola. nesta parte sul de Angola não existe um familiar que não tinha posto lutor por terem morto um parente pela invasão sul-africana que se realizou. Em 1981 foram travados aqui na Cahama pelo então Capitão das FAPLA's , que hoje é o General Manuel Coelho Zumbu.

Pergunta:- Quais teriam sido as causas do envolvimento do exército namibiano no conflito angola: causas e consequências?

Resposta:- As causas são muito simples. A SWAPO para chegar a Namíbia teve que combater os sul-africanos. O facto de a UNITA terem cooperado com os sul-africanos também era considerado inimigo/adversário da SWAPO. Por isso a SWAPO para chegar à Namíbia também tinha que "passar por cima da UNITA". Daí co-participaram as FAPLA's e os cubanos ao lado da SWAPO. Como dizia, eram dois blocos. Dum lado estavam a UNITA e os sul-africanos e do outro lado estavam os internacionalistas cubanos, a SWAPO e o MPLA. Ainda recordo-me que havia alguns indivíduos qui no Cunene que entraram na SWAPO. Também alguns carros das FAPLA's transitavam e acabavam por cair em emboscadas aqui mesmo no Cunene, mas os carros da SWAPO não eram emboscados. Mas a partir do dia m que um carro que transportava comida que o governo angolano para a sabe da SWAPO caiu numa emboscada da UNITA a SWAPO foi atacar directamente uma das basas da UNITA pelo facto de terem destruído a sua logística. A partir daí passaram a ver a UNITA como um adversário sério para a independência da Namíbia e para a paz na África Austral.

Pergunta:- Existe uma cooperação partidária em a SWAPO e o MPLA, actualmente?

Resposta:- Existe. Ainda há duas semanas estive cá, em Ondjiva, em missão de serviço uma delegação da SWAPO e do governo namibiano onde trabalhamos juntos e também visitamos o santuário dos soldados tombados nessa guerrilha em Oshietekela. Esta delegação o Prefeito do Oshakati e a Prefeito do Ondangwa na qual fizemos uma troca de experiência no domínio das autarquia, isto é, como funcionam os municípios. Estiveram na Huila, Benguela, Namibe e Cunene, inclusive festejaram connosco o 17 de Setembro. Os angolas nos também vão retribuir esta visita. Isto é uma das formas de reforçar as relações privilegiadas e de promover a boa vizinhança entre Angola e a República da Namíbia.

Pergunta:- Quais os elementos que estão na base da relação existente entre Angola e Namíbia?

Resposta:- Há muitos elementos que jogam a favor do reforço da amizade entre o povo namibiano e angolano. Parte desta relação foi forjada na luta de libertação nacional e pelo facto de haver uma relação consanguínea, como disse antes as fronteiras são artificiais. Os povos foram apanhados de surpresa. Não é por acaso que encontre alguém cá em Angola e que os seus tios ou avós estejam na Namíbia e vice-versa. É uma relação de camaradagem e irmandade.

Pergunta:- Os jogos e os ambientes culturais que eram realizados entre Angola e Namíbia nos anos 90 também se enquadram no âmbito da amizade Angola Namíbia?

Resposta:- Com certeza. Tudo de bom que existir em Angola e/ou na Namíbia é partilhado por estes dois países e povos querem no domínio político, económico e social. A cooperação é feita em muitas áreas. E a relação existente uma das melhores.

Pergunta:- O que levou muitos indivíduos angolanos terem lutado pela SWAPO.

Resposta:- É muito simples. Angola dominada pelos colonialistas fascistas portugueses e a Namíbia também, muitos dos angolanos do sul de Angola trabalhavam na Namíbia. O regime policial na Namíbia não era muito forte e cruel em relação o daqui, em Angola, ao da Polícia Internacional e de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança (PIDE/DGS). Então, havia uma relativa abertura. Permitiam algumas manifestações, mesmo a permissão de existência da autoridade tradicional que sempre existiu e existe até hoje, contrariamente a Angola em que essas coisas eram proibidas. De facto, muitos nacionalistas angolanos que se encontravam na Namíbia se apercebiam da luta de libertação nacional a partir da Namíbia, principalmente através da SWAPO, sem saberem que em Angola também tinham movimentos de libertação nacional. Por isso, alguns camaradas chegaram ao MPLA através da SWAPO. Por exemplo, um mais velho chamado Chiwale que é da UNITA no início ele foi da SWAPO. Mas como os movimentos se encontravam nas matas foi quando teve o conhecimento da UNITA. Outros foram parar no MPLA como é o caso do falecido Narciso Kandimwena Sumbi, que também era da SWAPO.

Outro elemento foi o facto de terem o inimigo comum, os colonialistas. Há angolanos derem um grande contributo pela independência da Namíbia e que permaneceram na SWAPO, de facto actualmente ocupam cargos de destaque no parlamento e no governo da Namíbia.

Para concluir: Portanto, como dizia a independência da Namíbia foi conquistada em Angola. Pois, os combates de se desenrolaram na Batalha do Cuito Cuanavale e em Ruacaná ditaram o fim da hegemonia sul africana na África Austral e este consequentemente determinou a independência da Namíbia.

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: [identidade reservada]

Idade: Anos (/ / 1)

Nacionalidade: Namibiana

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior:

Cargo/Função actual:

Instituição:

Data da Entrevista: 10-08- 2016 Hora:14h:30´ Fim 17h:00 Local:

Cooperação Angola – Namíbia

Pergunta:- Quando começaram as relações entre Angola / Namíbia?

Resposta:- As relações começaram há muito tempo. São de longa data, desde já Angola foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com a Namíbia depois da independência da Namíbia.

Pergunta:- Angola ajudou a Namíbia a organizar a cerimónia de proclamação da Independência Nacional?

Resposta:- Sim. **Pergunta:-** Em que aspectos? **Resposta:-** Angola ajudou sim na organização cerimónia de proclamação da independência em 1990 porque a nossa relação é muito antiga. É muito conhecido, muitas vezes em relação a outros países Nós temos uma relação muito privilegiada com Angola. Não fê-lo de forma directa, não teve tão próximo nesta questão a desempenhar alguma actividade no momento, não tem algo preciso que fez directamente, mas fez de forma indirecta. Quem, portanto, apareceu no momento foi o Quénia. Nós tivemos que recorrer ao Quénia em primeira instância para o treinamento dos nossos militares. Até porque o Quénia fazia parte do grupo das Nações Unidas que supervisionou o processo de negociação e de estabelecimento do processo de paz, a realização das eleições previstas no Acordo de Paz e o processo de transição/estabelecimento do Governo da Namíbia. A independência foi supervisionada pelas Nações Unidas. Angola é um país irmão, neste momento não teve um papel, mas foi Angola quem nos repatriou. Portanto, encabeçou o processo de repatriamento. Nós estávamos em Angola, com a paz era necessário regressarmos ao nosso País, pois foi Angola quem nos repatriou com os seus meios carregaram todos os nossos haveres. A daí apareceu a UNTAG para supervisionar o processo, treinar os nossos militares e inclusive o fardamento foi o Quénia quem ajudou a Namíbia.

Pergunta:- Verifica-se uma forte relação entre Angola e a Namíbia. Que elementos estão na base da forte relação existente entre estes dois países?

Resposta:- primeiramente podemos até apontar a cultura e a fronteira. Mas, dos mais importantes mesmo e que não se deve esquecer é o sacrifício. O grande sacrifício. A base dessas relações é o sacrifício. Nós podemos ser primos, podemos ser irmão, podemos ser vizinhos, mas se não houver um espírito de sacrifício para outro, esta relação nunca será forte. O grande sacrifício empreendido pelo povo angolano e pelo governo angolano no momento da luta pela independência da Namíbia, tendo deixado que a guerra de independência do nosso País fosse realizada lá, em Angola. E onde tem guerra morre muita gente. Os angolanos morreram, perderam suas vidas, suas casas, perderam a suas terras, perderam quase tudo. Tudo ficou destruído, as famílias ficaram desagregadas. Portanto, o grande sacrifício empreendido pelo povo angolano é o elemento principal que está na base da forte relação existente entre Angola e Namíbia o sacrifício que Angola fez para que isto acontecesse. Angola sacrificou a sua cultura, Angola sacrificou a sua economia, Angola sacrificou o seu povo. Não existe nada que Angola não tenha sacrificado em nome da Namíbia. Foram infra-estruturas destruídas, mesmo assim Angola vendo as suas infra-estruturas a serem destruídas não disse "namibianos, as nossas infra-estruturas estão a ser destruídas, a nossa terra está a ser comprometida, voltem para a vossa

terra". Em nenhum momento isto aconteceu. Apesar disto eles permaneceram connosco. Por isso é que nós temos dito o grande sacrifício pela vida dos outros, o seu vizinho, a Namíbia. Isto tudo aconteceu no momento de Agostinho Neto.

Pergunta:- Nos lugares onde passámos, sobretudo em instituições singulares e governamentais, algumas pessoas que nós visitamos, aqui na Namíbia, revelaram um forte intusiâsimo pelo que Angola fez em prol da independência da Namíbia. Achas que os angolanos sentem o mesmo, talvez um entusiasmo, um espírito de missão cumprida?

Resposta:- Sim. Angola, de facto, vê isso com entusiasmo e com aquele espírito de missão cumprida. As manifestações podem ser notadas em determinados segmentos da sociedade tanto na parte governamental, os que conhecem bem a história e o que aconteceu no passado, esses sabem bem. E em algumas áreas da sociedade tem havendo manifestações fruto desse passado histórico. Podemos até encontrar, isso não pode faltar, em que na sociedade, entre as pessoas namibianas olham para os angolanos e dizem "esses angola estão aqui são chatos ou então alguns angolanos olham para os namibianos e dizem que esses namibianos são chatos". Isso pode acontecer, mas isto é normal. Mas, vocês sabem muito bem que existem muitos angolanos e namibianos jovens que estão ali a chegar agora e que não sabem a história. Eles não sabem que há pessoas que morreram pelas independências. Que as pessoas morrem para que houvesse essa estabilidade. Essa estabilidade política, económica e social que nós temos agora. Agora não há problemas, mas no passado foi pior. Isto acontece lá no lado de Angola, como aqui na Namíbia. Eles não sabem, não conhecem a história porque se soubessem que houve sacrifício, entrega, abdicação para que acontecesse independência dos dois países, claro eles teriam respeito, um entusiasmo notável, viria logo à face uma evidência de que eles estão, de facto, agradecidos e entusiasmado com o que fizeram. Agora não se nota muito isso porque muita gente de hoje não sofreu e nem conhece a história. Um dos exemplos claro é Benguela, Lubango, Luanda e Namibe. Essas províncias, por exemplo, não viram guerra. Existem províncias que mais sentiram a amargura da guerra e da luta pela independência da Namíbia. Alguns leram nos livros ouviram falar das relações de irmandade que existem entre Angola e a Namíbia, mas não conseguem dar explicações profundas sobre o assunto. Por exemplo, nas nossas reuniões a nível governamental, temos tido também essas reuniões Luanda ou cá, na Namíbia. E quando nos encontramos nas faces daquele que sabem, ao nível do Ministério da Defesa, você nota nas suas faces um entusiasmo, tem notado que eles andam satisfeitos e um espírito de missão cumprida. Eles conhecem as relações de amizade e a cooperação que existe entre os dois países. Vê-se também nas reuniões das Comissões Bilaterais, nota-se pelo tratamento, pela recepção e pela hospitalidade.

Questão: Cooperação Angola – Namíbia pós-independência: Relação entre a Segunda Guerra Civil Angolana e o Conflito da Faixa do Caprivi.

Pergunta:- Houve relações entre a UNITA e o Movimento de Libertação da Faixa de Caprivi?

Resposta:- Sim, havia. Havia mesmo uma relação entre a UNITA e aquele movimento da Faixa de Caprivi, o Exército de Libertação de Caprivi (CLA), porque o objectivo era quase o mesmo. A UNITA esta a lutar para ter um território naquela área estratégica, a partir dali para conseguir, se calhar, um espaço na Zâmbia e em outros países vizinho para começar a fazer as suas manobras, assim, talvez conseguisse atingir os seus objectivos em Angola. E aquele movimento de Caprivi queria aquele espaço para que fosse independente, ou seja, lutava pela independência pela aquela faixa de Caprivi. Portanto, esses foram os mesmos objectivos. Eram todos rebeldes e lutavam contra os governos dos respectivos países. A verdade, porém, é que eu não tenho muitos dados sobre este assunto. Mas conheço algumas pessoas que possam explicar este assunto de forma mais cabal, mais viáveis e que estavam muito bem envolvidas neste assunto. É uma história longa que vai até a morte de Savimbi. Se eu tivesse com muita antecedência ajudaria a encontrar pessoas que têm mais dados sobre este assunto. A verdade mesmo e o que eu sei é que os dois movimentos estavam sempre juntos. A UNITA queria ajudar os caprivianos. Caprivi desde sempre esteve mais ligado à Zâmbia, até hoje. A faixa de Caprivi é um território do povo Lose ou Balose outros chamam de Balosiland. É uma área que ocupa uma parte da Zâmbia, do Botsuana e uma parte da Namíbia. Portanto, três países dividem o povo Balose de Caprivi facto que os fez quer a independência desses territórios. Aquilo foi uma espécie de movimento de libertação de Baloseland, terra do povo Balose, um grupo etnolinguístico que partilha território entre este três países (Zâmbia, Botsuana e Namíbia), tal como existe os grupos etnolinguísticos Herero, Ovawambo, Ovanyaneka e Kimbundu. É igual.

Pergunta:- E quem foi o fundador e lider daquele movimento?

Resposta:- Temos o Muyongo. O Moyongo foi da SWAPO. Ele também esteve lá em Angola. Mas depois foi corrido da SWAPO. Ele é natural de Caprivi e quando cá chegou esteve envolvido nesse movimento de libertação. Ele quando veio de Angola começou a manifestar comportamentos regionalistas e etnicista dentro do partido [a SWAPO], um regionalismo baseado na defesa da região de Caprivi. Portanto, é por isso que ele foi expulso do partido da SWAPO e foi formar o Exército de Libertação de Caprivi. **Pergunta:-** Quem o apoiava em material de guerra e logística para que conseguisse fazer essas acções? **Resposta:-** Até que eles não tinham grandes armamentos. Também apoios não tinham. A única oportunidade que eles

tinham foi de mobilizar alguns caprivianos e foi fugindo com essas pessoas, apoios ser corrido da região. Eles nem eram a maioria, eram muito pouco. Não tinham onde tirar armamento. Porém, quando chegaram a Faixa de Caprivi entram em cooperação com a UNITA, vamos imaginar que seja a UNITA quem dava armamento. Se calhar compravam lá, de algum modo guardavam lá e quando quisessem fazer as suas acções atacavam e depois guardavam as suas armas naquele lado mesmo. Um apoio externo em armamento não diria.

Questão:- O envolvimento do exército namibiano no conflito angola: causas e resultados.

Reponta: -Tivemos conflitos como a UNITA porque quando a África do Sul esteve neste lado, muito dos negros que estiveram do lado da África do Sul são angolanos. E estes angolanos eram da UNITA. Portanto, os da UNITA já lutavam contra nós quando eles estavam do lado da África do Sul. Os sul-africanos nos carros caspers e eles a frente, pois são eles que matavam os nossos companheiros, matavam o nosso povo e batiam nas nossas avôis, tanto lá em Angola como do lado da Namíbia. Não eram só angolanos da UNITA a lutarem contra nós ao lado das tropas sul-africanas, estavam também alguns namibianos.

Os motivos pela qual nos envolvimentos na luta contra a UNITA não são recentes. Não é actual. Nem é devido o caso de Caprivi. Isto é histórico, é muito antigo, já antes da nossa independência a UNITA estava contra nós, é assim nós também achamos que ele é nosso inimigo. Não só quando viemos para cá, para a Namíbia, nos confrontamos também quando estávamos na guerrilha, nas matas angolanas. Nas matas de Angola nós lutávamos ao lado das FAPLA's. E quem é que lutava ao lado do nosso inimigo? Foi a UNITA. A UNITA lutava conta nós ao lado do exército sul-africano e nós lutávamos ao lado das FAPLA's contra a África do Sul. Portanto, a UNITA era nosso inimigo, não tínhamos como não empreender uma luta contra eles.

Não posso afirmar que a UNITA ajudou aquele movimento da faixa de Caprivi. Eu se dizer que a UNITA ajudava aquele movimento de Caprivi, sem ter toda a certeza, e puseres no seu trabalho pode até lhe trazer problemas, uma vez que não há provas tangíveis de que a UNITA tenha ajudado o movimento de Caprivi. E tu não tens onde tirar esses dados. Todos os países têm os seus dados confidenciais arquivados. Existem algumas coisas que só devem estar connosco para o nosso consumo e não podem ser de consumo externo ou público. Alguém vai ler a sua tese e vai encontrar que na guerra das FAA contra a UNITA a Namíbia também ajudou. E as Nações Unidas vão poder dar conta de que a Namíbia também ajudou. Portanto pode ser um problema.

O interprete:- Dei conta de que se governo namibiano ajudou fê-lo de forma discreta. Não poderia aparecer e dizerem publicamente que estavam a ir lutar contra a UNITA. Ou seja, não pode ser dito por ser segredo do Estado e não pode ser de consumo público. **Entrevistada:-** Se colocares na sua tese pode ser problema para a Namíbia, para Angola e para ti, porque não há

dados para comprovar isso. Podem perguntar qual é o acordo ou resolução? Portanto, não há nenhum acordo de defesa mútua assinado. As pessoas poderão procurar ir até ao cerne da verdade, mas você não tem um instrumento que possa sustentar os seus argumentos ou justificar as suas afirmações. Melhor colocar aquele dado que convém. Não dados que serão revelados nos próximos séculos, agora a história é muito fresca, é muito recente. Há dados que não se convém revelar agora. Por exemplo, essa última guerra onde morreu o Savimbi não foi fácil. Ali houve lutas e coisa que nem pode imaginar.

O nosso envolvimento poderá ter começado muito antes da independência de Angola e da Namíbia.

Pergunta:- Isto tem a ver com um pacto de defesa mútua?

Resposta:- As relações entre Angola e Namíbia são antigas, são históricas. A UNITA e a África do Sul saíram juntos da Namíbia para irem atacar a SWAPO em Angola e saíram também para ir atacar a SWAPO na Namíbia. Portanto, não tem como depois dessa trajectória toda não haver um envolvimento das Forças de Defesa da Namíbia no conflito de Angola, mas esses dados, hoje, estão nos arquivos de segurança e constituem segredo de Estado. Assunto constitui a espinha doçar da cooperação entre os dois países e sustenta a amizade entre Angola e Namíbia.

Pergunta:- Podemos falar sobre a Relação entre SWAPO e a UNITA antes das independências de Angola e da Namíbia?

Resposta:- Antes da independência de Angola, em 1975, a UNITA e o MPLA eram todos nossos amigos. Eram todos amigos da SWAPO. Trabalhávamos todos juntos. Mas quando começaram os conflitos para as independências alguns angolanos entraram na SWAPO e alguns namibianos entraram no MPLA ou na UNITA. Alguns angolanos saíram da Namíbia e entraram na UNITA ou no MPLA, assim começaram esses movimentos. Historicamente nós estamos juntos e trabalhamos juntos. Não havia intriga entre os movimentos de libertação nacional. O que havia era a luta comum contra a dominação colonial. Todos estes movimentos estavam a lutar contra o colonialismo. Eramos todos africanos, a nossa tendência, a nossa preocupação era para ver os nossos territórios livres da ocupação colonial e repressiva. Se assim era o objectivo, então eramos amigos e amávamos-mos. Por isso é que tinham essa relação com a UNITA e com o MPLA. Depois a independência de Angola os portugueses saíram a correr de Angola e entraram cá, na Namíbia. Alguns estão cá, até hoje, e outros foram para as suas terras, em Portugal.

Pergunta:- Podemos falar sobre a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia?

Resposta:- Não faço ideia de quando foi criada, mas aí nos nossos arquivos com certeza tem esses dados. A verdade é que a criação desta comissão foi, essencialmente, para estreitar as nossas relações de amizade, as relações de defesa e segurança entre os dois países.

Pergunta:- Sabe-se que Angola estava em conflito. Qual teria sido o foco desta Comissão antes desde a sua formação (1993) até ao fim do conflito angolano, em 2002?

Resposta:- o objectivo principiar é cooperação na área da defesa e segurança. Sabes o que é uma Comissão? Comissão um corpo constituído por vários elementos, por diferentes órgãos intergovernamentais de Defesa e Segurança, nomeadamente Serviços de Migração e Estrangeiro, a Polícia de Ordem Pública, Relações Exteriores, Administração do Território, a Agricultura, Finanças (Alfândega) dos dois países. Portanto, é uma mobilização de muitos sectores. Estes que acabei de referir formam em conjunto a Comissão Conjunta de Defesa e Segurança Angola-Namíbia. Angola vem com esses organismos todos a Namíbia também vem com todos esses organismos e de forma conjunta trabalham para manter a defesa e a segurança entre os dois países. Os da área da Saúde trabalham para a saúde, por exemplo na vacinação do gado, na vacinação das pessoas, prevenção de doenças, entre outros. Durante as campanhas de vacinação que ocorrem ao longo da fronteira, quando Angola vacina, vacina nos dois lados da fronteira contra a febre-amarela e outras, assim como na prevenção de doenças.

Essas comissões reúnem-se rapidamente e discutem assuntos relacionadas com os territórios, relacionadas com a saúde, com as fronteiras, com a criminalidade, questões de visto, livre circulação, por exemplo, quem vem de Ondjiva não precisa de carimbar o passaporte. Vem apenas com o documento da Administração Local, chega no portão é carimbado para o reconhecimento e entre logo. **Pergunta:-** Sem passaporte é possível chegar até Windhoek?

Resposta:- Sim, isto acontece. Desde que no documento conste os dias que te foi dado para permanecer cá. Basta o salvo-conduto, por exemplo. Mas isto só acontece entre Angola e Namíbia. Não é para todos os países. É, portanto, fruto da cooperação bilateral entre os dois países. Mesmo nós quando vamos à Angola não precisamos tanto de passaporte. O grande problema é que vocês angolanos têm tido muitos problemas em termos de passaporte, mas vocês podem vir para cá sem passaporte, nós deixamos.

Pergunta:- Qual tem sido o foco da comissão no período entre 2002 à actualidade?

c)-Quais têm sido as dificuldades.

Pergunta:- Existe uma relação entre o órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC e a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola – Namíbia?

Resposta:- Sim, existe. Na SADC existe um órgão de cooperação Política, Defesa e Segurança intra-estatal. É com este organismo que a nossas Subcomissões tem cooperado. Neste órgão

fazem parte todos os Estados-membro da SADC, atente todos os Estados-membros e podem cooperar com qualquer um desses países. Todos os países têm os seus órgãos de defesa. A Namíbia tem o seu órgão de defesa, Angola também, a Zâmbia, etc. Qualquer um desses países tiver um problema relacionado com a defesa e segurança os Chefes de Estado e de Governos reúnem numa cimeira e descontem relacionados em sesses países e depois entrem em contacto com o órgão de defesa e segurança intra-estatal e oferece experiência e sugestões de resolução do conflito inspirando-se num dos países com mais experiência. Portanto, o país mais experienciado na resolução de conflito é que fornece dados importantes a resolução do conflito. Por exemplo a Tanzânia tem problema, o Botsuana tem problema, a RDC tem problema, portanto a experiências bebidas em outros países é aplicada para a resolução desses conflitos. Isso deve resultar da Cimeira dos Chefes de Estados e de Governos dos Estados-membros. Se o problema é grave reunimos pessoas (militares) de diversos Estados-membros e vamos para lá. Os conflitos do Congo não serão resolvidos só pelo Congo, existe a SADC para mediar a resolução dos conflitos.

Pergunta:- Namíbia constitui um parceiro estratégico para Angola no quadro da política externa de Angola e vice-versa?

Resposta:- Sim. Angola é um país estratégico para a Namíbia e vice-versa no âmbito das suas políticas externas e para a defesa de um ou para a defesa de outros países. Se o teu vizinho estiver a falar algo sobre ti então tens de te preparar e saber o que se passa. Mesmo lá em casa devemos descobrir qual é o vizinho mais importante para ti, um vizinho que possa confiar que me possa ajudar quando eu tiver problemas. Então se você acha que ele poderá te ajudar então debes estreitar as relações com ele. Logo, ele é estratégico para si. Há questões em que, por exemplo, Angola está em problemas, eu intervimos e Angola agradece. Isto acontece com reciprocidade como já aconteceu no passado e nós agradecemos. Isto marca-nos, portanto, é um vizinho muito estratégico para nós. Por exemplo, Angola se encontra com problema de mararia e febre-amarela e nós possamos ajudar financeiramente com o possível. Com ele também acontece, têm nos ajudado no caso do HIV-SIDA como possível. Uma ajuda que vocês devem saber é que nós ajudamos não com o necessário, mas com o possível e não com os fundos públicos. E se o povo reclamar nós vamos dizer que ABCD angolanos não têm casa, não têm cidades. Quem destruiu aquilo fomos nós. Nós estávamos na terra dele e foi lá onde nós fizemos a nossa guerra de libertação nacional. Isto trouxe independência para você. Isto é a cooperação na área social. Hoje vocês podem ver que lá na lada de Angola nós damos *pendjela* [pensão aos idosos]. Só não temos feito distinção entre Angolanos e Namibianos ou se vive na Namíbia ou vive em Angola, desde que tenha documentos namibianos, mesmo só sabendo que são angolanos vivendo na Namíbia ou em Angola. Damos porque Angola é um país muito

importante para nós porque temos consciência que esta gente é pobre, não tem casa porque nós com a nossa guerrilha destruímos as suas casa, as suas lavras e fizemos com que o seu gado fosse disperso, porque nós estávamos nessa região é onde fizemos a nossa guerrilha para a independência do nosso país. Portanto, se damos, nós temos consciência que damos *pendjela* a essas mais velhas angolanas. Uma senhora me confirmou que recebe *pendjela* porque todos os seus filhos (4) foram mortos pelos sul-africanos pelo facto de eles não terem aceitado indicar onde se encontrava a SWAPO que estava escondido naquela região do Ombadja. E nós temos consciência disso.

Pergunta:- Angola-Namíbia tem cooperado em missão de paz para manter a estabilidade regional?

Resposta:- Sim. Primeiro: país como a África do Sul estava a reclamar o porquê que Angola e a Namíbia tinham que ir ao Congo ajudar o Kabila. Nós fomos lá, em primeiro lugar, por causa da SADC, no âmbito da SADC, em segundo lugar é porque nós e Angola somos amigos e em terceiro nós temos o mesmo entendimento sobre o assunto, compartilhamos as mesmas ideias sobre o assunto. Sabes que muitos namibianos foram ajudados pelo povo de Catanga e pelo Patrice Lumumba quando era primeiro-ministro do Congo, eles eram amigos do povo namibiano. Mas quando Mobutu Sesse Seko entra no poder passou a ajudar a UNITA quanto inimigo do MPLA. A Namíbia apoia o MPLA para intervir no Congo para tirar Mobutu do poder e por Kabila para garantir a defesa de Angola. Mas os namibianos quando estavam no Congo tinham que andar discretos, pois Mobutu não poderia se aperceber porque mataria todos.

Pergunta:- Quais são as principais áreas de cooperação entre os dois países no quadro Defesa e Segurança?

Resposta:- Quase tudo converge para a área de defesa e segurança. Se passarmos a apontar aqui todas as áreas, são da defesa segurança. Não posso descortinar aqui tudo relacionadas com as nossas cooperações. Eu tenho algumas limitações. Temos acordos na área de formação/cursos militares [Ensino], desporto, línguas (inglês e português), educação, indústria e outras de interesses da defesa e segurança. Não podemos entrar muito ao fundo porque muitos constituem segredo de Estado e não podem ser aprofundados.

Resposta:- As instituições do ensino superior são a base do acordo no ensino. O acordo na área de ensino é na Universidade da Namíbia sob responsabilidade do Ministério da Defesa dos respectivos países.

Entrevistador: Tenho visto militares namibianos irem jogar em Ondjiva e eles jogam muito.

Pergunta: Existe acordo entre Angola e Namíbia sobre o combate ao terrorismo? **Resposta:-** Sim, existe. Estes acordos podem existir mais estão no silencioso. Temos tido deliberações que

saem das reuniões no âmbito da SADC ou entre os dois países. Tu dás conta que eles estão contra. Não agem de forma visível, agem no silêncio. Foram algumas acções silenciosas de combate ao terrorismo, utilizando alguns métodos apropriados dos órgãos estatais vocacionadas para o efeito. Angola e Namíbia nunca apoiam actos terroristas, nunca financiam o terrorismo, mas eles combatem. Por exemplo, uma das formas de manifestação ao combate ao terrorismo usada por Angola e pela Namíbia é na reuniões no âmbito da SADC ou em outro contexto a agir verbalmente ou por documento dizendo " a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola Namíbia condena veemente as acções terrorista que sucederam no local Y perpetradas pelo grupo X e, portanto não apoia estes tipos de actos". Portanto, essas é uma das formas muito usada para manifestar o seu descontentamento contra as acções terrorista. É uma forma de combate silenciosa usadas na Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia e ao nível da SADC. São discursos generalizados e verbais. Não são acções que apontam acções agressivas, como sejam mortos, sejam capturados ou presos. O presidente do Brasil na Assembleia geral disse que a UN deve deixar de simples acções verbais e passar para acções concretas.

Pergunta:- o HIV-SIDA pode ser considerado ameaçam a seguranças nacionais dos dois países?

Resposta:- O HIV é um grande obstáculo para o desenvolvimento dos países como os nossos. Se as pessoas começarem a ficarem doentes e a morrerem, isto faz diminuir a produtividade e a força de trabalho. O nosso país é pequeno e tem pouca gente e se as pessoas começarem a adoecer e a morrerem isso retarda o crescimento económico e o desenvolvimento multisectorial de um país. Há-de dizer que agora as pessoas estão mais informadas, estão mais cultas em relação ao HIV. Já tomas medicação, fazem o controlo periódico do seu nível serológico e o nível de sero prevalência na Namíbia é muita baixia na Namíbia e isto é muito positivo para a Namíbia. Na Namíbia as pessoas estão informadas e sensibilizadas em relação ao controlo do HIV-SIDA e levam a questão com muita seriedade. Isto tem impacto na diminuição de novos casos. Também as mulheres têm feito o corte vertical, facto que tem levado a diminuir a transmissão do HIV-SIDA.

Pergunta: A Namíbia tem estado a efectuar investimentos na área da marinha, com o apoio principal do Brasil, este facto pode constituir uma preocupação para os estados vizinhos como Angola?

Resposta:- Não constitui problema. É uma questão de escolha. O Brasil é um país neutro. Não é tipo a Coreia do Norte que tem uma relação aberta com a Rússia. Também podemos esquecer que a Coreia é um país que nos ajudou quando estávamos na guerrilha. Não podemos deitar

para fora, não podemos nos esquecer de que eles nos ajudaram. A é nosso amigo, temos cooperação com eles, mas não se pode comparar com o Brasil que não tem tanto problema por ser um país neutro. Se tivermos a cooperar com a Coreia estes não podem entrar aqui no país de forma visível e aberta porque vamos ter problemas com a América. Devem entrar aqui passando pela portinhola, não pela porta centeal. Senão o problema é maior. Não o podemos abandonar apesar de eles terem problemas com aos americanos, têm de entrar no nosso país porque eles nos ajudaram.

Pergunta:- Que papel a África Austral desempenha na geopolítica mundial?

Resposta:- Realmente a África Austral desempenha um papel importante na geopolítica mundial. Por exemplo, nós temos tido os nossos problemas e procuramos resolver os nossos problemas. Procuramos dar fim a esses problemas nós próprio rapidamente. Procuramos identificar os problemas aqui no âmbito da África Austral e resolve-los rapidamente. Por exemplo, tivemos recentemente problemas no Lesoto, no âmbito da SADC os países reuniram rapidamente e deram conta que essa gente está sempre a causar guerras e mortes entre irmãos. Isto não é convicto. Então temos de encontrar medidas urgentes para ultrapassar essa situação. Ainda no quadro da SADC uma das proibições, uma das cláusulas é a proibição de golpes de Estados. Não a golpe de Estados. Se alguém quer ser presidente deve ser por força das eleições, por meios democráticos Não por forças militar ou meios não democráticos. Se tu fizeres um golpe de Estado vá ter tão rápidos problemas com os países da SADC. Eles vão todos contra você e você vá sair rápido no poder. Se for por via pacífica, sim. Existe um órgão de defesa e segurança da SADC para mediar isso, avaliar e descobrir o que se passa e sugerir soluções por via pacífica.

Pergunta:- Podemos falar sobre a importância do SIPO para a defesa e segurança e para o desenvolvimento económico da região?

O SIPO é um plano indicador e regulador que recomenda como algumas acções devem ser objectivadas e materializadas. Algumas acções relacionadas com a defesa e segurança. São planos que servem para regular a implementação das estratégias de defesa e segurança da SADC. Quando há uma preocupação de segurança na SADC chamam os SIPO. O SIPO deve reunir. Órgão de cooperação da SADC é quem traça estratégia para actuar e ultrapassar tal problema. Define, sobre tudo, os instrumentos e recursos de actuação para garantir a defesa e segurança do respectivo país. Este órgão tem membros (Angola, Botsuana, Namíbia e outros países membros) que têm cada um, tarefas específicas apoiado pelo um secretário executivo. Estes países têm oferecido recursos para manter vital este órgão e a sua presidência é rotativa de dois anos. Cabe a país que preside regular órgão.

Pergunta:- Que papel Angola é um país importante na SADC, no quadro da Defesa e Segurança, principalmente na resolução de conflitos?

Resposta:- Sim. É muito importante. Pois, saiba que nós temos experiência e conhecimento. A nossa experiência é vasta e adquirida pelo facto de nós termos passado e presenciado conflitos. Angola muitos anos e Namíbia alguns anos. Pois, não temos como não sermos importante na resolução de conflitos em África.

Por exemplo, veja como nós tentamos resolver os problemas. Antes de Savimbi morrer já foi chamado pelo governo para estarem bem, resolverem o problema de forma pacífica e vivermos em harmonia um projecto de reconciliação nacional entre irmãos. Isto é uma questão de resolução de conflito por via pacífica e uma forma de idoneidade de Angola. Mas ele, Savimbi, não aceitou.

Agora, na Namíbia, quando nós saímos de Angola para a Namíbia e apoios a nossa independência, aquelas pessoas que pertencia a DTA e que ajudavam a África do Sul fugiram para o Botsuana e outros para a África do Sul. Mas nós pedimos para que essas pessoas voltassem, mas algumas pessoas não aceitaram, ficaram lá e outras pessoas voltaram, tal como Angola fez e não lhe fizeram nada. Os que não voltaram estão lá a sofrer e os que voltaram estão a levar uma vida melhor cá. Isto é uma forma de resolução pacífica de conflito. Esta experiência mais que suficiente para ajudar na resolução de conflitos na África Austral. A experiência é tão vasta até quando nós temos conflitos, nós próprios resolvemos pacificamente. Nem todos os países tiveram essa paciência. Quando tinham problemas era decapitar ou crucificar o inimigo. Por exemplo alguns dos povos árabes. Esses não brincam.

Pergunta:- Nota-se um interesse entre Angola e Namíbia em manter a paz e a defesa e segurança entre os dois países. O que está na base disto? Será que pretendem possibilitar a projecção de seus interesses políticos e económicos na região ou simplesmente para manter a paz, estabilidade e segurança?

Resposta:- Em primeiro lugar é para manter a paz, que é um factor importar, segundo é para manter a estabilidade económica para os nossos dois povos porque se temos paz, entre Angola e Namíbia e a nossa economia estiver bem, ali podemos diz Angola você tem café e nós podemos dar outra coisa. Portanto, relançar as trocas comerciais vantajosas e uma cooperação ao nível da economia para o combate a pobreza entre os dois países. Quando não há paz há fome. Paz, segurança e estabilidade económica é um trinómio importantíssimo para o bem estar das populações. **Pergunta:-** Existem empresários angolanos que estão a investir cá na Namíbia?

Resposta:- Aqui na Namíbia é muito raro. Em Angola há, de facto, muitos investimentos de empresário namibianos, o que é muito raro ver cá na Namíbia. Acho que seja o problema da

língua, factor que faz com que os angolanos não venham cá investir. **Pergunta:-** O petróleo que vocês consomem vem de Angola? **Resposta:-** Não. O nosso petróleo vem da África do Sul. Mas existem algumas pessoas singulares que têm ido comprar petróleo em Angola. Isso não é um comércio inter-estatais, não é uma importação oficial, isto é, não envolvem os dois governos. Sabe-se que o petróleo da África do Sul é refinado demasiado em relação ao petróleo de Angola. Primeiro tínhamos que o petróleo de Angola não fosse bem refinado. O segundo elemento é que a Namíbia já tinha assinado acordos de cooperação com as companhias petrolíferas sul-africanas. Outra coisa que se deve saber é que a Namíbia quase em todos os sectores, desde antes da independência, está ligada à África do Sul, inclusive os bens e serviços. Portanto, há acordos antigos e difíceis de desfazer. Por isso mantem-se até hoje irrevogáveis. E se por acaso anularmos esses acordos e quebrarmos essas relações à Namíbia pode ir abaixo, pode prejudicar a economia da Namíbia. A não ser que se desligue aos poucos.

Pergunta:- Podemos falar sobre a participação nos exercícios militares conjuntos da SADC (objectivo e qual têm sido os papéis de Angola e da Namíbia).

Resposta:- Os dois países têm participado activamente nos exercícios militares conjuntos da SADC. Lá já existe um guião, directrizes e uma orientação documental que orienta a realização dessas actividades periodicamente. Longo, se o país é membro, claro que deve participar nessas actividades obrigatoriamente. Estes exercícios militares têm nomes. Por exemplo: Exercício Golfe, Exercício Kwanza, Exercício Walvis Bay, etc.. Se fores à internet com certeza vás encontrar os nomes destes exercícios. Em quanto membro da SADC vede ter a obrigação de participara em todas as actividades programadas a curto, médio prazo e longo prazo. Se não participar pode sofrer algumas sanções. É uma das formas de você mostrar a sua experiência, a experiência que você trás do seu país. Nestes treinos distribuem algumas tarefas, algumas responsabilidades e a responsabilidade que lhe for atribuída debes mostrar o quanto és bom. Deves mostrar a sua experiência, o seu saber avançado naquela área. Um exemplo muito recente é que no próximo ano (2017) vão acontecer esses treinamentos e a Namíbia terá uma responsabilidade. A área que lhe foi atribuída e a força aérea. A força aérea dos países da SADC virá para cá, na Namíbia, e é aqui onde será realizado os exercícios militar deste ramo. Facto que acontece com todos os países da SADC. Portanto, devo mostrar o nosso saber que temos alguma experiência que pode ser passado aos outros. Neste caso, quando se faz o aparato ou levantamento dos meios necessários para a realização do evento se por ventura constatar problemas ou falta de alguns meios podemos solicitar como empréstimo à Angola ou à outro país, caso o tenha. Os países vão contribuindo com os meios necessários, desde alimentação, combustível, aparelhos, entre outros.

A Namíbia gosta de realizar treinamentos no deserto. Temos do deserto do Kalahar e o deserto do Namibe. **Pergunta:-** A Standby Force Brigade SADC tem o seu comando em Gaborone? **Resposta:- Não.** As forças da SADC encontram-se estacionadas nos respectivos países. É de lá onde siem para cumprirem missões quando são convocadas. Cada país vai dar um determinando número de homens. Não há milhares acampados em Gaborone. A SADC é uma instituição, é uma estrutura. Lá é só a sede. Tem departamentos que respondem por áreas diferentes. Tem lá é alguns instrutores que trabalham lá. Tem lá serviços, planos, documentos e algumas pessoas. Os militares estão nos seus países. Confirma, T.K.? **Resposta do T. K.:-** Sim. Confirmo. Ficam nos seus respectivos países. Só são chamados em momentos necessário quando haver uma necessidade de treinamento ou de intervenção num países. Eles não ficam acampados ou estacionados em Gaborone.

Pergunta:- Podemos falar sobre a presidência de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

Resposta:- Ah! A Região dos Grandes Lagos. Sabes que foi de lá onde nós viemos? Nós viemos dos Grandes Lagos. Dar-al-Salam, Ogwe. É uma região com grandes conflitos. Eu até desconfio que deve ser esses Tusti e Hutus que nos correram lá nos Grande Lagos, por serem muito conflituosos [sorrisos]. Há relatos que dizem que os Hutus e Tutis não são bantu. Mas existem alguns aspectos linguísticos e sociais relacionados [cântico evangélico intitulado pela entrevistaste: *Osiwana*].

Não há impedimento nenhum para Angola presidir a CIRGL. Cada país é livre para integrar cada organização, desde que tenha motivos que o faz integrar. Por exemplo, Angola. Vamos analisar o caso de Angola. O que faz com que Angola adira e integre a CIRGL? Angola tem grande interesse em integrar esta conferência para manter a defesa e segurança da região da África Austral e para manter a sua própria segurança. Por exemplo, todos aqueles países estão, geograficamente, muito próximos de Angola. Estamos a falar principalmente dos dois Congos, que também fazem parte daquela conferência internacional. Como são vizinhos e por uma opção estratégica de segurança Angola tem de integrar essa comissão para acompanhar de perto o problema, para estar informado, para não estar alheio sobre o que os seus vizinhos têm estado a falar e a fazer a cerca da região e do mundo. Saber as suas estratégias para a defesa da região. Portanto, deve saber para poder se prevenir de qualquer situação que possa surgir. Não pode estar distraído. Outro motivo é o caso de Cabinda, pode ser uma ameaça para o enclave de Cabinda. A sua integração é uma questão de estratégia preventiva. Sabe-se que Angola compartilha a mesma bacia com Congo e Cabinda é uma região petrolífera. Por exemplo, se o Congo tiver problemas e Angola ignorar, o problema pode se alastrar para Angola. Angola deve

acompanhar a evolução do conflito porque se o Joseph Kabila sair do poder e entrar um partido que não favorece a vizinhança pode ser um problema para Angola.

Pergunta:- Tem algumas sugestões que possam permitir que a relação Angola – Namíbia continue a caminhar cada vez mais forte?

É escrever bem essas coisas quando fores. Tens de ter o número do meu telemóvel e o meu e-mail. Qualquer coisa, por favor, escreva e pergunte.

Na verdade há muitas coisas que não têm corrido muito bem. Há vezes que nos estabelecemos, ou seja, para nos estabelecerem em Angola não é muito fácil. Deve mais pratinha e colaboração na saúde. Mais eficazes e rigor no cumprimento dos acordos, ir para frente sem parar. Viabilizar o estabelecimento de empreendimentos, o que não tem sido fácil, principalmente em Angola, mesmo em área que em qua eles não têm maior capacidade ou maior eficácia. Ultrapassar essas barreira constituem um dos desafios no quadro da cooperação entre Angola e Namíbia. O “chefismo” esta a minar a consciência das pessoas.

Entrevista ao ex-atleta da Educação

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: [Entidade reservada]

Naturalidade:

Idade: Anos

Nacionalidade: Angola

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior:

Cargo/Função actual:

Instituição:

Data da Entrevista: 02 -12-2016 Hora: 10:35' Fim: 12h:00' Local: Ondjiva

Os jogos que nós fazíamos antigamente na Namíbia ou em Ondjiva com as equipas da Namíbia. A conjunto daqui, Província do Cunene, conhecida por Educação pelo pacto de ter sido patrocinada pela Direcção Provincial da Educação do Cunene. Era uma equipa muito dura e aguerrida. O objectivo era fortalecer a amizade e criar um ambiente de confraternização, bem com a troca de experiência na área dos desportos entre os dois povos. Por um lado, na altura cá, no Cunene, principalmente em Ondjiva não havia uma equipa forte para protagonizarmos bons duelos. Por outro lado, não tinham possibilidade de irmos à segunda divisão ou fazer jogos amigáveis com equipas de outras províncias devido a longa distância que existe, bem como a situação política não era muito segura.

Eram jogos de recriação. Primeiramente nós íamos à Namíbia procurar concertar com as equipas e com o governo namibiano, pelo que nos era dado o acesso de travessar a fronteira mesmo sem passado travessia, sem salvo-conduto ou passaporte. Passávamos simplesmente com uma única lista que continha os nomes da comissão técnica. Para os dirigentes não era preciso nada. Eramos alojados com todo aparato fazíamos jogos bonitos. Também convidávamos equipas namibianas para vir em jogar cá. Muitas vezes participaram nos nossos torneiros.

Pergunta:- Quais foram as equipas namibianas que participaram?

Resposta:- Eram sempre as mesmas equipas. Uma equipa do Oshakati – o Misto de Oshakati, uma do Ohangwena, a equipa BMN de Oshakati mais outras. Depois, estas equipas também vinham cá jogar.

Os jogos de puxar cordas [medição de força] só faziam parte dos jogos militares que eram realizados entre os militares da Namíbia e os militares do COP-Cunene. Nos jogos militares eram feitas selecções na qual o COP-Cunene fazia uma selecção de atletas para representar a Zona Militar Sul de Angola, na qual também fazíamos parte. E os namibianos por sua vez, também faziam uma selecção para representar a Unidade Militar do Norte da Namíbia. Nestes jogos havia já muitas modalidades, algumas delas não sabíamos como é o caso do jogo de cordas. Os homens deles eram grandalhões e os nossos eram menos robustos. Quatro atletas deles contra dez dos nossos atletas, mas conseguiam sempre nos puxar, arrastavam-nos até na área deles [sorrisos]. Eles tinham uma técnica que consistia na seguinte maneira: eles puxavam a corda em segunda deitavam as costas no chão. O momento em que eles deitavam as costas no chão nós conseguimos puxar todos para frente, depois eles vão levantando um por um começando pelo primeiro [sorrisos].

Pergunta:- Quais são as pessoas que estavam à frente destas actividades?

Resposta:- O Capitão Chico, o Capitão Hermelindo – era tradutor, o Broz Tito o Brigadeiro Mandinho – foi impulsionador dessas actividades – entre outros.

Inquérito por questionário aberto

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: Major Leo Mwadinange

Naturalidade: Ombadja

Idade: 61Anos (01/10 /1955)

Nacionalidade: Angola

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior:

Cargo/Função actual: Forças Armadas Angolanas

Instituição: FAA Procuradoria Militar

Data: 29-11- 2016

Local : Ondjiva

Iª Parte: Angola no contexto da SADC

1. A questão de segurança e defesa na África Austral definem-se, também, pela interacção entre os Estados da região membro da SADC. Que papel Angola tem desempenhado na SADC, no quadro da Defesa e Segurança?

R:- A África Austral é composta pelos: República de Angola, RDC, República do Malawi, Ilhas Maurícias, Namíbia, África do Sul, Reino da Suazilândia, Reino do Lesoto, Zâmbia, Botsuana, Madagáscar, Moçambique, Zimbabué e República Unida da Tanzânia. São esses estados que compõem a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A intervenção de Angola na RDC e na República do Congo – Brazzaville foi determinante para a queda dos regimes de Mobutu e de Pascal Lissouba, evitando o pior para Angola, uma vez que esses países eram considerados como trampolim para novas investidas contra as Províncias Angolanas do norte, sobretudo Cabinda. Esta intervenção estabilizou os sistemas liderados pelos actuais – líderes Joseph Kabila e Denis Sassou Nguesso, respectivamente – o que de certa forma fez de Angola um parceiro indispensável para a questão da segurança na região da SADC e do Continente africano em geral, sendo um dos Estados mais procurado na cooperação para a solução de conflitos e formação da área de defesa e segurança.

Angola foi o Estado que esteve sempre a frente do grupo de países que se solidarizaram com os povos oprimidos da região austral, razão pela qual o saudoso Dr. António Agostinho Neto nas suas palavras de ordem dizia: "na Namíbia, no Zimbabué e na África do Sul está a continuação da nossa luta".

Por este facto, foi da fúria do regime do *apartheid* que não só o destruiu o País, mas também fomentou o conflito entre angolanos. Deste modo, Angola sempre foi opositor mais forte e

determinado das tendências expansionistas do regime do *apartheid*, tendo-se afirmado como "trincheira firme da revolução em África".

Angola tenha contribuído, de forma significativa, na independência da Namíbia, do Zimbabué e para o fim do *apartheid* na África do Sul.

Daí em diante Angola passou a ser um parceiro ideal nas relações políticas e militares, que abriu novos capítulos de cooperação em vários domínios, razões pela qual continua a receber anualmente comissões conjuntas de defesa e segurança com vários países vizinhos como mecanismo bilateral para a troca de experiências pertinente no endurecimento da defesa e segurança.

2. SIPO e o seu impacto na Defesa e Segurança da região.

R:- O SIPO é o plano estratégico indicativo do órgão da SADC que visa prevenir catástrofes naturais e desastre, bem como acções de capacitação dos recursos humanos, assistências humanitárias e assistências familiares.

3. Pacto de Defesa Mútua da SADC: objectivo, dificuldades e sucessos.

R:- É um órgão que rege as leis orgânicas do Tribunal Supremo, dos Conselhos Superior da Magistratura Judicial e do Ministério Público.

A Assembleia Nacional de Angola aprovou por unanimidade, dia 23 de Fevereiro de 2011, a adesão de Angola ao Pacto Mútua de Defesa da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que prevê uma reacção colectiva dos membros desta organização em caos de ameaças a paz ou de ataque armados contra um dos Estados-membro.

O Pacto de Defesa Mútua tem como objectivo prevenir mecanismos de consulta no caso de um País ver a sua integridade territorial, a independência política ou segurança ameaçada e a união dos esforços para autodefesa em conformidade com as normas do direito internacional.

4. Standby Force Brigade SADC (Brigada das Forças da SADC): Objectivos, origem dos recursos militar ou contributos, dificuldades, sucessos e papel de Angola.

R:- É uma brigada de força especial da SADC para operações especiais e manutenção de paz, que é considerada como "Brigada de Estado de Alerta" para intervir em qualquer Estado-membro alvo de qualquer ameaça. Os recursos passa necessariamente pelas contribuições dos Estados-membros tanto para treinos conjuntos como para cumprimentos de missões.

5. Objectivo dos exercícios militares conjuntos da SADC e o papel de Angola.

R:- Os objectivos dos exercícios militares conjuntos da SADC visam uniformizar procedimentos e procurar atingir a melhoria dos níveis de organização, planificação e controlo das operações das forças especiais da SADC, procedendo-se para eventuais crises que possam ocorrer em qualquer dos territórios de Estados-membros.

A decisão do exercício militar conjunto saído no encontro de Julho de 2013, em Luanda, recomendou a organização de uma acção de treinamento conjuntos e multinacionais no ano seguinte, o que foi cumprido em 2014, em Angola.

IIª Parte: Relação Angola – Namíbia antes da independência de Angola

1. Papel de Angola na luta pela independência da Namíbia

R:- Angola jogou um papel preponderante para a concretização da independência da Namíbia, em vários domínios: militar, social e diplomático.

- Domínio Militar: o desfecho da Batalha do Cuito Cuanavale fez com que o mito de invencibilidade do poderoso exército sul-africano seja quebrado, alterando desta forma a correlação de forças na região austral da África. Tornando-se o ponto de viragem decisiva na guerra que se arrastava a longos anos. Daí, a decisão de assinatura dos acordos que deu origem a independência da Namíbia.

- Domínio Social: Angola durante longos anos transformou-se ou albergou maior concentração populacional oriundos da Namíbia que abandonaram o seu país devido aos maus-tratos e que eram dados guardadas em Angola com direito a protecção e abastecimento.

- Domínio Diplomático: em 22 de Novembro de 1988, os governos angolanos e sul-africanos assinaram os Acordos de Nova Iorque, para a retirada das forças estrangeiras do conflito angolano, levando conseqüentemente à independência da Namíbia, a última colónia em África, a qual era conhecida na época como Sudoeste Africano, e a democratização da África do Sul.

2. Batalha do Cuito Cuanavale (objectivo, participantes, vitoriosos e significado histórico).

R:- A grande vitória militar no triângulo do Tumpo, segundo relatos no livro " Guerra em Angola: A fase final da África do Sul, de 31 de Dezembro de 1990, do especialista sul-africanos em assuntos de defesa, Helmoed-Romer Heitman, o mês de Março de 1988 Começou mal para os invasores. Tempo chuvoso e as chanas do Cuando-Cubango ficaram alagados. Os invasores sul-africanos e as tropas da UNITA prepararam, nessa altura o assalto final ao triângulo do Tumpo

Aos primeiros minutos do dia 01 de Março, Mike Nuller Cudte do 61º Batalhão Mecanizado sul-africanos pode o adiantamento do ataque porque considerava as condições muito adversas. O seu superior, Coronel Neloigwin, aceita. Às 7h:30 do dia, artilharia das FAPLA ataca a posição dos tanques sul-africanos. Mike recua para posições mais seguras. Às 8h:00 do mesmo dia, com o céu carregado de nuvens, quando abuses do BN-21 das FAPLA atingiram um camião de apoio 61 KOPPIC. Há desorientação entre o inimigo.

Às 11h:25' os Jactos MIG angolanos aproveitaram uma abertura no tecto de nuvens baixas e atacaram os invasores. Alguns minutos depois os mísseis Stinger, fornecidos a UNITA pelos EUA, entram em cena e Mike Muller avança com os ataques em direcção ao Triângulo do Tumpo.

Às 13h:55' a força de Mike estava a pouco de dois km do Triângulo do Tumpo. O invasor já via a ponte sobre o Rio Cuito e as árvores a entrada da aldeia da Samaria. Um veículo sapador sul-africanos accionava várias minas.

A Reacção das FAPLA é contundente. Deparou-se com os morteiros de 120 mm, os canhões D-30 e os BM-21, um inferno de fogo e metralhadores envolveu os invasores e a tropa de Jonas Savimbi. Mike Miller responde com Mor 81 mm.

Às 14h: 22' um supertanque "oliphant" detonou uma mina. As FAPLA dispararam de frente e do franco esquerdo.

Os sul-africanos e as unidades da UNITA estavam num campo de minas criados pelos engenheiros angolanos. Mais três tanques *oliphant* detonaram minas. Um ficou imobilizado porque sofreram danos graves na esteira. Mike Muller entra em desespero e recua. Nesta ocasião a topa da UNITA já tinha desaparecido. Para abrir o caminho, a artilharia dos invasores disparou 500 abuses contra as posições das FAPLA. No auge da Batalha, o próprio tanque Ratel do Comandante Mike Muller é atingido numa roda. Uma antena foi arrancada pelo fogo das FAPLA.

O tanque do outro sul-africano, Tim Rudman, também fica de baixo de fogo. Um abuses de morteiro de 120 mm explodiu numa árvore por cima da sua cabeça. Por sorte minutos antes Rudman tinha curvado o tanque e baixando a escotilha. Um tanque *oliphant* que avançava com soldados da UNITA sentados na parte trazeira, a boleia foi atingido e o canhão arrancado da torre e os boleiantes morreram.

Recuo Organizado

Segundo Heitman, a Situação era muito grave, mas ia piorar para o lado dos racistas. Uma equipa do reconhecimento dos invasores informou que os tanques das FAPLA tinham acobardado de abastecer na aldeia de Samaria e avançavam para o triângulo do Tumpo.

O Coronel McLaughlin ordenou ao Batalhão 32 que retirasse ordenadamente e que aguardasse novas ordens. Mike estava a enfrentar graves problemas mecânicos nos seus tanques e ordenou a retirada para longe do triângulo das operações. Mas para a desgraça um outro é atingido por um salva de 23mm. Às 14h50 Mike pede nova retirada para fazer reavaliação. Menos de uma hora depois, Mike informa o coronel McLaughlin que só tem cinco tanques operacionais.

O Coronel contacta imediatamente os generais Lienberg e Meyer e relata-lhes o desastre. A tropa da UNITA tinha desaparecido. A artilharia das FAPLA atacou com muita força.

O Comando ordena a retirada do Mike que comandava a força principal. A derrota era evidente. Mike Muller resumiu concisamente o resultado: "O inimigo é forte e astuto". Palavras do Mike Muller.

Apesar de não ter uma força poderosa na cabeça de ponte, as FAPLA possuíam um forte dispositivo de artilharia que fez a maioria parte da luta. Planearam e executaram a sua defesa seguramente de forma muito inteligente (diz Helmoed-Romer Heitman, no seu livro).

Às 17h:00, do dia 23 de Março de 1988, o Coronel McLaughlin desiste do ataque ao Triângulo do Tumpo, e Mike Muller regressa ao ponto de partida.

A superioridade demonstrada pelas FAPLA no campo de batalha fez com que o regime do *apartheid*, da África do Sul, aceitasse a assinatura dos acordos de Nova Iorque, que deram origem a implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, levando a independência da Namíbia e o fim do *apartheid* na África do Sul, isto em Dezembro de 1988.

Resumo

Os participantes, vitoriosos e o significado histórico desta Batalha, estão bem patentes neste texto.

Ganhou o povo angolano.

Derrotado o regime do *apartheid* da África do Sul.

IIIª Cooperação entre os governos de Angola e da Namíbia independente

1.- Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia (Historial)

R:- Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola/Namíbia. Esta comissão é o presidente o Ministro da Defesa Nacional e co-presidente o Ministro da Defesa da Namíbia, em caso da actividade realizar-se no nosso território. Caso for realizada no território namibiano é presidente o anfitrião e co-presidente o visitante.

a)- Esta Comissão é composta pelos Ministérios da Defesa, da Segurança do Estado e do Interior de ambos os Países.

A Comissão Mista Permanente esta desdobrada em comités técnicos regionais cujo membros são os mesmos órgão constante na linha A, mas representados pelos órgão de base localizados nas regiões ao longo da fronteira e que prestam contas aos seus respectivos órgão centrais, que por sua vez fazem o relatório a Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança.

A Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança reúne uma vez ao ano enquanto que os Comitês Técnicos Regionais reúnem de 6 em 6 meses de forma ordinária e extraordinária quando necessário.

As visitas de membros do Comitês Técnicos Regionais são feitos de forma permanente e quando necessário. Neste caso, as convocatórias têm sido por via telefónica.

2.- Cooperação entre os governos de Angola e da Namíbia independente.

R:- Angola possui um Protocolo de Cooperação entre os Governos da República de Angola e da Namíbia no domínio da Defesa, assinado aos 18 de Setembro de 1990, acordo este que continua avigorar até ao momento. Por conseguinte os pontos 4 a 10 da terceira parte do questionário devem consultar no Protocolo de cooperação em anexo, no seu artigo 2º Âmbito.

3.- Cooperação Desporto Militar (início, objectivos, etc.).

R:- Quanto ao desporto tenho a realçar que os jogos inter-regional militar foi relançado no ano 2003, a luz das recomendações saída na reunião bilateral da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola/Namíbia, na qual orientava as unidades militares ao longo da fronteira comum, realização anual de actividades desportivas e culturais no âmbito das relações de amizade, solidariedade e de cooperação, cujo modalidades até agora que foram alvo de competição são como os últimos jogos realizados em Angola, concretamente na cidade do Lubango.

- Futebol

- Futebol salão

- Voleibol

- Atletismo (100 m, 400 m, 800 m e 10 km).
- Marcha forçada (Marfor 10 km com 5 kgs).
- Tiro desportivo AKM (300 m posição deitada, 200 m de joelho e 100 m de pé nos alvos fixos).
- Snooker
- Medição de Força (Puxada da Corda)

Em todos os jogos tem havido modalidades demonstrativas por cada lado, por não ser praticar nas respectivas forças, sendo: Andebol (FAA) e Netbal (NDF).

Entrevista no Programa Memórias da Independência, 24-09-2016, TV Zimbo, Angola.

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: Alcides Sakala

Idade: Anos (/ /)

UUUUU

Nacionalidade: Angola

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior

Cargo/Função actual:

Instituição:

Data da Entrevista: - - 2016 Hora: Fim: Local: Ondjiva

A Cooperação entre a UNITA e a SWAPO

Jornalista:- Havias perdido o contacto com Jonas Savimbi?

Alcides Sakala:- Não sei nessa altura como a relação estava depois. Ele e o Dr. Savimbi conheciam-se bem. Depois da libertação nacional o Dr. Savimbi referia-se a ele e nos debates que nós tínhamos. A relação não era de muita proximidade, mas havia essa decisão. Nós deveríamos achar uma forma de pôr a questão de regressarmos para não mais voltar. Então dissemos que deveríamos ir assistir as celebrações e que voltaríamos mais tarde. **Jornalista:-** E qual foi a trajectória que fizeram? **Alcides Sakala:-** Nós viemos de carros até Lusaca, ali tínhamos um avião de um amigo nosso, da UNITA, Tony Rolem?? Que tinha um jato, na altura, e que era muito próximo da UNITA. E assim o grupo veio para cá, em finais de Outubro e princípio de Novembro, numa altura em que já havia muita tensão do País. **Jornalista:-** Já sabiam que os sul-africanos estavam a entrar pelo sul de Angola? **Alcides Sakala:-** Ainda não sabíamos. Ainda não havia uma relação formal. Não havia. Porque quem encoraja os sul-africanos a intervirem, naquela altura, foi a Administração Foord e o Presidente Kaunda que vêm essa presença cubana em Angola como perigo dos seus interesses e ocidentais nesta região do continente. Foi assim que a América encoram os sul-africanos a entrarem em Angola. E quando eles entram não tinham contacto específico com ninguém, naquela altura, em 1975. Não havia ainda uma relação formal entre nós e os sul-africanos. **Jornalista:-** Não havia uma relação formal. Mas os sul-africanos também não conseguem distinguir quem é quem! Guerrilheiro ou militar do MPLA ou da UNITA. Vocês tiveram confrontos com os sul-africanos. **Alcides Sakala:-** Houve bombardeamento contra nós, eles usaram muito a força aérea. Naquela altura tinham os famosos embalas que eram muito poderosos. Eles usaram extensivamente a força aérea. Mas a UNITA ainda não fazia parte da equação estratégica dos interesses americanos

esta região. Portanto, eles encorajaram os sul-africanos para, talvez, criarem uma zona tampão face ao avanço que os cubanos fazia no País, dado a presença do contingente cubano em Angola.

Jornalista:- Isto quer dizer que a UNITA fica essa altura à margem do conflito? **Alcides Sakala:-** Nessa altura realmente ficamos a margem do conflito porque depois, penso que em Janeiro de 1976, a OUA manda para cá uma Missão de Observação para visitar as áreas controladas pelos movimentos de libertação, fundamentalmente pela UNITA e o MPLA, e chegam a conclusão de que era preciso tomar uma posição que era obrigar a retirada das forças estrangeiras do País. Na altura tínhamos 23 países a nosso favor e todos outros a favor do MPLA. Não se chegou a uma posição de equilíbrio. **Jornalista:-** Há que diz que o voto que faltou para o MPLA teria sido do Idi Amin Dada, presidente do Uganda, que prometeu uma coisa e acabou por fazer outra.

Jornalista:- Vamos falar sobre o 11 de Novembro de 1975.

Alcides Sakala:- Angola preparava-se, de facto, para assumir as suas responsabilidades como país independente. Nessa altura eu estava no Bié, acabava de chegar da Tanzânia e havia um esfavorecimento, como podia imaginar, falava-se já de alguma guerra que ganha uma intensidade. A celebração foi organizada ali. Nós tivemos uma acção cultural no Sport Club de Silva Porto. É uma festa que tinha sido preparado, havia aí muita gente misturada, havia angolanos que não eram da UNITA. Começou a festa e quando chegou à meia-noite além se lembrou de fazer um sinal de palavra de ordem do MPLA e depois outras faziam da UNITA [sorrisos]. No entanto, a festa acabou mesmo aí porque alguns começaram a atirar garrafas. Um momento importante que se vivia na altura e que não conseguimos controlar naquele momento. Era uma espécie das consequências do nacionalismo que vinha já com problemas. Nas nossas reflexões, nós temos dito que os problemas mal resolvidos de correntes das fracturas do nacionalismo vieram manifestar-se naquela noite que seria um momento de convívio, mas que acabou com violência.

Jornalista:- A proclamação da independência aconteceu no Huambo, com a proclamação da República Democrática de Angola?

Alcides Sakala:- Aconteceu realmente. Não acompanhamos porque não tínhamos rádio na altura. E as emissoras tinham as suas dificuldades e também estávamos a chegar do exterior há duas semanas antes, eramos cadetes.

Jornalista:- Teve ideia de que poderiam conseguir sustentar a presença da UNITA ali no Bié, ao observarem que estavam enfraquecidos militarmente?

Alcides Sakala:- Não havia este entendimento. Porque nós depois, daí parti para Frente Leste. Eu fui para Chicala, já como Major, com mais dois colegas. O comandante da Frente Leste era

o mais velho Chiwale. E ele estava em Tchicala. Mais tarde os combates intensificaram esta área. Os combates eram muito violentos e tínhamos como adversário directo/inimigo as tropas catanguesas. Eram muito aguerridas. Nós fizemos várias tentativas para a tomada da cidade da Vila Lusa (Luena) e não conseguimos. Mas em Agosto ou finais de Setembro de 1975 nós conseguimos tomar a cidade de Luena. Ficar ali um tempo, até em Fevereiro de 1976, assim cai a cidade do Huambo, dia 8. Depois vieram quadros e dirigentes com as suas famílias do Huambo para cidade do Luena. Penso que três dias depois nós fomos bombardeados por canhões de longo alcance, disparados por operadores cubanos, a informação que nós tínhamos, facto que nos levou a abandonar a cidade de Luena em direcção Coutinho e fomos com a estrada que actualmente é o Mbalanguimbo. No dia 13 de Março de 1976, que é dia de fundação do partido, nós estávamos a preparar o programa em elusivo ao dia da fundação do partido. Quando estávamos a concentrar parte dos membros do nosso partido na parada para iniciar o comício que estava por se realizar fomos bombardeados por aviões de guerra que vinham ou da base aérea do Huambo ou do Dundo, no Nordeste do País. Isto depois determinou.

Jornalista:- Naquela época as FAPLA já tinham uma aviação tão forte.

Alcides Sakala:- Os aviões eram pilotados por cubanos, o que nos tinham dito naquela altura, o que veio, de facto, a confirmar-se. Pois, era necessário tomar uma decisão em Mbalangumbo, porque alguns já fugiam para a região fronteiriça da Zâmbia onde ficaram como refugiados. E nós, na altura, achamos que tinham que regressar para o interior, para as áreas de Mungu-Wandungo, para às áreas em que a UNITA tinha sido fundada, em 1966. Fomos nos fixar nas margens do rio Lutuei. Ficamos nessa área, onde se realizou a importante do Cuanza, tendo resultado o "Manifesto do Cuanza" que vai determinar as linhas orientadoras para o início da resistência popular generalizada contra a presença das forças estrangeiras no nosso País.

Jornalista:- Também usavam a expressão que Agostinho Neto usava " resistência popular generalizada". **Alcides Sakala:-** é uma questão de cerco-essencialismo. De facto, tomamos essa decisão de que era preciso resistir. **Jornalista:-** Eram quantas pessoas? **Alcides Sakala:-** Eram milhares porque o abandono estratégico das cidades foi em massa. Milhares de angolanos tiveram de abandonar as cidades porque corriam o risco. Era preciso nos adaptar as circunstâncias. Havia muitas dificuldades, era preciso resistir. Dependíamos, essencialmente das trocas que nós fazíamos com as populações locais. Porque a UNITA tinha regulamentos muito rígidos, era preciso respeitar o povo, era preciso respeitar a população, não se poderia tirar nada do povo. Tudo funcionava na base da troca. Dávamos em troca roupas e a força física à trabalhos, ajudando nos trabalhos do campo. Fizemos isso durante um tempo até quando nos fixamos numa zona mais calma, mais tranquila onde conseguimos criar estruturas para se desenvolver a agricultura. Só quando conseguimos consolidar um território mais vasto que era

a Jamba, considerada a Base de Apoio da UNITA. **Jornalista:-** A Jamba foi criada em que altura? **Alcides Sakala:-** Foi criada a partir de 1978. Antes estávamos espalhados por questão de segurança, não podíamos andar com toda gente junta porque seríamos alvo muito fácil à força aérea, fomos nos espalhando pelas bases onde nós passávamos. Essas bases, algumas já existiam desde guerra colonial e outras fomos criando. Nós e o Dr. Savimbi depois ficamos um tempo na localidade de Sandona, onde fizemos uma conferência tendo resultado o "Manifesto do Cuanza". A partir daí muitos quadros foram enviados para outras áreas do País para transmitirem a nova mensagem da UNITA, já no quadro da nova situação que o País vivia naquele momento.

Jornalista:- O que lhe foi incumbido de fazer? **Alcides Sakala:-** Eu fiquei ligado à direcção do partido, fiquei sempre com o Dr. Savimbi. Depois de algum tempo na área de Sandona houve uma grande ofensiva lançada por soldados cubanos a partir do Munhango forçando a nossa ida para o Cuando – Cubango.

Jornalista:- Estavam permanentemente a serem seguidos pelas forças cubanas. Não reconhece forças, nas FAPLA's, capaz de vos confrontar? **Alcides Sakala:-** Os cubanos eram os mais salientes, nessa altura. Mas havia os cubanos, os catangueses, havia soldados do Congo-Brazzaville e as FAPLA's. Mas os cubanos eram os mais salientes naquela altura, por ser um elemento novo na geoestratégia desta região no quadro da Guerra Fria. Isto também foi um factor de mobilização, o que facilitou a passagem da nossa mensagem para o resto do País e do mundo. **Jornalista:-** Supunham que os adversários nacionais não tivessem capacidade de produzir tanta intensidade de fogo e que so deveriam ser estrangeiros? **Alcides Sakala:-** Naquela altura com os helicópteros e MIG's, ou seja, sentia-se a acção a aviação. Então, nós ficamos no Cuando – Cubango, penso que foi em Agosto, em 1976, foi nesse momento em que se prepara o Congresso da Benda, o quarto congresso. Depois fui indicado para ir ao Cunene como Comissário Político da Frente Sul por o Dr. Vakulukuta tinha vir para participar neste Congresso da Benda. Então começava assim o meu percurso como comandante militar nesta região sul. Com uma cara de criança era preciso mostrar essa capacidade ironicamente. Quando eu chego ali acontece uma grande ofensiva e muitos militares queriam que eu não fosse naquele que era o meu primeiro combate aí, pois era preciso dirigir essa nossa força que, depois foi parar nos soldados da SWAPO. A SWAPO era muita activa nesta parte do território nacional. Felizmente, as coisas corriam bem, nessa altura. A partir daí levantou o nosso quadro, automaticamente. **Jornalista:-** Nesta época ainda tinha boas relações com a UNITA? **Alcides Sakala:-** Sim. Logicamente. Só que a SWAPO não tinha muitas opções. Ou ficar connosco e irmos para as matas podendo ter mais dificuldades de fazer a sua luta contra os sul-africanos,

já que nesta se falava muito da presença sul-africana no nosso País. Mas os sul-africanos depois se retiraram, por força dessa recomendação e decisão da OUA, de Janeiro de 1976, em que obrigava as forças estrangeiras que estavam estacionadas em Angola tinham de deixar o País. De factos, os sul-africanos retiraram-se, mas os cubanos continuaram no País, nessa altura. A SWAPO teve que optar. Tinha combate por fazer porque tinha que libertar a Namíbia. Portanto teria mais vantagens se ficasse com o MPLA, como o fez. Rompeu as relações connosco e tornou-se um adversário, um inimigo nosso ali na zona do Cunene. O Cunene era uma zona estratégica para a SWAPO. Eles tinham que atravessar a fronteira e fazerem ataques no outro lado e regressarem para uma área em que nós estávamos. Portanto, foi uma área de intensos combates e de disputas territoriais. Quando cheguei ali como comandante, apesar de tudo, participei em várias operações. Depois fui gravemente ferido em Oshitumba e foi uma sorte ter sobrevivido. Nessa altura tínhamos alguma cooperação com os sul-africanos ao longo da fronteira. Foi neste sentido que me fossem tratar em Oshakati. O Cunene era tão pequeno e a zona operacional também era estreita que em qualquer altura poderia ser emboscado, o que não aconteceu nesse mesmo dia. Nós tínhamos a nossa base militar aí, cujo comandante era o General Vida de Deus, que também já faleceu. Portanto, somos informados de que havia um contingente naquela área. Então, nós achamos que devíamos fazer uma manobra militar ali. Mas deste movimento que nós fizemos esta força da SWAPO passou em frente da nossa base sem atacar. Então, nós mandamos um grupo de reconhecimento para acompanhar o trilho. Esses trilhos (a SWAPO) foi emboscado e houve um contra-ataque das forças da SWAPO. Eles vieram atacar mesmo a nossa posição e nós tivemos que sair dali em dispersão e entre os feridos estava eu. Então tivemos que partir para a área de Onanghwe, próximo de Onamakunde, onde tínhamos uma base militar. Então, havia o problema de atravessar a estrada. Há uma estrada que agora está asfaltada que liga a Omupanda a Onamakunde e Santa Clara. Era uma estrada patrulhada por todos, por nós e também pela SWAPO. Mas, felizmente nós conseguimos atravessar e fui até ao Oshakati me tratar. Chegando em Oshakati, é interessante isto, afinal os sul-africanos tinham já muitos militares presos, detidos em combates que os colocavam todos juntos outra vez na mesma enfermaria, sem distinção se é da SWAPO, MPLA ou da UNITA. Depois de me recuperar regresssei e me juntei ao General Chiwale. Depois de um tempo fui juntar-me ao Dr. Savimbi, no Delta. O Delta era uma posição que ficava ao longo da fronteira com a Namíbia, mas quem vai ao Leste, isto em 1977 -1978. É a partir dali que dá-se início a apreensão da base da Jamba, no Sudeste angolano. Chegando ali, fiquei um tempo aí onde fui comandante numa área da Jamba e fiquei descrito à uma escola como quadro, até era professor do companheiro, General Nunda. Trabalhamos durante muito tempo junto. Ensinávamos a ideologia, os ensinamentos do Mao Tsé Tung, marxismo, enfim, falando mais

ZZZZZ

de história porque a história foi sempre uma fonte de conhecimento e, o nosso ponto de vista, de conhecimentos muito importantes. Tínhamos organização também. Questões militares também ocupavam o nosso tempo. Portanto, era uma escola de formação de quadros superiores de apoios às forças semi-seculares. O objectivo era de passar de forças de guerrilhas para forças semi-seculares e evoluírem, depois, para forças regulares. O Dr. Savimbi tinha já uma visão de melhoria. No seu pensamento, a guerra que era de natureza prolongada iria exigir, depois, essa adaptação. **Jornalista:-** Era fácil recrutar? **Alcides Sakala:-** Sim. Era fácil porque havia gente em todo lado do País. **Jornalista:-** Eram voluntário ou eram ruscados? **Alcides Sakala:-** Eram essencialmente voluntários. E a maior parte era principalmente campesina. Estes eram os angolanos mais pobres, o que nós chamamos "a classe dos mais oprimidos" que depois e por livre vontade foram se juntando ao partido, a UNITA, para dar a sua contribuição neste País. A Jamba transformou-se, assim, a capital provisória da UNITA, nessa época porque ainda mantinha-se o sentimento de Estado unitário.

Jornalista:- As FAPLA's e os cubanos bombardeavam intensamente as bases que a UNITA foi criando. Também a Jamba chegou a ser bombardeada?

Alcides Sakala:- Houve tentativas. A Jamba fica mais distante das principais bases aéreas em relação a outras bases que estavam no alcance da aviação inimiga. Isto dificultava bombardear a Jamba e penso que os MIG naquela altura ainda não tinham essa autonomia, de longa distância. Havia uma base em Menongue que fazia algumas operações ali, mas sobrevoava muito alto. E estes foram um factor decisivo. Depois nesta fase da guerra tivemos algumas armas antiaéreas que cobriam regiões que tinha uma extensão de 40 quilómetros, por isso é que voavam muito alto e as bombas que lançavam chegam a cair nas aldeias com as consequências que poderão imaginar, porque os aviões não poderiam aterrar com as bombas, como diziam, correndo o risco de poderem explodirem durante a aterragem. Também foi se tendo cooperação. Havia uma cooperação intensa com a Alemanha Federal, na altura, nas áreas de inteligência militar e com os sul-africanos havia interesses convergentes, no quadro da Guerra Fria. É preciso dizer isso com toda transparência porque os sul-africanos tinham os seus interesses também nesta região e nós também tínhamos os nossos interesses até que depois evoluímos para as grandes batalhas como a do Cuito Cuanavale.

Jornalista:- Depois acabou por rumar para a vida diplomática. Foi por estar ferido ou por opção estratégica?

Alcides Sakala:- Sim. Isto foi a partir dos anos 80. Isto foi mais por uma opção estratégica porque depois estive bem, recuperei e não tive nenhum problema. Começa a minha missão diplomática nos EUA, junto ao Engº. Chitunda, com quem trabalhei durante um tempo, depois

fui enviado para Dona, nesta altura Alemanha ainda estava dividida em duas (Alemanha Ocidental e RFA), em Monique estava há muitos anos o deputado Kandanda porque o partido achou que não devíamos estar confinado ao mesmo Estado. Tive uma actividade muito intensa ali na Alemanha. Depois a Alemanha abriu muitas oportunidades aos quadros da UNITA que depois se formaram ali na área de inteligência. Depois fui enviado para Portugal. Portugal que era uma área muito complexa, mas sentisse em casa por causa da língua que facilitava a comunicação. Quando estávamos em Lisboa, nós mantínhamos relações privilegiadas com o CDS. Depois achamos que devíamos abrir a nossa área de influência e de contactos para melhor exercermos a nossa diplomacia e entrei em contactos com o Soares. Andei lá sem credenciais, que ele perguntava-me o que lhe garante que eu era representante da UNITA? Eu disse-lhe que me de um tempo depois irás de ver quem eu sou aqui. E a partir dali ganhou-se uma amizade boa com a família Soares por intermédio dele. Também caberá por ter outros contactos relevantes, em Portugal. Foi nessa altura que conheci a Dra. Antónia Maria Paula, ainda era jovem, mãe do actual Primeiro-ministro de Portugal, António Costa, com quem tivemos também boas relações com o Partido Socialista e com o PSD.

Alcides Sakala é bom exemplo de cortesia diplomática com essa capacidade que faz abrir as portas para a UNITA no meio do ambiente político português. Que diligência fazia para contactar os seus irmãos do MPLA que também tinham residência em Lisboa?

Alcides Sakala:- Houve dificuldade naquela altura. Estava o Embaixador Mingas, nessa altura, que actualmente meu colega no Parlamento, em que as relações eram muito tensas, sobretudo a nível dos colaboradores mais próximos. Mas depois disso foi evoluindo, pois eramos do mesmo país e vivíamos no mesmo país, para os contactos todos que se faziam.

Na altura do primeiro congresso estava o Carlos Alberto. Ainda chegamos a realizar uma grande manifestação em Portugal e o Dr. Savimbi também teve uma grande recepção em Portugal, nessa altura. Eu fiquei em Portugal durante cinco anos muito intensos e depois fui enviado para Bruxelas, até 1990. Bruxelas também foi outra área importante para a nossa diplomacia porque tínhamos o Parlamento Europeu que, naturalmente abria outras perspectivas para a UNITA. Em 1995, aconteceu uma conferência importante.

Jornalista:- Em 1992 assinam-se os Acordos de Bicesse e a UNITA regressa em Luanda, vão para eleições depois dos resultados que se conhecem, como diplomata estabeleceu relações com os irmãos que não se queria entender?

Alcides Sakala:- Não. Porque nós tivemos que sair de Luanda as pressas. Felizmente tivemos um avião que partia para Abidjan (capital da Costa de Marfim), aproveitando deixar Luanda

com o avião do presidente Félix Houphouët-Boigny que estava aqui. Chegando a Abidjan, dois dias depois uma bomba explodiu no hotel Turim. Já havia um quadro de muita conflitualidade. Voltamos aos nossos postos de trabalho para implementarmos programas e directrizes que deviriam vigorar nessa altura. **Jornalista:-** Depois teve uma UNITA que ficou cá e outra que foi para guerrilha. Conseguiram estabelecer contactos?

Alcides Sakala:- Depois desta rotura não existiam contactos político com tal. Não deixaram de existir contactos de carácter pessoal ou familiar. Angola acabava de entrar num outra conjuntura de conflitualidade. **Jornalista:-** Tens noção de que se houvesse a possibilidade de os irmãos adversários se sentassem a mesa sozinhos para conversarem se resolveria o problema que até então não se conseguiu resolver? **Alcides Sakala:-** Acho que o problema foi sempre a desconfiança. A desconfiança foi o grande inimigo dessa aproximação entre os angolanos porque as transformações políticas tinham programas nacionalistas maximalistas e tinham os seus exércitos. Tudo isso complicava bastante a equação política de uma eventual transição para uma situação de normalidade institucional. Penso que este debate de desconfiança ainda é actual e persistente porque não temos instituições quando os sistemas são geridos por pessoas que ficam com poderes excessivos, dificultando este reencontro com o papel necessário das instituições. Em África Austral há países que tiveram mais progressos como a África do Sul de Nelson Mandela, com quem também tivemos muitos bons contactos durante muito tempo. O presidente foi uma pessoa excepcional. Quando fomos à Mthatha (África do Sul), 1996-97, num encontro com uma delegação do governo sul-africano dirigida pelo presidente Mandela e outra da UNITA dirigida pelo presidente Savimbi, ao sairmos de Mthatha para Pretória ele disse ao Dr. Savimbi que se quisessem ver os seus amigos no passado pode fazê-lo com toda liberdade. Só para entender a dimensão daquele homem que era Nelson Mandela. A sua visão permitiu a construção de instituições que hoje regem esta grande República Sul-africana. Isto é o que nos falta aqui, a criação de um clima de mais confiança e de uma confiança necessária. Assim como sair-se um pouco da lógica partidária. Nós, hoje temos um Estado partidarizado e para se agravar nos últimos tempos há aqui certa radicalização, sobretudo pelo conjunto de leis que temos estado a aprovar como da área da comunicação social e do registo eleitoral. É preciso sair desta visão e transferir este poder para as instituições porque isto depois cria uma sociedade normal tranquila que depois caminha e que se vai consolidar com o tempo. Portanto, sociedades que são essencialmente centralizadoras atrasem por si próprias.

Jornalista:- Se analisarmos foi um dos homens que ficou até ao fim ao lado do seu chefe que em algum momento, acredito que tentaram conversar. Havia um radicalismo do vosso lado. Ele lado de radicalismo levou o seu líder a morto?

Alcides Sakala:- 1º- Já havia negociações desde Bicesse, na qual decorreram vários encontros e impotentes acordos em que foram celebrados entre as partes em conflitos. E esta última fase estamos em guerra e as guerras são violentas. O Dr. Savimbi antes mesmo de tombar em combate a ideia era retomarmos. Fizemos algumas tentativas através da Comunidade Santo Egídio. Havia a ideia de se mandar uma delegação, que já esta preparada, à Roma (Itália). Mas retomaram os contactos para os actores para pôr fim o conflito desta última fase. Ele ficou pelo caminho, morreu em combate. A guerra tem destas situações. Mas nós depois retomamos as suas ideias. Ele acreditava que era possível chegar à um acordo político, o que se fez depois em Luena. Talvez fosse a parte mais fraca desse processo perante a morte, em combate, do Dr. Savimbi. Mas estabelecemos bases ao país que poderiam dar outra orientação. Se em 2002 quando se começou a aplicar aqui que são os entendimentos de Luena tivéssemos outra visão para se criar a ideia de nação. Portanto, era preciso criar a ideia de nação para se criar a confiança. A confiança e também um processo. 14 anos depois ainda temos muitos desafios à nossa frente. Nós temos dito várias vezes, as questões mal resolvidas em política podem depois criar outro tipos de consequências. Daí há necessidade de aprender com a nossa história.

Jornalista:- Isto não permite o regresso à guerra? **Alcides Sakala:-** Já não haverá guerra. Não é possível. O mundo também mudou. Imagine que este incidentes que estão a correr hoje pelo país, como o da Capupa em que os nossos deputados foram atacados e noutras localidades, num contexto ou conjuntura diferente como há de 20 anos atrás, talvez a situação teria sido outra. Mas nós continuamos a manter essa nossa contenção, que é necessária, e fazemos constantemente apelos para começarmos, de facto, os debates da construção da Nação Angolana porque a ideia de não ainda não está institucionalizada, bem como consolidar esta paz que ainda é muito frágil no próprio processo de democratização há gerações, como já está acontece agora.

Jornalista:- Acaba de se constatar que no MPLA José Eduardo dos Santos acabou por ser eleito no seu partido e Samakuva também voltou a ser eleito pela UNITA. Fala-se da renovação, mas percebe-se que os líderes permanecem.

Alcides Sakala:- Permanecem, mas a transição é inevitável. Ela deve ser feita. É uma questão de tempo. Mas que estas transições param o caso do País, que estou a me referir agora, ocorrem no quadro de alternância do poder político, que permitam reforço da estabilidade e da construção da paz. Portanto, transformarmos o calar das armas em paz social. É ali onde está o grande desafio.

Jornalista:- Há um prolema em fazer passar a mensagem eleitoral. Na qualidade de maior partido da oposição contra um governo, para que o seu maior opositor tenha maioria absoluta?

Alcides Sakala:- O problema da organização dos processos eleitorais está muito aquém daquilo que as leis dizem. Nós temos um órgão independente que é a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), enquanto instituição que tem de organizar e executar todos os actos eleitorais. Há muita interferência do executivo, com se vê agora com o início do registo eleitoral. Isto é um papel que cabe à Comissão Nacional Eleitoral. A questão eleitoral em África continua a ser ainda um problema porque a ideia de alternância. Uma equipa que está já há muito tempo no poder começa a ganhar depois vícios. E este tem sido o problema. Vamos evoluir quando as eleições

são organizadas por corpos independentes e cria também confiança entre os actores políticos do País. É ali ainda está o grande problema que ainda vai criando muita desconfiança. Todos os processos eleitorais anteriores foram fraudulentos. Nós temos provado isto com toda propriedade. Exemplo, nós tivemos cerca de 3 milhões de abstenções. Isto é muito. Alguns eleitores chagavam numa assembleia de voto e diziam que o seu nome está numa outra assembleia que se encontra a 100 ou mais de 300 quilómetros, pois não é possível. Alguma coisa está errada. Portanto, que se dê à Comissão Nacional Eleitoral o seu papel enquanto órgão independente para criar a transparência necessária e a confiança entre os actores. Acho que o MPLA tem alguma dificuldade em participar neste jogo da transparência que é necessário para o nosso País.

Jornalista:- Também é necessário que seja recomendável aos outros partidos, neste caso a UNITA, para que os seus representantes nessas comissões para serem mais activos para essas reclamações.

Alcides Sakala:- Nós temos elementos activos, mas há barreiras. Pois, veja que os escrutínio frenal não há acesso de outras forças políticas. Isto é uma aberração. Nós fomos observar as eleições em Londres, há tempos atrás, e na Namíbia, na contagem final dos votos estão todos, até os observadores. Mas aqui não há esta prática. Penso que isto foi em Talatona, pois não se podia entrar ali. Estavam só elementos de um determinado partido, do MPLA. Alguma coisa está mal com este processo. É preciso muita imaginação e colocar os interesses nacional acima de tudo porque a estabilidade é necessária e fundamental para o nosso País.

Jornalista:- Dirige-se agora à juventude.

Alcides Sakala:- Acho que a juventude tem um papel a desempenhar neste processo de transição que Angola este a viver agora. Nós que estamos nos 60 anos cumprimos em parte o nosso papel, demos as nossas contribuições nas várias etapas que Angola conheceu ao longo desses últimos 60 anos da minha existência. Esta nova geração tem de ter a capacidade de aprender com os erros do passado e lembrar sempre que as questões mal resolvidas em política depois criam outros tipos de problemas. A África é muito fértil, reactivamente a estas situações o Médio Oriente também, pois é reflexo dos problemas mal resolvidos no passado. A geração actual deve aprender com os bons exemplos africanos. Eu me refiro sempre à questão do botsuano e da própria África do Sul, de Nelson Mandela, que pode ser um caso de estudo porque a transição e a estabilidade foi possível sem tumultos. Portanto, é possível criar instituições consagradas na própria instituição na base da separação de poderes para que as sociedades possam continuar a viver, evitar que cada ciclo de poder haja novos conflitos. Tem de se evitar isso. As instituições são as pontes que permitem que a transição continue no tempo e se consolide naturalmente para os benefícios das populações.

Jornalista:- Muito obrigado. Foi um prazer tê-lo neste programa.

Entrevistado 10 [entidade reservada]

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo:

Idade: Anos

Nacionalidade: Namibiana

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior:

Cargo/Função actual:

Instituição:

Data da Entrevista: 12-11- 2016 Hora:10h:21' Fim 11h:15 Local:

Cooperação Angola –Namíbia

Pergunta:- O que está na base das fortes relações entre Angola e Namíbia?

Resposta:- A base das fortes relações que existem entre Angola e a Namíbia são os seguintes:

1- A luta contra o inimigo comum que invadiu os dois países. 2- A união que os dois povos cultivavam na luta contra a África do Sul. 3- A ajuda prestada por Angola na luta pela independência da Namíbia. Isto foi na época de Agostinho Neto e o José Eduardo dos Santos deu continuidade as obras deixadas. Deram-nos espaço para nos instalarmos durante a luta pela independência do nosso País. 4- Para que se possa ter uma boa vizinhança é necessário cultivar as boas relações.

Pergunta:- Quando começaram as relações formais entre Angola e a Namíbia?

Resposta:- As relações entre os dois governos foram tão logo que aconteceu a independência a Namíbia e assim que a SWAPO ganhou as eleições realizadas em 1990. A representação da SWAPO que era ali nos arredores dos Coqueiros foi imediatamente transformada em Embaixada da Namíbia.

Pergunta:- Podemos falar sobre a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia (Historial)?

Resposta:- Esta comissão é fruto da evolução de uma comissão – a Comissão Militar Conjunta de Verificação - que havia depois dos acordos de paz entre a África do Sul, Angola e Cuba e antes da independência da Namíbia. Esta comissão, segundo os acordos, tinha como objectivos fiscalizar a retirada das tropas cubanas até ao paralelo 16 17? e as tropas da SWAPO ficariam a Norte do paralelo 16. Após a independência da Namíbia, em 1990, essa Comissão substituída pela Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, integrando já apenas as FDN / NDF e as FAPLA, inicialmente, depois da sua remodelação as FAA. Essa Comissão passou a reunir-se anualmente. Com o fim da Guerra Civil em Angola passaram a reunir em anos alternados. Em 2017 a reunião será em Angola. Aquela organização denominada Países da Linha da Frente, na qual fazia parte a Nigéria, mesmo não fazendo parte da África Austral, mas apoiava as causas dos países e dos movimentos da África Austral também incentivou a formação desta Comissão.

Pergunta:- Quais tenham sido o objectivos da comissão no entre 1993 – 2002?

Resposta:- Os objectivos desta comissão são: consolidar a cooperação entre os dois povos, estabelecer os princípios de boa vizinhança, detectar e prevenir elementos ou questões que possam por em causas as relações e a segurança entre os dois países. A Namíbia tem Comissões idênticas com todos outros os seus vizinhos: a África do Sul, Botsuana e a Zâmbia.

Pergunta:- Quais têm sido as dificuldades nesta Comissão?

Resposta:- Não tem havido problemas.

Pergunta:- Houve a assinatura de um pacto de defesa mútua angola/Namíbia? Quando? E em que consiste?

Resposta:- Não há formalmente um acordo sobre defesa mútua em Angola e Namíbia. Mas o certo é de invadir Angola também invadiste a Namíbia e vice-versa porque os dois povos andam unidos, neste termos deste a luta contra África do Sul.

Pergunta:- Quais são as principais áreas de cooperação entre os dois países no quadro Defesa e Segurança?

Resposta:- Os dois países têm protocolos de cooperação militar principalmente nas áreas de ensino e desporto. No ensino temos acordo sobre o ensino da língua portuguesa e da língua inglesa. Anualmente cada país envia ao outro um grupo para aprender a língua oficial (o português ou o inglês). **Pergunta:-** Qual é o objectivo? **Resposta:-** Enquadra-se no âmbito da integração da SADC, pois na região existem países de língua portuguesa e outros de expressão inglesa. Entretanto, é uma mais-valia para a unidade e sobre tudo para facilitação da comunicação entre os dois países e entre os países da SADC, em geral. A cooperação é a base para uma paz duradoura e saudável em todos os níveis. No desporto temos feito jogos militares ao nível dos exércitos dos dois países. Neste ano (2016) estivemos no Lubango no quadro destes jogos. O desafio actual nesta cooperação é de estender para todas as áreas das forças armadas e pelos seus ramos.

Ainda no âmbito dos Acordos na área da defesa posso dizer que a cooperação que nós temos com Angola nesta área é muito particular. Não temos um acordo com qualquer outro país semelhante ao que temos com Angola, no que diz respeito na sua essencial e conteúdo.

Pergunta:- E sobre a cooperação na protecção da fronteira aérea, marítima e terrestre?

Resposta:- Não posso dizer.

Pergunta:- Existe uma relação entre o órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC e a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola – Namíbia?

Resposta:- O órgão da SADC é uma instituição particular na qual estão representados os países da África Austral. Ela aborda questões mais gerais que relacionado com a região ou passo que a nossa comissão é mais particular debruça-se sobre as questões inerentes somente aos dois países. Entretanto, as fronteiras artificiais foram impostas pelos colonizadores. Logo, tem havido vários debate na SADC sobre a união entre os países e nós temos cumprido com este princípio com os nossos vizinhos. Tem tido algumas situações que são aplicados satisfatoriamente na nossa Comissão nas nos nossos limites que podem ser sugeridos ou podem servir de modelo para a resolução de algumas questões na SADC.

Pergunta:- Podemos falar sobre a Standby Force Brigade SADC (Objectivos, origem dos recursos militar, dificuldades e sucessos)?

Resposta:- É uma força de reacção e intervenção rápida da SADC. O objecto é de intervir num determinado países da SADC caso haja uma um conflito situações que exigem uma intervenção rápida enquanto os políticos se debatem na procura de soluções convista ao estabelecimento da paz e estabilidade. Neste momento a África Austral é muito estável, reina uma paz "total" na

SADC, excepto em Moçambique, na RDC e em Lesoto, factos que já se encontra controlado. Neste momento aguardam-se com grande expectativa as eleições que serão realizadas em Angola, em 2017. São tão esperadas porque se forem realizadas com êxito a região estará em paz e com estabilidade.

Cada países-membros da SADC está consciente de que tem a responsabilidade de ter um contingente militar disponível para a Brigada de Intervenção da SADC. Cada unidade, cada brigada ou contingente estão estacionados nos respectivos países aguardando pela sua chamada em momento de intervenção, caso haja necessário num determinado país. Mas os políticos e representante ficam na sede da organização, em Gaborone, onde lhes são repartidos algumas pastas. Cada país tem umas responsabilidades Em 2016 foram realizados, no Bengo (Angola) exercícios militares da SADC.

Pergunta:- Que importância tem o eixo Angola-Namíbia na cooperação em missão de paz para manter estabilidade regional?

Resposta:- Temos a questão dos dois Congos em que os dois países tiveram que intervir à favor do Kabila e do Denis Sassou-Nguesso para manter a paz e a estabilidade na região, mesmo com a oposição de alguns países da comunidade, como a África do Sul. A África do Sul na qualidade de ser uma potência económica e militar na SADC só actua onde vê os seus interesses principalmente económicos a ser posta em causa. Quando não tiver interesses ele intervém.

Pergunta:- Que tipos de interesses económico? **Resposta:-** Exploração de minerais.

Pergunta:- Há uma relação entre a Segunda Guerra Civil de Angola e o conflito da faixa do Caprivi?

Resposta:- Sim. As Forças daquele movimento recebiam treinamento militar, armamento e alguns apoios político da UNITA facto que levou governo da Namíbia a tomar medidas. Segundo informação que nos chegou, na altura, a UNITA fazia isto pelo facto de nós termos ajudado o MPLA na época na nossa guerrilha. Depois de expulsarmos os rebeldes de Caprivi, a UNITA estava a perturbar a paz naquela região, principalmente nos nossos fronteiriços. Atacava os carros dos cidadãos civis, ocupava alguns territórios na nossa lada da fronteira e atacava cidadãos namibianos, nomeadamente no Okavango, no Rundo e outras localidades. Este facto levou o envolvimento do exército namibiano no conflito angola com objectivo de limpar a região e resolver a situação.

O problema não era só de Angola. A questão é que a UNITA punha minas no nosso território, como forma de retalhação da nossa ajuda às FAPLA. A questão transcendeu as fronteiras e passou a ser também uma questão namibiana.

Pergunta:- O investimento que a Namíbia tem estado a efectuar na área marinha, o apoio principal do Brasil, constitui uma preocupação para Angola?

Resposta:- Não constitui um problema nem ameaça para Angola. pelo contrário será o melhor para os dois países, visto que são irmão há longa data. Também devido ao facto ao combate a à pesca ilegal. Angola é a Namíbia têm uma conta muito rica, mas não são muito bem protegidas. Logo, a união e a base para a paz. E isto é o que existe entre Angola e Namíbia.

O problema só está na nova e nas futuras gerações que não conhecem a história, não conhecem os nossos amigos e os que nos ajudaram. Portanto, devem orgulhar-se e amarem os seus países, bem como serem patriotas. Não só pelos seus países, mas sim para toda SADC.

Entrevista aos Responsáveis da Secretário Técnico do Comité Desportivo da Região Militar Sul

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: Major Eduardo Cristóvão "Cristo".

Naturalidade: Uíge

Idade: 48 Anos

Nacionalidade:

Angolana

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior: Secretário do Núcleo de Box da Huila; Secretário da Repartição de Informática Região Militar Sul

Cargo/Função actual: Secretário Técnico do Comité Desportivo da Região Militar Sul

Instituição: Região Militar Sul – Forças Armadas Angolanas

Data da Entrevista: 17-11- 2016

Horas: 09h30´

Fim: 10h:50´

Local: Lubango

Cooperação Angola – Namíbia no quadro do Desporto Militar

Pergunta:- Podemos falar sobre o historial da cooperação Angola – Namíbia no quadro do Desporto Militar?

Resposta:- O Desporto ao nível militar já vem desde a criação das FAA. Apesar das FAA ter objecto ligado à de defesa e segurança, a questão do desporto nunca esteve desligado a ela. Temos um lema: "Corpos são, mente sã". Logo, se queremos ter um corpo são, logicamente, devemos o desporto como base. Isto é, o desporto é a base de um corpo são. Nas FAA o desporto também faz parte da sua preparação combativa permanente. Semanalmente, para além da sua preparação combativa os militares têm feito a preparação desportiva. É neste âmbito que se decidiu o desporto militar nas FAA. O próprio CODENM, actual sede o 1º D´Agosto, foi uma sede do Comité Desportivo Militar das forças armadas. Para além desde CODENM, surgiram várias equipas no seio das FAA. O próprio 1º D´Agosto também é fruto deste Comité Desportivo das FAA. Temos outro exemplo cá, na Huila, o Desportivo da Huila que também é fruto do desporto militar.

Entretanto, depois da paz e da criação das Forças Armadas Angolanas (FAA) deram sequência a política desportiva das Forças Armadas Popular de Libertação de Angola (FAPLA). Foi assim que foram surgindo os comités desportivos nas FAA, a partir das direcções dos ramos das FAA,

KKKKKK

nas regiões militares, nas divisões até ao nível dos batalhões. Temos o desporto inserido desde o topo até a base das FAA. Podemos dar mais um exemplo, os próprio Desportivo da Huila surgiu em 1998 como fruto dos jogos desportivos militar do Exército realizados em 1995, cujo palco jogos do Exército foi no Huambo e das FAA foi cá, na cidade do Lubango.

Com o empenho e devidos os resultados que a Região teve nesses jogos militares, o Francisco Pereira Furtado, na qualidade de Comandante da Região Militar Sul teve a iniciativa de criar um club militar da Região Militar Sul que é o Desportivo da Huila, isto é, em 1998, após os primeiros jogos realizados em 1995.

Desde então ao nível desta região nunca mais deixamos de incluir o desporto militar ao nível da nossa região militar. Eu como Secretário Técnico do Comité Desportivo da Região Militar Sul venho praticamente acompanhar e a praticar o desporto militar desde 1995, quando ingressei. Desde então nunca mais deixei, como praticante e, actualmente, como dirigente desportivo. Nós temos, ao nível da Região Militar Sul, 13 modalidades desportivas, entre as quais 3 são modalidades puramente militares e 10 modalidades olímpicas, isto é, no leque das 15 modalidades pelas quais o Comité Desportivo deve ter.

Ao nível do Exército temos 15 modalidades, na qual 3 são militares e 10 são olímpicas. Nós temos marcado a sua presença quer ao nível dos desportos militar organizado pelo Exército. Os melhores atletas são seleccionados para representarem o Exército. Tem sendo uma mais-valia para a corporação porque para além de proporcionar um ambiente de camaradagem e de amizade que nos une tem fortificado a relação militar no quadro desportivo e, sobretudo no quadro social. Portanto, o militar vai sentir-se inserido num ambiente que não tem a ver com o da preparação combativa.

Neste quando, como o desenvolvimento e a dinâmica dos desportos militares e pelo facto da nossa Região Militar fazer fronteira com a Namíbia, desde então as FAA, teve sempre boas relações com as Forças de Defesa da Namíbia (NDF/FDN) decidiram estreitar as relações no quadro dos desportos militares. Foi neste âmbito que os dois países lados decidiram que as suas relações não podem ficar circunscrito às actividades políticas e militares. Então decidiram cooperar também na área dos desportos no quadro das relações já existentes há muito tempo. As superestruturas de Angola e da Namíbia decidiram incluir o desporto no leque das áreas de cooperação entre os dois países.

No entanto, vem surgindo, nos últimos anos, principalmente a partir de 1995, a cooperação entre Angola e a Namíbia na área do desporto, ao nível das FAA.

Existe factos antes da criação das FAA e existem factos pós-criação da FAA, com a inclusão de outras forças e com os 3 ramos das FAA como fruto dos acordos de Bicesse. Neste âmbito de inclusão foi quando se realizou os primeiros jogos militares realizados em 1995. Antes da unificação não posso dizer por não ter informações sobre esta época. A relação no desporto entre Angola e a Namíbia começou com a Região Sul. Só foi neste ano em que o acordo desportivo se estendeu ao nível dos Exércitos. Antes esses desportos só eram realizados entre a Região Militar Sul de Angola e a Região Militar Norte da Namíbia.

Neste momento a RML encontra-se na quinta edição, isto é, desde 1995. Houve interrupção das actividades devido à situação político-militar que o país viveu não favorável ao desporto. Mas voltamos a realizar este intercâmbio, na qual nos encontramos na 5ª realização entre Angola e a Namíbia. Nós já fomos à Namíbia 2 vezes e elas já vieram à Angola 3 vezes.

Nesta história de intercâmbio Angola-Namíbia na área do desporto começou com as tropas estavam localizadas na Província do Cunene com as tropas do Norte da Namíbia, a região fronteiriça. Cunene, como representante da Região Militar Sul, participava com os militares que naquela altura era do COP-Cunene que foi fazendo esse intercâmbio com os militares do Norte da Namíbia.

Depois da extensão da COP-Cunene e consequente a transferência dos militares para Região Militar Sul, na Huila, nós – o Comando da Região Sul – tivemos que assumir essas responsabilidades do intercâmbio.

Pergunta:- Quando é que foi isso?

Resposta:- Isto foi em 2002, se a memória não me falha, quando o comando da região começou a participar nos intercâmbio desportivo. O COP-Cunene começou a participar em 1998. Ele primeiro veio cá depois fomos para lá, foram alternando os palcos. Já estamos na 5ª edição. Este ano eles vinham cá, agora vamos aos preparar recebermos estes jogos no próximo (2017). Nós temos tido anualmente as nossas compartições interna ao nível do Região, do Exército e das FAA. Depois a realização desses campeonatos vem às competições internacionais, em nome da FAA. Temos tidos várias modalidades, principalmente as individuais, com maior visibilidade para o atletismo onde temos estados a representar as FAA em competições internacionais, inclusive na Europa.

Pergunta:- Quando foram assinados os acordos de intercâmbio desportivo com a Namíbia?

Resposta:- Se não a memória me falha foi em 1995 ou 1994. E 1997 ou 1998 aconteceram os primeiros jogos militares Angola-Namíbia.

Pergunta:- Qual teria sido os objectivos da desde intercâmbio desportivo entre estes dois países?

Resposta:- Em primeiro lugar é aquilo que falei anteriormente, segundo lugar existe desde ha muito tempo uma relação próxima entre os povos de Angola e da Namíbia, isto é relação povo-povo. 3º se analisar a história da luta pela independência da Namíbia verá que tiveram muitos contactos com as forças armadas de Angola. A própria SWAPO esteve muito tempo nos quartéis das forças armadas de Angola, aqui no nosso País, a lutarem pela independência do seu País. Se você for entrevistar militares namibianos ele poderão te dizer sobre a história deles cá, como militares, desde a organização das forças até a libertação do seu País. Então, esta relação é antiga. Isto é, relação entre povos, relação entre militares e relação entre governos. Nós vivemos um passado junto, mas devido a independência de um e do outro país – a Namíbia – houve um "afastamento". Isto é, temos tido conversões institucionais, mas não já não nos encontrávamos para conviver e recriar. Houve a necessidade de arranjar um momento ou formas para estarmos junto para nos divertir, recriar, bem como recordamos o passado, analisarmos o presente e perspectivarmos o futuro, assim surgiram esses jogos visto que as actividades desportivas envolvem muita gente, mesmo a nível mundial, no quadro das estratégias militares traçadas superiormente. É uma forma de não cortarmos os laços fortes de amizade já cultivados durante o período em que a SWAPO esteve em Angola nos quartéis das FAPLA.

Pergunta: Quais são as modalidades que fazem parte de intercâmbio desportivo militar Angola-Namíbia?

Resposta:- Nós ao nível do Comité Desportivo da Região Militar Sul temos 13. Na parte militar temos o Triatlo Militar – uma modalidade que nós engloba três disciplinas: tiro, lançamento de granada e atletismo (que é uma prova de corta-mato num percurso de 30 quilómetros na qual o atleta fica equipado militarmente, isto é com cartucheira, arma e outros meios como se estivesse em combate), mas em outros países pode englobar mais de três disciplinas com os respectivos equipamentos –, temos também a Superação de Obstáculos e a orientação no Terreno.

Dentro as modalidades olímpicas, ao nível da Região, temos o Futebol Onze, o Futsal, o Andebol, Voleibol, o Basquetebol, O Atletismo, o Box, o Judo, o Taekwondo e o Xadrez. Ao nível do leque das modalidades do programa do Exército Angolano tem só nos falta o Hóquei em Patins, o Ténis de Mesa e a Natação. O Hóquei em Patins surgiu recentemente. Até aos jogos realizados no ano passado (2015), no Huambo, não fazia parte das competições, mas já faz parte das estratégias do Comité Desportivo da Região Militar Huila. A natação e o ténis já estão a aplicar. Nos desportos temos a classe feminina. Isto é, dentro estas modalidades existem

competições em que aparecem meninas, por exemplo, o andebol tem a equipa masculina e a equipa feminina, no atletismo e no futsal, ao nível da região. Ao nível das FAA o leque é maior.

Pergunta: Qual é o saldo das vitórias ou derrotas?

Perguntas:- Nós já estivemos melhores. Mas também não estamos piores. Desde início dos desportos militares a Região Sul foi sempre campeão. Nós vencemos os primeiros jogos militares e no último jogo ficamos em último lugar. Neste momento estamos mal, mas já estivemos melhores. O Comandante orientou-nos no sentido de melhoramos os resultados e nos próximos jogos recuperamos os lugares alcançados anteriormente, no mínimo em segundo lugar.

Os nossos adversários têm se apresentado com equipas muito forte, bem como também não temos nos apresentado com todas as modalidades, facto que tem nos levado a perder muitas medalhas. O que conta é o número de medalha que cada Região ou Exército vai conquista na competição, não o número de modalidade que cada Região ou Exército trás. Se tu trouzeres 3 modalidades e o trazer 15 ninguém se importa por teres trazido poucas modalidades porque temos documentos que nos orientam as modalidades que devemos trazer, excepto se for o único que se apresentar com aquela modalidade. Na nataçao cada prova é uma medalha e o hóquei em patins já não. Na nataçao tem provas de 50, 100 e 200 metros, para além as suas especialidades como a nataçao busque e cada uma dela corresponde uma medalha. O mesmo acontece com o ténis que tem 6 atletas. Se for para escolher só levaria as modalidades individuais porque elas dão mais medalha em relação às modalidades colectivas. O presidente também concorda que a nossa maior aposta seja feita nas modalidades individuais para sermos melhores. Mas modalidades colectivas neste caso são apenas um complemento, isto é, no ponto de vista de medalhas ou vitórias. Se na vertente de convívio a colectiva tem maior vantagem pelo facto de envolver mais gente.

Pergunta:- Todas essas modalidades fazem parte do intercâmbio desportivo militar Angola-Namíbia?

Resposta:- Não. Antes de cada jogo ou torneio o organizador ou anfitrião deve enviar ao outro país uma proposta das modalidades que podem fazer parte dos respectivos jogos. Neste leque podemos mudar as 15 modalidades que nós temos para eles analisarem. Depois do envio dessa proposta marcamos uma reunião técnica Angola – Namíbia, a última vez reunimos em Oshakati (Namíbia) com o objectivo de acertar de forma consensual as modalidades que farão parte do daquela edição do torneio militar, tendo em conta as modalidades que ambos temos. No último jogo militares realizados, cá no Lubango, a Namíbia se fazer presente com o futebol

onze, o voleibol, o atletismo, o snooker – mas este não constava no nosso conjunto de modalidades porque Angola não pratica o snooker ao nível dos desportos, o primeiro a realizar uma competição foi a forças armadas, na qual fomos parabenizados por termos ganho a Namíbia visto que já praticam muito o snooker. Ainda me recordo que depois de terem perdido o jogo de snooker os dirigentes da equipa namibiana pediu para fazermos uma desforra com ele, mas felizmente eu ganhei o jogo, demonstrando certa preparação ao nível do snooker. Mas dentro deste conjuntos de modalidades existem também algumas que apresentamos apenas como demonstração que ele não têm que é o basquetebol e o andebol masculino e feminino com o objectivo de eles verem a ser feito dentro as forças armadas porque eles não têm – falo do conjunto da norte da Namíbia, não da Namíbia inteiras – o futsal também. Elas não praticam o futsal. Acordamos que ele deveria trazer uma equipa de futsal, mas quando chegaram cá ele disseram que os atletas da equipa de futebol onze, depois do jogo, farão a competição do futsal, só não conseguiram devido as lesões e um impacto negativo devido o cansaço.

Ele também trouxeram uma modalidade nova no País e que nós não praticamos que é netbol. O netbol é uma modalidade parecida com o basquetebol, mas é mais praticada pelas meninas. A diferença é que no basquetebol se faz o drible e batimento da bola e no netbol não se faz isso, bem como tem passos limitados para dar. O jogo funciona na base de passes até encestar. É muito fácil de implementar porque pode ser adaptada em qualquer parte de terreno – no relevado, terra batida ou em pavilhão próprio –, não requer muito gastos e as tabelas são de fácil transporte, pode ser desmontada e pôr uma pasta. A Namíbia pratica muito o netbol como nós cá praticamos o basquetebol.

Pergunta:- Quais são as modalidades praticadas na época em que intercâmbio era feito com o apenas COP-Cunene?

Resposta:- Ao nível do Exército temos 15, em 2017 termos já 16. Ao nível da Região estamos com 13. Ou seja, anteriormente não tínhamos este leque de modalidades. Talvez tínhamos cerca de 8 modalidades (o futebol onze, o futsal, o atletismo, o taekwondo, o xadrez, o voleibol e as três modalidades militares que eram a triatlo militar, orientação no terreno e superação de obstáculos). Foi com essas modalidades que o COP-Cunene começou o intercâmbio desportivo com as equipas do norte da Namíbia.

Temos dado algum interregno no triatlo militar – o atleta tem feito o tiro um dia, o lançamento de granada no outro dia e no terceiro dia a corrida -, mas já temos estado a conversar no sentido de passarmos a fazer as três fases (tiro, lançamento de granada e corrida) no mesmo momento de forma sequencial, de forma a aumentar o impacto físico e entusiasmo. Também é assim que é feito o triatlo militar a nível internacional. Mas a Namíbia não pratica este leque todo um

único pacote. Nós quando fomos para lá tivemos que nos adaptar, isto é, só fizemos o tiro. Não fizemos o lançamento de granada e a corrida. A corrida ficou apenas para o atletismo. Quando eles vinham cá nós demos a eles como se faz este triatlo militar completo - com este pacote completo, isto é, tiro, lançamento de granada e a corrida de forma sequênciã.

Geralmente a aplicabilidade desta modalidade – o triatlo militar – está relacionada com a base da formação das forças armadas do respectivo país. Nós temos recebido formação dos países que integravam o Pacto de Varsóvia, principalmente da Rússia, na qual esta modalidade é obrigatória no quadro da formação militar. Penso que o acordo de formação de preparação militar que a Namíbia tem é com a NATO/OTAN ou com os Estados Unidos ou com a Inglaterra. Isto pode ser que esses elementos que fazem parte do pacote que corresponde o triatlo militar.

Então, nestas competições militares eles participaram na orientação no terreno e na superação de obstáculos. Mas para ele participarem na superação de obstáculos foi antes realizado uma reunião técnica na qual nos comprometem em enviar um CD com vídeos para verem como é feita esta superação de obstáculos. Só depois dele visualizam o vídeo se mostraram estar prontos. Ao chegarem aqui viram o nosso campo de superação de obstáculos localizada no Quilómetro 14 tiveram que, primeiramente ir lá para ter um contacto real e uma desmastrarmos prático como é feita a superação de obstáculo, que no total 20 num campo de 500 metros. Só assim que eles aceitaram fazer esta competição. Realmente eles não praticam. O que ambos praticam é a orientação no terreno – o atleta é posto num determinado local, depois deve alcançar outros pontos que lhe são indicados e vai se orientando através da sua bússola. Deve se ter a comunicação e os meios aéreos em prontidão para poder resgatar ou localizar o atleta que se perder ou tiver qualquer problema.

Pergunta:- Quais são os desafios?

Resposta:- Estamos a lutar no sentido de ambos possam ter as mesmas modalidades. Por isso os dois países têm feito demonstrações das modalidades que os outros não têm. O objectivo é constituir um leque de modalidades comuns. Com este facto pedremos evoluir muito ani nível das FAA e quiçã o país terá, por exemplo, o netbol e o snooker. O presidente já deu a luz dever para estudarmos a possibilidade implementarmos essas modalidades na Região.

Pergunta:- Gostaria que repetisse o número de encontros ao nível do COP-Cunene e ao nível da Região Militar Sul.

Resposta:- No total já estamos na 5ª realização, ano nível da FAA. O COP-Cunene teve um encontro, a Região Sul teve o 2º encontro.

QQQQQQ

O 1º intercâmbio foi só entre o COP-Cunene e a região militar do norte da Namíbia.

O 2º intercâmbio foi também entre a região militar do norte da Namíbia e o COP-Cunene.

O 3º intercâmbio foi entre a Região Militar Sul de Angola e a região militar do norte da Namíbia.

O 4º intercâmbio foi entre a região militar do norte da Namíbia e a Região Militar Sul de Angola.

O 5º intercâmbio foi entre o Exército e a região militar do norte da Namíbia.

O próximo intercâmbio – o 6º - nós iremos para lá com o Exército e devemos competir também com a FDN/NDF.

Pergunta:- Falou sobre alguns encontros realizados anualmente. De que se trata?

Resposta:- Sim. São esses encontros. Este esses encontros, segundo o acordo, devem ser realizados anualmente. Mas nós tivemos um período de interregno por causa do conflito armado que o país conheceu 1992 – 2002 facto que nos levou a dar uma pausa neste intercâmbio desportivo.

Pergunta:- Tem algumas sugestões que possam permitir um intercâmbio desportivo militar cada vez mais forte?

Resposta:- Nós começamos com a Namíbia, sugiro que estas actividades sejam alargadas para outras regiões fronteiriças de Angola e para outras forças militares dos países vizinhos.

Pergunta:- A Namíbia é o único país que têm tido intercâmbio no desporto militar?

Resposta:- Sim. Nós só temos este tipo de intercâmbio com a Namíbia. Se nós analisarmos sempre tivemos relações muito boas com a Namíbia no âmbito das formas militares, encontramos uma via para manter esta relação actualmente e no futuro. As relações que nós temos com a Namíbia é muito diferente em relação as relações que tem com outros países vizinhos. Tenho certeza que agora podemos avançar com a Zâmbia, RDC e a República do Congo. Podemos supor que seja uma das estratégia das FAA que nós da Região Sul de Angola mantermos a relação no desporto com o norte da Namíbia, as forças da Região Leste de Angola manter o intercâmbio desportivo militar com as forças do oeste da República da Zâmbia e Região Militar Norte de Angola poder fazer o intercâmbio com as forças do norte da RDC e da República do Congo. Nós temos de evoluir para isso. Temos tido reunião com o Comité Desportivo das FAA onde agendamos essa proposta para submeter à superestrutura na qual desejamos a evolução dos jogos militares para outras regiões militares. Isto pode permitir essas

regiões militares angolanas, sobretudo a Região Militar Sul, Região Militar Leste e a Região Militar Norte, tenham não só um intercâmbio militar, mas também possa permitir o aumento da preparação físico, combativa, moral, lazer e motivação dos atletas-militares, bem como motivações para aparecerem nas arenas das competições internacionais. Este foi ou é o meu caso. Já participei em competições internacionais devido ao resultado da minha melhor prestação cá. Já participei em competições internacionais porque tive a oportunidade de continuar a praticar desporto quando cheguei às FAA, visto que antes de ser militar já praticava.

Existe pessoa que são amigos e praticante de desportos, mas em Angola temos uma lei sobre o cumprimento militar obrigatório, a partir dos 20 anos. Logo, a pessoa é retirada que ama e pratica o desporto para cumprir um dever patriótico obrigatório (a defesa da pátria), se ele não encontrar também um ambiente desportivo possa sentir-se perdido. Mas se ele encontra um ambiente desportivo pode sentir-se aceite, poderá unir o útil ao agradável. Nós temos tido essa vantagem. Já nós começamos a nós preparar para os próximos jogos, seleccionando os melhores para podermos ganhar os jogos.

Pergunta:- Tem alguma coisa que não falamos e que gostaria de dizer ou acrescentar?

Resposta:- Em linhas gerais digo que é isto que temos a nível das forças das FAA. Temos tido apoio da superestrutura das FAA. Se um dia tiveres a possibilidade de ir assistir uma actividades desportiva militar com certeza ficará impressionado. Só por exemplo, abertura e o encerramento é muito impressionante, quer ao nível do intercâmbio, bem como ao nível da FAA, e pode envolver, ao nível do Exército, mais de 2 mil pessoas. Só a nossa região militar pode levar mais de 300 homens, isto é, no quadro das modalidades que nós temos. Se forem mais de três regiões um número será maior, na qual acrescentamos o pessoal de apoio o que pode atingir duas mil pessoas.

Eu sou Co-fundador do Núcleo da Associação de Box da Huila, actual Associação de Box da Huila (com Paulo Fernandes), na qual exerci o cargo de Secretário. Estou atleta das velhas gordas de futsal, faço xadrez, pratico um pouco de voleibol, futebol onze, fizeram anteriormente o karaté e atletismo (especialidade de 21 a 42 quilómetros).

Este é o que tenho para lhe dizer, as datas exactas devo consultar a documentação.

Muitos dizem que só fizemos 4 intercâmbio. Isto não é verdade. Nós fizemos 5 intercâmbios. Nós começamos o intercâmbio com o COP-Cunene, só depois é que passamos para a Região Militar Sul. O COP-Cunene fez dois intercâmbios, a Região fez dois intercâmbios e o Exército fez um intercâmbio. Estamos a caminho do 6º intercâmbio com a Namíbia.

Eles – região militar norte da Namíbia – vinham primeiro no COP-Cunene, depois o COP-Cunene foi para à região norte da Namíbia.

Depois a região norte da Namíbia veio para cá – na Região Militar Sul – e depois na Região Militar Sul foi à região militar norte da Namíbia.

Depois a região norte da Namíbia veio cá – enfrentar o Exército. Estamos a preparar o nosso Exército para ir lá enfrentar a FDN/NDF.

Pergunta:- Estou a fazer uma analogia sobre os encontros e me parecem ser poucos relativamente ao tempo de existência dos acordos e dos primeiros jogos, visto que estamos em paz há um bom tempo.

Resposta:- Os primeiros jogos formam em 1995, depois em 2005 e depois em 2016. Portanto, são 21 anos. Se formos analisarmos em período olímpicos não são poucos. Exemplo, 4, 4, 4, 4 e 4, são 5 períodos olímpico. Isto não é pouco. Estamos correctos. Por concretamente nós seguimos o período olímpico. Se fossem anualmente, claro estaríamos mal.

Pergunta:- Mas segundo os acordos é anualmente.

Resposta:- Esse é o objectivo, realizar competições desportivas militares. já não fizemos essas competições anualmente porque houve um contra tempo e situações que não permitiram a realização dessas actividades dentro dos acordos. Os que estabeleceram 4 anos para o período olímpico sabem que em menos de 4 anos não será possível a preparação e recuperar-se para o próximo ciclo olímpico, bem como organizar todos os meios técnicos e estruturas para as respectivas actividades.

Pergunta:- Quando será o próximo intercâmbio?

Resposta:- O último foi este ano (2016) e o próximo será em 2017 – como período de resposta, não como período olímpico.

Quando eles estiveram cá, também solicitaram a nossa ida lá. No fim a FAA também vai poder analisar a possibilidade das NDF/FDN virem cá. Também temos a possibilidade de fazermos um interregno, quando necessário. Se fossem realizadas anualmente, conforme os acordos, estaríamos no 23ª intercâmbio desportivo militar.

Muito obrigado!

Entrevista a Responsável da SWAPO - Katutura - Windhoek - Namíbia

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: Holden J. Uulenga

Idade: Anos (/ / 1)

Nacionalidade: Namibiana

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior: comandante militar da SWAPO em Angola e comandante das FDN/NDF

Cargo/Função actual: Administrator departamento of defence and security SWAPO Party of Namibia

Instituição: Sede Nacional da SWAPO

Data da Entrevista: 08 -08-2016

Hora:14h00

Fim:16h

Local: Windhoek

UUUUUU

Cooperação Angola - Namíbia

A cooperação entre Angola e a Namíbia é muito antiga e vem desde a época da luta de libertação nacional. A cooperação entre o MPLA e a SWAPO é de longa data os dois partidos lutaram contra o inimigo, o colonialismo. Esses dois movimentos/partidos foram apoiados pela União Soviética na luta pela independência dos seus países. Depois da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, a camada presidente da SWAPO Sam Nujoma teve que ir pedir ajuda ao presidente da República Popular de Angola, camarada Agostinho Neto, na qual se reuniram para discutir a cerca das estratégias da luta contra o regime de apartheid sul-africano. O presidente Sam Nujoma teve que recorrer ao presidente Agostinho Neto devido à experiência que teve no combate ao colonialismo português. Portando foi à busca de experiências e aliança para pôr fim a política de apartheid e a dominação sul-africana na Namíbia. Dessa discussão Agostinho Neto orientou o presidente San Nujoma para levar os nossos guerrilheiros em Angola para erguermos as nossas bases e, conseqüentemente, levarmos acabo a nossa guerrilha a partir de Angola. A partir desta data em que os dois Comité Centrais decidiram se unir traçar estratégias conjuntas conta os sul-africanos. Por isso se diz que a cooperação entre os dois movimentos são antigas.

E ali, obviamente, tivemos que rumar para Angola instalar as nossas bases e fomos bem recebidos. Não houve qualquer formalidade por se cumprir. Não foi necessário cumprir com formalidade documental que nos permitisse estar em Angola. Tudo isto foi acertado depois entre os dois comités centrais, quase estávamos ilegais em Angola. Só que ficamos somente, por enquanto, aqui na parte sul do território angolano, vindo da Zâmbia. Quando o presidente Nujoma foi ter com o presidente Neto não lhe disse que nós já estávamos em Angola, disse-lhe que permita o meu homem entrarem em Angola. Ele aceitou e fomos buscar os restantes dos guerrilheiros que se encontravam na Zâmbia, na Tanzânia e outros vieram da Namíbia. Alguns vieram de voos, alguns de carros e outros vieram a pé. Foi assim que instalamos as nossas bases.

Pergunta:- Onde estavam localizadas as vossas bases?

Resposta:- As nossa bases encontravam-se aqui na zona fronteira, muito mais para o sul de Angola. Tinham base em Onamishe, em Haipeto, em Onanime, Oshitumba, em Ehenge, em Nalomona, em Omufito Keenendyamba, em Ombadja e Nalumulemba.

Pergunta:- E em Ondjiva?

Resposta:- Em Ondjiva não. Não tínhamos base em Ondjiva. Em Ondjiva só estava a representação. Não estávamos nas cidades, mas lá havia nossas representações e falavam com o governo de Angola para poder nos ajuda. Nós estávamos mais nas matas onde se encontravam

as nossas bases. Nós tínhamos muito apoio do governo do MPLA e do povo angolano. Alguns estavam em Kanautoni, (Ombadja), Humbe, em Ondobodola.

Pergunta:- E naquele lado do Cuando – Cubango?

Resposta:- No lado do Cuando Cubango estavam os guerrilheiros que vinham da Zâmbia. Estavam naquele lado da região de Caiundo.

Lá para Este nós não estávamos. Ficamos lá, em Angola, até o período da nossa independência.

Mas a relação entre Angola e a Namíbia ao nível de África é incomparável. Quando o nosso inimigo, sul-africanos, deu conta que Angola estava a nos ajudar também começou a lutar contra o governo angolano, começou a castigar e a matar as populações de Angola, para além de lutar contra os guerrilheiros da PLAN. O castigo e os massacres do povo angolano foi uma estratégia aplicada pelos sul-africanos no sentido de forçar o MPLA a nos expulsar de Angola. O objectivo de matar civis seria de levar o governo Angola a ficar triste de forma a nos escorraçar, como aconteceu com o ANC em Moçambique. Mas o governo angolano decidiu aguentar e não nos expulsar. E disse "onde come o angolano também comerá a SWAPO, onde estará o angolano estará a SWAPO, quem quer matar a SWAPO também deve matar o angolano". Assim a guerra começou. Os sul-africanos atacavam os guerrilheiros e os civis. Para contrapor estes ataques e massacres em série perpetuados pelos sul-africanos o governo angolano e os dirigentes da SWAPO decidiram construir uma base militar das FAPLA's junto de cada case da SWAPO. Nós lutávamos em Angola, assim como saíamos em Angola para lutar na Namíbia e regressávamos a Angola. Às vezes quando os militares sul-africanos nos seguissem nós saímos da Namíbia a correr as FAPLA's faziam-nos uma espécie de barreira ou escudo frente aos militares sul-africanos, nós entrávamos em Angola e sul-africanos não nos conseguiam seguir.

As FAPLA's não vinham para Namíbia lutar. Eles ficavam no lado de Angola e nós vínhamos cá lutar para o nosso País.

Pergunta:- Podemos falar sobre a cooperação SWAPO - UNITA (data de inicio, causas, contexto, os actores e objectivos).

Resposta:- No caso da UNITA. A UNITA afinal antes da independência de Angola já tinha uma grande relação com a África do Sul. Quando o MPLA conquistou o poder em Angola a UNITA foi para o sul Angola e chegou mesmo até aqui, na Namíbia. A UNITA como tinha relações com a África do Sul, alguns dos seus guerrilheiros da ficavam aqui na Namíbia. Enquanto nós saímos de Angola para ir lutar na Namíbia, a UNITA saia da Namíbia para ir lutar em Angola.

Depois de constataremos esses movimentos da UNITA – saia da Namíbia para ir lutar em Angola – e das tropas sul-africanas – saírem da Namíbia para irem atacar em Angola – decidimos unirmos as forças e realizar operações conjunto MPLA-SWAPO para lutar contra eles. Quando a UNITA avançasse do interior da Namíbia para Oshikango com objectivo de atacar alvos em Angola ele ficava em frente e os sul-africanos ficavam atrás. Assim que a UNITA estivesse em Onamakunde os sul-africanos ficavam Oshigango, formando uma retaguarda. Assim que a UNITA chegasse a Ondjiva os sul-africanos ficavam em Onamakunde. Estas manobras eram feitas com o objectivo de disfarçar, levarmos a acreditar que era a UNITA que estava a lutar sozinho. Afinal estava a ser ajudado pela África do Sul.

Estes foram os motivos que nos levaram a realizar operações conjuntas, isto é, é a UNITA uniuse ao nosso inimigo, logo também é nosso inimigo. Então vamos procurar neutraliza-los, para tal achamos necessário uma união entre as FAPLA's e a PLAN.

Sabe-se que o objectivo da UNITA era de tirar o MPLA do governo pela via militar.

O rompimento das nossas relações com a UNITA deve-se ao facto do envolvimento com os sul-africanos e também pelo factos de nos impedir quando saíamos de Angola para ir lutar na Namíbia.

Essas operações conjuntas entre PLAN e as FAPLA's continuaram até à morte de Jonas Savimbi. Isto não significa que nos fomos combater lá onde ele estava. Nós só combatemos nas fronteiras. Sempre tivemos nas fronteiras. Nós fazemos operações conjuntas desde muito tempo até à morte de Savimbi. Nós estávamos aqui na fronteira com objectivo de impedir os movimentos transfronteiriço dos guerrilheiros da UNITA, visto que eles recebiam apoio da África do Sul para combater o governo angolano. Foi assim que decidimos travar a UNITA através das operações conjuntas entre a PLAN e as FAPLA's.

Pergunta:- Podemos falar sobre a formação de um comando unificado dos movimentos de libertação nacional da África Austral com ideologias socialistas.

Resposta:- Depois da independência do Zimbabué, Zâmbia, Botsuana, Moçambique, Tanzânea, Nigéria e Angola fundaram uma organização denominada Países da Linha da Frente com o objectivo de apoiar as causas dos movimentos de libertação nacional.

A Nigéria não faz parte esta região, mas fazia parte desta organização – Países da Linha da Frente. Os movimentos que lutavam pelas independências era o MPLA, FRELIMO, SWAPO, ANC, ZANU-PF e a ZAPU. A ZANU-PF estava na Tanzânia e em Moçambique. A ZAPU estava na África do Sul, na Zâmbia e em Angola. SWAPO e ANC também estavam em Angola. Nós e o ANC estávamos na Zâmbia e em Angola. A FRELIMO estava em Tanzânia.

Pergunta:- Quando começou a cooperação entre o MPLA e a SWAPO?

Resposta:- A cooperação entre o MPLA e a SWAPO começou há muito tempo, não posso dizer quando. O certo é que o MPLA foi fundado a 10 de Dezembro de 1956. A cooperação entre o MPLA e a SWAPO veio depois da SWAPO se estabelecer em Angola, em 1960. Consideramos a SWAPO irmão menor do MPLA.

Pergunta:- Que elementos concretos recebiam como ajuda do MPLA?

Resposta:- Quando alguém triunfar e estabelece um governo então temos de aprender com ele devido a experiência que trazem. É essa experiência que nós aprendemos. Experiência de estabelecimento de governo. Também já tinha lutado de forma triunfante contra os colonos portugueses. Então a SWAPO ainda como lutava contra os colonos sul-africanos tinham pouca experiência. Portanto, precisava e aprendeu essa experiência de luta contra o inimigo. Outra experiência que nós ganhamos do MPLA é a diplomacia. Saber como o MPLA usou a diplomacia para reconhecerem o seu governo e estabelecer relações com vários países e passou a receber ajuda destes países. Naquele tempo o responsável pelas relações exteriores era o Paulo Teixeira Jorge, já é falecido. Paulo Teixeira Jorge tinha uma grande aproximação à Namíbia.

Pergunta:- Qual era a orientação política da SWAPO na altura, isto é, antes de 1975?

Resposta:- No princípio a política da SWAPO era o socialismo científico. Inspirávamos na União Soviética. Mas depois do desmoronamento da União Soviética não tivemos outra escolha senão a democracia. Agora aqui na Namíbia foi implementado o capitalismo. Mas não é aquele capitalismo genuíno e forte. Agora os EUA e a grande superpotência mundial e que a União Soviética já não é como antes, ou superpotência. Então nós tivemos que aderir os princípios e ideiais defendidos pelos EUA. Antes Angola era República Popular de Angola e o MPLA chamava-se MPLA-Partido do Trabalho.

Pergunta:- Será que actualmente a linha política da SWAPO é o Socialismo-democrático, tal como o MPLA.

Resposta:- Não. Actualmente a nossa linha política é somente democrática. Isto, no fundo é o capitalismo. Mas este não foi pensamento e vontade da SWAPO. Nós nos mudamos devido o desmoronamento da União Soviética.

Pergunta:- Também não tem nada a ver com os Protocolo de Brazzaville (1988) e de Nova Iorque (1989) sobre da luta contra a África do Sul?

Resposta:- Não tem a ver com esses acordos. Foi somente por causa do desmoronamento da União Soviética como uma das potências mundial e do fracasso do socialismo no mundo. Não foi por exigência de alguém. Mas se num dia a União Soviética ou a Rússia voltar a ser uma potência mundial com os mesmos ideias político eu pessoalmente voltarei ao socialismo, abandonarei o capitalismo.

Resposta:- Podemos falar sobre a região da Jamba, Mavinga, Cuíto Cuanavale e a faixa de Caprivi região estratégica (África do Sul, UNITA, SWAPO e ANC).

Pergunta:- Antes da independência de Angola a SWAPO estava instalada na Zâmbia. Essa área da Mavinga e Jamba faz parte do Cuando Cubango. Então quando tivéssemos a sair da Zâmbia indo para Namíbia fazer operações na passávamos em Katimo Mulilo. Mas depois da independência de Angola quase todos guerrilheiros da SWAPO saíram de lá e fomos para ficar no sul de Angola.

Por isso é que a UNITA teve um grande poder ali no sul de Angola onde chegou a construir uma grande base porque ali não havia militares. Este facto permitiu a SWAPO instalar-se ali.

Pergunta:- Que é o impacto da independência de Angola na luta de libertação da Namíbia?

Resposta:- Antes da independência de Angola nós estávamos na Zâmbia. Entre a Zâmbia e Angola existe o Rio Zambeze. A distância entre este rio à Katima Mulilo é de, aproximadamente, 20 quilómetros. Era um espaço que servia-nos de caminho para atingirmos os nos alvos na Namíbia e também era bom espaço para treino militar.

A independência foi graças a independência de Angola. Se não fosse Angola ou a independência de Angola nós não conquistaríamos a nossa independência naquela altura.

1º- Angola tinha um vasto território que nos permitiu o treinamento militar, movimentação e manobras militares com maior facilidade, isto é, ir à Namíbia e regressar.

2º- Angola tinha o apoio da União Soviética. Não se podia comparar com a Zâmbia porque era muito fraca e desvantajoso, quer termo geográfico como em temos de material bélico, quase sem apoio da União Soviética. O seu material bélico era mais modernos e poderoso em relação ao da Zâmbia. O treinamento, as técnicas e as capacidade combativa dos militares angolanos era incomparável aos guerrilheiros zambianos, bem como a moral dos militares. Deve perceber que os guerrilheiros namibianos não tinham feito luta ou confrontos militares de facto. Não tinham experiência, os angolanos já tinham ganhado experiência por terem lutado já contra os portugueses.

(3º) O terceiro factor muito importante foi o povo da região do Cunene e do Ohangwena e da quase todo norte da Namíbia falam a mesma língua. Desde Omuvadje, Ondjiva até em Oshivelo, ou seja, desde o Rio Cunene até na Região de Onshive (Namíbia). Iste o também favoreceu as nossas manobras. O facto de falarmos a mesma língua facilitou-nos na comunicação entre angolanos e namibianos. Exemplo, quando alguém dissesse "os sul-africanos passaram por ali", era fácil perceber. Logo, essa comunicação ou informação passa muito rápida. Isto favoreceu a nossa guerrilha.

4º. O factor cultural. Este factor também favoreceu a nossa guerrilha. Somos o mesmo povo. As pessoas têm seus parentes nos dois países. Se alguém for ao Oukwangali ya Hanyangha (Angola) poderá encontrar pessoas que têm famílias em Ongenga (Namíbia) e vice-versa. Portanto, o povo é o mesmo, a cultura é a mesma e a língua é a mesma. Isto favoreceu de certa maneira as nossas manobras no terreno.

Pergunta:- Verifica-se nos dias de hoje uma forte relação entre Angola e a Namíbia. Que elementos estão na base desta forte relação?

Resposta:- As bases das fortes relações existentes entre Angola e a Namíbia são:
1º- Esta gente africana que vive, principalmente, na região entre centro-sul de Angola com o norte tem uma cultura semelhante. Existem povo bantu e não bantu de origem africana nos dois lados da fronteira. Estes povos no passado praticavam o comércio nos dois lados da fronteira, mas depois reduziu.

2º- Assim que surgiram os colonos em Angola e cá, na Namíbia, muitos angolanos que viviam no sul de Angola iam para Oushimba (Namíbia) e em Joanesburgo trabalhar. Foi nessas terras onde ganharam experiências políticas. Essas ideias de fundar partidos ou movimentos anticoloniais obtiveram/aprenderam em Joanesburgo. O ANC foi fundado em 1912, nessa altura esse povo do Cunene já frequentava Joanesburgo e a região centro-sul da Namíbia. E quando começou a guerra colonial ele sabia que se tratava de uma luta dos portugueses contra os negros. E esses negros lutavam contra os portugueses eram parente ou descende dos negros que eram mortos e maltratados pelos portugueses. Isto é deste a época do Rei Mandume. Este facto levou-nos a ter um sentimento de revolta e de solidariedade. A luta entre colonos e colonizados depois se estenderam até a Namíbia. Estes factos motivaram uma grande amizade entre o povo namibiano e o povo angolano. Portanto, por isso se diz que essas relações são muito anteriores ao surgimento dos movimentos de libertação nacional nos dois países.

Mais tarde surgiu já a relação entre os movimentos de libertação de Angola e os movimentos de libertação da Namíbia, precisamente entre a SWAPO, UNITA e o MPLA. Estes deram início outra grande amizade com o objectivo de lutarem pela independência dos seus países e que se estendeu até aos dias de hoje. Essa amizade deve continuar depois da independência pelo facto de serem vizinhos. E sendo vizinha a amizade deve ser forte, reforçada e protegida. Quando a Namíbia tornou-se independente, estabelecemos a nossa ordem numérica às relações diplomática com outros países. Nós decidimos atribuir o número 1 à República de Angola, assim como a sua Embaixada cá. Muitos países queriam ser número 1. Isto quer dizer que é o país na qual temos boas relações diplomáticas e é o país privilegiado no quadro das relações diplomáticas.

Se um dia ouvirmos que a África será uma só penso que os primeiros países a estarem juntos serão Angola e Namíbia.

Eu estive 15 anos em Angola, a lutar contra os sul-africanos para independência de Angola. Lutamos juntos com o Hainyeko, o seu pai, Leonardo Tuyenikumwe Pedro. Estávamos juntos aí no sul de Angola, mas depois do desastre de Cassinga os dirigentes da SWAPO comunicaram que "aqueles guerrilheiros que não eram namibianos e que querem sair das fileiras da SWAPO, justamente não podendo mais lutar pela causa de outra pátria, podia sai". Então o Hainyko decidiu sair da SWAPO e ficou sua terra natal trabalhar no governo do MPLA, no Lubango e depois volto para Ondjiva. Eu conhecia muito. Quando ainda estava no Lubango muitas vezes fui visitar ele.

Pergunta:- A Namíbia constitui um país estratégico para Angola vice-versa?

Resposta:- Todos os países da SADC constitui um país estratégico para cada Estado-membro porque se um dia a Namíbia tiver problema, a República de Angola também poderá enfraquecer, ou melhor, poderá correr risco de ter qualquer problema e sentir-se ameaçada. Se um dia a Namíbia estiver sob governação de outro partido Angola pode ter problema em termos de relações. Também hoje a SWAPO perder o poder na Namíbia, o próximo governo da Namíbia não terá boas relações com Angola.

Aqui na Namíbia existem amigos e simpatizantes da UNITA, logo quando se a UNITA governar Angola poderá lutar para tirar a SWAPO no poder de forma a colocar os seus amigos a governar.

Saiba já que os EUA não querem a SWAPO, a FRELIMO, ANC, MPLA, ZANU-PF e PAIGC pelo facto de serem partidos não comunistas. Os americanos quem os partidos que são de sua aproximação desde há muito tempo. Quer esses novos partidos. Quando estávamos a lutar pela independência os americanos e os sul-africanos fundaram a DTA com o objectivo de lutar conta a SWAPO. A DTA não estava a lutar pela independência. Lutava pelo favor dos sul-africanos. A Namíbia é um países estratégico para a segurança de Angola, assim como Angola é um país estratégico para a segurança da Namíbia.

Angola, Zimbabué e a Namíbia intervieram no conflito da RDC. Se os nossos adversários ganhassem a guerra do Congo, sobretudo os ruandeses, ugandeses e burundienses ou Mobutu Sese Seko, UNITA e as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (AliR) ou ainda o Pascal Lissouba (da República do Congo) seria uma ameaça para a defesa e segura de Angola e consequentemente da Namíbia.

Portanto, a Namíbia e Angola forma para lá lutar com o objectivo de manter a sua segurança os nossos países e, sobretudo para manter a segurança e a estabilidade regional.

Pergunta:- Que interesses teve a Namíbia a fim de intervir na RDC? Será que foi para ajudar Angola.

Resposta:- Nós não fomos lá para ajudar Angola. Mas sabe-se que o se o governo do MPLA sair do poder isso pode ter um grande impacto ao governo da SWAPO. Se os nossos adversários ganhassem a Guerra do Congo eles podiam efectuar manobras para pôr os adversários ou os partidos da oposição internos em Angola no poder. E, conseqüentemente, se a oposição angolana assumir o poder poderão fazer tudo para pôr os partidos da oposição a governar a Namíbia.

Portanto, a SADC tem há um protocolo de defesa mútua, isto é quando um do Estado-membro for atacado ou encontrar-se sob um conflito interno outros Estados-membros devem ir ajudá-los e devem intervir militarmente naquele país se for necessário para manter a paz e garantir e a segura naquele países de forma a não afectar a estabilidade regional.

Pergunta:- Houve uma relação entre a UNITA e o Movimento de Libertação de Caprivi (Namíbia) ou entre a Guerra Civil de Angola e o Conflito de Caprivi?

Resposta:- O movimento de Caprivi chamava-se CLA – Exército de Libertação de Caprivi. Existe qualquer um espaço entre Sudoeste de Angola, Sudoeste da Zâmbia, Noroeste do Zimbabué e Norte do Botsuana que muitos chamam de Barotseland. Este povo queria anexar esta área de para formar a Barotselandia. Não temos informações oficiais. A CLA tinha armas e uma amizade com a UNITA. Fazia ataque às populações e nós supnhamos que eram os guerrilheiros da UNITA quem os dava armas e outros apoios. Não temos documentos oficiais que comprovam uma ligação entre a UNITA e o CLA

Pergunta:- Cooperação na zona fronteiriça?

Resposta:- Actualmente os funcionários dos Serviços de Migração e Fronteira da Namíbia são jovens e não conhecem a história entre esses dois países. Não sabem que ganhamos a luta de independência devido ao contributo de Angola e que nós tivemos que estar em Angola. Mas não tem tido grandes problemas. Por exemplo, se um angolano vir os seus dias a se prolongarem em relação aos dias que lhe for dado pelos serviços de emigração apenas conversamos e mandamos-lhe de volta a Angola, não o prendemos.

Quando estávamos em Angola a situação lá era muito difícil. Procurávamos sempre estar aos ao lado dos camaradas das FAPLA's. Quando tivéssemos problemas nos diríamos ao uma unidade das FAPLA's eles no ajudavam. Eles perguntavam-nos "o que é que querem camadas SWAPO". Nós dizíamos que "precisávamos de alimentação". Depois elas davam-mos alimentação para a nossa topa.

E isto acontecia de forma recíproca. Isto é, quando camaradas das FAPLA's estivessem a andar pelas matas, pode ser que estivesse a regressarem de uma operação, e encontrassem uma

unidade ou base da SWAPO nós dávamos logística e prosseguiam o seu caminho. Portanto, essa cooperação é bastante antiga. Os jovens actuais não sabem. É preciso saber o que aconteceu no passado. Os factos que marcaram a nossa história para que possamos perceber a grandeza da nossa amizade.

Nós tínhamos uma brigada em Angola que era conhecida pelos angolanos por 20ª Brigada da SWAPO. Quando estávamos em Angola, no âmbito da nossa luta pela independência, a SWAPO fazia operação conjuntas com as FAPLAS's subcomando das FAPLA's. Na altura os comandantes eram o Armando da Cruz Neto e o Eusébio. Nós tínhamos patentes ou cargos. Pois, estávamos subcomando das forças angolanas, cujo Chefe-de-Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas era o Armando da Cruz Neto. O Eusébio estava em Menongue. É um homem de estatura alta. Conheço muito bem. O Armando da Cruz Neto foi um grande comandante.

Pergunta:- Depois da independência da Namíbia os dois países assinaram um Pacto de Mútua de Defesa?

Resposta:- O Pacto de Defesa Mútua entre Angola e a Namíbia é antigo. Se atacar a Namíbia automaticamente atacaste Angola. Quem atacar Angola igualmente considerámos que atacou a Namíbia. Esta defesa mútua é antiga. Se brigarem com Angola também briga com a Namíbia. Actualmente, podemos dizer que não existe um acordo formal recente feito especialmente para a Defesa Mútua da Namíbia e a Angola. O nosso pacto de defesa é antigo apesar de não termos assinado a nível institucional.

Pergunta:- Podemos falar sobre Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia?

Resposta:- Esta instituição chame-se Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola/Namíbia. Esta instituição integra somente elementos destes dois países. Nesta Comissão fazem parte entidade dos Ministérios da Defesa, do Ministério do Interior e os órgãos de segurança interna e externa dos dois Estados. Também composta por subcomissões e grupos técnicos. Estas subcomissões e grupos técnicos são constituídos por especialistas dos dois Estados.

Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola/Namíbia é coordenada pelos Ministros da Defesa e pelos Chefes de Estado-Maior do Exército dos dois países. Coordenam as subcomissões e grupos técnicos os comandante da unidade militares ou delegações que se encontram nas regiões fronteira Angola-Namíbia (Comandantes da Regiões Militares angolanas do Cuando-Cubango, Huila e COP-Cunene - actual pertence ao Zona Militar Huila – e Comandante das Regiões Militares das Regiões namibianas como do Zambeze, Okavango, Ondangua e outras regiões fronteiriças. Ele reúne anualmente com objectivo de discutirem os assuntos relacionado a defesa e segurança na fronteira comum. Identificar as crimes e outros

facto que são contra os objectivo, bem como são visto como ameaça da paz, estabilidade e a segurança comum. Também elementos que possam perdurar a missa amizade. Traçar política conjuntas de forma a combater esse males e a ultrapassar algumas questões equivocadas. Portanto, tem como objectivo envidar esforço para garantir a segurança dos dois países. Não é problema se um militar Namíbia for à Angola ou o contrário. Mas muita gente não percebeu isto. Eu conheço muitos generais de Angola muito sobre a história e da geografia de Angola, principalmente a do centro sul, desde Niareia, Kalussinga, Lobito, etc.

Pergunta:- Podemos falar sobre os exercícios militares conjuntos da SADC (objectivo, importância e participação de Angola e da Namíbia).

Pergunta:- Quando há exercícios militares SADC no quadro da Brigada de Forças Especiais da SADC todos os Estados membros dão um determinado número de militares que formarão um conjunto único a que chamamos de Brigada de Forças Especiais da SADC, na qual se escolhe um país em que possam realizar os seus treinos, conhecidos por exercícios militares da SADC.

Resposta:- Quem oferece o apoio técnico-militar e outros recursos que precisavam nos exercícios militares da SADC?

Pergunta:- Não temos tido apoio de outros países que não sejam da SADC nem de organizações internacionais. Não tem havido apoios externos. Existe um auto-apoio. Temos acordados que determinam que cada Estado-membro deve apoiar e participar nos exercícios militares da SADC consoante a cota que é estabelecida para cada País. Quando o assunto estiver relacionado com o treinamento e o apoio técnico-militar das forças da SADC os recursos são patinhados. Cada Estado-membro é-lhe atribuído uma responsabilidade. Por exemplo, Angola deve trazer destrutores, o Botsuana deve responsabilizar-se pelo uniforme completo, a Namíbia deve se responsabilizar pelas viaturas, a ou cada um deve trazer os seus próprios meios ou África do Sul traga a infantaria e o Lesoto a aviação. Temos feito um acordo consoante à possibilidade. Os países são diferentes, não têm as mesmas capacidades nem os mesmos recursos. Angola tem mais recursos em relação à Namíbia e o Lesoto tem menos em relação a Namíbia. Logo, as cotas ou contribuições não determinadas em função dos recursos que cada Estado-membro tem ou possa conseguir. Ainda cada um pode anunciar os meios que pode trazer. Angola e a África do Sul como têm mais recursos financeiros, técnico-militar, aviação e outros veículos em relação aos outros Estados-membros tem dado uma contribuição maior. Os países que se porventura se encontrarem com problemas internos de segurança não obrigados a participarem nos exercícios militares pelo facto não ser junto fazer deslocarem as forças de defesa ou de ordem para fora do país uma vez que o país precisa deles para manter a ordem e a

defesa. Como é o caso do Lesoto, primeiro devem resolver o seu problema interno só depois esses militares devem participar ou dar a sua contribuição em prol dos exercícios militares da SADC.

Resposta:- Quais são os principais problemas ou dificuldades que têm enfrentando?

Pergunta:- Os principais problemas tem sido e não participação de alguns países. Também temos o problema da língua. Nós – a Namíbia – temos enviado à Angola seus militares com objectivo de aprenderem a língua portuguesa. E temos militares angolanos que têm vindo à Namíbia com objectivo de aprenderem a língua inglesa.

Pergunta:- Verifica-se uma projecção de Angola na região da SADC, no quadro da defesa e Segurança. Em sua opinião que objectivos Angola têm pretendido alcançar com a sua política regional?

Resposta:- Realmente, Angola está a projectar-se na região da SADC. Um desses exemplos é quando ajudou a Namíbia. Agora quer ajudar outros países como a RDC, a Região dos Grandes Lagos e outros países de África.

O conhecimento ou a sabedoria de um país que se tornou independente por via do diálogo, isto é, por meios pacíficos, como aconteceu com o Lesoto e a Zâmbia, não se compara com um país que alcançou a independência pela via armada, como é o caso de Angola e a Namíbia em que a sua independência foi conquistada pela via militar.

Angola tem uma vasta experiência e um alto grau de entendimento político multiforme em relação a muitos países de África, como a Namíbia e a Zâmbia. Este facto lhe permite ajudar estes países tendo em conta a sua experiência e idoneidade de resolução de conflito. A Zâmbia, por exemplo, não consegue ajudar outros países tal como acontece com Angola. Outro factor é a economia de Angola, apesar de estar baixa, actualmente, é maior em relação à economia de muitos países da África Austral, inclusive da Namíbia. Angola tem petróleo e refinaria. A Namíbia tem petróleo, mas ainda não exploramos, e não tem refinarias. Não se podem comparar os recursos naturais da Zâmbia, Namíbia e do Botsuana com os recursos naturais que Angola tem. Angola é muito superior. Essa estratégia de Angola para ajudar os países tem como objectivo de proteger

Onde há pessoas, só dois aspectos a considerar: ou é teu amigo ou é seu inimigo. Então quando tiver possibilidades de ajudar ajude-o. Ajude o seu vizinho para que possa ser o seu amigo, porque se ele não for seu amigo será seu inimigo. É importante. É bom que tomemos nota sobre este aspecto. É bom ajudar os outros para que ele possa ter boas relações contigo e para que haja uma boa amizade verdadeira. Isto pode ajudar a relançar a sua economia.

Pergunta:- Podemos falar da cooperação no quadro da formação. Tem havido uma cooperação entre Angola e Namíbia, no quadro da formação?

Resposta:- De facto, como disse anteriormente, existem protocolos de cooperação na área da formação, principalmente no ensino das línguas. Temos recebido militares de Angola que vêm para cá como objectivo de aprender a língua inglesa. E militar da Namíbia têm indo à Angola com o objectivo de serem formados na área de língua portuguesa em Angola. Portanto, a cooperação na formação tem sido este neste âmbito.

Pergunta- Qual é o objectivo da cooperação nesta área das línguas?

Resposta:- O que se deseja é a unidade africana. Estados Unidos de África são o que se deseja. Se o objectivo é a união africana, como será possível a cooperação ou como será possível alcançarmos os objectivos que se desejados se não nos entendemos ou cada um fala a sua língua? Primeiro devemos de ter entendimento de forma que não haja mais traduções. Portanto, demos de falar a mesma língua. Os vizinhos devem falar a mesma língua.

Pergunta- Há cooperação em outras áreas militar como na protecção de fronteiras e na preparação combativa?

Resposta:- Não tenho muita certeza. Mas, acho que, este acordo deve existir. Não posso falar com muita certeza.

Pergunta:- E a cooperação na área do desporto Militar?

Resposta:- Na primeira cimeira comissão/reunião da defesa e segurança da SADC, um dos primeiros pontos da agenda é o desporto entre os militares da SADC. Este princípio também faz parte do protocolo da Comissão Mista Angola – Namíbia para Defesa e Segurança. Por exemplo, eu convido a Brigada de Menongue para vir jogar aqui na Namíbia. O desporto é uma das prioridades estratégicas e tem como objectivo aproximar os militares. O desporto é muito importante por causa da coesão militar, solidariedade, fraternidade, paz, da aproximação e união militar que este pode proporcionar. Este é um dos grandes factores que o desporto pode oferecer. Todos os anos temos feito jogos militares. Se neste ano o anfitrião for à Namíbia, então na próxima vez o anfitrião será Angola. Eu era comandante de Batalhão e fazíamos isso. Eu ia para Ondjiva ou para Menongue jogar, de forma alternativa no que diz respeito ao acolhimento. Nesses encontros vimos a oportunidade de trocarmos ideias, matar as saudades e manter um bom convívio com uma cervejinha ao lado [sorrisos]. Passávamos em todos os cantos de Menongue e em Ondjiva. Eu posso ligar agora para o Kahimbi, comandante das FAA em Ondjiva, ele é meu grande amigo. Por favor, faça chegar este cartão-de-visita ao Comandante Kahimbi, nos conhecemos muito bem.

Os militares angolanos e namibianos são grandes amigos porque combateram juntos. Muitos deles são companheiros de trincheiras. Mesmo o mais velho, o general Mateus Miguel Ângelo "Vietnam" também o conheço. Mas nunca mais ouvi falar dele.

De facto há uma grande amizade. Podemos constatar isso nas músicas cantadas por Ndilimani. Eles fazem uma grande exaltação dos heróis militares namibianos e angolanos. Eles falam muito dos momentos que vivemos em Angola.

Pergunta:- Têm algum pacto de cooperação na área da fronteira marítima?

Resposta:- Sim. Temos uma fronteira com Angola no Rio Cunene e com o Mar Atlântico.

A marinha angolana tem estado na Namíbia e a marinha da namibiana tem estado em Angola. Os acordos de cooperação entre Angola e Namíbia abrangem várias áreas e sectores que não podemos citar agora.

Pergunta:- Há cooperação na protecção da fronteira aérea e marítima?

Resposta:- Sim, há.

Pergunta:- Quais são os crimes fronteiriços mais comuns?

Resposta:- Não são tantos os crimes fronteiriços. Os principais crimes estão relacionados ao roubo de viaturas na Namíbia, por parte de cidadãos angolanos, e levam para Angola.

Pergunta:- E a questão ligada à cooperação contra o terrorismo?

Resposta:- Cá na Namíbia ainda não se registam estes casos.

Pergunta:- O investimento que a Namíbia tem feito na área da marinha, com a ajuda do Brasil, representa uma preocupação para Angola ou pode provocar um mal-estar nos países da região? Qual é o seu ponto de vista?

Resposta:- É preciso que saibas que há países com alta experiência em vários ramos. O Brasil é um país muito industrializado e tem muito conhecimento e experiência no ramo da área da marinha de guerra. O Brasil também é um país neutro, principalmente por não participar nos conflitos internacionais, e tem uma excelente experiência, por isso escolhemos o Brasil para treinar os nossos marinheiros. Também o porto de Walvis Bay fica tão próximo do Brasil, isto facilitou a escolha deste parceiro. Uma boa parte dos brasileiros é de origem angolana ou africana, só foram ao Brasil devido ao tráfico de escravo que os portugueses faziam.

Pergunta:- Esta cooperação não tem provocado mal-estar em outras como a Rússia visto que ao facto o ter poiado antes?

Resposta:- Não. Brasil não interferido em nada. Não tem havido nenhum problema.

Pergunta:- Tem havido problemas no quadro da cooperação entre Angola e a Namíbia?

Resposta:- Não.

Pergunta:- A África do Sul na como potência económico e militar constitui um problema para a Namíbia ou para a região da SADC?

Resposta:- Não constitui uma ameaça nem constituiu um problema para Namíbia ou para região da SADC. Não há motivos. A África do Sul é um país muito antigo e a sua política não se pode comparar com a política dos nossos países. A África do Sul tornou-se independente em

1961. É um país muito populoso e multicultural. Tem maior estabilidade, maior economia e uma taxa de formação superior em relação a Angola e Namíbia. Mas isto tudo não constitui um problema. A África do Sul não consegue exercer influência sobre Angola ou sobre a Namíbia. Não é uma ameaça para os nossos países ou para a região.

Pergunta:- Pode dizer-me o significado da palavra *Oushimba*?

Resposta:- A localidade de Opuwo, capital da Região Kunene, no noroeste da Namíbia, é habitada pelo povo Himba. Esse Himbas também pertence mesmo grupo etnolinguístico com os Mundimba, Vátua, Mwakahona, Mukubale e Hereros de Angola. A terra dele lado é do Shimba (Himba). Isto significa *Oushimba* é relativo à terra habitada pelos Himba da Namíbia.

Pergunta:- Qual é o povo autóctone de Windhoek?

Resposta:- O povo autóctone de Windhoek é povo Nama. Eles culturalmente não são sedentários. Não como o povo Khoisan.

Entrevista ao Professor Universitário Fernando Manuel In Programa África Magazine da RNA, a 24-09-2016, - Sobre o Pensamento de Agostinho Neto no âmbito das relações internacionais.

Apresentador/Jornalista:- Amílcar Xavier

Professor Fernando Manuel:- deixa me dizer que o termo "Países da Linha da Frente" aparece pela primeira vez no dicionário político de África de em 1968 A África do Sul administrou esse território até a 21 de Março de 1990, altura em que a Namíbia se tornou independente, sob presidência de Sam Nujoma. Deixa-me dizer também que, para além a política de linkege, bem como o chamado grupo de contacto dos cinco, composto pela Alemanha Federal, Canadá, EUA, França e Inglaterra propunham também, na altura, sobre astuta dos EUA a chamada política de engajamento construtivo, que era para os países da linha frente aceitarem essas política de engajamento construtivo com a África Sul, facto que equivalia a dormir com uma serpente no mesmo de baixo da cama. Os EUA queriam que os Países da Linha da Frente aceitassem a favor da paz com a África do Sul. Portanto, o não apoio aos movimentos de libertação nacional. Facto que era um dos princípios e objectivos que tinha sido traçado pelos Países da Linha da Frente, isto é, apoiar os movimentos de libertação nacional para libertar o nosso continente dos regimes racista da Rodêsia e da África do Sul que dominava também territorialmente a Namíbia. Os países ocidentais queria perpetuar o regime sul-africano na ocupação da Namíbia porque a Namíbia, apesar de ser desértico é um país rico em recursos minerais e na Namíbia estão implantados as grandes multinacionais dos países ocidentais. Refiro as muilnacionais americanas como General Motors Corporation, General electique, a machene line e a katepillar, a Bayer que é um monopólio alemão muito interessado no domínio dos produtos farmacêuticos e produtos químicos. Então queriam a todo custo manobrar para os interesses dos seus monopólios no território namibiano. Mas como, dizia Samora Machel "travar a luta de um povo é o mesmo que travar o vento com as mãos". E este povo da Namíbia,

do Zimbabué e da África do Sul não de tornarem-se livres e independentes. Como diz Agostinho Neto tornar realidade o que antes era impensável.

Apresentador/Jornalista:- Algumas das ideias de Neto viriam a ser concretizadas como o caso da independência da Namíbia e a libertação total do continente africano, em particular da região da África Austral.

Temos ainda um caso colonial no continente africano, a questão do Sêra Ocidental, um diferendo que opôs o Estado marroquino que até abandonou a Organização da Unidade Africana depois de a tribuna política africana ter reconhecido a República Árabe Saharaui Democrática. Como é que o professor Haia presta apoio que Agostinho Neto concedeu também a causa do povo saharauí?

Resposta: Professor Haia:- Eu acho que a luz do direito internacional todos os povos têm direito à liberdade, sua soberania e sua autodeterminação. E o caso do povo saharauí não pode ser o contrário. É verdade que o nosso país tem boas relações com o reino de Marrocos, já desde o Rei Hassan II que agora foi substituído pelo seu filho, o Mohamed VI. Mesmo assim Angola não traiu os seus princípios, o seu apoio à luta dos outros povos. Angola também apoia a luta do povo saharauí. Eu lembro que muito recentemente que o nosso Ministro das Relações Exteriores, Jorge Chicote, esteve nas comemorações de mais um ano de existência da República Saharaui. Lamentavelmente a capital esta república está provisoriamente à sul da República Popular e Democrática da Argélia porque o Marrocos continua ocupar teimosamente parte do seu território. Disse que Marrocos se retirou da antiga OUA, hoje em dia, também pode-se considerar que está fora União Africana que é a nossa organização continental que surge a 9 de Julho de 2002 na conferência de Durban (África do Sul). Sei que houve um desenvolvimento nos últimos tempos, muito antes dessa última cimeira dos chefes de Estados e de Governos que ocorreu em Kigali, o presidente Paul Kagame visitou Rabar. E creio que questão sobre o desejo de Marrocos quer regressar à UA passou em revista com a sua Magistrada, Mohamed VI, no sentido de regressar nessa grande tribuna africana que o próprio Marrocos ajudou a criar. Recordo-me que o Marrocos fez parte dum daqueles blocos, o chamado Bloco da Casa Branca, que também convergia com outro Bloco, o chamado Bloco da Casa Brazzaville e da Casa Monróvia. São esses três blocos que uniram certas ideias próximo que deu origem a nossa primeira organização continental, a OUA, a 25 de Maio de 1963. Eu creio que Marrocos está tão arrependido por esta atitude de se ter retirado da organização, pois não se percebe quem ajuda a criar uma organização e depois se retira. Mas eu tenho dito que vamos dar tempo ao tempo, vamos ter fé que a chamada política dos pequenos passos, mais tarde ou mais cedo

Marrocos vai ser readmitido, com o esforço dos seus irmãos africanos, na União Africana. Esse é o nosso progressivíssimo. E esse é o nosso desejo com historiador.

Jornalista:- Estamos também a assinalar os 40 anos da admissão de Angola na Organização dos Países não-alinhados, 16 de Agosto de 1976. Esta entrada do governo de Agostinho Neto nesta organização, cujo país fundadores é: Josip Broz Tito (presidente da Iugoslávia), Gamal Abdel Nasser (o presidente do Egipto) e o [presidente](#) da [Indonésia](#), Hadji Mohamed Suharto "Sukarno", também veio dar maior projecção ao governo de Agostinho?

Resposta:- Claro que sim. Como sabemos o Movimento dos Não-Alinhados surge na sequência Conferência Afro-asiática (Ásia-África), realizada, a 24 de Abril de 1955, em Bandung (Indonésia). Quer dizer que os aspectos medulares e basilares do Movimento dos Não-Alinhados foram lançados nesta Cimeira do chamado Grupo dos 77, na altura, actualmente tem mais países. O Não-Alinhamento é uma força intermédia e neutrista que opunha a hegemonia dos dois Blocos. O Movimento surge nas famosas Ilhas Brijuni, no mar Adriático (parte do mar Mediterrâneo). Uma Ilha pertencente a antiga República Federativa da Iugoslávia. Esta ilha acolheu a cimeira de trás líderes importantes, estamos a falar do presidente Josip Broz Tito (da Iugoslávia), do presidente Gamal Abdel Nasser (do Egipto) e do General Hadji Mohamed Suharto "Sukarno" [presidente](#) da [Indonésia](#). São esses que lançaram esse movimento. E obviamente, Angola, na altura, como estava mais ligado ao Bloco Socialista e também ao Não-Alinhamento, ou seja tinha mais ligação ao Não-Alinhamento do que ao Bloco Socialista, obviamente que Angola aderiu ao Não-Alinhamento há 4º ano. Isto deu uma grande visibilidade externa ao nosso País. E se leres as directrizes da política externa de Angola que aparece numa pequena brochura que eu tenho e que muita gente já não deve ter e que deriva da 3ª reunião plenária do então Comité Central do MPLA que ocorreu de 23 a 29 de Outubro de 1976, vê-se que as suas linhas mestres, da política externa de Angola, nós apoiávamos os princípios do Não-Alinhamento, assim como Cuba, a Zâmbia, o Egipto, - que já acolheu cimeiras sobre o Não-Alinhamentos, creio que nós já uma vez acolhemos cimeira do Movimento dos Não-Alinhamento, não me lembro bem. Vai ser realizada, a 18/09/2016, em Margarita (Venezuela), a 17ª Cimeira dos Não-alinhados. É verdade que o Não-Alinhamento já não tem a força que tinha na altura porque, também vivemos actualmente um novo contexto, a Guerra Fria acabou. Mas seja como for o Não-Alinhamento deixa a sua marca registada pelos povs da África, Ásia e América Latina.

Jornalista:- Agora que recuaste no tempo pode falar um pouco das relações entre Angola e Cuba (o povo cubano e Fidel Castro como sujeito desta abordagem) deram grande contributo

pela independência de Angola). Gostaria de comentar sobre essas relações que foram determinantes para a manutenção da nossa soberania?

Professor Fernando Manuel (Resposta):- Como sabe Cuba e Angola são dois Estados irmãos ligados por laços de consanguinidade e também por laços políticos e laços históricos. Reza a história que o primeiro pisar de olho em Angola e Cuba aconteceu ano 1965, quando o guerrilheiro mítico e médico de origem Argentina, Ernesto Che Guevara, visitou áreas de guerrilheiros chefiados, na altura, por Josef Kabila (pai), na Região do Kivo. E sabe-se que na sua retirada do Congo (Zaire, naquela altura) não gostou de ver as tropas do MPLA, mas não gostou de ver as tropas do Kabila porque os guerrilheiros de Kabila estavam muito menos interessados na libertação que se impunha na altura. Enquanto os guerrilheiros do MPLA da Segunda Região Militar estavam muito mais interessados na luta contra o colonialismo e muito mais organizados. Foi assim que ele passou por Brazzaville e teve contacto preliminar com os dirigentes políticos do MPLA, nomeadamente o presidente do movimento Agostinho Neto e o Comandante José Mendes de Carvalho "Hoji-ya-Henda", falecido em 1968, em Karipande (Caripande - Moxico). Então, é dali que podemos compreender os laços entre Cuba e Angola. Quando Angola alcança a sua independência, no meio de uma Guerra Cível, vimos também que foi Cuba que deu o primeiro passo, no âmbito dos países socialistas que também eram amigos de Angola, para libertar e evitar que o nosso país fosse invadido e ocupado pelas tropas sul-africanas na parte sul, com a chamada "Operação Proteus" a partir da Namíbia, em que um herói cubano está sepultado aqui no cemitério Alto das Cruzes, Raúl Díaz-Argüelles - o primeiro chefe da Missão Militar Cubana em Angola morreu a 11 de Dezembro de 1975 – e também a parte Norte de Angola estava a ser invadida pelo exército zairense, as Forças Armadas Zairenses (FAZ) que chegaram a escassos quilómetros da cidade Luanda, aqui na localidade de Quifangondo, onde foram travados grandes combates. Assim se conseguiu essas forças que punham em risco a independência de Angola que seria proclamada a 11 de Novembro de 1975. Estou a me referir, portanto, de uma grande operação que a Cuba realizou é chamada de "Operação Carlota". Deixa-me dizer que a "Operação Carlota" foi previamente preparada na Guiné-Conacri ou na Guiné-Bissau, num encontro histórico em que estive o presidente da Guiné-Conacri, Ahmed Sékou Touré, Fidel Castro, Agostinho Neto e Luís Cabral. Foi um encontro análogo àquele que pôs frente-a-frente em o presidente Agostinho Neto e o presidente de Portugal, António dos Santos Ramalho Eanes, também que foi patrocinado pelo presidente Luís Cabral.

Jornalista:- É ali onde eu queria chegar, porque estas relações internacionais desenhadas por Agostinho Neto na sua história na sua memória. De facto, este encontro de Bissau é que

aproximou Angola e Portugal por via Agostinho Neto e António dos Santos Ramalho Eanes, em 1978 . Portugal reconheceu a independência de Angola, somente em Fevereiro de 1976. Portanto, foi um encontro determinante?

Professor Fernando Manuel:- Claro que foi um encontro determinante. Portugal como país colonizador e Angola na qualidade de ex-colónia. Uma vez alcançada a independência da sua ex-colónia tinha pelo-menos que ter a simpatia, o desejo e o dever moral de reconhecer a independência do novo Estado. Mas pelo contrário Portugal foi suplantado pela sua ex-colónia da América do Sul, o Brasil, que foi o primeiro Estado a reconhecer a independência de Angola. Portugal só viria a reconhecer a independência de Angola três meses depois da proclamação da sua independência, isto é, a em Fevereiro do 1976, e como tem estado a acompanhar a cena política portuguesa e angolana, Portugal até agora existe alguma força que ao relacionarem-se com Angola acham que ser a relação aquele que existia quando Angola era colónia era ainda uma colónia portuguesa. Está a ser difícil alguns círculos políticos reconhecerem que Angola é um Estado Soberano, tal como Portugal é. Nós seguimos muito recentemente um debate televisivo entre o nosso Embaixador Itinerante, Dr. António Luvualu de Carvalho, e o político português, João Soares. Este é um dos políticos que continua a pôr em causa a relação boa e recíproca que nós queremos construir com a República portuguesa. Mas como diz muito bem o presidente Ramalho Eanes, teve o cordão de dar o primeiro passo rumo à normalização das relações diplomáticas, comerciais e nos mais diversos níveis e domínios com Angola. Lembrome de que foi ele, depois do encontro de Bissau, quem visitou pela primeira vez Angola independente. Vimos também que a partir daí Angola estabeleceu relações diplomáticas tendo sido o seu primeiro Embaixador António Monteiro, que foi representante da Comissão Política do Militares aqui em Angola durante o nosso controlado processo. Enquanto Adriano Sebastião viria ser o primeiro Embaixador de Angola em Portugal.

Jornalista:- Professor, voltamos à resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, determinante para a proclamação da independência da Namíbia. Estamos aqui a falar de acontecimentos marcantes da região da África Austral que culminaram com o Acordo Tripartido de Nova Iorque (EUA), assinados no dia 22 de Dezembro de 1988, e isto foi resultado da Batalha do Cuito Cuanavale. A sua opinião achas que estes acordos cimeiros foram determinantes para a libertação de Nelson Mandela. A partir de 1990, Angola tem reclamado esse papel nas relações internacionais como tendo sido o actor principal para a mudança dos acontecimentos na África Austral. Qual é o seu comentário?

Professor Fernando Manuel:- O comentário que eu faço é aquilo que eu já disse, no compitito dos Países da Linha da Frente que apoiavam moral, material e diplomaticamente as causas da

luta dos povos dominados, ainda, na África Austral e que este grupo mais tarde em Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, ter-se-á desenvolver com oito Estados, incluindo o Congo de Mobutu Sese Seko, e que na Conferência de Windhoek, realizada, a 17 de Agosto de 1992 converteu-se numa organização mais abrangente com 15 Estados que é a SADC. Vamos ver que Angola e Moçambique foram os países que muito mais sofreram, em bora há uma determinada altura em que Moçambique através do chamado Acordo de Nkomati virará um pouco as costas à causa do ANC. Recordo-me que o Acordo de Nkomati, um acordo que faria que Moçambique deixasse, forçadamente, de apoiar a luta do ANC e retirasse/fechasse os escritórios o ANC que estavam em Matola, arredores de Maputo e que a África do Sul, em contra partida deixasse de apoiar materialmente a RENAMO. O espanto veio que poucas semanas depois da assinatura do Acordo, aviões da força aérea moçambicana detectaram aviões Hercules C-630 descarregando material letal na conhecida base da RENAMO, Casa Banana, em Coro gonzo, facto que levou Samora Machel a considera uma traição e que afinal o Acordo não tinha servido para nada para mais tarde ter sofrido um atentado na sua aeronave quando saia de uma Conferência de Lusaca o seu avião caiu na região de Mbuzini, na África do Sul, em 19 de Outubro de 1986 e que vitimou muitos dos seus ocupantes, incluindo o próprio Samora Machel, que como sabemos era grande amigo de Angola e grande amigo do povo angolano. **Jornalista:-** José Eduardo dos Santos esteve este cimeiro? **Professor Fernando Manuel:-** Esteve sim. Mobutu também esteve nesta cimeira e aquilo causou um grande choque, na altura, no seio dos Estados que faziam parte da SADCC e no Mundo porque Samora Machel era um líder muito pacífico, muito em bora muitos o consideravam como um lidar muito efervescente e muito radical para com os regimes, então vigentes aqui na África do Sul. Então a Batalha do Cuito Cuanavale, de facto, foi muito determinante para a pacificação e distensão da África Austral, que era considerada no último quartel do século XIX, concretamente em finais dos anos 70, esta região converteu-se num barril de pólvora. Era considera uma região conflituosa, em termos de conflitos regionais e conflitos locais, onde a África do Sul se opunha aos 5 Estados da Linha da Frente. Daí que a diplomacia angolana tem reclamado no sentido de que o dia da Batalha do Cuito Cuanavale seja comemorado como dia da SADC, dia da África Austral porque foi este dia que vira a converter da África Austral numa região sem tensão, sem conflito e numa região de paz e de desenvolvimento. **Jornalista:-** É uma data que ainda está em discussão. Há cinco anos em que os países da SADC não encontram um consenso quando a data da libertação da África Austral. Angola sugere dia 23 de Março, que é o dia do fim da Batalha do Cuito Cuanavale, mas os países da África Austral que desconhecem os contornos desta célebre batalha, coloquem em cima da mesa outras datas. Um assunto que não mereceu abordagem nesta, 36ª Cimeira da SADC, que teve lugar na

Suazilândia, a 30 a 31 de Agosto de 2016. Talvez na próxima reunião de Chefes de Estado e de Governo o assunto volte à mesa para que definitivamente o assunto se feche.

Professor Fernando Manuel:- Eu creio que a diplomacia é a arte de tornar possível o impossível. A diplomacia não deve nos fazer recuar dos objectivos que nós pretendemos. Quer dizer que poderá levar tempo, mas temos em mente e na consciência de que mais tarde ou mais cedo os líderes africanos, desta região que foi muito controlada no passado, segarão à um consenso sobre, de facto, qual será a data que será celebrada como dia da libertação da África Austral e como dia da SADC. Eu tenho fé que a data de 23 de Maio é a data que têm maior peso em relação as datas que outras diplomacias, eventualmente colocarão.

Jornalista:- Há pouco falava do Acordo de Nkomati que foi assinado pelo Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha, naquela altura, tendo o ANC ficado seriamente afectado por este acordo. No caso concreto de Angola, nós também tivemos um caso semelhante com a Zâmbia, em que Kenneth Kaunda não tinha reconhecido imediatamente a independência de Angola.

Professor Fernando Manuel:- De facto o presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, tinha uma política muito dúbia com relação à Angola deste o período colonial porque a Zâmbia é um território encravado no interior do continente africano e beneficiavam do nosso Caminho de Ferros de Benguela. Obviamente não via com bons olhos um apoio ao MPLA, a Angola porque no período era susceptível do regime colonial cortar este acesso de encaminhar o seu principal produto de exportação que é o cobre e também a entrada de matéria-prima e maquinaria que vinha da Europa. Mas já depois da independência o que aconteceu é que uma boa parte dos guerrilheiros da UNITA e os seus familiares, quando começou a nossa Guerra Civil, nos primeiros anos da nossa independência refugiaram-se na Zâmbia. Na Zâmbia estava um dos maiores campos de refugiados angolanos que foram com a UNITA, o chamado campo de Maheba, isto quando o nosso Embaixador na Zâmbia era o André Miranda, que já está reformado, vive no Moxico e o conheço muito bem. Na Zâmbia existe uma comunidade do grupo étnico Ovimbundu que é uma das bases do segundo maior partido que também é o maior partido da oposição. A sua base étnica – ovimbundu – se encontrava na Zâmbia devido mesmo a influência do CFB. Através do CFB muitos Ovimbundu foram para Zâmbia e para RDC trabalhar. Quando começou a guerra muitos deles, por exemplo, o político da UNITA, Ruben Sikato, um angolano que agora está em Acra, como representante OMS, o Dr. Joaquim Saueta, que foi meu professor de Química, no Moxico, depois de o terem tirado do campo de Maheba. Muitos quadros da UNITA estiveram ali. Lembro-me que a mãe do líder da UNITA, Jomas Savimbi, quando se deram os confrontos no Moxico, há uma carta que está numa obra literária

escrita por um jornalista soviético chamado Oliver Ignatiev, “um arma secreta em África”. Este livro espelha muito bem de que quando as tropas cubanas da das FAPLA se aproximavam às zonas ocupadas pela UNITA na região de Kagotinho, actual Mbalanguimbu e Hinda, lembro-me que foi destruído um avião zairese que trouxe a última tentativa, material logístico à UNITA, em Mbalanguimbu, e que foi destruído por MIG’s da força aérea angolana. Parte desta aeronave encontra-se no museu do Luena, que é a cidade da paz, actualmente. Eu vivenciei isso porque eu cresci no Moxico. Então, é assim que que a própria mãe do líder da UNITA, esse livro diz, que o líder da UNITA, na altura escreveu para o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, que chegou a ser presidente da Zâmbia (2008-2011), Rupiah Banda, que foi um dos presidentes daquele país depois do presidente Frederick Chiluba, pedindo ao presidente Kaunda e as autoridades da Zâmbia para receberem a sua família, particularmente a sua mãe. Existem muitas correspondências que foram trocadas, inclusas cartas de um padre que andou no Moxico, o padre António de Oliveira, que mantinha correspondências entre a liderança da UNITA e o governo português e também o governo zambiano. É um livro muito interessante que eu tenho, em espanhol, lamentavelmente, que contém façanhas históricas que o nosso País viveu nessa altura. Mas deixa-me dizer que o povo zambiano, angolano e zairese está condenado de mãos dadas porque formamos um mesmo lençol etnolinguístico. Temos os Bacongos (angolanos e zairenses) e temos os Luales (angolanos e zambianos).

Jornalista:- Falamos de muitos factos de relevo que marcam as relações de Angola e das relações internacionais africanas, muitos dos factos passam naturalmente por Angola e determinante num período em que António Agostinho Neto exerceu a presidência, entre 1975 a 1979. Agora, olhando para os conteúdos das cadeiras que leccionas, tanto na UTANGA e no Instituto Superior de Relações Internacionais “Ministro Venâncio de Moura” os estudantes são bem servidos em termos de conteúdos sobre a História de Angola, sobre a História de África e sobre a História das Relações Internacionais Africana ou é necessário que nós reescrevamos novamente a História?

Professor Fernando Manuel:- Esse esforço tem sido feito. É verdade que o estudante tem sido feito não muito bem servido. Acredito que estão mais ou menos servidos. 1º- Porque muitos factos históricos que nós transmitimos aos nossos estudantes nós herdamos do colonialismo e muito deste factos estão muito mal contados porque nós sabemos que a política colonial, não só na África lusófona como na África francófona e anglófona era para ludibriar os factos históricos. Daí que tem havido um grande esforço do Ministério da Cultura, em colaboração com o Ministério da Educação no sentido de se ensinar a História de Angola àquele tom histórico que o nosso País merece. Daí que o Ministério da Cultura já vai, creio que é no quarto encontro nacional sobre História de Angola. Eu já assisti o 1º, o 2º, o 3º e o 4º encontro sobre História de Angola. Está na forja o 4º encontro sobre História de Angola. Está também na forja, em bora me apercebi tarde, o encontro Internacional sobre M'Banza Kongo e sobre a História de Angola, no âmbito do slogan " M'Banza Kongo, uma cidade a desenterrar". Tudo isto para darmos mais subsídio à História de Angola porque a História de Angola esteja ao nível da História de outros países africanos, visto que a História de Angola é parte integrante da História de África e a História de África é parte integrante da História Universal. E nós temos de contar

QQQQQQ

a História de Angola sem paixões políticas, tal qual como aconteceram os factos. É esse trabalho que o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação têm estado a fazer com a adequação dos currículos escolares, como se lembra nos primeiros anos da nossa independência os nossos manuais históricos estavam carregados de uma grande carga política e ideológica. Mas se tem estado a acompanhar os últimos manuais editados pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, já são mais moderados. Já fazem referência também a outros movimentos e políticos históricos de Angola que, queiramos ou não, fazem parte da nossa História. É isso que nós queremos.

Jornalista:- Professor Fernandes, muito obrigado por ter vindo à Rádio Nacional falar sobre a História de Angola, História de África e sobre a História de Relações Internacionais Africanas.

Professor Fernando Manuel:- Muito obrigado eu e estarei sempre disposto para esta casa de Rádio e particularmente o Programa África Magazine

Entrevista aos Responsáveis da Secretário Técnico do Comité Desportivo da Região Militar Sul

Entrevistador: Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Dados do Entrevistado

Características sociodemográficas

Nome Completo: Comandante Chuc (identidade reservada)

Naturalidade: Cunene

Idade: Anos

Nacionalidade: Angolana

Características pertinentes:

Cargo/Função anterior:

Cargo/Função actual:

Instituição:

A França ajudava a UNITA. A Angola decidiu enviar forças miliares aos dois Congos porque o Savimbi tivera combinado com Mobutu e a França devido as dificuldades da UNITA em conquistar Angola toda, então devia lutar inicialmente para conquistar uma das províncias mais importantes do ponto de vista estratégico. Esta ideia foi principalmente de Mobutu e daquele presidente que coremos Congo Brazzaville. O material que o Savimbi estava a comprar na Ucrânia estava a por nos dois Congos. É assim que os russos interceptaram essa rede de venda de material e técnica da Ucrânia à UNITA e comunicou ao José Eduardo dos Santos que há um plano para tomarem Cabinda e que se deveria tomar medidas muito urgentes. Foi um processo trinta e que levava muita gente a reclamar do envolvimento das FAA nos Congos. A técnica e aparato militar que encontramos nos dois Congos ainda não tínhamos. Alguns dos melhores quartéis que lá encontramos foi o Savimbi que tinha mandado construir. Igualmente aos do Rundo onde ele construiu um aeroporto e de Kitona também foi ele que fez. Os russos recomendaram intervir nesses dois países porque Savimbi pretendia conquistar Cabinda com o

apoio dos EUA e proclamaria a independência em qualquer hora. Angola se reparou fortemente através do general João de Matos, preparando 17 mil homens para intervirmos nos dois países. No Congo Brazzaville sete mil e no Congo Kinshasa 9 mil homens, se a memória não me engana, porque estes países não estavam bem preparados militarmente. Angola teve que intervir naqueles países também para cortar o apoio material e político que estes países davam à UNITA a fim de conquistarem Cabinda. Os americanos e os franceses foram os que pagaram o transporte do URAGAN, é uma arma de utilização proibido. Só não foi usada devido a falta de especialista e algumas falhas técnicas. Nós fomos tendo quase todas as informações da compra de material bélico na Ucrânia devido ao envolvimento dos serviços secretos russos.

Pergunta:- Qual foi o papel dos serviços de inteligência militar.

Resposta:- Rapaz, verdade te digo que o primeiro homem das tropas do governo a pisar na Jamba foi eu. Venha ver a maqueta da cidade da Jamba [detalhes sobre a maqueta da cidade da Jamba]. Ainda tenho este mapa geográfico e estratégico mais actualizado que nos foi dado por um comando mercenário que tivera em serviço da África do sul e que posteriormente trabalhou com o KP naquele tempo do mono

Depois da sua formação, sabes que os países gastam muito dinheiro nos serviços de inteligência, foi para na África do Sul. Foi ele quem recrutava efectivos estrangeiros para a UNITA e era ele quem dava, novamente os dados ao General Mh, os contactos não eram pelo telefone porque cria risco de morte. Era tudo pessoalmente. Ele vinha com uma vioneta até ao aeroporto de Ondangwa e o Mh ia para lá buscar a encomenda. Não poderia haver intermediário. Assim que recebia vinha um brigadeiro de inteligência da Casa Militar da República de Angola buscar nas mãos do Mh. Era assim que funcionava. Esse mapa actualizado e tão recente, que era proibido de deixar veio dele. Sabias que houve uma guerra de 30 dias, ali no Cuamato, onde as tropas sul-africanas e as FAPLA's todos esgotaram as munições e entraram em luta corpo-a-corpo, mas os sul-africanos enviaram socorro mais rápido em relação a nós, manaram vir outro grupo com armamento e tivemos muitas baixas, facto que levou-nos a recuar. Tudo isto foi em Cuamato (Cunene).

Depois da guerra do Cuito a opinião pública branca estava descontente e manifestaram-se contra a luta que a África do Sul estava a levar. Este é um avião não tripulado que foi usado no Cuito contra as nossas forças.

Pergunta:- O porquê as FAA ao invadirem a Jamba decidiram entrar pela Namíbia?

Resposta:- Porque todo espaço norte da Jamba estava ocupado pela UNITA. Todas as áreas do território angolano que davam acesso à Jamba estavam ocupadas pela UNITA. Tivemos de

entrar pela Namíbia, onde estava livre, para entrarmos no Cuando Cubango. Ele enquanto esperávamos por nós na via do norte nós entramos pelo sul. Nós do COP-Cunene começamos a limpar a partir do Cuvango, porque o Cuando Cubango, quase não tinha mais força. Nós, o Cunene, desde 1992 demos 16 mil homens à FAA. Antes de invadirmos a Jamba fomos pedir apoio à Namíbia, os serviços de informação dos dois países tiveram que reunir. A segurança está em todo sítio, essa comissão mista, foi constituída no mesmo âmbito esta invasão à Jamba. Não poderíamos aguentar porque já tínhamos uma experiência de 1987 no Cuito, onde paramos a 100 quilómetros da Jamba. Naquela época também houve traição durante as operações. Esta vez já não houve traição e foi uma planificação mais séria. O Presidente Sam Nujoma disse que "esta situação de Angola, principalmente da Jamba, tinha que acabar porque também na fronteira dele não deveria ter bandidos. Se tenho boas relações com o meu amigo, o MPLA, não pude permitir que ele lutasse sozinho". Foi com o apoio dele que entramos na Jamba. Até nós nos beneficiamos de uma técnica e de armamento deles (a tropa namibiana). Nós beneficiamos dos canhões BM-21, dos veículos de transporte de tropas, na qual transportaram rapidamente. Neste momento os nossos veículos estavam a vir da Rússia. Pois o assalto tinha que ser já, já porque o Savimbi estava pronto fugir ou se armar.

Eles pensaram que podíamos usar a técnica das FAPLA's, que consistia em vir para a Jamba a partir de dentro do País, mas nós entramos a partir de fora do País, isto, a partir da Namíbia. Encontramos quase 76 mil populares, dois batalhões de comandos presidenciais, para além de mil e tal homens que era da defesa civil que estavam a proteger a Jamba e alguns comandos que estavam a proteger o aeroporto e algumas posições. Só que foram surpreendidos porque pensavam que viríamos da Mavinga.

Pergunta:- A Namíbia ajudou as FAA de forma a agradecer o pelo apoio que Angola lhes prestou durante a luta de independência?

Resposta:- Não. Foi mas porque ele não estavam a viver em paz porque algumas áreas do seu território estavam nas mãos da UNITA, como o Calai, Cuchi, Cuangar e todo aquele corredor. Nós de Ondjiva assim que chamamos da RDC, ultrapassamos recebemos essa missão. Primeiro retomamos o Cuvango, depois o Mussavati (Savati), Cuangar, depois Dirico, Calai e depois Mucusso, onde eu fui me estalar. Só estávamos a retomar a noite. Fomos bem preparados, como tropa especial eu retomava e os outros vinham ocupar.

Chagamos numa região onde encontramos uma lagoa com água, depois de tiramos água assim que regressamos para tirar novamente à água a lagoa desapareceu.

Os jogos militares servem para sarar as feridas da guerra. O primeiro jogo foi em Oshakati, o segundo foi em Ondjiva e o terceiro foi no Oshivanda.

Na Namíbia existem alguns partidos como o que seio em segunda nas eleições, era pró-sul-africano, naquele tempo, então não gostava dos angolanos. Daí que se achava que era importante

o desporto entre os dois países com o objectivo de aproximação dos povos. Não era somente para a aproximação dos povos, também a aproximação dos militares e outras estruturas sociais.

Pergunta:- Quais eram as modalidades?

Resposta:- Futebol, atletismo, corrida com mochila num percurso de 10 quilómetros, etc.

A UNITA ainda o coração de muitos namibianos para além da própria UNITA ter muita gente que fugiu para a Namíbia. Os mais de 60 mil refugiados que estavam na Namíbia eram quase todos da UNITA, tenham saído das matas controladas por eles.

Quando fomos visitar os campos de refugiados, depois da guerra, o âmbito do programa de repatriamentos eles manifestaram interesse de vir para cá.

CV

INFORMAÇÃO PESSOAL

Leonardo Tuyenikumwe Pedro



📍 Rua s/nome, Bairro Naipalala, Ondjiva – Cuanhama, Cunene (Angola).

☎ +244 925090690 / 00244923864611

✉ leonardotuyeni2013@hotmail.com

ltpoe@iscte-iul.pt

Sexo Masculino | Data de nascimento 25/03/1983 | Nacionalidade Angolana

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 2012 - Atual Professor de História, Prática de História e de Metodologia de Ensino de História no Magistério de Ondjiva (Cunene-Angola).
- 2013 Professor de História no Colégio “Bom Deus” (Cunene, Angola).
- 2006 – 2007 ▪ Professor de História e Sub-director pedagógico na Escola Primária de Ombala Grande (Cunene-Angola).
- 2003 – 2005 ▪ Professor na Escola Primária na Okapanda, em Ondjiva (Cunene-Angola).
- 2000 – 2002 Professor na Escola Primária na Omufitu Unene, em Ondjiva (Cunene-Angola).

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

- 2015-2019 Doutamento em Historia Moderna e Contemporânea, especialidade Defesa e Relações Internacionais, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- 2013 – 2015 ▪ Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, pela FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- 2008 – 2012 Licenciatura em História, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Huila.

FORMAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO 2017

- Mendeley Avançado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
- Introdução Mendeley, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
- Portal INE, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
- Scopus: como pesquisar, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- ABI / Inform – pesquisa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

- Recursos em Acesso Livre: repositório, RCAAP e Retreio, ISCTE-IUL.
- B-on, ISCTE-Instituto Universitário Lisboa.
- Norma Portuguesa 405 (NP405), ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Norma APA, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Norma ISO 690:2010, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Produção de Conteúdos Inclusivos, ISCTE-Instituto Universitário Lisboa.
- Publicação científica: web of science e scopus, ISCTE-IUL.
- Psysticles- pesquisa e tratamento de informação, ISCTE-IUL.
- Competências Transversais; Escrita de Relatório Técnico (ISCTE-IUL).
- Estratégias de publicação científica, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
- Protocolo Empresarial e Social – Etiqueta e Boas Maneiras à Mesa, pela Vantagem +, Lisboa.

2015

2014

Currículo científico

- É investigador assistente do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Área de investigação: política, defesa e relações internacionais de Angola e da África Austral. Também temas sobre questões sociais, políticas, defesa e culturais do sul de Angola.
- Desenvolveu um trabalho académico (monográfica de licenciatura) sobre a Integração do Grupo Kun (Khoisan) de Okafima na Comunidade Ovambo.
- Desenvolveu um trabalho científico (dissertação de mestrado) sobre a Toponímia de Ondjiva (Cunene).
- Desenvolveu um trabalho académico (tese de doutoramento) sobre a Cooperação entre Angola e a Namíbia na área da Defesa.

Leonardo Tuyenikumwe Pedro

Ondjiva, 30 de Janeiro de 2019

XXXXXXX

YYYYYY